

PORTUGALIA

NOVA SÉRIE — VOLUME IV/V

Actas do Colóquio Inter-Universitário
de Arqueologia do Noroeste

Homenagem a Rui de Serpa Pinto

Porto, 10-12 de Novembro de 1983

INSTITUTO DE ARQUEOLOGIA

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO

1983/1984

Palavras de ABERTURA

Pelo PROF. DOUTOR L. A. OLIVEIRA RAMOS
REITOR DA UNIVERSIDADE DO PORTO

Senhor Governador Civil
Senhor Presidente do Conselho Directivo
Ilustres Autoridades civis, eclesiásticas e académicas

Minhas Senhoras, Meus Senhores

A realização do Colóquio Inter-universitário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, memorando a figura do Dr. Rui Serpa Pinto, que foi docente prestigiado da Faculdade de Ciências do Porto, merece à Reitoria todo o interesse, por várias razões.

Em primeiro lugar, sagra-se como verdadeira jornada universitária, pois congrega prestigiados professores de diversas instituições do ensino superior, tanto portuguesas como estrangeiras, entre as quais destaco o representante do Senhor Reitor da Universidade de Coimbra, Prof. Jorge Alarcão.

Em segundo lugar, esta jornada, testemunho de pesquisa, de diálogo e de reflexão em comum, articula duas importantes regiões da zona geográfica em que decorre o nosso quotidiano, conformando-se assim com uma directriz cuja prossecução a Conferência U-2000, organizada pelo Conselho da Europa, acaba de recomendar em Estrasburgo, entendendo que ela deve ser apoiada e subsidiada, tão grandes são as virtualidades que encerra em termos universitários e de vivência europeia.

Finalmente, no âmbito da Universidade do Porto, o Colóquio, além do que significa no plano da investigação e do empenhamento de docentes seus, aparece como sinal de colaboração inter-faculdades, toda ela ordenada em torno da evocação de Rui de Serpa Pinto, que aqui une as escolas de Ciências e de Letras no comum interesse que uma e outra votam à arqueologia, em consonância com diversas instituições congéneres.

Serpa Pinto, professor que prezou o rigor e a qualidade, fez com que nos reuníssemos para tratar da civilização do Noroeste, para estimular as relações hodiernas entre povos fronteiriços e povos aliados pelos mesmos estudos, enfim, tornou viáveis estas jornadas que articulam, na interdisciplinaridade que decorre das suas vocações, duas importantes escolas do Porto. Intuitos científicos, assumidos na universidade e marcados pelo cunho europeu, animam, portanto, o labor que daqui em diante vos ocupa ao longo de vários dias.

Eis porque o Reitor cumprimenta as entidades presentes, agradece aos organismos que tornaram viável o Colóquio, louva os organizadores e a todos deseja profícua actividade, rendendo, homenagem a Rui de Serpa Pinto, um mestre ainda agora muito justamente recordado.



Rui de Serpa Pinto

RUI DE SERPA PINTO — O HOMEM E A OBRA

Por decisão unânime da Comissão Organizadora deste Colóquio, fomos incumbidos da difícil mas honrosa tarefa de proferir umas breves palavras evocativas do homenageado deste Colóquio Inter-Universitário de Arqueologia do Noroeste — o Eng.º Dr. Rui de Serpa Pinto.

Sendo sobejamente conhecida a dificuldade que constitui falar-se sobre uma pessoa, tal facto complica-se ainda mais, quando não se teve a ventura de a conhecer directamente e dispendo-se, para tal, de escassos dados referentes à sua vida e obra.

No entanto, uma vez aceite o desafio e com o intento de se poder atingir o nosso propósito, lançámos mão de todo um conjunto de dados, obtidos aquando da preparação de um estudo bio-bibliográfico, recentemente publicado.

Nesta primeira abordagem, procurámos ser o mais exaustivos possível, cientes no entanto do risco de podermos ser acusados de omissos, no tratamento de certos aspectos da vida e obra de Serpa Pinto.

Porém, antes de abordarmos o tema principal destas breves palavras evocativas, permitimo-nos, à laia de preâmbulo, tecer algumas considerações de índole pessoal sobre a personalidade hoje aqui evocada.

Foi no já distante ano de 1965, que pela primeira vez ouvimos o nome do Eng.º Rui de Serpa Pinto intitulado um prémio atribuído pelo Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, para o melhor aluno da cadeira de Antropologia Geral. A outorga que nos foi feita de tal diploma, gerou em nós a curiosidade de procurarmos saber algo mais sobre a personalidade homenageada através de tal prémio.

Com o passar dos anos, e certamente fruto do local de trabalho e da actividade profissional nele desempenhada, o nosso conhecimento pessoal da vida e obra de Rui de Serpa Pinto foi-se dilatando, ao mesmo tempo que consciencializávamos o grande esquecimento em que a globalidade da sua obra tinha caído, esquecimento esse resultante talvez da enorme dispersão das publicações em que a mesma se encontra inserta.

Todavia, este facto não deveria, em nosso entender, continuar a ser, só por si, justificativo do ostracismo a que grande parte da sua obra estava votada. Impunha-se-nos, pois, dar a conhecer a diversidade temática que os seus trabalhos encerram, tendo tal objectivo sido conseguido através da referida recolha bio-bibliográfica recentemente realizada.

Na sequência de tal trabalho e com o aproximar da data comemorativa do cinquentenário da sua morte, surgiria então a ideia de uma homenagem a Serpa Pinto, aliás só possível pelo querer de um punhado de pessoas da Universidade do Porto que, pela mesma comunhão de espírito, entenderam ser este o ano propício para a realização de tal comemoração, decorrendo este acto em simultâneo com a realização de um Colóquio de Arqueologia, espacialmente vocacionada para a área em que o homenageado trabalhou — O Noroeste da Península Ibérica.

Congratulamo-nos assim, com a presença de tantos investigadores — nacionais e estrangeiros — que, prossequindo as suas investigações no Noroeste peninsular, aproveitaram esta oportunidade para, com a sua presença, testemunharem um preito de homenagem a alguém que, muito antes deles, trilhou precisamente os mesmos caminhos da investigação arqueológica.

Após as considerações que acabamos de fazer, voltemo-nos, pois, para a personalidade que é patrono deste Colóquio, transcrevendo para o efeito algumas passagens mais significativas de um recém-publicado estudo bio-bibliográfico sobre Serpa Pinto.

**

RUI CORREIA DE SERPA PINTO nasceu no Porto, na freguesia de Sto. Ildfonso, a 6 de Agosto de 1907, filho de Aurora Basto Correia de Serpa Pinto e de Hernâni de Serpa Pinto, tendo falecido nesta mesma cidade, vitimado por uma septicémia tifóide, a 23 de Março de 1933, quando contava apenas 25 anos de idade.

A sua infância seria marcada pela morte do pai, devendo-se desde então à sua mãe a árdua tarefa da sua educação.

Bem cedo os seus dotes de inteligência, aliados a uma grande perspicácia e a notáveis qualidade de trabalho se começaram a revelar. A atestá-lo está o facto de ter concluído o Curso dos Liceus com elevadas classificações, entrando muito jovem para a Faculdade de Ciências da Universidade do Porto,

onde, com 20 anos apenas e após um curso também brilhante, obteve em 1927 a licenciatura em Matemática.

Três anos mais tarde, em 1930, concluiu relevantemente o curso de Engenharia Civil na respectiva Faculdade da Universidade do Porto, sendo nesse mesmo ano nomeado, após concurso documental, Assistente do Grupo de Ciências Geológicas da Faculdade de Ciências, onde já prestava aliás a sua colaboração efectiva no Instituto de Antropologia.

A sua actividade docente, desempenhada sempre, como R. Miranda escreveu, «com o maior brilho e a mais invulgar competência», não se limitou unicamente ao Ensino Superior, uma vez que, como professor do ensino secundário particular, esteve intimamente ligado à fundação, em 1931, do Colégio Brotero, de cuja direcção fez parte.

Como engenheiro civil foi um dos fundadores da «Sociedade Engenheiros Reunidos», sita no Porto, na qual desenvolveu, entre outras realizações, os estudos preliminares para a construção do zimbório do templo de Nossa Senhora do Sameiro em Braga.

No entanto, estas e outra actividades não impediriam que a Pré-História, a Proto-História, a Arqueologia Medieval, a Numismática, a Paleontologia, a Mineralogia, a Geologia, a Epigrafia e a Bibliografia, fossem campos do saber que viriam a absorver por completo todo o tempo que lhes podia dedicar nos poucos anos que viveu, chegando, na sua ânsia de saber, a sacrificar-lhes os seus momentos de lazer.

Mendes Corrêa, de quem foi aluno distinto e posteriormente grande amigo, teve, desde os primeiros contactos em comum, a percepção nítida das reais capacidades científicas e humanas daquele seu pupilo, factos que estiveram na origem do convite feito ao seu discípulo no intuito de prestar a sua colaboração ao Instituto de Antropologia do Porto.

Com o desabrochar de todas as suas capacidades e a confirmação dos inegáveis méritos científicos de Serpa Pinto, é ainda aquele Professor quem, de uma forma assaz discreta, está na origem da projecção ascensional do seu antigo aluno e dedicado companheiro de trabalho. Não admira pois que mais tarde, ao escrever sobre o seu discípulo, venha a reconhecer-lhe «a sua admirável curiosidade científica, servida por excelentes dotes de observador, por um escrúpulo perfeito, por um notável desinteresse e por uma erudição verdadeiramente excepcional na sua idade.

Serpa Pinto fez a sua primeira descoberta científica, em 1925, ainda estudante, identificando pela primeira vez em Portugal as indústrias líticas de tipo asturiense na região de Vila Praia de Ancora. No entanto, só três anos mais tarde, após aturados estudos e consultas bibliográficas, vê publicado o primeiro e um dos seus mais importantes trabalhos científicos — «O Asturiense em Portugal».

A aceitação deste trabalho pela comunidade científica, nacional e internacional, não se fez esperar, passando desde então a convergirem sobre o jovem Serpa Pinto todos os olhares daqueles que viram nele, nas palavras de certo autor, «o desabrochar dos mais esperançosos e dedicados vultos da Ciência».

Este primeiro sucesso e os encómios que se lhe sucederam deixá-lo-ão perfeitamente indiferente, continuando a ser a mesma pessoa simples e modesta, inteiramente vocacionada para a investigação.

Munido de uma incansável avidez de conhecimentos, percorreu o país de Norte a Sul tomando apontamentos de tudo o que viu em museus e estações arqueológicas, bibliotecas, arquivos, colecções particulares. Dotado de inegável aptidão para o desenho, fez acompanhar aquelas notas por este processo de reprodução dos objectos que atraíam a sua atenção preterindo, em certa medida, a fotografia.

Esta aquisição contínua de conhecimentos, enriquecida posteriormente com visitas a museus e estações arqueológicas estrangeiras — Espanha, França, Inglaterra, Itália — trazer-lhe-ia como consequência a obtenção de um acervo notável de apontamentos, que após uma classificação devidamente ordenada serviriam de base a futuros trabalhos, muitos dos quais deixaria apenas iniciados.

O seu trato afável e a sua maneira de ser acarretaram-lhe inúmeras amizades no seio da arqueologia nacional e internacional. Correspondendo-se epistolarmente com a maioria dos nomes famosos da sua época, aproveitaria a realização dos Congressos em que participou, das conferências que proferiu e de todos os locais que visitou para criar, estreitar e ampliar esse tipo de relações humanas que tanto eram do seu agrado.

Na realidade, o Eng.º Dr. Rui Correia de Serpa Pinto apresentou comunicações em diversas reuniões científicas a que esteve presente. Diversas eram também as Sociedades e Instituições científicas nacionais e estrangeiras de que era sócio, tendo deixado em muita delas o fruto de uma intensa actividade e de um dinamismo ímpar num jovem investigador.

A consideração que disfrutava no seio da comunidade arqueológica — nacional e internacional — onde era conhecido por «Le Jeune», atendendo à sua pouca idade — era já um facto consumado, quando a 23 de Março de 1933 ocorreu de uma forma imprevista e súbita o seu falecimento.

Uma vez apresentados alguns dados biográficos do homenageado, resta-nos, para terminar, preferir, ainda que de uma forma sucinta, umas breves palavras sobre a sua obra.

Esta continua, ainda hoje, a ser consultada por todos aqueles que se dedicam aos estudos da Arqueologia do Noroeste.

Se é certo que existem actualmente novos conceitos, se é certo que se rasgaram novos horizontes — o que prova que a Ciência arqueológica não é estática — a verdade é que tal evolução em nada invalida o valor de tudo aquilo que Serpa Pinto escreveu, há mais de cinquenta anos.

Ciente das limitações de ordem científica, técnica e material que se lhe deparavam, deixaria transparecer em alguns dos seus trabalhos a necessidade de novos e aprofundados estudos para a procura de soluções de problemas até então sumariamente tratados. É o caso de «O Asturiense em Portugal», na sequência do qual preparava todo um profundo estudo de apoio geológico. Não admira, pois, que em conformidade com tal preocupação tenha escrito «Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima», este considerado por Jalhay como um dos seus melhores trabalhos.

Homem cientificamente actualizado para o seu tempo, e perfeitamente inserido na sua época, não se limitou ao tratamento exclusivo da temática paleolítica. Na realidade e de uma forma avulsa poderemos indicar outros períodos arqueológicos igualmente objecto da sua atenção.

Assim com «A cividade de Terroso e os castros do Norte de Portugal» aborda a temática castreja; com «Petróglifos de Sabroso e a Arte Rupestre em Portugal» trata da arte esquemática.

Muitos outros exemplos poderíamos citar, que ilustrariam a diversidade dos períodos arqueológicos que a sua obra abarca.

Dedicou-se igualmente a outros temas, tais como a Etnografia, a Numismática, a Paleontologia, a Mineralogia e a Epigrafia. No entanto, à Geologia e à Bibliografia dedicaria um especial cuidado, tendo publicado relativamente à primeira daquelas disciplinas «Resenha dos meteoritos caídos em Portugal» e, no âmbito da segunda, uma «Bibliografia do Prof. Mendes Corrêa». Porém, o seu desaparecimento precoce impedi-lo-ia de publicar, entre outros trabalhos relacionados com os temas anteriormente referidos, «Notes on Portuguese Geology» bem como as bibliografias de Rocha Peixoto e José Fortes.

**

Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Procurei traçar-vos, com as breves palavras proferidas, um perfil da vida e da obra de Serpa Pinto.

À semelhança do patrono do Colóquio que agora se inaugura, e a cuja homenagem procedemos na presente sessão, saibam os arqueólogos de hoje orientar cada vez mais e melhor as suas investigações científicas no sentido de procurarem aprofundar as questões com que ainda hoje se debatem e enriquecer os dados arqueológicos relativos ao Noroeste da Península Ibérica, muitos dos quais foram pela primeira vez aflorados pelo Eng.º Dr. Rui Correia de Serpa Pinto.

Tenho dito.

ANTÓNIO A. HUET DE B. GONÇALVES

(Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto)

O QUATERNÁRIO DO MINHO

ESTADO ACTUAL DOS NOSSOS CONHECIMENTOS

G. Soares de Carvalho *
J. Meireles **
F. Sande Lemos **

1 — INTRODUÇÃO

1.1 — Começaremos por referir dois trabalhos de Rui de Serpa Pinto, nos quais se encontram referidos factos e princípios ao encontro dos quais vão a metodologia por nós adoptada e os resultados das nossas investigações.

Num pequeno artigo publicado em 1932 (PINTO 1932), intitulado «*Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima*», escreveu: «... apresenta-se a necessidade dum estudo metódico da costa, para avaliar a extensão e a génese dos movimentos epirogénicos e formação de terraços marinhos, a certos depósitos dos quais desejaríamos ver aplicados os métodos polínicos».

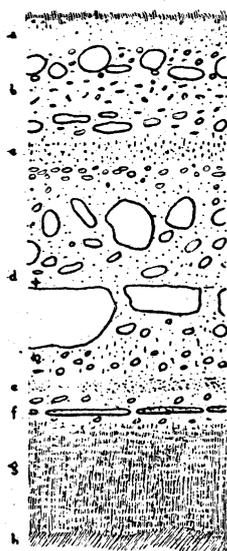
E acrescenta: «*Só depois de estudos monográficos, que permitam precisar o sincronismo e relações entre os depósitos fluviais e marinhos e as indústrias pré-históricas, é que se poderá pensar em resolver o problema da incerta posição cronológica do paleolítico minhoto*».

Completa a sua ideia, escrevendo: «*impõe-se a realização dum vasto plano de estudos geológicos sobre os terraços fluviais e marinhos de Entre-Minho-e-Lima*».

É neste sentido que, desde há anos, temos estado a trabalhar. Os resultados obtidos vão ser resumidamente apresentados nesta comunicação.

1.2 — No seu trabalho «*O Asturiense em Portugal*» (PINTO 1928), Serpa Pinto descreve um corte estratigráfico junto do forte de Âncora, cujo desenho e descrição reproduzimos na figura 1.

Neste corte evidencia-se a camada *f*, sobre a qual este autor escreveu: «*A camada *f* tem cerca de 7 metros de comprimento e aspecto artificial, pois as placas de schisto estão colocadas lado a lado e são de pedra vinda do interior*» (PINTO 1928).



- a — pequena camada de terra vegetal e areia fina com conchas fragmentadas;
- b — calhaus rolados e lascas de quartzito e granito;
- c — terra e areia;
- d — calhaus rolados e grandes pedras;
- e — leito de areia fina;
- f — camadas de xisto quiastolítico e granulífero denotando uma disposição artificial;
- g — terra negra de posança variável;
- h — granito.

Fig. 1 — Corte do Forte de Âncora e descrição apresentada por R. Serpa Pinto, em 1928 (PINTO 1928)

* Área de Ciências da Terra da Universidade do Minho.
** Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

As nossas observações estão de acordo com a origem artificial e humana da camada *f* (exceptua-se a proveniência dos xistos com quiastolite que afloram na praia a sul da Gelfa); são os factos que temos descrito como salinas, pavimentos de vias de comunicação ou de habitações, todas reduzidas a vestígios, fossilizados por um cordão de cascalho com peças líticas do chamado «Asturiense» e aos quais se farão referências nesta comunicação (LEMOS 1982, CARVALHO, LEMOS e MEIRELES 1982).

2 — O LITORAL MINHOTO

2.1 — As Formações Quaternárias

«A separação dos instrumentos num mesmo local tem sido feita muitas vezes atendendo apenas a critérios puramente tipológicos, por carência de dados estratigráficos, e daí as dúvidas que surgem na consideração do que podemos muitas vezes supor sobrevivências de antigos tipos, e ainda na posição cronológica das estações...»

Em face destas dúvidas, que só demoradas e difíceis investigações geológicas poderão elucidar, apresenta-se a necessidade dum estudo metódico da costa, para avaliar a extensão e a génese dos movimentos epirogenéticos e formação de terraços marinhos...».

Esta longa citação de um dos derradeiros e quiçá dos mais importantes e, simultaneamente, dos menos divulgados trabalhos publicados por Rui de Serpa Pinto (PINTO 1932), servir-nos-á, novamente, de excelente pano de fundo para esta breve abordagem sobre a problemática actual do Quaternário do Litoral Minhoto.

Importará antes de mais aqui fazer referência para a justeza das posições já então assumidas por Serpa Pinto, particularmente no que se refere à necessidade de realização de estudos geológicos desenvolvidos, que acompanhassem as investigações arqueológicas propriamente ditas. Com efeito, julgamos ser este também o único meio capaz de nos vir a proporcionar elementos susceptíveis de esclarecer as dúvidas actualmente subsistentes, muitas delas com cerca de meio século de existência, o que por si só é bem significativo do desenvolvimento científico que os estudos sobre o Quaternário minhoto tiveram, ou melhor, não tiveram, nos últimos cinquenta anos.

Se em 1932, este autor escrevia *«Se procurarmos o que se tem realizado neste campo, constata-se uma pobreza bibliográfica flagrante...»*, hoje em dia e não obstante a referida escassez bibliográfica ter sido, parcialmente, atenuada, as interrogações subsistem e as soluções apresentadas não satisfazem.

Com efeito, o esquema tradicional, globalizante, apresentado até hoje por vários investigadores, de entre os quais se destacam Henri Breuil, Georges Zbyszewski e Carlos Teixeira, baseado no modelo altimétrico de Dépèret e que durante algumas décadas forneceu a explicação e o enquadramento cronostratigráfico das formações marinhas do Quaternário do litoral da região minhota, tem-se vindo a revelar, progressivamente, incompleto e, em algumas circunstâncias, manifestamente desadaptado da realidade concreta dos factos.

Em trabalhos anteriormente publicados tivemos já ocasião de chamar a atenção para tais situações e, simultaneamente, propor uma outra metodologia de análise para a investigação neste domínio (CARVALHO, LEMOS e MEIRELES 1980, CARVALHO 1981, MEIRELES 1982, CARVALHO, LEMOS e MEIRELES 1982).

Assim e muito resumidamente pensamos que tal pesquisa se deverá orientar no sentido da definição e caracterização das condições sedimentogenéticas que estão na origem das diversas unidades sedimentares em presença, procurando-se, numa primeira fase, a atribuição a cada uma destas últimas de um significado litostratigráfico a uma escala restrita, regional, para só então depois e uma vez bem estabelecido este quadro, se partir para um enquadramento cronostratigráfico mais vasto. Deste modo e partindo destes princípios procurar-se-á determinar a importância e a influência que sobre cada unidade exerceram as condições ambientais em que se verificaram os seus respectivos processos de sedimentação, bem como a sua posterior evolução, atendendo-se, igualmente, aos agentes e subsequentes mecanismos de transporte.

De acordo com esta linha de pensamento e actuação que temos vindo a defender e com base nos estudos e observações que vimos realizando há uns anos a esta parte, podemos hoje apresentar, se bem que, como é óbvio, ainda com um carácter provisório, o seguinte quadro litostratigráfico das formações quaternárias no litoral minhoto.

QUADRO LITOSTRATIGRÁFICO DO QUATERNÁRIO
DO LITORAL MINHOTO

- | | | |
|---|--|--|
| 10 — Cascalhos das praias actuais com peças líticas roladas e não roladas (mistura de indústrias pertencentes a diversas unidades e provenientes da sua desagregação — «Asturiense»?). | | Areias de praias |
| 9 — Areias eólicas e das dunas | | |
| 8 — Cascalhos com peças «Asturienses»(?) removidas pelo Homem histórico?; pelos mecanismos da transgressão actual? (cordão de seixos do «nível marinho de 5-8 metros», datado do Tirreniano III e reconhecido por H. Breuil, G. Zbyszewski e C. Teixeira).
Estes cascalhos sobrepõem-se a construções históricas (calçadas, muros de suporte, defesas contra a acção do mar, salinas(?), etc). | | |
| 7 — Depósitos arenosos, com seixos de xisto com quiastolite (contém utensílios). | | |
| 6 — Unidade marinha com seixos e peças líticas não roladas e incluindo picos (Vila Praia de Âncora e Gelfa). | | Areias soltas e cascalho marinho com seixos de xistos silúricos e peças líticas não roladas (Esposende). |
| 5 — Depósito areno-argiloso de origem continental, contendo peças líticas não roladas, incluindo picos (complexo areno-pelítico das cartas geológicas na escala de 1:50.000). | | |
| 4 — Depósito areno-argiloso com seixos eolizados e fragmentados, removidos de uma formação anterior (Gelfa). | | |
| 3 — Depósito de vertente eolizado (Laundos). | | Seixos eolizados (Gelfa). Areias eólicas. |
| 2 — Cascalhos marinhos com peças líticas (Vila Praia de Âncora e Gelfa). | | Areias e cascalhos areno-argilosos deformados tectonicamente (Estela — Criad). |
| Areias grosseiras fluviais com lenticulas argilosas e couraças ferruginosas hidromórficas (Rates — Rio Mau). | | |
| 1 — Cascalho marinho mais alto, que inclui materiais de tipo acheulense e plataforma de abrasão (Hospital da Gelfa e a Leste da faixa litoral). | | Areias argilosas marinhas (Laundos). Arriba bem marcada. |

De uma análise do quadro que acabamos de apresentar poder-se-à retirar, desde logo e não obstante, voltamos a referi-lo, o seu caracter provisório, algumas conclusões que reputamos de bastante significativas. A saber:

- A complexidade de que se reveste a sequência estratigráfica das diversas formações quaternárias em presença e reconhecidas até ao momento, no litoral do Minho.
- A impossibilidade de se continuar a aceitar a existência do nível marinho de 5-8 metros, particularmente do seu cordão de seixos, com o significado cronostatigráfico que até aqui lhe tem sido atribuído. Tal facto, por si só, não deixará de ter, como adiante o veremos, importantes consequências no domínio das indústrias líticas até hoje reconhecidas na região.
- A ocorrência de importantes fenómenos de eolização, os quais marcaram significativamente algumas unidades sedimentares. Tal facto, como facilmente se compreenderá, vem abrir toda uma série de novas perspectivas sobre as condições paleo-climáticas e consequentemente paleo-ambientais, existentes na região durante o Quaternário.
- Pretendemos igualmente lembrar aqui, aquilo que temos vindo a expôr, desde há tempos, sobre a paleoclimatologia de uma época do Quaternário no Minho, anterior aquela a que os trabalhos de Serpa Pinto deram particular relevo. Referimo-nos aos factos provocados por um clima frio, que deve ter dominado na região em época anterior à génese da cobertura areno-pelítica, frequentemente observada no litoral minhoto.

O tipo de clima frio, que teria caracterizado um ambiente periglacial, é considerado responsável pela génese de estruturas de crioturbação e de formas particulares das superfícies de alguns seixos. Tal situação é revelada pelas seguintes ocorrências:

- microestruturas enrugadas e diapíricas, reconhecidas nas camadas de um terraço fluvial do rio Cávado, situado na região da Penida (Areias de Vilar e nos depósitos de um terraço marinho da região de Esposende (CARVALHO 1982 b, 1983);
- seixos com o seu maior eixo vertical ou muito inclinado, frequentemente observados no topo dos depósitos marinhos da plataforma mais baixa do litoral;
- seixos polifacetados ou rolados com facetas com arestas sinuosas, com superfícies picotadas, polidas e estriadas, que denunciam, como aliás já referimos, uma forte eolização (CARVALHO, 1982 a, CARVALHO e MEIRELES 1983, CARVALHO 1983).

Todos estes factos, considerados como gerados durante o último período glacial, estão de acordo com o reconhecimento de que a Frente Polar, no Atlântico Norte, esteve a latitudes mais baixas do que a do Minho, acerca de 20.000-13.000 anos, como o provam os trabalhos relacionados com o «CLIMAP PROJECT», de que reproduzimos, na figura 2, um dos seus esquemas (CLIMAP PROJECT MEMBERS 1976, RUDDIMAN e McINTYRE 1981).

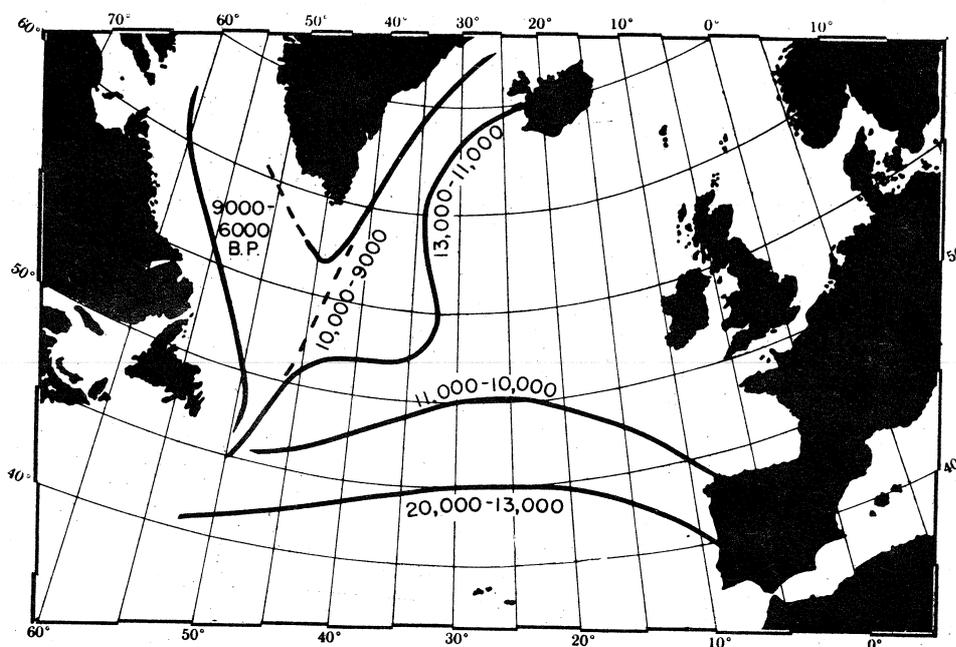


Fig. 2 — Movimentos da Frente Polar do Atlântico Norte segundo RUDDIMAN e McINTYRE 1981, p. 186.

2.2 — As Indústrias Líticas

Já em 1932, Rui de Serpa Pinto referia, com enorme clareza e dando mostras de um notável sentido crítico e rigor científico, os erros que então se começavam a cometer no domínio das classificações culturais e cronológicas das indústrias do litoral minhoto.

Os estudos estritamente tipológicos, baseados em métodos analíticos manifestamente insuficientes, a ausência de informações estratigráficas seguras, já que a esmagadora maioria dos trabalhos realizados sobre estes materiais se efectuaram com base em recolhas de superfície ou nos cascalhos das praias actuais e a tentação de aplicar à Pré-História do Noroeste Peninsular, em geral, e à do Minho, em particular, os esquemas e as sequências culturais verificadas, ou julgadas como tal, noutras regiões da Europa, transformaram a compreensão e a visão, que actualmente se poderá ter, das indústrias identificadas no litoral minhoto, num domínio manifestamente confuso e, como tal, vulnerável às mais fortes e justificadas dúvidas.

Em trabalhos anteriormente apresentados (MEIRELES 1982, CARVALHO e MEIRELES no prelo), já tivemos a ocasião de apontar algumas das soluções que temos vindo a implementar e que julgamos nos

irão permitir, num futuro próximo, vir a ultrapassar tal situação. Todavia e na medida em que tais estudos se encontram ainda numa fase inicial do seu desenvolvimento, não nos é ainda possível fornecer, neste momento, elementos concretos e conclusivos.

Julgamos ser-nos permitido, no entanto e através dos estudos que temos vindo a efectuar, chamar a atenção para alguns aspectos que, seguidamente, passaremos a referir. Assim:

- O facto do cordão de seixos, que até aqui se tem reconhecido como parte integrante do nível marinho de 5-8 metros, se situar num contexto estratigráfico manifestamente desajustado do quadro cronostratigráfico que lhe tem sido atribuído, vem por sua vez retirar às indústrias, que se julgava terem-se aí reconhecido, significativa credibilidade no domínio das suas classificações cronológico-culturais.
Aliás, o mesmo ocorre relativamente à própria identificação e, principalmente, individualização desses mesmos conjuntos culturais já que, quer tal cordão seja de origem antrópica, quer ele seja de origem natural, os materiais arqueológicos nele contidos tiveram, necessariamente, de ser removidos de outras formações mais antigas (e já vimos que, até ao momento, foi-nos possível reconhecer várias), encontrando-se, por isso, misturados e podendo constituir assim um conjunto deveras heterogéneo sob o ponto de vista cultural.
Estas duas situações que acabamos de referir, mais flagrantes ainda se tornam relativamente aos materiais que se encontram nos cascalhos das praias actuais nos quais, como sabemos, se apoiaram vários dos estudos até hoje efectuados.
- Como consequência do que acabamos de referir e após os trabalhos de L. Meroc (MERO C 1965), julgamos já não ser possível continuar a aceitar a existência de uma indústria «Languedocense», claramente individualizada e com o enquadramento cronostratigráfico que lhe tem sido atribuído, nas formações Quaternárias do Litoral Minhoto.
- Numa situação sensivelmente semelhante encontra-se o habitualmente designado «Asturiense» do Litoral do Minho.
Com efeito, os justificativos, quer estratigráficos, quer cronológicos, até hoje empregues para demonstrar a existência de tal indústria nesta região, encontram-se, pelo menos estes, fortemente enfraquecidos pelos factos que temos vindo a referir. Relativamente aos justificativos culturais usualmente utilizados, gostaríamos de aqui fazer menção de um outro eminente pré-historiador peninsular, directamente relacionado com a obra de Rui de Serpa Pinto. Referimo-nos ao Conde de La Vega del Sella.
Efectivamente, já em 1930, este autor (VEGA DEL SELLA 1930) revelava alguma preocupação com certo tipo de confusões que então se começavam a realizar neste domínio e daí talvez, também, o alerta lançado, um ano mais tarde, pelo próprio Rui de Serpa Pinto (PINTO 1932). Na verdade e seguindo esta linha de pensamento, pensamos que importará não confundir um único tipo de instrumento, o pico asturiense, ou melhor, o pico de tipo asturiense, com o Asturiense entendido como período, como cultura, já que para a sua definição e caracterização, ter-se-á que ter em linha de conta toda uma série de outros factores, que não só a sua indústria lítica.
Se perante uma situação como esta, qualquer generalização de âmbito cultural, entre as Astúrias e o Minho, se torna delicada de efectuar, como poderemos então caracterizar uma outra em que tal generalização se baseou, não na totalidade de uma indústria lítica (nos seus vários domínios: tipológico, percentual, etc.), mas apenas num único tipo de instrumento? Assim, no seguimento do que acabamos de expor e à semelhança de outros autores (CLARK 1976, VARELA 1980) pensamos que, de momento e enquanto não for possível alcançar um conhecimento mais completo, aprofundado e assente em bases verdadeiramente científicas, sobre as indústrias do Litoral Minhoto, o designativo «Asturiense» se deveria reservar, unicamente, para a região Cantábrica, retirando-o, portanto, da nomenclatura do Litoral Minhoto.
- Em posição estratigráfica claramente definida e aparentemente «in situ» reconhecemos uma indústria lítica, que associa a uma macro-utensilagem, constituída essencialmente por seixos afeioados unifaciais, seixos afeioados bifaciais e picos, uma desenvolvida utensilagem sobre lasca, perfeitamente individualizada (MEIRELES 1982).

De tudo o que temos vindo a referir, poder-se-á concluir que o nosso conhecimentos sobre o Quaternário do Litoral Minhoto se situa, infelizmente, ainda a um nível bastante reduzido. Com efeito, hoje em dia, ele define-se, essencialmente pela negativa, ou seja, por nos possibilitar começar a pôr em causa toda uma série de sistemas e concepções até aqui aceites como irrefutáveis e inquestionáveis.

Ainda estamos longe, temos perfeita consciência disso, de poder apresentar um esquema alternativo aquele que tradicionalmente e habitualmente é mencionado, até porque, como já o referia Rui de Serpa Pinto «*não são apenas as dificuldades com que se há-de topar*». (PINTO 1932). No entanto, estamos crentes que se continuarmos a seguir algumas das suas hipóteses e directrizes de trabalho e se as conseguirmos pôr em prática, tal situação um dia será possível.

3 — O VALE DO RIO MINHO (Margem portuguesa)

3.1 — História das pesquisas

Muito provavelmente, devido à surpreendente quantidade de artefactos que é possível recolher nas praias do litoral minhoto, esta faixa mereceu sempre maior atenção aos investigadores, enquanto as áreas interiores do Alto Minho (bacias dos rios Neiva, Lima e Minho) eram temas abordados com menor frequência.

No caso daquele último curso de água, ainda assim o mais estudado, contam-se pelos dedos os títulos da bibliografia portuguesa e estrangeira que têm por objecto a ocupação paleolítica do vale e/ou a problemática das formações fluviais e fluvio-marinhas que se conservam.

Os três principais investigadores de Geologia que se interessaram pelo tema, foram, por ordem cronológica, H. Lautensach, C. Teixeira e K. Butzer. De uma forma indirecta, integrado no estudo de Geomorfologia litoral da Galiza, refere-se, também, ao assunto, H. Nonn.

A bibliografia arqueológica ainda é mais limitada, resumindo-se, essencialmente, ao trabalho de Abel Viana (VIANA 1930) e à publicação de E. Aguirre, na sequência das escavações levadas a cabo em Gándaras de Budiño, Pontevedra (AGUIRRE 1964).

Os estudos geológicos consistiram essencialmente na descrição sumária dos depósitos e das suas características estratigráficas e litológicas, segundo critérios que se baseavam em esquemas interpretativos que ilustram a própria história das pesquisas no domínio do Quaternário. Abstemo-nos de lembrar a evolução dos critérios que têm presidido à ordenação cronológica das formações fluviais, remetendo para o trabalho publicado por G. S. de Carvalho, em 1981 (CARVALHO 1981).

Apontamos que os três investigadores atrás citados (H. Lautensach, C. Teixeira e K. Butzer), chegaram a conclusões não concordantes entre si.

O geólogo alemão (LAUTENSACH 1940, 1945) distinguiu três níveis de terraços:

- inferior (5 a 10 metros) — (Post-glaciar);
- intermédio (20 metros) — (Riss-Wurm);
- superior (40-45 metros) — (Mindel-Riss).

Observou também indícios de deformações tectónicas posteriores ao terraço intermédio, segundo linhas de fractura transversais, na área de S. Pedro da Torre (Valença).

Carlos Teixeira, que recusou expressamente a proposta de Lautensach sobre a existência de movimentos tectónicos no Quaternário do Minho, afirmou ter reconhecido 7 níveis de terraços, assim agrupados:

- Post-Glaciar (5 a 8 metros);
- Riss-Wurm (12 a 20 metros);
- Mindel-Riss (30 a 40 metros);
- Millazzianos (45 a 55 metros e 60 a 70 metros);
- Sicilianos (75 a 80 metros e 90 a 100 metros).

O esquema apresentado pelo geólogo português obedeceu a critérios altimétricos e à teoria clássica do isostatismo, formando-se, portanto, os terraços durante os interglaciares. É esta proposta de Carlos Teixeira que se encontra cartografada nos mapas geológicos do rio Minho (folhas 1-A e 1-C da Carta Geológica de Portugal, à escala de 1:50.000).

Finalmente, K. Butzer (BUTZER 1967) utilizou critérios mais variados, em que figuram a litologia das formações, a referência a paleosolos em que se incluem as indústrias líticas pré-históricas recolhidas até à data. Nesta perspectiva aquele investigador propõe um esquema diferente para os depósitos quaternários do rio Minho. Assim, admite a existência de 7 níveis de terraços, distribuídos como se segue:

- um terraço de inundação (+ 3 a 10 metros);
- um terraço baixo (+ 22 a 24 metros);
- dois terraços médios (+ 34 a 36 metros e + 42 a 44 metros);
- três terraços altos (+ 52 a 59 metros, + 65 a 68 metros e + 76 a 80 metros).

No conjunto, estas propostas obedecem a critérios quase estritamente geológicos, ainda que K. Butzer procure ter em conta as recolhas de superfície efectuadas, nos anos 30, por Abel Viana e as escavações realizadas, nos anos 50 por E. Aguirre.

Vamos-nos referir agora aos trabalhos de raiz arqueológica cujos limites, aliás, são ainda mais evidentes que as sínteses geológicas atrás aludidas. Temos no entanto que reconhecer a Abel Viana o mérito de ter sido o primeiro a interessar-se seriamente pela cartografia das jazidas paleolíticas do Vale do Rio Minho (margem portuguesa). Reuniu assim uma colecção assaz interessante de utensílios do Paleolítico Antigo (em termos tipológicos, pelo menos), os quais se encontram actualmente depositados no Museu dos Serviços Geológicos, em Lisboa. Os locais onde aquele estudioso recolheu os artefactos são hoje de difícil visita, devido ao facto de se encontrarem ocupados por habitações e outros tipos de construções muito recentes. Por outro lado, a sumária descrição que fez Abel Viana dos solos e sedimentos em que recolheu as peças líticas, torna problemática a sua inserção num contexto geomorfológico, como tentou aliás fazer Butzer.

Pelo contrário, as escavações efectuadas em Bodiño asseguraram o registo do contexto estratigráfico das indústrias recolhidas. No entanto, resultando de achados fortuitos numa área de exploração de argilas, os trabalhos foram feitos em condições e com uma metodologia que suscita, à luz dos critérios actuais, diversas interrogações. Por outro lado, a indústria resultante das sondagens dirigidas E. Aguirre, apresentam um facies muito particular o que dificulta o seu posicionamento no quadro tradicional da evolução tipológica dos artefactos paleolíticos.

3.2 — *Estudos em curso*

Desde 1981 novas observações e estudos de carácter geológico e arqueológico têm sido efectuadas na margem portuguesa do rio Minho.

Pretendem tais trabalhos rever a problemática da geocronologia das formações quaternárias daquele rio (mediante critérios diversificados) e estabelecer, se possível, a sequência evolutiva das indústrias paleolíticas.

Para o efeito, realizaram-se, além de prospecções de superfície e observação de cortes naturais, sondagens em depósitos localizados em Messegães (Monção) e Cerdal (Valença).

Os resultados obtidos, apesar das limitações inerentes à inexistência de fauna e de solos de habitat, constituem elementos novos para o estudo do Vale do rio Minho. É, face aos novos dados, embora sob reserva da atitude de prudência que deve marcar um projecto na sua fase inicial, que divulgamos o esquema que se segue e as primeiras conclusões sobre as indústrias recolhidas.

3.3 — *Quadro litostratigráfico*

Assim, consideramos que no Vale do rio Minho é possível distinguir os seguintes conjuntos de unidades:

4. Envasamento e aluviões.
3. Unidades mais modernas
 - 3.2. Depósitos finos argilosos com seixos e blocos dispersos;
 - 3.1. Cascalho.
2. Unidades intermédias

Incluem cascalhos grosseiros com seixos pouco alterados (quartzito).
1. Unidades mais antigas
 - 1.4. Unidade de cascalho com seixos alterados (quartzito) e artefactos líticos.
 - 1.3. Unidade argilosa, com leitos carbonosos e relacionada com um complexo de meteorização, ferralítico, encouraçado.
 - 1.2. Unidade de cascalho rico em seixo de quartzo.
 - 1.1. Granito-gnaissico muito meteorizado.

Unidades tectonicamente deformadas (falha inversa) (CARVALHO 1981).

3.4 — *Indústrias líticas*

As colecções estudadas provêm quer de sondagens arqueológicas efectuadas nos depósitos sedimentares, quer de recolhas de superfície. Com base nos conhecimentos actuais são possíveis as seguintes afirmações:

- *Cerdal (Valença)*: as sondagens realizadas nesta formação revelaram a existência de uma indústria de feição arcaizante, constituída essencialmente por seixos afeioados muito alterados («choopers» e «chooping-tools»), em quartzitos. Admite-se, provisoriamente, que esta indústria possa ser atribuída a um estágio pre-acheulense.
- *Messegães (Santo Antão)*: as recolhas de superfície levadas a cabo naquela área permitiram a identificação de uma série de artefactos, os quais podem ser, pela sua tipologia, inseridos num horizonte de indústrias com bifaces, ainda não localizado, estratigraficamente.
- *Messegães (Santo Antão)*: as sondagens, nesta área, proporcionaram a detecção de dois níveis de cascalho com indústrias em quartzito.

Na zona de escavação B foi obtido um conjunto de peças com características que se aproximam das indústrias de Budiño (AGUIRRE 1964).

A vala C deu materiais atípicos cuja inserção é problemática, por ora.

No conjunto os resultados já conseguidos apontam para a possibilidade de se estabelecer uma sequência de indústrias no âmbito do Paleolítico Antigo. Os parâmetros cronológicos das indústrias dependem da ampliação prevista das pesquisas e de uma articulação com o estudo dos depósitos sedimentares em que se inserem.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, E. (1964): *Las Gándaras de Budiño — Porriño (Pontevedra)*, (Excavaciones Arqueológicas en España, 31), Madrid.
- ANDRADE, M. M. (1945): Alguns elementos para o estudo do terraço superior do rio Minho, *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, IV, pp. 221-222.
- BUTZER, K. W. (1967): *Geomorphology and Stratigraphy of the Palaeolithic Site of Budino (Providence of Pontevedra, Spain)*, *Eiszeitalder und Gegenwart*, Band 18.
- CARVALHO, G. S. (1981): Uma metodologia para análise dos depósitos do Quaternário, *Arqueologia*, 4, pp. 50-63.
- CARVALHO, G. S. (1982a): Notícia sobre eolização durante o Quaternário no litoral minhoto (Portugal), *Estudos do Quaternário do Litoral Minhoto*, (Cadernos de Arqueologia, 2), Braga.
- CARVALHO, G. S. (1982b): Gelistruturas nos depósitos de um terraço do vale do rio Cávado (Penida, Minho, Portugal), *Com. II Encontro Nac. Geociências (Coimbra)*, *Mem. Not. Public. Mus. Lab. Min. Geol. Univ. Coimbra*, no prelo.
- CARVALHO, G. S. (1983): Consequências do frio durante o Quaternário na faixa litoral do Minho (Portugal), *Com. apresentada na VI Reunião de Quaternário do G.E.T.C. (Santiago de Compostela/Vigo — 1983)*, no prelo.
- CARVALHO, G. S. e MEIRELES, J. (1982): Os depósitos quaternários do litoral minhoto e a sua problemática actual, *Com. III Colóquio de Arq. Noroeste Peninsular (Guimarães, 1982)*, no prelo.
- CARVALHO, G. S., LEMOS, F. S. e MEIRELES, J. (1982): Estratigrafia do Quaternário e o Paleolítico do litoral minhoto (Portugal), *Estudos do Quaternário do Litoral Minhoto*, (Cad. Arq., 2), Braga.
- CLARK, G. (1976): *El Asturiense Cantabrico*. (B.P.H., Vol. XIII), Madrid.
- CLIMAP PROJECT MEMBERS (1976): The surface of the ice-ages Earth, *Science*, 191 (4232), pp. 1131-1137.
- FEIO, M. (1948): Notas Geomorfológicas — II. Em torno da interpretação dos terraços do rio Minho, *Boletim da Sociedade Geológica de Portugal*, VII, pp. 31-54.
- LAUTENSACH, H. (1940): Minhoterrassen und ihre Beziehungen zu den eiszeitlichen problemen, *Mem. Com. Cong. Mundo Português*, I, Lisboa, pp. 59-110.
- LAUTENSACH, H. (1945): *Formação dos terraços interglaciários do Norte de Portugal*, (Publicações da Sociedade Geológica de Portugal), Porto.
- LEMOS, F. S. (1982): O sítio arqueológico de Gelfa, *Estudos do Quaternário do Litoral Minhoto*, (Cad. Arq., 2), Braga.
- MAURY, J. (1977): *Typologie et Préhistoire de l'Asturiense du Portugal*, (B.A.R. Supplementary Series 21), Oxford.
- MEROC, L. (1965): Le Languedocien de la Haute et Moyenne Vallée de la Garonne, *Miscelânea en Omenaje el Abad Henri Breuil*, II, Barcelona.
- MEIRELES, J. (1982): A jazida Paleolítica de Vila Praia de Âncora (Norte). Primeiras sondagens, *Estudos do Quaternário do Litoral Minhoto*, (Cad. Arq., 2), Braga.
- PINTO, R. S. (1928): O asturiense em Portugal, *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnologia*, IV (1), pp. 5-44.
- PINTO, R. S. (1932): Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima, *An. Dist. Viana do Castelo*, I, p. 1-2.
- RUDDIMAN, W. F. e MCINTYRE, A. (1981): The North Atlantic Ocean during the last glaciation, *Palaeogeog. Palaeoclim. Palaeoecology*, 35, pp. 145-214.
- TEIXEIRA, C. (1952): Os terraços da parte portuguesa do rio Minho, *Com. Serv. Geol. Portugal*, 25, pp. 221-246.
- TEIXEIRA, C. e ASSUNÇÃO, C. T. (1961): *Notícia explicativa da folha 1-C (Caminha) da Carta Geológica de Portugal na escala de 1:50.000*, Lisboa.
- VARELA, J. M. V. (1975): El Paleolítico inferior en Galicia: Estado actual de nuestros conocimientos: Problemas y perspectivas, *Boletín Auriense*, V, pp. 219-228.
- VARELA, J. M. V. (1980): Nuevos datos y perspectivas sobre el Camposanquiense de Galicia, *El Museo de Pontevedra*, XXXIV.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la (1930): *Las cuevas de La Riera y Balmori (Asturias)*, (C.I.P.P., Mem. n.º 38), Madrid.
- VIANA, A. (1930): Estações Paleolíticas do Alto-Minho, *Portucale*, III, n.º 15, pp. 189-235.

PALEOLITICO Y MESOLITICO EN GALICIA: ESTADO ACTUAL DE LA CUESTION. PROBLEMAS Y PERSPECTIVAS

*J. M. Vázquez Varela **

El Paleolítico y el Mesolítico en Galicia han sido muy poco estudiados y apesar de que constituyen la etapa más larga de la Prehistoria son los períodos más desconocidos en el contexto regional. El retraso en la investigación científica en este campo es atribuible a varias causas: La enorme riqueza de restos de otras etapas prehistoricas, tales como túmulos, castros, etc., cuya presencia se impone claramente en el paisaje, ha polarizado la atención de los investigadores hacia éstas en detrimento de los trabajos sobre el Paleolítico que requieren el conocimiento de unas técnicas altamente especializadas. Otra causa importante es el escaso desarrollo de los estudios sobre el Cuaternario de la región, que dificulta notablemente la interpretación ecológica de los yacimientos donde se encuentran restos de la actividad humana y la determinación de su cronología. Por último podemos destacar la creencia bastante extendida y arraigada de que el tipo de habitat más idóneo para el hombre del Paleolítico fueron las cavernas. La escasez de éstas en el Noroeste peninsular debido a las características geológicas llevaría implícita la inexistencia o escasez de cierto tipo de industrias paleolíticas en la región. Los tres factores anteriormente citados y otros han llevado a la situación actual de los estudios sobre la Prehistoria gallega en la que es notorio el contraste entre la escasez de datos sobre el Paleolítico y el Mesolítico y la relativa abundancia de información sobre las etapas siguientes.

Para comprender mejor la problemática que hemos de tratar más adelante, conviene señalar siquiera de un modo breve, los principales hitos en la historia de la investigación sobre el tema, que podemos concretar en cuatro etapas:

1. Hugo Obermaier en 1922 visitó Galicia para recoger datos en los que apoyarse a fin de dar un ciclo de conferencias sobre la Prehistoria regional en la Universidad de Santiago. Estas fueron publicadas en el Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense y en ellas queda expuesta la primera síntesis científica de nuestra Prehistoria. En este primer esquema interpretativo está ausente el Paleolítico, que todavía estaba por descubrir. A pesar de la ausencia de datos en este momento, Obermaier predice con profunda intuición que es un hecho indudable que el hombre paleolítico vivió en Galicia durante los glaciares e interglaciares y que debido a la escasez de cuevas se instaló en campamentos al aire libre, en las orillas de los ríos, en los arenales de las rías, en las cuestas de los collados y al pie de bruscos taludes rocosos (Obermaier, Hugo, 1923). Hoy, pasados más de cincuenta años, la investigación a pesar de hallarse todavía en fase incipiente, puede confirmar las palabras del maestro.

2. Pocos años después de la profecía de Obermaier, concretamente en 1925, comienzan los primeros descubrimientos de industrias líticas talladas sobre cantos y lascas de cuarcita en Camposancos. A partir de aquí se producirán numerosos hallazgos en el litoral comprendido entre La Guardia y Bayona y el Bajo Miño, que darán lugar a una copiosa bibliografía polémica sobre la cronología de los mismos (López Cuevillas, F., 1973).

3. En 1949, José María Álvarez Blázquez y Fermín Bouza Brey, dan a conocer un estudio sobre los hallazgos paleolíticos de superficie en la comarca de Tuy. Estos dos autores en 1952 publican una nueva síntesis del problema relativo a las industrias líticas del Bajo Miño. Estos trabajos constituyen un hito notable en el progreso de investigación, pero debido a que están basados en hallazgos de superficie fortuitos, los únicos conocidos en aquel momento, sus conclusiones son forzosamente limitadas.

4. En 1963, Emiliano Aguirre realiza la primera excavación de un yacimieto paleolítico «in situ», en las Gándaras de Budiño (Porriño). Desde esta fecha hasta 1971 serán publicados diversos trabajos en relación con este yacimiento.

Es en las décadas de los setenta y de los ochenta cuando se realizan excavaciones en varios yacimientos de las provincias de Lugo, Orense y Pontevedra. También se llevan a cabo numerosas prospecciones que dan como resultado el descubrimiento de yacimientos paleolíticos y otros que posiblemente son mesolíticos, extendidos por toda la región.

* Departamento de Prehistoria. Universidad de Santiago./Instituto de Estudios Gallegos "Padre Sarmiento". Galicia. España.

Con base en los datos obtenidos de los trabajos citados, muchos de ellos todavía inéditos, presentamos una síntesis del estado actual de nuestros conocimientos sobre el tema, de los problemas que presenta su estudio y de los pasos a dar en un futuro para resolverlos.

Paleolítico inferior

El Paleolítico Inferior se documenta por los numerosos hallazgos de piezas, fundamentalmente bifaces, que a menudo aparecen en superficie fuera de todo contexto geológico y por varios yacimientos al aire libre de los cuales han sido excavados cuatro.

Las grandes áreas geográficas donde se documentan los hallazgos son la costa, el Bajo Miño y el tramo orensano de este río. Fuera de estas zonas hay hallazgos aislados cada vez más numerosos según se van desarrollando los trabajos de campo, por otra parte muy escasos hasta ahora, por lo que la geografía del Paleolítico Inferior está aún por hacer.

1 — *La costa*

Desde la desembocadura del Eo hasta las Rías Bajas se documentan numerosos hallazgos aislados, en su mayor parte bifaces sobre canto rodado con cierta reserva de corteza sin tallar, que pueden genéricamente ser atribuidos al achelense. Comienzan los hallazgos en la zona de Ribadeo (Lugo), siguen en el tramo de costa al sur de la Coruña y después se hacen mucho más numerosos en las Rías Bajas. Aunque la mayor parte de las piezas se encuentran fuera de todo contexto, algunas han sido recogidas «in situ» en niveles marinos cuaternarios y otras proceden con toda seguridad del desmantelamiento de los mismos por el mar actual. Un yacimiento particularmente importante es el de Pontevedra, en el ayuntamiento de Gondomar, Pontevedra, no muy lejos de la costa, en el que aparece una industria achelense compuesta por bifaces, cantos tallados, hendidores, triedros y en la que está presente la técnica levallois. Desgraciadamente las piezas han aparecido en superficie como resultado de remociones con maquinaria empleada en labores agrícolas por lo que no tenemos un contexto determinado para las mismas.

2 — *Bajo Miño*

Es la zona sobre la que se realizaron los estudios más antiguos sobre el Paleolítico en Galicia a partir de colecciones recogidas en superficie, fuera de todo contexto, compuestas en su mayor parte por bifaces particularmente abundantes. En las Gándaras de Budiño, Porriño (Pontevedra) hay un yacimiento achelense particularmente conocido por la polémica levantada por su datación. Descubierta por E. Noon es excavado por Emiliano Aguirre en 1963 quién abrió 16 trincheras con un total de superficie excavada de 191 metros cuadrados donde se recogieron 651 artefactos y 56 piedras con huellas de haber sido manipuladas por el hombre. El cuarzo y la cuarcita han sido los materiales utilizados para la elaboración de cantos tallados, bifaces, triedros, hendidores, picos, piezas con muescas, denticulados, raederas, cuchillos y otros útiles sobre lasca. Esta industria en la que está prácticamente ausente la técnica levallois ha sido clasificada como achelense superior por Echaide (1971). Muestras analizadas por la técnica del radiocarbono han dado unas fechas, 26.700 (+ 3600, - 2500) antes del presente en la parte más profunda y otra situada algo más arriba 18.000 ± 300, realmente sorprendentes para el tipo de industria hallado. Por otra parte la datación geomorfológica realizada por el conocido geólogo K. Butzer coincide en señalar un carácter tardío para el yacimiento, en el Würm. En torno a la cronología del yacimiento se han producido una división de opiniones entre los investigadores. Unos han aceptado los resultados citados y han generalizado los mismos para todo el Paleolítico Inferior en el Noroeste peninsular insistiendo en el carácter retardado o arcaizante del achelense en Galicia, otros por el contrario han mostrado su disconformidad y han criticado las dataciones del radiocarbono. Actualmente Budiño está siendo estudiado por J. Vidal quien ha realizado varias campañas de excavación en lo que queda del yacimiento, en constante peligro de destrucción. Es de esperar que de los trabajos sobre Budiño pueda esperarse nueva luz sobre la cronología del achelense en la región pues algunos hallazgos aún inéditos vienen a señalar unas cronologías más antiguas que las citadas de Budiño para el achelense en el Noroeste peninsular.

3 — *Tramo orensano del Miño*

En esta zona existen numerosos hallazgos de piezas aisladas así como de yacimiento al aire libre de gran riqueza en materiales. En los alrededores de la capital orensana se han excavado tres yacimientos, de uno de los cuales se ha publicado un breve estudio preliminar de la tipología.

El yacimiento de A Piteira, Toén (Orense) proporcionó una industria en la que hay cantos tallados, bifaces, hendidores, cuchillos de dorso, raederas, denticulados, etc. Este conjunto lítico en el que está presente la técnica levallois se puede atribuir al achelense. Los estudios geológicos y palinológicos realizados hasta el momento no han dado resultados esclarecedores de la cronología del yacimiento.

El yacimiento de Pazos en San Ciprián excavado con urgencia ante el peligro de su total desaparición a causa de las obras de un polígono industrial, tiene bifaces y hendidores.

Otro lugar excavado no muy lejos de los anteriores presenta una industria que contiene bifaces.

4 — Otras zonas poco definidas

En otras áreas de Galicia, poco estudiadas hasta ahora como el interior de la provincia de Lugo, van proporcionando según avanzan las prospecciones materiales que documentan ocupaciones con industria achelense. En la cuenca del Sil y en tierras del interior lejos de la costa y del Miño se suceden poco a poco los hallazgos de materiales de esta época.

Paleolítico superior-equipaleolítico

Hay excavados varios abrigos rocosos que han dado industrias líticas compuestas por varios tipos de raspadores (circulares, unguiformes, sobre lasca, aquillados atípicos, etc.), raederas, denticulados, buriles, perforadores, hojitas de dorso rebajado, microgravetes hechas sobre cristal de roca y sílex, que guardan estrecha semejanza con industrias del Magdaleniense final y Aziliense de la inmediata área cantábrica, sin que desgraciadamente y debido a la falta de industria ósea y de muestras susceptibles de ser datadas por el C14, sedimentología y palinología, podamos tener una datación absoluta para esta industria que ha sido introducida en la región por bandas de cazadores procedentes del Oeste de Asturias, en un momento avanzado del Tardiglacial o inicial del Holoceno.

La presencia de esta industria en puntos tan al interior de Galicia, como los alrededores de Villalba (Lugo) y Muras en el límite entre las provincias de Lugo y A Coruña en el curso del alto Eume, nos indica que entre estos abrigos y los que presentan industrias semejantes en el Oeste de Asturias tiene que haber muchos más yacimientos con restos similares cuyo estudio nos permitirá conocer mejor una etapa tan desconocida hasta ahora.

Tentativamente proponemos una fecha próxima a la del Magdaleniense final y del Aziliense de Asturias con un cierto margen de amplitud hacia épocas recientes.

La aparición de bolas de ocre y de diferentes tipos de buriles nos plantea el problema de la posible existencia de arte en esta época en la zona que nos ocupa. Prospecciones y excavaciones en abrigos y cuevas han de proporcionarnos representaciones de conjuntos industriales que nos permitirán conocer con mayor detalle este mundo.

Mesolítico

Este es un tema muy espinoso sobre el que se ha escrito mucho sólo desde unas bases tipológicas estudiadas generalmente con poca profundidad. Pese a las dificultades que encierra los últimos cinco años para llegar a plantear una serie de hipótesis provisionales, ya que las peculiaridades de los yacimientos estudiados han limitado notablemente la aplicación de la metodología científica adecuada.

Consideramos dos áreas distintas, la litoral y la interior. En varios abrigos rocosos del interior de Galicia se han localizado industrias líticas de tradición laminar con hojas, hojitas, alguna hojita de dorso rebajado y lascas de diferentes materiales que, dadas sus características, podemos considerar más tardías que las descritas como epipaleolíticas y anteriores a la cultura megalítica en dicha área. La ausencia de cerámica en estos yacimientos también podría ser un dato sobre el carácter preneolítico de estas industrias, pero este argumento por sí solo no es convincente, pues podría tratarse de lugares donde gentes que conocían la cerámica realizaron actividades en las que no hacía falta ésta. Aunque es aventurado teorizar sin más datos, podemos considerar que estas industrias son postpaleolíticas y preneolíticas propias de unas comunidades con una economía cazadora-recolectora dentro del Holoceno.

En cuanto a la zona costera la cuestión es muy compleja y hoy por hoy es uno de los problemas más debatidos de la prehistoria de la región. Desde el primer tercio de este siglo atraído de un modo intenso la atención de los investigadores la industria lítica hallada en la costa norte de Portugal y sur de Galicia, a uno y otro lado de la desembocadura del Miño.

Esta industria conocida la portuguesa como Ancoriense y la gallega como Camposanquiense ha sido objeto de numerosos estudios basados en la tipología, técnica de talla, pátina y situación de los yacimientos al aire libre en la costa. Como consecuencia de estas investigaciones la industria lítica costera ha

sido objeto de muy variadas atribuciones cronológicas y culturales. Algunos autores las han considerado paleolíticas clasificándolas como achelenses, languedocienses, musterienses, etc. Otros las han situado como pospaleolíticas, asturienses o incluso propias de los poblados castreños de la Edad del Hierro situados en la zona. Este conjunto de teorías ha dado lugar a una considerable confusión sobre el tema.

En los últimos años se han realizado nuevos estudios con una perspectiva algo distinta a la tradicional dando lugar a la consideración de que el conjunto lítico costero puede ser heterogéneo y poligenético formado por una mezcla de piezas de varias épocas y que hasta que no se tengan datos seguros sobre yacimientos con estratigrafía hallados «in situ» no tendremos una base científica segura para solucionar el problema de la atribución cultural y cronológica de estas industrias.

Recientemente se ha realizado un estudio sobre esta industria en el que se la compara con los yacimientos paleolíticos próximos, con el Asturiense del Cantábrico y con los materiales líticos recogidos en castros de la Edad del Hierro en el sur de Galicia (Vázquez Varela, J. M., 1980). Las conclusiones que con carácter provisional se exponen son las siguientes:

- 1 — Existe una clara diferencia entre el Camposanquiense que es idéntico al Ancoriense y los yacimientos del Paleolítico Inferior, Achelense, de la zona.
- 2 — El Camposanquiense es distinto del Asturiense aunque comparte con él algún tipo de útil.
- 3 — Posiblemente el Camposanquiense es una industria de edad Holocena con una componente mesolítica.
- 4 — El hecho de que algunas piezas líticas semejantes a las que se encuentran en la costa hayan aparecido en castros próximos a la misma no parece un criterio válido para atribuir el Camposanquiense a la Edad del Hierro. Los materiales hallados en los castros, en los que sí se tallaron cantos rodados fabricando cantos tallados monofaciales y bifaciales, son demasiado genéricos como para atribuir toda la tipología del Camposanquiense a los autores de los materiales líticos de la cultura castreña.

En el estado actual de la investigación en el que faltan estudios tipológicos detenidos sobre la industria de la costa y de la hallada en los castros así como excavaciones, elemento fundamental para esclarecer el problema, sólo se pueden ofrecer hipótesis de trabajo. Como tales proponemos las siguientes:

- A) El Camposanquiense de la costa es una industria relativamente homogénea, aunque es indudable que se han tallado piedras en varias épocas como por ejemplo la castreña pues hemos podido documentar la presencia de ejemplares de las llamadas «poutadas» o pesas de red hechas con instrumentos metálicos, algunas con seguridad deben de ser muy recientes.
- B) En los castros se han tallado de un modo sencillo cantos rodados dando lugar a tipos semejantes a los más genéricos del Camposanquiense, lo cual no prueba que los tipos específicos de éste sean de origen castreño.
- C) En los castros esporádicamente se han recogido materiales de la industria lítica de la costa.

Por todo lo expuesto puede sostenerse que el Camposanquiense, en términos generales, es homogéneo y anterior al mundo castreño. Sólo excavaciones y estudios tipológicos podrán esclarecer la cuestión.

Problemas que plantea la investigación

Los problemas planteados en el estudio del Paleolítico y Mesolítico son de índole varia y afectan a todas las fases del proceso de investigación, desde la búsqueda de yacimientos hasta la datación de los mismos. Por su especial importancia cabe distinguir los siguientes:

- 1 — La abundante cubierta vegetal dificulta de un modo notable la prospección de yacimientos. La falta de estudios detenidos sobre los terrenos cuaternarios y la ausencia de un catálogo completo de cuevas se suman a la dificultad anteriormente citada.
- 2 — A causa de las peculiaridades geológicas, geomorfológicas, climáticas y edafológicas de la región no aparecen restos de fauna ni de industria ósea en los yacimientos hasta ahora estudiados lo que plantea graves problemas al investigador que solo dispone de industria lítica.
- 3 — La falta de estudios sobre el Cuaternario a escala global en toda la región y la ausencia de fauna, así como la inexistencia de industria ósea hace muy difícil la datación de los yacimientos.
- 4 — El empleo de cuarcita y de cuarzo o de cristal de roca para la elaboración de útiles, en ocasiones plantea problemas a la hora de clasificarlos usando listas tipológicas elaboradas fundamentalmente a partir de objetos hechos en sílex.

Perspectivas de la investigación

Teniendo en cuenta los problemas anteriormente expuestos proponemos las siguientes líneas de investigación:

- 1 — Prospección sistemática de yacimientos en los depósitos cuaternarios especialmente en la zona costera, en las cuencas de los grandes ríos y en el área de las calizas.
- 2 — Defensa de los yacimientos que a menudo son destruidos por grandes obras mediante la elaboración de un catálogo completo y riguroso que se ha de poner a la disposición de la autoridad encargada de la defensa del patrimonio arqueológico.
- 3 — Excavación con rigurosa metodología científica de los lugares más importantes desde el punto de vista de la problemática científica.
- 4 — Aplicación de una tipología lítica lo más adecuada posible a los útiles que en su mayoría son de cuarzo, cuarcita y cristal de roca ya que la mayor parte de las tipologías existentes están pensadas como piezas elaboradas en sílex y no son totalmente adecuadas para los útiles hechos en materias distintas. Como punto de partida se podrían emplear los ensayos tipológicos hechos para piezas de cuarcita y cuarzo en África.
- 5 — La falta de materia orgánica, especialmente de restos óseos nos plantea los problemas derivados de la ausencia de una fuente de información muy importante que sólo en algunos aspectos puede paliarse con la intensiva aplicación de la palinología. Por ello es necesario potenciar la aplicación de los análisis palinológicos a todos los yacimientos de la región.
- 6 — Se han de utilizar los métodos de datación absoluta más apropiados a las características regionales. La aplicación de la termoluminiscencia y del paleomagnetismo pueden ser especialmente válidos.
- 7 — Es urgente intensificar los estudios geológicos sobre el Cuaternario, hasta hoy muy poco desarrollados, pero que tienen grandes posibilidades dada la abundancia de restos de esta época, terrazas fluviales, niveles marinos, glaciario, etc., para trazar un esquema detallado de la climatología cuaternaria en el NO. de la Península Ibérica.
- 8 — Para cometer con el rigor necesario el plan de investigación enunciado es urgente el desarrollo de la formación de especialistas dado el rigor y el grado de conocimientos que exige el trabajo científico en este campo. La capacitación de numerosos paleolitistas con una amplia base interdisciplinaria en su formación es un reto urgente que debe asumir el organismo encargado de la docencia y de la investigación si queremos andar con pie firme por el campo de la investigación sobre el Paleolítico y Mesolítico.

A través de los datos obtenidos de la aplicación de los métodos anteriormente citados y del desarrollo de los puntos enunciados podremos dentro de algunos años intentar ofrecer una visión más completa y rigurosa que la actual de esta etapa de nuestro más remoto pasado del que hasta ahora sólo tenemos vagos conocimientos.

BIBLIOGRAFIA

- AGUIRRE, E., *Las Gándaras de Budiño. Porriño (Pontevedra)*, (Excavaciones Arqueológicas en España, 31), Madrid, 1964.
- ALVAREZ BLAZQUEZ, J. M. y BOUZA BREY, F., Industrias paleolíticas de la comarca de Tuy, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, IV, 1949.
- BOUZA BREY, F., Nuevas estaciones paleolíticas del bajo Miño y problemas de este período en el Noroeste peninsular, *Revista de la Universidad de Madrid*, I, 3, 1952.
- BOUZA BREY, F. e ALVAREZ BLAZQUEZ, J. M., Industrias paleolíticas do Baixo Miño (Concelhos de A Guardia, O Rosal, Tomiño e Oia), *Trabalhos de Antropología e Etnología*, XIV, 1952.
- BUTZER, K. W., Geomorphology and stratigraphy of the Paleolithic site of Budiño (Prov. Pontevedra, Spain), *Eiszeitler und Gegenwart*, Band 18, 1967.
- CUEVILLAS, F. L., Prehistoria, *Historia da Galiza*, vol. III, Buenos Aires, 1973.
- ECHAIDE, M. D., La industria lítica del yacimiento de Budiño (Pontevedra, España), *Munibe*, XXIII, 1, 1971.
- RODRIGUEZ GARCIA, V., Notas preliminares sobre el yacimiento paleolítico de A Piteira, Toén (Orense), *Boletín Auriense*, VI, 1976.
- VÁRIOS AUTORES, *Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia. Estado da Cuestión*, Lugo, 1979.
- VAZQUEZ VARELA, J. M., El Paleolítico Inferior en Galicia. Estado actual de nuestros conocimientos. Problemas y perspectivas, *Boletín Auriense*, V, 1975.
- VAZQUEZ VARELA, J. M., *Las Raíces de Galicia*, Santiago, 1980.
- VAZQUEZ VARELA, J. M., Nuevos datos y perspectivas sobre el Camposanquiense de Galicia, *El Museo de Pontevedra*, XXXIV, 1980.
- VIDAL, J. M., Notas en torno al Camposanquiense, *Brigantium*, II, 1981.
- VIDAL, J. M., O Paleolítico Inferior no Baixo Miño, marxe galega: Unha aproximación, *Brigantium*, 3, 1982.

SITUACIÓN ACTUAL DE LA INVESTIGACIÓN DEL PALEOLÍTICO INFERIOR EN LA CUENCA MEDIA DEL DUERO

Manuel Santonja *

Aunque el estudio del Paleolítico inferior en la cuenca media del Duero — territorio que aproximadamente coincide con la Submeseta norte española — se encuentra en fase inicial y cuenta con medios muy limitados, al menos en comparación con otras regiones en las que la investigación se ha realizado de forma ininterrumpida desde el siglo pasado, se conocen datos suficientes para bosquejar una aproximación de conjunto, lo cual intentaremos hacer en las siguientes líneas (1).

Concretamos previamente que sólo vamos a referirnos a yacimientos al aire libre, pues si bien en algunas cuevas de macizos calcáreos interiores o periféricos se han registrado ocupaciones humanas de estas etapas (2), es difícil por ahora establecer nexos entre unas y otras, resultando hoy por hoy alejada la problemática que plantean (3).

Otra precisión conveniente antes de continuar afecta al término *yacimiento* que frecuentemente vamos a emplear; con el mismo eludimos referirnos a la estricta naturaleza del sitio de ocupación — campamento, taller, área de aprovisionamiento, sitio complejo, etc. (4) ya que carecemos casi siempre de criterios adecuados para intentar una interpretación de ese orden. Se han considerado yacimientos localizaciones de importancia muy diversa, para cuya valoración han sido tenidos en cuenta distintos aspectos, desde los estratigráficos (5) hasta los derivados del equilibrio interno de cada serie industrial.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

En la dispersión de yacimientos conocidos (Est. I, 1), en una aproximación global, se observa un marcado contraste entre el Este y el Oeste del territorio considerado. Frente a las escasas localizaciones efectuadas en la mitad oriental, las terrazas medias y bajas de los afluentes occidentales del Duero (Tormes, Trabancos, Valderaduey, Esla, Tera, Pisuerga en su último tramo, etc.) presentan en sus depósitos industria lítica con una frecuencia bastante elevada.

Sobre el aparente desequilibrio observado hasta ahora en la ocupación, influye sin ninguna duda la desigual intensidad de las exploraciones realizadas en estos sistemas fluviales. La diferencia que hasta hace pocos años se observaba en el oeste entre los territorios situados al norte y al sur del Duero sabemos ya que no es real, sino que era producto de la falta de investigación en Zamora y León, como sucedía en

* Museo de Salamanca.

(1) Para una información más amplia debe consultarse, Santonja, M.: Características generales del Paleolítico inferior de la Meseta española, *Numantia* I, pp. 9-64, Soria 1981, y Santonja, M. y Pérez González, A.: *Las industrias paleolíticas de La Maya en su ámbito regional*; Excavaciones Arqueológicas en España, en prensa.

(2) El caso más notorio es el de Atapuerca (Burgos), actualmente en excavación, donde se ha localizado industria lítica y restos humanos datados en el Pleistoceno medio; cf. Jordá, F.: Notas sobre la trinchera de Atapuerca, *Zephyrus* XVI, p. 149, Salamanca, 1965; Aguirre, E. y M. A. de Lumley: Fossil Men from Atapuerca, Spain, Their Bearing on Human Evolution in the Middle Pleistocene. *Journal of Human Evolution*, 6, pp. 687-688, 1977. En Palencia (Mave), León (Alcedo) y Burgos (La Ermita, Cueva Millán y otras referencias antiguas) se conocen ocupaciones musterienses en cueva, *vid.* — respectivamente — M. Santonja et al.: Aspectos de la ocupación humana antigua del Cañón de la Horadada (Palencia), *Bol. Inst. Téllez de Meneses*, vol. 47, pp. 337-392, 1982; Vidal, J. M.: La industria lítica de la cueva de Alcedo, *Archivos leoneses* n.º 69, pp. 185-192, 1981; Moure, A. y Delibes, G.: El yacimiento musteriense de la cueva de La Ermita (Hortigüela, Burgos), *Not. Arq. H.º, Prh.ª I*, pp. 9-40, 1972.

(3) La existencia en la región de yacimientos encuadrables en el Paleolítico medio, aunque evidente, plantea una problemática que sólo incidentalmente podremos abordar en esta ocasión. Remitimos a Santonja, M.: «Puebla de Yeltes: un área de talla del Paleolítico medio en la Submeseta norte española», *Numantia* II, e.p.

(4) Sitios de ocupación bien caracterizados se conocen en medio fluvial en la Submeseta sur, concretamente en depósitos del Manzanares y Jarama, *vid.* M. Santonja, N. López y A. Pérez González: *Ocupaciones achelenses en el valle del Jarama*. Pub. de la dip. Prov. de Madrid, 1980.

(5) Una valoración de estos criterios, referida a nuestro ámbito de estudio, en Santonja, M. y Querol, A.: Problemática del estudio de los yacimientos paleolíticos de la Meseta española en relación con sus características estratigráficas, *Bol. Asoc. Am. Arq.* n.º 10, pp. 5-12, 1978.

Valladolid, Palencia y Burgos (6). En estas últimas, especialmente en gran parte de la provincia de Palencia y la zona limítrofe de Burgos, la ausencia de industria en muchos depósitos fluviales podría explicarse por la presencia exclusiva en ellos de cantos de tamaño muy pequeño, poco adecuados para ser trabajados. Los yacimientos paleolíticos, si existen en este ámbito, deberán intentar localizarse fuera del medio fluvial.

Con respecto a la zona oriental — Este de Valladolid, Segovia, Soria — hay que señalar que a pesar de las investigaciones realizadas en estos últimos años los yacimientos paleolíticos continúan siendo muy escasos, aunque aún es pronto para valorar la significación de tales resultados y aceptarlos como definitivos.

La mayor parte de los yacimientos conocidos en el occidente de la Submeseta norte se emplazan en los tramos abiertos de los valles, próximos a trechos angostos en los que el río circula encajado en el sustrato paleozoico. Esta ubicación se ha observado repetidamente tanto en la Submeseta sur como en la norte, en relación además con la continuidad espacial de los valles aparentemente más ocupados (caso del Alagón-Tormes-Guareña/Trabancos, o del Esla-Tera), que invita a pensar en la utilización de dichos valles como vías naturales de dispersión. En la ocupación preferencial dentro de los tramos abiertos de las zonas inmediatas a los estrechamientos — que acontecen en terrenos rocosos — es posible que influyera tanto la densidad de la vegetación como las condiciones hidráulicas de los principales colectores, que en aquellos tramos presentarían canales más amplios, en ocasiones anastomados, disminuyendo la capacidad de movimiento de cualquier grupo humano, al contrario de lo que sucedería en los tramos angostos. En cualquier caso faltan estudios complementarios — palinológicos especialmente — que posibiliten formular con mayor rigor esta hipótesis.

CRITÉRICOS CRONOLÓGICOS

La falta de dataciones absolutas para el Pleistoceno de la Submeseta norte supone una gran dificultad para establecer correlaciones con las industrias de otras regiones, incluso con valles próximos. La ausencia casi total de restos faunísticos cierra también la posibilidad de basar o complementar las correlaciones con datos paleontológicos.

En estas circunstancias el único criterio cronológico objetivo que poseemos para la región, externo a las características de la industria lítica, es el proporcionado por los sistemas de terrazas fluviales existentes, en los cuales precisamente aparece la industria, bien estudiados en varios valles de la cuenca del Duero (7).

Las terrazas más elevadas de la actual red fluvial se disponen por debajo de los niveles de «raña», datados aproximadamente entre los 2 y 3 millones de años, constituyendo los primeros niveles cuaternarios de la Meseta (8).

Factores de orden general — climáticos fundamentalmente — y local — tanto tectónicos como otros derivados de la geología local del sustrato —, han condicionado la excavación de cada valle a lo largo del Pleistoceno, motivando que no sólo varíe la altitud relativa de las terrazas, sino también el número de las existentes en cada valle. La existencia de tres grandes escarpes permite agrupar, en la mayor parte de los casos, las terrazas en altas, medias y bajas — separadas entre sí por escalones menores (9) —, aportando un criterio que ayuda a comparar secuencias morfoestratigráficas independientes y a encuadrar la evolución de la industria lítica. El grado de evolución edáfica de los suelos desarrollados sobre la superficie de cada nivel fluvial aporta datos complementarios a dicho cuadro.

Los sistemas de terrazas con industria lítica mejor conocidos en la actualidad son los de los ríos Duero y Tormes (10), que han permitido comparaciones con las sucesiones parciales conocidas en otros

(6) Parte de estas localizaciones las hemos realizado directamente, *vid.* Santonja, M. y Pérez González, A., *e.p.*, *loc. cit.* en nota 1, donde se recogen referencias a los trabajos de P. Castellanos en León, A. Rojo y M. A. Moreno en Valladolid, Martín de Velasco en Valladolid y Palencia y J. M. Martínez en Burgos, que amplían considerablemente el territorio con industrias pleistocenas conocido en la Submeseta norte.

(7) Además de Santonja, M. y Pérez González, A., *e.p.*, *o.c.* en nota 1, *vid.* Pérez González, A.: El Cuaternario de la región central de la cuenca del Duero y sus principales rasgos geomorfológicos, *Actas de la 1.ª Reunión sobre la geología de la cuenca del Duero* (1979), tomo II, pp. 717-740, Inst. Geol. y Minero, 1982.

(8) Véase, entre otros estudios, A. Pérez González: El límite Plioceno-Pleistoceno en la Submeseta meridional en base a los datos geomorfológicos y estratigráficos, *Trabajos sobre Neógeno-Cuaternario*, vol. 9, Madrid, 1979; Molina, E. *et al.*: Esquema morfológico evolutivo de la fosa de Ciudad Rodrigo (Salamanca), *Actas de la 1.ª Reunión sobre la geología de la cuenca del Duero* (1979), tomo II, pp. 433-450, Instt. Geol. y Minero, 1982.

(9) Además de las obras citadas en la nota 1, véase A. Pérez González, M. Santonja y J. Gallardo: Quaternary History of major River Valleys of the Castilian Basins Central Spain, Abstracts, p. 243, *XI INQUA Congress*, Moscú, 1982.

(10) Pérez González, A., 1982, — *o.c.* en nota 6 — y M. Santonja, A. Querol y A. Pérez González: El yacimiento de La Maya I y la secuencia paleolítica del valle del Tormes, *ibidem*, pp. 641-662.

valles, así como intentar una correlación con los yacimientos más importantes de la Submeseta sur, tanto en las terrazas del Tajo como del Alagón y Guadiana ⁽¹⁾ tal y como se expresa en el cuadro adjunto.

CRONOLOGIA	SUELOS	INDÚSTRIAS	TORMES ⁽¹⁾ y W DE SALAMANCA Terrazas y principales yacimientos	DUERO ⁽²⁾ : Terrazas y principales yacimientos	TERA Y N DEL DUERO Terrazas y principales yacimientos	YACIMIENTOS DE LA SUBMESETA SUR
HOLOCENO			+3/5	+3/5	+3	
13.000	Suelos rojos fersialíticos 5YR	Pal. Medio	Coluviones La Maya I			
		Epi-Ach.Villares de Yeltes			
PLEISTOCENO		Medio	+6/8: La Maya Iz2	+8/12	+5/7	
SUPERIOR		Ach				
128.000		Superior	+12/14: La Maya Iz1; Villagonzalo		...Burganes III +10/12	Porzuna (Ciudad Real)
			?			
		Achelense	+18/20	+18/22	+16/20: Burganes- Olmillos;	
		Medio	(+22/24): Azucarera de Sal.	+24/30: Castronuño I	Belver II	
PLEISTOCENO			+34: La Maya II; Bocacara . Baños de Ledesma (+40)			Sartalejo (Cáceres)
MEDIO	Suelos rojos fersialíticos (2,5 YR-10R)		+42/44	+40/48		Aridos (Madrid)
		Achelense	+50/54: La Maya III	+54/56		Pinedo (Toledo)
		Antiguo	+62/64: Gárgabete	+62		
			+78/80	+74/80: Monfarraquinos Toro		
		Pre- Achelense		+82/84		
700.000				+96/100		
				+102/107		
PLEISTOCENO			+108	+110/114		
INFERIOR			+120	+126/134		
1.680.000				+141/144		La Mesa (Cáceres)

A PIE DEL CUADRO

(1) Según Santonja y Pérez González, e.p.

(2) Según Pérez González, 1979.

(11) Véase Querol, A. y Santonja, M.: *El yacimiento achelense de Pinedo*, Excav. Arq. en España, vol. 106, 1979, además de las obras citadas en las notas 1 y 3.

Industria lítica

• Aspectos técnicos

Poco se puede decir de la tecnología aplicada en los conjuntos más antiguos (Pre-Achelense y Achelense inicial) ya que su representatividad es muy limitada. En cualquier caso todos los conjuntos estudiados tienen en común el empleo mayoritario y preferente de cuarcita como materia prima; los porcentajes de su utilización en la elaboración de la industria siempre son superiores a los de frecuencia de esta roca en las gamas litológicas disponibles, de las que está ausente el sílex, al menos en las áreas concretas en que se ubican los yacimientos de referencia. También se usó con frecuencia creciente cuarzo.

En general la materia prima empleada se presentaba formatizada en guijarros, lo cual es consecuencia directa del ámbito fluvial común a los yacimientos estudiados. Es importante destacar el elevado empleo en algunas series, especialmente en el Epi-Achelense del Tormes, de plaquetas naturales de cuarcita, en muchos casos equivalentes de verdaderas lascas y empleadas igual que ellas en la elaboración de los utensilios.

Desde comienzos del Achelense medio (La Maya II), de acuerdo con la evidencia registrada, se conoce en el área de estudio la técnica *levallois* de preparación de núcleos, así como *parece* que se emplea ocasionalmente percutor elástico en el retoque.

Las industrias Achelense medio y afines conocidas en la Submeseta norte son, por toda la región y en todos los momentos, no *levallois* y no facetadas. El índice *levallois* técnico es ínfimo en ellas y el mayor índice de facetado amplio registrado es sólo ligeramente superior a 9 en La Maya I, en Galisancho y en otras series procedentes de la terraza de + 12/14 m del Tormes. El índice laminar es prácticamente nulo en todos los conjuntos estudiados.

Las series Achelense superior conocidas en la región apenas proporcionan datos tecnológicos de las industrias a que pertenecen. Las industrias Post-achelenses del valle del Tormes se caracterizan también por su primitivismo tecnológico, relacionado quizá con la mala calidad de la materia prima disponible, con índices *levallois* técnico prácticamente nulo y muy bajo el de talones facetados, especialmente si prescindimos de los talones diédros. En el Yeltes (Salamanca) comienzan a conocerse talleres atribuibles por su localización morfoestratigráfica a épocas posteriores al Achelense, en las que se desarrolla el Musteriense en otras regiones, con industrias técnicamente *levallois*, elaboradas en cuarcita, similares a otras ya conocidas en la mitad meridional de la Península (12).

• Aspectos tipológicos

Los elementos más antiguos conocidos en la Submeseta norte quizás puedan adscribirse a etapas pre-achelenses (13). Se localizan en terrazas medias-superiores del Duero y algunos de sus afluentes — Valderaduey, Pisuerga (14) — y consisten solamente en algunos cantos trabajados, lascas simples y una raedera ordinaria recta.

La secuencia Achelense más completa de las conocidas hasta la fecha es la del valle del Tormes, con diversas series escalonadas en niveles sucesivos entre + 62 m y + 6 m, cuyos rasgos tipológicos exponemos a continuación.

Los elementos más primitivos proceden de la terraza de + 62/64 m al oeste de Salamanca — Gargabete —. Se reducen a un par de bifaces — ovalar espeso u amigdaloide con talón — y un triedro poco típico, que deben corresponder ya a un contexto Achelense primitivo. Un estadio claramente asignable al Achelense antiguo se sitúa en el siguiente nivel de terraza a + 50/54 m. Se conocen dos series, una con quince y otra con veinte piezas, que comprenden utensilios sobre lasca poco definidos, cantos trabajados y algún bifaz de estilo primitivo, con aristas muy sinuosas (Est. III, 1).

No conocemos yacimientos en la siguiente terraza (+ 42/44 m) en el sector de valle comprendido entre el embalse de Santa Teresa y Salamanca, pero aguas abajo, cerca de los Baños de Ledesma, se recogió un pequeño conjunto — del que entre los utensilios sólo hay tres cantos trabajados — en una terraza a + 35/40 m, difícil de correlacionar con los niveles del Tormes del sector anterior, estudiado con mayor intensidad, pero que bien pudiera ser coetáneo del nivel de + 42/44 m mencionado.

(12) Véase Santonja, M., e.p., citado en nota 3.

(13) Hemos efectuado un estudio particular de estas industrias en Santonja, M. y Querol, A.: Industrias del Paleolítico inferior arcaico en la Meseta española, Vol. Hom. a C. Fernández Chicharro, pp. 17-31, Ministerio de Cultura, 1982, Véase también Querol, A. y Santonja, M.: El yacimiento de cantos trabajados de El Aculadero (Puerto de Sta. María, Cádiz), Exc. Arq. en España, v. 130, 1984.

(14) Véanse las obras citadas en la nota 1, tanto para estos como para todos los yacimientos aludidos a continuación.

En el nivel de + 34 m del Tormes (Est. I, 2 y II, 1) se sitúa un importante conjunto — La Maya II — que por sus características corresponde ya al Achelense medio pleno. En el utillaje sobre lasca hay que destacar la presencia de utensilios claros que se ajustan bien a los tipos teóricos; citemos entre ellos dos raederas dobles, una lasca truncada y un raspador doble. Los escasos cantos trabajados son dos unifaciales con filo simple y otro bifacial de doble filo. En el utillaje bifacial destaca la elevada presencia de hendedores — doce —, casi tan frecuentes como los bifaces — quince —, junto con la escasa importancia relativa de triedros, de los que solamente hay uno típico en la serie. Seis de los bifaces se elaboraron sobre lasca. Hay dos ovals parciales planos, pero en general sus siluetas no son muy definidas. Predominan los ovals y los amigdaloides. Los hendedores más frecuentes corresponden al tipo II (ocho), acompañados por algunos del 0 (dos) e intermedios entre el 0 y el V (dos), todos con siluetas bastante equilibradas y ninguno espatulado.

En el perfil de La Maya no está representada la terraza de + 22/24 m — que aparece en las inmediaciones de Salamanca — ni la de + 18/20 m, que lo está en otro perfil intermedio, en Villagonzalo. Esta última no ha proporcionado restos industriales hasta el momento, al contrario que la de + 22/24 m, en la cual se sitúa el yacimiento de La Azucarera de Salamanca, con una serie que comprende treinta y cinco utensilios: catorce lascas retocadas, diez cantos trabajados, ocho bifaces, un hendedor y dos triedros. Entre los utensilios sobre lasca predominan ligeramente las raederas y está representado el grupo Paleolítico superior. Los cantos trabajados — ocho unifaciales y dos bifaciales, todos de filo simple — son casi tan frecuentes como todo el utillaje bifacial. No hay ningún bifaz plano, sobresale en estos la existencia de dos lanceolados junto a uno de filo transversal, un ovalar espeso, tres amigdaloides y una punta de bifaz. Dos de ellos se elaboraron sobre lasca y cuatro en guijarro. El único hendedor, de dimensiones muy equilibradas, es de tipo I. Los triedros son poco típicos, uno está realizado en una plaqueta de cuarcita y el otro sobre canto rodado.

En el Duero, el yacimiento de Castronuño I creemos que puede correlacionarse con el recién descrito, tanto por la posición relativa de ambas terrazas en sus secuencias respectivas, como por las características de sus utillajes. La serie de Castronuño I comprende 81 piezas, de las que 34 son utensilios: catorce sobre lasca, nueve cantos trabajados y once del grupo bifacial. En el utillaje sobre lasca destacan seis raederas — tres simples, dos transversales y una abrupta —, la presencia de algunos elementos del grupo Paleolítico superior y la ausencia de denticulados. Los cantos trabajados también son aquí tan numerosos como los bifaces, entre los que hay tres planos y una mayoría de espesos. Los hendedores solamente son dos, ambos del tipo 0, mientras que no hay ningún triedro.

A un momento contemporáneo o poco posterior corresponden muy probablemente las series de la terraza de + 16/20 m. del río Tera entre Burganes de Valverde y Olmillos, representadas principalmente por los conjuntos de Burganes I (Est. III, 2 3), Burganes II, Burganes III (serie rodada), Olmillos II, así como Belver II, en el río Sequillo, todas ellas en Zamora. De Burganes I se ha estudiado una serie de 65 utensilios, en los que el utillaje nodular es mayoritario. En el utillaje sobre lasca predomina el grupo II — raederas ordinarias y transversales fundamentalmente — sobre el IV; está ligeramente representado el grupo III y poseen también cierta importancia relativa los diversos. Los cantos trabajados son abundantes, algo más que el utillaje bifacial, en el cual dominan netamente bifaces sobre hendedores, mientras que los triedros no están representados. Hay que destacar la presencia de algunos bifaces planos y la importancia relativa de los bifaces de filo transversal. Los hendedores corresponden a los tipos 0 y III.

El resto de las series mencionadas presentan características generales semejantes, a las que es preciso añadir la presencia de bifaces del grupo lanceolado de buena calidad técnica, aunque con aristas sinuosas, así como una gama de hendedores más amplia, que incluye ejemplares de los tipos 0, I, II, III y V.

Volviendo al valle del Tormes encontramos a continuación el nivel de terraza a + 12/14 m, que es precisamente en el que se ha señalado mayor número de yacimientos. Uno de ellos es el de La Maya I (Est. II) compuesto por varias unidades estratigráficas y excavado recientemente (dos superficies de 10 y 6 m² respectivamente). En el utillaje sobre lasca de la unidad correspondiente a la terraza de + 14 m. de La Maya I, que domina sobre el nodular, el grupo más abundante es el II, con un índice esencial de 25,6 (30,4 si no se tienen en cuenta para calcular este índice los cantos trabajados), seguido del IV, cuyo índice esencial es de 17,7 (21,0 sin cantos trabajados); no hay grupo *levallois* y en el III casi exclusivamente utensilios atípicos. En la serie de la terraza de + 6/8 m, también en La Maya I, parece dominar el grupo II (índices esenciales de 26,7 y 30,7 sin cantos trabajados), aunque su distancia del grupo IV es menor (índices esenciales 21,1 y 25,3); tampoco hay utensilios del grupo *levallois*, pero en el grupo III si existen utensilios típicos (índice esencial 10,5 y 12,0 sin cantos trabajados). En ambas series es muy importante la presencia relativa de diversos y la de utensilios típicos sobre plaquetas naturales. El retoque suele ser simple y muchas veces marginal. El índice bifacial total es similar en las dos series (8,1 en la más antigua y 9,5 en la reciente) y el de cantos trabajados algo superior a aquel en ambas (14,5 y 11,6 respectivamente).

Es en el utillaje bifacial donde se dan las diferencias mayores entre los dos conjuntos fluviales de La Maya I, pues mientras en la serie más reciente (+ 6/8 m) existen formas propias del Achelense superior, estas no aparecen en el conjunto de la terraza a + 12/14 m. En ambas destaca principalmente el predominio del utillaje sobre lasca y afín respecto del bifacial, y en este la escasa proporción de hendedores y triedros, no representados estos últimos en el nivel de + 6/8 m.

En el yacimiento de La Maya I existen otras series en niveles coluvionares — a techo de los fluviales —, posteriores incluso a la industria de la terraza de + 6/8 m, que plantean problemas especiales en cuanto a su atribución cultural. Se caracterizan, entre otros aspectos, por no presentar bifaces típicos y por el dominio absoluto del grupo denticulados (IV) en el utillaje sobre lasca.

Otros yacimientos de la terraza de + 12/14 m del Tormes, como en los casos de Galisancho y Portillo, han proporcionado series extensas. Estas muestras fueron recogidas superficialmente en áreas mucho mayores que en La Maya I y por ello son menos representativas de la industria de este nivel, aunque suministran información acerca de las características generales del utillaje nodular.

Industrias recogidas superficialmente en diversos puntos de la región — Castraz y Villares en el Yeltes, Burganes III, serie no rodada y otros — son difíciles de encajar cronológicamente en la secuencia descrita dada su posición superficial, incluso la ausencia de contexto morfoestratigráfico en los dos primeros casos, aunque la tipología del utillaje bifacial corresponde con claridad al Achelense superior (Est. IV, 1). Ninguna de estas series presenta instrumentos sobre lasca suficientes para caracterizarla de forma general, únicamente bifaces especialmente del grupo lanceolado, muy típicos y retocados en parte posiblemente con percutor blando, así como hendedores de aspecto muy evolucionado, con ejemplares netos de los tipos V y VI (Burganes III). Nos inclinamos a creer que estas industrias pueden ser anteriores a las de la terraza de + 6/8 m del Tormes antes aludida, cuya estación más representativa está en La Maya I.

Comienza a conocerse con algún detalle la industria correspondiente a los momentos finales del Pleistoceno, posteriores a las etapas achelenses. En el yacimiento de La Maya I se han obtenido dos series amplias, ya aludidas, procedentes de niveles coluvionares posteriores con seguridad al nivel de + 12/14 m y próximos en el tiempo, aunque muy probablemente posteriores, uno con toda seguridad, al de + 6/8 m⁽¹⁵⁾. En principio la escasez y especiales características del utillaje nodular, junto al desarrollo del elaborado sobre lasca, inclina a buscar una integración de la industria de los coluviones de La Maya I en alguna *facies* Musteriense. Un repaso en este sentido conduce de inmediato a descartar rotundamente todas las *facies* conocidas, a excepción quizás del Musteriense de denticulados. Así, si nos referimos a los datos de la serie sobre el nivel de + 14 m, el bajo índice de raederas — quince —, las ausencias de retoque Quina y puntas musterienses, así como el predominio de utensilios denticulados (el grupo IV alcanza 24,5 en cuenta esencial y 32,2 si se prescinde de los cantos trabajados), parecen permitir una referencia al Musteriense de denticulados, aún a pesar de la presencia de utillaje bifacial y cuchillos de dorso ($IA^u = 1,2$), escasos en cualquier caso. No puede descartarse además que la presencia del utillaje bifacial y los cuchillos de dorso obedezca — al menos en parte — a contaminaciones de niveles más antiguos. Intrusiones a las que en otros casos se ha recurrido — recuérdese la capa F de Le Moustier, con índices similares — para explicar una situación semejante⁽¹⁶⁾.

Aunque no descartamos rotundamente que la industria de estos niveles coluvionares deba situarse en la esfera del Musteriense de denticulados, máxime cuando recientemente se ha señalado que precisamente en el ámbito mediterráneo occidental el Musteriense de denticulados evoluciona multilineal y localmente⁽¹⁷⁾, en ausencia de términos comparativos próximos preferimos no ser rotundos en esta atribución.

El problema que plantea la interpretación de estas muestras se inserta en el más amplio de las series superficiales genéricamente atribuidas al Paleolítico medio, de los yacimientos al aire libre de la Meseta española y zonas inmediatas⁽¹⁸⁾, hoy por hoy difíciles de encuadrar, pues por sus caracteres distintivos — estudiados sobre muestras en general demasiado limitadas y problemáticas — resultan ciertamente alejadas de las industrias estrictamente musterienses procedentes de cuevas, mejor conocidas en general. Los nuevos puntos de vista sobre el Paleolítico medio, con raíces cada vez más notorias en el inferior, y la existencia de industrias claramente transicionales en el ámbito mediterráneo⁽¹⁹⁾ aconsejan prudencia al

⁽¹⁵⁾ Esta problemática se trata con detalle en el estudio monográfico del yacimiento, actualmente en prensa, cf. nota 1.

⁽¹⁶⁾ Bordes, F.: Vingt-cinq ans après: le complexe moustérien revisité, *Bull. Soc. Prh. Fr.*, vol. 78, 3, pp. 77-78, 1981.

⁽¹⁷⁾ Vid. Rolland, N.: The interpretation of Middle Palaeolithic variability, *Man* 16, pp. 15-42, 1981.

⁽¹⁸⁾ Vid. Vega Toscano, G.: Los problemas del Paleolítico medio en España, *Libro-Homenaje al Prof. Almagro Basch*, Ministerio de Cultura, en prensa.

⁽¹⁹⁾ Cf. Ronen, A. (ed): The transition from Lower to Middle Palaeolithic and Origin of Modern Man, *B.A.R. Int-Series* 151, 1982; Truffeau, A.: L'Acheuléen dans la France septentrionale, *Anthropologie* (Brno), XIX, 2, pp. 171-183, 1981; del mismo autor: Les débuts du Paléolithique moyen dans la France septentrionale, *Bull. Soc. Prh. Fr.*, 76,5, pp. 140-142, 1979. Con respecto a Italia consúltese *Atti della XXIII Riunione Scientifica: Il Paleolitico inferiore in Italia*, (Firenze 1980), 1982.

examinar la cuestión de los yacimientos más recientes de industria lítica al aire libre de la Submeseta norte.

ESTRUCTURA E EVOLUCIÓN DE LAS SERIES ESTUDIADAS

Las interpretaciones ofrecidas sobre el Paleolítico inferior de la región del Duero a través de estas páginas están condicionadas, como es evidente, por el número, tamaño y naturaleza de las series estudiadas. Para valorar la representatividad de las series es preciso considerar el tamaño de cada muestra y la extensión superficial — además de la problemática estratigráfica ligada a la extensión — de los yacimientos correspondientes. Únicamente en La Maya I se han logrado por ahora muestras altamente representativas (20). El nivel de significación de las restantes depende en general del número de utensilios en relación con las características estratigráficas del yacimiento y también con las del muestreo. El material sobre el cual hemos basado nuestros estudios sólo permite diseñar un trazado básico del desarrollo del Paleolítico inferior en la Meseta. Es necesario ir completando el esquema obtenido con nuevos datos, que deben multiplicarse considerablemente antes de poder obtener una visión precisa de este dilatado período en la región estudiada.

La casi totalidad de las series achelenses que hemos descrito poseen un índice apreciable de utillaje bifacial; los más bajos registrados corresponden a momentos avanzados y post-achelenses. En el utillaje sobre lasca y afín se observa un continuo predominio del grupo II de Bordes, especialmente de las raederas, puesto que los otros tipos incluidos en dicho grupo son muy raros en las series analizadas. Igualmente se comprueba el escaso desarrollo de los grupos I y III de utillaje sobre lasca, si bien es preciso recordar la existencia de útiles de este último desde el Achelense antiguo.

Los índices característicos del utillaje, especialmente del elaborado sobre lasca, se ven afectados por dos factores que les hacen disminuir: la influencia de los frecuentemente elevados porcentajes de cantos trabajados y el también elevado de utensilios diversos (21), entre los cuales hay que destacar la alta frecuencia de lascas con retoque amplio y los instrumentos sobre plaquetas naturales en el valle del Tormes. La frecuencia de cantos trabajados varía de unos yacimientos a otros. Es preciso señalar que aunque la localización sobre las terrazas cuenta, no es un determinante absoluto para la alta frecuencia de cantos trabajados en una serie, puesto que se conocen yacimientos en barras fluviales — El Sartalejo, en el Alagón, es un ejemplo claro — donde la frecuencia de estos utensilios no es elevada.

Al hablar de los caracteres del utillaje bifacial hemos señalado ya algunas características estructurales. En primer lugar, la escasez de triedros en relación posiblemente con la pobreza de series atribuibles al Achelense antiguo, momento que en la Submeseta sur se caracteriza por la elevada presencia de dichos utensilios (22). El momento inicial del Achelense medio en la zona, igual que en la Submeseta sur, queda marcado en cuanto al utillaje bifacial por un aumento del porcentaje de hendedores, los cuales alcanzan cifras similares a los bifaces.

La existencia de tendencias evolutivas en la industria achelense se ha discutido en algunas ocasiones. Aunque este no es lugar apropiado para examinar en detalle esta cuestión, sí creemos oportuno recordar que tanto en Europa occidental como en otras partes del Mediterráneo se detecta con claridad, mientras que en algunas zonas del continente africano parecen no evidenciarse — quizá debido a la diferente metodología aplicada — rasgos evolutivos, interpretación que se extiende por algunos autores a regiones más amplias (23). En conjunto, en esta zona las tendencias que parecen desarrollarse a través del tiempo son fundamentalmente las siguientes:

- Perfeccionamiento del utillaje sobre lasca, denotado especialmente por la diversificación tipológica y por la *estandarización* progresiva del utillaje. Parece existir un fuerte contraste entre el utillaje sobre lasca del Achelense primitivo, con tipos poco netos que se ajustan mal al morfotipo teórico, y del Achelense medio. En este último se observa una presencia mayor de algunos tipos de utensilios, concretamente del grupo Paleolítico superior y de raederas convergentes.

(20) Valoración que debe entenderse con las matizaciones pertinentes, pues en ningún caso debe olvidarse que las muestras aquí estudiadas no proceden de suelos de ocupación, sino de acumulaciones cuya formación requiere un tiempo difícilmente evaluable. Sólo en función de la escasa velocidad evolutiva de las industrias del Paleolítico inferior, proporcionan criterios comparativos, tanto más inseguros cuanto más avanzamos en el tiempo.

(21) Téngase en cuenta que el número de cantos trabajados y el de utensilios diversos influye directamente en el cálculo de los índices tipológicos del utillaje sobre lasca.

(22) Vid. Querol y Santonja 1979, o.c. en nota 10.

(23) Un resumen de esta problemática en Jelinek, A.: The Lower Paleolithic: current evidence and interpretations, *Ann. Rev. Anthropol.* 1977, 6, pp. 11-32. Un planteamiento muy reciente y heterodoxo con respecto a Francia, en Villa, P.: Matières premières et provinces culturelles dans l'Acheuléen français, *Quaternaria* XXIII, pp. 19-35, 1981.

- El utillaje bifacial, con independencia — como en el caso anterior — de la materia prima empleada, tiende a ser cada vez más equilibrado y de proporciones más regulares; esto se observa especialmente en bifaces y hendedores, puesto que los triedros típicos son escasos en los conjuntos más avanzados. En bifaces y hendedores se detecta primero una evolución esencialmente tipológica. Desde las series primitivas a las registradas en el Achelense medio, se nota una clara tendencia a la aparición de tipos progresivos (bifaces planos, lanceolados típicos; hendedores de tipos II, III, V y VI); posteriormente el carácter progresivo parece que se ciñe más al aspecto morfológico del utensilio, con cierta independencia de la tipología, así vemos aparecer bifaces muy típicos — por ejemplo lanceolados — realizados con gran economía de gestos técnicos, o también hendedores de tipo 0 en cantidad apreciable, con siluetas muy compensadas, aprovechando bien las características iniciales de las lascas, que se obtuvieron ya con un equilibrio formal muy adecuado para ser transformadas en hendedores.

Las series estudiadas, salvo las primitivas y las más recientes, corresponden al Achelense sin que se haya señalado ninguna industria diferenciable contemporánea de sus etapas antigua y media.

El Achelense de la región se ha encontrado distribuido por un número elevado de terrazas — seis o siete en el Tormes y en el Duero por ejemplo, — *cf.* cuadro — que permiten seguir el ritmo evolutivo de esta industria. Aunque la escasa entidad de las series impide considerar la existencia de estadios diferenciables en el Achelense antiguo, para el Achelense medio — que en el Tormes aparece posiblemente en cuatro niveles sucesivos, los de + 42/44 m(?), + 34 m, + 22/24 m y + 18 m — ha sido posible distinguir al menos dos estadios diferentes representados principalmente por los yacimientos de La Maya II y Azucarera de Salamanca.

Posteriormente, desde los conjuntos correspondientes al nivel de + 12/14 m del Tormes, se observa una profunda alteración en la estructura del utillaje de las series conocidas, la cual a nuestro juicio marca el comienzo del Paleolítico medio regional, cuyas raíces hay que buscar — como sucede en Europa occidental y en el ámbito mediterráneo — desde finales del Achelense pleno, que coincide con el Achelense medio. A diferencia de la gran uniformidad detectada en ese estadio, a partir de él se empiezan a conocer diversas *facies* cuyas posiciones cronológicas y características están aún mal establecidas. Los exigüos conjuntos atribuibles claramente por su tipología al Achelense superior son difíciles de datar en relación con las series Epi-Achelenses de las terrazas bajas del Tormes, en las que el utillaje bifacial pierde de forma notoria importancia cuantitativa frente a los utensilios sobre lasca. A ellas deben añadirse las *facies* de taller en que domina la técnica levallois, que también ahora se empiezan a conocer. Respecto a su cronología únicamente podemos afirmar por el momento que los conjuntos más recientes son anteriores al último depósito fluvial de los valles, cuya base se sitúa incluso por debajo del *thalweg* actual y al que se le puede considerar finí-Pleistoceno como más moderno, si atendemos a la ausencia en él de materiales arqueológicos post-palolíticos, que cuando aparecen en los fondos de valle lo hacen sobre la vega actual.

DISCUSSÃO

JEAN-PIERRE TEXIER — A propósito dos problemas levantados pelos representantes da Universidade do Minho, relativamente à existência de um clima frio de tipo periglacial no Noroeste de Portugal, J.-P. TEXIER fez uma breve exposição sobre os elementos de interpretação paleoclimática e cronoestratigráfica das formações quaternárias da estação paleolítica de Budiño (Galiza). Transcrevemos de seguida as suas palavras:

Le site paléolithique de Budiño, actuellement fouillé par J. VIDAL, est localisé dans la partie moyenne de la vallée du Louro, affluent de rive droite du Minho. Le bassin versant du Louro est installé dans la partie méridionale du grand rift galicien, d'orientation Nord-Sud, qui relie le Tambre au Minho. Cette dépression tectonique a été en partie colmatée au cours du Tertiaire (pendant le Miocène et le Pliocène) par de puissantes séries détritiques, organisées en séquences répétitives superposées. C'est principalement à l'intérieur de ces dernières que le Louro a creusé et façonné son bassin versant.

I — Les Formations Fluviales Quaternaires (Fig. 1)

Quatre séries de formations fluviales ont été identifiées. Elles ont été désignées, de la plus ancienne à la plus récente, par les symboles cartographiques Ft, Fu, Fv et Fw.

— *Formation Ft*: Sa base est située à 50 m au dessus de l'étiage du Louro. Elle est composée essentiellement de galets volumineux, de nature variée (Quartz, quartzite, granite, gneiss...), très altérés, organisés en lits subhorizontaux. La matrice, peu abondante, est constituée de sables quartzeux, micacés et feldspathiques.

Une déformation de type «coin de glace» a été observée au sein du matériel sédimentaire.

— *Formation Fu*: Sa base est localisée à 30 m d'altitude relative. Elle comprend deux nappes alluviales emboîtées (Fu1 et Fu2) de faciès comparable: galets et sables à stratifications obliques et entrecroisées. Le cortège pétrographique des galets est très différent de celui de la formation Ft: les quartz sont très largement majoritaires, et sont associés à quelques gneiss et granites fortement altérés.

— *Formation Fv*: La base de cette formation se situe à 20 m au dessus du Louro. Elle se compose de deux ensembles fluviaux superposés (Fv1 et Fv2), séparés par une surface d'érosion. La nappe Fv1 est formée de galets de nature variée (Quartz,

quartzite, granite, gneiss) plus ou moins altérés, associés à des sables quartzeux et micacés. Le tout est disposé en chenaux emboîtés. Cette séquence se termine par des sables fins et des argiles micacées à litage horizontal.

La nappe Fv2 marque un renouvellement complet du matériel sédimentaire (principalement quartzeux), organisé en strates entrecroisées.

Un sol rouge, très érodé, visible localement, s'est développé aux dépens de Fv2.

— *Formation Fw*: Son altitude relative de base est de 10 m. Elle comprend deux séquences fluviales superposées (Fw1 et Fw2), séparées par un discordance de ravinement. Chaque séquence débute par une couche à galets, principalement quartzeux, et se termine par des dépôts fins, limono-argileux.

De nombreuses déformations de type cryoturbation (injections de galets dans les dépôts fins, galets disposés en «guirlandes») ont été observées dans ces formations qui, par ailleurs, ont livré un *biface* et un *hachereau sur éclat*.

— *Remarque*: Une autre formation fluviale termine par des dépôts fins, limono-argileux.

De nombreuses déformations de type cryoturbation (injections de galets dans les dépôts fins, galets disposés en «guirlandes») THÉTIQUE PRÉSENTÉ SUR la figure 1. Peut-être s'agit-il d'une nappe Fw3?

II — Les Dépôts Quaternaires du Site de Budiño (Fig. 1)

Tous les dépôts quaternaires représentés à Budiño se situent plus bas que Fw1 et Fw2. Ils sont donc postérieurs à ces épandages fluviaux. Trois grandes catégories de dépôts ont été identifiés: des formations fluviales, des colluvions, des formations tourbeuses.

— *Formations fluviales*: Elles sont disposées à l'intérieur de chenaux de profondeur et de largeur réduites. Elles sont constituées de sédiments à stratifications entrecroisées, d'origine uniquement locale (arènes granitiques reprises).

Ces critères nous permettent de les attribuer à des petits affluents du Louro et non pas, comme l'a fait K. Butzer (1967) à des «terrasses» du Louro.

De riches *industries de type acheuléen* ont été mises au jour dans ces formations (locus 2 et 3 — fouilles J. Vidal). Par ailleurs, elles ont livré une *association pollinique à caractère très froid* (Analyses de M.-M. Paquereau, Institut du Quaternaire, Université de Bordeaux 1).

— *Les colluvions*: Elles proviennent du remanient d'arènes granitiques, des formations détritiques tertiaires et, éventuellement des formations fluviales localisées dans les chenaux. Elles contiennent des industries à faciès Paléolithique moyen (Locus 1 — fouilles J. Vidal) et des industries à faciès acheuléen (Locus 5 — fouilles J. Vidal).

Les cortèges polliniques identifiés dans les colluvions (Analyses M.-M. Paquereau) révèlent un *climat moins froid* que celui contemporain des formations fluviales, et *relativement humide*.

— *Les tourbes*: Localisées dans les bas fonds, elles sont postérieures aux colluvions qu'elles recouvrent. Pour l'instant, aucun indice archéologique n'a été découvert dans ces formations.

III — Conclusions

1) Eléments d'interprétation paléoclimatique

Les cortèges polliniques caractérisés dans les dépôts de Budiño indiquent clairement la manifestation de paléoclimats quaternaires froids dans la vallée du Louro.

Ces données accréditent l'interprétation cryergique des déformations constatées dans les formations fluviales de ce bassin versant. Elles vont dans le même sens que les observations de G. SOARES DE CARVALHO (1983) et de G. COUDE-GAUSSEN (1981) dans la province du Minho, voisine du domaine étudié.

L'hypothèse de paléoclimats quaternaires de type périglaciaire semble donc difficilement réfutable. Elle devrait désormais être prise en compte lors de l'interprétation des formations quaternaires de cette région.

2) Hypothèse chronologique

Les formations de Budiño ainsi que les formations fluviales Fw, peuvent être rattachées avec assez de certitude au Pléistocène supérieur, d'après les éléments archéologiques et polliniques qu'elles ont livrés. Des datations absolues par thermoluminescence sont actuellement en cours. Elles devraient permettre de situer avec plus de précision la position chronologique de ces différentes unités sédimentaires.

A titre d'hypothèse, et par analogie aux formations fluviales du Sud-Ouest de la France, les dépôts Fv ont été attribués au Pléistocène moyen, les dépôts Fu et Ft au Pléistocène ancien. Mais cette hypothèse demandera à être confirmée ultérieurement.

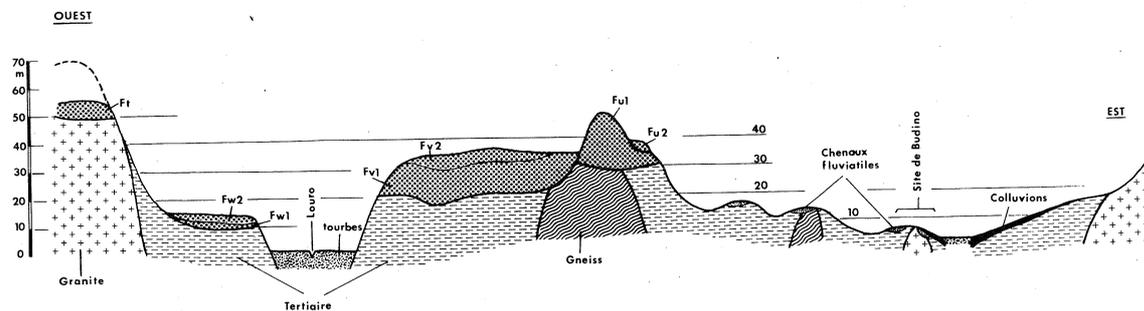
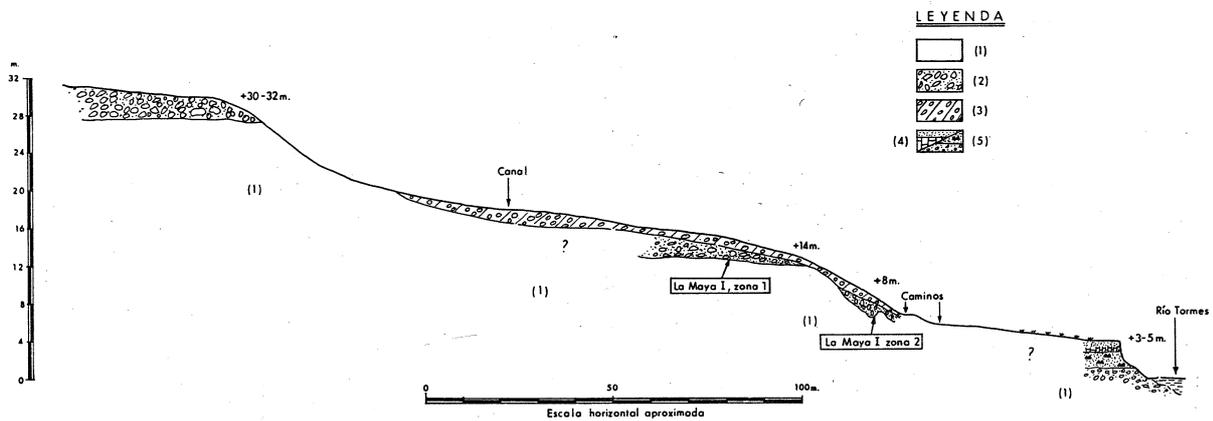
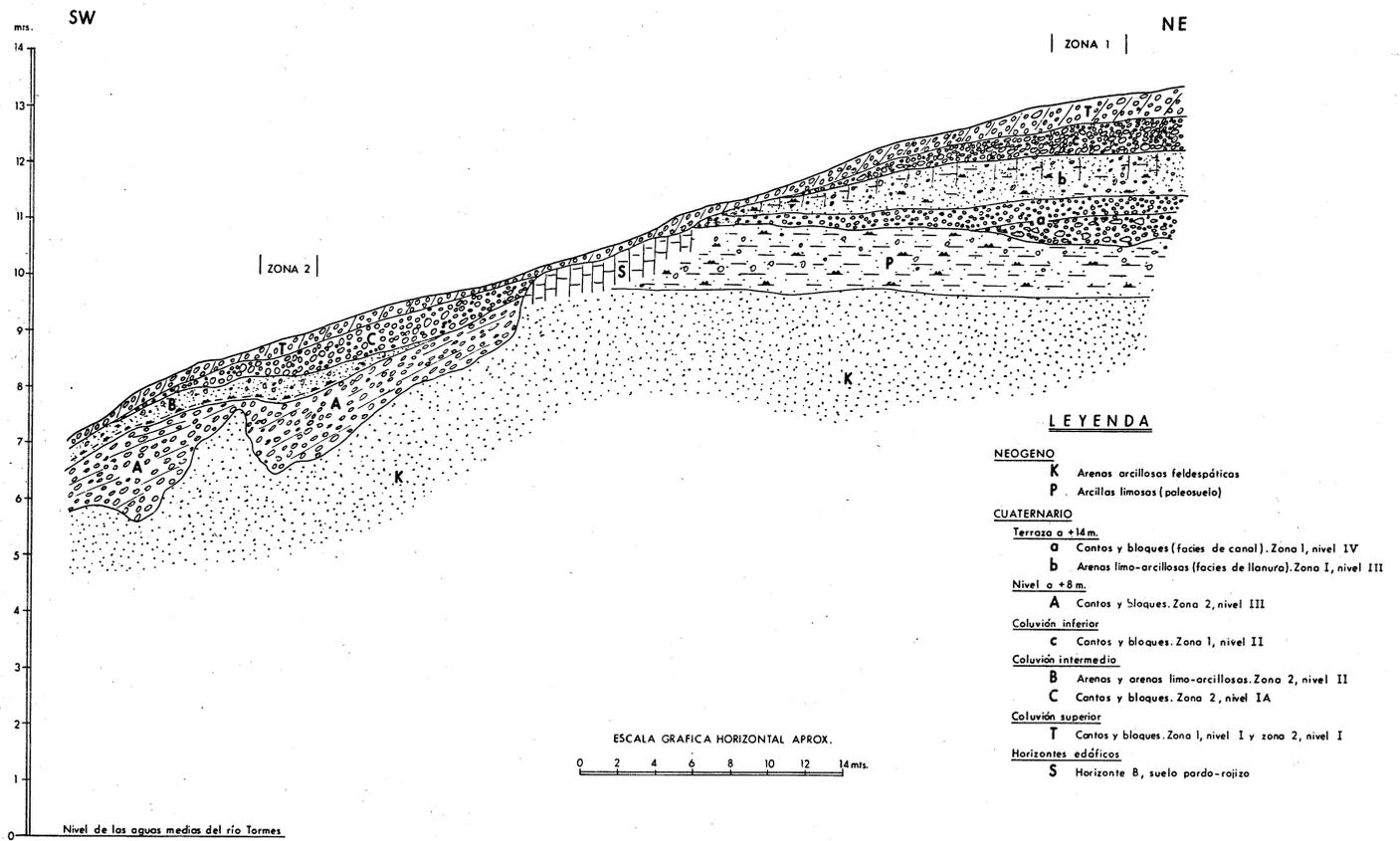
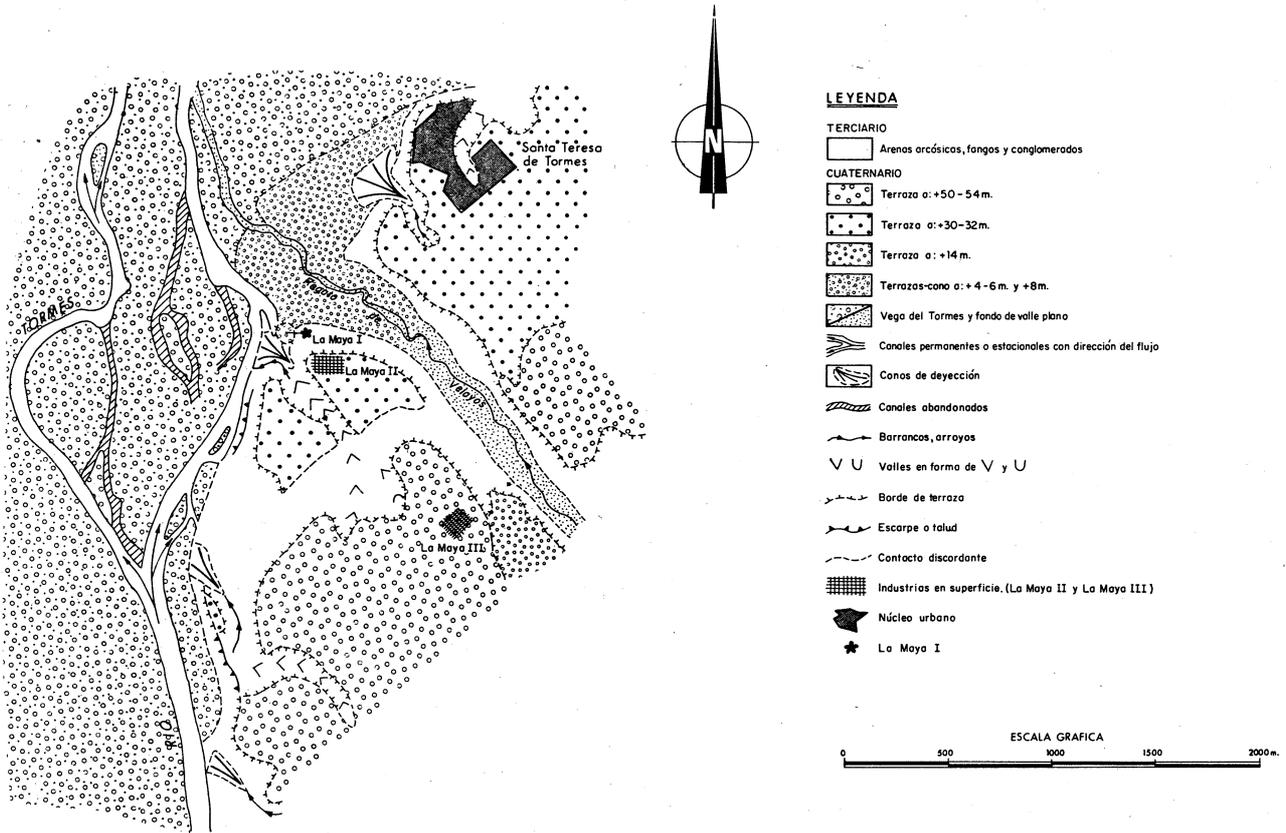


Fig. 1: Coupe synthétique schématique montrant la disposition relative des principaux dépôts quaternaires du bassin du Louro.

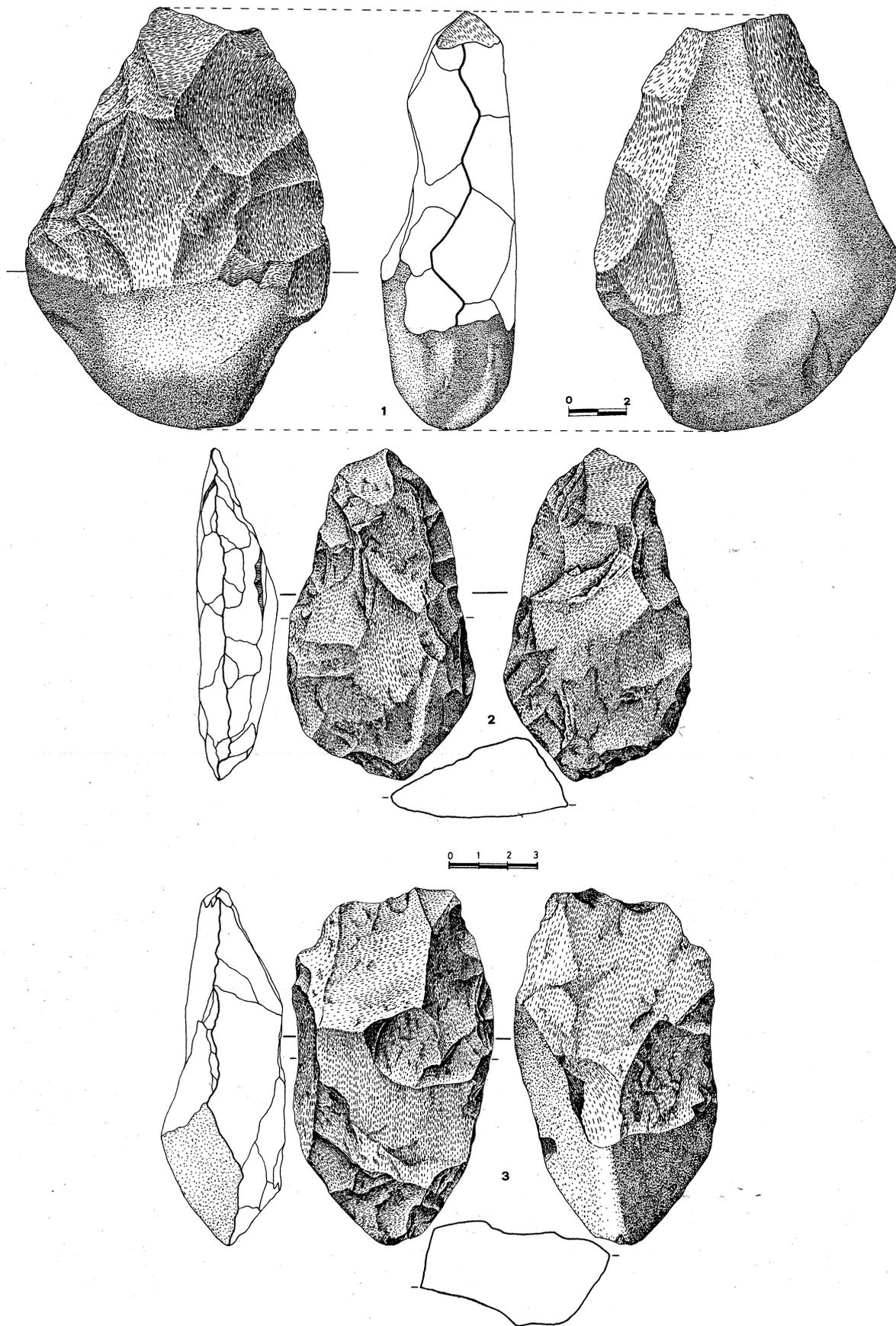


Est. I — 1) Principales yacimientos del Paleolítico inferior conocidos en la Submeseta norte. 1: Monfarracimos; 2-8: Burganes-Olmillos; 9: Bretocino; 10-11: Belver de los Montes; 12: Torquemada; 13: Boecillo; 14: Castronuño; 15 y 16: San Román de la Hornija; 17-18: Toro; 19: Las Cuestas; 20: Sta. M.^a de Riaza; 21: Narros del Castillo; 22: Larrodrigo; 23: Garcihernández; 24: Cantalpino; 25 al 39: yacimientos del Tormes entre Alba y Salamanca; 29: Baños de Ledesma; 40: Villares de Yeltes; 41: Bocacara; 42: alrededores de Ciudad Rodrigo.

2) Terrazas medias y bajas en el perfil geomorfológico de La Maya I: (1) Arcosa terciaria; (2) Niveles fluviales a + 8 m.; + 14 m. y + 30/32 m; (3) Fases coluvionares. Subnivel de vega a + 3-5 m; (4) Horizontes edáficos (A y B); (5) Gravas, arenas de canal y limos arenosos de llanura (Según Santonja y Pérez González, e.p.).

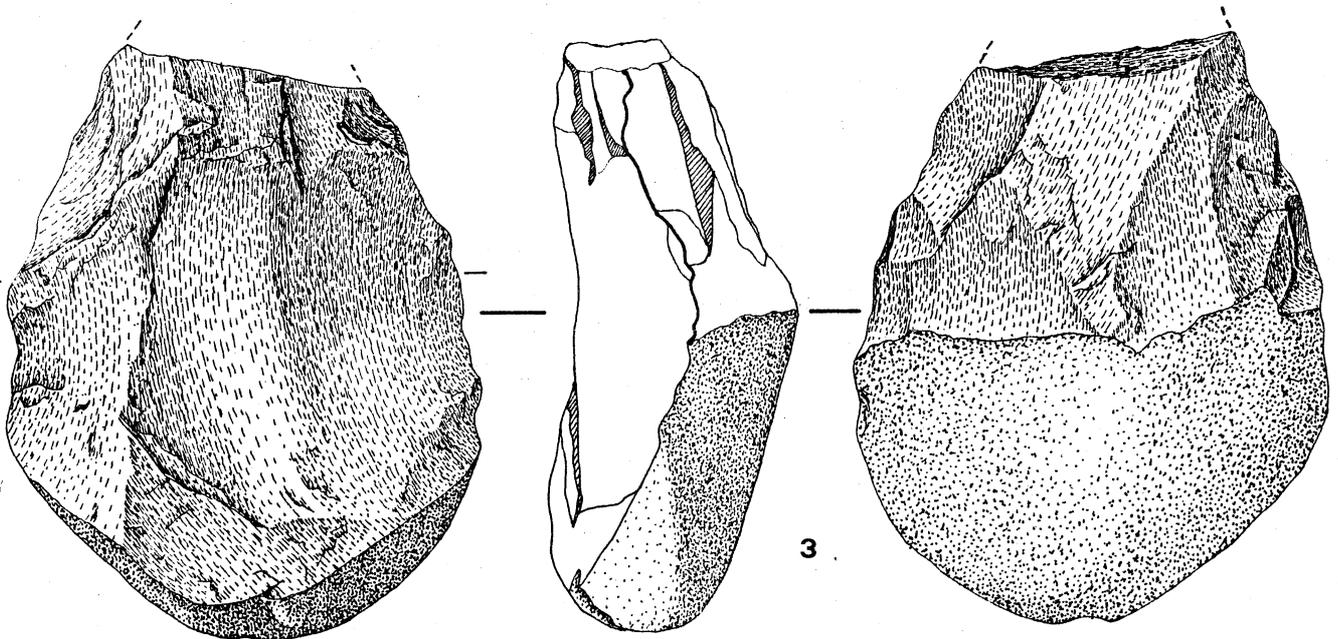
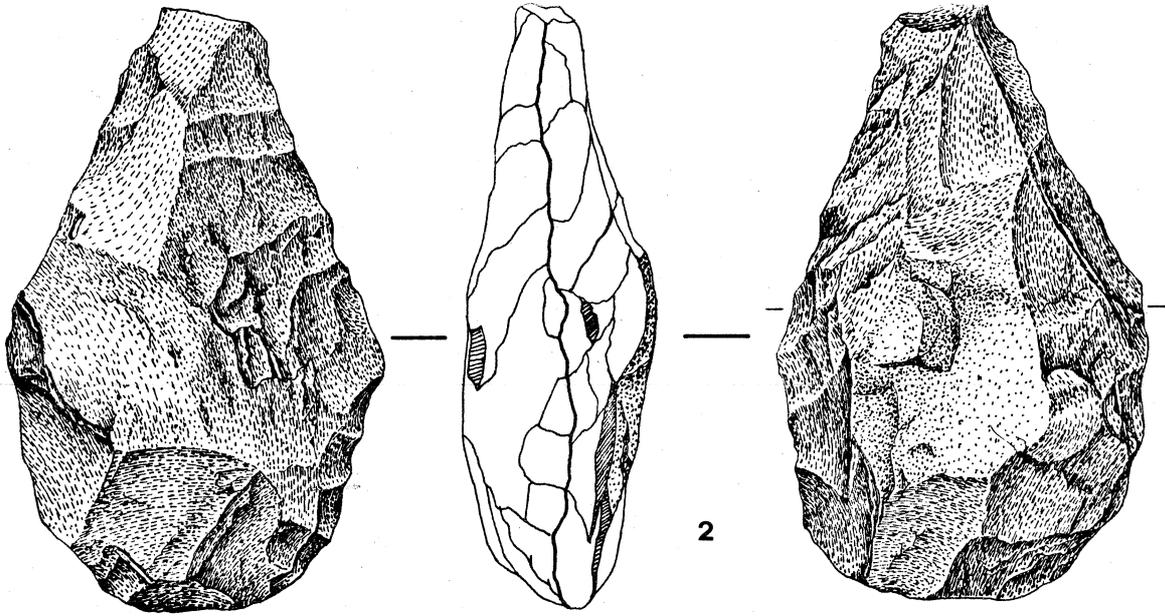
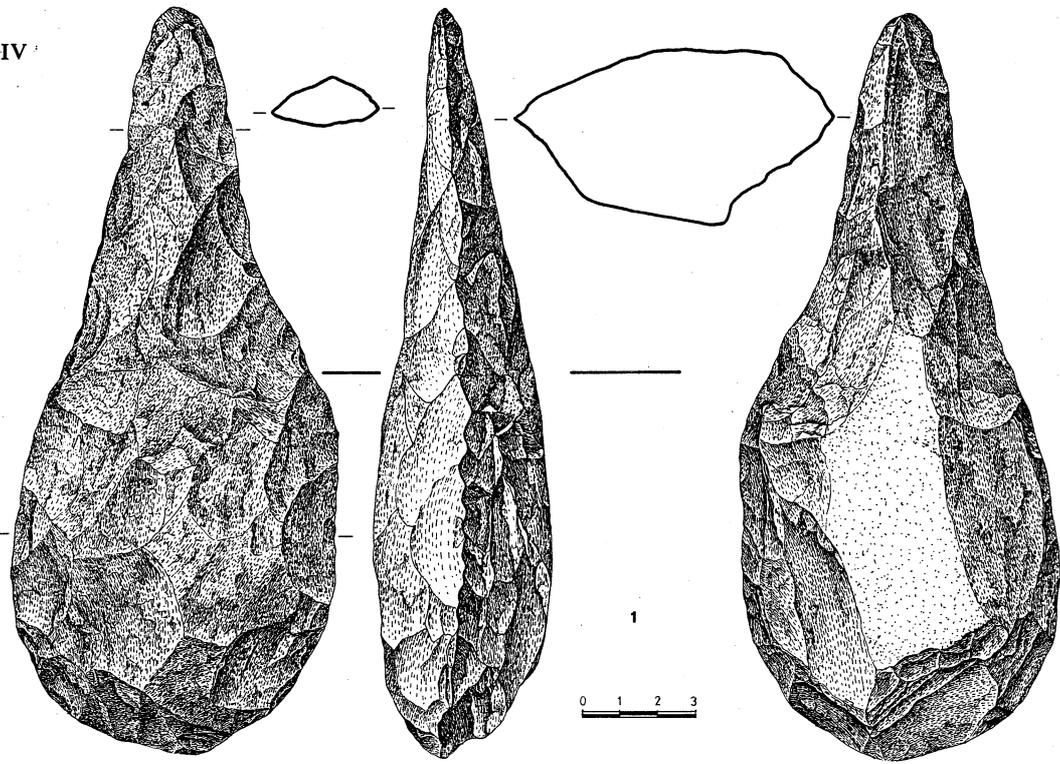


Est. II — 1) Los yacimientos de La Maya I, II y III en su entorno geomorfológico (según Santonja y Pérez González, e.p).
 2) Sección morfoestratigráfica del frente septentrional del yacimiento La Maya I (Según Santonja y Pérez González, e.p).



Est. III — 1) Bifaz de tipo *ficron* lanceolado. La Maya III; 2 y 3) Bifaces subcordiforme y de filo transversal. Burganes del Valverde (Según Santonja y Pérez González, e.p.).

Est. IV



Est. IV — Bifaces de estilo micoquiense. Burganes III (1) y Calvarrasa I (2 y 3) (Según Santonja y Pérez González).

MEGALITISMO DO NORTE DE PORTUGAL: UM NOVO BALANÇO

Vitor Oliveira Jorge*

Nos últimos anos, particularmente a partir de 1978, reiniciaram-se os estudos sobre o megalitismo do Norte de Portugal, tema que está hoje ocupando vários investigadores. Tal tema é porém vasto e complexo, como julgamos ter demonstrado na obra *Megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto — os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, a qual condensa os nossos conhecimentos até aos inícios de 1982 (1). Desde então, duas novas campanhas de escavações foram feitas, por nós e por outros arqueólogos, que nos permitem apresentar dados inéditos, e delinear melhor certos aspectos da problemática; a nossa exposição articular-se-á, assim, em torno de certas questões nodais que se levantam aos estudiosos deste assunto. Como todos os balanços, também este terá decerto vida efêmera, pois se destina a ser mais ou menos rapidamente superado pelo movimento incessante da pesquisa; o que será um bom sinal, pois o progresso da investigação pré-histórica baseia-se, obviamente, nesta retroacção permanente entre a teoria e a prática, entre a “ordem” que pomos nos dados agora ao nosso dispor, e a “desordem” que novos elementos virão introduzir.

É bem sabido que os *monumentos sepulcrais cobertos por uma mamoa* são extremamente abundantes no Norte de Portugal — por simples convenção, referimo-nos apenas à área a norte do rio Douro —, onde constituem elemento típico das paisagens dos *plateaux* graníticos (2); o seu número actual excede largamente o milhar. Porém, a extrema ruína das estruturas propriamente funerárias que essas mamoas contêm, e o pequeno número de escavações científicas realizadas — praticamente confinadas, para já, ao distrito do Porto (3) — não nos permite generalizar a designação de “megalíticas” a tais mamoas. De facto, nos monumentos assim habitualmente denominados nota-se um acentuado polimorfismo, que vai desde o dólmen de apreciáveis dimensões, com câmara e corredor (por exemplo, Anta da Barrosa, Caminha, ou Anta de Santa Marta, Penafiel) até à absoluta ausência de câmara, seja ela dolménica ou de tipo cistóide (Mamoas 5 de Outeiro de Gregos, Baião) (4). A falsa impressão de homogeneidade que nos é transmitida pelos montículos tumulares arruinados, normalmente implantados em chãs, e, com frequência, agrupados, e a facilidade com que o nosso hábito lhes atribui o epíteto de “megalíticos”, terão de ser progressivamente substituídas pela análise detalhada que só a escavação permite e, a partir dela, por uma nomenclatura mais diversificada e apropriada a cada tipo de monumentos. As constantes rapidamente observáveis, topográfica (localização sistemática em *plateaux*) e morfológica (montículos artificiais) poderão esconder um grande número de variáveis, sujeitas a leis que podem ter dependido de factores cronológicos, sociológicos, ou outros; assim, a própria cartografia rigorosa das mamoas só atingirá todo o seu interesse — por ex., em termos da lógica que presidiu à sua implantação no espaço — quando soubermos o que é que estamos exactamente a cartografar, uma vez que no mesmo núcleo ou conjunto (isto é, agrupamento de núcleos) monumental, se podem ter sobreposto diferentes “lógicas”, tanto mais que é de esperar uma longa vigência temporal de tais “necrópoles”. O conjunto megalítico mais estudado do Noroeste peninsular — o da Serra da Aboboreira, no distrito do Porto — está aí para o provar.

A localização dos monumentos

Ao nível do Norte de Portugal no seu conjunto, a distribuição dos monumentos resume-se em poucas palavras: Entre-Douro-e-Minho e região ocidental de Trás-os-Montes. São bem conhecidas as grandes

* Universidade do Porto

(1) Dissertação de doutoramento em Pré-história e Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras do Porto em 1982.

(2) O que não significa que não possam aparecer, embora raramente, sobre formações de diferente natureza geológica, como o xisto, como adiante se verá.

(3) De referir o recente início da escavação de um monumento megalítico em Trás-os-Montes, no concelho de Sabrosa, por A.A. de Bacelar Gonçalves, da Fac. de Ciências do Porto.

(4) V. V. O. Jorge, A Mamoa 5 de Outeiro de Gregos, um “tumulus” não megalítico da Serra da Aboboreira (Baião), *Arqueologia*, 6, Dez. de 1982.

concentrações do Alto Minho, por exemplo, ou, já em Trás-os-Montes, as de Montalegre, Vila Pouca de Aguiar e Alijó. Entretanto, no distrito de Bragança, dificilmente se ultrapassará a trintena de mamoadas, aliás em referências antigas que, apesar de tudo, conviria confirmar.

Quanto à localização propriamente dita, pode dizer-se que ela praticamente coincide com as manchas graníticas, tendo sido esta rocha a matéria-prima utilizada na grande maioria das construções. Contudo, conhecem-se cada vez mais monumentos implantados em zonas de xisto, como por ex. a Mamoadas de Gestosa (Vila Nova de Gaia) ou, no vizinho concelho de Gondomar, a Mamoadas dos Crastos.

Os monumentos surgem geralmente agrupados, em pequenos núcleos que, por sua vez, se integram em conjuntos mais ou menos extensos; tais agrupamentos aproveitam normalmente zonas planas, situadas a diferentes altitudes, que podem ir de alguns metros apenas acima do nível do mar, a c. de 1.300 m. nas superfícies aplanadas das montanhas do Alto Minho. Casos há, porém, de monumentos que se encontram intencionalmente isolados, quer em posição proeminente na proximidade de "necrópoles" (Mamoadas do Alto do Catorino, em Carrazedo de Alvão, por exemplo), e parecendo estabelecer uma hierarquia em relação aos agrupamentos mais abaixo, quer em situações que sugerem que tais mamoadas foram concebidas de forma mais individualizada, o que pode estar em relação com a sua época de construção, quiçá mais tardia (Dólmen de Santa Marta, Penafiel).

De um modo geral, porém, é o grande agrupamento que nos surge, adentro do qual se notam pequenas descontinuidades espaciais (quer marcadas pela diferença de cotas, como no conjunto megalítico da Serra dos Campelos, em Lousada — distrito do Porto — quer por acidentes do terreno, como na Serra da Aboboeira, em que os afloramentos graníticos delimitam pequenas chãs) que assim isolam os diversos núcleos de cada conjunto.

As estruturas externas: as mamoadas

As escavações realizadas, o aspecto superficial de muitas mamoadas, e os cortes produzidos acidentalmente nelas, pela abertura de estradas ou outros motivos, mostram que se trata normalmente de montículos artificiais de terra, com frequência revestidos por uma couraça protectora de lajes ou blocos imbricados. Esses montículos, tendo sido essencialmente formados por acumulação de solo vegetal, humoso, pouco consistente, foram sofrendo, com o tempo, um processo de compactação, que lhes diminuiu a altura original, permitindo o afloramento das estruturas internas, dolménicas ou outras, já de si arruinadas por violações. As escavações efectuadas mostram que os sedimentos utilizados nesses montículos são de origem local, tendo provavelmente sido retirados das áreas vizinhas dos actuais monumentos, o mesmo acontecendo com as lajes que constituem as couraças pétreas. Tais sedimentos apresentam por vezes manchas de solo mais escuro e humoso, com uma forma repetida e volume muitas vezes constante, que denunciam o modo como as mamoadas eram construídas: a terra era transportada para o local, provavelmente em unidades individuais, sendo acumulada contra os esteios da câmara, previamente colocados na posição vertical, razão pela qual tais manchas tendem a apresentar uma inclinação concordante com o declive das "encostas" do monumento. Estes sedimentos contêm por vezes carvões, de variado calibre, os quais podem aparecer em áreas circunscritas, parecendo corresponder a pequenas fogueiras feitas durante a erecção dos *tumuli*, talvez com finalidade ritual. Idêntica finalidade poderiam ter queimadas mais extensas, denunciadas por camadas de carvões, e até pedras carbonizadas, na base de alguns dos *tumuli* (por exemplo, no mamoadas 1 da Sr.^a da Guia, na Aboboeira), embora se possa pensar que tais camadas se relacionam com a limpeza da vegetação que previamente cobria os locais em que assentaram os monumentos⁽⁵⁾; num caso — Mamoadas da Mina do Simão, Aboboeira, Amarante — parece ter existido um solo de ocupação humana anterior à erecção do *tumululus*, o que explicaria os abundantes carvões nele encontrados.

As couraças pétreas revelaram-se, nos monumentos escavados, como estruturas cuidadosamente elaboradas, com os seus elementos, por vezes profundamente imbricados, assegurando uma poderosa protecção dos montículos. As lajes, escolhidas certamente pela sua forma propícia, eram encaixadas umas nas outras de modo hábil, mostrando quase sempre uma perfeita adaptação do seu formato ao interstício que iam preencher. Sendo, de modo geral, de tamanho médio, elas eram às vezes substituídas por lajes de grande porte, capazes de cobrir uma superfície maior; este sistema, porém, não conferia à construção uma consistência tão grande como no primeiro caso considerado. Na parte superior das mamoadas, a couraça, ajuizar pelos monumentos escavados, era normalmente constituída por uma única camada de lajes, a qual repousava sobre um manto de calhaus angulosos, de pequeno tamanho, permitindo estes últimos um mais sólido assentamento sobre a terra e tapando todos os interstícios; na periferia dos monumentos, a espessura da couraça adensava-se, formando uma verdadeira coroa periférica de contenção do *tumululus*. Não

(5) Possuímos alguns resultados provisórios da análise polínica de sedimentos subjacentes ao contraforte da câmara da Mamoadas 2 de Out.^o de Gregos (Baião), que apontam para uma importância considerável da vegetação arbórea relativamente ao estrato herbáceo (agradecemos a J. Mateus e P. Queirós, do Museu Nacional de Arqueologia, de Lisboa, esta informação).

raro, tal coroa era externamente delimitada por grandes lajes dispostas obliquamente, definindo uma espécie de «fecho» exterior da mamoa.

Não obstante, a partir de 1982 novos tipos (ou variantes) de mamoas foram escavados. A Mamoa de Gestosa, em Vila Nova de Gaia, implantada numa mancha xistosa, era construída, não com solo humoso, mas com argila compacta, e apenas na periferia revestida por uma «couraça» de blocos de quartzo; superficialmente, estes eram de pequenas dimensões, mas sobrepunham-se a uma camada de grandes blocos. Assim, pois, a mamoa fechava externamente através de uma autêntica coroa circular de contenção periférica, como aliás acontecia na também recentemente escavada mamoa 2 de Cabritos (Amarante, Serra da Aboboreira), em cuja parte central a couraça não existia; assim, entre o contraforte da câmara e o revestimento periférico notava-se uma área construída só com terra, sem cobertura pétreo. Mas o facto mais interessante foi a descoberta de monumentos que profundamente se diferenciam da clássica mamoa em terra e com revestimento de pedras, uma vez que se apresentam somente constituídos por um imbricado de blocos e lajes, particularmente espesso na parte central do *tumulus*, e justaposto a uma camada de solo de potência variável. A este tipo de estruturas chamamos *cairns*, para as distinguir das anteriores. Um desses monumentos, a que já atrás fizemos referência, é precisamente a mamoa 5 de Outeiro de Gregos, na Serra da Aboboreira; nele não existia qualquer câmara funerária. Um outro exemplo é o da mamoa 4 de Meninas de Crasto, na mesma área⁽⁶⁾. Trata-se de uma mamoa baixa (c. de 1 m), mas de apreciável diâmetro (c. de 15 m), e com um anel megalítico periférico; embora as suas estruturas internas não se tenham conservado, sabemos que tais estruturas devem ter existido, pois a escavação revelou a presença, ao nível do saibro, de negativos de esteios ou lajes que, primitivamente, aí devem ter estado implantados. Na parte em que se encontrava mais bem conservada, a mamoa apresentava o referido imbricado de blocos e lajes, sobreposto a um nível lenticular de saibro depositado pelos construtores, o qual por sua vez selava uma camada de solo humoso, com carvões, camada essa que possivelmente já existia no local quando o monumento foi construído. De facto, não se tratava, aqui, de acumular terra em grande quantidade para constituir um montículo semi-esférico, bem destacado na paisagem e capaz de albergar um monumento megalítico de tipo dolménico. A intenção era de construir uma mamoa bastante mais baixa, menos saliente no terreno, formada por um imbricado pétreo, cuja base, mais ou menos plana (e já não de perfil inferiormente convexo como no caso das couraças de revestimento) se poderia sobrepor a um solo anteriormente existente no local, «selando-o», de algum modo. Tal processo construtivo encontrava-se também bem ilustrado no *cairn* que rodeava a pequena câmara poligonal da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos, igualmente na Aboboreira⁽⁷⁾.

A estratigrafia de algumas mamoas escavadas — nomeadamente Outeiro de Ante 1 e 3, Outeiro de Gregos 2 e 3, Meninas do Castro 2, Chã de Parada 3, Mina do Simão, todas na Serra da Aboboreira — mostrou a presença de um nível escuro, humoso, mais ou menos desenvolvido em área, pouco espesso, subjacente aos monumentos. Esse nível estratigráfico indubitável aparecia, em torno das câmaras, selado por uma fina camada de saibro calcado, certamente contemporânea da construção, tanto mais que sobre ela assentavam os contrafortes em que se baseava a estabilidade das estruturas dolménicas. Que poderiam representar tais níveis? A resposta mais natural seria, perante a observação empírica e os dados da bibliografia estrangeira⁽⁸⁾, pensar-se que estamos perante restos de solos superficiais antigos, anteriores à construção das mamoas, as quais, soterrando-os, os tornaram de algum modo fósseis, isto é, de algum modo imunes aos variadíssimos factores que fazem um solo viver, e evolucionar (paleossolos ou solos enterrados). A realidade pode, porém, ser mais complexa do que isso, convindo, para cada caso, efectuarem-se análises (pedológicas, sedimentológicas, palinológicas, etc.) que nos esclareçam de forma completa quanto à natureza exacta de cada um desses níveis subjacentes às mamoas. Numas (Outeiro de Gregos) poderemos de facto estar perante restos de solo antigo (dado o seu elevado teor de húmus⁽⁹⁾), quiçá amputado do seu horizonte superficial; noutras, perante um nível de ocupação humana, um habitat anterior à construção funerária, como parece acontecer com a Mamoa da Mina do Simão, a que já atrás aludimos; haverá ainda que explicar a importante percentagem de fósforo que ocorre em algum desses níveis, recentemente detectada pelas análises pedológicas⁽¹⁰⁾. Seja como for, tais níveis são ricos de ensinamentos sobre a paisagem contemporânea dos construtores de megálitos, e sobre as alterações que o homem lhe provocou, pelo que é altamente desejável que se possam incrementar, nos próximos anos, as colaborações que vários colegas da área das ciências naturais nos têm prestado⁽¹¹⁾.

(6) V. O. Jorge, Escavação das mamoas 2 e 4 de Meninas do Crasto, na Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 7, Junho de 1983.

(7) V. O. Jorge, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos (Serra da Aboboreira — Baião) *Portugália*, n.s., I, 1980.

(8) V. por ex., G. W. Dimbleby e M. C. D. Speight, Buried soils, *Advancement of Science*, 26, 1969.

(9) M. A. Valeriano Madeira e J. M. Bettencourt Medina, Ensaio de aplicação da Pedologia à Arqueologia. O caso das mamoas da Serra da Aboboreira. Resultados e perspectivas, *Arqueologia*, 4, Dezembro 1981.

(10) Informação comunicada por M. A. Valeriano Madeira, do Instituto Superior de Agronomia, de Lisboa, a quem agradecemos.

(11) Nomeadamente, contributos no domínio da Pedologia (v. nota 9 supra) e Paleobotânica (equipa do Museu Nac. de Arqueologia e A. R. Pinto da Silva, da Estação Agronómica Nacional, Oeiras).

As estruturas internas: dólmenes, cistas

Apesar do pequeno número de escavações realizadas apontar para um acentuado polimorfismo, mesmo ao nível dos núcleos de cada conjunto (basta atentar nos cinco monumentos principais estudados em Outeiro de Gregos, na Serra da Aboboreira⁽¹²⁾), podemos dizer que a estrutura megalítica mais frequente no Norte de Portugal é o dólmen de pequenas dimensões. Tal modéstia de proporções dá, aliás, o tom ao megalitismo do Noroeste peninsular no seu conjunto (N. de Portugal e Galiza), se comparado com o da região de Salamanca-Zamora, ou do Alto Alentejo ou das Beiras.

As câmaras e simples podem ser poligonais ou rectangulares, inscrevendo-se estas últimas naquilo a que se tem convencionado chamar «cistas megalíticas» (S. Bento das Peras, Vizela; Antela da Portelagem, Esposende, por exemplo). O dólmen «típico» é o de câmara poligonal, quer ela seja fechada ou aberta, quer se apresente de forma regular ou irregular. De qualquer modo, no detalhe, tais estruturas podem apresentar considerável variação (na dimensão do espaço funerário, no tipo de planta adoptada, etc.), como as próprias escavações da Aboboreira têm evidenciado. Por exemplo, Outeiro de Gregos 2 e 3 possuíam câmaras poligonais, de pequeno tamanho (diagonais variando entre 1,60 e 1,30 m), muito provavelmente fechadas; a Mamoa 1 de Outeiro de Ante tinha, pelo contrário, uma anta enorme, aberta a nascente, de planta sub-elíptica alongada, com cerca de 3 m de comprimento; por seu turno, a Mamoa da Mina do Simão (que se revelou como o monumento mais bem conservado do conjunto, a seguir ao dólmen de Chã de Parada, bem conhecido monumento nacional, provido de câmara poligonal alargada e de corredor) apresentava uma câmara poligonal alongada, de 9 esteios, de planta sub-elíptica e aspecto geral que poderíamos caracterizar como «naviforme».

Entre os dólmenes simples e os de corredor inscreve-se um tipo que designaríamos como «dólmen com vestíbulo», no qual a entrada se encontra simbolicamente marcada por duas lajes baixas, uma de cada lado do acesso à câmara; como exemplos, poderíamos apontar o dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) ou o dólmen da Chã de Alijó, ambos em Trás-dos-Montes.

No que toca aos dólmenes de corredor (nitidamente minoritários em relação aos de câmara simples), grupo em que nunca aparecem os monumentos de corredor alongado como os que surgem na vizinha Beira Alta ou no Alentejo, tornou-se clássica a distinção apontada para Noroeste por G. Leisner⁽¹³⁾ entre aqueles em que a câmara e o corredor estão bem diferenciados, em planta e alçado (tipo Chã de Parada), aqueles em que tal diferenciação diz apenas respeito à câmara, e, finalmente, aqueles em que a indiferenciação atinge a planta e o alçado. Dado o pequeno número de monumentos deste grupo conhecidos, a inexistência de escavações científicas e o seu não muito bom estado de conservação, torna-se por vezes difícil enquadrar cada caso no esquema tripartido apontado. Conhecemos monumentos em que é nítida a indistinção entre corredor e câmara, ao nível da planta, como o dólmen da Barrosa (Caminha) ou a Anta de Santa Marta (Penafiel); por sinal, são esses os casos em que o corredor atinge maiores proporções (c. de 5 m e c. de 6 m de comprimento, respectivamente); já ao nível do alçado tal indistinção é mais problemática, dado o mau estado de conservação dos corredores (de qualquer modo, a existir, essa indiferenciação parece-nos mais provável no monumento de Penafiel do que no de Caminha, no qual o primeiro esteio conservado do corredor é já bem claramente mais baixo do que a câmara, marcando pois uma ruptura de volumes).

De qualquer forma, os dólmenes do tipo dos acima indicados são raros. Normalmente, estamos perante um corredor curto, como, por exemplo, no dólmen de Chã de Parada (Baião), já citado, que parece ter possuído originalmente três esteios de cada lado do corredor (c. de 3.70 m de comprimento); ou como no dólmen de Lamoso (Paços de Ferreira), com 4 esteios de cada lado e c. de 3 m de comprimento; ou, ainda, como no dólmen de Vilarinho da Castanheira (Carrazeda de Ansiães), com dois esteios de cada lado, sendo os exteriores menos largos e dispostos de forma a estreitar um pouco o espaço da entrada (c. de 2,5 m de comprimento).

Ainda relativamente aos dólmenes simples — grupo em que se inserem todos os monumento recentemente escavados por métodos científicos — é interessante acrescentar que a estabilidade das câmaras repousa geralmente na existência de um contraforte em torno das mesmas. As suas dimensões podem variar porém muito, uma vez que tal estrutura se limita, em certos casos, a uma simples cintura de pedras junto à base exterior dos esteios (Mamoa 2 de Meninas do Crasto, na Aboboreira), enquanto que noutros (Mamoa 1 de Outeiro Ante, Mamoa 3 de Chã de Parada, no mesmo conjunto) estamos perante um amontoado de lajes e blocos de tais proporções, que não seria desajustado falar de um autêntico *cairn* interior. Evidentemente que o peso da própria tampa sobre os esteios, e o facto de alguns destes se encontrarem enterrados no saibro da base, contribuiriam também para a manutenção da estrutura arquitectónica; porém, era sobre o contraforte que tal estabilidade fundamentalmente assentava, sendo notável a

⁽¹²⁾ V. *op. cit.* nas notas 1 e 4.

⁽¹³⁾ *Verbreitung und Typologie der galizisch und nordportugiesischen Megalithgräber*, Marburg, 1938 (reprint Lisboa, 1977).

pequena profundidade da maioria das fossas de implantação de esteios, ou, até, o facto de muitos destes se encontrarem praticamente pousados na superfície da rocha de base. Os dois sistemas (esteios pousados e esteios enterrados em fossas) foram aliás encontrados em conjugação no mesmo monumento (Mamoia 2 de Outeiro de Ante), dificultando a reconstituição das arquitecturas originais a partir dos seus negativos actualmente legíveis no sub-solo.

Finalmente, um outro tipo de estrutura (que, embora superficial, vem a propósito referir aqui) existente em torno de certas câmaras e a alguma distância destas é um anel lítico de grandes blocos, tendente a relevar melhor o espaço sepulcral, zona, decerto, sagrada por excelência. Se, num caso, tal anel se sobrepunha à couraça de revestimento e era constituído por grandes blocos irregulares (Mamoia 1 da Abogalheira, Serra da Aboboreira, Amarante), noutros o mesmo anel compunha-se de blocos escolhidos pela sua forma regular, dando à estrutura um aspecto linear; mas, ainda aqui, tal anel tinha funções estruturais diferentes, pois que, num caso (Mamoia 2 de Meninas do Crasto) assentava directamente nas terras do *tumulus*, interrompendo aí a couraça de revestimento, enquanto que noutro (Mamoia 1 de Outeiro de Gregos) servia de contenção exterior ao *cairn* envolvente da câmara.

Algumas considerações de conjunto

Conjugando os nossos dados actuais sobre os diferentes tipos de mamoas e de arquitecturas internas que apresentam, podemos formular algumas questões que deverão ser úteis à orientação das próximas investigações:

- no interior do Norte de Portugal, ou, mais especificamente, na área correspondente ao actual distrito de Bragança, o fenómeno megalítico parece ter tido uma escassa presença, não se conhecendo aí grandes necrópoles, como as de Alvão ou Montalegre, na área ocidental de Trás-os-Montes;
- em todo o Norte do País, o tipo de monumento predominante é o dólmen de pequenas dimensões, de câmara simples, envolto por uma mamoia construída com terra e revestida por um imbricado de pedras. Tais monumentos surgem normalmente agrupados, em zonas planas, facilitando (pelo menos nas actuais condições da cobertura vegetal) o seu destaque na paisagem;
- os monumentos podem ocorrer às mais diferentes cotas, desde as planícies litorais até às superfícies aplanadas do interior, por vezes a altitudes que ultrapassam largamente os 1 000 m acima do nível do mar;
- em cada conjunto, por vezes em cada núcleo, existem monumentos de diferente dimensão ou tipologia. Embora as razões de tal facto sejam ainda difíceis de definir, é possível que as explicações se venham a encontrar ao nível cronológico (sobreposição, no mesmo conjunto, de monumentos de épocas diferentes) e/ou sociológico (hierarquia de monumentos, semelhantes ou não, relacionável com a hierarquização social). Um outro aspecto que haverá que explicar é a ocorrência de monumentos em situação de (maior ou menor) isolamento, bem como a implantação de certas mamoas em zonas topograficamente dominantes em relação a áreas de localização de conjuntos megalíticos. Finalmente, há que esclarecer o significado da presença de certas estruturas nas imediatas proximidades de algumas mamoas.

Os artefactos

É bem sabido que o espólio dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal é normalmente pobre, em quantidade e qualidade; além disso, dado o estado de profunda violação em que geralmente se encontra o enchimento das câmaras, torna-se difícil distinguir os artefactos contemporâneos das construções, daqueles que se ligam a utilizações ulteriores dos monumentos. Eis por que, na breve inventariação que se segue, não estabeleceremos tal diferenciação.

I — Instrumentos líticos

a) Pedra Lascada

1. *Micrólitos geométricos* — predominam os trapézios assimétricos com trincadura maior alongada e os segmentos de círculo;
2. *Pontas de seta* — as de base triangular são as mais abundantes;
3. *Lâminas e lamelas* — as primeiras são mais numerosas do que as segundas e, adentro delas, as lâminas de secção trapezoidal predominam;
4. *Outros objectos* — pontas de dardo (?), raspadores, furadores, etc.

b) Pedra polida

1. *Machados* — os machados de contorno rectangular ou sub-rectangular e os de contorno trapezoidal ou sub-trapezoidal são os mais representados; a forma da secção dominante é a rectangular ou sub-rectangular;
2. *Enxós* — objectos menos representados do que os do grupo anterior. De assinalar a recente descoberta, na Mamoa da Mina do Simão (Aboboreira, Amarante), de três enxós, em perfeito estado de conservação, na parte inferior do enchimento da câmara;
3. *Goivas* — ocorrem raramente;
4. *Braçadeiras de arqueiro* — objectos raros, também.

c) Outros objectos líticos

1. *Moinhos manuais* — frequentes, tanto relativamente ao elemento dormente como ao móvel. Ocorrem muitas vezes como material de aproveitamento, utilizado nas construções. De assinalar que na Mamoa da Mina do Simão acima citada, se verificou que o pavimento da câmara, ainda parcialmente conservado, era constituído por elementos móveis de moinhos manuais colocados lado a lado;
2. *Percutores* — também frequentes;
3. *Cristais de quartzo* — surgem igualmente com frequência;
4. *Objectos que podemos considerar como culturais* — raros. De destacar uma placa de granito, em forma de «paleta», proveniente do «dólmen pequeno» de Perafita, Alijó, conservada no Museu Nacional de Arqueologia⁽¹⁴⁾, e um objecto de cerâmica, profundamente cozida, em forma de «cogumelo», encontrado na Mamoa 2 de Outeiro de Ante, Aboboreira⁽¹⁵⁾.

II — Cerâmica

Quanto à forma:

- a) *Vasos abertos* — em calote de esfera, de perfil semi-elíptico, de perfil situado entre o sub-cilíndrico e o tronco-cónico, tronco-cónicos, etc.;
- b) *Vasos fechados* — de forma esférica, muito fechada; idem, com leve estrangulamento no colo; semi-esféricos; ovóides; sub-cilíndrico com leve estrangulamento no colo; carenados, etc.

Quanto à decoração:

- a) *Vasos lisos e com decoração mamilar* — os mais abundantes;
- b) *Vasos com decoração lisa ou impressa não campaniforme; vasos com impressões na superfície interna;*
- c) *Vasos campaniformes*, dos grupos pontilhado marítimo, pontilhado geométrico, e Ciempozuelos — Palmela. De assinalar a recente descoberta, na Mamoa 1 da Chã do Carvalhal, Aboboreira (Marco de Canaveses), de um significativo conjunto de fragmentos de vasos campaniformes, atribuíveis aos grupos pontilhado marítimo (de bandas) e Ciempozuelos — Palmela⁽¹⁶⁾.

Ainda no que toca à cerâmica, gostaríamos de referir aqui que no provável solo de ocupação detectado sob a Mamoa da Mina do Simão, Amarante, se encontraram, entre outros restos de vasos, abundantes fragmentos de um recipiente liso, com perfurações situadas abaixo do bordo, permitindo a quase total reconstituição da forma. Trata-se, pois, do único vaso cerâmico, *in situ*, com posição estratigráfica bem definida, proveniente de uma escavação dolménica do Norte do país.

III — Artefactos metálicos

Raros, destacando-se pontas de cobre de tipo Palmela e três espirais em prata, estas provenientes, respectivamente, de Mamoinha do Monte da Cerca (Esposende), da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos e da Mamoa 4 de Meninas do Crasto (Aboboreira). Apesar dos dois últimos achados não se encontrarem *in*

(14) Com o n.º 9616. V. H. Botelho, *in O Arqueólogo Português*, IV, 1898, p. 187.

(15) Por A. A. Huet de B. Gonçalves (respectivo relatório no prelo).

(16) Agradecemos a Domingos J. da Cruz esta informação.

situ, uma vez que se verificaram, respectivamente, no fundo de uma câmara profundamente revolvida por violações e na parte superficial do monumento, em resultado também de violações, não deixa de ser interessante referir que nos encontramos, nos dois casos, perante *cairns*, tipo arquitectónico que consideramos com probabilidade tardio, e possivelmente datável do Bronze inicial, época em que encaixariam bem estas espirais em prata.

IV — Objectos de adorno

Relativamente raros, destacando-se as *contas de colar* de tipos e matérias-primas diversos, nomeadamente de variscite (Mamoas 2 de Outeiro de Ante, Mamoas 2 de Outeiro de Gregos, na Aboboreira, Mamoas de Guilhabreu, Vila do Conde) e de azeviche (Mamoas 1 de Abogalheira e Mamoas 4 de Meninas do Crasto, ambas na Aboboreira).

Problemas cronológicos

Graças às escavações realizadas da Aboboreira, começámos nos últimos anos a dispor de datas de radiocarbono, infelizmente ainda em pequeno número, que nos permitem formular algumas questões, em bases minimamente seguras, sobre o posicionamento cronológico do fenómeno megalítico no Norte de Portugal e no Noroeste peninsular em geral. As mais interessantes são:

Monumento	N.º amostra	Data a.p.	Data a.C.	Observações
Mamoas 3 de Outeiro de Gregos (Baião)	KN — 2765	5200 ± 65	3250 ± 65	Carvões de madeira provenientes do <i>tumulus</i>
Mamoas 3 de Outeiro de Gregos (Baião)	KN — 2766	5230 ± 75	3280 ± 75	Carvões de madeira provenientes de <i>tumulus</i>
Mamoas 2 de Outeiro de Gregos (Baião)	CSIC — 547	4950 ± 50	3000 ± 50	Carvões de madeira provenientes do solo existente sob o <i>tumulus</i> (<i>terminus post quem</i> para a construção do monumento)

Os dois monumentos assim datados situam-se a cerca de 100 m um do outro e são do mesmo tipo (pequena câmara megalítica poligonal, com toda a probabilidade fechada). As duas primeiras datas, muito coerentes entre si, dizem respeito a amostras recolhidas em sedimentos *in situ* do *tumulus*, e situam a sua construção na segunda metade do IV.º milénio a.C. Comparando esses resultados com a data de 3000 a.C. como *terminus post quem* para a Mamoas 2 de Outeiro de Gregos, podemos pensar que entre a construção dos dois monumentos distaram cerca de 300 anos. Será a esta época genérica — segunda metade do IV.º milénio, passagem para o III.º milénio — que deverá atribuir-se o início do megalitismo do Norte do país, ligado a monumentos de espaço sepulcral diminuto e proporções modestas? Seria extremamente arriscado afirmá-lo, como é evidente. Seja como for, lembremos que por essa época se estavam já construindo, na Beira Alta, monumentos de grandes dimensões, com corredor, como nos mostra, por exemplo, a data de 3110 ± 50 obtida para carvões provenientes do fundo da câmara da Orca dos Castenairos (Vila Nova de Paiva) e que, no Alentejo, se aceitarmos as datas, obtidas pelo método da termoluminescência, por Whittle e Arnaud (17), o megalitismo tinha já uma longa história. Mantém-se pois, em relação ao Norte de Portugal, a tradicional dúvida de se saber se o fenómeno megalítico é, aqui, um elemento derivado do Sul, mas que não conheceu, como aí, uma evolução tão rica (em termos de grandiosidade de arquitecturas e de diversidade de espólios a elas associados) ou se são manifestações, à partida, coetâneas, que depois se desenvolveram em sentidos diferentes. Se esta última hipótese se viesse a verificar, então, como é óbvio, os monumentos datados de Outeiro de Gregos marcariam já uma fase mediana do processo, podendo ter convivido (em termos de criação de arquitecturas e sua utilização primária) com megálitos de maior porte, como os dólmenes de grande câmara (Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3) ou até de câmara e corredor (Dólmen de Chã de Parada) que existem na Serra da Aboboreira.

Continuamos, na verdade, sem poder optar entre três modelos explicativos do fenómeno megalítico diacronicamente considerado. O primeiro, seria um modelo evolucionista unilinear, que levaria dos pequenos dólmenes iniciais, de câmara fechada, aos grandes dólmenes de câmara aberta, e, depois, aos dólmenes de corredor clássicos, continuando com os dólmenes com corredor de maiores proporções, e mais ou menos indistinto da câmara (em termos de transição gradual de espaços e dimensões) até às cistas megalíticas, às cistas ainda providas de *tumulus* ou de qualquer marcação superficial, capaz de identificar

(17) Thermoluminescent dating of Neolith and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal, *Archeometry*, 17, 1, 1975.

a sua presença no terreno, e, finalmente, às sepulturas «planas». O segundo, seria aquele que admitiria a contemporaneidade do surgimento de soluções diferentes, nomeadamente de pequenos dólmenes, com ou sem corredor. O terceiro, finalmente, aceitando o megalitismo como um longo processo de desenvolvimento arquitectónico cumulativo, encararia a possibilidade de uma evolução do simples para o complexo, sem exclusão, todavia, da coetaneidade, a partir de determinado momento, de formas «simples» e «evolucionadas». Esta última hipótese levar-nos-ia, por exemplo, a admitir que, em certa fase da evolução megalítica, monumentos de maiores dimensões (ou situados em posição topográfica dominante) se teriam vindo sobrepor às necrópoles tradicionais, ou se teriam, mesmo, colocado em posição de isolamento na paisagem. A confirmar-se esta hipótese, tornam-se evidentes as interessantes ilacções de ordem sociológica que ela permitiria, no sentido de se admitir a progressiva implantação de uma hierarquia no seio social, de início ligada à hierarquização espacial e dimensional dos túmulos, e, por fim, mercê de um ritual funerário cada vez mais individualizador, à redução das suas dimensões e à sua menor acentuação na paisagem.

O problema dos habitats

A dificuldade de identificação dos habitats dos construtores de megálitos, bem conhecida em toda a Europa atlântica, põe-se também para o Norte de Portugal. Duas reflexões prévias podem, contudo, auxiliar-nos a circunscrever este problema:

- em primeiro lugar, é pouco provável que as populações que tumulavam nos dólmenes vivessem em habitats concentrados e estáveis, isto é, de longa duração. Se assim fosse, tais aldeias teriam deixado marcas no terreno suficientemente importantes para que a moderna arqueologia tivesse detectado pelo menos algumas delas, o que, relativamente à área que aqui nos importa, até à data não aconteceu. Ora, se atentarmos no que se passa com os povoados com cerâmicas «de tipo Penha», em curso de estudo por Susana O. Jorge (v. trabalho apresentado a este Colóquio), que, pelo menos a ajuizar pelos dados actuais, parece terem sido em parte contemporâneos do fenómeno megalítico, logo constataremos o profundo contraste que estabelecem com o tipo de ocupação do solo e o modo de vida que o megalitismo pressupõe. Trata-se de habitats riquíssimos em artefactos e, até certo ponto, em estruturas, atestando a definitiva fixação do homem à terra no Noroeste peninsular, fixação que, no caso do mundo megalítico, parece ainda situar-se sobretudo ao nível dos túmulos, isto é, ao nível simbólico da memória colectiva. Para além dos complexos problemas que esta aparente dualidade cultural levanta (como, por exemplo, o de se saber em que tipo de estruturas enterravam os mortos os homens que utilizaram as cerâmicas de «tipo Penha», ou o de se determinar até que ponto a fracção de artefactos depositados nos túmulos megalíticos como oferendas é representativa da totalidade da cultura sua contemporânea), o que é um facto é que a própria existência dos habitats com cerâmicas de «tipo Penha» nos mostra que nada impedia, à partida, que outros tipos de povoados pré-históricos se tivessem conservado no Noroeste peninsular, caso tivessem atingido a importância que permitisse tal conservação.
- Em vários pontos da Europa megalítica (países nórdicos, Irlanda, Bretanha francesa, por exemplo), existem indícios de que habitats e túmulos estariam numa relação espacial próxima, advogando G. Clark, por exemplo, que a implantação dos cemitérios nos permite tirar ilacções sobre a área de exploração preferencial («catchment area») dos respectivos construtores⁽¹⁸⁾. Se, no Norte de Portugal, traçarmos um círculo em torno dos núcleos sepulcrais, cujo raio corresponda aproximadamente a uma hora de caminho a partir do hipotético habitat, encontraremos áreas ecológicas diversificadas, de vale e de *plateau*, que podem ter oferecido ao homem possibilidades muito variadas. É lógico estarmos perante formas de economia mista, com prática da caça (sugerida pela presença de micrólitos que, pelo menos em parte, poderão ter actuado como pontas de seta e, também, por pontas de seta foliáceas), do pastoreio, e da agricultura (comprovada pela frequente ocorrência de moinhos manuais nas sepulturas, a atestar o cultivo de cereais, e, indirectamente, por machados polidos e enxós, instrumentos ligados ao ciclo agrícola), abarcando cada uma dessas actividades o seu espaço próprio. No entanto, se tal modo de vida se baseava numa tecnologia elementar, com prática de queimadas para a abertura de áreas para o cultivo e esgotamento fácil da capacidade produtiva dos solos, ele conduziria necessariamente a uma deslocação periódica do habitat, que seria intencionalmente frágil; se essa deslocação periódica tendesse a estabelecer um certo rotativismo (cujo pólo fixo poderia precisamente ser o túmulo) natural é que o próprio trabalho da agricultura viesse a «apagar» traços anteriores deixados pela ocupação humana. Tal facto, associado à intensa erosão que, ao longo dos tempos, teriam sofrido os solos então utilizados (sobretudo se se situassem em *plateaux* progressivamente desnudados de vegeta-

⁽¹⁸⁾ The economic context of dolmens and passage graves in Sweden, *Ancient Europe and the Mediterranean*, Warminster, 1977.

ção) explicaria a actual inexistência, no registo arqueológico, de vestígios habitacionais. Estes poderiam porém ter-se conservado sob monumentos ulteriormente construídos no mesmo local. Será talvez essa a razão da ocorrência, em alguns monumentos da Aboboreira, de ténues indícios de uma possível ocupação anterior: lareira estruturada encontrada na base da Mamoa 1 da Serrinha; buracos de poste e um vaso detectados sob o lajeado periférico da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos; restos de vasos cerâmicos e objectos líticos, juntamente com abundantes carvões, no solo subjacente à Mamoa da Mina do Simão.

Arte megalítica; menires

Uma breve referência, a concluir, a outros dois tópicos do megalitismo do Norte de Portugal.

A *arte dolménica*, que uma recente obra de E. Shee Twohig tratou exaustivamente ⁽¹⁹⁾, dispensando-nos aqui de demoradas descrições, manifesta-se sobretudo nos seguintes monumentos:

Dólmen da Barrosa, Âncora (Caminha) — insculpturas em três lajes, encontradas durante as escavações de J. de Castro Nunes em 1948. Linhas onduladas (serpentiformes) e sinais em U constituíam a base da respectiva ornamentação.

Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó (Alijó) — gravuras (covinhas, sulcos) e restos de pintura a vermelho num dos esteios, detectados por C. Neiva nos anos trinta.

Dólmen de Vilarinho da Castanheira (Carrazeda de Ansiães) — motivo pintado a vermelho na laje de cabeceira, constituído por uma forma sub-rectangular, com apêndices, interpretável como antropomórfica, ou como representando uma pele esticada de animal, seg. E. Shee.

Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) — além de covinhas e sulcos na face externa da tampa, restos de pintura em quatro esteios da câmara, inicialmente reconhecidos (tal como no monumento anterior) por Santos Júnior, nos anos trinta, e recentemente revistos por E. Shee, que neles distinguiu elementos serpentiformes, um báculo e um motivo ancoriforme.

Dólmen de Chã de Parada (Baião) — Serpa Pinto — o nosso homenageado neste Colóquio — detectou, nos anos trinta, restos de pintura a vermelho no esteio da cabeceira deste monumento, actualmente invisíveis. A mesma laje apresenta quatro representações de um motivo de difícil interpretação, constituído por um «corpo de traços paralelos e base trapezoidal» (seg. Shee e G. Martinez) ⁽²⁰⁾ e forma geral dissimétrica, tendo de um dos lados um apêndice de contorno curvo. Noutros esteios pode ver-se uma figura radiada, um motivo composto por dois círculos, lado a lado, e uma pequena covinha entre a base dos dois («face ocultada»?) e uma figura que lembra vagamente um 8.

Dólmen de Padrão, Vandoma (Paredes) — Mendes Corrêa publicou, em 1929, pinturas visíveis em fragmentos de esteios deste monumento. Os motivos mais importantes eram, mais uma vez, os ondulados ou serpentiformes e uma figura humana com braços e pernas arqueados. De notar que, ao contrário dos casos anteriores, a decoração se apresentava aqui com carácter bicolor (vermelho e negro).

Presença, pois, no Norte de Portugal, de dólmenes gravados, de dólmenes pintados, e de dólmenes decorados simultaneamente de ambas as formas. Torna-se evidente que, na totalidade dos casos, nos encontramos perante simples restos de uma ornamentação simbólica hoje impossível de reconstituir na sua integralidade, o que praticamente inviabiliza a sua interpretação. Facto tanto mais de lamentar quanto é certo sabermos, por outros exemplos peninsulares (Antelas, Oliveira de Frades; Pedra Coberta, Corunha, por exemplo) que os dólmenes decorados evidenciavam muitas vezes uma organização de conjunto, que de modo algum se pode confundir com a simples justaposição de motivos, por nós hoje de algum modo arbitrariamente isolados.

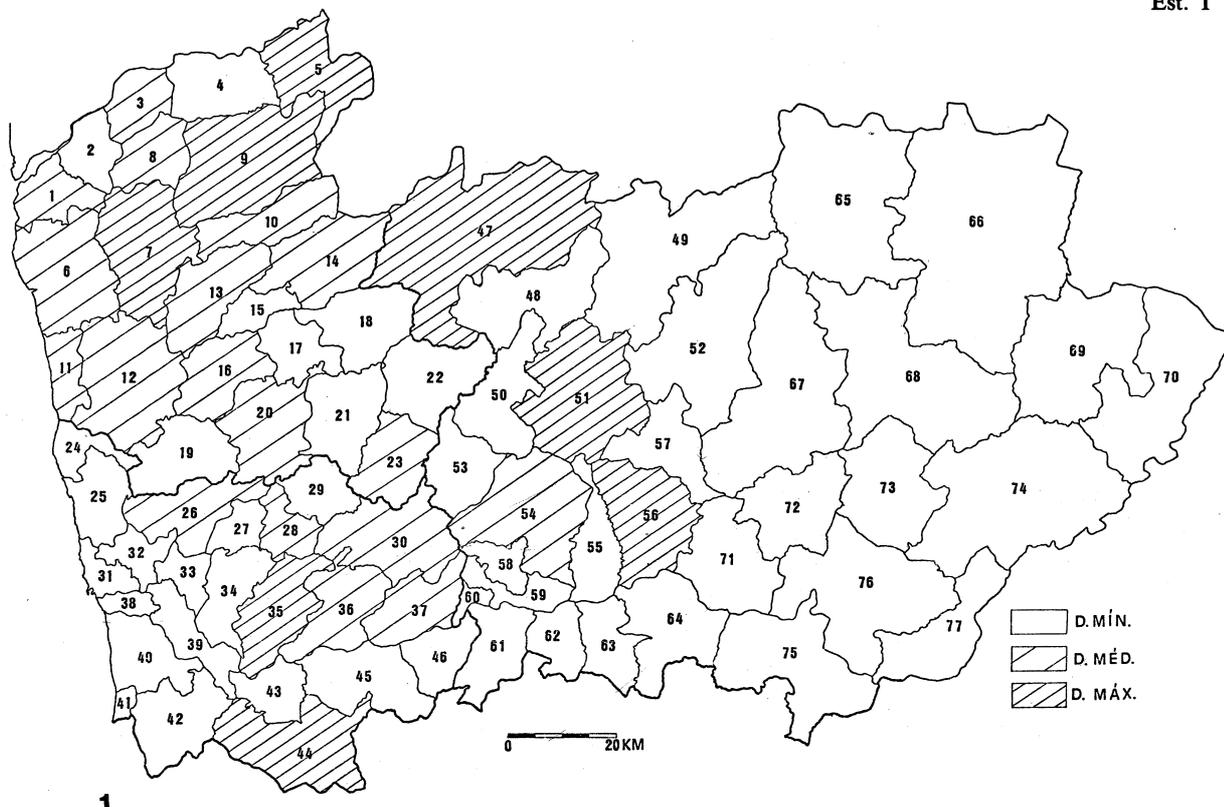
No que toca aos *menires*, lembremos que existem apenas dois casos inequívocos no Norte do país: o de Luzim, no concelho de Penafiel, e o de S. Paio de Antas, Esposende, ambos em zonas onde estão assinaladas mamoas. Ilustram dois tipos diferentes desta classe de monumentos, pois que um, o de Luzim, é uma simples laje de forma irregular, enquanto que o de S. Paio de Antas se apresenta afeiçãoado, com secção sub-elíptica. Os chamados «menires» das Turrinheiras (Cabeceiras de Basto) e do «Penedo Longo» (Amarante) não passam de formas naturais ⁽²¹⁾.

Rennes, Outubro de 1983

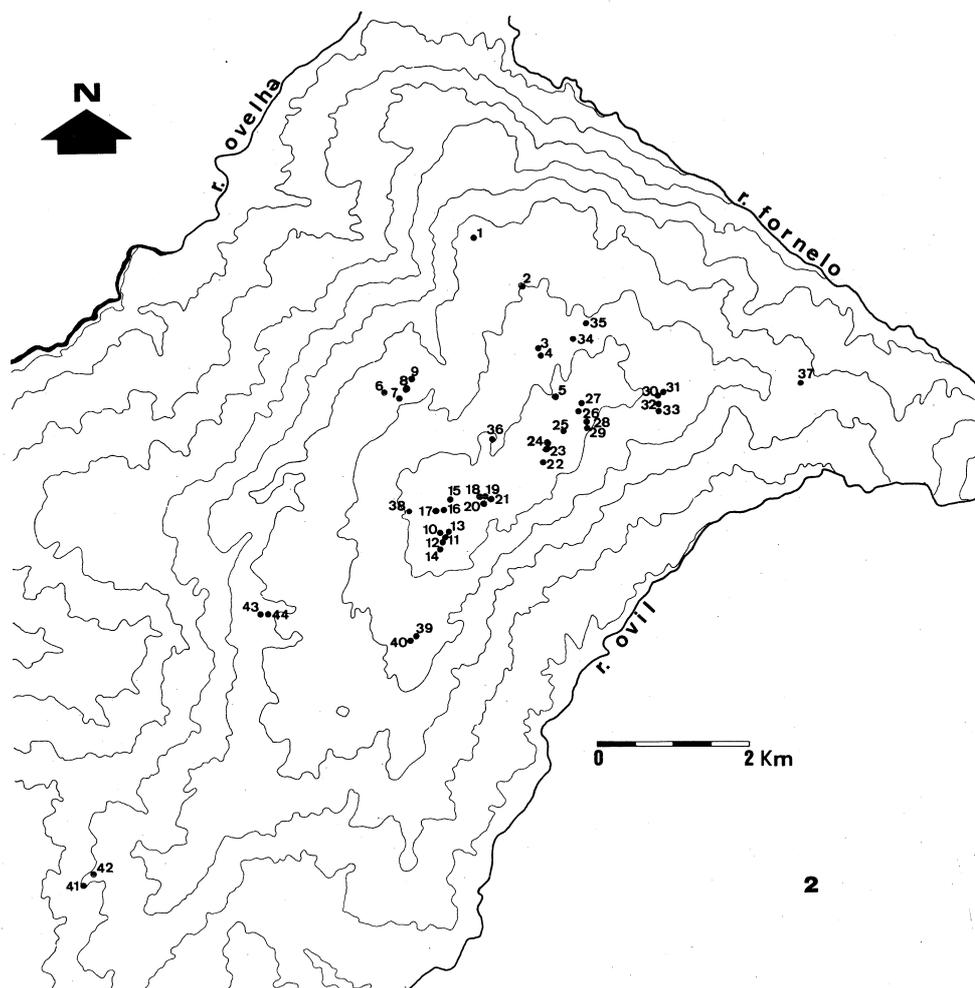
⁽¹⁹⁾ *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

⁽²⁰⁾ Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trabajos de Prehistoria*, 30, 1973.

⁽²¹⁾ Ao longo do presente texto, e relativamente à Serra da Aboboreira, foram utilizados dados provenientes de algumas escavações não realizadas pelo autor, cuja referência agora se completa: Mamoa 1 da Abogalheira, por E. J. Lopes da Silva e A. Leite da Cunha (1979-1980); Mamoa 4 de Outeiro de Gregos, por Domingos J. da Cruz e Maria de Jesus Sanches (1980); Mamoa 1 da Serrinha, por Fernando A. Silva (1982); Mamoa 1 da Chã do Carvalhal, por Domingos Cruz (1982); Mamoa 3 de Chã de Parada, por Fernando A. Silva (1982-1983). A Mamoa da Mina do Simão foi escavada pelo autor, de colaboração com Maria da Luz Oliveira (1983).



1



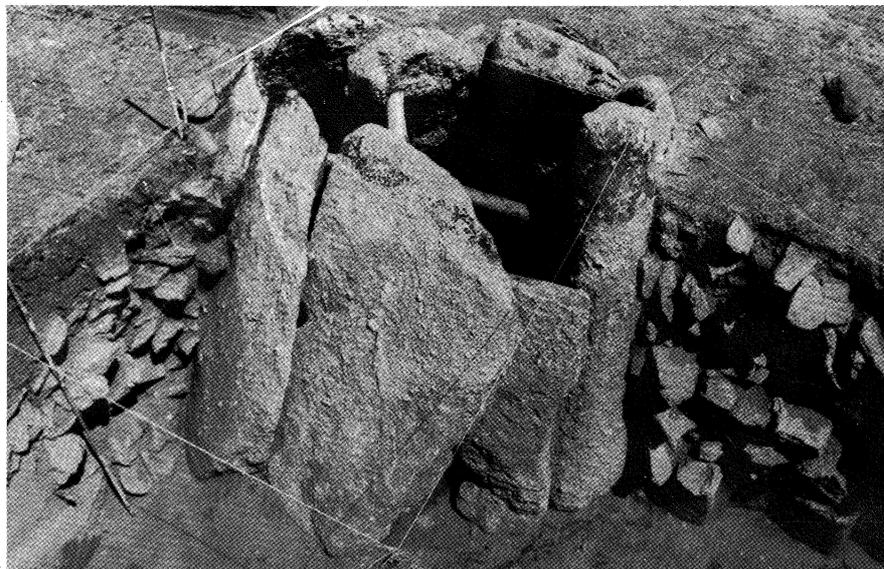
2

1 — Megalitismo do Norte de Portugal; concelhos de densidade mínima (0-10 mon.), média (11 a 40 mon.) e máxima (acima de 40 mon.). Estes últimos são: Melgaço (n.º 5), Arcos de Valdevez (n.º 9), Ponte de Lima (n.º 7), Montalegre (n.º 47), Vila Pouca de Aguiar (n.º 51), Alijó (n.º 56), Penafiel (n.º 35) e Arouca (n.º 44).

2 — Conjunto megalítico da Serra da Aboboreira (adaptado do mapa de esc. 1/50.000, reduzido). Os 44 monumentos referenciados vêm descritos em Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal...* 1982, vol. I, pp. 565 e seg.



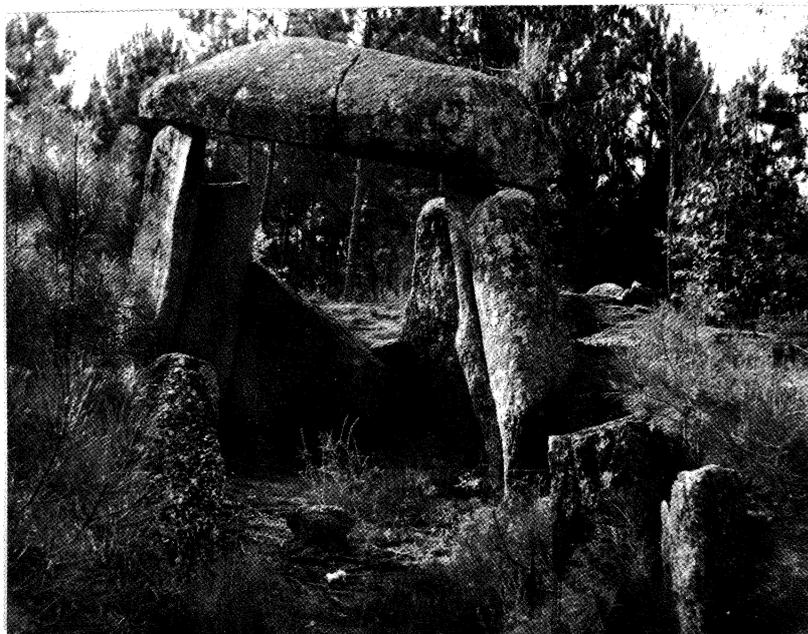
1 — Dólmen com pequena câmara poligonal regular (Mamos 2 de Meninas de Castro, S. da Aboboreira, Baião).



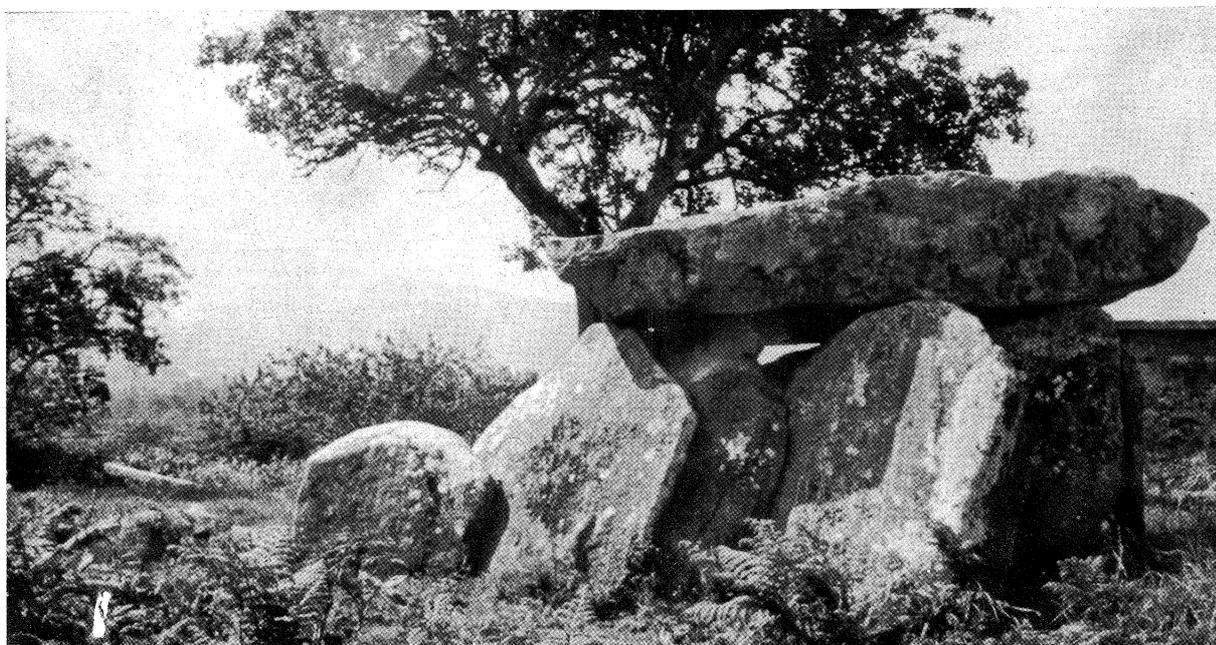
2 — Dólmen com câmara poligonal alongada (Mina do Simão, S. da Aboboreira, Amarante).



3 — Dólmen de grande câmara sub-elíptica, com entrada a nascente (Mamoia 1 de Outeiro de Arte, S. da Aboboreira, Baião).



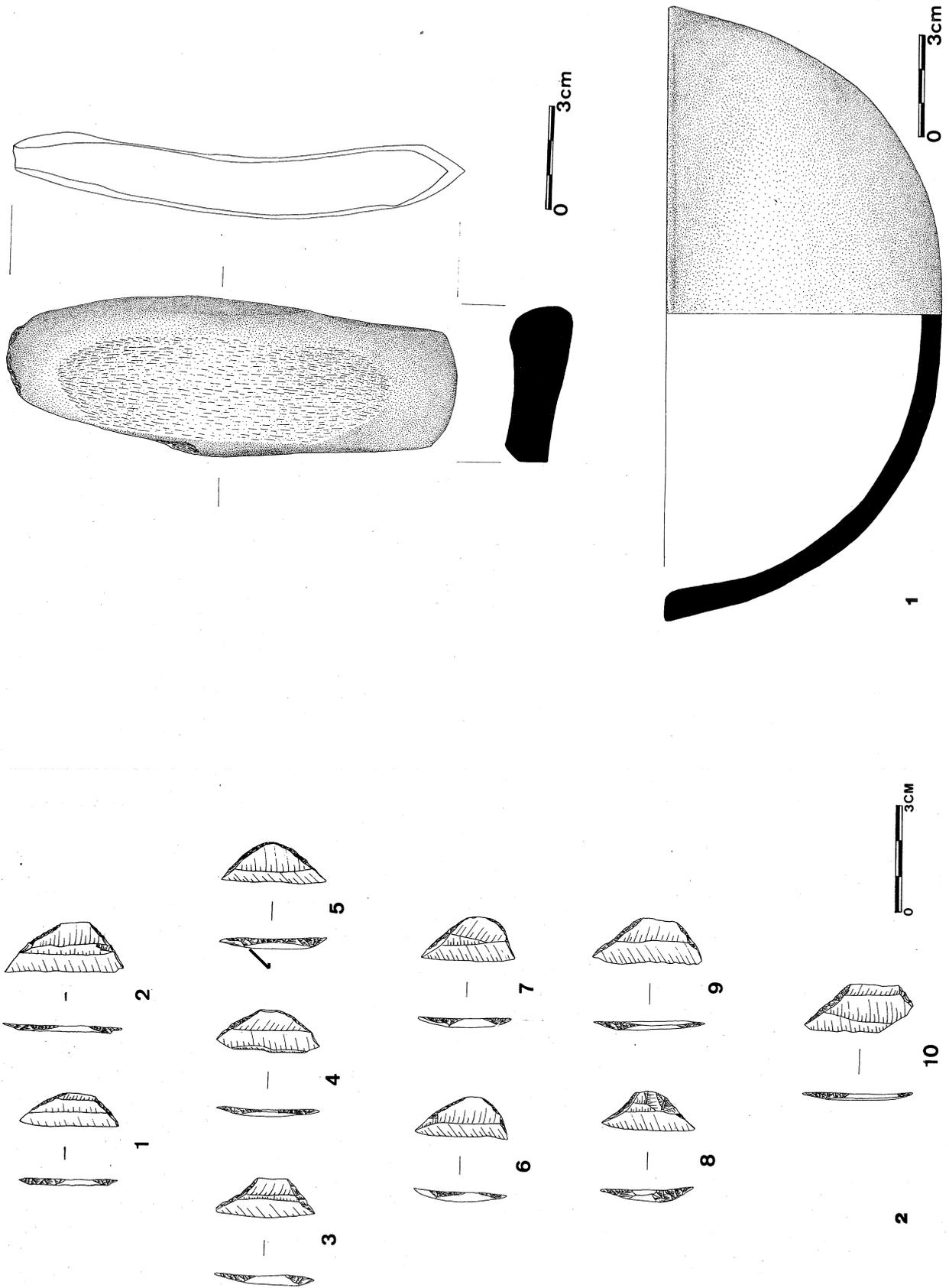
1 — Dólmen de Santa Marta (Penafiel).



2 — Dólmen da Barrosa (Caminha).



3 — Cairn de Meninas do Crasto 4 (Aboboreira, Baião), com anel megalítico periférico (escav. Jorge, 1982).



Est. IV — Exemplos de espólios de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: 1 — enxó do «dólmen pequeno» de Perafita, Alijó (Museu Nacional de Arqueologia, n.º 9596) (des. de M.^a Jesus Sanches) e vaso em calote esférica da Anta de Frasão, Paços de Ferreira (Museu Nacional de Arqueologia) (des. de M.^a Jesus Sanches); 2 — micrólitos geométricos das mamoas do Monte Mozinho, Penafiel: Praina do Loureiro (1-9) e Tapada de Baltar (?) (10) (Museu do Instituto de Antropologia, Porto) (des. de Susana O. Jorge). V. descrição detalhada em Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal...*, 1982, vol. I, pp. 741 e seg.

pequena profundidade da maioria das fossas de implantação de esteios, ou, até, o facto de muitos destes se encontrarem praticamente pousados na superfície da rocha de base. Os dois sistemas (esteios pousados e esteios enterrados em fossas) foram aliás encontrados em conjugação no mesmo monumento (Mamoia 2 de Outeiro de Ante), dificultando a reconstituição das arquitecturas originais a partir dos seus negativos actualmente legíveis no sub-solo.

Finalmente, um outro tipo de estrutura (que, embora superficial, vem a propósito referir aqui) existente em torno de certas câmaras e a alguma distância destas é um anel lítico de grandes blocos, tendente a relevar melhor o espaço sepulcral, zona, decerto, sagrada por excelência. Se, num caso, tal anel se sobrepunha à couraça de revestimento e era constituído por grandes blocos irregulares (Mamoia 1 da Abogalheira, Serra da Aboboreira, Amarante), noutros o mesmo anel compunha-se de blocos escolhidos pela sua forma regular, dando à estrutura um aspecto linear; mas, ainda aqui, tal anel tinha funções estruturais diferentes, pois que, num caso (Mamoia 2 de Meninas do Crasto) assentava directamente nas terras do *tumulus*, interrompendo aí a couraça de revestimento, enquanto que noutro (Mamoia 1 de Outeiro de Gregos) servia de contenção exterior ao *cairn* envolvente da câmara.

Algumas considerações de conjunto

Conjugando os nossos dados actuais sobre os diferentes tipos de mamoas e de arquitecturas internas que apresentam, podemos formular algumas questões que deverão ser úteis à orientação das próximas investigações:

- no interior do Norte de Portugal, ou, mais especificamente, na área correspondente ao actual distrito de Bragança, o fenómeno megalítico parece ter tido uma escassa presença, não se conhecendo aí grandes necrópoles, como as de Alvão ou Montalegre, na área ocidental de Trás-os-Montes;
- em todo o Norte do País, o tipo de monumento predominante é o dólmen de pequenas dimensões, de câmara simples, envolto por uma mamoia construída com terra e revestida por um imbricado de pedras. Tais monumentos surgem normalmente agrupados, em zonas planas, facilitando (pelo menos nas actuais condições da cobertura vegetal) o seu destaque na paisagem;
- os monumentos podem ocorrer às mais diferentes cotas, desde as planícies litorais até às superfícies aplanadas do interior, por vezes a altitudes que ultrapassam largamente os 1 000 m acima do nível do mar;
- em cada conjunto, por vezes em cada núcleo, existem monumentos de diferente dimensão ou tipologia. Embora as razões de tal facto sejam ainda difíceis de definir, é possível que as explicações se venham a encontrar ao nível cronológico (sobreposição, no mesmo conjunto, de monumentos de épocas diferentes) e/ou sociológico (hierarquia de monumentos, semelhantes ou não, relacionável com a hierarquização social). Um outro aspecto que haverá que explicar é a ocorrência de monumentos em situação de (maior ou menor) isolamento, bem como a implantação de certas mamoas em zonas topograficamente dominantes em relação a áreas de localização de conjuntos megalíticos. Finalmente, há que esclarecer o significado da presença de certas estruturas nas imediatas proximidades de algumas mamoas.

Os artefactos

É bem sabido que o espólio dos monumentos megalíticos do Norte de Portugal é normalmente pobre, em quantidade e qualidade; além disso, dado o estado de profunda violação em que geralmente se encontra o enchimento das câmaras, torna-se difícil distinguir os artefactos contemporâneos das construções, daqueles que se ligam a utilizações ulteriores dos monumentos. Eis por que, na breve inventariação que se segue, não estabeleceremos tal diferenciação.

I — Instrumentos líticos

a) Pedra Lascada

1. *Micrólitos geométricos* — predominam os trapézios assimétricos com trincadura maior alongada e os segmentos de círculo;
2. *Pontas de seta* — as de base triangular são as mais abundantes;
3. *Lâminas e lamelas* — as primeiras são mais numerosas do que as segundas e, adentro delas, as lâminas de secção trapezoidal predominam;
4. *Outros objectos* — pontas de dardo (?), raspadores, furadores, etc.

b) Pedra polida

1. *Machados* — os machados de contorno rectangular ou sub-rectangular e os de contorno trapezoidal ou sub-trapezoidal são os mais representados; a forma da secção dominante é a rectangular ou sub-rectangular;
2. *Enxós* — objectos menos representados do que os do grupo anterior. De assinalar a recente descoberta, na Mamoa da Mina do Simão (Aboboreira, Amarante), de três enxós, em perfeito estado de conservação, na parte inferior do enchimento da câmara;
3. *Goivas* — ocorrem raramente;
4. *Braçadeiras de arqueiro* — objectos raros, também.

c) Outros objectos líticos

1. *Moinhos manuais* — frequentes, tanto relativamente ao elemento dormente como ao móvel. Ocorrem muitas vezes como material de aproveitamento, utilizado nas construções. De assinalar que na Mamoa da Mina do Simão acima citada, se verificou que o pavimento da câmara, ainda parcialmente conservado, era constituído por elementos móveis de moinhos manuais colocados lado a lado;
2. *Percutores* — também frequentes;
3. *Cristais de quartzo* — surgem igualmente com frequência;
4. *Objectos que podemos considerar como culturais* — raros. De destacar uma placa de granito, em forma de «paleta», proveniente do «dólmen pequeno» de Perafita, Alijó, conservada no Museu Nacional de Arqueologia⁽¹⁴⁾, e um objecto de cerâmica, profundamente cozida, em forma de «cogumelo», encontrado na Mamoa 2 de Outeiro de Ante, Aboboreira⁽¹⁵⁾.

II — Cerâmica

Quanto à forma:

- a) *Vasos abertos* — em calote de esfera, de perfil semi-elíptico, de perfil situado entre o sub-cilíndrico e o tronco-cónico, tronco-cónicos, etc.;
- b) *Vasos fechados* — de forma esférica, muito fechada; idem, com leve estrangulamento no colo; semi-esféricos; ovóides; sub-cilíndrico com leve estrangulamento no colo; carenados, etc.

Quanto à decoração:

- a) *Vasos lisos e com decoração mamilar* — os mais abundantes;
- b) *Vasos com decoração lisa ou impressa não campaniforme; vasos com impressões na superfície interna;*
- c) *Vasos campaniformes*, dos grupos pontilhado marítimo, pontilhado geométrico, e Ciempozuelos — Palmela. De assinalar a recente descoberta, na Mamoa 1 da Chã do Carvalhal, Aboboreira (Marco de Canaveses), de um significativo conjunto de fragmentos de vasos campaniformes, atribuíveis aos grupos pontilhado marítimo (de bandas) e Ciempozuelos — Palmela⁽¹⁶⁾.

Ainda no que toca à cerâmica, gostaríamos de referir aqui que no provável solo de ocupação detectado sob a Mamoa da Mina do Simão, Amarante, se encontraram, entre outros restos de vasos, abundantes fragmentos de um recipiente liso, com perfurações situadas abaixo do bordo, permitindo a quase total reconstituição da forma. Trata-se, pois, do único vaso cerâmico, *in situ*, com posição estratigráfica bem definida, proveniente de uma escavação dolménica do Norte do país.

III — Artefactos metálicos

Raros, destacando-se pontas de cobre de tipo Palmela e três espirais em prata, estas provenientes, respectivamente, de Mamoinha do Monte da Cerca (Esposende), da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos e da Mamoa 4 de Meninas do Crasto (Aboboreira). Apesar dos dois últimos achados não se encontrarem *in*

(14) Com o n.º 9616. V. H. Botelho, *in O Arqueólogo Português*, IV, 1898, p. 187.

(15) Por A. A. Huet de B. Gonçalves (respectivo relatório no prelo).

(16) Agradecemos a Domingos J. da Cruz esta informação.

situ, uma vez que se verificaram, respectivamente, no fundo de uma câmara profundamente revolvida por violações e na parte superficial do monumento, em resultado também de violações, não deixa de ser interessante referir que nos encontramos, nos dois casos, perante *cairns*, tipo arquitectónico que consideramos com probabilidade tardio, e possivelmente datável do Bronze inicial, época em que encaixariam bem estas espirais em prata.

IV — Objectos de adorno

Relativamente raros, destacando-se as *contas de colar* de tipos e matérias-primas diversos, nomeadamente de variscite (Mamoas 2 de Outeiro de Ante, Mamoas 2 de Outeiro de Gregos, na Aboboreira, Mamoas de Guilhabreu, Vila do Conde) e de azeviche (Mamoas 1 de Abogalheira e Mamoas 4 de Meninas do Crasto, ambas na Aboboreira).

Problemas cronológicos

Graças às escavações realizadas da Aboboreira, começámos nos últimos anos a dispor de datas de radiocarbono, infelizmente ainda em pequeno número, que nos permitem formular algumas questões, em bases minimamente seguras, sobre o posicionamento cronológico do fenómeno megalítico no Norte de Portugal e no Noroeste peninsular em geral. As mais interessantes são:

Monumento	N.º amostra	Data a.p.	Data a.C.	Observações
Mamoas 3 de Outeiro de Gregos (Baião)	KN — 2765	5200 ± 65	3250 ± 65	Carvões de madeira provenientes do <i>tumulus</i>
Mamoas 3 de Outeiro de Gregos (Baião)	KN — 2766	5230 ± 75	3280 ± 75	Carvões de madeira provenientes de <i>tumulus</i>
Mamoas 2 de Outeiro de Gregos (Baião)	CSIC — 547	4950 ± 50	3000 ± 50	Carvões de madeira provenientes do solo existente sob o <i>tumulus</i> (<i>terminus post quem</i> para a construção do monumento)

Os dois monumentos assim datados situam-se a cerca de 100 m um do outro e são do mesmo tipo (pequena câmara megalítica poligonal, com toda a probabilidade fechada). As duas primeiras datas, muito coerentes entre si, dizem respeito a amostras recolhidas em sedimentos *in situ* do *tumulus*, e situam a sua construção na segunda metade do IV.º milénio a.C. Comparando esses resultados com a data de 3000 a.C. como *terminus post quem* para a Mamoas 2 de Outeiro de Gregos, podemos pensar que entre a construção dos dois monumentos distaram cerca de 300 anos. Será a esta época genérica — segunda metade do IV.º milénio, passagem para o III.º milénio — que deverá atribuir-se o início do megalitismo do Norte do país, ligado a monumentos de espaço sepulcral diminuto e proporções modestas? Seria extremamente arriscado afirmá-lo, como é evidente. Seja como for, lembremos que por essa época se estavam já construindo, na Beira Alta, monumentos de grandes dimensões, com corredor, como nos mostra, por exemplo, a data de 3110 ± 50 obtida para carvões provenientes do fundo da câmara da Orca dos Castenairos (Vila Nova de Paiva) e que, no Alentejo, se aceitarmos as datas, obtidas pelo método da termoluminescência, por Whittle e Arnaud⁽¹⁷⁾, o megalitismo tinha já uma longa história. Mantém-se pois, em relação ao Norte de Portugal, a tradicional dúvida de se saber se o fenómeno megalítico é, aqui, um elemento derivado do Sul, mas que não conheceu, como aí, uma evolução tão rica (em termos de grandiosidade de arquitecturas e de diversidade de espólios a elas associados) ou se são manifestações, à partida, coetâneas, que depois se desenvolveram em sentidos diferentes. Se esta última hipótese se viesse a verificar, então, como é óbvio, os monumentos datados de Outeiro de Gregos marcariam já uma fase mediana do processo, podendo ter convivido (em termos de criação de arquitecturas e sua utilização primária) com megálitos de maior porte, como os dólmenes de grande câmara (Outeiro de Ante 1, Chã de Parada 3) ou até de câmara e corredor (Dólmen de Chã de Parada) que existem na Serra da Aboboreira.

Continuamos, na verdade, sem poder optar entre três modelos explicativos do fenómeno megalítico diacronicamente considerado. O primeiro, seria um modelo evolucionista unilinear, que levaria dos pequenos dólmenes iniciais, de câmara fechada, aos grandes dólmenes de câmara aberta, e, depois, aos dólmenes de corredor clássicos, continuando com os dólmenes com corredor de maiores proporções, e mais ou menos indistinto da câmara (em termos de transição gradual de espaços e dimensões) até às cistas megalíticas, às cistas ainda providas de *tumulus* ou de qualquer marcação superficial, capaz de identificar

(17) Thermoluminescent dating of Neolith and Chalcolithic pottery from sites in Central Portugal, *Archeometry*, 17, 1, 1975.

a sua presença no terreno, e, finalmente, às sepulturas «planas». O segundo, seria aquele que admitiria a contemporaneidade do surgimento de soluções diferentes, nomeadamente de pequenos dólmenes, com ou sem corredor. O terceiro, finalmente, aceitando o megalitismo como um longo processo de desenvolvimento arquitectónico cumulativo, encararia a possibilidade de uma evolução do simples para o complexo, sem exclusão, todavia, da coetaneidade, a partir de determinado momento, de formas «simples» e «evolucionadas». Esta última hipótese levar-nos-ia, por exemplo, a admitir que, em certa fase da evolução megalítica, monumentos de maiores dimensões (ou situados em posição topográfica dominante) se teriam vindo sobrepor às necrópoles tradicionais, ou se teriam, mesmo, colocado em posição de isolamento na paisagem. A confirmar-se esta hipótese, tornam-se evidentes as interessantes ilacções de ordem sociológica que ela permitiria, no sentido de se admitir a progressiva implantação de uma hierarquia no seio social, de início ligada à hierarquização espacial e dimensional dos túmulos, e, por fim, mercê de um ritual funerário cada vez mais individualizador, à redução das suas dimensões e à sua menor acentuação na paisagem.

O problema dos habitats

A dificuldade de identificação dos habitats dos construtores de megálitos, bem conhecida em toda a Europa atlântica, põe-se também para o Norte de Portugal. Duas reflexões prévias podem, contudo, auxiliar-nos a circunscrever este problema:

- em primeiro lugar, é pouco provável que as populações que tumulavam nos dólmenes vivessem em habitats concentrados e estáveis, isto é, de longa duração. Se assim fosse, tais aldeias teriam deixado marcas no terreno suficientemente importantes para que a moderna arqueologia tivesse detectado pelo menos algumas delas, o que, relativamente à área que aqui nos importa, até à data não aconteceu. Ora, se atentarmos no que se passa com os povoados com cerâmicas «de tipo Penha», em curso de estudo por Susana O. Jorge (v. trabalho apresentado a este Colóquio), que, pelo menos a ajuizar pelos dados actuais, parece terem sido em parte contemporâneos do fenómeno megalítico, logo constataremos o profundo contraste que estabelecem com o tipo de ocupação do solo e o modo de vida que o megalitismo pressupõe. Trata-se de habitats riquíssimos em artefactos e, até certo ponto, em estruturas, atestando a definitiva fixação do homem à terra no Noroeste peninsular, fixação que, no caso do mundo megalítico, parece ainda situar-se sobretudo ao nível dos túmulos, isto é, ao nível simbólico da memória colectiva. Para além dos complexos problemas que esta aparente dualidade cultural levanta (como, por exemplo, o de se saber em que tipo de estruturas enterravam os mortos os homens que utilizaram as cerâmicas de «tipo Penha», ou o de se determinar até que ponto a fracção de artefactos depositados nos túmulos megalíticos como oferendas é representativa da totalidade da cultura sua contemporânea), o que é um facto é que a própria existência dos habitats com cerâmicas de «tipo Penha» nos mostra que nada impedia, à partida, que outros tipos de povoados pré-históricos se tivessem conservado no Noroeste peninsular, caso tivessem atingido a importância que permitisse tal conservação.
- Em vários pontos da Europa megalítica (países nórdicos, Irlanda, Bretanha francesa, por exemplo), existem indícios de que habitats e túmulos estariam numa relação espacial próxima, advogando G. Clark, por exemplo, que a implantação dos cemitérios nos permite tirar ilacções sobre a área de exploração preferencial («catchment area») dos respectivos construtores⁽¹⁸⁾. Se, no Norte de Portugal, traçarmos um círculo em torno dos núcleos sepulcrais, cujo raio corresponda aproximadamente a uma hora de caminho a partir do hipotético habitat, encontraremos áreas ecológicas diversificadas, de vale e de *plateau*, que podem ter oferecido ao homem possibilidades muito variadas. É lógico estarmos perante formas de economia mista, com prática da caça (sugerida pela presença de micrólitos que, pelo menos em parte, poderão ter actuado como pontas de seta e, também, por pontas de seta foliáceas), do pastoreio, e da agricultura (comprovada pela frequente ocorrência de moinhos manuais nas sepulturas, a atestar o cultivo de cereais, e, indirectamente, por machados polidos e enxós, instrumentos ligados ao ciclo agrícola), abarcando cada uma dessas actividades o seu espaço próprio. No entanto, se tal modo de vida se baseava numa tecnologia elementar, com prática de queimadas para a abertura de áreas para o cultivo e esgotamento fácil da capacidade produtiva dos solos, ele conduziria necessariamente a uma deslocação periódica do habitat, que seria intencionalmente frágil; se essa deslocação periódica tendesse a estabelecer um certo rotativismo (cujo pólo fixo poderia precisamente ser o túmulo) natural é que o próprio trabalho da agricultura viesse a «apagar» traços anteriores deixados pela ocupação humana. Tal facto, associado à intensa erosão que, ao longo dos tempos, teriam sofrido os solos então utilizados (sobretudo se se situassem em *plateaux* progressivamente desnudados de vegeta-

⁽¹⁸⁾ The economic context of dolmens and passage graves in Sweden, *Ancient Europe and the Mediterranean*, Warminster, 1977.

ção) explicaria a actual inexistência, no registo arqueológico, de vestígios habitacionais. Estes poderiam porém ter-se conservado sob monumentos ulteriormente construídos no mesmo local. Será talvez essa a razão da ocorrência, em alguns monumentos da Aboboreira, de ténues indícios de uma possível ocupação anterior: lareira estruturada encontrada na base da Mamoa 1 da Serrinha; buracos de poste e um vaso detectados sob o lajeado periférico da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos; restos de vasos cerâmicos e objectos líticos, juntamente com abundantes carvões, no solo subjacente à Mamoa da Mina do Simão.

Arte megalítica; menires

Uma breve referência, a concluir, a outros dois tópicos do megalitismo do Norte de Portugal.

A *arte dolménica*, que uma recente obra de E. Shee Twohig tratou exaustivamente ⁽¹⁹⁾, dispensando-nos aqui de demoradas descrições, manifesta-se sobretudo nos seguintes monumentos:

Dólmen da Barrosa, Âncora (Caminha) — insculpturas em três lajes, encontradas durante as escavações de J. de Castro Nunes em 1948. Linhas onduladas (serpentiformes) e sinais em U constituíam a base da respectiva ornamentação.

Dólmen da Fonte Coberta da Chã de Alijó (Alijó) — gravuras (covinhas, sulcos) e restos de pintura a vermelho num dos esteios, detectados por C. Neiva nos anos trinta.

Dólmen de Vilarinho da Castanheira (Carrazeda de Ansiães) — motivo pintado a vermelho na laje de cabeceira, constituído por uma forma sub-rectangular, com apêndices, interpretável como antropomórfica, ou como representando uma pele esticada de animal, seg. E. Shee.

Dólmen de Zedes (Carrazeda de Ansiães) — além de covinhas e sulcos na face externa da tampa, restos de pintura em quatro esteios da câmara, inicialmente reconhecidos (tal como no monumento anterior) por Santos Júnior, nos anos trinta, e recentemente revistos por E. Shee, que neles distinguiu elementos serpentiformes, um báculo e um motivo ancoriforme.

Dólmen de Chã de Parada (Baião) — Serpa Pinto — o nosso homenageado neste Colóquio — detectou, nos anos trinta, restos de pintura a vermelho no esteio da cabeceira deste monumento, actualmente invisíveis. A mesma laje apresenta quatro representações de um motivo de difícil interpretação, constituído por um «corpo de traços paralelos e base trapezoidal» (seg. Shee e G. Martinez) ⁽²⁰⁾ e forma geral dissimétrica, tendo de um dos lados um apêndice de contorno curvo. Noutros esteios pode ver-se uma figura radiada, um motivo composto por dois círculos, lado a lado, e uma pequena covinha entre a base dos dois («face ocultada»?) e uma figura que lembra vagamente um 8.

Dólmen de Padrão, Vandoma (Paredes) — Mendes Corrêa publicou, em 1929, pinturas visíveis em fragmentos de esteios deste monumento. Os motivos mais importantes eram, mais uma vez, os ondulados ou serpentiformes e uma figura humana com braços e pernas arqueados. De notar que, ao contrário dos casos anteriores, a decoração se apresentava aqui com carácter bicolor (vermelho e negro).

Presença, pois, no Norte de Portugal, de dólmenes gravados, de dólmenes pintados, e de dólmenes decorados simultaneamente de ambas as formas. Torna-se evidente que, na totalidade dos casos, nos encontramos perante simples restos de uma ornamentação simbólica hoje impossível de reconstituir na sua integralidade, o que praticamente inviabiliza a sua interpretação. Facto tanto mais de lamentar quanto é certo sabermos, por outros exemplos peninsulares (Antelas, Oliveira de Frades; Pedra Coberta, Corunha, por exemplo) que os dólmenes decorados evidenciavam muitas vezes uma organização de conjunto, que de modo algum se pode confundir com a simples justaposição de motivos, por nós hoje de algum modo arbitrariamente isolados.

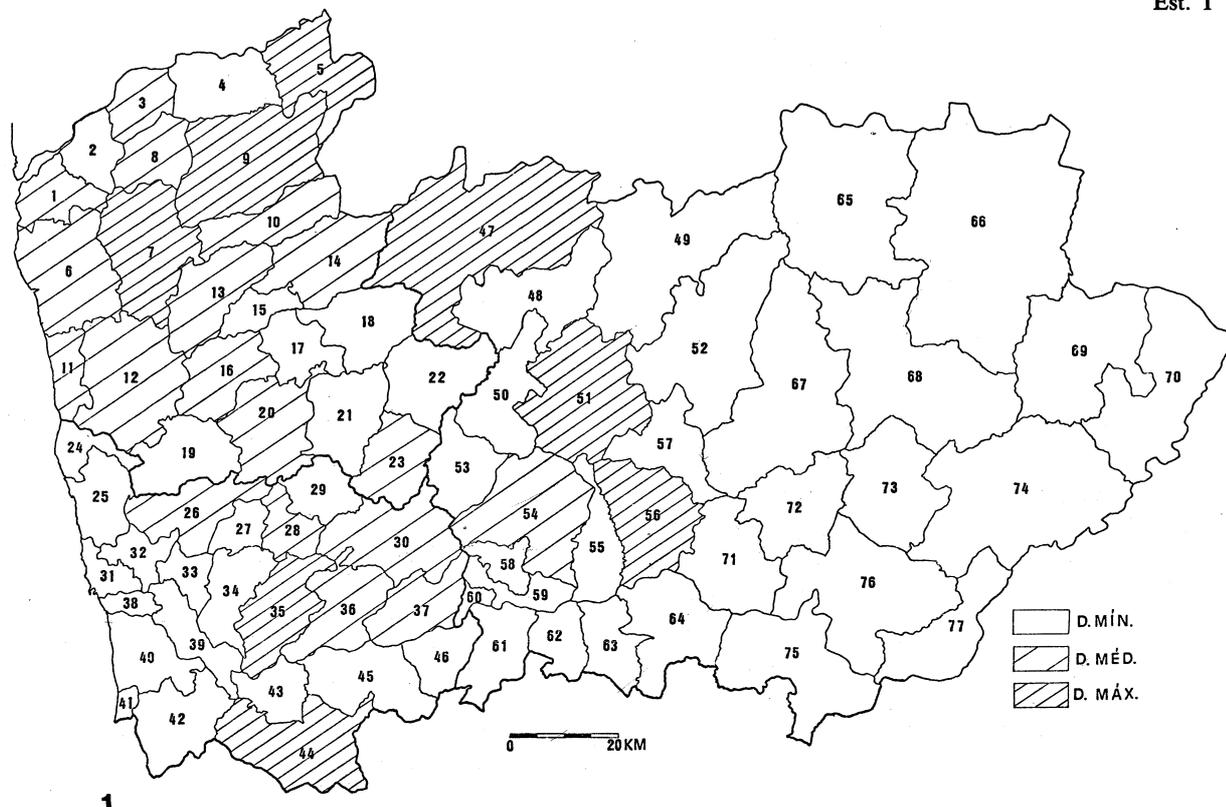
No que toca aos *menires*, lembremos que existem apenas dois casos inequívocos no Norte do país: o de Luzim, no concelho de Penafiel, e o de S. Paio de Antas, Esposende, ambos em zonas onde estão assinaladas mamoas. Ilustram dois tipos diferentes desta classe de monumentos, pois que um, o de Luzim, é uma simples laje de forma irregular, enquanto que o de S. Paio de Antas se apresenta afeiçoado, com secção sub-elíptica. Os chamados «menires» das Turrinheiras (Cabeceiras de Basto) e do «Penedo Longo» (Amarante) não passam de formas naturais ⁽²¹⁾.

Rennes, Outubro de 1983

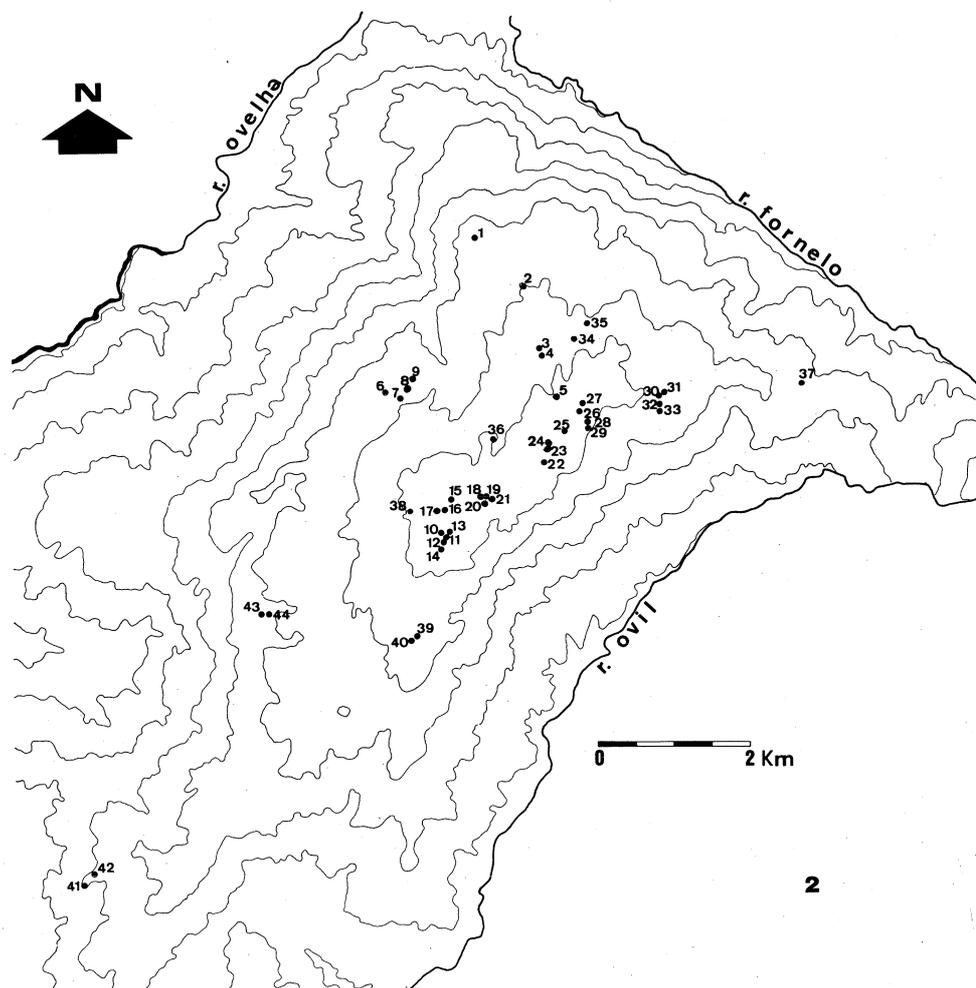
⁽¹⁹⁾ *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, Clarendon Press, 1981.

⁽²⁰⁾ Tres tumbas megalíticas decoradas en Galicia, *Trabajos de Prehistoria*, 30, 1973.

⁽²¹⁾ Ao longo do presente texto, e relativamente à Serra da Aboboreira, foram utilizados dados provenientes de algumas escavações não realizadas pelo autor, cuja referência agora se completa: Mamoa 1 da Abogalheira, por E. J. Lopes da Silva e A. Leite da Cunha (1979-1980); Mamoa 4 de Outeiro de Gregos, por Domingos J. da Cruz e Maria de Jesus Sanches (1980); Mamoa 1 da Serrinha, por Fernando A. Silva (1982); Mamoa 1 da Chã do Carvalhal, por Domingos Cruz (1982); Mamoa 3 de Chã de Parada, por Fernando A. Silva (1982-1983). A Mamoa da Mina do Simão foi escavada pelo autor, de colaboração com Maria da Luz Oliveira (1983).



1



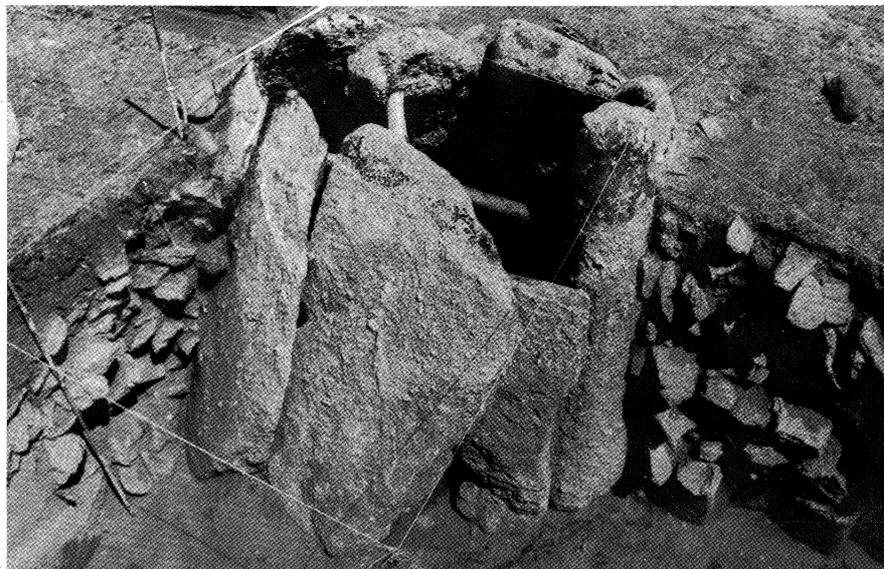
2

1 — Megalitismo do Norte de Portugal; concelhos de densidade mínima (0-10 mon.), média (11 a 40 mon.) e máxima (acima de 40 mon.). Estes últimos são: Melgaço (n.º 5), Arcos de Valdevez (n.º 9), Ponte de Lima (n.º 7), Montalegre (n.º 47), Vila Pouca de Aguiar (n.º 51), Alijó (n.º 56), Penafiel (n.º 35) e Arouca (n.º 44).

2 — Conjunto megalítico da Serra da Aboboreira (adaptado do mapa de esc. 1/50.000, reduzido). Os 44 monumentos referenciados vêm descritos em Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal...* 1982, vol. I, pp. 565 e seg.



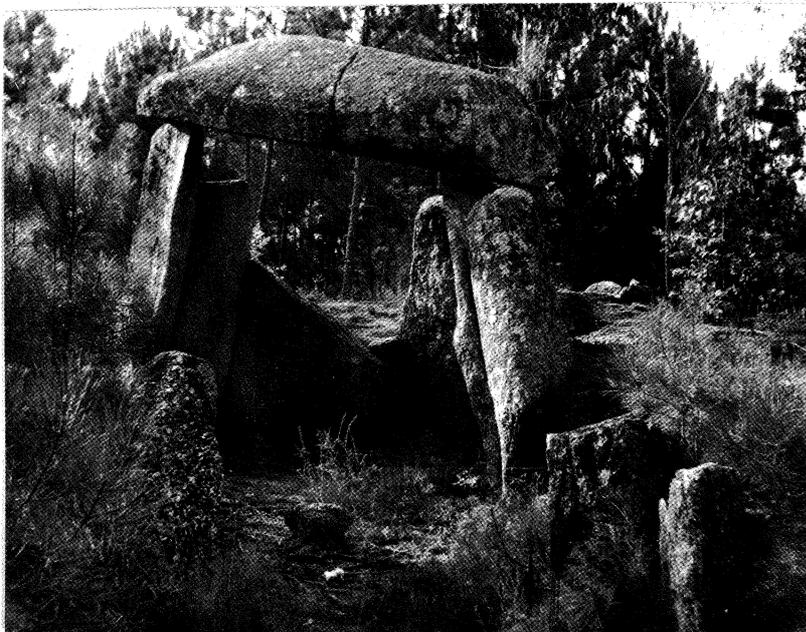
1 — Dólmen com pequena câmara poligonal regular (Mamos 2 de Meninas de Castro, S. da Aboboreira, Baião).



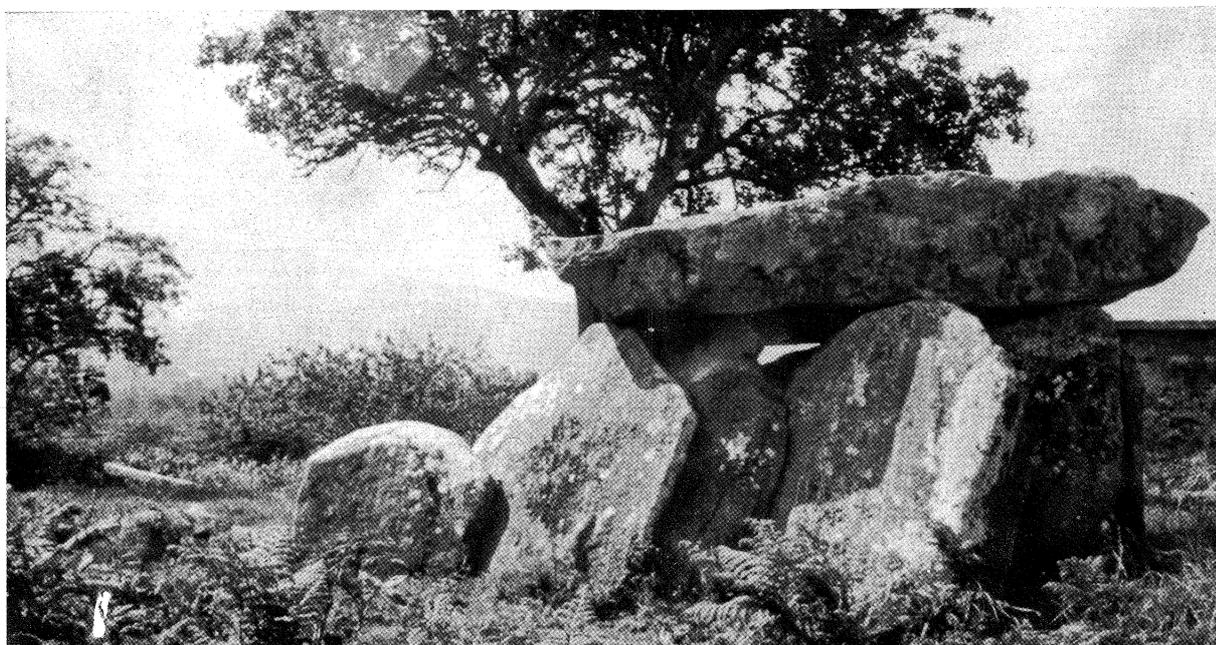
2 — Dólmen com câmara poligonal alongada (Mina do Simão, S. da Aboboreira, Amarante).



3 — Dólmen de grande câmara sub-elíptica, com entrada a nascente (Mamoia 1 de Outeiro de Arte, S. da Aboboreira, Baião).



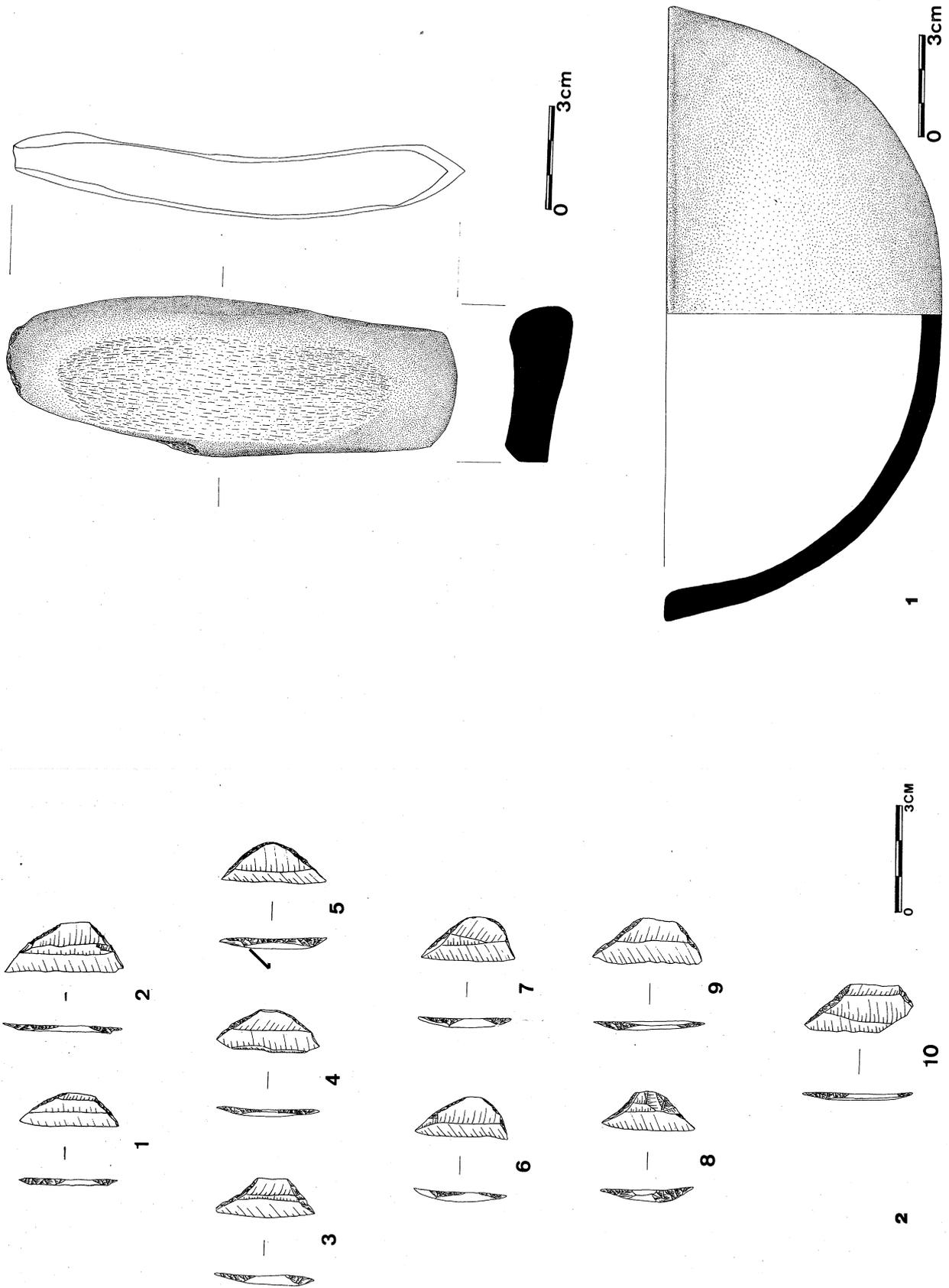
1 — Dólmen de Santa Marta (Penafiel).



2 — Dólmen da Barrosa (Caminha).



3 — Cairn de Meninas do Crasto 4 (Aboboreira, Baião), com anel megalítico periférico (escav. Jorge, 1982).



Est. IV — Exemplos de espólios de monumentos megalíticos do Norte de Portugal: 1 — enxó do «dólmen pequeno» de Perafita, Alijó (Museu Nacional de Arqueologia, n.º 9596) (des. de M.^a Jesus Sanches) e vaso em calote esférica da Anta de Frasão, Paços de Ferreira (Museu Nacional de Arqueologia) (des. de M.^a Jesus Sanches); 2 — micrólitos geométricos das mamoas do Monte Mozinho, Penafiel: Praina do Loureiro (1-9) e Tapada de Baltar (?) (10) (Museu do Instituto de Antropologia, Porto) (des. de Susana O. Jorge). V. descrição detalhada em Jorge, *Megalitismo do Norte de Portugal...*, 1982, vol. I, pp. 741 e seg.

O MEGALITISMO GALEGO: A PROBLEMÁTICA SUSCITADA A PARTIR DAS INVESTIGACIÓNS MÁIS RECENTES

Antón A. Rodríguez Casal *

Non vou insistir nesta ponencia sobre aqueles aspectos xerais, xa coñecidos, do Megalitismo galego, senón incidir nas últimas investigacións e nas novas perspectivas abertas sobre os temas que nos ocupa. Pero antes, vou bosquexar, aínda que moi brevemente, os aspectos máis sobranceiros da Cultura Megalítica da Galiza.

1 — A Cultura Megalítica en Galiza

«Cultura» é xa de por sí un término confuso. Cicais debamos ter en conta que a Cultura non pode desleigarse do concepto de «modo de produción», do que se deduce que a cultura abranxe non soio ao xeito no que se producen e distribúen os bens materiais dunha determinada sociedade, senón que atinxe tamén á totalidade sociocultural, é dizer, a tódolos niveis e ámbitos e aos seus modos de artellamento, nun sistema orgaizado e composto ao menos por tres niveis de operatividade: o tecnoeconómico (estudo dos artefactos e a cultura material nunhas bases económicas determinadas), o sociopolítico (como resposta á mudanza económico-tecnolóxica operada durante o Neolítico) e o ideolóxico (o por qué da aparición de grandes mausoleos funerarios de enterramento coleitivo). E todo elo en relación cos factores ecolóxicos que teñen propiciado a aparición das sociedades megalíticas.

«Megalítico» é tamén un término impropio por canto a acepción non abranxe a monumentos en mampostería seca ou á función á que estaba destinado o monumento. Sería un término de significado relativo que debe ser empregado tan só como solución taxonómica.

«En Galicia», restrinxe o fenómeno a unha zona que debe ser estudada conxuntamente co Norte de Portugal e mesmo Asturias.

O estado actual da investigación

Ao encarar o Megalitismo galego, como xa tiña amosado con ocasión da «Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal» (Porto, abril 1978), atopámonos con múltiples problemas que veñen dados por unha banda, por mor do estado actual da investigación que amosa importantes lagoas prá súa sistematización, e por outra, debido ás características propias da Galiza, en aspectos tais como o xeolóxico, edafolóxico (chans acedos), climáticos e mesmo sociais, o que ten repercutido en moitos casos na conservación das xacidas (lembramos as destrucións do século XVII).

Na historia da investigación máis recente, cun recordo á laboura de autores como Federico Maciñeira, López Cuevillas, o casal Leisner, Bouza Brey, Ramón Sobrino, Alfredo García Alén, e tantos outros, témonos que referir á mudanza radical producida a partir dos anos setenta, cun novo metodolóxico e unha investigación coordinada entre os Museos galegos, a Universidade e o Instituto enfoque «Padre Sarmiento» de Estudos Galegos. Dende ese momento, intensificaráanse as prospeccións, os traballos de inventariado e catalogación, excavacións e estudos de laboratorio.

Imos pois analizar cál é o estado da investigación do Megalitismo galego, nos seus diversos aspectos.

2 — Megalitismoa e medio físico: distribución das mámoas

As investigacións pioneiras encol deste tema son debidas a Federico Maciñeira, que por vez primeira fala da asociación entre mámoas e xeografía e o seu vencellamento cos camiños antigos, que el mesmo verificou na Serra Faladoira. Anos despois, tanto Leisner como López Cuevillas incidirán no feito

* Museo Provincial de Lugo

de que a distribución megalítica en Galicia fundaméntase na súa asociación cos terrenos graníticos, emprazándose normalmente as necrópoles en gándaras e penicháns terminais das serras, e con máis raridade, no curuto ou nas abas dos outeiros. No momento actual atopámonos con amplas áreas prospectadas e traballos importantes sobre este tema, sendo de salientar os seguintes:

— Prospeccións realizadas na práctica totalidade da provincia de Pontevedra e outras zonas como a Serra Faladoira, Incio, Xallas, Barbanza, etc. Entre os traballos máis recentes, salientamos:

Bello, J. M., Criado, F. e Vázquez Varela, J. M.: *La Cultura megalítica del Noroeste y sus relaciones con el marco natural: implicaciones socioeconómicas* (manuscrito inédito); Criado, F. e Rodríguez Casal, A.: *Megalitismo e medio xeolóxico nas comarcas de Xallas e Melide* e outros traballos xa publicados (nomeadamente en *Gallaecia* e *Brigantium*).

Istes traballos permítenos contar cun mapa de distribución que, aínda que incompleto, sería o seguinte, segundo as tres grandes unidades morfotectónicas de Galicia:

— *Bloque montañoso septentrional*: destacan dúas áreas ben definidas, como son a Serra da Capelada, cun inventario de 44 mámoas (catálogo de Maciñeira) e a Serra Faladoira con 87 mámoas, aliñadas ao longo dun «camiño real». Istan necrópoles relaciónan-se ao sul co importante núcleo da Conca Outa do río Eume.

— *Gran Macizo montañoso oriental*: é a zona de menor densidade de mámoas, practicamente ausentes nas grandes alturas, ao tempo que se sitúan nas estribacións occidentais do Macizo, dende o curso medio do río Eo, na Fonsagrada, e máis ao sul nas terras do Incio, ao pé da Serra de Lóuzara.

— *Bloque montañoso suroccidental*: nesta grande área que vai dende as terras de Fisterra todo ao longo da costa, até a foz do Miño, e ao Nascente cun xebro moi nidio na Dorsal galega e a Serra do Suído, sitúan-se importantes núcleos megalíticos, entre os que sobrancean as áreas da Serra do Barbanza (con monumentos tan impresionantes como as antas de Argalo, Arca de Barbanza ou Axeitos; cfr. Tese de licenciatura inédita de Xerardo Agrofoxo), terras de Armenteira, península de Morrazo e o núcleo da área viguesa (necrópoles de Beade, Altos de S. Colmado, monte Vixiador, Monte Penide . . .). Máis ao interior é mester salientar os núcleos megalíticos de Terra de Montes, Lalín, Rodeiro, a Serra do Suído . . .

— *A Penichaira galega*: esta ampla zona sitúa-se, en liñas xerais, entre as anteriores unidades morfotectónicas, cos seguintes grupos: 1) Terra Chá Lucense, unha das zonas galegas de meirande densidade de megalitos, dende as terras de Villalba, Xermade, Lousada, arredores de Lugo, Buriz, Begonte, Friol, e máis ao sul Monterroso que enlaza cos grupos de Melide. Ao sul da provincia lucense hai que citar os grupos do Saviñao e Val do Sil. 2) A provincia de Ourense con numerosos núcleos megalíticos no Val alto do Limia (Monte Albán, San Cibrao, Val do Barbantiño), que se prolongan coas mámoas de Cea, O Carballiño, Serras do Testeiro e Suído, Calvos de Randín, Serra das Motas e do Laboreiro, Maus de Salas, etc., que enlazarían coas necrópoles da outra beira do Miño (Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Serra do Marão e da Aboboreira e a rexión de Tras-os-Montes). 3) Terras de Melide e Sobrado, cun total de 84 mámoas catalogadas (a partires dos traballos pioneiros de Bouza e Cuevillas e recentemente de F. Criado e Mariano Grajal. Ver *Brigantium* 1 e 2 e *Gallaecia*). Iste grupo enlaza coa terra de Ordes, na que é mester citar a anta de Cabaleiros e a mámoa de Andoio-Rechaba. 4) Bisbarra de Xallas cunha chea de antas de grandes proporcións e estrutura ben conservada: Casa dos Mouros, Arca da Piosa, Pedra Cuberta, Parxubeira, Monte Carneio, etc., e ao N. da zona os megalitos de Bergantiños (Dombate, Pedra de Arca) que se proxectan até os arredores de A Coruña.

Cómprobase, pois, que toda Galicia aparec inzada de mámoas dun xeito uniforme dabondo, tanto nas zonas próximas á costa como nas penicharias e vales do «hinterland», aínda que con densidades diferentes e cun límite moi nidio no Macizo montañoso oriental, o que parece reforzar o carácter occidental e atlántico do Megalitismo galego.

3 — *Arquitectura e estruturas tumulares*

Pouco se ten avanzado no estudo da arquitectura megalítica, aínda que contamos con novos dados dos sistemas constructivos, a partires das recentes excavacións, nas que se verificou a aparición de calces e cuñas e sistemas complexos da construción (Argalo e Parxubeira, por exemplo), aparición de camadas de area de xabre dispostas arredor da estrutura, con furados de finalidade constructiva (excavación de 1983 na Parxubeira), corredores con enlousados (Parxubeira), corazas pétreas e anillos basais periféricos (Oirós) ou no medio do túmulo (Argalo), todo o cal está a facer mudar a idea tradicional encol das estruturas tumulares, tema no que se está a investigar no momento actual con especial énfasis.

Dende o punto de mira crono-constructivo, seguimos mantendo (como hipótese de traballo a comprobar con novas excavacións) que as antas máis antigas figuran ser as poligonais sinxelas, xurdindo máis tarde a anta de corredor e nun momento seródio as cámaras de planta cadrada e rectangular.

4 — *Cultura Material*

— Industria lítica: dentro da pedra puída inclúense machados, aixadas, cinceis, goivas, etc., de tipoloxía e tamaños diversos e seccións diferentes, xeralmente en rochas metamórficas. Compreta o inventario, bolas, as veces cun puído e regularidade extraordinaria, muiños de mán, do tipo de movemento e vaivén, e unha moi rica colección de artefactos perforados (machados perforados no talón, mazas de combate, dobles aixadas, bipennes (un recentemente exhumado nunha mámoa de Begonte). Sobre iste tema están no prelo dous artigos, un de R. Fábregas e outro do que ista ponencia presenta. Verbo da pedra tallada, destacan numéricamente as puntas de flecha, normalmente de bordos converxentes e base triangular, ás veces con pequeno pedúnculo e aletas iniciadas. Entre os microlitos xeométricos son maioritarios os trapezoidais e en menor medida os triangulares, faltando totalmente as meias lúas, mentras que as follas e lamelas son normalmente brutas, agás de dous perforadores, un exhumado en Oirós e outro nunha mámoa de Leiro. Por último, é mester citar (entre outros obxetos) un puñal de sílex dunha mámoa de Cela (Mos), segundo L. Monteagudo de filiación co Norte de Europa. Sobre a industria lítica lascada do Megalítico galego ten Ramón Fábregas presentado recentemente a súa Tese de licenciatura (inédita).

— Cerámica: aparece documentada en gran número de mámoas, sendo a lisa a máis adoitada, ou ao sumo con sinxelas incisións e bordos engrosados, con pastas de má calidade e formas tais como cuncos, vasos esféricos, semiesféricos, troncocónicos, etc. Como excepcional hai que salientar un cunco con decoración incisa, de liñas paralelas, exhumados nunha anta de O Buriz (Lugo), relacionábeis co suleste peninsular (excavacións de Bouza Brei e García Martínez, xunto con outros). Sobre o Campaniforme cfr. a monografía de F. Criado e Vázquez Varela, aínda que hai outros artigos no prelo. Ao momento final do Megalitismo parecen pertencer os vasos «de largo bordo horizontal» de Oirós e do Bronce Inicial é un vasiño atopado na anta de Parxubeira.

Neste momento Félix de la Fuente está a rematar a súa Tese de licenciatura encol do tema da cerámica no megalitismo galego.

En canto aos obxetos de adorno e cultuais, son escasos (doas de colar, esfeiras, colgallos, etc.). Finalmente, en canto a metal, recentemente teñen aparecido restos de ouro en Oirós e un espeto de puñaliño de cobre na Parxubeira, que completan o xa coñecido.

5 — *Manifestacións artísticas*

Arredor unha veintena de antas amosan laxes graburadas con motivos diversos e de non doada interpretación, entre as que destacan Espiñaredo, Dombate, Casa dos Mouros, Pedra Cuberta (con pinturas publicadas xa por Leisner), Parada de Alperiz, Mámoa do Rei, Roza das Módias e Marco do Camballón (ista aínda inédita, con liñas sinuosas, ondeantes e helioformes, según información de X. C. Sierra). A vista distes restos artísticos, coidamos que, máis que unha sinxela decoración, estaríamos diante dun símbolo relixioso en relación co culto aos mortos, preocupación ista constante nas comunidades constructoras de megalitos.

Aparte desto, hai que salientar, pola súa excepcionalidade a aparición na anta de Parxubeira (excavación de 1983) de catro estelas antropomórficas (do tipo de outras exhumadas na anta de Argalo. Informe de García Martínez), na base tumular fronte ó corredor da anta, que — sen dúbida algunha — as vencellamos con outras estelas semellantes, tipo as de Ile Guennoc na Bretaña, e que están a xogar un papel importante no enterramento (xa sexa representación dunha deidade, do morto, e cunha finalidade cultural de rito sepulcral, sentido apotropaico, etc.).

6 — *Economía, relixión e sociedade*

Pra achegármolo-nos á economía das comunidades megalíticas no noso país, é preciso ter en conta cal era o medio climático, así como cales as características xeomorfolóxicas e a paleopaisaxe no que ise home se desenvolvía: os diagramas polínicos (varios xa publicados e outros a analizar neste momento) mostran un clima máis quente e húmedo que o actual, con boscos de carballos, aciñeiras, abelairas e olmos, todo elo típico do período atlántico e comezos do suboreal. Tradicionalmente tense considerado que a economía básica das comunidades megalíticas de Galicia fundamentábase na caza e máila recolleita, cun fondo residual de economía depredativa de tradición epipaleolítica, basada nun sistema económico de gandería trashumante e ou semitrashumante e unha agricultura itinerante. Aínda que

algúns autores intentan apurar demasiado os datos cos que contamos, hai que ter en conta que pouco máis podemos dicir, no momento actual da investigación, e esa visión viría dada pola falta total de hábitats no noso territorio, mais sen dúbida e factíbel que xa en momentos pre-megalíticos tiveran aparecido os factores propios da neolitización. Agardamos con sumo interese a publicación dos xacementos de O Regueiriño, Chán dos Carrís e Fontenla, no Morrazo (investigacións de Antón Costa e outros), xacementos de vital importancia para o período neolítico-calcolítico e campaniforme.

A ausencia de hábitats — de seguro serían cabanas construídas con materiais perecedeiros — leva a pensar en grupos pastoralistas, aínda que ao lado dunha economía básicamente gandeira, debían ter unha relativa importancia a agricultura forestal, cun sistema de tala e roza da vexetación, e tamén unha agricultura cerealística, como parecen sinalar os diagramas polínicos.

A Cultura megalítica galega caracterízase polo grande número e espallamento das necrópoles, o que revela a existencia dunha poboación numerosa dabondo, e como xa facía constar hai anos Cuevillas, cun sistema social dispersivo, en réxime social de pequena aldea e unha estrutura política pouco complicada. Indudablemente, este sistema social suxire unha estruturación social «xentilicia», coa aldea como unidade básica e un hábitat disperso. Agora ben, ao tentar facer unha análise demográfica e social do Megalitismo galego, batemos con varios problemas: por unha banda a non localización das estruturas habitacionais (do que se deduz doadamente que sómente podemos chegar a coñecer a vida espiritual a partires dos datos que nos fornecen as sepulturas, mentras que todo son lagoas e hipóteses encol da súa vida cotidiana) e, por outra, o non saber en qué momento foron ergueitas as mámoas ou durante qué lapsus de tempo.

O que si parez indubidábel é que estamos ante unhas comunidades pequenas, cicais de relación consanguínea extensa, cunha orgaización baseada na cohesión por vencellos de descendencia e parentesco, cun grande sentido relixioso relacionabel ao culto do máis alá (lembramos unha vez máis a arte parietal e as estelas) o que se traduz no erguemento de panteóns funerarios colectivos. Estes grupos megalíticos ocuparían áreas concretas, segundo patróns diferentes de actividade, nas que as mámoas poderían actuar como «marco de territorialidade», e cumprindo unha función de lembranza dos devanceiros. Por outra banda, a asociación das mámoas e camiños antigos, verificada en varias áreas galegas, podería indicar a existencia de contactos comarcais e relacións con grupos veciños.

Se ben os espólios funerarios fan coidar nunha sociedade igoalitaria dabondo, que enterra colectivamente aos seus mortos, e formada por pequenos grupos máis pacíficos que guerreiros — non se coñecen poboados fortificados —, sen estratificacións sociais moi marcadas, con ostante, as comunidades megalíticas de Galicia debían ter unha certa vitalidade, cun sedentarismo suficiente: é impensabel a realización dun monumento megalítico, con toda a serie de problemas técnicos e humanos inherentes ao traballo de extracción das laxes, o transporte con medios rudimentares ou a propia construción do megalito, todo o cal esixe unha especialización no traballo e unhas comunidades numéricamente suficientes cunha economía excedentaria.

7 — Orixe e cronoloxía

Como hipótese de traballo, que deberá ser confirmada polos novos traballos en curso, propoñemos a seguinte periodización:

1. Megalítico «inicial»: o impacto de Megalitismo produciríase en Galicia a mediados do IV milenio a partir de grupos humanos procedentes do N. de Portugal. Sería o momento do erguemento das primeiras antas poligonais pechadas e artefactos arcaicos (Cfr. coa Serra da Aboboreira), e unha datación en torno a 3500 a.C.

2. Megalítico «medio»: momento de espallamento da «idea» megalítica por todo o territorio, cunha complicación da arquitectura. O fósil indicador é sobre todo a punta de flecha de base triangular. Sería tamén o momento de culminación da arte parietal. A grandes rasgos estaríamos entre o Neolítico Final, aprox. 3000 a.C., e o Calcolítico inicial, aprox. 2500 a.C.

3. Megalítico «final»: entre o Calcolítico inicial, coa aparición de enterramentos en cistas megalíticas ou en fosas (salientar o enterramento «intacto» nunha fosa da Mámoa de Monte Campelos en Begonte, con cinceis, un bipenne e 10 prismas de cristal de rocha), até a aparición do Campaniforme por volta do 2200-2100 a.C. O espólio definidor dese momento final ven dado por machados de sección achatada (cicais copia de prototipos metálicos), mazas de combate, dobles aixadas, cincéis e bipennes (Horizonte Rechaba, de Vázquez Varela). E iste o intre no que claramente se racha o aillamento do Megalitismo galego, comezando os contactos con outras áreas, a maior escala do que anteriormente), tanto co Norte de Europa (bipennes, mazas, puñal de sílex de Cela), como co mundo megalítico do sul peninsular.

O fenómeno megalítico galego péchase, aínda que non dun xeito radical, co desenvolvemento da actividade metalúrxica, desaparecendo o enterramento colectivo, que dá paso ao enterramento individual que xa nos mostra unha mudanza completa e total na ideoloxía, como é a idea da primacía do individuo fronte á colectividade.

8 — *Perspectivas*

De todo o dito pódese deducir que nos últimos anos está a desenrolarse unha actividade importante na investigación do noso megalítico. De tódolos xeitos, a imaxe que aínda temos pode parecer fragmentaria, pero tamén é certo que «fáise camiño ó andar». Problemas hai moitos e preguntas a solventar arreo. Así poderíamonos preguntar:

- Cál o papel do Megalitismo galego no ámbito atlántico é peninsular?
- Cuáis as orixes, desenrolo e acultururación ou desaparición do fenómeno?
- Cuáis as pautas de asentamento megalítico e o papel da mámoa no territorio?
- Por qué a falla de poboados?
- Cómo encarar o problema da «vida cotidiana»?
- É válida ou non a sucesión crono-tipolóxica actualmente aceptada?
- Cál o papel dos artefactos no sartego?
- Cuáis as pautas na distribución megalítica?
- Cál o papel do megalitismo na neolitización?
- Cuáis as relacións co fenómeno campaniforme?
- Cómo encarar o Megalitismo final e o aparecemento do enterramento individual?

Estas e outras preguntas están en parte por resolver. Pero consideramos que dado o interese do tema, hai que tentar unha aproximación ao problema, extensible a outras etapas da Prehistoria galega. E para elo, a Sección de Prehistoria e Arqueoloxía do Instituto Padre Sarmiento de E. Galegos ten constituída una serie de comisións científicas de programación, por etapas cronolóxicas, para elaborar un Plan de investigación da etapa correspondente, a corto, medio e longo prazo.



1

1 — Anta de corredor desenvolvido, nos arredores de Vigo (nos terrenos do Círculo Mercantil).

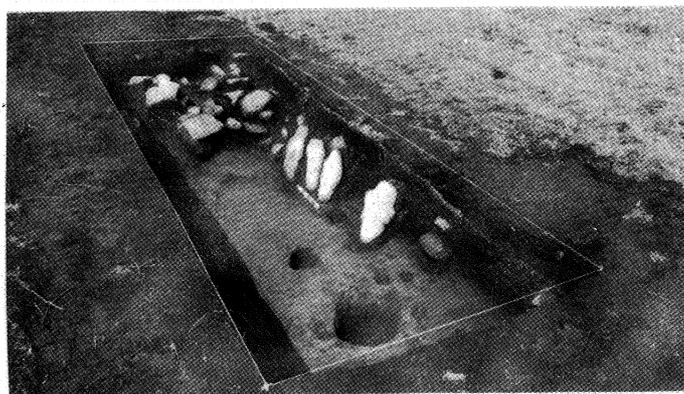


2

2 — A Casota de Berdoias. Anta típica da fase final do Megalítico galego.



3



4



5

3 — Vista parcial da excavación da anta de A Parxubeira (campanha de 1983).

4 — Conxunto de varias estelas antropomórficas achadas na mámoa da Parxubeira (1983).

5 — As estelas antropomórficas da Parxubeira, situadas no exterior do túmulo, fronte ao corredor da anta.

SITUACIÓN ACTUAL DE LA INVESTIGACIÓN DEL PALEOLÍTICO INFERIOR EN LA CUENCA MEDIA DEL DUERO

Manuel Santonja *

Aunque el estudio del Paleolítico inferior en la cuenca media del Duero — territorio que aproximadamente coincide con la Submeseta norte española — se encuentra en fase inicial y cuenta con medios muy limitados, al menos en comparación con otras regiones en las que la investigación se ha realizado de forma ininterrumpida desde el siglo pasado, se conocen datos suficientes para bosquejar una aproximación de conjunto, lo cual intentaremos hacer en las siguientes líneas (1).

Concretamos previamente que sólo vamos a referirnos a yacimientos al aire libre, pues si bien en algunas cuevas de macizos calcáreos interiores o periféricos se han registrado ocupaciones humanas de estas etapas (2), es difícil por ahora establecer nexos entre unas y otras, resultando hoy por hoy alejada la problemática que plantean (3).

Otra precisión conveniente antes de continuar afecta al término *yacimiento* que frecuentemente vamos a emplear; con el mismo eludimos referirnos a la estricta naturaleza del sitio de ocupación — campamento, taller, área de aprovisionamiento, sitio complejo, etc. (4) ya que carecemos casi siempre de criterios adecuados para intentar una interpretación de ese orden. Se han considerado yacimientos localizaciones de importancia muy diversa, para cuya valoración han sido tenidos en cuenta distintos aspectos, desde los estratigráficos (5) hasta los derivados del equilibrio interno de cada serie industrial.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS

En la dispersión de yacimientos conocidos (Est. I, 1), en una aproximación global, se observa un marcado contraste entre el Este y el Oeste del territorio considerado. Frente a las escasas localizaciones efectuadas en la mitad oriental, las terrazas medias y bajas de los afluentes occidentales del Duero (Tormes, Trabancos, Valderaduey, Esla, Tera, Pisuerga en su último tramo, etc.) presentan en sus depósitos industria lítica con una frecuencia bastante elevada.

Sobre el aparente desequilibrio observado hasta ahora en la ocupación, influye sin ninguna duda la desigual intensidad de las exploraciones realizadas en estos sistemas fluviales. La diferencia que hasta hace pocos años se observaba en el oeste entre los territorios situados al norte y al sur del Duero sabemos ya que no es real, sino que era producto de la falta de investigación en Zamora y León, como sucedía en

* Museo de Salamanca.

(1) Para una información más amplia debe consultarse, Santonja, M.: Características generales del Paleolítico inferior de la Meseta española, *Numantia* I, pp. 9-64, Soria 1981, y Santonja, M. y Pérez González, A.: *Las industrias paleolíticas de La Maya en su ámbito regional*; Excavaciones Arqueológicas en España, en prensa.

(2) El caso más notorio es el de Atapuerca (Burgos), actualmente en excavación, donde se ha localizado industria lítica y restos humanos datados en el Pleistoceno medio; cf. Jordá, F.: Notas sobre la trinchera de Atapuerca, *Zephyrus* XVI, p. 149, Salamanca, 1965; Aguirre, E. y M. A. de Lumley: Fossil Men from Atapuerca, Spain, Their Bearing on Human Evolution in the Middle Pleistocene. *Journal of Human Evolution*, 6, pp. 687-688, 1977. En Palencia (Mave), León (Alcedo) y Burgos (La Ermita, Cueva Millán y otras referencias antiguas) se conocen ocupaciones musterienses en cueva, *vid.* — respectivamente — M. Santonja *et al.*: Aspectos de la ocupación humana antigua del Cañón de la Horadada (Palencia), *Bol. Inst. Téllez de Meneses*, vol. 47, pp. 337-392, 1982; Vidal, J. M.: La industria lítica de la cueva de Alcedo, *Archivos leoneses* n.º 69, pp. 185-192, 1981; Moure, A. y Delibes, G.: El yacimiento musteriense de la cueva de La Ermita (Hortigüela, Burgos), *Not. Arq. H.º, Prh.ª I*, pp. 9-40, 1972.

(3) La existencia en la región de yacimientos encuadrables en el Paleolítico medio, aunque evidente, plantea una problemática que sólo incidentalmente podremos abordar en esta ocasión. Remitimos a Santonja, M.: «Puebla de Yeltes: un área de talla del Paleolítico medio en la Submeseta norte española», *Numantia* II, e.p.

(4) Sitios de ocupación bien caracterizados se conocen en medio fluvial en la Submeseta sur, concretamente en depósitos del Manzanares y Jarama, *vid.* M. Santonja, N. López y A. Pérez González: *Ocupaciones achelenses en el valle del Jarama*. Pub. de la dip. Prov. de Madrid, 1980.

(5) Una valoración de estos criterios, referida a nuestro ámbito de estudio, en Santonja, M. y Querol, A.: Problemática del estudio de los yacimientos paleolíticos de la Meseta española en relación con sus características estratigráficas, *Bol. Asoc. Am. Arq.* n.º 10, pp. 5-12, 1978.

Valladolid, Palencia y Burgos (6). En estas últimas, especialmente en gran parte de la provincia de Palencia y la zona limítrofe de Burgos, la ausencia de industria en muchos depósitos fluviales podría explicarse por la presencia exclusiva en ellos de cantos de tamaño muy pequeño, poco adecuados para ser trabajados. Los yacimientos paleolíticos, si existen en este ámbito, deberán intentar localizarse fuera del medio fluvial.

Con respecto a la zona oriental — Este de Valladolid, Segovia, Soria — hay que señalar que a pesar de las investigaciones realizadas en estos últimos años los yacimientos paleolíticos continúan siendo muy escasos, aunque aún es pronto para valorar la significación de tales resultados y aceptarlos como definitivos.

La mayor parte de los yacimientos conocidos en el occidente de la Submeseta norte se emplazan en los tramos abiertos de los valles, próximos a trechos angostos en los que el río circula encajado en el sustrato paleozoico. Esta ubicación se ha observado repetidamente tanto en la Submeseta sur como en la norte, en relación además con la continuidad espacial de los valles aparentemente más ocupados (caso del Alagón-Tormes-Guareña/Trabancos, o del Esla-Tera), que invita a pensar en la utilización de dichos valles como vías naturales de dispersión. En la ocupación preferencial dentro de los tramos abiertos de las zonas inmediatas a los estrechamientos — que acontecen en terrenos rocosos — es posible que influyera tanto la densidad de la vegetación como las condiciones hidráulicas de los principales colectores, que en aquellos tramos presentarían canales más amplios, en ocasiones anastomados, disminuyendo la capacidad de movimiento de cualquier grupo humano, al contrario de lo que sucedería en los tramos angostos. En cualquier caso faltan estudios complementarios — palinológicos especialmente — que posibiliten formular con mayor rigor esta hipótesis.

CRITÉRICOS CRONOLÓGICOS

La falta de dataciones absolutas para el Pleistoceno de la Submeseta norte supone una gran dificultad para establecer correlaciones con las industrias de otras regiones, incluso con valles próximos. La ausencia casi total de restos faunísticos cierra también la posibilidad de basar o complementar las correlaciones con datos paleontológicos.

En estas circunstancias el único criterio cronológico objetivo que poseemos para la región, externo a las características de la industria lítica, es el proporcionado por los sistemas de terrazas fluviales existentes, en los cuales precisamente aparece la industria, bien estudiados en varios valles de la cuenca del Duero (7).

Las terrazas más elevadas de la actual red fluvial se disponen por debajo de los niveles de «raña», datados aproximadamente entre los 2 y 3 millones de años, constituyendo los primeros niveles cuaternarios de la Meseta (8).

Factores de orden general — climáticos fundamentalmente — y local — tanto tectónicos como otros derivados de la geología local del sustrato —, han condicionado la excavación de cada valle a lo largo del Pleistoceno, motivando que no sólo varíe la altitud relativa de las terrazas, sino también el número de las existentes en cada valle. La existencia de tres grandes escarpes permite agrupar, en la mayor parte de los casos, las terrazas en altas, medias y bajas — separadas entre sí por escalones menores (9) —, aportando un criterio que ayuda a comparar secuencias morfoestratigráficas independientes y a encuadrar la evolución de la industria lítica. El grado de evolución edáfica de los suelos desarrollados sobre la superficie de cada nivel fluvial aporta datos complementarios a dicho cuadro.

Los sistemas de terrazas con industria lítica mejor conocidos en la actualidad son los de los ríos Duero y Tormes (10), que han permitido comparaciones con las sucesiones parciales conocidas en otros

(6) Parte de estas localizaciones las hemos realizado directamente, *vid.* Santonja, M. y Pérez González, A., *e.p.*, *loc. cit.* en nota 1, donde se recogen referencias a los trabajos de P. Castellanos en León, A. Rojo y M. A. Moreno en Valladolid, Martín de Velasco en Valladolid y Palencia y J. M. Martínez en Burgos, que amplían considerablemente el territorio con industrias pleistocenas conocido en la Submeseta norte.

(7) Además de Santonja, M. y Pérez González, A., *e.p.*, *o.c.* en nota 1, *vid.* Pérez González, A.: El Cuaternario de la región central de la cuenca del Duero y sus principales rasgos geomorfológicos, *Actas de la 1.ª Reunión sobre la geología de la cuenca del Duero* (1979), tomo II, pp. 717-740, Inst. Geol. y Minero, 1982.

(8) Véase, entre otros estudios, A. Pérez González: El límite Plioceno-Pleistoceno en la Submeseta meridional en base a los datos geomorfológicos y estratigráficos, *Trabajos sobre Neógeno-Cuaternario*, vol. 9, Madrid, 1979; Molina, E. *et al.*: Esquema morfológico evolutivo de la fosa de Ciudad Rodrigo (Salamanca), *Actas de la 1.ª Reunión sobre la geología de la cuenca del Duero* (1979), tomo II, pp. 433-450, Instt. Geol. y Minero, 1982.

(9) Además de las obras citadas en la nota 1, véase A. Pérez González, M. Santonja y J. Gallardo: Quaternary History of major River Valleys of the Castilian Basins Central Spain, Abstracts, p. 243, *XI INQUA Congress*, Moscú, 1982.

(10) Pérez González, A., 1982, — *o.c.* en nota 6 — y M. Santonja, A. Querol y A. Pérez González: El yacimiento de La Maya I y la secuencia paleolítica del valle del Tormes, *ibidem*, pp. 641-662.

valles, así como intentar una correlación con los yacimientos más importantes de la Submeseta sur, tanto en las terrazas del Tajo como del Alagón y Guadiana ⁽¹⁾ tal y como se expresa en el cuadro adjunto.

CRONOLOGIA	SUELOS	INDÚSTRIAS	TORMES ⁽¹⁾ y W DE SALAMANCA Terrazas y principales yacimientos	DUERO ⁽²⁾ : Terrazas y principales yacimientos	TERA Y N DEL DUERO Terrazas y principales yacimientos	YACIMIENTOS DE LA SUBMESETA SUR
HOLOCENO			+3/5	+3/5	+3	
13.000	Suelos rojos fersialíticos 5YR	Pal. Medio	Coluviones La Maya I			
		Epi-Ach.Villares de Yeltes			
PLEISTOCENO		Medio	+6/8: La Maya Iz2	+8/12	+5/7	
SUPERIOR		Ach				
128.000		Superior	+12/14: La Maya Iz1; Villagonzalo		...Burganes III +10/12	Porzuna (Ciudad Real)
			?			
		Achelense	+18/20	+18/22	+16/20: Burganes- Olmillos;	
		Medio	(+22/24): Azucarera de Sal.	+24/30: Castronuño I	Belver II	
PLEITOSCENO			+34: La Maya II; Bocacara . Baños de Ledesma (+40)			Sartalejo (Cáceres)
MEDIO	Suelos rojos fersialíticos (2,5 YR-10R)		+42/44	+40/48		Aridos (Madrid)
		Achelense	+50/54: La Maya III	+54/56		Pinedo (Toledo)
		Antiguo	+62/64: Gárgabete	+62		
			+78/80	+74/80: Monfarraquinos Toro		
		Pre- Achelense		+82/84		
700.000				+96/100		
				+102/107		
PLEISTOCENO			+108	+110/114		
INFERIOR			+120	+126/134		
1.680.000				+141/144		La Mesa (Cáceres)

A PIE DEL CUADRO

(1) Según Santonja y Pérez González, e.p.

(2) Según Pérez González, 1979.

(11) Véase Querol, A. y Santonja, M.: *El yacimiento achelense de Pinedo*, Excav. Arq. en España, vol. 106, 1979, además de las obras citadas en las notas 1 y 3.

Industria lítica

• Aspectos técnicos

Poco se puede decir de la tecnología aplicada en los conjuntos más antiguos (Pre-Achelense y Achelense inicial) ya que su representatividad es muy limitada. En cualquier caso todos los conjuntos estudiados tienen en común el empleo mayoritario y preferente de cuarcita como materia prima; los porcentajes de su utilización en la elaboración de la industria siempre son superiores a los de frecuencia de esta roca en las gamas litológicas disponibles, de las que está ausente el sílex, al menos en las áreas concretas en que se ubican los yacimientos de referencia. También se usó con frecuencia creciente cuarzo.

En general la materia prima empleada se presentaba formatizada en guijarros, lo cual es consecuencia directa del ámbito fluvial común a los yacimientos estudiados. Es importante destacar el elevado empleo en algunas series, especialmente en el Epi-Achelense del Tormes, de plaquetas naturales de cuarcita, en muchos casos equivalentes de verdaderas lascas y empleadas igual que ellas en la elaboración de los utensilios.

Desde comienzos del Achelense medio (La Maya II), de acuerdo con la evidencia registrada, se conoce en el área de estudio la técnica *levallois* de preparación de núcleos, así como parece que se emplea ocasionalmente percutor elástico en el retoque.

Las industrias Achelense medio y afines conocidas en la Submeseta norte son, por toda la región y en todos los momentos, no *levallois* y no facetadas. El índice *levallois* técnico es ínfimo en ellas y el mayor índice de facetado amplio registrado es sólo ligeramente superior a 9 en La Maya I, en Galisancho y en otras series procedentes de la terraza de + 12/14 m del Tormes. El índice laminar es prácticamente nulo en todos los conjuntos estudiados.

Las series Achelense superior conocidas en la región apenas proporcionan datos tecnológicos de las industrias a que pertenecen. Las industrias Post-achelenses del valle del Tormes se caracterizan también por su primitivismo tecnológico, relacionado quizá con la mala calidad de la materia prima disponible, con índices *levallois* técnico prácticamente nulo y muy bajo el de talones facetados, especialmente si prescindimos de los talones diédros. En el Yeltes (Salamanca) comienzan a conocerse talleres atribuibles por su localización morfoestratigráfica a épocas posteriores al Achelense, en las que se desarrolla el Musteriense en otras regiones, con industrias técnicamente *levallois*, elaboradas en cuarcita, similares a otras ya conocidas en la mitad meridional de la Península (12).

• Aspectos tipológicos

Los elementos más antiguos conocidos en la Submeseta norte quizás puedan adscribirse a etapas pre-achelenses (13). Se localizan en terrazas medias-superiores del Duero y algunos de sus afluentes — Valderaduey, Pisuerga (14) — y consisten solamente en algunos cantos trabajados, lascas simples y una raedera ordinaria recta.

La secuencia Achelense más completa de las conocidas hasta la fecha es la del valle del Tormes, con diversas series escalonadas en niveles sucesivos entre + 62 m y + 6 m, cuyos rasgos tipológicos exponemos a continuación.

Los elementos más primitivos proceden de la terraza de + 62/64 m al oeste de Salamanca — Gargabete —. Se reducen a un par de bifaces — ovalar espeso u amigdaloide con talón — y un triedro poco típico, que deben corresponder ya a un contexto Achelense primitivo. Un estadio claramente asignable al Achelense antiguo se sitúa en el siguiente nivel de terraza a + 50/54 m. Se conocen dos series, una con quince y otra con veinte piezas, que comprenden utensilios sobre lasca poco definidos, cantos trabajados y algún bifaz de estilo primitivo, con aristas muy sinuosas (Est. III, 1).

No conocemos yacimientos en la siguiente terraza (+ 42/44 m) en el sector de valle comprendido entre el embalse de Santa Teresa y Salamanca, pero aguas abajo, cerca de los Baños de Ledesma, se recogió un pequeño conjunto — del que entre los utensilios sólo hay tres cantos trabajados — en una terraza a + 35/40 m, difícil de correlacionar con los niveles del Tormes del sector anterior, estudiado con mayor intensidad, pero que bien pudiera ser coetáneo del nivel de + 42/44 m mencionado.

(12) Véase Santonja, M., e.p., citado en nota 3.

(13) Hemos efectuado un estudio particular de estas industrias en Santonja, M. y Querol, A.: Industrias del Paleolítico inferior arcaico en la Meseta española, Vol. Hom. a C. Fernández Chicharro, pp. 17-31, Ministerio de Cultura, 1982, Véase también Querol, A. y Santonja, M.: El yacimiento de cantos trabajados de El Aculadero (Puerto de Sta. María, Cádiz), Exc. Arq. en España, v. 130, 1984.

(14) Véanse las obras citadas en la nota 1, tanto para estos como para todos los yacimientos aludidos a continuación.

En el nivel de + 34 m del Tormes (Est. I, 2 y II, 1) se sitúa un importante conjunto — La Maya II — que por sus características corresponde ya al Achelense medio pleno. En el utillaje sobre lasca hay que destacar la presencia de utensilios claros que se ajustan bien a los tipos teóricos; citemos entre ellos dos raederas dobles, una lasca truncada y un raspador doble. Los escasos cantos trabajados son dos unifaciales con filo simple y otro bifacial de doble filo. En el utillaje bifacial destaca la elevada presencia de hendedores — doce —, casi tan frecuentes como los bifaces — quince —, junto con la escasa importancia relativa de triedros, de los que solamente hay uno típico en la serie. Seis de los bifaces se elaboraron sobre lasca. Hay dos ovales parciales planos, pero en general sus siluetas no son muy definidas. Predominan los ovales y los amigdaloides. Los hendedores más frecuentes corresponden al tipo II (ocho), acompañados por algunos del 0 (dos) e intermedios entre el 0 y el V (dos), todos con siluetas bastante equilibradas y ninguno espatulado.

En el perfil de La Maya no está representada la terraza de + 22/24 m — que aparece en las inmediaciones de Salamanca — ni la de + 18/20 m, que lo está en otro perfil intermedio, en Villagonzalo. Esta última no ha proporcionado restos industriales hasta el momento, al contrario que la de + 22/24 m, en la cual se sitúa el yacimiento de La Azucarera de Salamanca, con una serie que comprende treinta y cinco utensilios: catorce lascas retocadas, diez cantos trabajados, ocho bifaces, un hendedor y dos triedros. Entre los utensilios sobre lasca predominan ligeramente las raederas y está representado el grupo Paleolítico superior. Los cantos trabajados — ocho unifaciales y dos bifaciales, todos de filo simple — son casi tan frecuentes como todo el utillaje bifacial. No hay ningún bifaz plano, sobresale en estos la existencia de dos lanceolados junto a uno de filo transversal, un ovalar espeso, tres amigdaloides y una punta de bifaz. Dos de ellos se elaboraron sobre lasca y cuatro en guijarro. El único hendedor, de dimensiones muy equilibradas, es de tipo I. Los triedros son poco típicos, uno está realizado en una plaqueta de cuarcita y el otro sobre canto rodado.

En el Duero, el yacimiento de Castronuño I creemos que puede correlacionarse con el recién descrito, tanto por la posición relativa de ambas terrazas en sus secuencias respectivas, como por las características de sus utillajes. La serie de Castronuño I comprende 81 piezas, de las que 34 son utensilios: catorce sobre lasca, nueve cantos trabajados y once del grupo bifacial. En el utillaje sobre lasca destacan seis raederas — tres simples, dos transversales y una abrupta —, la presencia de algunos elementos del grupo Paleolítico superior y la ausencia de denticulados. Los cantos trabajados también son aquí tan numerosos como los bifaces, entre los que hay tres planos y una mayoría de espesos. Los hendedores solamente son dos, ambos del tipo 0, mientras que no hay ningún triedro.

A un momento contemporáneo o poco posterior corresponden muy probablemente las series de la terraza de + 16/20 m. del río Tera entre Burganes de Valverde y Olmillos, representadas principalmente por los conjuntos de Burganes I (Est. III, 2 3), Burganes II, Burganes III (serie rodada), Olmillos II, así como Belver II, en el río Sequillo, todas ellas en Zamora. De Burganes I se ha estudiado una serie de 65 utensilios, en los que el utillaje nodular es mayoritario. En el utillaje sobre lasca predomina el grupo II — raederas ordinarias y transversales fundamentalmente — sobre el IV; está ligeramente representado el grupo III y poseen también cierta importancia relativa los diversos. Los cantos trabajados son abundantes, algo más que el utillaje bifacial, en el cual dominan netamente bifaces sobre hendedores, mientras que los triedros no están representados. Hay que destacar la presencia de algunos bifaces planos y la importancia relativa de los bifaces de filo transversal. Los hendedores corresponden a los tipos 0 y III.

El resto de las series mencionadas presentan características generales semejantes, a las que es preciso añadir la presencia de bifaces del grupo lanceolado de buena calidad técnica, aunque con aristas sinuosas, así como una gama de hendedores más amplia, que incluye ejemplares de los tipos 0, I, II, III y V.

Volviendo al valle del Tormes encontramos a continuación el nivel de terraza a + 12/14 m, que es precisamente en el que se ha señalado mayor número de yacimientos. Uno de ellos es el de La Maya I (Est. II) compuesto por varias unidades estratigráficas y excavado recientemente (dos superficies de 10 y 6 m² respectivamente). En el utillaje sobre lasca de la unidad correspondiente a la terraza de + 14 m. de La Maya I, que domina sobre el nodular, el grupo más abundante es el II, con un índice esencial de 25,6 (30,4 si no se tienen en cuenta para calcular este índice los cantos trabajados), seguido del IV, cuyo índice esencial es de 17,7 (21,0 sin cantos trabajados); no hay grupo *levallois* y en el III casi exclusivamente utensilios atípicos. En la serie de la terraza de + 6/8 m, también en La Maya I, parece dominar el grupo II (índices esenciales de 26,7 y 30,7 sin cantos trabajados), aunque su distancia del grupo IV es menor (índices esenciales 21,1 y 25,3); tampoco hay utensilios del grupo *levallois*, pero en el grupo III si existen utensilios típicos (índice esencial 10,5 y 12,0 sin cantos trabajados). En ambas series es muy importante la presencia relativa de diversos y la de utensilios típicos sobre plaquetas naturales. El retoque suele ser simple y muchas veces marginal. El índice bifacial total es similar en las dos series (8,1 en la más antigua y 9,5 en la reciente) y el de cantos trabajados algo superior a aquel en ambas (14,5 y 11,6 respectivamente).

Es en el utillaje bifacial donde se dan las diferencias mayores entre los dos conjuntos fluviales de La Maya I, pues mientras en la serie más reciente (+ 6/8 m) existen formas propias del Achelense superior, estas no aparecen en el conjunto de la terraza a + 12/14 m. En ambas destaca principalmente el predominio del utillaje sobre lasca y afín respecto del bifacial, y en este la escasa proporción de hendedores y triedros, no representados estos últimos en el nivel de + 6/8 m.

En el yacimiento de La Maya I existen otras series en niveles coluvionares — a techo de los fluviales —, posteriores incluso a la industria de la terraza de + 6/8 m, que plantean problemas especiales en cuanto a su atribución cultural. Se caracterizan, entre otros aspectos, por no presentar bifaces típicos y por el dominio absoluto del grupo denticulados (IV) en el utillaje sobre lasca.

Otros yacimientos de la terraza de + 12/14 m del Tormes, como en los casos de Galisancho y Portillo, han proporcionado series extensas. Estas muestras fueron recogidas superficialmente en áreas mucho mayores que en La Maya I y por ello son menos representativas de la industria de este nivel, aunque suministran información acerca de las características generales del utillaje nodular.

Industrias recogidas superficialmente en diversos puntos de la región — Castraz y Villares en el Yeltes, Burganes III, serie no rodada y otros — son difíciles de encajar cronológicamente en la secuencia descrita dada su posición superficial, incluso la ausencia de contexto morfoestratigráfico en los dos primeros casos, aunque la tipología del utillaje bifacial corresponde con claridad al Achelense superior (Est. IV, 1). Ninguna de estas series presenta instrumentos sobre lasca suficientes para caracterizarla de forma general, únicamente bifaces especialmente del grupo lanceolado, muy típicos y retocados en parte posiblemente con percutor blando, así como hendedores de aspecto muy evolucionado, con ejemplares netos de los tipos V y VI (Burganes III). Nos inclinamos a creer que estas industrias pueden ser anteriores a las de la terraza de + 6/8 m del Tormes antes aludida, cuya estación más representativa está en La Maya I.

Comienza a conocerse con algún detalle la industria correspondiente a los momentos finales del Pleistoceno, posteriores a las etapas achelenses. En el yacimiento de La Maya I se han obtenido dos series amplias, ya aludidas, procedentes de niveles coluvionares posteriores con seguridad al nivel de + 12/14 m y próximos en el tiempo, aunque muy probablemente posteriores, uno con toda seguridad, al de + 6/8 m⁽¹⁵⁾. En principio la escasez y especiales características del utillaje nodular, junto al desarrollo del elaborado sobre lasca, inclina a buscar una integración de la industria de los coluviones de La Maya I en alguna *facies* Musteriense. Un repaso en este sentido conduce de inmediato a descartar rotundamente todas las *facies* conocidas, a excepción quizás del Musteriense de denticulados. Así, si nos referimos a los datos de la serie sobre el nivel de + 14 m, el bajo índice de raederas — quince —, las ausencias de retoque Quina y puntas musterienses, así como el predominio de utensilios denticulados (el grupo IV alcanza 24,5 en cuenta esencial y 32,2 si se prescinde de los cantos trabajados), parecen permitir una referencia al Musteriense de denticulados, aún a pesar de la presencia de utillaje bifacial y cuchillos de dorso ($IA^u = 1,2$), escasos en cualquier caso. No puede descartarse además que la presencia del utillaje bifacial y los cuchillos de dorso obedezca — al menos en parte — a contaminaciones de niveles más antiguos. Intrusiones a las que en otros casos se ha recurrido — recuérdese la capa F de Le Moustier, con índices similares — para explicar una situación semejante⁽¹⁶⁾.

Aunque no descartamos rotundamente que la industria de estos niveles coluvionares deba situarse en la esfera del Musteriense de denticulados, máxime cuando recientemente se ha señalado que precisamente en el ámbito mediterráneo occidental el Musteriense de denticulados evoluciona multilineal y localmente⁽¹⁷⁾, en ausencia de términos comparativos próximos preferimos no ser rotundos en esta atribución.

El problema que plantea la interpretación de estas muestras se inserta en el más amplio de las series superficiales genéricamente atribuidas al Paleolítico medio, de los yacimientos al aire libre de la Meseta española y zonas inmediatas⁽¹⁸⁾, hoy por hoy difíciles de encuadrar, pues por sus caracteres distintivos — estudiados sobre muestras en general demasiado limitadas y problemáticas — resultan ciertamente alejadas de las industrias estrictamente musterienses procedentes de cuevas, mejor conocidas en general. Los nuevos puntos de vista sobre el Paleolítico medio, con raíces cada vez más notorias en el inferior, y la existencia de industrias claramente transicionales en el ámbito mediterráneo⁽¹⁹⁾ aconsejan prudencia al

⁽¹⁵⁾ Esta problemática se trata con detalle en el estudio monográfico del yacimiento, actualmente en prensa, cf. nota 1.

⁽¹⁶⁾ Bordes, F.: Vingt-cinq ans après: le complexe moustérien revisité, *Bull. Soc. Prh. Fr.*, vol. 78, 3, pp. 77-78, 1981.

⁽¹⁷⁾ Vid. Rolland, N.: The interpretation of Middle Palaeolithic variability, *Man* 16, pp. 15-42, 1981.

⁽¹⁸⁾ Vid. Vega Toscano, G.: Los problemas del Paleolítico medio en España, *Libro-Homenaje al Prof. Almagro Basch*, Ministerio de Cultura, en prensa.

⁽¹⁹⁾ Cf. Ronen, A. (ed): The transition from Lower to Middle Palaeolithic and Origin of Modern Man, *B.A.R. Int-Series* 151, 1982; Truffeau, A.: L'Acheuléen dans la France septentrionale, *Anthropologie* (Brno), XIX, 2, pp. 171-183, 1981; del mismo autor: Les débuts du Paléolithique moyen dans la France septentrionale, *Bull. Soc. Prh. Fr.*, 76,5, pp. 140-142, 1979. Con respecto a Italia consúltese *Atti della XXIII Riunione Scientifica: Il Paleolítico inferiore in Italia*, (Firenze 1980), 1982.

examinar la cuestión de los yacimientos más recientes de industria lítica al aire libre de la Submeseta norte.

ESTRUCTURA E EVOLUCIÓN DE LAS SERIES ESTUDIADAS

Las interpretaciones ofrecidas sobre el Paleolítico inferior de la región del Duero a través de estas páginas están condicionadas, como es evidente, por el número, tamaño y naturaleza de las series estudiadas. Para valorar la representatividad de las series es preciso considerar el tamaño de cada muestra y la extensión superficial — además de la problemática estratigráfica ligada a la extensión — de los yacimientos correspondientes. Únicamente en La Maya I se han logrado por ahora muestras altamente representativas (20). El nivel de significación de las restantes depende en general del número de utensilios en relación con las características estratigráficas del yacimiento y también con las del muestreo. El material sobre el cual hemos basado nuestros estudios sólo permite diseñar un trazado básico del desarrollo del Paleolítico inferior en la Meseta. Es necesario ir completando el esquema obtenido con nuevos datos, que deben multiplicarse considerablemente antes de poder obtener una visión precisa de este dilatado período en la región estudiada.

La casi totalidad de las series achelenses que hemos descrito poseen un índice apreciable de utillaje bifacial; los más bajos registrados corresponden a momentos avanzados y post-achelenses. En el utillaje sobre lasca y afín se observa un continuo predominio del grupo II de Bordes, especialmente de las raederas, puesto que los otros tipos incluidos en dicho grupo son muy raros en las series analizadas. Igualmente se comprueba el escaso desarrollo de los grupos I y III de utillaje sobre lasca, si bien es preciso recordar la existencia de útiles de este último desde el Achelense antiguo.

Los índices característicos del utillaje, especialmente del elaborado sobre lasca, se ven afectados por dos factores que les hacen disminuir: la influencia de los frecuentemente elevados porcentajes de cantos trabajados y el también elevado de utensilios diversos (21), entre los cuales hay que destacar la alta frecuencia de lascas con retoque amplio y los instrumentos sobre plaquetas naturales en el valle del Tormes. La frecuencia de cantos trabajados varía de unos yacimientos a otros. Es preciso señalar que aunque la localización sobre las terrazas cuenta, no es un determinante absoluto para la alta frecuencia de cantos trabajados en una serie, puesto que se conocen yacimientos en barras fluviales — El Sartalejo, en el Alagón, es un ejemplo claro — donde la frecuencia de estos utensilios no es elevada.

Al hablar de los caracteres del utillaje bifacial hemos señalado ya algunas características estructurales. En primer lugar, la escasez de triedros en relación posiblemente con la pobreza de series atribuibles al Achelense antiguo, momento que en la Submeseta sur se caracteriza por la elevada presencia de dichos utensilios (22). El momento inicial del Achelense medio en la zona, igual que en la Submeseta sur, queda marcado en cuanto al utillaje bifacial por un aumento del porcentaje de hendedores, los cuales alcanzan cifras similares a los bifaces.

La existencia de tendencias evolutivas en la industria achelense se ha discutido en algunas ocasiones. Aunque este no es lugar apropiado para examinar en detalle esta cuestión, sí creemos oportuno recordar que tanto en Europa occidental como en otras partes del Mediterráneo se detecta con claridad, mientras que en algunas zonas del continente africano parecen no evidenciarse — quizá debido a la diferente metodología aplicada — rasgos evolutivos, interpretación que se extiende por algunos autores a regiones más amplias (23). En conjunto, en esta zona las tendencias que parecen desarrollarse a través del tiempo son fundamentalmente las siguientes:

- Perfeccionamiento del utillaje sobre lasca, denotado especialmente por la diversificación tipológica y por la *estandarización* progresiva del utillaje. Parece existir un fuerte contraste entre el utillaje sobre lasca del Achelense primitivo, con tipos poco netos que se ajustan mal al morfotipo teórico, y del Achelense medio. En este último se observa una presencia mayor de algunos tipos de utensilios, concretamente del grupo Paleolítico superior y de raederas convergentes.

(20) Valoración que debe entenderse con las matizaciones pertinentes, pues en ningún caso debe olvidarse que las muestras aquí estudiadas no proceden de suelos de ocupación, sino de acumulaciones cuya formación requiere un tiempo difícilmente evaluable. Sólo en función de la escasa velocidad evolutiva de las industrias del Paleolítico inferior, proporcionan criterios comparativos, tanto más inseguros cuanto más avanzamos en el tiempo.

(21) Téngase en cuenta que el número de cantos trabajados y el de utensilios diversos influye directamente en el cálculo de los índices tipológicos del utillaje sobre lasca.

(22) Vid. Querol y Santonja 1979, o.c. en nota 10.

(23) Un resumen de esta problemática en Jelinek, A.: The Lower Paleolithic: current evidence and interpretations, *Ann. Rev. Anthropol.* 1977, 6, pp. 11-32. Un planteamiento muy reciente y heterodoxo con respecto a Francia, en Villa, P.: Matières premières et provinces culturelles dans l'Acheuléen français, *Quaternaria* XXIII, pp. 19-35, 1981.

- El utillaje bifacial, con independencia — como en el caso anterior — de la materia prima empleada, tiende a ser cada vez más equilibrado y de proporciones más regulares; esto se observa especialmente en bifaces y hendedores, puesto que los triedros típicos son escasos en los conjuntos más avanzados. En bifaces y hendedores se detecta primero una evolución esencialmente tipológica. Desde las series primitivas a las registradas en el Achelense medio, se nota una clara tendencia a la aparición de tipos progresivos (bifaces planos, lanceolados típicos; hendedores de tipos II, III, V y VI); posteriormente el carácter progresivo parece que se ciñe más al aspecto morfológico del utensilio, con cierta independencia de la tipología, así vemos aparecer bifaces muy típicos — por ejemplo lanceolados — realizados con gran economía de gestos técnicos, o también hendedores de tipo 0 en cantidad apreciable, con siluetas muy compensadas, aprovechando bien las características iniciales de las lascas, que se obtuvieron ya con un equilibrio formal muy adecuado para ser transformadas en hendedores.

Las series estudiadas, salvo las primitivas y las más recientes, corresponden al Achelense sin que se haya señalado ninguna industria diferenciable contemporánea de sus etapas antigua y media.

El Achelense de la región se ha encontrado distribuido por un número elevado de terrazas — seis o siete en el Tormes y en el Duero por ejemplo, — *cf.* cuadro — que permiten seguir el ritmo evolutivo de esta industria. Aunque la escasa entidad de las series impide considerar la existencia de estadios diferenciables en el Achelense antiguo, para el Achelense medio — que en el Tormes aparece posiblemente en cuatro niveles sucesivos, los de + 42/44 m(?), + 34 m, + 22/24 m y + 18 m — ha sido posible distinguir al menos dos estadios diferentes representados principalmente por los yacimientos de La Maya II y Azucarera de Salamanca.

Posteriormente, desde los conjuntos correspondientes al nivel de + 12/14 m del Tormes, se observa una profunda alteración en la estructura del utillaje de las series conocidas, la cual a nuestro juicio marca el comienzo del Paleolítico medio regional, cuyas raíces hay que buscar — como sucede en Europa occidental y en el ámbito mediterráneo — desde finales del Achelense pleno, que coincide con el Achelense medio. A diferencia de la gran uniformidad detectada en ese estadio, a partir de él se empiezan a conocer diversas *facies* cuyas posiciones cronológicas y características están aún mal establecidas. Los exigüos conjuntos atribuibles claramente por su tipología al Achelense superior son difíciles de datar en relación con las series Epi-Achelenses de las terrazas bajas del Tormes, en las que el utillaje bifacial pierde de forma notoria importancia cuantitativa frente a los utensilios sobre lasca. A ellas deben añadirse las *facies* de taller en que domina la técnica levallois, que también ahora se empiezan a conocer. Respecto a su cronología únicamente podemos afirmar por el momento que los conjuntos más recientes son anteriores al último depósito fluvial de los valles, cuya base se sitúa incluso por debajo del *thalweg* actual y al que se le puede considerar finí-Pleistoceno como más moderno, si atendemos a la ausencia en él de materiales arqueológicos post-palolíticos, que cuando aparecen en los fondos de valle lo hacen sobre la vega actual.

DISCUSSÃO

JEAN-PIERRE TEXIER — A propósito dos problemas levantados pelos representantes da Universidade do Minho, relativamente à existência de um clima frio de tipo periglacial no Noroeste de Portugal, J.-P. TEXIER fez uma breve exposição sobre os elementos de interpretação paleoclimática e cronoestratigráfica das formações quaternárias da estação paleolítica de Budiño (Galiza). Transcrevemos de seguida as suas palavras:

Le site paléolithique de Budiño, actuellement fouillé par J. VIDAL, est localisé dans la partie moyenne de la vallée du Louro, affluent de rive droite du Minho. Le bassin versant du Louro est installé dans la partie méridionale du grand rift galicien, d'orientation Nord-Sud, qui relie le Tambre au Minho. Cette dépression tectonique a été en partie colmatée au cours du Tertiaire (pendant le Miocène et le Pliocène) par de puissantes séries détritiques, organisées en séquences répétitives superposées. C'est principalement à l'intérieur de ces dernières que le Louro a creusé et façonné son bassin versant.

I — Les Formations Fluviales Quaternaires (Fig. 1)

Quatre séries de formations fluviales ont été identifiées. Elles ont été désignées, de la plus ancienne à la plus récente, par les symboles cartographiques Ft, Fu, Fv et Fw.

— *Formation Ft*: Sa base est située à 50 m au dessus de l'étiage du Louro. Elle est composée essentiellement de galets volumineux, de nature variée (Quartz, quartzite, granite, gneiss...), très altérés, organisés en lits subhorizontaux. La matrice, peu abondante, est constituée de sables quartzeux, micacés et feldspathiques.

Une déformation de type «coin de glace» a été observée au sein du matériel sédimentaire.

— *Formation Fu*: Sa base est localisée à 30 m d'altitude relative. Elle comprend deux nappes alluviales emboîtées (Fu1 et Fu2) de faciès comparable: galets et sables à stratifications obliques et entrecroisées. Le cortège pétrographique des galets est très différent de celui de la formation Ft: les quartz sont très largement majoritaires, et sont associés à quelques gneiss et granites fortement altérés.

— *Formation Fv*: La base de cette formation se situe à 20 m au dessus du Louro. Elle se compose de deux ensembles fluviaux superposés (Fv1 et Fv2), séparés par une surface d'érosion. La nappe Fv1 est formée de galets de nature variée (Quartz,

quartzite, granite, gneiss) plus ou moins altérés, associés à des sables quartzeux et micacés. Le tout est disposé en chenaux emboîtés. Cette séquence se termine par des sables fins et des argiles micacées à litage horizontal.

La nappe Fv2 marque un renouvellement complet du matériel sédimentaire (principalement quartzeux), organisé en strates entrecroisées.

Un sol rouge, très érodé, visible localement, s'est développé aux dépens de Fv2.

— *Formation Fw*: Son altitude relative de base est de 10 m. Elle comprend deux séquences fluviales superposées (Fw1 et Fw2), séparées par un discordance de ravinement. Chaque séquence débute par une couche à galets, principalement quartzeux, et se termine par des dépôts fins, limono-argileux.

De nombreuses déformations de type cryoturbation (injections de galets dans les dépôts fins, galets disposés en «guirlandes») ont été observées dans ces formations qui, par ailleurs, ont livré un *biface* et un *hachereau sur éclat*.

— *Remarque*: Une autre formation fluviale termine par des dépôts fins, limono-argileux.

De nombreuses déformations de type cryoturbation (injections de galets dans les dépôts fins, galets disposés en «guirlandes») THÉTIQUE PRÉSENTÉ SUR la figure 1. Peut-être s'agit-il d'une nappe Fw3?

II — Les Dépôts Quaternaires du Site de Budiño (Fig. 1)

Tous les dépôts quaternaires représentés à Budiño se situent plus bas que Fw1 et Fw2. Ils sont donc postérieurs à ces épandages fluviaux. Trois grandes catégories de dépôts ont été identifiés: des formations fluviales, des colluvions, des formations tourbeuses.

— *Formations fluviales*: Elles sont disposées à l'intérieur de chenaux de profondeur et de largeur réduites. Elles sont constituées de sédiments à stratifications entrecroisées, d'origine uniquement locale (arènes granitiques reprises).

Ces critères nous permettent de les attribuer à des petits affluents du Louro et non pas, comme l'a fait K. Butzer (1967) à des «terrasses» du Louro.

De riches *industries de type acheuléen* ont été mises au jour dans ces formations (locus 2 et 3 — fouilles J. Vidal). Par ailleurs, elles ont livré une *association pollinique à caractère très froid* (Analyses de M.-M. Paquereau, Institut du Quaternaire, Université de Bordeaux 1).

— *Les colluvions*: Elles proviennent du remanient d'arènes granitiques, des formations détritiques tertiaires et, éventuellement des formations fluviales localisées dans les chenaux. Elles contiennent des industries à faciès Paléolithique moyen (Locus 1 — fouilles J. Vidal) et des industries à faciès acheuléen (Locus 5 — fouilles J. Vidal).

Les cortèges polliniques identifiés dans les colluvions (Analyses M.-M. Paquereau) révèlent un *climat moins froid* que celui contemporain des formations fluviales, et *relativement humide*.

— *Les tourbes*: Localisées dans les bas fonds, elles sont postérieures aux colluvions qu'elles recouvrent. Pour l'instant, aucun indice archéologique n'a été découvert dans ces formations.

III — Conclusions

1) Eléments d'interprétation paléoclimatique

Les cortèges polliniques caractérisés dans les dépôts de Budiño indiquent clairement la manifestation de paléoclimats quaternaires froids dans la vallée du Louro.

Ces données accréditent l'interprétation cryergique des déformations constatées dans les formations fluviales de ce bassin versant. Elles vont dans le même sens que les observations de G. SOARES DE CARVALHO (1983) et de G. COUDE-GAUSSEN (1981) dans la province du Minho, voisine du domaine étudié.

L'hypothèse de paléoclimats quaternaires de type périglaciaire semble donc difficilement réfutable. Elle devrait désormais être prise en compte lors de l'interprétation des formations quaternaires de cette région.

2) Hypothèse chronologique

Les formations de Budiño ainsi que les formations fluviales Fw, peuvent être rattachées avec assez de certitude au Pléistocène supérieur, d'après les éléments archéologiques et polliniques qu'elles ont livrés. Des datations absolues par thermoluminescence sont actuellement en cours. Elles devraient permettre de situer avec plus de précision la position chronologique de ces différentes unités sédimentaires.

A titre d'hypothèse, et par analogie aux formations fluviales du Sud-Ouest de la France, les dépôts Fv ont été attribués au Pléistocène moyen, les dépôts Fu et Ft au Pléistocène ancien. Mais cette hypothèse demandera à être confirmée ultérieurement.

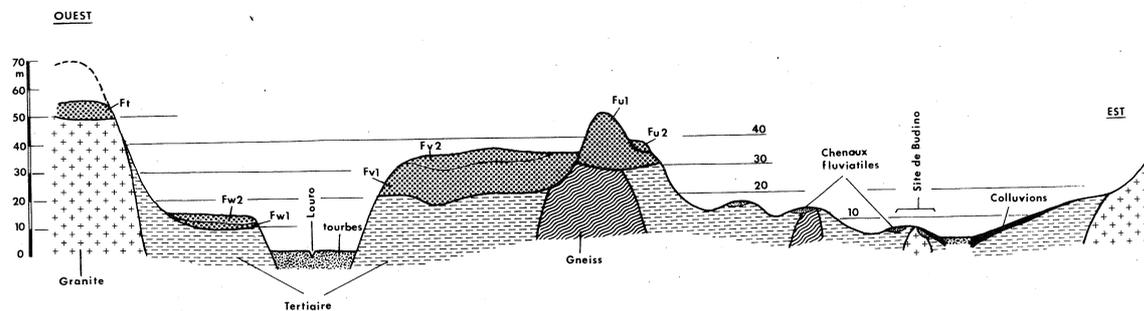
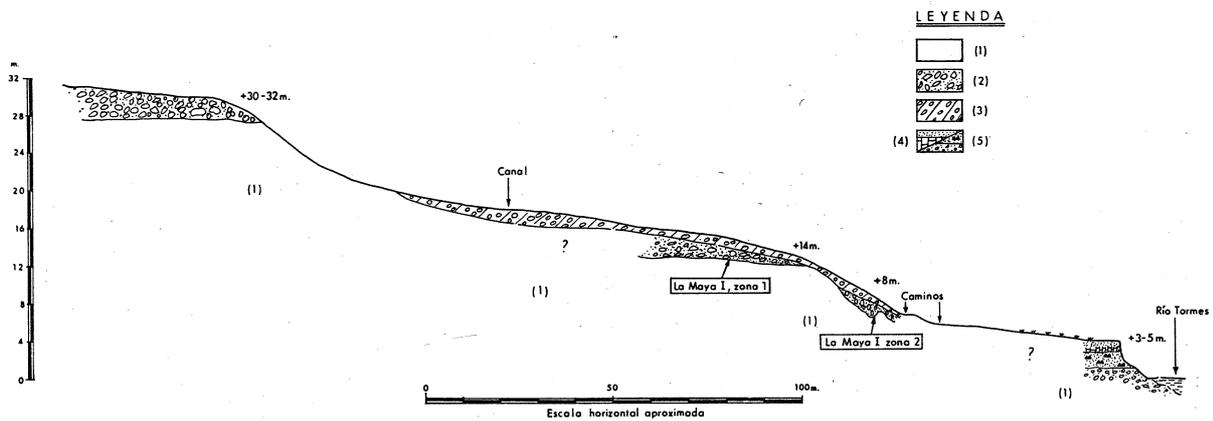
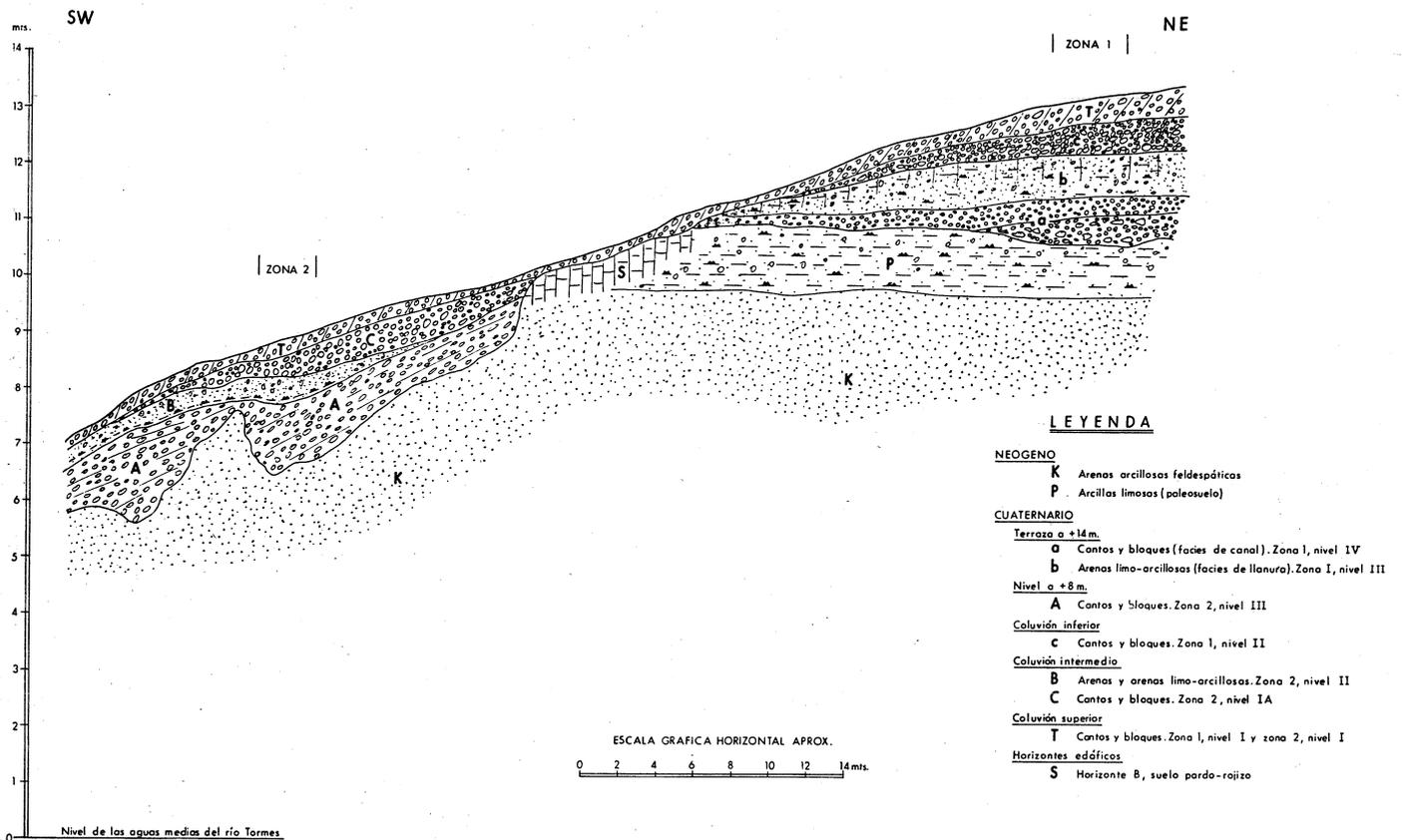
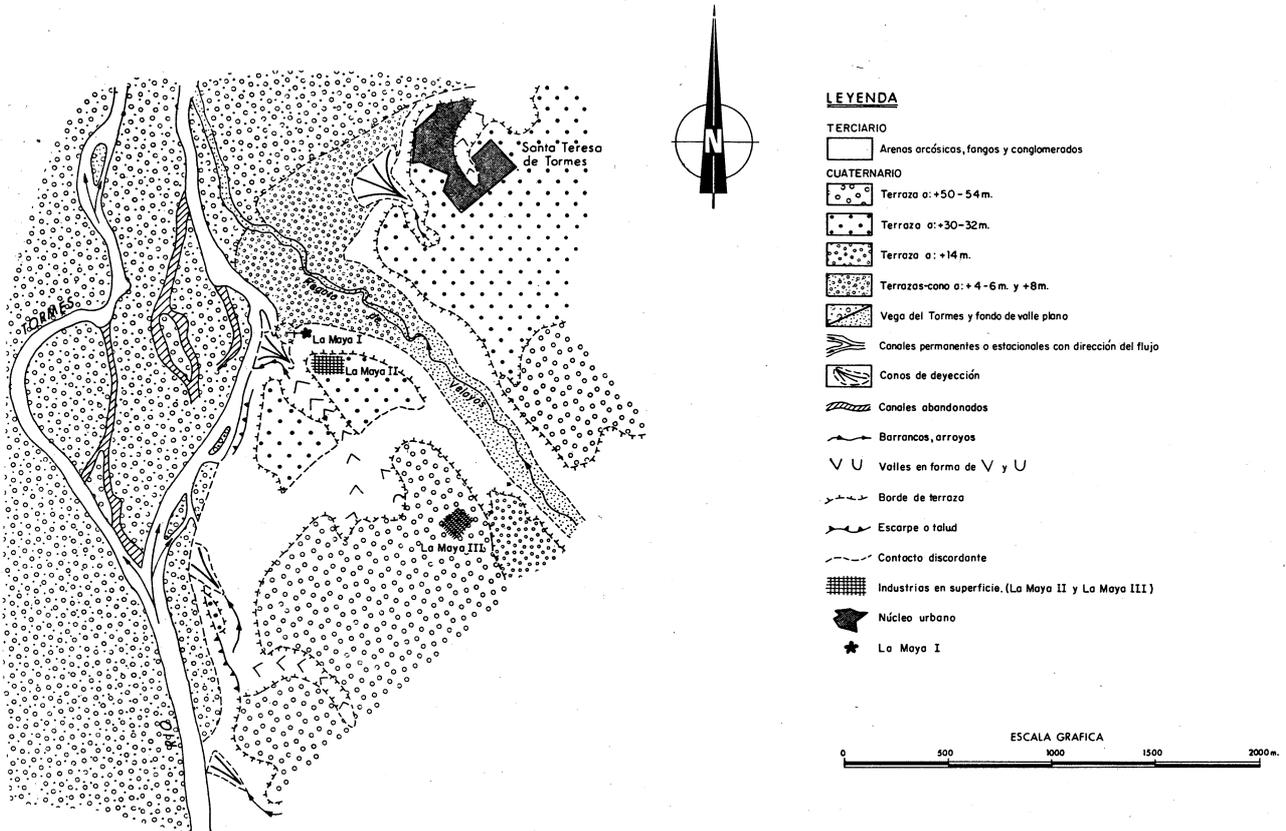


Fig. 1: Coupe synthétique schématique montrant la disposition relative des principaux dépôts quaternaires du bassin du Louro.

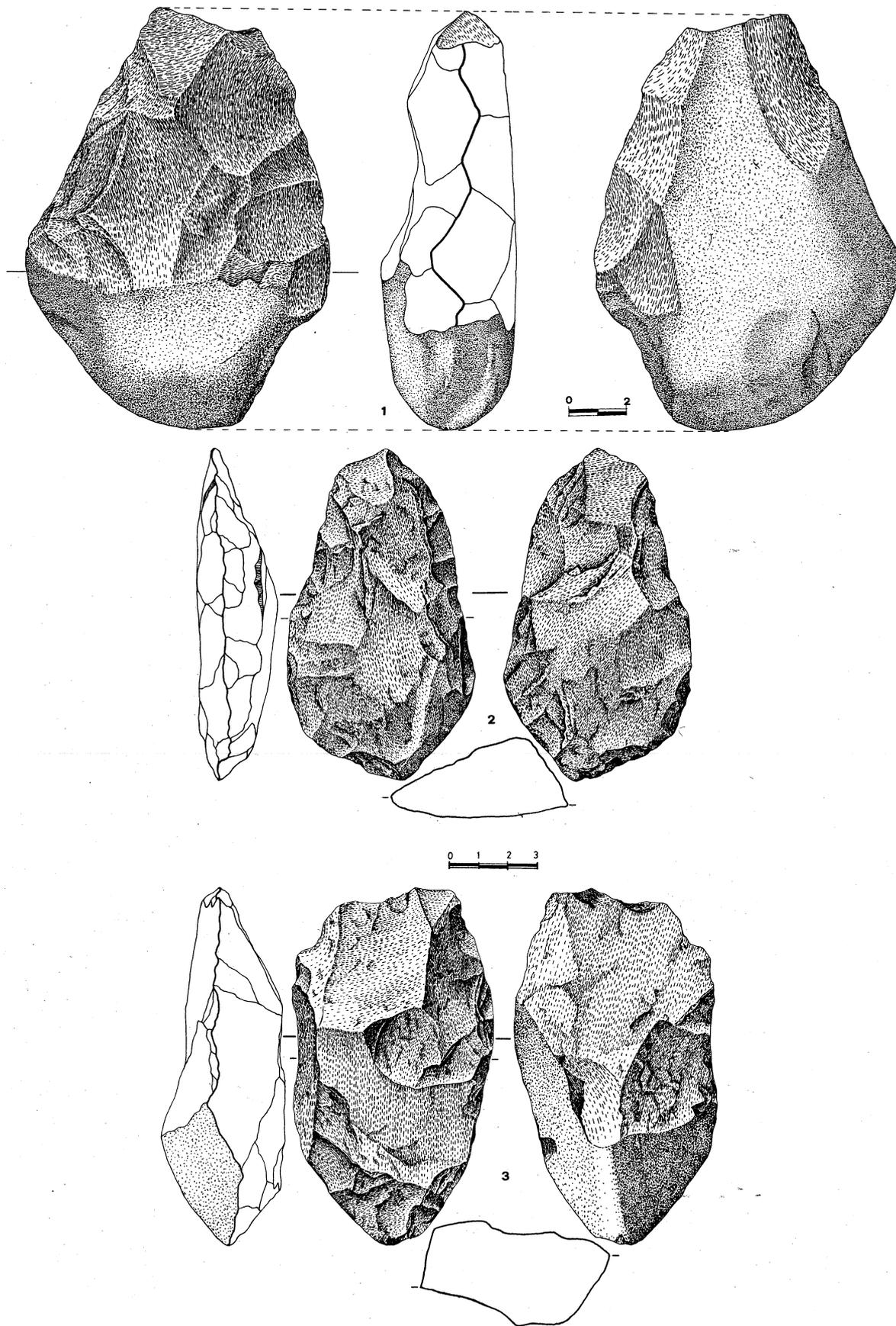


Est. I — 1) Principales yacimientos del Paleolítico inferior conocidos en la Submeseta norte. 1: Monfarracimos; 2-8: Burganes-Olmillos; 9: Bretocino; 10-11: Belver de los Montes; 12: Torquemada; 13: Boecillo; 14: Castronuño; 15 y 16: San Román de la Hornija; 17-18: Toro; 19: Las Cuestas; 20: Sta. M.^a de Riaza; 21: Narros del Castillo; 22: Larrodrigo; 23: Garcihernández; 24: Cantalpino; 25 al 39: yacimientos del Tormes entre Alba y Salamanca; 29: Baños de Ledesma; 40: Villares de Yeltes; 41: Bocacara; 42: alrededores de Ciudad Rodrigo.

2) Terrazas medias y bajas en el perfil geomorfológico de La Maya I: (1) Arcosa terciaria; (2) Niveles fluviales a + 8 m.; + 14 m. y + 30/32 m; (3) Fases coluvionares. Subnivel de vega a + 3-5 m; (4) Horizontes edáficos (A y B); (5) Gravas, arenas de canal y limos arenosos de llanura (Según Santonja y Pérez González, e.p.).

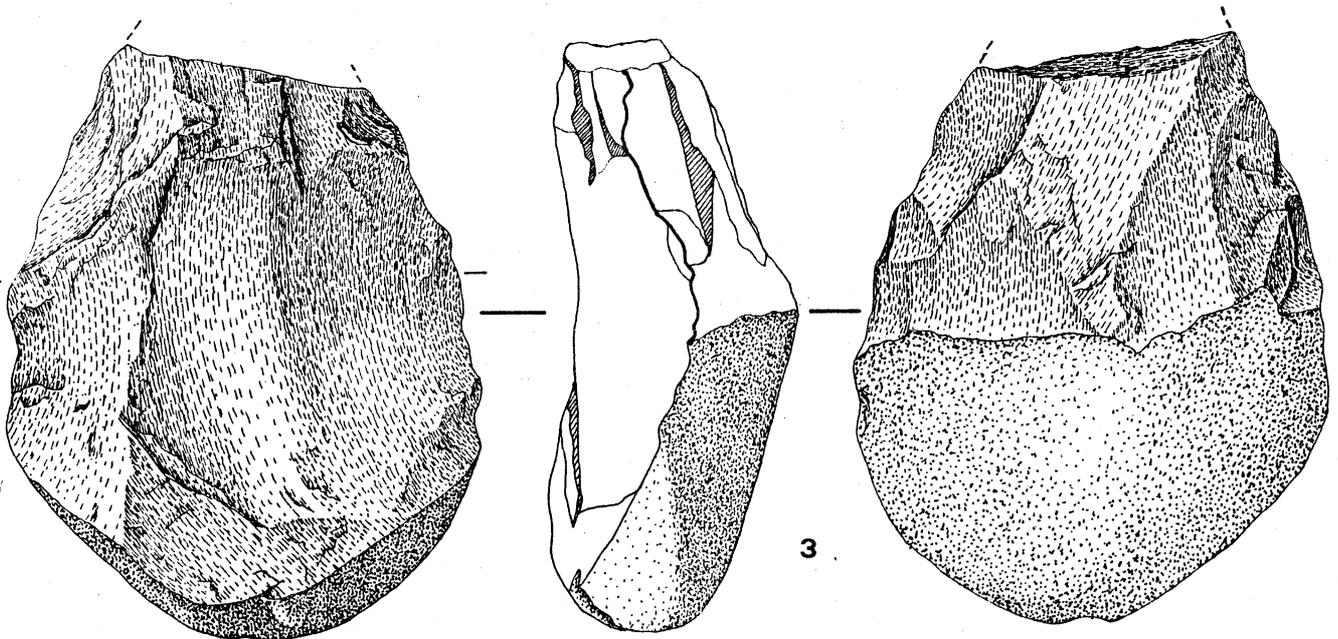
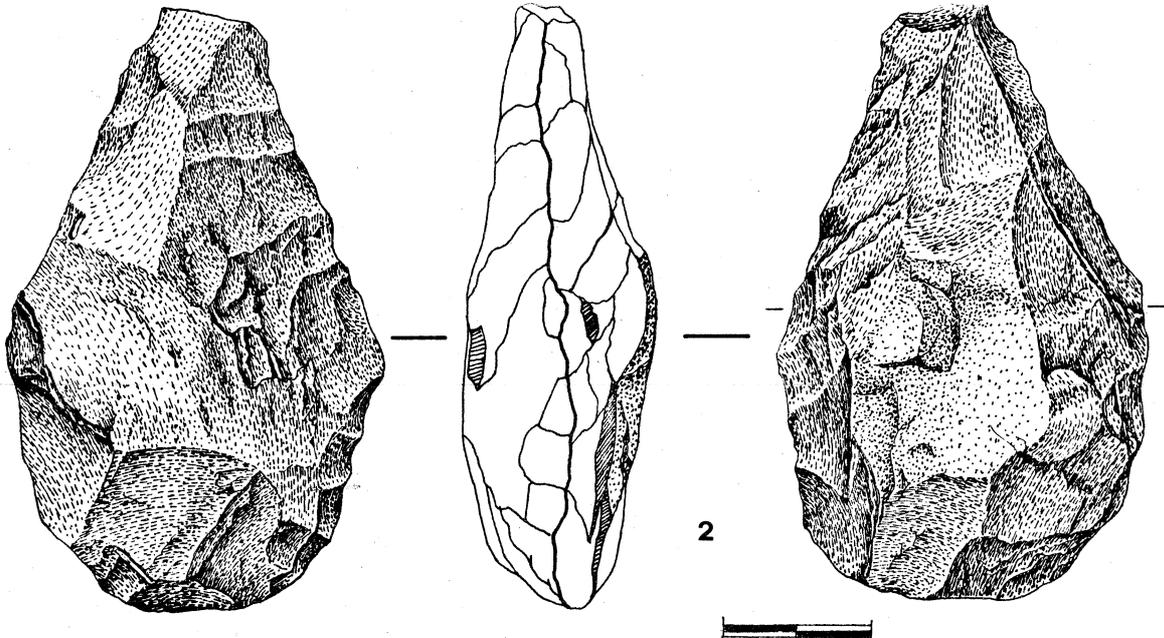
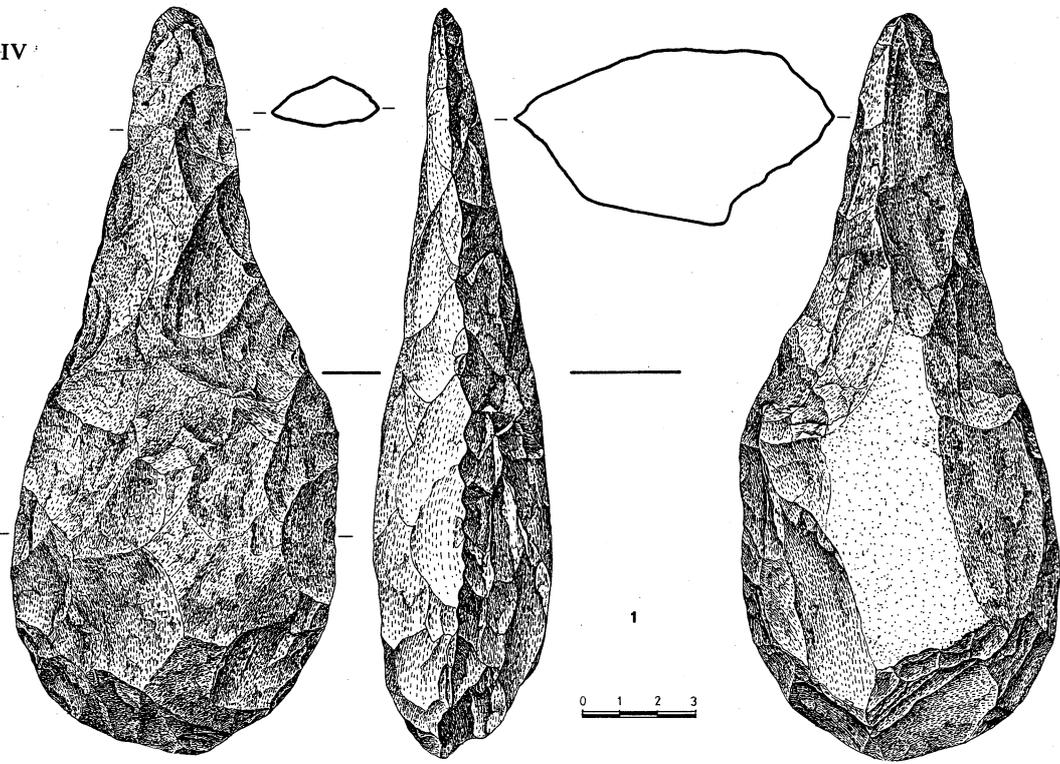


Est. II — 1) Los yacimientos de La Maya I, II y III en su entorno geomorfológico (según Santonja y Pérez González, e.p.).
2) Sección morfoestratigráfica del frente septentrional del yacimiento La Maya I (Según Santonja y Pérez González, e.p.).



Est. III — 1) Bifaz de tipo *ficron* lanceolado. La Maya III; 2 y 3) Bifaces subcordiforme y de filo transversal. Burganes del Valverde (Según Santonja y Pérez González, e.p.).

Est. IV



Est. IV — Bifaces de estilo micoquiense. Burganes III (1) y Calvarrasa I (2 y 3) (Según Santonja y Pérez González).

EL MEGALITISMO EN ASTURIAS; CONSIDERACIONES SOBRE EL ESTADO ACTUAL DE LA INVESTIGACIÓN

Miguel A. de Blas Cortina *

1. El estudio del fenómeno megalítico en Asturias es una actitud todavía reciente en una región en la que se vienen orientando tradicionalmente las tareas arqueológicas hacia los yacimientos del Paleolítico Superior cuya potencialidad y riqueza constituyen un estímulo comprensible. Las arquitecturas dolménicas reconocidas en el paisaje desde antiguo — la fijación de diversos topónimos alusivos es una buena prueba de ello — tuvieron un pronto reflejo, si bien esporádico, en distintas citas literarias del siglo XVIII o de principios del XIX, pero solamente en la centuria actual son sometidos a reconocimiento directo esos testimonios.

Salvo investigaciones aisladas, de fortuna diversa, es precisa la espera hasta 1973 para tener una estimación cuantitativa de la realidad de los testimonios conservados y una imagen fiable de su repartición espacial. El *Recuento de los túmulos sepulcrales megalíticos de Asturias* debido a J. M. Gonzalez se convierte así en una base de partida imprescindible para profundizar en el conocimiento del ambiente megalítico dimensionado por un catálogo que superaba las seiscientas estructuras reconocidas. Solamente a lo largo de estos últimos años — de forma restringida — se ha ido pasando de las tareas de cómputo sobre la definición externa de los monumentos a las más analíticas de excavación e interpretación de las peculiaridades estructurales de algunos de los conjuntos existentes. En ese mismo proceso de breve duración también se ha ido modificando la estrategia investigadora que si inicialmente incidía, a modo de muestreo, sobre monumentos aislados pretende en la actualidad el estudio pormenorizado de los conjuntos monumentales (necrópolis integradas por diferentes arquitecturas) cuya formación se debe a un uso continuado, a través de diferentes generaciones prehistóricas, de un mismo espacio convertido en un medio particularizado en cuya elección jugaron factores diversos de orden ideológico, territorial, económico, etc.

Con este último planteamiento fueron concebidas las excavaciones del campo de túmulos de Piedrafita de Soto (1980) y del conjunto de la Cobertoria (1981-82-83) ambos en el sector central de Asturias que constituyen las últimas novedades reseñables cuyo estudio, actualmente en marcha, es de esperar que aporte — además de los datos objetivos propios de todo trabajo de campo — sugerencias, matices o correcciones a la visión que sobre el megalitismo en el territorio asturiano hemos formulado recientemente (de Blas, 1983).

2. *La forma externa de los vestigios catalogados*

Genéricamente las manifestaciones descritas o catalogadas responden al mismo modelo de concentración monumental; es decir, las diferentes estructuras aparecen agrupadas determinando espacios monumentales cuya extensión superficial varía según el grado de proximidad de los diversos monumentos que los integran. En ocasiones el carácter concentrado o disperso de un conjunto queda determinado por las propiedades topográficas e incluso litológicas del area de emplazamiento. La escasez de planos horizontales y la frecuencia de cañadas, laderas de pendiente acusada, etc., introducen la sensación de desorden en la organización monumental, pero un análisis más detenido desvela la búsqueda del agrupamiento, en torno a un ámbito seleccionado, por encima de las dificultades impuestas por la morfología del paisaje.

Obviamente la certificación de ese orden depende de un registro cartográfico exhaustivo, ahora inexistente, de los conjuntos computados. Sin embargo, la tendencia al agrupamiento y la elección del lugar de emplazamiento parecen actitudes firmes. La realidad de ese orden parece quedar de manifiesto en los conjuntos de las Chamas de Penausén (Salas), en la mitad occidental de Asturias, donde el alineamiento intencional de seis megalitos, muy próximos entre sí, es incuestionable (de Blas, 1980). Un alineamiento similar se observa en el Llano de Vidiago o Las Campillinas (Perez y Arias, 1979); el número de casos similares es suficiente para probar esa disposición.

La cuantificación de esas concentraciones es diversa — 6 en Penausén, 6 en Piedrafita, 4 en la Cobertoria, etc. —, y normalmente nunca alcanza altas proporciones. Sin embargo, es preciso considerar que algunas de esas concentraciones pueden ser en realidad subconjuntos integrantes a su vez de agrupa-

* Dpt.º de Prehistoria y Arqueología (Universidad de Oviedo).

mientos de mayor ámbito. Así, por ejemplo, el subconjunto de Penausén se integraría en realidad en el ámbito topográficamente significativo del roquedo de Penausén y el inmediato Monte Calabazos, sector en el que se localizan otras arquitecturas megalíticas. De la misma manera habría que entender los más de cincuenta monumentos tumulares de las sierras planas en el tramo costero oriental de Asturias.

Los monumentos aislados son escasos y o bien su sentido original es en parte diferente al de sus contemporáneos o, por el contrario, son algunos factores de época histórica los que producen una apariencia diferente. Casos aislados como Santa Cruz, Abamia, Mián o La Viciella, bien pudieran ser arquitecturas supervivientes de un proceso histórico de destrucciones, impelidas en muchos casos por la roturación de suelos que anteriormente habían sido de pasto o considerados como terrenos marginales. No se puede descartar, por tanto, que algunos dólmenes solitarios en la actualidad hayan pertenecido en su época a un conjunto compuesto de varias estructuras monumentales.

En cuanto a la forma externa de cada uno de los monumentos el rasgo dominante viene dado por una masa tumular, en general bien destacada sobre el plano de asentamiento, cuya estructura no se hace visible a causa del denso manto vegetal que normalmente los recubre. El grado de conservación del túmulo y el envoltorio vegetal aludido impiden en la mayoría precisar si internamente existe o no una cámara ortostática o cualquier otro tipo de solución constructiva, aspectos solamente controlables mediante un proceso detenido de excavación.

El volumen de los túmulos varía y la expresión fiel de las dimensiones dominantes resulta impracticable ante la ausencia de un catálogo minucioso. No obstante, los mayores alcanzan 37-35 metros de diámetro y alturas entre 2-4 metros. Por debajo de estas estimaciones el límite mínimo correspondería a las plantas con magnitudes diametrales de 14-10 metros y alturas de hasta 2 metros. En todos, la definición de la altura tropieza con el desconocimiento de como serían originalmente los monumentos, ante la destrucción de la parte superior de todos los controlados, a causa de los saqueos, obra de los «buscadores de tesoros».

3. La diversidad arquitectónica documentada

Las excavaciones arqueológicas, al igual que en otras regiones, han venido probando que la ecuación *megalitismo = arquitectura dolménica*, era una simplificación excesiva de un fenómeno cultural que en su expresión arquitectónica acoge formulaciones variadas algunas de las cuales no tienen porqué constituir obligatoriamente un recinto destinado al depósito de los restos fúnebres de los miembros de la comunidad megalítica.

Lamentablemente la disposición horizontal y no superpuesta de los restos arqueológicos megalíticos — cada estructura se levanta en el mismo horizonte que su vecina — plantea un problema de difícil solución que constituye una brecha siempre abierta en la investigación: el carácter sincrónico (total o parcialmente) o diacrónico de las unidades arquitectónicas integrantes del conjunto monumental.

Teniendo presentes estas reflexiones distinguimos los túmulos con arquitectura ortostática, que en su mayoría se identifican con los denominados *tipos primarios*, de aquellas otras variedades que incluyen cámaras con aparejo de mampostería, hoyos en el suelo o estructuras internas poco claras.

a) Las arquitecturas ortostáticas

El repertorio tipológico es muy limitado: *dólmenes simples*, *cistas* o cofres megalíticos (en ocasiones probablemente dólmenes simples o de cámara muy reducida) y *dólmenes de corredor*.

En todos los casos la apariencia externa es la misma y, al margen de las diferencias por las formas o dimensiones de la cámara, la propia estructura tumular presenta divergencias notables.

En los diferentes ejemplares de los que se posee información todas las cámaras aparecen afectadas por las destrucciones y los saqueos, pero responden en general a plantas poligonales irregulares, desde el rectángulo a las formas heptagonales. El volumen interno es normalmente reducido (2,20 a 3,80 metros cuadrados de base) con una acentuada desproporción en relación con la superficie total del monumento. Esa relación — 1/132 en Santa Cruz, por ejemplo — parece un rasgo común de estas arquitecturas en las que el túmulo es el elemento dominante y definitorio. El alzado interno (con 2 metros de altura máxima en las cámaras mayores) es también modesto, aumentada en ocasiones la capacidad del hueco por el excavado del suelo sobre el que se erigió el megalito.

Los sistemas de techado se conservan en contadas ocasiones recurriéndose para ello a lajas aplanadas que clausuran el recinto. Es siempre una sola laja la empleada y a veces su entidad (3,40 metros de largo en el dólmen de Felguerúa, Tineo) realza la entidad volumétrica de la arquitectura.

Numéricamente la forma más frecuente es el dólmen simple, mientras que los de corredor son por el momento una realidad apenas documentada. Solamente en un caso (túmulo 6 de la Sierra de Pumarín)

(Bouza Brey, 1965) la longitud del corredor alcanza unas dimensiones equivalentes a las de la cámara, tratándose, además, de una construcción de proporciones modestas.

En cualquier caso el túmulo es el elemento más complejo y el sector que mayores posibilidades futuras ofrece para una elaboración tipológica marcando las diferentes tradiciones que bajo una apariencia uniforme — cuando se consideran sólo las cámaras — operaron en el largo proceso de vigencia del ideario megalítico.

En general, y salvo deformaciones posteriores, las plantas son de superficie circular aunque se observan algunas de tendencia elíptica, poco acusada. La estructura interna es mal conocida puesto que en las escasas excavaciones existentes apenas fué observada. Sin embargo, los megalitos en los que se cuenta con la disección de eses montículo permiten descubrir tendencias estructurales que prueban que se trata de un cuerpo organizado y no de un simple amontonamiento de elementos de relleno.

Es evidente la dependencia que presentan los materiales constructivos del túmulo con respecto a las disponibilidades que ofrece el entorno, pero dentro de esas limitaciones las soluciones buscadas son diferentes. Si en un ambiente pétreo como el de La Cobertoria se dota al dolmen de la Mata'l Casare I de un potente túmulo a base de bloques de piedra, en otro semejante (Penausén I) se opta por la erección de un túmulo de tierra protegido y reforzado exteriormente por una coraza de bloques cuarcíticos. Si en este último caso los empujes laterales producidos por la cámara descansan sobre la propia masa tumular, en la Mata'l Casare fueron contenidos por un doble dispositivo en cinturón elaborado con lajas de piedra acuñadas e inclinadas hacia el centro del monumento, algo semejante — en definitiva — a una sucesión de contrafuertes.

Si además en algunos de los señalados la periferia aparece delimitada sólo por la propia masa del túmulo, en otros disponía de una línea de contención compuesta por pequeñas lajas hincadas en el suelo.

Las breves alusiones que acabamos de hacer señalan como la uniformidad es más aparente que real y como distintas concepciones constructivas sólo pueden ser desveladas mediante un proceso detallado de disección del relleno tumular y como solamente la articulación de cámaras y túmulos; es decir, el total del diseño arquitectónico permitirá progresar en la distinción de áreas de implantación de tendencias diferentes, subyacentes a la — probablemente discutible — ortodoxia del ritual funerario megalítico.

Otro aspecto señalable en estos *tipos primarios* es la presencia de formulaciones plásticas en las paredes de las cámaras. Los ejemplos no son cuantiosos (de Blas, 1980) pero sí de un alto valor. Las dos técnicas: grabado por percusión o incisión y pintura están presentes y las teorías geométricas que se constatan encajan en la temática genérica del Noroeste peninsular. Ese arte funerario puede conllevar simultáneamente diferentes significados. El admisible carácter apotropaico del mismo — tantas veces señalado (Shee, 1981) — no excluye la sugerencia de que nos encontremos ante la reproducción de lo que sería el lugar en vida de los megalíticos (de Blas, 1983, 71). Las casas funerarias bajo túmulo documentadas con hallazgos notables en la Prehistoria continental durante el Bronce Antiguo (recordemos Leubingen) constituyen una referencia que no debemos dejar de lado.

En cuanto a la presencia genérica de estas arquitecturas en el territorio asturiano se aprecian diferencias que no pueden ser aceptadas como definitivas dados los límites del registro arqueológico obtenido, pero que pueden apuntar ciertas peculiaridades de la implantación del megalitismo en la región.

Sobre el repertorio actual se observa que los tipos más elementales — pequeños dolmenes o cistas — están presentes en todas las áreas conocidas. Los dolmenes poligonales de una cierta entidad monumental ocupan todo el occidente y centro de la región insinuándose su límite en el tercio oriental sobre la cuenca del río Sella (límite conocido de los megalitos con decoración pictórica).

Finalmente, los dolmenes con pequeño corredor — solamente tres ejemplares constatados — se definen exclusivamente en el sector occidental de Asturias, sin rebasar el eje natural señalado por la cuenca hidrográfica del Navia.

b) *Las variedades constructivas no ortostáticas*

En los últimos años fueron reconocidas distintas arquitecturas tumulares en las que su estructura interna — tanto por presentar cámaras atípicas como por no mostrarla netamente diferenciada — marca acentuadas diferencias tipológicas con las estructuras megalíticas clásicas.

Estos monumentos comparten en ocasiones el mismo espacio que los dolmenes simples — como sucede en las sierras de Allande y Tineo — o bien describen conjuntos independientes. Todos tienen la misma apariencia externa puesto que no hay pérdida de monumentalidad y en su conjunto se mantienen dentro del marco volumétrico correspondiente a los túmulos con cámaras ortostáticas. En la elección del espacio y en la forma de ocupar el mismo repiten también las mismas pautas. Su presencia se anota tanto en el occidente y centro como en el oriente de la región.

Todo induce a pensar que su origen se arraiga en el megalitismo con el que deben de existir relaciones de contemporaneidad y continuidad o, lo que es lo mismo, implicando estas arquitecturas un proceso de transformación estructural o ideológica o la existencia de formas de expresión monumental complementarias a lo más característicamente megalítico.

El rasgo común a todas ellas es el túmulo en su definición externa, y el diferencial la propia estructura del mismo y su organización interna, a veces poco comprensible.

Entre los que conservan una cámara diferenciada cabe señalar una serie de estructuras conservadas en las sierras peniplánizadas del sector occidental de Asturias que — reconocidas de forma muy sumaria y peor publicadas — coinciden en la inclusión en su centro de una *cella* o recinto circular, sin acceso lateral, construido con un murete de aparejo asentado a hueso. La descripción de algunos de estos monumentos (Bouza Brey, 1963) señalaba que el cierre superior se efectuaría por aproximación de hiladas determinando una falsa cúpula.

El escaso material gráfico que acompaña la publicación de estos túmulos deja en suspenso la aceptación de estos detalles, especialmente la solución del techado que talvez fuera sugerida por el propio desplazamiento del muro hacia el interior de la cámara a causa de la presión lateral de la masa tumular. La ausencia de ajuares complica aún más su filiación. Solamente su contacto espacial con arquitecturas megalíticas más específicas constituye una referencia orientadora.

Una serie más amplia es la referente a los túmulos sin cámara definida, substituída por pozos abiertos en el suelo o, simplemente, sin que se registren huellas que hagan presumir su existencia original.

La falta actual de las cámaras puede responder a razones independientes del diseño primitivo; destrucciones, saqueos, extracción de los materiales para su aprovechamiento en épocas posteriores, su disposición periférica y no central o, en última instancia, el empleo, siempre a considerar, de materiales perecederos como la madera.

La duda ante una calificación definitiva — cuando no hay un análisis correcto mediante excavación — debe ser en estos casos una actitud obligada. No obstante, las evidencias son firmes en algunos casos.

En Las Campillinas (o Capilluca I) en las *sierras planas* de la Asturias oriental el túmulo recubría un hoyo abierto en la roca madre cerrado por una placa de piedra (Fernandez Menendez, 1931). Algo similar se observa en la necrópolis de Campiello (Tineo) en la que a la existencia de huecos en el «solum» se sumaban grandes trozos de madera carbonizada siguiendo una disposición radial hacia el centro del túmulo (Jordá, García Domínguez y Aguadé, 1972).

Otros monumentos — como el grand túmulo de Berdedo cuyo interior encerraba dos montones de forma elipsoidal, a base de piedras o el denominado Altu la Mayá III en el que todo sugiere que nunca dispuso de estructura interna alguna — expresan la complejidad de toda esta serie de edificaciones tumulares.

Una última necrópolis excavada en 1980, ahora en estudio, — Piedrafita en la cuenca media del Nalón, sobre el sector central asturiano — reunía túmulos al parecer sin cámara, talvez substituída simbólicamente por un círculo de piedras en la base de la estructura sin una función arquitectónica clara. Prueban, además, estos túmulos, el empleo durante su construcción de grandes fuegos delatados por una capa cenicienta de hasta medio metro de espesor (Piedrafita IV).

4. *El repertorio instrumental asociado a las diferentes arquitecturas*

En cualquiera de los modelos arquitectónicos aludidos en los epígrafes precedentes el inventario de los elementos de ajuar es muy limitado, cuando no inexistente. A pesar de que en parte tal situación es fruto del magro volumen de las investigaciones modernas parece evidente que la sobriedad, o la pobreza, es el rasgo destacable, exhibiendo un repertorio tipológico muy corto y una gran uniformidad en las materias primas empleadas.

La ausencia de cerámicas es una circunstancia llamativa (¿empleo de recipientes de materiales corruptibles o desestimación de estos artículos como propios de una ofrenda fúnebre?). Las hachas de piedra pulimentada son el hallazgo común en las arquitecturas ortostáticas y varios de los túmulos de características diversas (Piedrafita IV, por ejemplo). Casi todas están confeccionadas sobre rocas tenaces y su empleo instrumental previo parece probado por las fracturas y desconchados que suelen presentar en el talón y filos. Ocasionalmente se documentan piezas de una gran calidad (dolmen de Santa Cruz) cuyo uso no tiene nada que ver con actividades económicas y así con un papel suntuario o simbólico.

Las rocas empleadas no son exóticas lo que aboga por el carácter local de los productos, hecho que encaja bien con la falta de elementos alógenos que prueben la circulación de artículos prestigiados o de cualquier producción foránea.

Frente al registro relativamente común de las hachas, los elementos laminares son escasos y de un valor diagnóstico muy limitado. Más significativas son las puntas de retoque plano bifacial — todavía muy raras, por otro lado — que significan una cierta referencia cronológica y que se asocian a estructuras probablemente tardías.

La revisión de los túmulos investigados no aporta innovaciones, salvo algunas piezas como el hacha-cinzel de Campiello que podría corresponder a un momento terminal del megalitismo contemporáneo con los inicios de las sociedades metalúrgicas.

En todo caso llama la atención el hecho de que frente a la pluralidad estructural de las arquitecturas reconocidas parece mantenerse una cierta homogeneidad en los hallazgos que no contradicen por su carácter arcaizante y tradicional a los propios de las estructuras dolménicas.

Queda, como siempre que analizamos monumento saqueados, la duda sobre la composición real de los ajuares. ¿Era selectivo el saqueo o eran selectivas las ofrendas? En otras palabras; la ausencia de pequeños elementos de ajuar — que siempre pasarían inadvertidos a los buscadores de tesoros — y de materiales sin valor intrínseco, ¿ implican pobreza en las ofrendas o que, por el contrario, sólo se depositaban algunos objetos de cierto valor, por tanto identificables por los violadores?

El hallazgo de un anillo de oro en el dolmen de la Mata'l Casare, como *único elemento de ajuar*, — aunque este testimonio corresponde ya a un Bronce Antiguo — o el tubo también de oro del dolmen del Chao das Chaguás (Boal), tal vez hablen en ese sentido.

5 — El emplazamiento de los conjuntos arquitectónicos y sus implicaciones

La localización en el paisaje de las estaciones vinculadas al fenómeno megalítico aporta indirectamente diferentes posibilidades de aproximación al desenvolvimiento cotidiano, en distintos niveles, de las sociedades que los erigieron, en su articulación con los medios físico y biológico, en función de un determinado modelo económico, en su relación con la topografía; puntos dominantes, significativos o estratégicos, etc., tras lo que pueden vislumbrarse actitudes políticas o jurisdiccionales (*territorialidad*) o ideológicas.

Las manifestaciones dolménicas y tumulares en Asturias están presentes con diversa intensidad en todo el territorio de Este a Oeste. A lo largo del límite meridional, en contacto con la Cordillera Cantábrica muestran los testimonios una repartición desigual. La penetración hacia la cordillera se hace más manifiesta en el tramo central de la región donde se conocen estaciones por encima, incluso, de los 1300 metros sobre el nivel del mar. La densidad forestal desde la *fase atlántica* en algunas áreas del Suroeste (Degaña, Ibias, Cangas del Narcea, etc.) pudo, presumiblemente, haber significado un freno para la expansión de las comunidades megalíticas, pero siempre es preciso contar con el carácter incompleto del inventario que ahora manejamos. Además, no existe todavía un repertorio de análisis palinológicos de los suelos antiguos cubiertos por los túmulos, salvo los que se hayan en proceso de elaboración a partir de muestras de Piedrafita y de la Mata'l Casare, cuyo valor se limita al entorno de tales asentamientos.

En líneas generales los emplazamientos controlados se distribuyen desde las áreas más elevadas — con la excepción de los Picos de Europa — hasta las zonas de media montaña y cordilleras litorales, localizándose algunos grupos próximos al borde marítimo.

Las diferencias cuantitativas son notables y si escasean los testimonios en las áreas bajas, las máximas concentraciones se producen en los concejos centrales de la Asturias occidental, en el ámbito de las cordilleras erosionadas, rematadas por grandes planicies donde probablemente fueron más frecuentes los espacios abiertos, con menor boscosidad.

En ocasiones permite ese paisaje de media montaña la huída del valle y el desarrollo de los caminos antiguos obviando las dificultades topográficas. El camino viejo de Galicia en su travesía de los tramos altos de la Sierra de Carondio coincide con varios conjuntos megalíticos, sugiriendo los itinerarios empleados por los pastores prehistóricos. Estos planteamientos no son nuevos y su empleo debe incidir siempre sobre espacios limitados perdiendo su valor cuando se generaliza a escalas macroespaciales en algunos trabajos recientes de gran ambición (como ocurre en Higgs, 1977, 167-169).

En cualquier caso se hace indiscutible un objetivo; la búsqueda de puntos topográficos dominantes o fácilmente distinguibles. En los medios de montaña se eligen zonas de extensa panorámica: tramos superiores de las laderas, collados, cumbres, etc., e, igualmente, en las áreas bajas se busca el sector bien diferenciado; pequeñas lomas, resaltes del terreno o confluencias de ríos.

Resulta inaceptable la formulación de una hipótesis única que explique esa constante en la selección de un espacio relevante con respecto a su entorno. Probablemente actuaron al mismo tiempo factores tan diversos como las formas de poblamiento o la necesidad de expresar la posesión del territorio por una o varias comunidades megalíticas cuyas necrópolis actuarían como límite jurisdiccional, bien como frontera, bien como centro de referencia de su espacio vital.

Simultáneamente el lugar particularizado por la necrópolis compondría un ámbito especial, un anclaje emotivo para las sucesivas generaciones que lo utilizan y si se acepta la interconexión entre religión y muerte, un probable lugar sacralizado.

Finalmente, para no prolongar estas consideraciones, ¿ que se puede deducir del asentamiento de las necrópolis en relación con los habitats y la estrategia económica de los constructores?.

En primer lugar, la idea de que área funeraria y área de explotación económica no deben de estar muy distantes, entre sí. Aún en el supuesto de que las necrópolis instaladas en áreas de alta montaña

fueran visitadas estacionalmente, al esfuerzo colectivo para la erección de tales arquitecturas implicaría la explotación simultánea del entorno y el aprovechamiento de diferentes recursos durante el tiempo de construcción: pastos en las zonas deforestadas, caza y recolección en los bosques inmediatos, etc.

Con un plantamiento teórico es presumible que los habitats se ubicaran en la intersección de las diferentes áreas frecuentadas por los megalíticos, talvez definibles en un futuro sobre la cartografía minuciosa de cada una de las necrópolis controladas. Por ahora no hay constancia arqueológica de poblados o asentamientos salvo los talleres líticos superficiales de la Sierra de la Borbolla (Llanes, Asturias oriental) que podrían estar relacionados con los túmulos existentes en la misma sierra.

También debe de ser valorado el medio natural en toda su dimensión puesto que juega no sólo en la disponibilidad de los materiales adecuados para la erección de las diferentes arquitecturas, si no que incide en la evolución del paisaje biológico y, en definitiva, en el ofrecimiento de unas determinadas posibilidades de subsistencia.

Un ejemplo más expresará mejor esta idea. El sector occidental de Asturias dominado por las rocas detríticas (areniscas, cuarcitas, pizarras) proporciona buenas canteras, circunstancia que facilitaría el hecho de que allí, precisamente, abunden las construcciones megalíticas. Ahora bien, es justamente ese medio litológico quien generó los paisajes montañosos rematados por peniplanicies conformando extensos cordales y probables áreas abiertas, tan propicias a los megalíticos como ya indicábamos líneas atrás.

La correcta lectura de los medios físico y biológico; petrología, edafología, paleobotánica, etc., configuran vías futuras para comprender la distribución espacial de los asentamientos megalíticos, su expresión monumental y las bases de sustentación económica de las poblaciones que los erigieron.

6 — Problemas cronológicos y de sistematización

La posibilidad de ensayo de la reconstrucción del proceso megalítico regional — dadas las carencias informativas tantas veces señaladas — reside por ahora en la evaluación de los tipos de asentamiento ante la parquedad y pobreza expresiva de los ajueres. El uso de las fechas absolutas es inviable por la inseguridad o error que ofrecen las muestras de carbón vegetal (sólo se dispone en el presente de tres fechas C-14, que resultan modernas). La acidez de los suelos con la destrucción consiguiente de los restos esqueléticos elimina toda esperanza de obtener el colágeno necesario para mediciones radiocarbónicas seguras. Otras técnicas actuales plantean mayores problemas, si cabe, de aplicación.

Otro factor que entra en consideración, junto con las modificaciones estructurales de las arquitecturas, es el cambio en la forma de uso, en el ritual y en la coordinación temporal y cultural de esas transformaciones.

En síntesis, la implantación del megalitismo en Asturias se presenta como un proceso de procedencia externa al propio territorio. El soporte étnico del mismo resulta desconocido toda vez que el contexto cultural y antropológico precedente se detecta exclusivamente en algunos puntos de la costa (la *cultura asturiense*) con un vacío humano absoluto en el resto del territorio. Los megalíticos, en un momento avanzado, parecen haber coexistido con los epipaleolíticos asturienses en proximidad espacial, sobre la base de modelos económicos diferentes, situación ubicada en el tramo litoral del Este de Asturias (de Blas, 1979 y Gonzalez Morales 1982).

El flujo que materializa las nuevas formas parece provenir del área occidental entroncándose con el foco galaico-portugués, sin que los contactos con la meseta o el megalitismo vasco puedan ser refutados aunque no existen indicios claros que estimulen la consideración de esas vías. En este sentido una propuesta de comprensión del proceso megalítico podría formalizarse en las siguientes fases:

- Posible extensión de megalitismo con la construcción de dolmenes poligonales simples previos a la llegada de los de corredor.
- Posteriormente, o al mismo tiempo, difusión de la plástica parietal megalítica que entroncaría en sus técnicas y concepciones con los dolmenes de corredor pintados de Galicia y Noreste de Portugal y con los dolmenes poligonales decorados del Noreste gallego. Estos episodios iniciales dependen para una estimación cronológica del marco temporal correspondiente a esa fase en el N.O. y, en cualquier caso, no deberían ser posteriores al primer tercio del tercer milenio antes de Cristo.
- Reiteración de los modelos arquitectónicos iniciales a lo largo del tercer milenio, con una probable tendencia a la reducción de las cámaras y una cierta pérdida de monumentalidad. Esta tendencia operaría en la segunda mitad del milenio paralelamente a la difusión de algunos elementos industriales novedosos (puntas de retoque bifacial).
- Formulación de nuevas arquitecturas a partir de un Calcolítico avanzado que en ocasiones conllevarían transformaciones rituales (cremaciones en Piedrafita IV y Campiello, etc.).

— Coincidencia — en un momento Calcolítico y de paso a las edades metalúrgicas plenas — de estructuras dolménicas reutilizadas, cistas de tradición megalítica bajo túmulo, túmulos con pozo en el subsuelo, etc.

Todo ello perfila la fuerte raíz del mundo megalítico, generador de formas distintas y creador de una base material sobre la que se producirán los nuevos modelos, forjados bajo el influjo de corrientes culturales que como la campaniforme significan la aparición de las sociedades metalúrgicas. Este proceso tendría virtualidad entrados ya en el segundo milenio.

La propuesta de un esquema como el precedente no puede soslayar su carácter provisional, ni olvidar la complejidad de los conjuntos monumentales en que se basa, cuando junto a tipos conocidos pueden convivir otros que completan el sentido monumental de las estaciones megalíticas. Además, es plausible que algunas edificaciones tumulares «extrañas» tengan tanta antigüedad como los tipos simples.

En definitiva, son estas algunas de las hipótesis en discusión cuya invalidación o confirmación dependerán del carácter, necesario, interdisciplinar de las investigaciones futuras.

* Dpt.º de Prehistoria y Arqueología (Universidade de Oviedo).

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BLAS CORTINA, M. A. de, 1979 — La decoración parietal del dolmen de Santa Cruz, *Bol. Inst. Est. Asturianos*, 98, pp. 717-757; 1980-a — El megalito de Penausén I, *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 9, pp. 67-88; 1980-b (en prensa) — Arte parietal megalítico en Asturias, *IV Cong. Nac. Arq. de Portugal*, Faro; 1983 — La Prehistoria Reciente en Asturias, *Estudios de Arqueología Asturiana*, n.º 1, Oviedo.
- BOUZA BREY, F., 1963 — Túmulos prehistóricos de Asturias, *Bol. Inst. Est. Ast.*, n.º 50, pp. 75-102; 1965 — Túmulos dolménicos y círculos líticos de la Sierra de Pumarín, *Bol. Inst. Est. Ast.*, n.º 54, pp. 3-16.
- FERNANDEZ MENENDEZ, J., 1931 — La necrópolis dolménica de la Sierra Plana de Vidiago, *Soc. Esp. Ant., Etn y Prehistoria. Actas y Memorias*, pp. 163-190.
- GONZALEZ Y FERNANDEZ VALLES, J. M., 1973 — Recuento de los túmulos sepulcrales megalíticos de Asturias, *Archivum*, XXIII.
- GONZALEZ MORALES, M. R., 1982 — *El Asturiense y otras culturas locales*, (Centro de Investigación y Museo de Altamira. Monografía, n.º 7) Santander.
- HIGGS, E. S., 1977 — The history of European agriculture — the uplands, *The Early History of Agriculture*, Oxford University Press.
- JORDÁ CERDÁ, F.; GARCIA DOMINGUEZ, E. y AGUADÉ, J., 1972-73 — Notas sobre los túmulos de Campiello (Tineo) y su edad postdolménica, *Zephyrus*, XXIII-XXIV, pp. 131-152.
- PEREZ, C. y ARIAS, P., 1979 — Túmulos y yacimientos al aire libre de la Sierra Plana de la Borbolla (Llanes, Asturias), *Bol. Inst. Est. Ast.*, 89, pp. 697 y ss.
- SHEE, E., 1981 — *The megalithic art in Western Iberia*, Oxford.

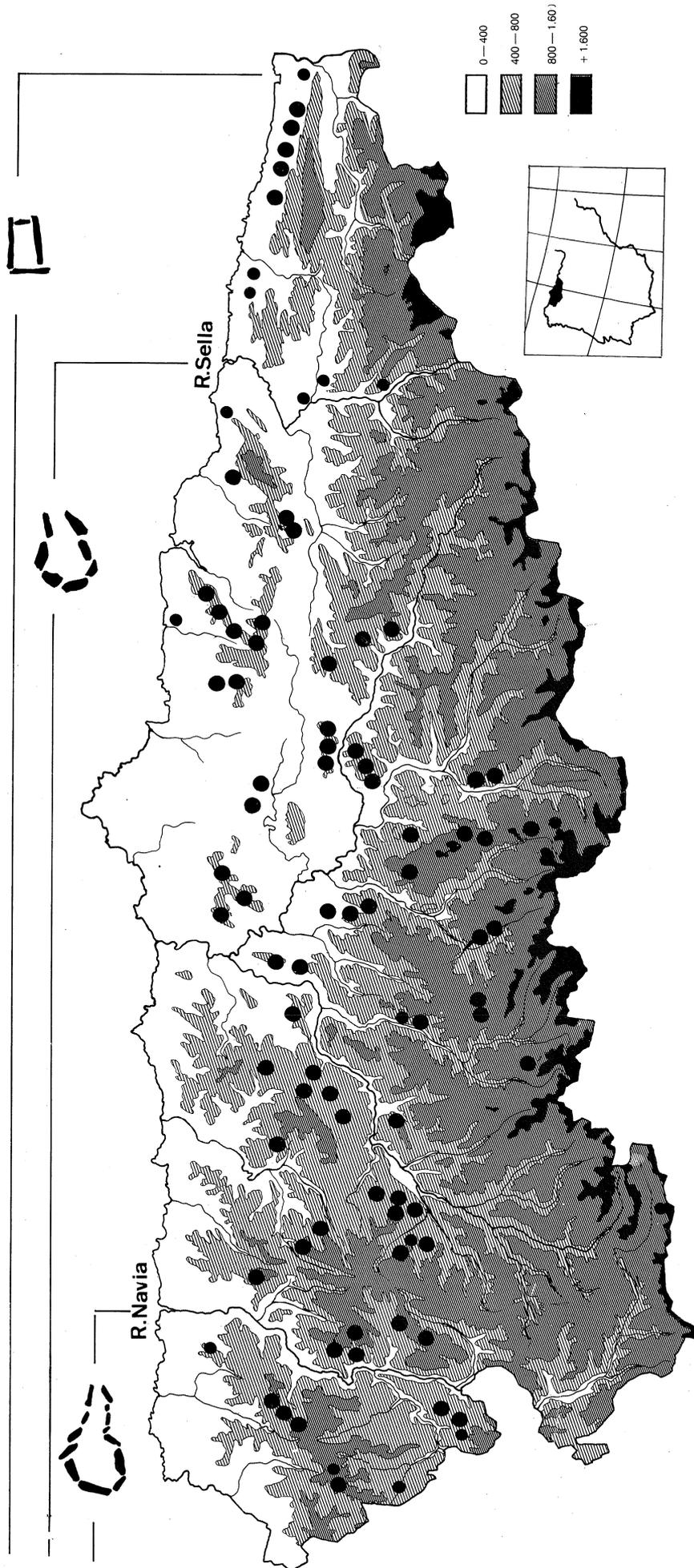


Fig. 1 — Dispersión de las estaciones megalíticas en Asturias señalándose la extensión de las diferentes arquitecturas ortostáticas.

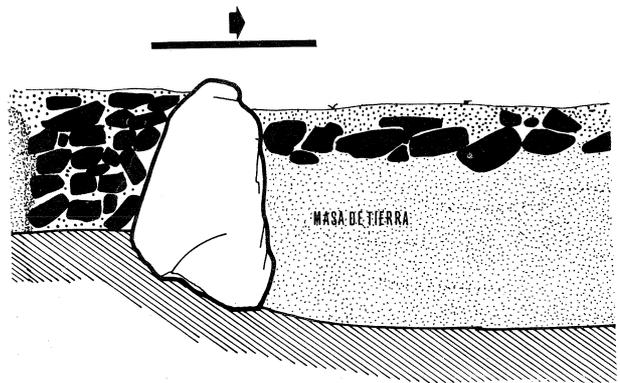
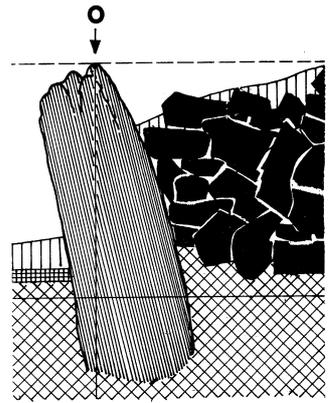
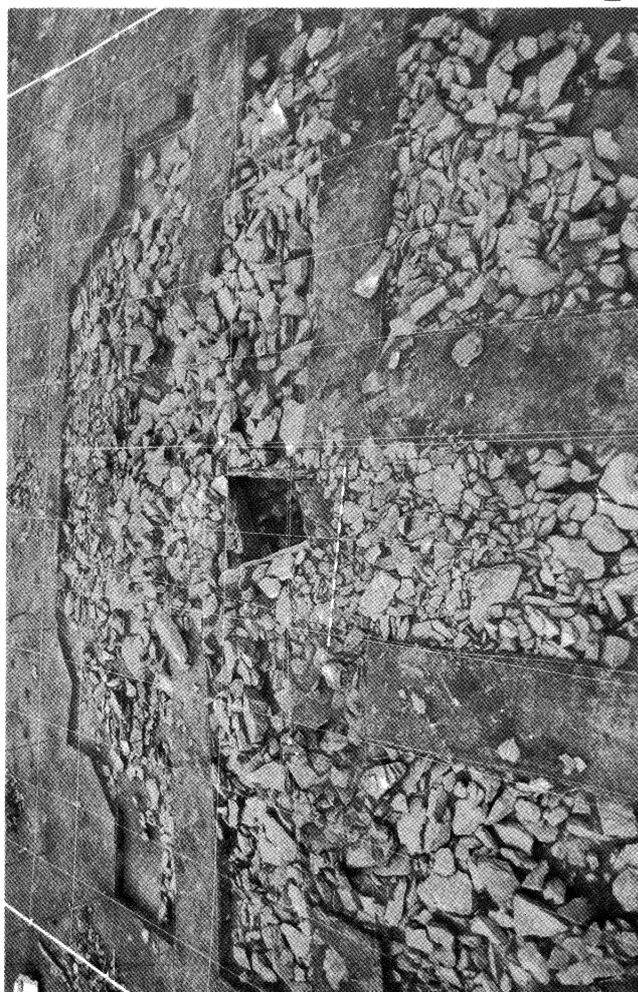


Fig. 2 — Dolmen simple de El Cantón (Asturias Central).
Estructura de bloques cuarcíticos constituyendo el túmulo.

Fig. 3 — Penausén I (Salas, Asturias centro-occidental).
Estructura del túmulo con una masa terrosa protegida
externamente por una coraza lítica y relleno de bloques
de piedra para la contención de la cámara.

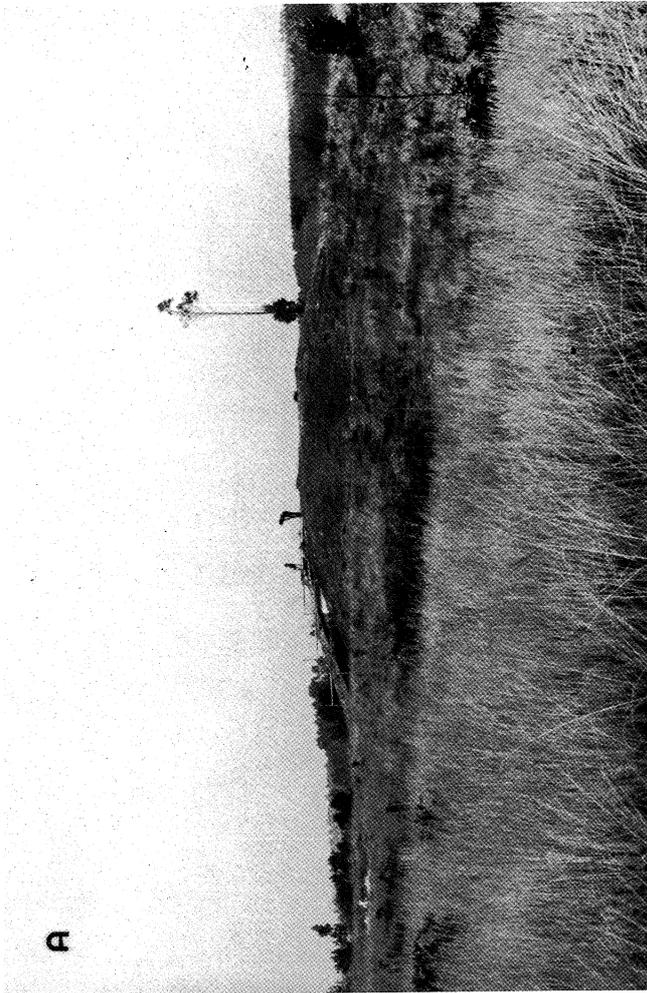


a



b

Fig. 4 — a, Mata'l Casare I (Quirós, area meridional del sector centro de Asturias). Contraste fuerte semicircular de grandes bloques protegiendo la cámara dolménica.
b, Estructura megalítica del Prau Chagüezos, próximo a la Mata'l Casare, con el túmulo compuesto exclusivamente de bloques de piedra.



A



B

Fig. 5 — A, Gran túmulo de Silvota de Bobes I (Siero, Asturias central) integrado exclusivamente por tierras y arenas.
B, Estratigrafía de Silbota I. Se aprecia los diferentes aportes de materiales para la construcción del túmulo, sellado superiormente por una formación podsólica..

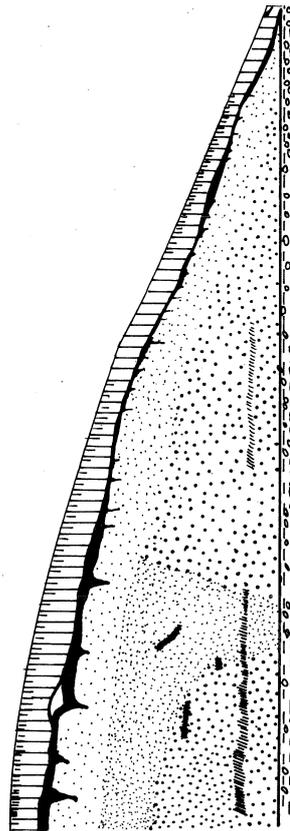


Fig. 6 — Túmulo del Altu la Mayá (n.º III) construído por materiales térreos con la total ausencia de elementos líticos y sin indicios de cámara o cualquier otra estructura interna.



Fig. 7 — Piedrafitas V (Las Regueras, Cuenca del Nalón). Túmulo sin constancia de cámara y anillo lítico interno sin función arquitectónica.

ARTE RUPESTRE DO NORTE DE PORTUGAL: UMA PERSPECTIVA

António Martinho Baptista *

EM MEMÓRIA DE JORGE PINHO MONTEIRO

1. CONSTATAÇÕES

Este texto visa essencialmente uma reflexão sobre o impropriamente chamado grupo Galaico-Português. Sem veicular certezas e procurando não cair no lugar comum da crítica fácil ou na repetição de teses consabidas, quase sempre arqueologicamente por fundamentar. Trabalho difícil, pois é cedo ainda para se tentar uma síntese documentada da arte pré- e proto-histórica do NW, ou mesmo do N. de Portugal, onde, de há muito, vinha sendo sentida a ausência de estudos sobre a matéria. Com efeito, pode dizer-se que os documentos permanecem, na sua maioria por redescobrir. Paradoxo que um século de pesquisas alimentou com o inventário de milhares de penedos, insculturados ou, mais raramente, pintados, distribuídos por centenas de estações. O trabalho inventariante que, desde a última década, vem sendo desenvolvido, especialmente na província de Pontevedra (GARCÍA ALÉN E PEÑA SANTOS, 1980), sendo meritório, é, porém, ainda um débil contributo para a necessária sistematização epistemológica de uma das mais controversas problemáticas da arqueologia peninsular. A perturbante ausência de consenso entre os principais investigadores, deve-se, para além da natural dificuldade que levantam as cronologias e corologias de toda a arte esquemática e abstracta, a factores vários que, sinteticamente, se podem enunciar do seguinte modo:

a) Ausência quase absoluta de estudos monográficos, etapa fundamental de uma tarefa que se pretende científica e que permitiria uma visão consequente e rigorosa dos núcleos previamente inventariados, concorrendo para a sua inter-relação arqueológica (análise *endótica*, distributiva e cultural) que ultrapasse o mero jogo tipológico. Na verdade, esta ausência tem favorecido o recurso fácil aos paralelos tipológicos que, embora pontualmente possam não ser impróprios, conduzem geralmente à simplificação da problemática e a enquadramentos definíveis em «culturas» ou «horizontes» arqueológicos ainda muito vagos se aplicáveis ao Noroeste.

b) Sintomaticamente ligado a este aspecto, está o atraso em que até há pouco persistia a arqueologia de toda esta vasta região, onde era notória a falta de escavações cientificamente conduzidas, mesmo comparativamente ao resto da Península. Apoiados pela intuição de alguns espíritos brilhantes (por ex. Martins Sarmiento e o grupo da Portvgalia, entre nós, Cuevillas, na Galiza), privilegiando-se o estudo e a descrição dos abundantes vestígios da Cultura Castreja, tão difundida por todo o NW ao longo e após a Idade do Ferro, é desoladora a ausência total de qualquer cronologia (1) ou sequência cultural, minimamente documentada, da pré-história recente do NW. Ocupação demográfica intensa, apoiada numa agricultura envolvente e de compartimentação excessiva do território, dificuldades naturais de trabalho numa região geológica e geograficamente difícil, insuficiência de meios técnicos (e financeiros!) . . . atenuam o gravoso desta lacuna, que, já em plena década de 80, continua a impossibilitar o necessário enquadramento cultural dos ricos vestígios de arte rupestre ao ar livre em que esta região é pródiga.

c) Talvez por isso, tem-se encarado a arte do NW, na sua generalidade, como integrável num amplo ciclo convencional, o «Grupo Galaico-Português», relegando-se para um plano marginal as gravuras de enquadramento estilístico mais problemático (2). E. Anati, num trabalho brilhante de intuições, atribuiu mesmo a este «Grupo» um longo ciclo de c. de 6 000 anos de vida e persistência de tradições (ANATI, 1968), uma ideia, aliás, já patente em autores anteriores, como Cuevillas ou Santos Júnior, entre outros, que não lhe concederam, porém, uma tão dilatada e estruturada vivência temporal. Se, na verdade, o Noroeste é um mundo de arcaísmos, hipoteticamente inovador num momento inicial do Bronze Atlântico e conservador desde então, convenhamos, porém, que não se detectam através da evidência arqueológica das próprias gravuras conhecidas, as inevitáveis mutações económico-sociais decorrentes de estádios

* Arqueólogo do Parque Nacional da Peneda-Gerês.

(1) Só há poucos anos surgiram as primeiras datações de C14 para o N. de Portugal. Trabalhos recentes de equipas da Universidade do Porto e da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, têm realizado outras datações.

(2) Referimo-nos concretamente aos inúmeros tipos antropomórficos esquemáticos de cristianização. Mais adiante desenvolvemos este aspecto.

sucessivos entre um Epipaleolítico e uma Idade do Ferro, o alfa e o ómega, para Anati, do «Grupo do NW». E se a tese de Anati, ainda hoje, continua a ser a melhor síntese e a mais rica de sugestões, facilitando a investigadores menos avisados um enquadramento fácil para um reportório rico mas cansativamente abstracto ⁽³⁾, por outro lado, o seu aspecto talvez mais problemático, porque estrutural, nunca foi claramente discutido. Referimo-nos ao conceito de *ciclo rupestre* no NW. Na verdade, os nossos trabalhos actuais têm-nos afastado do conceito linear de «ciclo do NW», que Anati estruturou e a generalidade da investigação actual continua a defender. Cremos, assim, que será pela revisão deste conceito, que deverá principiar o debate necessário sobre a arte na pré-história recente do NW.

2. OS GRUPOS RUPESTRES NA PRÉ-HISTÓRIA RECENTE DO NORTE DE PORTUGAL

«Il est presque impossible de penser l'homme préhistorique sans apporter de jugement de valeur, sans en faire l'héritier posthume de notre pensée du XX^e siècle.»

(LEROI-GOURHAN, 1971, 2)

Em 1980, num primeiro trabalho a propósito das gravuras do Gião (BAPTISTA, 1980), colocávamos em dúvida o conceito corrente de «Grupo do NW» e manifestávamos reservas, posteriormente acentuadas, quanto à integração plena daquela grande estação nas etapas clássicas do citado grupo (BAPTISTA, 1981 a). Recentemente, Vítor O. Jorge, secundando aquele nosso propósito crítico, voltou a pôr em dúvida, ainda que em termos de mera hipótese de trabalho, aquele mesmo conceito (JORGE, 1982), não ultrapassando, porém, idênticos propósitos críticos, há já c. de 30 anos, manifestados por Sobrino Lorenzo-Ruza (1952 e 1955).

Na verdade, é a Ramón Sobrino que se deve a primeira grande tentativa de isolamento temático e técnico daquilo a que chamaremos o grupo I, antigo ou clássico, do NW. As suas observações «in loco», permitiram-lhe isolar um determinado tipo de gravuras que, sob a designação de «galego-atlânticas», abrangeriam uma vasta área, epicentrada na Galiza (SOBRINO LORENZO-RUZA, 1952 e 1955). Com compreensíveis erros de pormenor, caso das suas apreciações ao Gião e a outras estações portuguesas, que não conhecia directamente (SOBRINO LORENZO-RUZA, 1956), Sobrino não percebeu, porém, o carácter igualmente homogéneo de um segundo grupo, posterior ao primeiro, com uma expansão menos costeira e mais continental, reflectindo talvez as suas influências ou origens meridionais e sobrepondo-se parcialmente às etapas finais do primeiro. As suas apreciações às gravuras do tipo cruciforme, classe de figuras que engloba um leque muito variado de motivos, classificando-as uniformemente como momentos de cristianização medieval ou posterior, relegando para segundo plano outros tipos de insculturas que aparecem *sempre* associadas àquelas, induziram em erro grande parte da investigação posterior, erro enfim de uma arqueologia mais livresca que de campo, que utiliza levantamentos antigos ou deficientes, e que, ainda hoje, se repercute nas análises que vão sendo dadas à estampa (V., por ex., JORGE, 1982, 11-12). Também o aparecimento, na mesma altura, da inaceitável tese de Ferro Couselo (1952), fundamentando, porém, documentalmente, a presença de alguns dos motivos deste último grupo, especialmente como marcas de termo (uma possível reminiscência, como lembrava o Abade de Baçal, da própria tradição do carácter sagrado dos termos, que vem da pré-história recente, martelando-se, a partir de certo momento, os temas de mais fácil reprodução na pedra: a cruz e a cóvinha), contribuiu decisivamente para a subalternização das gravuras esquemático-simbólicas deste outro grupo.

Por outro lado, Anati, embora recuperando muitas destas gravuras na sua tese amplamente divulgada, não as sistematizou convenientemente, englobando-as naquilo a que chamou o «amplo ciclo do NW», cujas bases metodológicas assentavam em critérios meramente tipológicos e nas sobreposições pouco representativas da Pedra das Ferraduras (ANATI, 1964 e 1968).

Ora, um aspecto pouco seguido e, porventura, uma das chaves para a apreciação e compreensão paleoetnológica das gravuras do NW, prende-se com a distribuição geográfica dos seus diferentes tipos e técnicas. Na ausência de mapas actualizados, socorramo-nos ainda do mapa apresentado há c. de 4 décadas por Cuevillas (1943), reproduzido por MacWhite (1951). Vemos assim, que as gravuras do tipo galego-atlântico de Lorenzo-Ruza têm uma distribuição mais costeira e, como este próprio autor afirmou, são pouco representativas em Portugal (SOBRINO LORENZO-RUZA, 1956, 51). A sua mancha mais densa e característica é hoje claramente a província de Pontevedra (PEÑA SANTOS e VAZQUEZ VARELA, 1979; GARCÍA ALÉN e PEÑA SANTOS, 1980). As melhores e mais representativas estações

⁽³⁾ Por outro lado, o repúdio ou crítica leve à tese de Anati, tem conduzido a exageros idênticos, não se aprofundando o que esta tem realmente de inovador.

portuguesas estão no Alto Minho (Bouça do Colado, Monte de Fortes, Ozão . . .). Monumentos dispersos vão ainda até à bacia do Vouga, onde há gravuras deste grupo na Serra do Arestal, no Outeiro dos Riscos e nos Fornos dos Moiros (SOUTO, 1932).

Esta distribuição costeira vocacionou certamente as muito descritas relações Atlânticas do NW. Foi J. Fortes quem, pela primeira vez, procurou relacionar as nossas gravuras com as da Irlanda (FORTES, 1907). Desde então, têm sido identificados tipos muito idênticos aos galego-atlânticos desde as Canárias, a Sul, até à Irlanda e Ilhas Britânicas e mesmo até à Escandinávia, a Norte (MacWHITE, 1951).

Um segundo grupo de gravuras, caracterizado pela ausência de círculos concêntricos e pela presença de temas diferentes do grupo anterior, como as retículas, os tipos em *fi* e uma vasta gama de outros motivos antropomórficos (pouco representativos também no grupo I, PEÑA SANTOS, 1976), desde os subnaturalistas, mais raros, até aos comuns cruciformes, é caracteristicamente mais continental, com uma área de maior dispersão pelo interior e Norte de Portugal, abrangendo ainda a província de Pontevedra (conf. mapa cit. em LOPEZ CUEVILLAS, 1943).

São deste grupo todas as estações que temos em estudo na área de Chaves (Tripe, Outeiro do Salto, Outeiro Machado . . .), onde uma única rocha se poderá ligar, ainda que problemáticamente, à tradição galego-atlântica, o Penedo das Meias (inédito). A sua área mais representativa coincide precisamente com toda a nossa província de Trás-os-Montes, Minho Central e Oriental, estendendo-se ainda ao interior das Beiras, com alguns bons monumentos na zona de Coimbra (GIRÃO, 1925). O Penedo das Gamelas, no Alto Alentejo, será um dos mais meridionais, deste grupo, conhecidos entre nós, já que o Penedo de Almoinha, publicado com a ridícula cronologia «Meso-Neolítica» (!), é de carácter duvidoso.

A área Beirã, mais concretamente o distrito de Viseu, apresenta, para além dos melhores momentos da nossa arte funerária megalítica, um tipo de gravuras muito próprias que, quando melhor conhecidas, poderão integrar um novo grupo, ou, pelo menos, uma das mais ricas províncias artísticas do grupo II. Esperemos que o P.^o Celso Tavares da Silva, sem dúvida o melhor conhecedor das gravuras desta região, nos possa futuramente oferecer a obra de conjunto que se faz sentir (SILVA, 1980).

Interpenetrando-se pontualmente, mas com poucas influências recíprocas, podemos identificar desde já, no NW, dois grupos maiores de gravuras, de estilos, técnicas e cronologias diferentes, o mais recente dos quais nos parece muito ligado à tradição da pintura esquemática peninsular. Um outro grupo «menor», usando essencialmente a técnica de gravação filiforme (traço contínuo muito fino) e também caracteristicamente continental, conta ainda com poucas estações conhecidas, mas a descoberta recente do notável complexo do Vale da Casa, no rio Douro, permitir-nos-á também a sua apreciação imediata (BAPTISTA, 1983).

Vejamos, porém, mais pormenorizadamente, os diferentes grupos atrás sintetizados, com referências concretas ao Norte de Portugal.

2.1. O GRUPO I

Coincide, nas suas linhas gerais, com as apreciações de Lorenzo-Ruza sobre as gravuras «galego-atlânticas», sendo igualmente correcta a distribuição costeira por este assinalada. Utilizando a matéria-prima mais abundante no território, as insculpturas deste grupo distribuem-se por amplas superfícies graníticas, mantendo, na sua generalidade, um carácter abstracto, geométrica e esquematicamente complexificado, formando, por vezes, composições carregadas de um simbolismo, de significado talvez perdido para sempre. Privilegiando topograficamente as rochas dos *plateaux* de média encosta ou dos cumes de baixa altitude, normalmente perto de pequenos ou médios cursos de água, com uma inclinação que procura muitas vezes o poente, as gravuras podem preencher toda a plataforma superior das rochas e, por vezes, também verticalmente as zonas laterais. Isto pode sugerir um carácter anárquico dos actos de gravação, que em certas rochas faz lembrar um certo horror ao vazio [Tapada de Ozão (CUNHA e SILVA, 1980)], mas, noutros casos, é notória a organização do espaço gravado [Bouça do Colado (Fig. 1)].

Os seus tipos principais gravados são os círculos simples ou mais abundantemente concêntricos, combinados ou não entre si, quase sempre com cóvinhas no seu interior, meandros, linhas rectas e curvas, figuras proto-labirínticas e labirínticas, espirais e, em menor grau, algumas armas, especialmente de modelos em bronze, zoomorfos semi-esquemáticos e esquemáticos e, mais raramente, alguns antropomorfos. Característica, em algumas estações, é a presença de motivos do tipo idoliiforme, alguns derivados das formas convencionais de círculos concêntricos ou simples, cóvinhas e linhas.

Lorenzo-Ruza definiu particularmente bem a técnica de gravação própria deste grupo, apresentando-se ainda hoje as insculpturas muito bem delimitadas, com uma largura normalmente maior do que o dobro da sua profundidade. Obtidas, na sua maioria, com um percutor de pedra, delimitando, por vezes, previamente, o motivo a obter, através de um traço picotado mais fino, facto ainda observável em alguns

motivos, as mais perfeitas gravuras de círculos concêntricos poderiam também ser insculpidas pela junção sucessiva de pequenas cóvinhas, o que levou Ramón Sobrino a considerar o insculptor clássico do NW como um autêntico técnico.

A padronização cronológica deste grupo continua a ter uma abordagem muito delicada, sendo aceite pela generalidade da investigação, uma cronologia que cabe, em linhas gerais, na Idade do Bronze. Os argumentos para esta cronologia baseiam-se, quer na presença de modelos metálicos de armas de bronze gravados, quer nos raros casos de sobreposição de gravuras por construções castrejas (Castro de Santa Trega), ou neles reutilizadas como materiais de construção, como no Castro de Codeseda e no Castro Lupário. Também uma pequena pedra com círculos concêntricos foi encontrada incorporada numa mamoa. No entanto, estes argumentos fornecem-nos apenas uma datação *ante-quem*, excepto as gravuras de armas, cuja cronologia só muito cuidadosamente pode ser extensiva aos tipos geométrico-abstractos. Por outro lado, a grande expansão Atlântica que estes motivos tiveram, facto já referido mais atrás, só poderia processar-se durante o Bronze Atlântico, fruto de um comércio metalúrgico acentuado pela riqueza em estanho do NW. Este comércio é mais marcante na 2.^a metade e em finais do 2.^o milénio. Porém, os aspectos económicos reflectidos nas gravuras não são muito claros. O pastoreio, uma agricultura sedentária, a caça, mais raramente, como factores de subsistência e, a partir de certa altura, uma actividade comercial derivada da metalurgia do bronze, são os elementos de uma economia algo conservadora ao longo de todo o 2.^o e inícios do 1.^o milénio no NW. Sabe-se que a própria disseminação do ferro no NW é tardia, perante o conservadorismo e a grande expansão e suficiência do bronze. Veja-se, por ex., a sobrevivência de tipos metálicos em bronze, com armas da II Idade do Ferro, no Castro de Santa Trega (JAVIER LOMAS *in* BLAZQUEZ *et alii*, 1980, 50).

A origem da temática própria aos petróglifos deste grupo I, é ainda problemática. Autores como Cuevillas, MacWhite, Bosch Gimpera e Anati, entre outros, acentuaram a originalidade das combinações circulares galaico-portuguesas, que estariam na origem de semelhantes temas nas Ilhas Britânicas onde, da Irlanda e especialmente da Escócia, passariam à Escandinávia e, por outra via, talvez continental, chegariam mesmo à Europa Central. Orientalistas como MacWhite, Lorenzo-Ruza e Monteagudo advogam uma remota origem oriental para estes temas, que seriam posteriormente difundidos a partir da Galiza. Este orientalismo só é, porém, patente em raros motivos, como, por ex., nos mais elaborados labirintos, eles próprios inscritos numa dupla tradição: a dos proto-labirintos, aqui cedo desenvolvidos (Bouça do Colado — Fig. 1) e as influências do Egeu, assinaláveis no motivo tardio de Mogor. Outras influências, como o(s) fenómeno(s) megalítico(s) ou o «movimento» das estátuas-menires, esta uma imagética que analisaremos de seguida na Bouça do Colado, se fizeram necessariamente sentir na tradição figurativa do NW, influências talvez especialmente difundidas pelos prospectores de metal. A sua análise ultrapassaria, porém, as exigências desta síntese breve.

2.1.1. A BOUÇA DO COLADO, UM SANTUÁRIO-MODELO DO GRUPO I (Fig. 1)

A Bouça do Colado é um pequeno santuário, miraculosamente bem conservado, talvez devido ao isolamento do sítio, nas vertentes ocidentais da Serra Amarela (Lindoso, Ponte da Barca). As suas gravuras, que ainda alimentam lendas locais, escaparam à dinamite dos canteiros e à ganância dos caçadores de tesouros, que ali fizeram pelo menos uma incursão. Por nós descoberta em finais de 1979, as 2 campanhas que ali realizámos, permitiram-nos, com alguma felicidade, estudar minuciosamente talvez o mais modelar dos santuários do grupo I em território português.

O complexo da Bouça do Colado é constituído por uma grande rocha central, virada a poente (R.-1 — Fig. 1), a que o povo chama «Penedo do Encanto», ricamente historiada, rodeada por 7 outras de menores proporções, estas gravadas com motivos que, na sua generalidade, se podem considerar subalternos relativamente ao grande bloco central. O conjunto apresenta duas fases principais de gravação e um terceiro momento de cristianização ou termo (BAPTISTA, 1981 c). Interessa-nos agora apenas a primeira destas fases, que define claramente o santuário-modelo.

Com efeito, a rocha central, com gravuras de grande qualidade técnica e estilística, tem uma estruturação muito equilibrada e previamente *estudada* do espaço gravado, ilustrando admiravelmente aquilo a que Anati chamou uma «composição monumental». Ao centro da rocha, exactamente no ponto de confluência dos eixos maior e menor do painel superior (a vermelho na Fig. 1), foi gravado um grande idoliiforme feminino. Seguidamente, a área em seu redor foi sucessivamente preenchida com diversas figuras, em que se destacam as combinações circulares com cóvinhas no interior. Algumas pretendem mesmo ligar-se directamente ao idoliiforme, tocando-o, sendo este, finalmente, ligado por um grande meandro a uma bela figura proto-labiríntica na base da rocha. Um tipo de ligação idêntico, embora não tão elaborado, que fomos encontrar na laje gravada da Pedra da Costa (Arcos de Valdevez, inédita).

Ressalta, assim, uma evidente preocupação de centrar o idoliiforme, o primeiro motivo insculpido, e de distribuir à sua volta ou mesmo ligar a si as restantes gravuras, que vão sendo sucessivamente

marteladas e que nós atribuímos a dois momentos sucessivos de gravação. Este facto, que não é um preciosismo técnico próprio de uma análise exaustiva, como o parece ter entendido V. Oliveira Jorge (1982, 14), antes permite compreender a elaboração ou estruturação faseada do santuário, pois é evidente a ligação imagética de todos os motivos do Penedo do Encanto, excepto os reticulados, integráveis técnica e tipologicamente, noutro grupo.

O significado geral e mesmo particular das gravuras, estará talvez perdido para sempre, se atentarmos no carácter altamente simbólico e abstracto dos motivos insculpidos e porque a cultura que os produziu não deixou documentos escritos. Mas, parece-nos inegável o carácter estruturado do pequeno complexo e o cuidado posto na elaboração de toda a iconografia da rocha 1. Igualmente, o carácter idoliforme do motivo central nos parece fora de dúvida, tendo-o nós, de imediato, ligado ao imaginário (embora planimétrico) das estátuas-menires. Pouco representativas até à pouco no NW, o exemplar da Serra da Boulhosa, também do Alto Minho, oferecia um bom paralelo a uma aproximação deste tipo (VASCONCELOS, 1910, 32). Esta tese, que então apresentámos com reservas, acabou por ter uma confirmação mais segura ao identificarmos, muito perto da Bouça do Colado, uma nova estátua-menir descoberta na povoação da Ermida (BAPTISTA, 1982 e 1984), cujos atributos, gravados no anverso, se ligam claramente à tradição imagética do grupo I do Noroeste (Fig. 2) (4).

Se os paralelos tipológicos para a generalidade dos motivos do Colado abundam no NW, é grande, porém, o contributo daqueles, para a necessária sistematização dos tipos idoliformes, cuja iconografia muito variável, pode representar uma das bases de entendimento das relações e influências sentidas no desenrolar do ciclo do grupo I, cujo apogeu, se centra, muito possivelmente, ao longo da Antiga e Média Idade do Bronze. Representarão estes uma das facetas inovadoras ou transformadoras, frente à monotonia de uma gramática figurativa aparentemente sempre idêntica entre si? Se no idoliforme do Colado é perceptível a conceptualização imagética do «movimento» das estátuas-menires [e o mesmo se poderá inversamente afirmar relativamente ao monumento da Ermida (Fig. 2)], ele não deixa, por isso, de obedecer aos cânones tradicionais, conjugando abstractos círculos concêntricos, cóvinhas, linhas... O próprio conceito de idoliforme, aqui aplicado, é apenas um esforço para nomear o inominável.

2.2. O GRUPO II

Caída em desuso a tradição de gravação das figuras do grupo I, aparece agora mais abundantemente difundido um outro tipo de motivos que, muito genericamente, se podem enquadrar na tipologia definida por Anati para algumas gravuras da sua 4.^a fase e, particularmente, para as da sua 5.^a fase, integráveis na Idade do Ferro (ANATI, 1968, 83 e ss.). Com características técnicas absolutamente diferenciadas dos motivos do grupo I, estas novas gravuras apresentam um negativo menos largo e não tão profundo, embora haja exemplos em que a técnica do grupo I seja manifesta [Outeiro do Salto (Mairos), Lamelas (Rib.^a de Pena), etc.]. Muitas são ainda marteladas com picos líticos, outras já com pontas de ferro, na sua generalidade picotadas e não friccionadas.

Com uma área de expansão mais continental, como apontámos em 2., na sua tipologia predominam os antropomorfos esquemáticos e os motivos geométrico-abstractos, com uma ausência quase absoluta de zoomorfos. Nas 102 rochas com gravuras inventariadas no Gião, com centenas de motivos, não foi identificado um único zoomorfo. Porém, no Tripe, de características similares, há 2 zoomorfos (um é um cavalo montado — Fig. 6) numa das 27 rochas historiadas, o que é insignificante.

Longe da exaustividade, a tipologia sumária do grupo II, realizada a partir do Gião (Arcos de Valdevez), Tripe e Outeiro do Salto (Mairos, Chaves), será:

a) Predominância de antropomorfos esquemáticos, uma clara tendência antropocêntrica, que vão desde os mais abstractos, tipo *fi* grego (Fig. 8) (no Gião há mesmo uma grande figura em *fi* com a mão direita gravada — palma e dedos — Fig. 3), até aos mais clássicos com membros curvos \cap e pernas em \wedge , com ou sem cabeça e sexo assinalados (Fig. 4). Finalmente, aparece também uma vasta gama de antropomorfos esquemáticos de tronco linear e membros rectos, que vão até à estilização do cruciforme (Fig. 5). Alguns destes motivos podem aparecer ligados ou associados entre si (R. 7 do Gião, R. 1 do Tripe — Fig. 5). No Tripe, aparece ainda uma figura antropomórfica naturalista, com músculos salientes nas pernas, um exemplar único neste tipo de estações.

b) Um leque variado de tipos quadrados ou rectangulares, por vezes de cantos redondos, segmentados no interior por diâmetros paralelos e perpendiculares (Fig. 4).

c) Círculos simples, com um ou dois diâmetros perpendiculares entre si.

d) Um outro tipo variado de figuras, inclui os pequenos semi-círculos (ferraduras), com ou sem cóvinha central. (a meio da Fig. 5). Estes são muito comuns no concelho de Chaves.

(4) Uma discussão mais aprofundada desta relação e uma melhor compreensão do próprio conceito de idoliforme, pode encontrar-se no nosso trabalho sobre a estátua-menir da Ermida, que aparecerá no Vol. II da Nova Série (IV) de «O Arqueólogo Português» (no prelo).

e) Tipos menos comuns aparecem ainda, como os formados por uma cóvinha ligada a uma linha recta que curva na extremidade (ao alto da Fig. 5), os «ganchos» da terminologia tradicional (comuns no conc. de Chaves), pequenas linhas rectas ou quebradas, raras espirais, sempre de pequenas dimensões, podomorfos, paletas, suásticas, etc. Outros motivos mais complexos, figuram normalmente combinações dos temas apontados.

Algumas destas figuras lembram tipos idênticos da pintura esquemática, cujos abrigos Norocidentais (Pala Pinta, Penas Róias e novos abrigos inéditos na zona de Mogadouro) confluem com uma das zonas mais ricas deste grupo II. Na verdade, este grupo, inovador no NW, possivelmente desde o Bronze Final, parece-nos muito influenciado por aquela expansão pictórica que, recordemo-lo, não aparece em rochas graníticas. Os tipos antropomórficos em *fi* ou duplo *fi* (Fig. 8) ou com membros arqueados, certos atributos (possíveis toucados?) por sobre a cabeça de alguns tipos em *fi* (pintados em Penas Róias, gravados nas rochas 24 e 25 do Tripe — Fig. 7) e até mesmo de alguns antropomorfos de braços rectos, podem efectivamente descender de idênticos modelos pintados (conf., por ex., abrigos de Fresnedo Teverga, Astúrias, in MALLO VIESCA e PEREZ PEREZ, 1971).

O início deste grupo no NW, possivelmente ainda no Bronze Final, poderá ser coevo de alguns destes abrigos pintados. Os primeiros tipos então insculpidos, são os variados reticulados (Gião — Fig. 4) e vários modelos antropomórficos derivados das formas em *fi* (Gião e Tripe), desenvolvendo-se posteriormente as estilizações antropomórficas de tipo linear e, finalmente, os tipos cruciformes (Fig. 5).

Contemporâneas de um momento inicial do grupo II, devem ser as pinturas do Cachão da Rapa, cujas curiosas figuras reticuladas (2 figuras semelhantes aparecem na fase 2, Bronze Final?, da Bouça do Colado — uma na Fig. 1) e ovais com dois diâmetros perpendiculares, as primeiras pouco criteriosamente classificadas como ídolos-placa (ausentes no NW), se ligam claramente à tradição insculptórica dos inúmeros quadrados e rectângulos reticulados, tão característicos da fase inicial deste grupo II (Fig. 4). Cabré Aguiló (1916) há muito intuíra já esta relação entre as pinturas do Cachão da Rapa e idênticos tipos insculpidos, embora a sua interpretação do Cachão, como de uma dança ritual, seja absolutamente fantástica e insustentável. Anati, mais recentemente, defendeu também a relação daquelas pinturas com o, para si, longo ciclo do NW e lembrou, quanto a nós correctamente, que não é por acaso que a própria localização do Cachão da Rapa aparece na zona de confluência das duas tradições (ANATI, 1968, 102).

Ao contrário destas formas reticuladas, mais próprias do NW, já as figuras do tipo *fi* têm uma larga expansão Peninsular. Características dos abrigos da Serra Morena (BREUIL, 1933), chegam a aparecer na Arte do Tejo, numa das rochas da estação de Fratel (inédita), nitidamente tardias, quando a tradição de gravação tagana entrara já em acentuado declínio. Fora da Península são pouco características, mas há motivos em *fi* nas Ilhas Britânicas, onde curiosamente aparecem associados a motivos cruciformes, podomorfos e cóvinhas, precisamente da mesma forma que na Península. Compare-se, por ex., a muito citada rocha gravada de Clonfinlough (County Offaly, Irlanda) (BREUIL, 1921, 2), com idênticas rochas do Gião, Tripe ou outras estações transmontanas. A notável semelhança, não só temática como técnica, leva-nos mesmo a afirmar que não causaria admiração se o penedo gravado de County Offaly tivesse sido descoberto no Tripe! Lá estão, com efeito, os mesmos tipos, nas mesmas associações e com a mesma distribuição espacial. Uma simples ligação às tradições Peninsulares, ou uma continuação das relações Atlânticas, acentuadas desde o Bronze Atlântico?

O final do ciclo deste grupo II do NW, levanta algumas questões, acentuadas um pouco pelo problema dos cruciformes, figuras a que se tem atribuído uma cronologia que vai desde o Neolítico Antigo até à Idade Moderna! Um falso problema, pois estas cronologias raramente se socorrem dos contextos arqueológicos em que se integram estes motivos. A nossa sistematização, centrada, para já, no Gião (BAPTISTA, 1981 a) e nas estações transmontanas, prova a evolução dos tipos antropomórficos até aos simples cruciformes, que representam, efectivamente, a etapa final do grupo II. E cremos, mesmo, que este término não pode continuar a servir de limite a tudo o que se liga à Idade do Ferro do NW. Pelo contrário, nas regiões mais interiores, como o vem demonstrando a moderna arqueologia castreja, continuou, durante séculos, um tipo de vida e economia muito identificadas com as tradições do Ferro. Ora, estes pequenos santuários rupestres (o Gião é uma notável excepção), ligam-se igualmente a essas tradições. Perdido o conceito de 'arquitectura' do espaço gravado, mais típico do grupo I (conf. Fig. 1), esgotadas as potencialidades do esquematismo peninsular, não é improvável que muitos desses pequenos antropomorfos se transformem gradualmente nas emblemáticas cruces cristãs, que aparecerão, assim, ligadas uma dupla tradição: a indígena, vinda da Idade do Ferro, e a cristã, importada através dos primeiros missionários. Lembremo-nos do texto clássico de S. Martinho de Dume, apostrofando o culto pagão das pedras, que ainda nos sécs. IV e V era muito vivo no NW, ou as actas dos primeiros concílios cristãos, aconselhando as formas de combater este e outros enraizados cultos «naturistas». No fundo, a tradição antropocêntrica acentuada nos últimos tempos da pré-história, era apenas substituída por outra, talvez mais emblemática e redutora. Cremos, assim, que os cruciformes, que assinalam claramente o término do grupo II e, simultaneamente, o fim dos ciclos rupestres do NW, não poderão continuar a ser

ingenuamente encarados, apenas como cruzeiros cristãs, sinais apotropaicos, ou singelos antropomorfos. Cruzes de termo, cristianizações como as 3 cruzeiros da Bouça do Colado (ao alto, à esquerda, na Fig. 1), marcas de passagem ou de limites, etc., ligam-se a outros contextos e é necessário ter cuidado na sua sistematização, para não serem confundidas com as destes pequenos santuários, que têm o seu apogeu na Idade do Ferro. Cremos assim que, genericamente, a cronologia deste grupo II, pode enquadrar-se entre o Bronze Final e a Alta Idade Média.

2.2.1. O TRIPE (MAIROS, CHAVES): UM SANTUÁRIO DO GRUPO II (Figs. 5-6-7-8)

Embora o Gião seja a mais notável estação deste grupo entre nós, temos sobre ele já alguns textos publicados (BAPTISTA, 1980 e 1981 a), pelo que convirá antes debruçarmo-nos um pouco sobre o Tripe, ainda inédito, que tivemos oportunidade de estudar em Agosto de 1982, graças a um subsídio da Câmara Municipal de Chaves.

Com características de implantação topográfica e de técnicas e tipologias em tudo similares ao complexo do Gião, o Tripe é um pequeno outeirinho onde afloram algumas lajes graníticas de grão fino a médio, encaixado no interior de um vasto «anfiteatro» natural, suavemente afunilado a Sul e Sudoeste. A leste, o local é dominado pelas rochas gravadas do Outeiro do Salto.

No Tripe foram catalogadas 28 rochas historiadas, algumas das quais em pequenas rochas soltas, e, nestas, 2 com gravuras nas duas faces maiores (o Gião tem 27 rochas soltas gravadas, algumas também nas duas faces). A técnica predominante é a picotagem, embora haja ainda casos de picotagem e fricção (cruciformes e *fis*).

Nos tipos gravados, há uma predominância dos antropomorfos esquemáticos, que vão desde as formas em *fi* (Figs. 7 e 8), até aos cruciformes (Fig. 5). A morfologia dos tipos em *fi* é muito variada, indo desde os simples, com apêndice dorsal ϕ , com cabeça figurada por um traço transversal Φ (Fig. 8), traço que pode aparecer também na extremidade inferior Φ , até aos que apresentam 2 pontos no interior da oval Φ . Há ainda exemplos de duplo *fi* Φ e dois com atributos que lembram um possível tocado Φ (Fig. 7), com paralelos em Penas Róias. Os restantes antropomorfos são também muito variados, todos de corpos lineares, de membros curvos ou rectos, até aos cruciformes simples. Alguns são envolvidos por uma linha sinuosa, que lhes contorna o corpo. Um dos de braços ao alto, tem duas grandes mãos, com os dedos marcados.

Na classe dos antropomorfos devem ainda destacar-se dois, que, pelas suas características morfológicas, não têm paralelo nas estações da região: um, naturalista, de grandes dimensões, tem o tronco largo e inteiramente picotado, ergue um braço até à cabeça e curva o outro até à cintura, apresentando as pernas vigorosamente musculadas; o outro, é um cavaleiro semi-esquemático, montado sobre um equídeo, possivelmente um cavalo (Fig. 6). Este, curiosamente, é caracterizado pela forma em *fi* adoptada na solução da linha dos braços e tronco, inscrito, portanto, na tradição das figuras esquemáticas em *fi*.

Os restantes motivos característicos do Tripe, são os tipos em U ou semicírculos simples («ferraduras»), com ou sem cóvinha central, possíveis estilizações antropomórficas (Fig. 5), alguns círculos simples (Fig. 5), pequenas figuras espiraladas, alguns meandros, de tipo «gancho» (Fig. 5), 3 podomorfos, um dos quais isolado, 2 paletas e algumas cóvinhas dispersas. O Tripe, ao contrário das restantes estações deste grupo, apresenta ainda dois equídeos, um dos quais montado (Fig. 6), conforme já apontámos. O segundo, isolado, é quase uma cópia do primeiro.

Desta descrição, muito sumária, ressalta imediatamente a ausência dos reticulados, tão característicos da 1.^a fase do Gião (Fig. 4).

Como no Gião, também no Tripe não se detecta uma clara ordenação do espaço gravado (conf. Fig. 5), ao contrário do que vimos para o Penedo do Encanto, do Colado (Fig. 1). Na verdade, as inúmeras rochas do grupo II que temos estudado, reflectem antes uma espécie de horror ao vazio nas rochas mais densamente gravadas, sendo todos os espaços sucessivamente recamados de figurinhas, quase sempre dos mesmos tipos.

As sobreposições são pouco significativas, havendo a registar algumas de cruciformes simples sobre pequenos círculos e semi-círculos. Este aspecto, conjugado com uma análise distributiva das superfícies historiadas, permite-nos, porém, concluir, que as gravuras da última fase são cruciformes de membros superiores e inferiores rectos, cruciformes simples e alguns raros de tipo *fi*, o que não deixa de ser importante, pois permite afirmar que há uma longa permanência dos modelos em *fi*. Igualmente, também as raras figuras mais naturalistas, como o grande antropomorfo da rocha 2, marginal na rocha e sem sobreposições, o par de podomorfos humanos da rocha 3, sobreposto a um círculo ou semi-círculo e, mesmo o cavaleiro montado (Fig. 6), todos picotados, pertencerão também a um momento avançado da estação.

Há assim, no Tripe, dois níveis de predominância temática, facto confirmado também pelas gravuras do vizinho Outeiro do Salto: num primeiro momento, predominância de círculos simples e semi-círculos,

com ou sem cóvinha central (estaria nestas figuras o único elo possível de ligação ao grupo I ou clássico, o que, apesar de tudo, julgo improvável); os tipos em *fi* ligam-se também a este momento, prolongando-se até ao segundo, caracterizado pela grande expansão das restantes formas antropomórficas esquemáticas e pelas figuras de cariz mais naturalista.

2.3. AS GRAVURAS FILIFORMES

Este tipo de gravuras coloca, desde logo, um problema: representam um novo grupo, «sobreposto» geográfica e cronologicamente ao nosso grupo II do NW, ou serão antes o reflexo de um sub-grupo estilístico de um qualquer dos outros grupos? Porém, as suas condições de jazida e a técnica de gravação, só possível em xistos, afastam-na de ambos os grupos mencionados atrás. Também a tipologia das suas figuras é diferente, havendo um caso único, no Vale da Casa, em que é possível detectar influências do grupo II, na gravação de duas figuras em *fi*.

Até agora muito pouco representativas na arte rupestre Ibérica, as gravuras obtidas pela incisão de um traço contínuo, muito ou pouco fino (filiformes, ou, seg. Santos Júnior, litotrípticas), apenas eram bem conhecidas na Pedra Letreira (Góis) e na Pedra Escrita de Ridevides (Vilariça), ambas objecto de duas monografias (NUNES *et alii*, 1959 e SANTOS JÚNIOR, 1963, respectivamente), e estas últimas com a particularidade de terem alguns filiformes sobrepostos por picotagens de tipos cruciformes e em U («ferraduras»). S. Júnior catalogou também figuras litotrípticas ou filiformes no Poço da Moura (Vilariça) e na Pena Escrita ou Fraga dos Fusos (Sortes), todas no distrito de Bragança (SANTOS JÚNIOR, 1940, 367), tendo anteriormente estas últimas sido reveladas em singelos desenhos pelo Abade de Baçal (ALVES, 1934, 658-9).

S. Júnior atribuiu então uma cronologia neolítica a Ridevides e ao Poço da Moura (SANTOS JÚNIOR, 1940, 367), classificação que ampliou posteriormente, agregando-lhe as recentes descobertas de Molelinhos (Tondela) e de Puerto del Gamo (Cáceres), integrando-as num «mesmo ciclo cultural que . . . , dum modo geral, podemos classificar como neo-eneolíticas» (SANTOS JÚNIOR, 1963, 141). Esta cronologia assentava apenas nas gravações de pretensas pontas de seta triangulares, na sua maioria de base recta (Ridevides), onde igualmente apareciam sulcos mais fundos que lembraram ao autor «afiadores de machados neolíticos» (SANTOS JÚNIOR, 1963, 131). Na Pedra Letreira, de Góis, Castro Nunes e seus colaboradores pretenderam igualmente isolar algumas armas líticas, nomeadamente 2 alabardas de sílex (triângulos maiores) e pontas de seta (triângulos menores), um indicúvel arco e seta e 2 hipotéticos escutiformes (NUNES *et alii*, 1959). Também aqui se classificaram pretensos idoliformes (termo vago, quando aplicável a gravuras pouco precisas, como é o caso), que eram aproximáveis a um muito hipotético tipo idêntico de Ridevides, que o próprio S. Júnior rejeitou, e ao conhecido idoliforme ou escutiforme de Conjo. De Molelinhos não existem desenhos de conjunto publicados, excepto um pouco claro esboço de Anati (1968, 75). Russel Cortez, que, em 1955, revelou muito sumariamente a estação, considerou as suas gravuras com uma cronologia entre o Bronze I e II, comparando-as, pouco criteriosamente, com Mont Bégo, onde efectivamente existem inúmeros filiformes (CORTEZ, 1955, 93). Anati, através das armas gravadas em Molelinhos, que tipificou como punhais, lanças, facas curvas, alabardas e foices, considera-a da média e tardia Id. do Bronze, ligando-a ao «ciclo galaico-português» e classificando-a como a sua rocha «mais tardia e mais a sul atribuível ao grupo dos ídolos e punhais» (ANATI, 1968, 78-79).

A presença desta técnica de gravação em muito poucas rochas, levou Anati a considerar que aquela teria sido «gradualmente abandonada» (ANATI, 1968, 79). Uma posição cómoda, que não atendia igualmente às diferenças de estilo, de tipos e até da própria distribuição geográfica das diversas rochas historiadas. Estas razões e a sistematização, que temos em curso, das gravuras do Vale da Casa (a que aludiremos seguidamente), são argumentos muito fortes que inviabilizam a integração plena destas rochas nos clássicos ciclos galaico-portugueses, pelo menos sem um conhecimento mais ponderado das origens deste tipo de gravuras e das suas manchas de influência. E, aqui, é bom não esquecermos que estas incisões só aparecem em xistos, estando totalmente ausentes entre os milhares de gravuras da Arte do Vale do Tejo, toda ela em xistos.

A descoberta do Vale da Casa, sem dúvida a mais notável estação de gravuras filiformes até hoje conhecida no Noroeste, vem lançar uma nova luz sobre estes motivos e, sintomaticamente, acentuar de forma decisiva o seu carácter heterogéneo.

2.3.1. O COMPLEXO DO VALE DA CASA (VILA NOVA DE FOZ CÔA) (Figs. 9-10-11)

Uma equipa da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho descobria, em meados de 1982, na margem esquerda do rio Douro, menos de 5 km para montante da barragem do Pocinho, então em fase

de acabamento, as primeiras 5 rochas gravadas. Perante a ameaça do encerramento da barragem, realizámos, com o apoio do I.P.P.C., uma imediata campanha de levantamento das rochas historiadas. Estes trabalhos, realizados em Outubro seguinte, permitiram o inventário e estudo de 23 rochas gravadas, 2 das quais apenas com traços modernos ⁽⁵⁾.

Com uma implantação topográfica em tudo idêntica às grandes estações litostíticas do Vale do Tejo (e igualmente ameaçadas por uma barragem), as gravuras do Vale da Casa estão disseminadas pelas lisas plataformas dos bancos xisto-grauváquicos rompidos pelas águas do rio Douro e que, no local, se inscrevem num vasto *plateau*, onde o banco pétreo se alargou consideravelmente. Neste *plateau* seria então também identificada e parcialmente escavada, uma necrópole de cistas, cobertas por pequenas mamoadas de pedras, o que, aparentemente, dava um importantíssimo enquadramento cultural às gravuras.

Para além das 23 rochas estudadas, muitas outras deveriam estar historiadas, mas o elevado curso do rio não nos permitiu o seu estudo atempado, pois a barragem encerraria as suas comportas logo em Janeiro seguinte. A importância das gravuras estudadas é, no entanto, relevante e, particularmente as da rocha 10 (Fig. 9), um pequeno mas espantoso painel de motivos sobrepostos, justifica que nos detenhamos, desde já, sobre este complexo ⁽⁶⁾.

No Vale da Casa há três tipos diferentes de técnicas de execução: 1) as predominantes, de traço contínuo fino, cuja largura pode variar entre 1/4 de mm e 3 mm; 2) as obtidas por fricção, mas com traço mais grosso e fundo e afilado nos extremos; 3) e, finalmente, as picotadas ou litostíticas, mais raras. O tipo 1) pode ser obtido com pontas aceradas de sílex, quartzo ou ferro. Em corte, tem um negativo com um lado recto e outro subvertical ∇ . O tipo 2) é idêntico aos chamados «polidores neolíticos» de S. Júnior e tem agora bons paralelos em abrigos recentemente descobertos perto de Mogadouro (inf.^o, que agradecemos, do Dr. F. Sande Lemos). O tipo 3), idêntico às técnicas do Vale do Tejo, é uma lascagem subvertical, com picotagem directa, batida da direita para a esquerda. Concentradas na mesma estação, estas técnicas reflectem 2 fases cronológico-culturais distintas.

A tipologia das figuras filiformes, dominantes, abrange, pelo menos, 5 tipos distintos: antropomorfos, zoomorfos, armas, geométricos ou abstractos e alfabetiformes (uma inscrição).

Os antropomorfos dominantes são de um tipo até agora desconhecido no NW. Concentram-se quase todos na r. 10 (Fig. 9). Com pequenas cabeças circulares e sem qualquer outro traço facial, braços e pernas assinalados por linhas paralelas que lhes dão a sensação de volume, os membros inferiores, alguns decorados junto aos joelhos por 2 tracinhos paralelos, prolongam-se até meio do tronco. Com pés marcados, as extremidades dos braços terminam como «dentes de serra», imitando os dedos. Dois têm na cabeça estranhos chapéus ou capacetes, que se assemelham a turbantes: uma forma subcircular que envolve toda a cabeça, encimada por um pequeno semi-círculo. Dois outros seguram armas: um pequeno arco e uma espada, curva na extremidade.

As figuras zoomórficas são predominantemente cavalos, largas dezenas só na r. 10 (Fig. 9), e muitos outros espalhados pelas rochas vizinhas, que vão desde os tipos mais naturalistas, com larga cauda, estriada na extremidade, até à simples gravação da sinuosa linha cérvico-dorsal, sem qualquer outro atributo ou complemento anatómico. Fenómeno curioso, que regista no final dos tempos pré-históricos, um insólito regresso ao estilo das origens da Arte. É, com efeito, nestas linhas cérvico-dorsais sinuosas e adaptáveis a várias espécies, que no Aurignacense se tacteiam as primeiras formas zoomórficas, tão profundamente marcantes na arte do Paleolítico Superior (LEROI-GOURHAN, 1982, 81-83). Aqui, elas pertencem à fase final da estação.

Quanto à concepção geral do estilo dos cavalos mais naturalistas, estes partem da gravação em perspectiva distorcida da parte posterior, através de um esquema idêntico em todos eles ∇ . Daqui arrancam depois as linhas cérvico-dorsal e do ventre, completadas pelas pernas anteriores e por pescoços longos e esbeltos, encimados por pequenas cabeças, um pouco à maneira Ibérica. Algumas figuras incompletas da r. 10, provam esta curiosa concepção estilística (Fig. 9, ao alto e em baixo, à esquerda).

Porém, na r. 15 (Fig. 10), um cavalo associado a um sinal rectangular estriado subverticalmente por uma infinidade de linhas paralelas, tem uma característica que vale a pena apontar. O pescoço é superiormente constituído por uma linha semicircular muito alteada, que lhe confere um aspecto pouco esbelto, linha que se continua em arco até às pernas anteriores, curtas e atarracadas. Um estilo, portanto, muito semelhante ao cavalo de Mazouco (um pouco a montante do Vale da Casa). Estando este cavalo da r. 15 num contexto claramente da Id. do Ferro, parece-nos assim, que, sem outro contexto ou paralelo local, muito dificilmente se poderá continuar a manter a cronologia paleolítica que foi sugerida para aquele

⁽⁵⁾ Esta campanha detectou também uma curiosa estação com gravuras da Idade Moderna, picotadas junto à foz do rio Côa, com motivos datáveis entre os sécs. XVIII-XX. Para o bom resultado de todos estes trabalhos, concorreu o excelente apoio logístico que nos foi facultado pela E.D.P. e, também posteriormente, pela Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa, entidades a quem agradecemos vivamente.

⁽⁶⁾ A leitura deste capítulo referente ao Vale da Casa, ficará melhor complementada com a ilustração mais abundante publicada in BAPTISTA, 1983.

(JORGE *et alii*, 1981 e 1982). Aliás, não fossem as armas, as sobreposições e certos pormenores de conjunto nos inúmeros cavalos do Vale da Casa, e seria estilisticamente defensável para alguns (raros) deles, essa cronologia paleolítica. Por ex., para o belíssimo exemplar da r. 7, uma notável cabeça de crina esfiada. De qualquer forma, um alerta para o enganoso de atribuições cronológicas ou culturais baseadas em meros conceitos estilísticos, e uma prova mais de que estamos muito longe de uma sistematização da nossa arte pré-histórica.

Outros motivos zoomórficos gravados figuram cervídeos e canídeos. O melhor conjunto destas figuras está na cena da r. 23 (Fig. 11), onde um cavaleiro montado, segurando com a mão esquerda as rédeas do cavalo e erguendo um dardo com a direita, caça um disforme cervídeo, auxiliado por um grupo de cães de caudas afiladas e longos pescoços. Estes têm, ainda, a particularidade de apresentarem as patas em forma de «pés de galinha». Ao lado desta cena e manifestamente a ela associada, surge uma inscrição, com caracteres que lembram os Ibéricos.

As armas identificáveis no Vale da Casa concentram-se quase todas nas rochas 6 e 10. São modelos atribuíveis, na sua generalidade, à Id. do Ferro. São elas: falcatas (2 das quais embainhadas na r. 6), dardos ou armas de arremesso, lanças, algumas de compridíssimos cabos e outras só gravadas as lâminas (uma destas estrangulada a meio), arcos e setas, uma espada ou machete de comprida lâmina e alguns possíveis escudos, um redondo e outros rectangulares. Uma panóplia variada de armas, que nos permite datar, com alguma segurança, pelo menos a fase filiforme do complexo, a mais importante, como pertencendo certamente à Idade do Ferro.

Entretanto, as figuras geométricas são raras e pouco significativas, pouco mais havendo a registar além do rectângulo citado da r. 15 (Fig. 10) e de alguns traços e linhas. Registe-se, por fim, a inscrição, também citada, da r. 23 (Fig. 11).

A r. 10 (Fig. 9), a mais importante do complexo, não só pela qualidade e tipos das suas gravuras, mas, acima de tudo, pelas suas sobreposições, fornece-nos uma ideia clara da evolução dos tipos gravados e, comparativamente com as restantes rochas e sobreposições nestas evidenciadas, uma sistematização estilístico-cronológica do grupo filiforme. Assim, numa superfície que não chega a atingir 1 m², foram gravados c. de 2 centenas de motivos! As gravuras mais antigas, sobrepostas por todas as demais, são os estranhos antropomorfos, alguns mesmo de muito difícil detecção. Alguns cavalos poderão já pertencer a este primeiro momento. Entretanto, estes tipos antropomórficos não tornam a aparecer em quaisquer das outras rochas.

Ultrapassada esta tendência antropocêntrica inicial, abre-se um período de clara predominância zoomórfica, em que se grava uma infinidade de cavalos, com a característica inédita do estilo (ou técnica) da perspectiva distorcida das zonas posteriores. Não há cenas. As figuras parece sobrepor-se anarquicamente, preenchendo todos os espaços, livres ou não, da rocha.

Finalmente, continuando-se ainda e sempre a gravação de cavalos, insculpem-se as armas. Paralelamente, a gravação dos cavalos limita-se agora ao desenho singular da linha cérvico-dorsal. Não fora a evolução tipológica tão clara destes motivos e dificilmente se poderiam considerar estas linhas sinuosas como estilizações de cavalos (conf. p. anterior). Entretanto, as sobreposições indicam-nos que as primeiras armas gravadas foram um pequeno arco, a longa espada ou machete e dois possíveis escudos (reticulados). O último momento de gravação da r. 10 é assinalado pelas lanças e dardos e, muito especialmente, por 4 grandes falcatas, as armas maiores e mais profundamente gravadas do painel. Estas, ocupando grande parte da superfície historiada, sobrepõem-se a todos os restantes motivos.

Nas restantes rochas da estação a evolução é semelhante, notando-se a ausência da 1.^a fase (antropomorfos), e a presença de algumas raras figuras muito posteriores, como duas estrelas de cinco pontas, ainda pouco patinadas.

Menos representativas e devendo pertencer a uma fase ou mesmo a um grupo estilístico anterior, são as gravuras picotadas. Estas são predominantemente constituídas por tipos antropomórficos, quer esquemáticos de membros arqueados e tronco linear, a lembrarem alguns modelos da pintura esquemática, quer semi-esquemáticos, com longos corpos rectangulares e, na sua maioria, fálcos, como o belo conjunto da rocha 4. Outras figuras esquemáticas, como os três exemplares únicos da rocha 11, integram-se numa categoria zoomórfica, devendo representar estilizações de bóvidos (BAPTISTA, 1983, Fig. 16). São os primeiros bucrânios inventariados no Norte de Portugal.

Entretanto, um outro leque de motivos, como pequenos círculos isolados a lembrarem idênticas formas da Arte do Tejo, completam a tipologia das picotagens da estação, mas o conjunto das gravuras do Vale da Casa afasta-se de qualquer das fases estilísticas do nosso mais importante complexo inscultórico (BAPTISTA *et alii*, 1978; BAPTISTA, 1981 b), sendo difícil, neste pequeno grupo de picotados, detectar qualquer influência ou contacto seguro. O estilo, os tipos e a técnica afastam-nos igualmente da gramática figurativa filiforme atrás enunciada. Cremos que os picotados do Vale da Casa, na sua maioria, devem pertencer a um momento anterior à Id. do Ferro, possivelmente a um estágio indeterminado da Id. do Bronze. Poderá também ser esta a fase a que estão ligadas as gravuras do tipo 2, os hipotéticos «afiado-

res». Poderá esta fase conotar-se com o grupo humano que implantou a necrópole de cistas no mesmo local das gravuras? Uma das cistas escavadas deu materiais de tipologia Calcolítica ou do Bronze Antigo. A publicação destas escavações aclarará, porém, melhor este ponto.

3. O SÍMBOLO E O RESTO

Esta “digressão” muito sumariada pela arte do NW, provando, segundo cremos, o seu carácter heterogéneo, traz igualmente alguns dados novos a esta arrastada problemática. À guisa de conclusão e ultrapassando em muito o limite do texto que nos fora solicitado, do que nos penitenciamos, será talvez ainda pertinente enumerar algumas das principais interrogações que a sua leitura poderá suscitar:

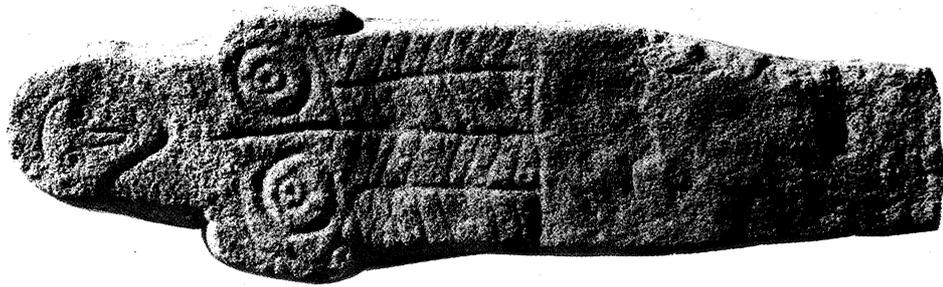
- a) Poder-se-á continuar a manter a tese de um longo ciclo no NW, frente a grupos inscultóricos e pictóricos tão diferenciados nas suas tradições, influências e mesmo zonas de expansão tão díspares?
- b) Não virá a descoberta de novos abrigos pintados no Leste transmontano e a sistematização de estações como o Gião e o Tripe, entre outras, fornecer os elementos necessários para uma melhor compreensão das origens ou influências meridionais das gravuras do nosso grupo II?
- c) Poder-se-á ainda continuar a sustentar, como o vem fazendo toda uma arqueologia de base livresca, a tese de que *todos* os cruciformes são medievais ou modernos, quando, pelo menos no N. de Portugal, estações como o Gião, o Tripe, o Outeiro do Salto . . . provam a sua originalidade a partir de tipos antropomórficos imediatamente anteriores?
- d) O ciclo filiforme, nitidamente tardio no Vale da Casa e, até agora, apenas identificado nas zonas mais interiores a Ocidente da Meseta, reflectindo uma grande heterogeneidade nas poucas estações conhecidas, poderá assinalar um grupo paralelo, mas coevo, no nosso grupo II? Se atribuível nos seus inícios a um Bronze Médio, poderá continuar a manter-se uma cronologia tão recuada, como a proposta por S. Júnior e C. Nunes e seus colaboradores, respectivamente para Ridevides e Pedra Letreira, frente à fragilidade das provas por si aduzidas?
- e) Finalmente, um último aspecto, não focado neste trabalho, qual a influência do megalitismo (ou dos megalitismos) na génese ou desenvolvimento dos grupos do Noroeste? Aspecto particularmente importante, a pesquisar em futuros trabalhos, pois será talvez aqui que tradição e invenção mais se confrontam.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ALVES, P.º F. M., (1934), *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança*, IX, Porto.
- ANATI, E., (1964), The rock-carvings of «Pedra das Ferraduras» at Fentans (Pontevedra), *Homenaje al Abate Henri Breuil*, I, Barcelona, págs. 123-132.
- ANATI, E. (1968), *Arte rupestre nelle Regioni occidentali della Penisola Iberica*, Ed. del Centro, Capo di Ponte.
- BAPTISTA, A. M., (1980), Introdução ao estudo da arte pré-histórica do Noroeste Peninsular. I. Gravuras rupestres do Gião, *Mínia*, 2.ª Série, N.º 4, Braga, págs. 80-100.
- BAPTISTA, A. M., (1981 a), A Arte do Gião, *Arqueologia*, 3, Porto, págs. 56-66.
- BAPTISTA, A. M., (1981 b), *A rocha F-155 e a Origem da Arte do Vale do Tejo*, Monografias Arqueológicas, 1, Ed. do GEAP, Porto.
- BAPTISTA, A. M., (1981 c), O complexo de gravuras rupestres da Bouça do Colado (Parada-Lindoso), *Giesta*, I (4), Braga, págs. 6-16.
- BAPTISTA, A. M., (1982), A estátua-menir feminina da Ermida (Ponte da Barca), *Arqueologia*, 5, Porto, págs. 67-69.
- BAPTISTA, A. M., (1983), O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa), *Arqueologia*, 8, Porto, págs. 57-69.
- BAPTISTA, A. M., (1984), A Estátua-Menir da Ermida (Ponte da Barca), *O Arqueólogo Português*, Série IV, VOL. II, Lisboa (no prelo).
- BAPTISTA, A. M., M. M. Martins e E. C. Serrão, (1978), Felskunst im Tejo-Tal — S. Simão (Nisa, Portalegre), Portugal, *Madrider Mitteilungen*, 19, págs. 89-111.
- BLÁZQUEZ, J. M., F. Presedo, F. Javier Lomas e J. Fernández Nieto, (1980), *Historia de España Antigua, I, Protohistoria*, Ed. Cátedra, Madrid.
- BREUIL, H. (1921), Les Petroglyphes d'Irlande, Sep.ª de *Rev. Archéologique*.
- BREUIL, H., (1933), *Les Peintures Rupestres Schématisques de la Péninsule Ibérique, III, Sierra Morena*, Impr. de Lagny.
- CABRÉ AGUILO, J., (1916), *Arte rupestre gallego-português (Eira dos Mouros y Cachão da Rapa)*, Mem. da Soc. Port. de Ciências Naturais, II, Lisboa.
- CORTEZ, F. Russell, (1955), Contribución al estudio de la Protohistoria de los «Lusitani» (Entre el Duero y el Tajo), *Archivo Español de Arqueología XXVIII, N.º 91*, 1.º Semestre, Madrid, págs. 90-101.
- CUNHA, Ana M. C. Leite da e E. Jorge L. da Silva, (1980), Gravuras rupestres do concelho de Valença [Monte de Fortes (Tajão), Tapada de Ozão e Monte da Laje], *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, II, Guimarães, págs. 121-131.
- FERRO COUSELO, J., (1952), *Los Petroglifos de Término y las Insulturas Rupestres de Galicia*, Orense.
- FORTES, J., (1907), La Spirale Préhistorique et autres signes gravés sur pierre, *Rev. Préhistorique*, 1.º Année (1906), 10, Paris, Sep.ª de 16 págs.
- GARCÍA ALÉN, A. e A. de la Peña Santos, (1980), *Grabados rupestres de la provincia de Pontevedra*, Ed. da Fundación «Pedro Barrié de la Maza, Conde de Fenosa», Pontevedra.

- GIRÃO, A., (1925), Arte rupestre em Portugal (Beira Alta), *Biblos*, I (3), págs. 81-95.
- JORGE, S. O., V. O. Jorge, C. A. F. de Almeida, M. J. Sanches e M. T. Soeiro, (1981), Gravuras rupestres de Mazouco, *Arqueologia*, 3, Porto, págs. 3-12.
- JORGE, S. O., V. O. Jorge, C. A. F. de Almeida, M. J. Sanches e M. T. Soeiro, (1982), Descoberta de gravuras rupestres em Mazouco, Freixo de Espada-à-Cinta (Portugal), *Zephyrus*, XXXIV-XXXV, Salamanca, págs. 65-70.
- JORGE, V. O., (1982), Gravuras Portuguesas, *Col. Intern. sobre Arte Esque. de la Pen. Ibérica*, Ponencia V, Salamanca, 20 págs.
- LEROI-GOURHAN, A., (1971), *Les Religions de la Préhistoire (Paléolithique)*, Paris, P.U.F., 2.^a Ed., 154 págs.
- LEROI-GOURHAN, A., (1982), *Les Racines du Monde. Entretien avec Claude-Henri Rocquet*, Pierre Belfond Ed., Paris, 300 págs.
- LÓPEZ CUEVILLAS, F., (1943), Las insculturas del Outeiro da Cruz, *Bol. del Museo Arq.^o Prov. de Orense*, I, págs. 95-101.
- MacWHITE, E., (1951), *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*, Madrid.
- MALLO VIESGA, M. e M. Perez-Perez, (1971), Pinturas rupestres esquemáticas en Fresnedo Teverga (Astúrias). Avance a su estudio, *Zephyrus*, XXI-XXII (1970-1971), Salamanca, págs. 105-138.
- NUNES, J. de Castro, A. N. Pereira e A. Melão Barros, (1959), *A Pedra Letreira*, Publ. do Museu da Câmara Municipal de Góis, Góis.
- PEÑA SANTOS, A. de la, (1976), Antropomorfos en el Arte Rupestre Prehistorico Gallego, *El Museo de Pontevedra*, XXX, págs. 143-175.
- PEÑA SANTOS, A. de la e J. M. Vázquez Varela, (1979), *Los Petroglifos Gallegos*, Ed. do Castro, La Coruña.
- SANTOS JÚNIOR, J. R., (1940), Arte Rupestre, *Congr. do Mundo Português*, I, Lisboa, págs. 327-376, 18 Ests.
- SANTOS JÚNIOR, J. R., (1963), As gravuras litotripticas de Ridevides (Vilarica), *Trab. de Antr. e Etnologia*, XX (2), Porto, págs. 111-144, 18 Ests.
- SILVA, C. T. da (1980), As gravuras rupestres de Lufinha. Dois motivos labirínticos da região de Viseu, *Actas do I Sem. Arq. do NW Pen.*, II, págs. 155-169.
- SOBRINO LORENZO-RUZA, R., (1952), Origen de los Petroglifos Gallego-Atlánticos, *Zephyrus*, III, págs. 125-149.
- SOBRINO LORENZO-RUZA, R., (1955), Datos para el estudio de los petroglifos de tipo atlántico, *Actas do III Congr. Arq. Nac.*, Zaragoza, págs. 223-260.
- SOBRINO LORENZO-RUZA, R., (1956), Bosquejo para un estudio de los petroglifos Portugueses, *Caesaraugusta*, 7-8, Zaragoza, págs. 49-65.
- SOUTO, A., (1932), Arte rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga). As insculturas da serra de Cambra e de Sever e a expansão das combinações circulares e espiralóides no noroeste peninsular, *Trab. da Soc. Port. de Antr. e Etnologia*, V (4), Porto, Sep.^a de 16 págs.
- VASCONCELOS, J. Leite de, (1910), Esculturas pré-históricas do Museu Etnológico Português, *O Archeólogo Português*, XV, Lisboa, págs. 31-39.

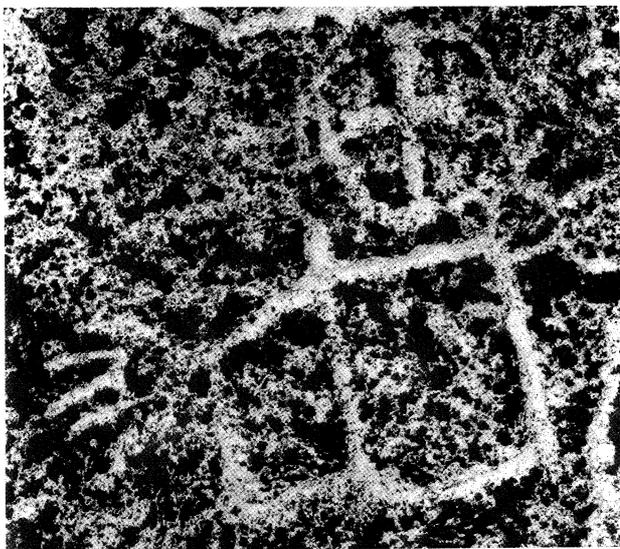
Braga, Agosto/Setembro 1983



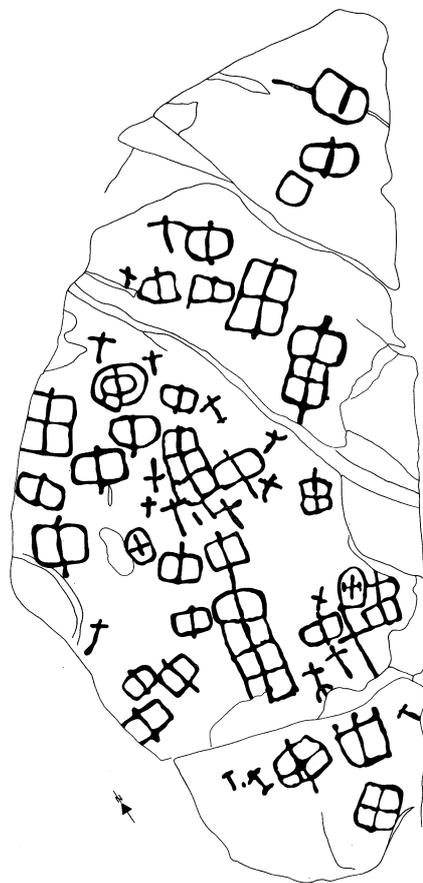
Estátua-Menir feminina da Ermida (Ponte da Barca). Gravada apenas no anverso, apresenta, para além de um expressivo rosto, com olhos, arcadas supraciliares, nariz, boca e orelhas (o que é raro), enquadrados em largo traço facial, dois seios concebidos segundo o estilo e técnica de gravação do grupo I do Noroeste, ambos através de dois círculos concêntricos com cóvina central. Os ombros, alteados em alto relevo, acentuam a expressividade antropomórfica do monumento, cuja conceptualização geral, paralelizada com o idólicone central da Fig. anterior, nos parece evidente.



Desenho planimétrico da rocha 1 da Bouça do Colado (Lindoso, Ponte da Barca). De notar o lugar central do idólicone, à volta do qual se distribuem os restantes motivos, um expressivo conjunto que evidencia uma intencional organização ou «arquitetura do espaço» em forma de «composição monumental». (As linhas perpendiculares, tracejadas a vermelho, assinalam os eixos maior e menor da plataforma superior, delimitada igualmente na mesma cor).



1



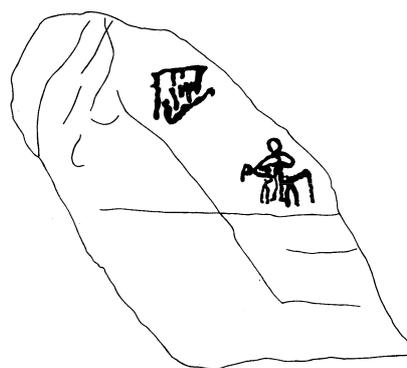
2

Gião 1
Rocha 15
0 30cm



3

0 30cm



4

0 30cm

1 — Gião (Arcos de Valdevez). Pormenor da rocha grande (17), onde é perceptível uma figura antropomórfica de tipo *fi*, com mão direita naturalisticamente marcada pela palma e cinco dedos. Para além de outras provas, há muito evidenciadas por Breuil, para a caracterização antropomórfica dos motivos em *fi* e seus derivados, esta gravura, com um atributo anatómico tão claro, é suficientemente esclarecedora, acentuando essa riquíssima variante tipológica dos antropomorfos em *fi*, cujas estilizações podem atingir formas altamente abstractas.

2 — Gião, Rocha 15. Predominância de reticulados e *fis*, uma constante nesta estação. Ao centro, dois, cruciformes sobrepõem-se a traços da retícula.

3 — Tripe (Mairos, Chaves). Rocha 1. De notar a distribuição aleatória das figuras, preenchendo todos os espaços vazios da superfície granítica.

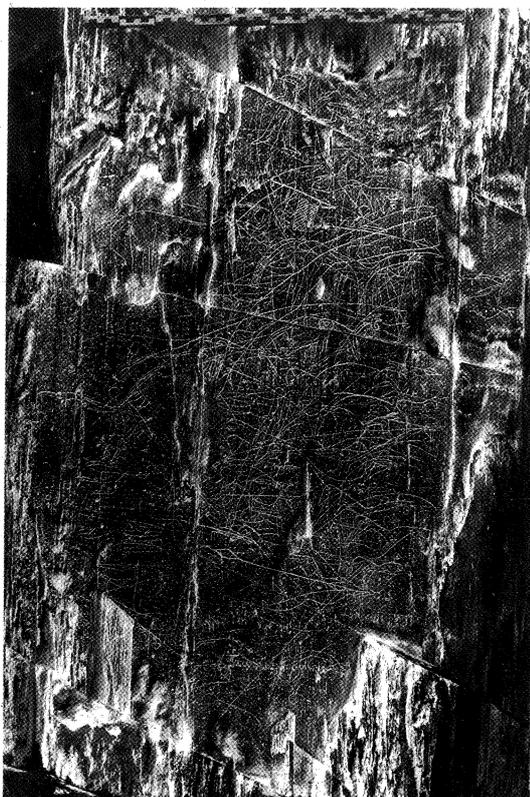
4 — Tripe, Rocha 13. Neste conjunto, de traços muito gastos, destaca-se a única figura montada da estação, um tema compositivo raro nas gravuras do grupo II. De notar o convencionalismo dos braços e tronco do cavaleiro, esquematizados como nas figuras em *fi*, comuns na estação.



1



2

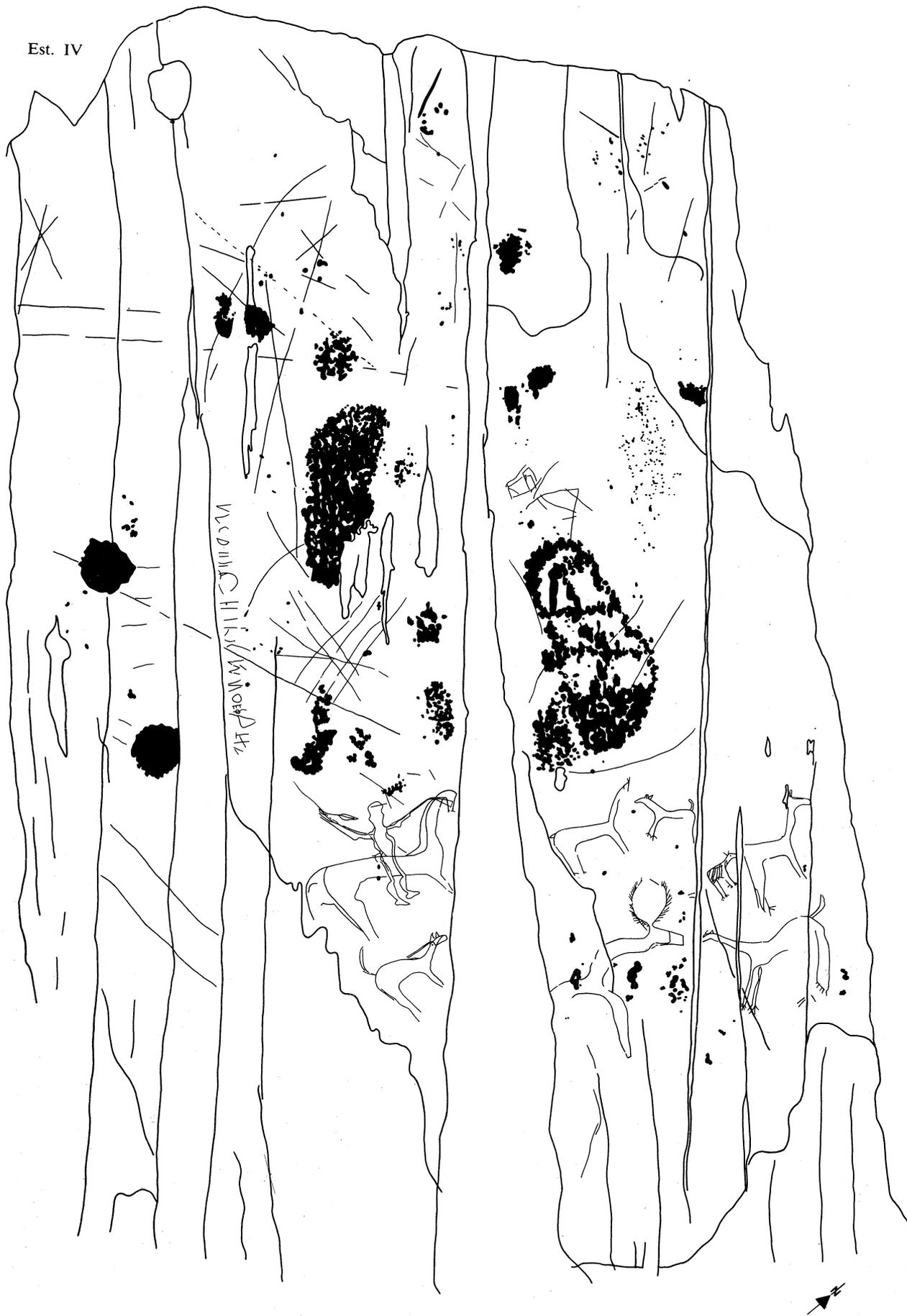


3



4

- 1 — Tripe, Rocha 24. Figura de tipo *fi*, cujos atributos na zona superior da cabeça (toucado?) se poderão relacionar com idênticos motivos da pintura esquemática.
- 2 — Tripe, Rocha 6. Um dos mais sugestivos painéis com várias combinações antropomórficas de tipo *fi*.
- 3 — Vale da Casa (Vila Nova de Foz Coa). Rocha 10. A desmontagem das sobreposições desta notável superfície historiada, permitiu compreender a evolução da fase filiforme do complexo. Note-se a predominância das figuras de cavalos e a grande profusão de linhas cérico-dorsais simples, especialmente a meio da rocha. As armas, nomeadamente as grandes falcatas, da metade superior do painel, representam a fase final de gravação.
- 4 — Vale da Casa. Rocha 15. Ao alto, um cavalo, cujo estilo arcaico, se liga, não obstante, à Idade do Ferro.



VALE DA CASA
Rocha 23

0 15cm

Vale da Casa, Rocha 23. Grande painel com gravuras de técnica filiforme e picotagens. Estas, figuram 2 podomorfos humanos, um dos quais segmentado. A parte inferior da rocha contém, no entanto, a mais sugestiva cena descoberta em toda a estação, com uma movimentada cena de caça ao veado, onde intervêm um cavaleiro, de dardo no ar, e vários cães. Lateralmente, uma inscrição em caracteres de tipo Ibérico, poderá também estar relacionada com esta cena.

(Fotografias do autor. Redução dos desenhos de Ana Pinto).

LA INVESTIGACIÓN DEL ARTE RUPESTRE EN GALICIA: ESTADO ACTUAL Y PERSPECTIVAS DE FUTURO

*Antonio de la Peña Santos **

I — *Introducción*

Durante el último decenio, y de forma más acusada a partir del año 1975, la investigación del arte rupestre al aire libre en Galicia ha evidenciado un indudable impulso. El trabajo desarrollado por instituciones como el Instituto de Estudios Galegos «Padre Sarmiento», el Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Santiago de Compostela, el Museo Municipal de Vigo y, sobre todo, la inmensa labor de catalogación y estudio de yacimientos desempeñada por el Museo de Pontevedra, cristalizó con la aparición de un reducido pero activo grupo de investigadores que, a través de una adecuada metodología de trabajo, fueron desarrollando paso a paso una nueva visión de este foco de arte rupestre al aire libre que desde un principio chocó frontalmente con los postulados de E. Anati (1964, 1966-67, 1968, a y b), hasta entonces tenidos casi como dogmas de fé, y recogiendo para todo ello las teorías de los dos más grandes investigadores que ha tenido en Galicia el arte rupestre: Ramón Sobrino Buhigas (1935) y su hijo, Ramón Sobrino Lorenzo-Ruza (1952, 1955, 1956, 1957).

II — *Génesis*

La investigación más reciente se abre con un magnífico estudio de C. G. Borgna (1973) en el que, tomando como referencia los petroglifos de la zona de Fentáns (Pontevedra), llega a una conclusión de gran transcendencia: la zona más adecuada de la superficie rocosa para recibir los grabados es la central; por lo tanto, es en ella donde debemos buscar los temas más antiguos. Con esta simple definición de estratigrafía horizontal asesta un duro golpe a las teorías de Anati, al comprobarse que la zona central de la mayoría de los complejos rupestres está ocupada por las combinaciones de círculos concéntricos, situándose los cérvidos en posición marginal. Según ello, las figuras más antiguas serían los círculos, y las más modernas los cérvidos, justo todo lo contrario a lo mantenido por E. Anati. Es la primera prueba evidente de la poca consistencia de las teorías mantenidas por este investigador.

Hasta 1975 no vuelven a documentarse estudios de interés. Es en este año cuando M. C. García Martínez (1975) comienza a incidir en el tema de las asociaciones entre figuras tenidas hasta entonces como diacrónicas. Sin romper frontalmente con Anati, pone las bases de una metodología que será aplicada ese mismo año por nosotros (Peña Santos, 1975) en el estudio del complejo rupestre de Pinal do Rei (Cangas, Pontevedra), donde afirmamos ya que, al menos en este complejo, combinaciones circulares y figuras de cérvidos son sincrónicas. Al tiempo, hemos de anotar la aparición ese mismo año de dos artículos de J. M. Vázquez Varela que aportarán nuevos datos a la incipiente investigación. En el primero de ellos (Vázquez Varela, 1975 a) estudia en profundidad las representaciones de cérvidos incidiendo en el tema de las asociaciones, superposiciones y composiciones, apuntando por primera vez para ellos una cronología coincidente con la Edad del Bronce. En el segundo de los artículos (Vázquez Varela, 1975 b) analiza las escenas de equitación conocidas en aquel momento, asignándoles una cronología de finales de la Edad del Bronce.

En 1976, la línea de investigación iniciada el año anterior cristalizará en dos artículos en los que se intentará demostrar, siguiendo métodos muy diferentes, la sincronía de las figuras más representativas de nuestro arte rupestre. Cabaleiro Manzanedo y otros (1976), a través de un estudio matemático, y nosotros mismos (Peña Santos, 1976 a), por métodos tradicionales, llegamos a la misma conclusión. Otro artículo aparecido ese mismo año (Peña Santos, 1976 b) presenta un intento de análisis socioeconómico a través del estudio de la figura humana.

Los años siguientes suponen una pausa. Así llegamos a 1979, año clave en muchos aspectos y en el que ve la luz una serie de obras de compendio. Tras un intento de clasificación tipológica (Peña Santos,

* Museu de Pontevedra.

1979 a) que sirviese para actualizar la desfasada tipología de Cuevillas (1951), la aparición de la síntesis elaborada por J. M. Vázquez Varela y nosotros mismos (Peña Santos y Vázquez Varela, 1979) servirá para ordenar en un solo volumen los datos obtenidos en la investigación precedente. En este libro se analiza de forma global el foco de arte rupestre gallego al aire libre, estudiando los temas en él representados tanto de manera aislada como en conjunto. Al final, entre otras, se llega a formular una hipótesis de trabajo en la que se desliga el arte rupestre al aire libre del mundo megalítico. Se trataría, por lo tanto, de un fenómeno característico de la Edad del Bronce. Resúmenes posteriores de lo expuesto en el libro a que hacemos mención, con la inclusión de nuevos datos, son publicados ese mismo año (Peña Santos, 1979, b y c), que se cierra con otros dos artículos nuestros; en el primero (Peña Santos, 1979, d) se realiza un estudio estadístico de la frecuencia con que aparecen representados sobre cada roca los diseños característicos de este grupo de arte rupestre. A través de ello se pone en evidencia la existencia de una reducida gama de figuras que integrarían el llamado grupo «clásico» o característico de nuestros grabados: cazoletas, combinaciones circulares y cérvidos, mientras que otros temas ofrecen un marcado carácter intrusivo y un origen foráneo: laberintos, esvásticas, «paletas», etc. En otro estudio, esta vez sobre un único complejo rupestre, el de Conxo (Santiago de Compostela), se analiza una serie muy amplia y completa de armas de la Antigua Edad del Bronce, entre las que destacan varias espadas que demuestran la presencia en nuestra zona de elementos de la Cultura de Wessex poco documentados desde el punto de vista arqueológico (Peña Santos, 1979, e).

En 1980 proseguirá la fructífera tónica del año anterior. En una comunicación al Seminario de Arqueología do Noroeste celebrado en Guimarães (Peña Santos, 1980, a) desarrollamos un minucioso análisis cronológico del repertorio figurativo de nuestros grabados rupestres, confirmando plenamente su adscripción a la Edad del Bronce. Una síntesis global y actualizada se presentó al Simposio de Arte Rupestre de Madrid (Peña Santos, 1980, b), al tiempo que se revisó el tema de las representaciones de armas, concretamente las alabardas (Peña Santos, 1980, c y d), elementos preciosos para una datación relativa de los complejos en los que aparecen representadas. Por su parte, C. G. Borgna (1980), en una ilustrativa síntesis del arte rupestre postpaleolítico en Europa Occidental, revisa y completa sus anteriores postulados con el aporte de nuevos e interesantes datos. Se cierra el año con la aparición del catálogo de los grabados rupestres de la provincia de Pontevedra (García Alén y Peña Santos, 1980), en el que se describen y analizan conjuntamente más de quinientas estaciones rupestres, fruto de una paciente labor de catalogación de campo y trabajo de gabinete que todavía continúa.

A partir de 1981 la investigación se traza nuevos derroteros, de los que hablaremos en el capítulo correspondiente. Tan solo mencionaremos los estudios temáticos sobre figuras laberínticas (Peña Santos, 1981 y 1982, a) y antropomorfos (Peña Santos, 1982, b), así como la catalogación de más de doscientos grupos de grabados de la zona de Campolameiro (Pontevedra), tesis de licenciatura de Antonio Álvarez Núñez, lamentablemente inédita.

III — Estado actual

A través de los estudios realizados hasta la fecha, nuestros conocimientos sobre el foco gallego de arte rupestre al aire libre se han visto lo suficientemente incrementados como para que estemos en condiciones de formular una serie de hipótesis de trabajo asentadas sobre bases argumentales debidamente comprobadas. De forma sintética este es el estado actual de nuestros conocimientos sobre el tema:

1 — *Distribución geográfica* — Un superficial análisis del mapa de distribución geográfica de nuestros grabados rupestres nos muestra, en primer lugar, el carácter eminentemente costero de estas manifestaciones artísticas, con una clara concentración en la provincia de Pontevedra, más concretamente en el valle medio del río Lérez (verdadero núcleo principal) y las márgenes de las rías de Pontevedra y Vigo, donde la densidad de estaciones rupestres es francamente notable. De todas formas, la cosa se complica un tanto si consideramos que los soportes habituales de estos grabados están constituidos por rocas graníticas de la variedad de dos micas, características de la zona noroccidental del macizo ibérico, y cuya dispersión coincide, a grandes rasgos, con la de los complejos rupestres. Este detalle plantea una interesante problemática en lo relativo a la delimitación *real* del área de influencia de los grabados rupestres galaico-portugueses, ya que al no haber sido localizados hasta el presente sobre otro tipo de soporte, junto a la evidente ausencia de una prospección sistemática en amplias zonas, puede venir a explicar en parte la existencia de esas lagunas que aparecen en el mapa. Sin embargo y pese a todo, la gran concentración de grabados en la zona costera de la provincia pontevedresa parece indicar, con toda seguridad, que el núcleo principal de este fenómeno se localiza en ese lugar.

2 — *Situación de los complejos* — Como consecuencia del detenido análisis que se ha efectuado de los complejos rupestres pontevedreses (García Alén y Peña Santos, 1980), se ha podido llegar a tener una

visión bastante clara de este aspecto. Es incuestionable que la inmensa mayoría de los conjuntos de rocas grabadas se emplaza en las laderas medias y bajas de los característicos «outeiros» graníticos típicos de nuestra zona; siempre con una situación dominante sobre los terrenos bajos donde por regla general circulan pequeños cursos de agua y donde todavía en la actualidad puede verse pacer a los caballos criados en régimen de libertad. Esta situación de los grabados nos hace pensar en un grupo social de economía pastoril en el que la caza no sería sino una mera actividad complementaria. En ningún caso ha podido evidenciarse una relación, directa o indirecta, de las superficies grabadas, o de los temas en ellas representados, con el curso solar.

3 — *Análisis técnico* — Generalmente, las discusiones sobre el sistema o sistemas empleados para grabar las figuras sobre la roca se han abordado desde tres puntos de vista bien diferentes: uno de ellos supone que los surcos serían trabajados mediante el paciente y continuado *frotamiento* de la superficie de la roca con un instrumento de piedra; otro punto de vista, más simple, se limita a suponer la existencia de una labor de *picado* con instrumental de punta fina y dura, mientras que la última teoría, de carácter eclético, considera la existencia de una primera labor de *picado* que luego se retocaría y puliría por *abrasión*.

En cualquiera de los tres casos, el material utilizado para el marcado de los surcos sigue siendo una incógnita, dado que los escasos intentos que se han hecho tendentes a la localización en las tierras próximas a los complejos rupestres de posibles restos de este instrumental no se han visto coronadas por el éxito.

Actualmente se suele considerar a los agentes erosivos como los principales causantes del aspecto suave y gastado de los surcos. El granito de dos micas es una roca dotada de una personalísima erosión, que combina la denudación o desprendimiento progresivo de los granos de mineral que la forman con la esfoliación en escamas o grandes placas de su superficie con los cambios bruscos de temperatura. La denudación ocasiona el aspecto gastado de los surcos, y ella misma, junto con la esfoliación, es la causa principal de la pérdida total o parcial de gran cantidad de figuras que aparentemente se nos antojarían inacabadas.

Es muy probable, por lo tanto, atendiendo a multitud de paralelos y a la lógica, que los grabados hayan sido hechos por *percusión* directa o indirecta, habiéndose encargado posteriormente la erosión, particularmente intensa en nuestra zona, de desgastar los surcos y borrar todo rastro de los hipotéticos golpes del puntero. A este respecto cabe señalar que la reciente excavación practicada en un complejo de grabados rupestres sepultado bajo más de un metro de tierras de aluvión en Campolameiro (Pontevedra) (Peña Santos, e/p), lo que favoreció su conservación, puso de manifiesto el sistema utilizado en ese caso concreto para grabar las figuras: la *percusión*, probablemente indirecta, con un instrumento apuntado. Este caso es, hoy por hoy, excepcional, pues la tierra no siempre protege los grabados; en ocasiones, por contra, actúa como abrasivo, desgastándolos en mayor intensidad que si estuvieran expuestos a la intemperie.

Todo lo dicho nos ayuda a delimitar dos grandes grupos de grabados muy diferentes entre sí, tanto tipológica como técnicamente. Por un lado, el gran grupo de diseños claramente prehistóricos que, como veremos posteriormente, comprende temas como parte de las cazoletas o puntos, combinaciones circulares, espirales, zoomorfos y antropomorfos seminaturalistas, laberintos, «paletas», esvásticas, cuadrados de ángulos suaves, etc., todos ellos caracterizados por lo altamente erosionado de sus surcos; y, por otro lado, una abigarrada serie de temas geométricos como cruciformes, alfabetiformes, pseudoantropomorfos, animales esquemáticos, «herraduras», cuadrados de esquinas vivas, etc., cuya modernidad está asegurada por lo escasamente desgastado de sus surcos como por el testimonio de la documentación histórica, que nos indica que la finalidad esencial de estas figuras fue la de delimitar jurisdicciones territoriales y/o santificar lugares paganos.

4 — *Tipología* — Dentro del conjunto de grabados prehistórico hemos de diferenciar dos grandes grupos, uno de carácter eminentemente geométrico y el otro esencialmente seminaturalista.

En el grupo geométrico es donde se localizan los temas de más frecuente aparición. Predominan en él las figuras de punto o cazoleta, que aparecen en la práctica totalidad de los complejos, tanto aisladas como complementando a otros motivos. Las combinaciones circulares son el tema más característico, con una enorme cantidad de variaciones sobre el mismo y asociándose frecuentemente a las escasas figuras en espiral. Interesantes por muchos motivos son las tres representaciones del laberinto tipo Mogor-Crossos localizadas hasta el momento. Cuadrados de esquinas suaves, muy relacionados con las combinaciones circulares, y diseños en zig-zag completan, a grandes rasgos, el repertorio esencial de los temas geométricos.

El grupo seminaturalista es de gran interés por la aparición en él de escenas de la vida natural. Predominan las figuras de cuadrúpedos, generalmente cérvidos, y algún que otro caballo de espesa cola; a veces se encuentran grabados figurando improntas de pezuñas y escasas representaciones de serpientes, la gran mayoría de estas muy posteriores, de la fase castreña. La figura humana aparece casi siempre formando escenas de caza, monta y, tal vez, pastoreo, evidenciando una clara evolución formal desde las más antiguas, de forma muy simple y estilizada, hasta las más modernas, de silueta dibujada por doble línea de contorno. Dentro de este grupo seminaturalista incluimos una serie de figuras de indudable interés cronológico: armas, diseños idoliformes, «paletas», etc. Las armas se reducen a representaciones de espadas, puñales, alabardas, escudos y un casco, todas ellas bien identificadas tanto desde el punto de vista tipológico como cronológico. Los diseños idoliformes recuerdan a los betilos y cilindros, al tiempo que las controvertidas «paletas» parecen entrever ciertos modelos de ídolos característicos del Mediterráneo Oriental. En resumen, un cuadro tipológico no muy rico en temas básicos pero de gran complejidad por la cantidad de variantes documentadas.

Los análisis estadísticos de aparición y asociación de motivos sobre cada roca efectuados tomando como referencia el inventario de la provincia de Pontevedra (García Alén y Peña Santos, 1980. Peña Santos, 1980 b), ponen de relieve la existencia de una serie de temas que podemos denominar «clásicos» o característicos de nuestros grabados. Serían las figuras de puntos o cazoletas, las combinaciones de círculos concéntricos y los cérvidos. El resto de la temática representada es meramente complementaria aunque significativa, y de esta, varios diseños son claramente intrusivos, de origen exterior, probablemente mediterráneo: laberintos, esvásticas y «paletas».

5 — *Cronología* — En este aspecto nos seguimos moviendo, por el momento, en el campo de las hipótesis pendientes de la deseada confirmación. Sabemos con toda seguridad que estas manifestaciones artísticas van desapareciendo progresivamente con el desarrollo de la cultura de los castros, si bien por el momento no están nada claro sus orígenes, que creemos habrá que buscar en una fase tardía de la cultura megalítica, cuyas escasas manifestaciones artísticas consisten en decoraciones parietales grabadas o pintadas que ofrecen muy pocos puntos de contacto con los grabados rupestres al aire libre, al reducirse en la práctica a líneas ondulantes o en zig-zag.

Ciertos temas ofrecen una cronología bastante precisa, tal es el caso de las representaciones de espadas o puñales, en todos los casos trasuntos de ejemplares de los primeros tiempos de la Edad del Bronce, lo mismo que las alabardas, al tiempo que dos representaciones de casco con cuernos nos llevarían a momentos tardíos de la misma Edad del Bronce. La opinión más en boga vincula las escenas de equitación a momentos finales de la Edad del Bronce, si bien recientes teorías postulan una datación mucho más temprana, coincidente con la propuesta para los diseños de ídolos-cilindro y betilos. Finalmente, las representaciones de laberintos tipo Mogor-Cnosos corresponderían a un momento avanzado de la Edad del Bronce.

El resto de los temas habrá que situarlos atendiendo a la frecuencia de aparición, su asociación o no con figuras datables, su posición con respecto a ellas, las posibles composiciones, etc.

Según lo dicho, y tras los análisis efectuados, podemos establecer como hipótesis de trabajo la localización temporal del grupo gallego de grabados rupestres al aire libre, dentro del amplio espacio creado entre la fase final de la Cultura Megalítica del noroeste peninsular y el desarrollo de la Cultura de los Castros, es decir, dentro de la Edad del Bronce. Del mismo modo, parece vislumbrarse la existencia de una fase de formación y desarrollo coincidente con la Antigua Edad del Bronce y un posterior y progresivo enriquecimiento temático provocado por la irrupción de una nueva temática, entre la que podemos destacar los laberintos tipo Mogor-Cnosos, esvásticas, «paletas» y diseños idoliformes, producto, con toda seguridad, del creciente intercambio con otras áreas culturales. La fase de decadencia está muy clara y coincide, como dijimos, con el desarrollo de la Cultura de los Castros.

6 — *Origen y significado* — Cualquier intento que se haga por abordar satisfactoriamente estos dos controvertidos aspectos creemos que dará nulos resultados mientras no varíe la precaria información de que disponemos en la actualidad. Por lo que respecta al origen del grupo gallego de arte rupestre al aire libre, la investigación actual se orienta hacia el establecimiento de posibles relaciones con otros focos de arte rupestre de características tipológicas y técnicas semejantes. En este sentido, es de destacar la gran afinidad que nuestros grabados manifiestan con respecto a los localizados en las Islas Británicas y Alpes suizos, concretamente en el caso de los diseños geométricos, de forma principal las combinaciones circulares y las espirales, lo que nos hace considerar detenidamente la idea de que los tres grupos tengan un origen común, sin que por el momento podamos dilucidar cuál es el foco emisor, caso de haberlo, y cuáles son los receptores, aunque parece claro que en las tres zonas se produjo una evolución diferente, destacando, por su fuerte personalidad, el grupo galaico-portugués.

En cuanto al posible significado, es algo que por el momento no podemos plantearnos. Como punto de partida sería necesario contar con una cronología perfectamente clara que nos pusiera ante un determi-

nado grupo social del que, en la actualidad, desconocemos todo o casi todo, y de ahí las dificultades con las que nos encontramos a la hora de afrontar este problema. Aventurando algunas hipótesis, podemos pensar en un posible carácter religioso. Las escasas escenas que podemos leer nos colocan ante una sociedad de cazadores (escenas de caza) y ganaderos (escenas de posible pastoreo) con una probable casta militar (figuras de guerreros) y conocedores del metal (representaciones de armas de cobre y bronce); es decir, una sociedad muy compleja y en plena transformación, presumiblemente bastante relacionada con otras áreas culturales, etc. Por otro lado, las figuras de cuadrúpedos, que, como dijimos, suelen aparecer grabadas en lugares muy apropiados para pastizal, insisten notablemente en la plasmación de escenas aparentemente relacionadas con el ciclo de los cérvidos, abundando las representaciones de acoplamientos y actitudes previas, grandes machos en celo, etc., como si hubiese una cierta tentativa encaminada a favorecer o propiciar la reproducción de la especie animal representada.

De todas formas, estos datos que acabamos de apuntar, aparte de precisar una minuciosa comprobación, habría que complementarlos con análisis y estudios más profundos que acaso llegasen a hacernos vislumbrar una hipótesis aceptable sobre el significado y finalidad de estos complejos rupestres que, muy probablemente jamás llegaremos a entender con absoluta seguridad.

IV — Perspectivas

Ya hemos visto cómo el simple análisis formal, arqueológico, de los grabados, poco más puede dar ya de sí. Sin dejar de lado la continuación de la catalogación sistemática y exhaustiva de nuevos complejos rupestres, la más reciente línea investigadora ha variado de enfoque tratando de buscar, como único camino de salida, al Hombre; es decir, al grupo humano que nos legó este fenómeno artístico.

En la actualidad se siguen dos derroteros o frentes de trabajo. Por un lado se prosigue la labor de prospección y catalogación de comarcas naturales, para lo que se ha llegado recientemente a una coordinación adecuada entre los diferentes grupos de trabajo. Se ha conseguido unificar criterios y elaborar una metodología de trabajo coherente que está deparando resultados altamente satisfactorios, enriqueciendo los archivos y posibilitando la creación de un completísimo banco de datos.

Pero será el otro camino de la investigación el que habrá de depararnos resultados más significativos de cara sobre todo al análisis simbólico de este grupo de arte rupestre. Nos referimos a la planificación metódica de excavaciones de yacimientos de la Edad del Bronce, preferentemente hábitats, tarea indispensable si queremos llegar a conocer algo de la sociedad de aquél momento. En los últimos años se han localizado y excavado metódicamente varios yacimientos de esta etapa, la mayoría en la provincia de Pontevedra. Por regla general se trata de asentamientos temporales al aire libre y con un marcado carácter agrícola; entre ellos destacaremos los de O Casal, Regueiriño y Fonterla en Moaña; Lavapés y O Fixón en Cangas de Morrazo; Chan de Armada en Vilaboa y Coto de Penalba en Campolameiro. Solo intensificando estos trabajos podrá avanzar nuestro nivel de conocimientos generales sobre el arte rupestre al aire libre en esta zona geográfica.

Sin embargo, la coordinación gallega que antes mencionábamos quedará enormemente mermada en sus resultados si no se amplía al norte de Portugal, donde desde hace años se viene trabajando intensa y modelicamente con una actividad de la que tenemos mucho que aprender. Hora es ya, pues, de que nuestros comunes esfuerzos puedan aunarse, porque el Miño no puede ni debe constituir un obstáculo.

BIBLIOGRAFIA CITADA

- ANATI, E.
 1964, The rock-carvings of «Pedra das Ferraduras» at Fentáns (Pontevedra), *Homenaje al Abate Breuil*, I, Barcelona.
 1966-67, L'arte rupestre galiego-portuguese: evolucion e cronologia, *Arquivo de Beja*, XXIII-XXIV, pp. 51-122.
 1968, a, El arte rupestre galaico-portugués. *Simpósio Internacional de arte rupestre*, Barcelona, pp. 195-254.
 1968, b, *Arte rupestre nelle regioni occidentali della Penisola Ibérica*. (Archivi di Arte Preistorica, n.º 2), Brescia.
- BORGNA, C. G.
 1973, Studio metódico-cronológico del repertorio di sculture preistoriche della zona di Fentáns-Galiza-Spagna, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXVIII, n.º 84, pp. 90-102.
 1980, *L'arte rupestre preistorica nell'Europa occidentale*, Pinerolo.
- CABALEIRO MANZANEDO, J. y OTROS.
 1976, Estudio estadístico de la asociación entre ciervos y círculos en el arte rupestre prehistórico de la provincia de Pontevedra, *Gallaecia*, 2, pp. 117-124.
- GARCÍA ALÉN, A. y PEÑA SANTOS, A. de la.
 1980, *Grabados rupestres de la provincia de Pontevedra*, (Catalogación Arqueológica y Artística de Galicia), La Coruña.
- GARCÍA MARTINEZ, M. C.
 1975, Datos para una cronología del arte rupestre gallego, *Boletín del Seminario de Arte y Arqueología de la Universidad de Valladolid*, XL-XLI, pp. 477-500.
- LOPEZ CUEVILLAS, F.
 1951, La clasificación tipológica del arte rupestre del Noroeste hispánico y una hipótesis sobre la cronología de alguno de sus tipos, *Zephyrus*, II, pp. 73-81.

PEÑA SANTOS, A. de la.

- 1975, El petroglifo de «Pinal do Rei», en Cangas de Morrazo (Pontevedra), *Gallaecia*, 1, pp. 91-108.
 1976, a, Asociaciones entre zoomorfos y círculos o espirales: datos para una iconografía de los grabados rupestres gallegos, *Gallaecia*, 2, pp. 99-116.
 1976, b, Antropomorfos en el arte rupestre prehistórico gallego, *El Museo de Pontevedra*, XXX, pp. 143-173.
 1979, a, La clasificación tipológica de los grabados rupestres prehistóricos gallegos, *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología - Lugo 1977*, Zaragoza, pp. 451-466.
 1979, b, Breve síntesis de la investigación actual sobre los grabados rupestres al aire libre del Noroeste de la Península Ibérica, *Caesaraugusta*, 49-50, pp. —.
 1979, c, Arte rupestre, *Prehistoria e Arqueoloxía de Galicia. Estado da cuestión*, Lugo.
 1979, d, Frecuencias de aparición y asociación en los grabados rupestres al aire libre de la provincia de Pontevedra, *Trabajos de Prehistoria*, 36, pp. 407-428.
 1979, e, Notas para una revisión de los grabados rupestres de «O Castriño», en Conxo, Santiago de Compostela, *El Museo de Pontevedra*, XXXIII, pp. 69-100.
 1980, a, Nuevos puntos de vista para la cronología de los grabados rupestres al aire libre del Noroeste de la Península Ibérica, *Actas do I Seminário de Arqueología do Noroeste Peninsular - Guimarães, 1979*, II, Guimarães, pp. 133-154.
 1980, b, El núcleo de grabados rupestres del Noroeste de la Península Ibérica a la luz de la reciente investigación, *Altamira Symposium*, Madrid, pp. 527-549.
 1980, c, Las representaciones de alabardas en los grabados rupestres gallegos, *Zephyrus*, XXX-XXXI, pp. 115-129.
 1980, d, O tema da alabarda no arte rupestre galego, *Brigantium*, 1, pp. 49-69.
 1981, El tema del laberinto en el arte rupestre gallego, *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, XVIII, pp. 65-74.
 1982, a, Los motivos de laberinto tipo Mogor en el ámbito de los grabados rupestres gallegos, *Pontevedra*, 1-2.
 1982, b, La figura humana en el grabado rupestre. Noroeste de la Península, *Revista de Arqueología*, 15, Madrid, pp. 6-13.
 e/p, Excavaciones arqueológicas de urgencia en la provincia de Pontevedra durante el año 1981, *El Museo de Pontevedra*, XXXVI.

PEÑA SANTOS, A. de la y VÁZQUEZ VARELA, J. M.

- 1979, *Los petroglifos gallegos*, (Cuadernos del Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos, 30), A Coruña.

SOBRINO BUHIGAS, R.

- 1935, *Corpus petroglyphorum gallaeciae*, Santiago de Compostela.

SOBRINO LORENZO-RUZA, R.

- 1952, Origen de los petroglifos gallego-atlánticos, *Zephyrus*, III, n.º 2, pp. 125-149.
 1955, Datos para el estudio de los petroglifos de tipo atlántico, *Actas del III Congreso Nacional de Arqueología - Galicia 1953*, Zaragoza, pp. 223-260.
 1956, Ensayo de datación de los laberintos grabados europeos tipo Tagliatella, *Revista de Guimarães*, LXVI, pp. 426-444.
 1957, Bosquejo para un estudio de los petroglifos portugueses, *Caesaraugusta*, 7-8, pp. 49-65.

VÁZQUEZ VARELA, J. M.

- 1975, a, Sobre la cronología de las representaciones de ciervos en el arte rupestre prehistórico gallego, *Gallaecia*, 1, pp. 77-87.
 1975, b, Escenas de equitación en el arte rupestre prehistórico gallego, *Actas del XIII Congreso Nacional de Arqueología*, Zaragoza.

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LOS PROBLEMAS DEL ARTE RUPESTRE DEL AREA CENTROCCIDENTAL LUSOESPAÑOLA

*Francisco Jordá Cerdá **

El área comprendida entre los valles medio y bajo del Duero y del Tajo, que tiene como eje la zona montañosa del Sistema Central peninsular, ha sido objeto en estos últimos años de una acentuada atención de los investigadores en lo que a los problemas del arte rupestre se refiere. Verdadera mesopotamia, fue ocupada en el transcurso de los tiempos prehistóricos y protohistóricos por diversos pueblos que dejaron en abrigos, rocas y canchales — el testimonio de su arte y de sus creencias religiosas.

En la actualidad, es posible agrupar dichas representaciones dentro de dos grandes etapas, que están separadas entre sí por un largo período de tiempo.

La primera y más antigua ofrece representaciones que por técnica y estilo, así como por su temática animalística, han sido consideradas como propias del arte paleolítico.

La segunda, más reciente aparece caracterizada por una gran variedad de técnicas y estilos, así como por una tendencia a la esquematización y la abundancia de figuras geométricas. Iniciada, posiblemente, a fines del Neolítico, alcanzó su gran desarrollo durante los tiempos calcolíticos, encontrándose sus últimas manifestaciones, un tanto degeneradas, ya, en tiempos de la romanización.

Entre ambos tipos de representaciones rupestres quedan los tiempos del Epipaleolítico y del Neolítico, en los que muchos autores han pretendido buscar los orígenes del arte rupestre de la segunda etapa (Anati, Varela Gomes, Pinho Monteiro, etc.), al mismo tiempo que trataban de buscar sus paralelos con el Arte Levantino, al que también se le proponían unos orígenes remotos en el Epipaleolítico (Almagro, Ripoll, Beltrán, etc.).

Estas cronologías largas y estos orígenes remotos no parecen ser muy aceptables ante los resultados de la reciente investigación. Por una parte, la existencia de un arte lineal geométrico anterior al levantino (Fortea) y el descubrimiento de nuevos abrigos pintados con nuevos y originales conjuntos rupestres en el norte de la provincia de Alicante, han producido el necesario acortamiento y rejuvenecimiento de la cronología del Arte Levantino, lo que necesariamente obliga a una reestructuración cronológica del arte rupestre del área atlántica. Por otra parte, los pueblos de los concheros epipaleolíticos y de comienzo del Neolítico de Portugal no parecen haber estado relacionados con representaciones rupestres y sus lugares de habitación se encuentran alejados de las mismas. Todo ello invita a rebajar cronologías y a situar a los distintos grupos y tendencias artísticas rupestres dentro de unos márgenes culturales más recientes.

I — Las representaciones rupestres paleolíticas

Dentro del área elegida para nuestro estudio, el yacimiento más antiguo con arte rupestre que por el momento conocemos pertenece a los tiempos medios del Paleolítico superior peninsular. Se trata de un santuario al aire libre y de carácter monotemático, situado en el valle del Duero, sobre las rocas del Mazouco (Freixo de Espada à Cintra, Teas-os-Montes), a las que se grabaron, sobre una superficie de esquistos grauváquicos, mediante la técnica de trazo de incisión profunda y sección en V, tres figuras de caballo, dos de ellas muy incompletas, presentando una de ellas restos de técnica de grabado piqueteado, difícil de precisar si es contemporánea o no de la de trazo profundo.

El hecho de encontrarse situado el santuario al aire libre y el tipo de técnica empleado — grabado de trazo profundo — podría inducirnos a considerar al conjunto rupestre del Mazouco como de edad solutrense, siendo fácil paralelizar sus figuras con las de los santuarios del área cantábrica de técnica parecida, como Hornos de la Peña, Chufin, La Viña, La Lluera I, etc., sin embargo, en la figura más completa de caballo se observan rasgos que parecen señalar características más recientes.

El par de extremidades delanteras de dicho caballo fue representado completo y bien definido, aunque corto de proporciones, — detalle que no parece propio de las representaciones solutrenses, cuyas figuras de animales carecen, por lo general, de extremidades o se representaron muy incompletas. Si a

* Universidade de Salamanca.

estos se añade que el caballo de Mazouco posee una doble línea ventral y que el perfil cérvicodorsal dibuja un ángulo a la altura de la cruz, características propias de uno de los estilos del Magdalenense medio cantabro, — tendremos que atribuir a esta etapa las figuras del santuario portugués, teniendo en cuenta todas las particularidades técnicas y estilísticas que hemos apuntado.

Pero el santuario de Mazouco no está sólo, ya que siguiendo el valle del Duero nos encontramos, dentro de territorio español, con otros santuarios paleolíticos, de los que Mazouco representaría, — por el momento, el eslabón terminal, al tiempo que el más occidental.

Estos santuarios — Los Casares, La Hoz, La Griega y El Reguerillo — son de tipo interior, en oposición a Mazouco que es exterior, que además es monotemático, mientras que los otros son politemáticos.

Los Casares (Riba de Saelices, Guadalejara) contiene dos santuarios superpuestos, realizados de la gran tradición de las figuras grabadas. *Casares I* tiene como animal dominante al caballo y en sus figuras se utilizó el trazó único y algo profundo, semejante a la empleada en otros santuarios del área cantábrica, incluidos dentro del Solutrense, etapa a la que sin duda pertenece *Casares I*. *Casares II* ofrece animales de mayor tamaño que los del santuario antiguo, hechos con técnica de grabado de trazo profundo, — en algunos casos rehundido y pretendiendo dar relieve a la figura. Entre sus animales destaca el toro y por sus características de estilo y técnica se atribuye al Magdalenense medio. A esta misma etapa podrían atribuirse la serie de caballos de torpe estilo, de la cueva de La Hoz (Santa María del Espino, Guadalejara), a los que — se unen meandriformes incompletos, propios de esta etapa.

Un tercer santuario, el de La Griega, dado a conocer recientemente, contiene como animal dominante al caballo y ha sido considerada como encuadrable dentro del Solutrense a causa de sus grabados de trazo algo profundo, los caracteres de las cabezas de sus caballos, lo incompleto de sus figuras, etc., características propias de dicha etapa. En cuanto al santuario de El Reguerillo (Torrelaguna, Madrid), conocido desde hace mucho tiempo, pero mal publicado, una serie de grabados entre los que destaca la cabra, como dominante, junto con posibles mamuts y antropomorfos (?), de datación difícil, aunque la presencia de la cabra invita a suponer los del Magdalenense superior cantábrico, etapa en la que la cabra aparece como mayoritaria en una serie de santuarios.

Los santuarios del valle del Duero, por lo dicho, se encuentran distribuidos en dos grandes etapas artístico religiosas. Dentro del Solutrense se encuadran *Casares I* y La Griega, mientras que *Casares II*, La Hoz y Mazouco estarían situados dentro del Magdalenense medio y El Reguerillo pertenecería al Magdalenense superior.

No es necesario insistir en la provisionalidad de esta ordenación cronológica que responde solamente a criterios estilísticos y técnicos. El problema se complica, además, si tenemos en cuenta que todavía carecemos de yacimientos arqueológicos en la zona estudiada con series de restos materiales e instrumentales correlacionables con los de las etapas paleolíticas durante las cuales suponemos que fueron realizados los santuarios, puesto que hay que suponer que estos responden a la presencia, más o menos continuada, de cazadores paleolíticos en el valle del Duero. En razón de nuestras consideraciones estilísticas y técnicas se podría suponer que los santuarios de Casares I y La Griega se encuentran más en relación con los elementos solutrenses mediterráneos, concretamente de El Parpalló, mientras que Casares II, La Hoz, Mazouco y El Reguerillo parece que tuvieron mayores contactos con las gentes del área cantábrica.

Todas estas consideraciones no pasan del terreno de la pura hipótesis, que tendrán que ser comprobadas o rechazadas por la futura investigación.

II — El «hiatus» rupestre epipaleolítico y la nueva religiosidad

La falta de la continuidad de las representaciones rupestres paleolíticas durante las etapas del Epipaleolítico y de comienzos del Neolítico es un fenómeno cultural todavía no bien explicado. Aunque seguramente este hecho puede considerarse en relación con las nuevas posibilidades que se abrieron al hombre con los profundos cambios climáticos que en aquellas épocas ocurrieron, lo cierto es que los hombres epipaleolíticos, tan cazadores como sus antecesores paleolíticos, abandonan sus santuarios cavernícolas y con ellos unas formas de vida religiosa que había permanecido, salvo algunos cambios de orden interno, inalterable a través de muchos milenios.

El epipaleolítico significa, por lo que a la península se refiere, un profundo cambio en la mentalidad artístico-religiosa de sus gentes. El animal, que hasta entonces había sido la figura central y dominante en las representaciones de los santuarios rupestres, desaparece de la temática representativa y en su lugar se encuentra un arte lineal, que se apoya en el esquema y que tiende hacia lo abstracto, que se hace patente, bien sobre guijarros sobre los que se pintan, en rojo o en negro, puntos, trazos, ángulos, semicírculos, círculos y posibles esquemas humanos (epipaleolítico de facies laminar), bien se graban sobre plaquitas de piedra series de haces lineales ordenados con respecto a un eje, en los que por primera

vez aparece el motivo, angular o triangular, relleno de trazos paralelos a uno de los lados, que encontraremos repetido hasta la saciedad en el Neolítico y Calcolítico (epipaleolítico de facies geométrica).

Estas dos tendencias de representación sobre objetos de arte mueble, que en cierto modo podríamos considerar como «iconoclastas», desembocan en una nueva forma religiosa, el ídolo, representación esquemática y lineal, que hay que considerar como posible símbolo de una probable divinidad, que al tomar forma durante los tiempos finales del Neolítico, constituirá el eje de la religiosidad de los pueblos megalíticos y calcolíticos, y perdurará hasta la aparición de la cultura del Vaso Campaniforme, de cuyos ajuares se han desaparecido los ídolos.

El cómo y el porqué de estos profundos cambios de la religión de los pueblos epipaleolíticos no está todavía claro. Lo que es importante señalar es la presencia, en los momentos finales del Epipaleolítico, de nuevos santuarios rupestres al aire libre. En la Cocina se encuentran los restos de una serie de figuras lineales y geométricas, pintadas en rojo sobre la pared de la cueva, pinturas que, de acuerdo con Fortea, se encuentran también en Cantos de la Visera, La Araña y La Sarga y que van a tener una gran proyección posterior, ya que constituyen los elementos básicos de unas nuevas formas religiosas que, a partir del Neolítico final, se extenderán por la mayor parte de la península. En la aparición de estas nuevas formas parecen que jugaron un importante papel las áreas levantino-mediterránea y la atlántico-portuguesa, ya que en ambas aparece por primera vez el elemento esencial de esa nueva religión, el ídolo, cuya posible derivación del Epipaleolítico acabamos de mencionar. Sus más antiguos ejemplos neolíticos se encuentran en el ídolo sobre placa de hueso de la cueva de La Sarsa (Valencia) y en el ídolo-placa oculado del covacho de Cabeço da Ministra (Alcobaça). Estos ídolos alcanzarán su máximo desarrollo durante la expansión de las culturas megalíticas y calcolíticas, adoptando formas diversas (oculados, bitriangulares, cruciformes, ídolos-placa, etc.) y tendrán preferentemente un carácter funerario, acompañado a los enterramientos colectivos, tanto en megalitos, como en cuevas.

Los nuevos santuarios rupestres, derivados sin duda de los del área levantina con arte lineal geométrico epipaleolítico, que ya hemos señalado, incorporarán también una tradición artística, geométrica y lineal, que tenderá a la abstracción y al esquematismo, mediante la que se representará una nueva temática basada en el antropomorfo, los animales y los elementos simbólicos. En el estudio de estos nuevos santuarios se ha de tener en cuenta, además de la temática, el soporte litológico sobre el que se pintaron o grabaron las distintas representaciones rupestres.

III — *Los nuevos santuarios rupestres*

No vamos a intentar plantear en estas líneas toda la problemática artístico religiosa de estos santuarios cuyo carácter netamente peninsular queda fuera de toda duda, ya que en ellos encontramos formas originales de expresión, al tiempo que nuevos modelos de religiosidad, que se asienta sobre las bases de una sociedad en la que parecen dominar las formas de vida colectiva, como demuestran, precisamente, sus costumbres funerarias.

Estos santuarios al aire libre, con su carácter abierto, parecen también caracterizados por esas tendencias colectivistas, propias de pueblos de una transhumancia, en busca de pastos y de caza.

La temática de estos santuarios, dentro de los tres temas básicos — hombre, animal y símbolos — varía de unos a otros. La presencia o no de alguno de estos temas en los santuarios está en razón de las necesidades del grupo humano relacionado con el mismo, aunque también hay que suponer que existieron tendencias hacia la especialización en un tema de determinados santuarios, como consecuencia de una acentuada tendencia religiosa, agudizada con el transcurso del tiempo. Así, p. e., son frecuentes los santuarios en los que aparecen los tres temas, como la Rocha F-155 do Tejo, mientras que en otros sólo se representaron dos, como en Las Cabras Pintadas, de Las Batuecas, en donde se pintaron cabras y elementos simbólicos, como ocurre en Mestas II y III de A Pedra Riscada (Gois).

Todo esto nos indica la existencia de formas religiosas variadas, aunque dentro de una cierta base común a todas ellas, como señala la existencia de elementos que informan la base esencial de estos santuarios, como son su misma constitución al aire libre, sus representaciones esquemáticas y sobre todo el intercambio de elementos temáticos que bajo formas algo distintas aparecen en los diversos santuarios, dejando aparte las figuras excepcionales o los conjuntos artísticos tardíos.

Otras diferencias notables se observan en relación con el soporte rocoso sobre el que se realizó el santuario. Su constitución geológica ha sido fundamentalmente la que ha determinado en gran parte la técnica empleada. En aquellas en que abundan las rocas calizas o cuarcíticas son frecuentes los abrigos o canchales, con paredes más o menos inclinadas, formando una visera o saliente protector, se utilizó preferentemente la pintura — negra, roja y blanca —, mientras que en las zonas en donde dominan los granitos, pizarras o esquistos, se utilizó la técnica del grabado sobre superficies más o menos horizontales o inclinadas, incluso el trazo del grabado depende de la dureza de la roca, ya que se utiliza el grabado de

piquetado, litostictico, en los granitos y esquistos duros, y en rocas blandas se emplea trazo grabado por abrasión, llamado litotíptico.

Debido a la mayor abundancia de rocas graníticas y esquistosas en el área estudiada son más frecuentes e abundantes los santuarios de figuras grabadas que los que contienen representaciones pintadas. Estas últimas se concentran principalmente al norte y al sur del Sistema Central, en las provincias de Salamanca y Cáceres, teniendo como yacimiento clave Las Batuecas. Los santuarios portugueses con pinturas se encuentran situados al norte del Duero — Carraceda de Ancaes, Alijó y el recientemente descubierto de Penas Roias (Miranda do Douro), y al sur del Tajo — el grupo de la zona de Arronches.

El mayor número de grabados de la zona estudiada se concentra en el Valle del Tajo, dentro de un territorio comprendido entre Gardete y Perais, que tiene como centro a Vila Vella de Rodao, en donde que se concentran miles de representaciones realizadas sobre la superficie de las rocas esquistosas mediante la técnica del picoteado o litostíctica.

Otros grabados litostícticos se encuentran en el santuario rupestre de A Pedra Riscada (Mestras, Gois), situado en el área central de la zona estudiada, ofrece figuras ovaloides o rectangulares con las esquinas redondeadas, divididas por un eje y trazos perpendiculares al mismo en espacios cuadrados. Algunas figuras de este tipo aparecen en la Roca F-155 del Valle del Tajo, aunque que sus paralelos más aproximados se encuentran en el santuario de Gao (Arcos de Valdevez), al norte de Portugal. Una figura de este tipo se ha encontrado en las cercanías de La Peña del Aguila (Muñogalindo, Avila), semejante en técnica y forma.

Habría que incluir, asimismo los grabados de podomorfos, presentes en la zona de Viseo (Pegadinhas de S. Gonzalo, Assento de Nossa Senhora, Rastro dos Mouros, etc.), así como las de Alagoa y algunas del Valle del Tajo, que tienen su correspondencia en la zona de Las Hurdes, en el Castillo (Pinofrunqueado), — que son el testimonio de una religiosidad muy específica en relación con posibles epifanías.

Entre los santuarios cuyas figuras se representaron mediante la técnica litotriptica o por abrasión destaca un importante grupo en la zona de Viseo, como Cantinhos (Oliveira de Frades) y Moleninhos (Tondela) y, más al sur, Pedra Letreira de Gois, a los que hay que unir el de Ridevides (Alfândega da Fé), en Trás-os-Montes, y los de la comarca de Las Hurdes (Cáceres), Puerto del Gamo (Casar de Palomero) y El Castillo (Pinofrunqueado), todos ellos con representaciones de armas (arco y flecha, puñales, alabardas y espadas), utensilios (hoces), escaliformes y escutiformes, que en razón de alguno de los tipos de armas representados han de situarse cronológicamente en la Edad del Hierro, e incluso algunos de ellos, El Castillo, podría pertenecer a los tiempos de la romanización.

De edad problemática son los dos santuarios de Solhapa (Miranda do Douro) y del Muro del Castillo (Vilvestre, Salamanca), cuyas representaciones grabadas se encuentran, excepcionalmente, en abrigos, los únicos conocidos en la zonas hasta el momento. En ellos se han grabado surcos de trazo ancho y profundo, más o menos verticales, que parecen acanaladuras, algunos de los cuales se continúan en la parte de la base del abrigo y aparecen en contacto con cazoletas u hoyuelos, que se unen mediante canalillos. Su carácter excepcional, tanto por el tipo de soporte, como por el contenido, hace difícil su encuadre cronológico, ya que incluso podrían ser unos de los tantos santuarios rupestres de los tiempos tardorromanos.

También plantea problemas y dudas respecto de su encuadre temporal la piedra de Ardegães (Maia) y su dependencia del mundo megalítico. Su reticulado relleno de puntos, al que se añade una forma ovoide rellena de círculos concéntricos, parece la síntesis de dos corrientes artísticas distintas — rectilínea y curvilínea —, cuyos paralelos hay que establecer con los petroglifos galaico-portugueses, por una parte, y por otra, con la piedra de Serraces y el reticulado pintado del Corral de Morcilla (Las Batuecas). El aislamiento en que se encuentran tanto las piedras, como los motivos impide ser más precisos.

No ha sido nuestro propósito hacer un inventario exhaustivo de todos los yacimientos con grabados. Con los pocos que hemos reseñado creemos haber señalado suficientemente la complejidad de los problemas que plantean, que en gran parte ha de resolver una investigación en torno a su temática y en las asociaciones y correlaciones de sus distintos tipos de representación.

IV — *Sobre paralelismos y asociaciones temáticas y de motivos*

Uno de los mayores defectos de la investigación en general sobre los santuarios peninsulares ha sido el de intentar su estudio aislada y provincialmente, como si cada grupo técnico-estilístico se hubiese desarrollado con entera independencia de los demás. A lo sumo, se ha hecho alusión o referencia a los otros grupos con objeto de apoyar una opinión personal sobre determinados problemas. Nunca se ha puesto de relieve que los distintos tipos de representaciones peninsulares, cuyo carácter autóctono parece hoy indiscutible, pudiesen tener un denominador común y que las variantes y novedades que cada grupo ofrece en temas y motivos eran producto de necesidades y estímulos artístico-religiosos propios.

Si, como hemos apuntado, las distintas y variadas áreas rupestres peninsulares tienen su origen en las tendencias geométrizantes, lineales y esquematizadoras generadas en los últimos tiempos del Epipaleolítico que comienzan a concretarse y tomar forma a partir del Neolítico final, han de existir necesariamente puntos de contacto y paralelismos entre sus diversas temáticas, aunque siempre hemos de contar con la excepción, que confirmaría lo que decimos. En este sentido, creemos necesario anotar, antes de pasar adelante, las grandes diferencias existentes entre el arte de los santuarios y el no menos rupestre de los megalitos con cámaras decoradas galaico-portugueses. El carácter funerario de este último está inspirado más en un modelo decorativo, como es fácil observar a través del estudio de la disposición de sus representaciones, que en el de un culto público. El megalito será concebido como la «casa» del muerto, y se decora, no como un santuario, sino como rememoración de una choza. El sentido y la forma geométrica, las series de líneas onduladas, las metopas, etc., que vemos en Pedra Coberta, en Antelas, en Pedralta y otros, recuerdan las posibles texturas interiores de las chozas, que incluso se ilustran con escenas alusivas a la vida cazadora de los difuntos (Orca dos Juncais). Salvo los múltiples serpentiformes, la presencia del sol y de la luna (Antelas), y de algún antropomorfo, nada del arte megalítico peninsular recuerda la gran abundancia de motivos y tipos temáticos del arte rupestre de figuras grabadas o pintadas, hecho que hay que admitir en razón de la diferencia entre la función funeraria del arte megalítico y el tipo de culto público del rupestre. Esta neta separación se observa, además, con la total ausencia de círculos y espirales en lo megalítico galaico-portugués motivos artísticos e religiosos propios del área atlántica que son consubstanciales con las facies artísticas del Valle del Tajo y de los petroglifos galaico-portugueses.

Estas diferencias entre arte funerario megalítico y arte rupestre atlántico es de gran importancia para la ordenación cronológica de los mismos — problema que no vamos a plantear aquí —, ya que entre ambos podría existir, bien un desfase temporal, bien tratarse de grupos humanos pertenecientes a tradiciones culturales distintas.

Como puede observarse, la problemática es muy amplia dentro del área estudiada. La riqueza de variantes que ofrecen los motivos temáticos obedecen, sin duda, a una religiosidad muy compleja, basada en unas creencias que necesitaban ser expuestas de un modo gráfico para integrarse en la realidad de un culto comunal. Teniendo en cuenta esta complejidad, hemos elegido dos de los santuarios más característicos de la zona, tanto por el mayor número de representaciones, como por la diferencia en estilo, técnica y soporte, con objeto de poner de relieve sus analogías y sus diferencias.

Las Batuecas, entre los santuarios de figuras pintadas, y el Complejo del Valle del Tajo, con sus grabados, cumplen tales condiciones y en razón de su temática — hombre, animal, símbolo — hemos intentado paralelizar temas y motivos, así como poner de relieve sus diferencias específicas que son que definen y caracterizan las dos facies artístico-religiosas del área luso española. La siguiente sinopsis resume nuestras observaciones, sin que por ello hayamos pretendido agotar el tema, sino iniciar hipótesis de trabajo.

PARALELISMOS TEMÁTICOS

LAS BATUECAS

Figuras humanas

- Fig. cabeza y tronco lineal, extremidades en arco
- Fig. cruciforme de doble trazo horizontal
- Fig. en «phi»
- Fig. cabeza con cuernos y acéfalos

Figuras de animales

- Cabras
- Ciervos
- Serpiente (?)
- Conejo
- Peces
- Lince (?)

VALE DEL TEJO

Figuras humanas

- Fig. cabeza circular, tronco recto, extremidades en ángulo
- Fig. cruciforme doble y triple trazo horizontal
- Fig. en «phi»
- Fig. acéfala

Figuras de animales

- Cabras
- Ciervos
- Caballos
- Toros
- Serpiente
- Reptil (?)

Figuras simbólicas

- Barras en series paralelas
- Series de puntos alineados o no
- Círculo

- Círculos con radios exteriores (soliformes y esteliformes)
- Ovaloide con puntos alineados en su interior

Asociaciones temáticas

- Hombre/cabra/pectiforme
- Hombre/ciervo (escena de caza)

- Hombre/reticulado
- Hombre/báculo
- Cabras/barras/puntos

Figuras simbólicas

- Barras asociadas o no
- Series de puntos alineados o no
- Círculos
- Círculos concéntricos con punto interior
- Círculos pareados y tangentes entre sí y a una recta
- Círculos con oculado interno (?)
- Círculos con radios exteriores (soliformes y esteliformes)
- Círculos con radios interiores en cruz
- Ovaloide con o sin divisiones internas

Asociaciones temáticas

- Hombre/cabra/espiral/semicírculo
- Hombre/ciervo/espiral
- Hombre/ciervo/círculo
- Hombre/caballo/espiral
- Hombre/círculo

- Ciervos/círculos

A primera vista es fácil observar que entre ambos yacimientos rupestres existen abundantes paralelos y correspondencias entre sus distintos motivos, salvo en lo que se refiere a representaciones de círculos y espirales.

En general, el tema antropomorfo aparece en ambos yacimientos con esquemas muy semejantes, aunque en el Complejo del Tajo hay que evidenciar la presencia de cabezas en forma de círculo o dentro de un círculo, quizás en relación con la tendencia curvilínea del conjunto. También en este Complejo están presentes los acéfalos, motivo corriente en la pintura esquemática.

En las Batuecas aparece algún tocado o adorno en la cabeza, como plumas y cuernos. Posiblemente, los círculos sobre las cabezas, que acabamos de mencionar, puedan también considerarse como adorno (¿collar, diadema?).

El tema animal se concreta a un claro paralelismo entre los dos más representados, la cabra y el ciervo. La presencia de caballo y toro en el Complejo del Tajo se debe sin duda a lo propicio del biomedio, que dispone de espacios abiertos. Los peces, representados en Las Batuecas, están ausentes del Complejo del Tajo a pesar de su proximidad al río.

Las figuras simbólicas, salvo en lo que se refiere a círculos y espirales, presentan bastantes paralelos. Las barras y series de puntos, presentes en ambos yacimientos, son sin embargo más abundantes en Las Batuecas, en donde existen abrigos en los que aparecen casi como motivo único (Majadilla de las Torres). También son más abundantes los símbolos astrales — soliformes y esteliformes — en Las Batuecas.

De interés son las asociaciones temáticas en la que se aprecia la mayor importancia de las barras en Las Batuecas y de los círculos y espirales en el Complejo del Tajo. Tanto unas, como los otros, debieron de desempeñar una función análoga, ya que se encuentran como tercer complemento del par hombre/cabra y hombre/ciervo. La asociación hombre/barras parece tener el mismo significado que la de hombre/círculo. Las Batuecas presentan además la asociación de hombre/reticulado y hombre/báculo. Parece, pues, que mientras en Las Batuecas el simbolismo tiende a ser representado bajo formas rectilíneas, en el Complejo del Tajo dominan las curvilíneas.

A pesar de esta evidente oposición entre ambas formas de representación artístico-religiosas, la serie de concordancia entre sus motivos temáticos permiten señalar la existencia de un origen común para ambas y de un desarrollo paralelo, durante el cual se acentuaría la oposición entre lo rectilíneo y lo curvilíneo.

En las siguientes etapas artísticas, a las que brevemente hemos aludido, se observa la continuidad de esta oposición, pues mientras en los grabados del tipo Pedra Riscada, Gião, etc., se observa la continuidad la tradición curvilínea, entre los grabados — más tardíos — de Las Hurdes y de la zona de Viseo-Gois continua la preferencia por las formas rectilíneas. Las persistencias de estas dos formas de expresión artística dentro del área que estudiamos señala la presencia de dos modelos distintos de organización, no solo religiosa, sino también socioeconómica. Pero este es otro problema, cuya discusión no cabe dentro de los límites de estas consideraciones.

BIBLIOGRAFIA

- 1 — J. BECARES, Nuevas pinturas en Las Batuecas: El covacho del Pallón, *Zephyrus*, XXV, 1974, pp. 281-294.
- 2 — J. BECARES, Pinturas del Corral de Morcilla (Las Batuecas), *Zephyrus*, XXVI-XXVII, 1976, pp. 225-232.
- 3 — L. BENITO DEL REY, Monumento rupestre de Vilvestre (Salamanca), *Zephyrus*, XXI-XXII, 1970-1971, pp. 163-170.
- 4 — H. BREUIL, *Les peintures schématiques de la Péninsule Ibérique*, Vol. I, Lagny, 1933.
- 5 — J. DE CASTRO NUNES, A. NUNES PEREIRA, A Pedra Riscada, *Revista dos Cursos de Letras*, Vol. I, 1974, pp. 1-27.
- 6 — J. DE CASTRO NUNES, A. N. PEREIRA e A. N. BARROS, *A Pedra Letreira, Gois*, Câmara Municipal, 1959.
- 7 — E. DA CUNHA SERRÃO, F. SANDE LEMOS, J. PINHO MONTEIRO, M. ANGELES QUEROL, S. RODRIGUES LOPES e V. OLIVEIRA JORGE, O complexo de arte rupestre do Tejo (Vila Velha de Ródão-Nisa): notícia preliminar, *Arqueologia e História*, 9.ª s., IV, 1972, pp. 349-380.
- 8 — S. O. JORGE, VITOR O. JORGE, C. A. F. DE ALMEIDA, M. DE JESUS SANCHES e M. TERESA SOEIRO, Gravuras rupestres de Mazouco (Freixo de Espada-à-Cinta), *Arqueologia*, 3, 1981, pp. 3-12.
- 9 — A. MARTINHO BAPTISTA, M. MARTINS e E. DA CUNHA SERRÃO, Felskunst im Tejo-tal. São Simão (Nisa, Portalegre) Portugal, *Madrider Mitteilungen*, 19, 1978, pp. 89-111.
- 10 — A. MARTINHO BAPTISTA, *A Rocha F-155 e a Origem da arte do Vale do Tejo*, Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto, Porto, 1981.
- 11 — A. MARIA MOURINHO, O abrigo rupestre da «Solhapa», em Duas Igrejas. Miranda do Douro, *O Arqueólogo Português*, s. III, VI, 1972, pp. 35-61.
- 12 — A. MARTINHO BAPTISTA, A arte do Gião, *Arqueologia*, 3 Junho, 1981, pp. 56-66.
- 13 — J. R. DOS SANTOS JÚNIOR, As gravuras litotípticas de Ridevides (Vilariça), *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XIX-2, 1963, pp. 111-144.
- 14 — E. SHEE TWOHIG, *The Megalithic Art of Western Europe*, Oxford, 1981.
- 15 — E. SHEE TWOHIG, A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia), *Arqueologia*, 3, 1981, pp. 49-55.
- 16 — A. AUGUSTO TAVARES e C. TAVARES DA SILVA, Gravuras e inscrições rupestres da região de Viseu, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 1971, pp. 261-270.
- 17 — A. VARELA GOMES e J. PINHO MONTEIRO, As rochas decoradas da Alagoa, Tondela-Viseu, *O Arqueólogo Português*, s. III, VII-IX, 1974-77, pp. 145-164.

ASPECTOS DA EVOLUÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DO NORTE DE PORTUGAL DURANTE O III.º E O II.º MILÉNIOS A.C.

Susana Oliveira Jorge *

Apesar da existência duma ampla bibliografia dispersa que incide sobre alguns aspectos parcelares da Pré-História recente do Norte de Portugal, não dispõem os investigadores que querem abordar este período de bases de trabalho seguras no que respeita à identificação cultural e cronológica dos materiais arqueológicos conhecidos, ou sua integração no contexto pré-histórico da Península Ibérica.

Assim, um dos primeiros objectivos dum projecto de investigação que visa a Pré-História do III.º-II.º milénios a.C. a norte do Douro, será contribuir para estabelecer as bases do quadro cronológico-cultural dos fenómenos detectados nesta região. Esse objectivo implica *reordenar o conhecido*, através duma reapreciação dos dados publicados ou existentes em Museus e colecções particulares, e, concomitantemente, *descobrir novos elementos* susceptíveis de dar corpo a um modelo coerente, explicativo da evolução humana, durante dois milénios, na mesma região.

Este duplo movimento está na origem duma primeira tentativa de abordar o tema, que aqui se apresenta.

1 — A problemática da cerâmica de «tipo penha»

Desde os finais dos anos 20 que foi reconhecida a existência da cerâmica pré-histórica na estação da Penha (Guimarães). Em breve se verificou a ocorrência de cerâmica tipologicamente idêntica ou semelhante em variadas estações do Minho e Trás-os-Montes, o que determinou, a partir de Santos Júnior (S. JÚNIOR, 1933), a formulação implícita duma categoria cerâmica situada no tempo e no espaço, de âmbito cronológico e cultural preciso.

Sobre a cerâmica de «tipo Penha» múltiplos autores propuseram diferentes cronologias e filiações culturais. Se nos dispensarmos de comentar a posição isolada de San Valero Aparisi, que identifica a cerâmica da estação de Mairos com o Neolítico antigo, em articulação com o «horizonte cardial» (VALERO APARISI, 1942), veremos que se esboçaram até recentemente quatro tipos de apreciações sobre este tema:

— a cerâmica Penha-Mairos articula-se com a «cultura campaniforme» (Eneolítico final/Bronze inicial) (R. RIBEIRO, 1931, S. JÚNIOR, 1933, A. del CASTILLO, 1947); - a c. Penha-Mairos filia-se na tradição da «cultura das grutas», incluindo-se preferencialmente no Neolítico Médio-Final, com perduração até ao Calcolítico inicial (S. PIGGOTT, 1947, J. GUILLAINE/O. V. FERREIRA, 1970); - a c. Penha-Mairos resulta da influência conjugada da «cultura das grutas» e da «cultura campaniforme», integrando-se no Eneolítico final/Bronze inicial (CUEVILLAS, 1947, R. Cortez, 1948, H. SAVORY, 1951/1969). Para Savory esta cerâmica sobreviveu até ao Bronze Tardio; - a c. Penha-Mairos filia-se no «Bronze Atlântico», ou, para alguns autores, revela também contactos com a Meseta, articulando-se com a ambiência cultural de Cogotas I, devendo inserir-se no Bronze Final (E. MACWITE, 1951, H. SAVORY, 1951, M. CARDOZO, 1971, C. A. F. ALMEIDA, 1975, P. KALB, 1979/80).

As posições anteriormente descritas suscitam um conjunto de reflexões prévias:

— Desde Santos Júnior que a cerâmica «tipo Penha» se encontra vinculada a um horizonte cultural específico, ainda que de contornos geográficos e temporais nem sempre bem definidos. Este processo unificador, que integra no mesmo âmbito cultural diversos tipos cerâmicos provenientes de múltiplas estações no Norte de Portugal, apenas se interrompe parcialmente com Savory (H. SAVORY, 1969) que identifica a cerâmica «penteada» de Cachão da Rapa e de outras estações transmontanas com o Neolítico Médio-Final, na tradição da «cultura das grutas». Por outro lado, o mesmo autor situa a cerâmica de Penha-Mairos no Bronze inicial, podendo persistir até ao Bronze Tardio, o que significa que Savory sugere a diversidade cronológica da mesma. Também Rigaud de Sousa (R. SOUSA, 1976) classifica como campaniformes os vasos de Vermoim (Vila Nova de Famalicão), distinguindo-os do grupo de cerâmicas de tipo Penha, o qual representaria uma sobrevivência tardia do estilo campaniforme da Meseta nesta área ocidental. Ora, os vasos de Vermoim, pela sua pasta, forma e temática decorativa, podem

* Universidade do Porto.

pôr-se em paralelo com outros que fazem parte do reportório tradicionalmente aceite de cerâmicas de tipo Penha (na área Penha-Mairos). Apartá-los, significou, por arrastamento, quebrar a homogeneidade cronológica e cultural desta cerâmica. Contudo, tratou-se apenas dum episódio na história da investigação recente deste tema. Mário Cardozo (1971) e C. A. F. Almeida (1975) não desenvolveram esta linha de força. Apenas P. Kalb (1980) admitiu a hipótese da existência de grupos estilísticos locais contemporâneos.

— Se exceptuarmos a tentativa de Mário Cardozo (1971) de relacionar uma data de C-14 obtida para pontas de lança de bronze (930 a.C.) provenientes da estação da Penha, com a cerâmica em questão, verificamos que as sucessivas integrações cronológicas e culturais se têm baseado na análise comparada da tipologia cerâmica. Particularmente os padrões decorativos foram utilizados na busca de paralelos, desde o Neolítico até ao Bronze Final.

Estes ensaios comparativos tiveram sempre, contudo, um carácter parcelar. Não se estudou exaustivamente nenhum conjunto cerâmico, quer tomando como referência uma estação ou um tipo morfológico ou estilístico, nem se determinou com rigor o contexto da cerâmica que se pretendia definir (material lítico ou metálico associado, morfologia dos povoados, etc.). Apenas no que toca à localização dos «habitats» onde ocorre cerâmica de «tipo Penha», existe uma breve e, apesar de tudo, sugestiva alusão num trabalho de C. A. F. de Almeida (1975) sobre a cerâmica castreja.

— Não se tendo feito um estudo de conjunto sobre este tema, não se definiu de forma clara, em termos tipológicos, o que se deveria entender por cerâmica de «tipo Penha», o que logicamente levou a que os diversos autores que trataram do assunto hesitassem quanto à delimitação da área de distribuição geográfica da mesma cerâmica.

Assim, a maior parte dos autores (S. PIGGOTT, 1947; CUEVILLAS, 1947; SAVORY, 1969; M. CARDOZO, 1971; R. SOUSA, 1975; C. A. F. ALMEIDA, 1975; P. KALB, 1979/80) circunscreve a área de expansão da cerâmica, ao Minho (fundamentalmente, estações em redor da serra da Penha, Guimarães) e ao Alto Tâmega (estações em redor de Chaves) - trata-se, neste caso da área Penha-Mairos. Mas outros integraram também estações do vale do Douro (S. JÚNIOR, 1933; CASTILLO, 1947) ou do mesmo vale e do Leste Transmontano (R. CORTEZ, 1948). Sem dúvida que esta indefinição geográfica deriva de duas ordens de factores: desde há muito que a investigação incidiu fundamentalmente sobre estações, ou localizadas no litoral, ou que mereceram pontualmente a atenção dos arqueólogos, como Mairos, na região de Chaves; o leste transmontano ou o vale do Douro não foram objecto de estudo, a não ser através de prospecções superficiais ou de escavações cujos resultados continuam inéditos (é o caso da Lorga de Dine, no distrito de Bragança, que tendo sido escavada nos anos 60 apenas, até hoje, mereceu uma curta comunicação apresentada ao III.º Congresso Nacional de Arqueologia, de autoria de C. H. Harpoe e M. F. Ramos); - em segundo lugar, os materiais cerâmicos conhecidos provenientes destas áreas menos prospectadas, apresentam características particulares, que os diferenciam parcialmente do padrão habitual das estações do Minho e de algumas do Alto Tâmega. Savory (1969) chega mesmo a colocá-los no Neolítico, em oposição aos da Penha. Assim, os investigadores foram restringindo a área de dispersão da cerâmica de «tipo Penha» ao Minho e à região de Chaves, ao mesmo tempo que, baseados na análise empírica do material destas duas zonas, apresentavam uma proposta de caracterização tipológica genérica da referida cerâmica. E essa caracterização tipológica privilegia do ponto de vista decorativo, a técnica de incisão profunda, associada a temas geométricos separados por caneluras verticais (métopas). Este padrão encontra-se em vasos de médias dimensões, de forma globular e leve estrangulamento no colo (C. A. F. ALMEIDA, 1975). Admite-se no entanto a existência de outras possibilidades decorativas (puncionamentos e impressões associadas a sequências horizontais) e de variantes morfológicas pouco significativas. Dentro das primeiras, há que fazer referência à opinião de S. Júnior (S. JÚNIOR, 1933), Cortez (R. CORTEZ, 1948) ou Castillo (A. del CASTILLO, 1947) sobre a existência da técnica de Boquique em alguns recipientes de estações de Trás-os-Montes, ou de Macwhite (E. MACWHITE, 1951) sobre o reconhecimento da técnica de incisão em vasos da Penha. Contudo, estas técnicas decorativas são hoje analisadas como técnicas de incrustação, articuladas com a ambiência de Cogotas I - Bronze Médio-Final da Meseta. Neste sentido estrito, elas estão ausentes da cerâmica em questão, o que é um dado a reter para a sua futura integração cultural. A existência do que poderíamos considerar uma forma específica de técnica de Boquique - de tradição neolítica - está, de certo, na origem da confusão daqueles autores.

Perante a necessidade de rever a problemática em presença há que previamente levantar um certo número de hipóteses sobre a cerâmica de «tipo Penha»:

- trata-se de um grupo cerâmico tipologicamente homogéneo, pertencente a uma só época, que ocorre numa ou em várias regiões definidas, sendo a expressão (entre outras) de um horizonte cultural de incidência regional ou trans-regional;

- trata-se de um grupo cerâmico tipologicamente homogêneo, que ocorre em mais de uma época, numa ou em várias regiões definidas, podendo integrar-se, como elemento componente, em vários horizontes culturais sucessivos, de incidência regional ou trans-regional;
- trata-se, não de um grupo cerâmico, mas de vários, ocorrendo numa época definida, numa ou em várias regiões, sugerindo a existência de horizontes culturais coevos, ou simples fácies do mesmo horizonte cultural numa determinada área, de âmbito regional ou trans-regional;
- trata-se de vários grupos, pertencentes a épocas diferentes, ocorrendo numa ou em várias regiões, e eventualmente correspondentes a horizontes culturais sucessivos, de incidência regional ou trans-regional.

De notar que estas questões prévias simplificam voluntariamente o problema, procurando apenas considerar as hipóteses mais plausíveis.

Este leque de hipóteses exige obviamente um estudo longo e complexo, orientado em várias direcções. Mas é óbvio, dado o estado incipiente da investigação neste domínio, que é fundamental obter a curto prazo sequências estratigráficas regionais e datações absolutas que possibilitem o posicionamento no tempo deste(s) tipo(s) cerâmico(s) e seu contexto cultural.

Em 1980 iniciou-se um programa de investigação em estações do distrito de Vila Real (particularmente no concelho de Chaves), tendo já sido realizadas escavações em três delas (Vinha de Soutilha, Pastoria e Castelo de Aguiar). Embora estejamos ainda numa fase preliminar dos trabalhos, cremos ter elementos para afirmar que este tipo de povoados integrava essencialmente, nesta região, estruturas habitacionais elementares utilizando abundantemente materiais perecíveis, as quais se adossavam a afloramentos graníticos, em zonas de altitude variável, dominando vales de rios importantes (Tâmega, Corgo). Eram delimitados por pequenos cursos de água, nas proximidades de terrenos férteis.

O material encontrado ainda que varie consoante as estações, é constituído por abundantes recipientes cerâmicos, predominantemente decorados, de superfícies alisadas ou polidas, pontas de seta em xisto e, mais raramente em sílex e quartzo, raspadeiras carenadas e lâminas retocadas em quartzo e xisto, machados e enxós polidos e moinhos oblongos. Alguns fragmentos de metal (provavelmente cobre) e de cadinhos cerâmicos de pasta porosa (Vinha de Soutilha) sugerem, juntamente com outros dados extraídos do conjunto da escavação, a prática duma metalurgia ainda muito incipiente. Os padrões decorativos da cerâmica são variados (particularmente na Soutilha, utilizando-se nesta estação a incisão e o puncionamento como técnicas principais, sobretudo numa 1.ª fase). O que é importante salientar é a coexistência, a partir dum momento intermédio de ocupação desta estação, de cerâmicas incisadas metopadas, características de estações predominantemente litorais (Penha-Gândara) com outras que combinam, ao nível decorativo, a incisão, o puncionamento ou a impressão em diversificadas organizações (como os triângulos incisados preenchidos com punções, as ondulações «penteadas» junto ao bordo, linhas incisadas simples também junto ao bordo, etc.), as quais, ainda que tenham uma representação ampla em todo o território a norte do Douro, ocorrem fundamentalmente na região transmontana (Mairos, S. Lourenço, Cachão da Rapa, Dine, Penas Róias).

No contexto do do Noroeste Peninsular e da Meseta Norte, podemos encontrar paralelos para o contexto cultural das estações em estudo. A situação topográfica (altitude relativamente elevada), bom controle sobre um vale fértil, proximidade de cursos de água e terrenos potencialmente cultiváveis, utilização de afloramentos rochosos como parede natural protectora de estruturas habitacionais, são algumas das características comuns a povoados do Norte de Portugal e Galiza e outros de SO da Meseta Norte, compreendendo o bordo do Sistema Central e a bacia sedimentar do Douro (S. LÓPEZ PLAZA, 1978). Também os materiais, no seu conjunto, apontam para afinidades culturais, que ultrapassam as meras fronteiras naturais do Noroeste. Particularmente a cerâmica de formas simples, esféricas ou ovóides, superfícies alisadas claras (por vezes polidas de cor acinzentada escura) decoradas ou lisas, adequa-se à tipologia geral da de Teso del Moral e Peña del Aguila de Muñogalindo, ou da de Fontanillas de Castro e La Peña del Bardal, entre muitas outras estações do SO de Meseta Norte (S. LÓPEZ PLAZA, 1979).

Contudo, a ausência de motivos incisados metopados (no estilo Penha-Mairos) e a menor quantidade de recipientes decorados no repertório cerâmico da Meseta, bem como a quase ausência de decoração plástica (pelo menos, até à data) na cerâmica do Norte de Portugal, conduz-nos, mais uma vez, à suposição dum amplo regionalismo cultural em toda esta vasta área, regionalismo que será certamente acentuado quando estivermos de posse de todos os elementos culturais que diferenciam os diferentes grupos que habitaram durante a Pré-História recente a bacia hidrográfica do Douro e o Noroeste em geral.

Os principais investigadores que têm tratado este tema na Meseta (G. DELIBES DE CASTRO, 1976; LÓPEZ PLAZA, 1978; 1979; 1980; 1981/M. VALLS e G. DELIBES DE CASTRO, 1975; 1976; 1977; 1981; 1982), integram as estações mencionadas no Calcolítico pré-campaniforme da Meseta, na tradição neolítica da «cultura das grutas», acentuando a possibilidade da existência de relações culturais com a

Estremadura portuguesa durante o Calcolítico inicial (V. N. S. Pedro I) e o Sudeste durante a mesma fase (Los Millares I). Baseiam-se na análise comparada dos utensílios das diferentes áreas e objectos considerados culturais. Muitos desses elementos não foram ainda identificados na Vinha da Soutilha e em todas as outras estações conhecidas pertencentes ao contexto em questão, nomeadamente os chamados «ídolos de cornos», a decoração plástica em recipientes cerâmicos, ou a pintura no exterior ou interior dos vasos. Mas subsistem, na nossa opinião, suficientes dados que possibilitam a aproximação genérica não só da Soutilha como de grande parte das estações que forneceram cerâmicas de «tipo Penha» com a ambiência cultural meridional durante parte do III.º milénio a.C.. O repertório de formas cerâmicas é marcadamente semelhante (S. OLIVEIRA JORGE/T. SOEIRO, 1981) ao que se conhece do Neolítico Médio-Final/Calcolítico do Sul da Península: vasos esféricos, taças, recipientes de corpo ovóide de colo direito ou extrovertido, alguns tronco-cónicos. São vasos de tamanho predominantemente médio, mas também existem outros de diâmetro inferior a 5 cm, comparáveis aos conhecidos vasos minúsculos de V. N. S. Pedro e de outras estações do mesmo âmbito cultural. Embora predominem as superfícies alisadas claras, alguns exemplares da Vinha de Soutilha apresentam engobes vermelhos ou aguadas escuras, conferindo às superfícies um polimento extremamente brilhante. A tabela de técnicas e motivos decorativos das cerâmicas em questão é deveras sugestiva em ordem à busca de paralelos, principalmente nas grutas e povoados chamados pré-campaniformes do Centro e Sul de Portugal. Tendo como referência a classificação decorativa de V. Leisner e H. Schubart (LEISNER, SCHUBART, 1966), notamos a recorrência da impressão «penteada», tal como em Casa da Moura ou V. N. S. Pedro, de triângulos encisos preenchidos com puncionamentos, como na Furninha ou Pedra do Ouro, de múltiplas incisões sob a forma de retícula ou espiga, como em Olelas, V. N. S. Pedro ou Chibanes, apenas para citar alguns exemplos. Aliás, esta articulação não é nova, pois em 1970 Guilaine e Veiga Ferreira (J. GUILAINE, O. VEIGA FERREIRA, 1970), na esteira de Piggott (S. PIGGOTT, 1947) e Savory (H. SAVORY, 1969), renovam esta perspectiva (extensiva a toda a cerâmica Penha), sem que, no entanto, ela tenha sido discutida pelos investigadores subsequentes, que a partir de Mário Cardozo (CARDOZO, 1971) se empenharam em justificar a cronologia recente (Bronze Final) proposta por aquele autor.

É certo que alguns padrões decorativos das estações litorais (Penha-Gândara) (CARDOZO, 1971/A. de SOUSA, 1981-82) se distanciam profundamente dos sistematizados para a Estremadura e Sul de Portugal. Trata-se dum estilo exuberante, que utiliza o traço inciso fundo e articula no mesmo vaso múltiplos motivos geométricos separados horizontal e verticalmente por caneluras. Não está obviamente comprovada a associação estratigráfica com a restante produção cerâmica de superfície das referidas estações, mas, em termos de formas e pastas, não encontramos qualquer diferença significativa. Apesar de tudo, e dada a especificidade destes tipos cerâmicos que levou particularmente Savory (SAVORY, 1969) a inclui-los na I. do Bronze, numa linha directa de influência da «cultura das grutas» e da ambiência campaniforme parece-nos que há que colocar a hipótese da provável sobrevivência de certos padrões estilísticos até finais do III.º, inícios do II.º milénio a.C.. Como veremos, esta hipótese impõe uma reflexão sobre a forma de passagem no Norte de Portugal, dum provável horizonte «calcolítico» inicial a outro que pode integrar a cerâmica campaniforme.

Independentemente da cerâmica, a utensilagem lítica e metálica, como outros indícios duma prática metalúrgica nascente, conduzem-nos a colocar a hipótese de aceitar, em termos de amplos parâmetros cronológicos e culturais, o III.º milénio a.C., como fase genérica de início de desenvolvimento dos grupos que fabricam algumas das formas cerâmicas aglutinadas sob a designação de «tipo Penha».

Recentemente obtivemos uma datação absoluta pelo C14 para uma lareira do nível intermédio da área habitacional do sector III da estação de Vinha da Soutilha (Mairós, Chaves); UGRA 133 - 4650 ± 150 B.P. 2700 ± 150 a.C.

Sobre ela apenas um prévio comentário. Em primeiro lugar, trata-se duma data isolada em todo o contexto das cerâmicas de «tipo Penha». Não é possível, assim, ir mais além do que tentar verificar a verosimilhança de tal datação, em função do conjunto de ilações anteriormente expostas.

A nível peninsular, as datações absolutas mais antigas que possuímos para o contexto calcolítico inicial pré-campaniforme são de: Los Millares (2430 ± 120 a.C.; 2345 ± 85 a.C.), El Barranquete (uma tholos) (2350 ± 130 a.C.). Praia das Maças (câmara ocidental escavada na rocha) (2300 ± 60 a.C.), Zambujal (2250 ± 40 a.C.) e Santa Justa (2360 ± 170 a.C.). Neste conjunto, a data agora apresentada revela-se demasiado alta e, a ser confirmada por outras, só poderá sugerir a existência dum momento inicial de prospecção do metal por parte das populações vindas numa ainda recente tradição neolítica. Tal hipótese não estaria em desacordo com as opiniões de Savory (SAVORY, 1969), ou J. Guilaine (GUILAINE, 1976), que propõem um lapso de tempo entre 2800-2700/2500 a.C. para a formação das múltiplas manifestações do Calcolítico inicial na Península. Baseada neste último autor, S. López Plaza (LÓPEZ PLAZA, 1978) sugere igualmente a data de 2800 a.C. para o começo de fácies calcolítica da Meseta. Neste sentido, ainda que se nos afigure uma data excessivamente antiga, aceitamo-la provisoriamente como um dos marcos possíveis para a ocupação de Vinha de Soutilha, sem que seja viável, neste momento, precisar a cronologia absoluta das cerâmicas de «tipo Penha» na sua totalidade.

No Norte e Centro de Portugal, as estações datadas pelo C14 que possuem precisar cronológicos aproximáveis do de Mairós são: Mamoá 2 de Outeiro de Gregos (3000 ± 50 a.C.), Orca de Seixas (2950 ± 40 a.C.), Carapito 1 (2900 ± 40 a.C.; 2640 ± 65 a.C.), Orca dos Castenairos (2660 ± 50 a.C.).

Todas estas datas, qualquer que seja o comentário à sua verosimilhança, pertencem a contextos dolménicos. Por outro lado, sabemos quanto o fenómeno megalítico deve ter perdurado, sob formas diversas, até à Idade do Bronze, no Norte de Portugal (V. O. JORGE, 1982). Ora, apenas no dólmen de Zedes, se reconheceu, até ao momento, a existência dum fragmento cerâmico com decoração «penteada». Assim, não parece haver sintonia ou específica forma de articulação entre o fenómeno megalítico (mesmo nas suas manifestações tardias) e o mundo das cerâmicas de «tipo Penha», ainda que saibamos da sua esporádica existência em monumentos megalíticos galegos. Se no leste transmontano há indícios da utilização de grutas com fins provavelmente sepulcrais em relação com cerâmicas «penteadas», incisas e puncionadas, nas outras áreas desconhece-se, em absoluto, a existência de estruturas funerárias e rituais que se possam atribuir aos autores ou utilizadores da cerâmica em questão.

2 — Problemática da 1.^a metade do II.^o milénio a.c.

O nosso conhecimento sobre a existência da cerâmica campaniforme no Norte de Portugal é pobre e fragmentário. Basicamente resume-se à descoberta de fragmentos cerâmicos em contextos tumulares revolidos ou em habitats ainda não suficientemente escavados. Contudo, a reorganização de todos os dados conhecidos é susceptível de conduzir a um aprofundamento de algumas questões que se prendem com a mutação social realizada na passagem do III.^o para o II.^o milénio a.C.

No litoral, a cerâmica campaniforme foi detectada em dois monumentos megalíticos: no dólmen da Barrosa (Vila Praia de Âncora), monumento de tipo evolucionado, de câmara alongada e corredor indiferenciado e na mamoá de Guilhabreu (Vila do Conde), monumento cuja estrutura dolménica, a ter existido, foi completamente destruída por violações. As condições de jazida destas cerâmicas em ambos os túmulos sugerem remeximentos posteriores à sua deposição original. Em Guilhabreu estamos perante o estilo pontilhado de bandas marítimo - variante linear - e, quer em Guilhabreu, quer na Barrosa, surge também um padrão híbrido, que podemos provisoriamente assimilar ao pontilhado geométrico.

Para o interior, a cerâmica campaniforme aparece na Mamoá 2 de Outeiro de Ante (Baião), situada no «plateau» superior da serra da Aboboreira, pequeno monumento tumular com câmara poligonal simples alongada, com umbrais (GONÇALVES, 1983) na Mamoá 1 da Chã do Carvalhal (periferia da Serra da Aboboreira, Baião) (CRUZ, 1983), numa mamoá em Carvalhelhos (Boticas). Em todos estes túmulos, a referida cerâmica foi encontrada fora do seu contexto original, quer tenha sido registada no fundo da câmara (Mamoá 2 de Out.^o Ante), quer fora desta, nas terras revolvidas do «tumulus», (Chã do Carvalhal). O estilo de pontilhado de bandas ocorre em Chã do Carvalhal, conjuntamente com o pontilhado geométrico e o estilo inciso que, no conjunto, se articulam com os complexos Ciempozuelos - Palmela. O pontilhado geométrico e o estilo inciso estão também presentes respectivamente em Outeiro de Ante (Baião) e Carvalhelhos (Boticas). As duas únicas estações de ar livre relacionadas com a cerâmica campaniforme são também interiores: Tapado da Caldeira (Baião), e Pastoria (Chaves). Embora em situações topográficas diferentes, ambas se relacionam com áreas potencialmente cultiváveis de vale. O povoado do Tapado da Caldeira foi destruído parcialmente por uma necrópole do Bronze Tardio. Implantava-se numa pequena plataforma sobranceira ao vale dum ribeiro que nasce num dos pontos altos da periferia sudoeste da serra da Aboboreira e é sub-afluente do Douro. Nele se descobriram, além de artefactos líticos, fragmentos cerâmicos lisos e decorados, segundo os estilos de pontilhado geométrico e inciso do tipo Meseta. O povoado da Pastoria situado num pequeno esporão proeminente frente ao vale do Tâmega, apresenta um duplo interesse: contém ainda estruturas de pedras preservadas, e articula-se com o contexto habitacional de cerâmica de «tipo Penha». Neste sentido, é desejável que a ampliação das escavações possa demonstrar o processo de eventual relação com a ocupação anterior e fornecer pistas quanto à forma como essa evolução se realizou no local. Esta estação forneceu vasos lisos com cordões e outros decorados segundo a técnica de pontilhado a qual se exprime através de motivos geométricos de índole regional.

Apesar da amostragem de estações e materiais ser ainda pouco significativa, e, por outro lado, o estado da investigação neste domínio ser ainda muito incipiente, algumas ilações podemos tirar com base na actual fase dos nossos conhecimentos:

— o contexto sepulcral da cerâmica campaniforme revelou-se, até ao momento, *ausente* de elementos habitualmente associados noutras áreas: braçal de arqueiro, ponta de tipo Palmela, punhal de lingueta, botão em osso com perfuração em V e certos adornos em ouro. Alguns destes objectos ocorrem no Norte de Portugal em tumulações individuais em cista, sem cerâmica campaniforme, considerados, numa forma geral, mais tardias (R. HARRISON, 1974 b). Esta aparente dissociação que, no caso do Norte de Portugal pode ser fruto dum estado embrionário e parcelar da nossa investigação, parece repetir-se, em

muitos casos, na Galiza, ainda que surjam excepções como em Finisterra (Corunha) ou Roupar (Lugo) (F. CRIADO BOADO e J. M. VAZQUEZ VARELA, 1982). Não cabendo, de momento, discutir a relação cronológica das tumulações com ou sem c. campaniforme, parece-nos de reter este aspecto sugerido pelo registo arqueológico;

— a cerâmica campaniforme aparece inserida (seja qual for a localização no túmulo) em monumentos funerários megalíticos ou de tradição megalítica (como Chã do Carvalho). Seja qual for o tipo de tumulação campaniforme (em rigor, desconhecemo-lo, dada a falta de conjuntos fechados preservados), os enterramentos utilizam os anteriores espaços sepulcrais, ou reutilizando os antigos túmulos ou eventualmente construindo novos, segundo os mesmos processos construtivos gerais. No entanto, algumas variações são perceptíveis, relativamente aos monumentos anteriores, particularmente demonstráveis na Galiza, onde são conhecidas mamoas de terra sem estrutura de pedra relacionadas directamente com inumações campaniformes (F. CUEVILLAS, 1980).

— no N. de Portugal estão presentes os tipos cerâmico marítimo, Ciempozuelos e Palmela, como aliás também acontece na Galiza (CRIADO BOADO e J. M. VAZQUEZ VARELA, 1982). Ainda que se aceite a nível peninsular a anterioridade genérica do estilo marítimo relativamente aos inciso e pontilhado geométrico (num momento não datado dos finais do III.º milénio a.C.), está provada a sua existência em Cerro de la Virgen, Orce (Granada) em níveis datados entre 1970 ± 60 a.C. e 1940 ± 40 a.C. Por outro lado, se nos escusarmos de comentar as datas isoladas de Reina Mora, Somaén, verifica-se uma larga perduração dos complexos Ciempozuelos — Palmela ao longo da 1.ª metade do II.º milénio. Desde Cerro da La Virgen (1970-1850 a.C.), Los Husos (Álava) (1970 a.C.), Los Castillejos de Montefrio (Granada) (1865 a.C.) ou Gobaederra (Álava) (1710 a.C.), passando pelas datas da Tholos da Praia das Maças (Estremadura) (1690 a.C.), Zambujal (Estremadura) (1690 a.C.), Penha Verde (Estremadura) (1470 a.C.) ou mesmo La Vaquera (Segóvia) (1330 a.C.), constatamos que elementos campaniformes se inserem em diversos contextos do Bronze inicial e provavelmente inícios do Bronze Médio (G. DELIBES DE CASTRO, 1978). Embora as datas das últimas estações citadas possam oferecer dúvidas quanto à sua total validade, mesmo para os autores das escavações, a sequência estratigráfica de Arevalillo (Segóvia) (D. M. FERNANDEZ-POSSE y de ARNÁIZ, 1981) sugere a existência dum horizonte campaniforme tardio (séc. XV a.C.) na Meseta oriental. Neste sentido, e enquanto não possuímos datações absolutas para o Norte de Portugal e o Noroeste, em geral, apenas podemos pressupor um largo período de desenvolvimento para o fenómeno campaniforme desde os finais do III.º milénio a.C. (aparecimento dos primeiros tipos marítimos), e ao longo da primeira metade do II.º milénio a.C., particularmente até 1700 a.C., (sobrevivência de alguns tipos marítimos a par do aparecimento de tipos pontilhados geométricos e incisos). É óbvio que esta larga cronologia, a confirmar-se, colocaria a questão duma eventual contemporaneidade, ao menos parcial, entre manifestações sepulcrais com cerâmica campaniforme e outras sem cerâmica campaniforme mas com outros elementos que, em outras áreas lhe andam habitualmente associados, e que no seu conjunto caracterizam o que Harrison (1974 b) designou por «Grupo de Montelavar», o qual situou numa fase posterior à da ocorrência da cerâmica campaniforme (1750-1500 a.C.). Tal diversidade tumular deixaria pressupor a existência na 1.ª metade do II.º milénio a.C. duma sociedade fortemente hierarquizada e polimorfa, imagem que não nos custa a aceitar, mas cujas implicações de ordem social necessitariam de ser largamente comprovadas;

— como se articula a cerâmica campaniforme com o substrato local do III.º milénio a.C.? Eis uma pergunta que em si própria toca o cerne das questões relativas à explicação e definição do fenómeno campaniforme como um todo. O estudo de povoados como o da Pastoria poderá ajudar a entender como se deu a passagem duma ocupação apenas com cerâmicas de «tipo Penha» a outra que integra também cerâmica campaniforme. E, neste sentido, testar o valor duma tese, hoje já clássica, de que a cerâmica campaniforme (e certos objectos de prestígio associados) não devem ser vinculados a um grupo humano específico, mas encarados como elementos diferenciadores no seio de diversos contextos regionais que os assimilam e reproduzem (R. HARRISON, 1977/1980). Dada a heterogeneidade cultural existente nesta região, sugerida no registo arqueológico por manifestações de tipo megalítico bastante diversificadas e povoados articuláveis com a ambiência das cerâmicas de «tipo Penha», cuja eventual interecção não se encontra de todo esclarecida, abre-se no futuro um amplo panorama de pesquisa visando a compreensão do papel que o fenómeno campaniforme desempenhou como possível agente e reflexo dum importante processo de mutação social que abarca todo o Norte de Portugal.

Essa mutação social é particularmente perceptível na 1.ª metade do II.º milénio a.C. (1800-1500 a.C.) pela emergência de múltiplas formas de enterramento e pela diversidade de espólios funerários, como pela ocorrência dos primeiros depósitos de tesouros que indiciam uma importante actividade metalúrgica local.

Entre as novas manifestações funerárias - inumações individuais em cista (com ou sem «tumulus») - salientam-se as sepulturas da Quinta da Água Branca (Vila Nova de Cerveira) e de S. Bento de Balugães

(Barcelos). A primeira continha no seu interior um punhal largo de lingueta em cobre (Estádio II de Almagro Gorbea, 1976), duas espirais e dois aros em ouro e um diadema frontal de ouro, constituído por uma lâmina fina, rectangular, decorada perifericamente com incisões geométricas (1750-1700 a.C., M. RUIZ-GALVEZ PRIEGO, 1979). A segunda, cuja arquitectura original se desconhece, ofereceu quatro pontas de cobre de tipo Palmela e uma «gargantilha» em ouro, também constituída por lâmina fina, rematada em alargamentos curvos e fendida na parte média em cinco tiras (1750-1600 a.C., PRIEGO, 1979). Recentemente encetou-se o estudo duma necrópole de cistas construídas em concavidade abertas no saibro em Chã de Arefe, Durrães (Barcelos) (*), da qual provém, até ao momento, uma ponta de lança de cobre, dois braçais de arqueiro e um vaso liso, tronco-cónico. Da mamoa de Vilar (Vila do Conde), cuja estrutura interna se ignora, são conhecidos um braçal de arqueiro em xisto e uma ponta de cobre pedunculada de tipo Palmela. Se atendêssemos à classificação de Ruiz-Galvez Priego (1979), em articulação com o que se conhece de contextos semelhantes da Galiza, poderíamos sugerir para os dois últimos casos, particularmente Chã de Arefe, a cronologia de 1800-1700 a.C..

Estamos assim perante a ocorrência de uma associação funerária e ritual que integra a inumação individual em cista (de processo construtivo variável, com ou sem «tumulus»), e a existência de objectos de prestígio constituídos por pontas de cobre de tipo Palmela (o artefacto predominante), punhal de lingueta, adornos em ouro, braçais de arqueiro e, num caso, um vaso liso. A cerâmica campaniforme está ausente. Os objectos acima mencionados podem nem todos fazer parte dum só enterramento, mas a cerâmica campaniforme encontra-se sempre excluída. Harrison (1974 b) designou esta associação arqueológica «Grupo de Montalvar», em paralelo cronológico e cultural com o «Horizonte da Ferradeira» no Sudoeste peninsular (H. SCHUBART, 1971), o qual se teria desenvolvido, particularmente no Noroeste, entre 1750 e 1500 a.C.. Como é facilmente detectável, este tipo de enterramento parece articular a tradição campaniforme com influências atlânticas, nomeadamente provenientes da Bretanha, materializadas em tipos de adornos e armas, como deixa antever contactos com o SE e o SO da Península (P. HARBISON, 1967; R. HARRISON, 1974 a; RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1979). Como veremos, esta tripla influência manifesta-se também na restante produção de objectos em metal desta época, quer seja constituída por tesouros, esconderijos ou depósitos, ou achados dispersos.

Particularmente interessante será atender ao polimorfismo tumular da 1.^a metade do II.^o milénio a.C. Já relativamente aos enterramentos que se articulam com o «Grupo de Montalvar» se verifica uma marcada diversidade de arquitecturas e espólios. Cremos, no entanto, que há indícios da provável existência de tumulações de tradição megalítica, com espólios específicos, que sugerem um longo desenvolvimento cultural autóctone. A Mamoa 1 de Out.^o de Gregos (Baião) poderá ser um exemplo deste tipo de monumentos (V. Oliveira JORGE, 1980). Trata-se duma câmara megalítica baixa, de tipo cistóide, envolvida por um «tumulus» de pedras, também baixo, o qual está delimitado por um anel constituído por grandes blocos. Esta estrutura está rodeada dum «lajeado» horizontal de pequenas pedras que se alonga em um dos sentidos, de forma trapezoidal. Nesse «lajeado», numa das suas extremidades, foi identificada uma «estrutura periférica» constituída por blocos e lajes definindo um espaço sub-rectangular. Debaixo desse lajeado, na área definida pela estrutura periférica, foi descoberto um vaso tronco-cónico, de bordo largo, oblíquo, asa e mamilos. No fundo da câmara há a assinalar a presença duma espiral em prata, de secção elíptica, terminando em ponta fina. Na serra da Aboboreira num outro monumento baixo, (Mamoa 4 de Meninas do Crasto, Baião), considerado um «cairn» (que poderia ter envolvido uma pequena câmara megalítica) (V. Oliveira JORGE, 1983), também foi descoberta uma espiral de prata idêntica à anterior e fragmentos dum vaso tronco-cónico com mamilos no bordo. Este tipo de espirais tem paralelo numa outra proveniente da Mamoinha da Cerca (Esposende) e, na Galiza, por ex., na cista de A Pedrosa. São objectos que, duma forma geral, poderão ser característicos dos inícios do Bronze inicial (1800-1700 a.C.) (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1979) embora, dada a sua simplicidade, possam ter perdurado até mais tarde. Os vasos tronco-cónicos, com ou sem asa e mamilos (sob ou sobre o bordo), bem conhecidos do Norte de Portugal, parecem provir, na sua maioria, ou de monumentos megalíticos ou cistas, embora seja difícil tentar descrever estes túmulos ou inquirir das condições de jazida em que os vasos foram encontrados. Na Beira Alta, onde também são muito abundantes em contextos megalíticos, podem corresponder a uma fase de tumulação posterior à da primeira utilização das antas em que ocorrem se tivermos em conta os elementos fornecidos pelas escavações dos dólmenes do Carapito (V. LEISNER e L. RIBEIRO, 1968). Mas desconhecemos a sua exacta cronologia. Algumas articulações, quer com monumentos tumulares considerados tardios, quer com alguns — poucos — objectos metálicos (os já mencionados e os outros que referiremos adiante), poderão ajudar a integrá-los, «grosso modo» no Bronze inicial ou inícios do Bronze Médio, em casos em que ocorrem associados a tipos mais recentes.

Os primeiros depósitos de armas e/ou tesouros denotam afinidades atlânticas. É o caso das alabardas tipo Carrapatas (SCHUBART, 1973) de Vale Benfeito, Carrapatas (Macedo de Cavaleiros),

(*) Comunicação de Armando Coelho da Silva, António Baptista Lopes e Tarcísio Pinheiro Maciel apresentada ao III.^o Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães.

Abreiro (Mirandela) e Alto de Pereiras (Vimioso), as quais parecem imitar protótipos britânicos e irlandeses, embora se devam inserir, a nível peninsular, na ambiência de Montelavar (1800-1700 a.C., PRIEGO, 1979), dada a sua corrente articulação com pontas tipo Palmela e punhais de lingueta. Também o tesouro de Cabeceiras de Basto (Braga) constituído por uma lúnula e dois discos em ouro, traduz prováveis relações atlânticas, durante a fase de 1750-1600 a.C. (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1979), embora devam ser consideradas produções locais (TAYLOR, 1970).

O conjunto de Sequeade (Barcelos) (T. SOEIRO, 1982), constituído por um vaso sub-cilíndrico de fundo plano, com asa, que teria contido uma meada em ouro de fios de secção predominantemente circular, sob um «testo» de cerâmica, lembra, por sua vez, esconderijos semelhantes existentes em França, durante o Bronze inicial, como o depósito de Pontgibaud (Puy-de-Dôme) ou o de Heidolsheim (Bash-Rhin), embora possam ter persistido no Bronze Médio (C. ELUÈRE, 1982).

De mais difícil identificação cronológica se mostra a cadeia de espirais em ouro de Chaves cujos fios se encontram apertados por outros mais curtos, processo também utilizado na meada de Sequeade e que parece indicar que estamos em presença dum objecto que deixou de ter a sua função ornamental primitiva.

Espirais, particularmente em prata, são comuns na fachada atlântica (citemos, apenas como ex., o conjunto das Antas de Ulla, Pontevedra) e integradas correntemente no Bronze Antigo (RUIZ-GÁLVEZ PRIEGO, 1979). Dentro deste contexto, que tem em conta aspectos tipológicos dos materiais e tipo de matéria-prima, não colocamos de lado a hipótese de a cadeia de espirais em ouro de Góis (Barcelos) poder articular-se com este momento genérico da 1.^a metade do II.^o milénio a.C. (Ruiz-Gálvez Priego considera que a forma da secção dos fios destes objectos «não é determinante duma maior ou menor antiguidade» (1978, p. 160).

A par destas produções locais de artefactos metálicos que insinuam amplas relações atlânticas, podemos constatar que o fundo campaniforme e o eco das produções meridionais (em cobre) se faz sentir em conjuntos dispersos pelo Norte do país, cujas condições de jazida desconhecemos na sua maioria, os quais estão a ser tratados em ordem à articulação com os recursos mineiros desta região e prováveis horizontes coevos. Múltiplos problemas de ordem económica e social estarão implicados nesta rica e variada produção metalúrgica que, de momento, não cabe aqui referir. Gostariamos de tão só enunciar algumas linhas de força, sugeridas pelas diversificadas manifestações culturais deste período, que poderão suscitar a discussão no que respeita à inserção desta área no âmbito peninsular e atlântico.

— E já um lugar comum dizer que na primeira metade do II.^o milénio a.C. se realizou em toda a fachada atlântica uma transformação social que se evidência no registo arqueológico pelo aparecimento das primeiras inumações individuais ricas em objectos de prestígio constituídos por armas e adornos em metal. A par destas surgem outras que, embora menos ricas, pela variedade dos processos construtivos e de rituais funerários que representam, manifestam claramente uma estratificação social que poderá ser correlativa do nascimento dos primeiros «chefados» da I. do Bronze.

— Contudo, há que reflectir no posicionamento cronológico destas manifestações funerárias relativamente às que integram cerâmica campaniforme, como repensar a sua inserção no fenómeno campaniforme tomado globalmente. No Sudoeste, o «horizonte da Ferradeira» (SCHUBART, 1971) é entendido como uma associação tumular que representa duma forma específica e regional o fenómeno campaniforme. De facto, ainda que recentemente se tenha vindo a descobrir cerâmica campaniforme de tipo tardio no Alentejo (J. M. ARNAUD, 1982), a par de outras já anteriormente conhecidas (C. T. SILVA e J. SOARES, 1976-77), poderíamos aceitar, dada a raridade desta cerâmica no Alentejo e Algarve, que o H. de Ferradeira é sincrónico, do ponto de vista cronológico e cultural, do fenómeno campaniforme florescente nas áreas do Ribatejo e Estremadura (desembocadura do Tejo) e Huelva-Sevilha. Já no Noroeste Peninsular se nos afigura que a série tumular de Montelavar poderá eventualmente ser contemporânea da série tumular com cerâmica campaniforme (tipos pontilhado geométrico e inciso na mesma região, pelo menos, durante uma primeira fase e em certos territórios, onde os mesmos tipos de túmulos forneceram quer cerâmica campaniforme, quer objectos como diademas de ouro, punhais de lingueta e pontas de tipo Palmela) (F. CRIADO BOADO e J. M. VÁZQUEZ VARELA, 1982). De facto, no Noroeste, a cerâmica campaniforme é bastante mais abundante do que no Alentejo e Algarve, e, recentemente têm sido descobertas jazidas, tanto na Galiza como no N. de Portugal, que apontam para a sua existência tardia (no N. de Portugal, particularmente no monumento de Chã do Carvalhal, ou no habitat do Tapado da Caldeira, Baião). Se atendermos a que, em outras áreas da Península, as tumulações campaniformes consideradas recentes integram alguns artefactos metálicos recorrentes no «H. Montelavar» e cerâmica campaniforme de tipo Ciempozuelos - Palmela, pensamos poder colocar a hipótese dum sincronismo, ao menos parcial, entre os dois tipos de enterramentos (com e sem cerâmica campaniforme), para o qual deveríamos buscar explicação na ampla diversidade de possibilidades económicas e sociais desta época, nesta região.

— Como é sabido, desconhecem-se os povoados desta fase. Isto dificulta particularmente a resposta a uma questão fulcral: que factores determinaram a transformação social implícita no aparecimento de testemunhos de poder «individualizado»?

A existência de abundantes objectos metálicos de produção local, aparentemente parece apontar para a necessidade dum poder progressivamente criado no controle da produção e redistribuição desses artefactos de prestígio (D. CLARKE, 1976). Contudo, a comprovação desta ideia implicaria uma larga visão de comportamento local das populações, o conhecimento das estruturas de habitat, de formas de exploração económica do território, a compreensão da variedade de situações concretas e estruturais inerentes aos múltiplos depósitos (intencionais ou acidentais) de objectos em metal, etc. Por outro lado, hoje em dia, vários autores tendem a valorizar o controle sobre o uso das melhores terras de cultivo e pastoreio, como uma das razões fundamentais para a diferenciação social surgida com o fenómeno campaniforme e desenvolvida durante a 1.^a metade do II.^o milénio a.C. (A. GILMAN, 1976). O metal seria trabalhado localmente, em períodos curtos, sazonais e destinar-se-ia mais à feitura de elementos de prestígio que espelhariam e fortaleceriam o poder de alguns «chefes» sobre as comunidades locais no domínio que exerciam sobre o acesso destas ao uso da terra (J. M. COLES, 1982).

Neste sentido, será praticamente impossível integrar as várias manifestações de ordem social e económica num quadro explicativo coerente, sem desenvolver um plano de investigação que vise a determinação das diferentes *paisagens* que o homem deste período utilizou, através de estudos em várias frentes (palinologia, sedimentologia, paleo-bitânica, fotografia aérea, etc.). Cada vez mais a investigação das sociedades da I. do Bronze europeia se dirige no sentido de compreender o sentido da acção humana na paisagem e através dele atingir o complexo de causas para a emergência de comunidades hierarquizadas que produzem e difundem em larga escala artefactos metálicos de luxo.

3 — Aspectos da 2.^a metade do II.^o milénio a.C.

Durante a 2.^a metade do II.^o milénio a.C. (1500-1100 a.C.), desenvolve-se uma diversidade e movente produção metalúrgica que admite a construção de aproximadas correlações tipológicas entre artefactos provenientes de regiões afastadas da Península. A título de exemplo, saliente-se a espada de rebites de S. Bartolomeu do Mar (HARBISON, 1967) que se integra num grupo de espadas disseminadas pela metade setentrional da Península, dos começos do Bronze Médio (Estádio V, 1600-1500 a.C., ALMAGRO GORBEA, 1976).

Os machados planos de bordo encurvado (Bujões-Barcelos), de rebordos laterais e os primeiros tipos de talão, inseridos por Harbison (juntamente com as grandes espadas de rebites) no «horizonte Barcelos-Melide» (HARBISON, 1967) e sistematizados por Monteagudo (1977), reflectem, além duma produção local, que transcende o antigo fabrico de objectos de prestígio, um organizado comércio a distância, o qual articula áreas culturais até então relativamente independentes. Os braceletes em ouro Arnozela (Fafe) de secção «em fita» apelam, na sua simplicidade e tipologia, para exemplares franceses do Bronze Médio (cuja origem pode remontar aos fins do Bronze Antigo), com paralelos genéricos em Saint-Babel (Puy-de-Dôme) e Villeneuve-Saint-Vistre (Marne) (C. ELUÈRE, 1982). Também nesta fase se deve integrar o bracelete maciço de bronze do Corvilho (Santo Tirso) de secção plano-convexa, cujas extremidades são acentuada por leves espessamentos de secção quadrangular. É decorado com incisões e puncionamentos organizados em métopas. Pode articular-se com uma vasta «família» de braceletes maciços decorados da Europa atlântica, como os bretões de tipo Bignan ou de Hinguet (C. ELUÈRE, 1982).

Uma das mais incisivas questões relativas a esta fase será tentar caracterizar o quadro humano da vida quotidiana e das manifestações funerárias e rituais que preside à actividade metalúrgica acima mencionada. Embora existam até ao momento muito poucos elementos de comparação, há que reinterpretar os actuais dados à luz de novos conhecimentos adquiridos em recentes escavações.

A necrópole do Tapado da Caldeira, Baião (S. Oliveira JORGE, 1980) permitiu caracterizar um tipo de sepulturas do Bronze Médio-Tardio e integrar indirectamente dados que se encontravam dispersos ou eficientemente identificados. Trata-se de sepulturas abertas no saibro de planta rectangular ou elíptica, provavelmente de inumação individual integrando, como espólio, apenas em cada uma, um vaso na extremidade. Não havia sinais de qualquer cobertura em pedra ou de outro tipo. As sepulturas encontravam-se cheias de terra pouco compacta e não havia indícios de violações ulteriores. Apenas na sepultura I foram recolhidos carvões da base da mesma que forneceram duas datas pelo C14 que apontam a utilização da necrópole por volta de 1300 a.C. Os vasos são heterogéneos do ponto de vista tipológico e cultural e deixam antever uma interessante simbiose entre a ambiência de Cogotas I e o mundo do Noroeste. No que toca ao horizonte de Cogotas I, a cronologia agora apresentada entronca no que se conhece de mais antigo, quer na Meseta (FERNÁNDEZ POSSE y de ARNÁIZ, 1981), quer no Sudeste (MOLINA GONZALEZ, 1983). O fundo local exprime-se particularmente no vaso da sepultura II, um recipiente sub-cilíndrico, com asa e bordo estreito horizontal, decorado com uma fila de mamilos sob o bordo e três cordões horizontais na parte média. Este vaso articula-se com um conjunto de recipientes bastante abundantes no Noroeste que, embora diversificados na conjugação dos seus atributos, se inserem todos na forma geral tronco-cónica ou sub-cilíndrica, e geralmente apresentam uma asa lateral. Estes

vasos ocorrem em diversos contextos, provavelmente desde o Bronze Antigo, embora, durante a 2.^a metade do II.^o milénio a.C., possam incluir um atributo novo — o largo bordo horizontal (eventualmente decorado). Precisamente este último tipo de vasos, que tem uma expressiva expansão litoral, ocorre num outro contexto funerário, a necrópole de cistas de S. Paio de Antas (Esposende) (cistas alongadas de inumação individual) e num contexto ainda não totalmente interpretado, o das fossas abertas no saibro de Caldelas (Guimarães). Os outros locais onde foram descobertos estes recipientes, ou se relacionam com zonas de «habitat» ou não estão suficientemente identificados. Desde há muito que a inserção cronológica e cultural deste tipo cerâmico é controversa. Desde a posição inicial de Leite de Vasconcelos (1905) que o incluiu no Neolítico final, passando pela sua integração no «Eneolítico» ou Bronze Inicial, até à sugestão duma cronologia adentro do Bronze Final, podemos constatar quanto tem sido polémica a sua abordagem.

Basicamente as interpretações apoiam-se na análise comparada da decoração do largo bordo horizontal, que, ora se pretende relacionar com protótipos da chamada «cultura das grutas» e/ou campaniforme ou com modelos técnicos e temáticos da cerâmica «castreja».

É óbvio que a saída deste impasse só poderá residir na descoberta dum contexto arqueológico «in situ» passível de datação absoluta ou relativa. Recentemente a escavação de povoados como o da Bouça do Frade e Monte Calvo (Baião), ou Pedroso (Celorico de Basto), tem vindo lentamente a contribuir não só para a identificação cronológica dos vasos de largo bordo horizontal (B. FRADE e PEDROSO) como para iniciar um processo de conhecimento de formas de povoados da I. de Bronze. Trata-se de povoados (com ou sem condições naturais de defesa) que inserem estruturas em fossa - prováveis silos - e buracos de poste relacionados com estruturas habitacionais de vários tipos. O povoado de B. do Frade, situado a poucos metros da necrópole do Tapado da Caldeira, provavelmente coeva (em amplos parâmetros cronológicos), forma com esta um conjunto de inegável importância para o entendimento da relação entre o habitat e as estruturas funerárias desta fase.

Cremos que no final do II.^o milénio, inícios do I.^o a.C., o povoamento poderá acusar uma preocupação defensiva acentuada, no alto de morros que dominam a paisagem circundante. E sabemos particularmente isto pela descoberta relativamente recente de cerâmica brunida carenada, habitualmente designada de «tipo Alpiarça» em povoados situados em locais elevados como Facha (Ponte de Lima), Alvarelos (Barcelos), Geraz do Lima (Viana do Castelo), Castelo de Matos (Baião), S. Tiago (Chaves). Também na estação de Alto da Caldeira (Baião) pensamos poder identificar cerâmica brunida desta fase. Mas este período de transição, responsável, decerto, por importante produção e comércio de machados de talão de dupla aselha, tão característicos no Noroeste, encontra-se ainda mal definido, mesmo ao nível da identificação de elementos locais e alógenos, mau grado tentativas de síntese de inegável interesse (H. SAVORY, 1951; P. KALB, 1979/1980). Por outro lado, articulando-se com a ambiência dos povoados fortificados do I.^o milénio a.C. cai já fora da evolução cultural que procurámos aqui esboçar.

Sobre a 2.^a metade do II.^o milénio a.C. salientemos também algumas linhas de força:

— ainda que seja de admitir uma perduração de formas de enterramento «tumular» na tradição do Bronze Antigo (eventuais reutilizações de monumentos megalíticos ou construção de novos túmulos) emerge nesta época a construção da sepultura plana, sem «tumulus» (cistas alongadas ou fossas rectangulares abertas no saibro) em relação com a inumação individual. Nestas sepulturas o espólio circunscreve-se a vasos cerâmicos. Num caso comprova-se a localização da necrópole perto da área de «habitat» (Tapado da Caldeira);

— o povoamento, com ou sem condições naturais de defesa, articula-se com zonas de vale e integra prováveis silos, o que sugere uma agricultura evolucionada que deve ser correlativa dum alargamento da actividade metalúrgica, patente na quantidade e diversidade de artefactos metálicos desta época distribuídos por esconderijos, depósitos e tesouros;

— a circulação no N. de Portugal de material metálico e cerâmico semelhante ao de outras áreas da Península (talvez fabricado localmente segundo padrões alógenos) parece indicar a existência duma vasta rede de contactos comerciais que só pode resultar duma paulatina transformação na estrutura económica e social deste período;

— dadas as condições especialmente favoráveis do ponto de vista da existência de minas de estanho no Noroeste (que influenciou a produção metalúrgica de toda a Península e fora dela), pode colocar-se a questão de se inferir do real significado económico e social da prática metalúrgica desta fase. Esta desenvolve-se não apenas para servir o reforço duma elite em objectos de prestígio, mas para produzir objectos de troca, cujo controle de produção e distribuição terá implicado, como aliás em outras áreas peninsulares (H. SCHUBART, O. ARTEAGA, 1983), um povoamento hierarquizado e multifacetado de acordo com as várias funções económicas assumidas. Funções económicas que se não esgotam naturalmente nas actividades relacionadas com a produção e circulação do metal, mas que terão cada vez mais a ver com o uso de terras agricultáveis e a sua disputa ao nível regional.

Outubro de 1983

BIBLIOGRAFIA

- ALMAGRO Gorbea, M., 1976, La espada de Entrambasaguas. Aportación a la secuencia de las espadas del bronce en el Norte de la Península Ibérica, *I.C.C.*, III, Santander.
- ALMEIDA, C. A. F. de, 1975, A cerâmica castreja, *Revista de Guimarães*, LXXXIV.
- ARNAUD, J. Morais, 1982, O povoado calcolítico de Ferreira do Alentejo no contexto da bacia do Sado e do Sudoeste peninsular, *Arqueologia*, 6, Porto.
- BRIARD, J., 1966, *Les dépôts bretons et l'âge du Bronze Atlantique*, Fac. des Sciences de l'Université de Rennes, Rennes.
- CARDOZO, M., 1971, A estação pré-histórica da serra da Penha (Guimarães), *Actas do II.º Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra.
- CASTILLO, A. del, 1947, La gran cultura hispánica del pleno Eneolítico; el vaso campaniforme, *Historia de España* (dir. M. Pidal), t. I, vol. 1.
- CLARKE, D., 1976, The Beaker Network-Social and Economics Models *Glokenbecher symposium*, Oberried.
- COLES, J. M., 1982, The Bronze Age in Northwestern Europe, *Advances in World Archaeology* (ed. F. Wendorf e A. E. Close), Vol. 1, Academic Press.
- CORTEZ, R., 1948, Arqueologia da região produtora do vinho do Porto, *Instituto do Vinho do Porto*, (supl. caderno 100).
- CRÍADO Boado, F. e J. M. V. Varela, 1982, La cerámica campaniforme en Galicia, *Cuadernos do Seminario de Sargadelos*, 42.
- CRUZ, D. J. da, 1983, Escavação da Mamoa 1 da Chã de Carvalhal — Serra da Aboboreira, *Arqueologia*, 7, Porto.
- CUEVILLAS, F. L., 1947, Los vasos semiovoides y la cronología de los vasos de ancho borde horizontal, *Boletín de la C.P.M.H.A. de Orense*, t. XVI, fasc. I.
- CUEVILLAS, F. L., 1980, *Historia de Galiza, Prehistoria*, vol. III, 2.ª ed. Akal Ed.
- DELIBES de Castro, G., 1976-77, Poblamiento eneolítico en la Meseta Norte, *Sautuola II*, Santander.
- DELIBES de Castro, 1978, Carbono 14 y fenómeno campaniforme en la Península Ibérica, *C14 — Prehistoria de la Península Ibérica*, Fundación March, Madrid.
- ELUÈRE, C., 1982, *Les ors préhistoriques*, (col. L'Âge du Bronze en France, 2), Paris.
- FERNANDEZ-POSSE y de Arnáiz, M. D., 1981, La Cueva de Arevalillo de Cega (Segóvia), *N. A. H.*, 12.
- GILMN, A., 1976, Bronze Age dynamics in Southeast Spain, *Dialectical Anthropology*, 1.
- GONÇALVES, A. A. B., 1984, A mamoa 2 de Out.º de Ante, Baião, *Arqueologia*, n.º 9, Porto.
- GUILAINE, J. e O. V. Ferreira, 1970, Le Néolithique ancien au Portugal, *B. S. P. F.*, t. 67.
- GUILAINE, J., 1976, *Les premiers bergers et paysans de l'Occident méditerranéen*, Ed. Mouton.
- HARBISON, P., 1967, Mediterranean and atlantic elements in the early Bronze Age of Northern Portugal and Galicia, *M. M.*, 8.
- HARRISON, R., 1974 a, Ireland and Spain in Early Bronze Age, *Journal of the Royal Society of Antiquaries*, vol. 164.
- HARRISON, R., 1974 b, A closed find from Cañada Rosal, Prov. Sevilla and two bell Beakers, *M. M.*, 15.
- HARRISON, R., 1977, *The bell Beaker cultures of Spain and Portugal*, Cambridge.
- HARRISON, R., 1980, *The Beaker folk copper age archaeology in western Europe*, Thames and Hudson.
- JORGE, S. O., 1980, A necrópole do Tapado da Caldeira, *Arqueologia*, 2, Porto.
- JORGE, S. O. e T. Soeiro, 1981, Escavações arqueológicas na Vinha da Soutilha (Mairós, 1981), *Portugalia*, Nova Série, vol. II-III, Instituto de Arqueologia, Fac. Letras, Porto.
- JORGE, V. O., 1980, Escavação da Mamoa 1 de Outeiro de Gregos, Serra da Aboboreira, Baião, *Portugalia*, Nova Série, I, Instituto de Arqueologia, Fac. Letras, Porto.
- JORGE, V. O., 1982, *O megalitismo do Norte de Portugal: o distrito do Porto — os monumentos e a sua problemática no contexto europeu*, Dissertação de doutoramento, Fac. Letras, Porto.
- JORGE, V. O., 1983, Escavação das Mamoas 2 e 4 de Meninas de Crasto, Serra da Aboboreira, Baião, *Arqueologia*, 7, Porto.
- JUNIOR J. R. dos Santos, 1933, A cerâmica campaniforme de Mairós (Trás-os-Montes), *Homenagem a Martins Sarmiento*, Guimarães.
- KALB, P., 1979, Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58.
- KALB, P., 1980, O «Bronze Atlântico em Portugal», *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, vol. 1.
- LEINER, V. e H. Schubart, 1966, Die Kupferzeitliche Befestigung von Pedra do Ouro, *M. M.*, 7.
- LEISNER, V. e L. Ribeiro, 1968, Die Dolmen von Carapito, *M. M.*, 9.
- LÓPEZ Plaza, S., 1978, *Comienzos del eneolítico protourbano en el SO de la Meseta Norte*, Universidade de Salamanca.
- LÓPEZ Plaza, S., 1979, Aportación al conocimiento de los poblados eneolíticos del SO de la Meseta N. española; la cerámica, *Setubal Arqueologica*, Vol. 5.
- MACWHITE, E., 1951, *Estudios sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispanica en la Edad del Bronce*, Madrid.
- MARTIN Valls e G. D. Castro, 1975-76-77-81-82, Hallazgos arqueológicos en la provincia de Zamora — II/IX, *B. S. A. A.*, XLI-XLVIII.
- MOLINA Gonzalez, F., 1978, Definición y sistematización del bronce tardío y final en el Sudeste de la Península Ibérica, *Cuad. Prehist. Univ. Granada*, 3.
- MONTEAGUDO, L., 1977, *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, (Praehistorische Bronzefunde, IX), Munique.
- PIGGOT, S., 1947, Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze, *Revista de Guimarães*, LVII.
- RIBEIRO, R., 1931, Uma estação eneolítica do Monte da Ínsua, *Revista de Guimarães*, XLI, n.º 1-2.
- RUIZ-GÁLVEZ Priego, M., 1979, El Bronce Antiguo de la fachada atlántica peninsular: un ensayo de periodización, *T. P.*, 36.
- SAN VALERO Aparisi, 1942, Notas para el estudio de la cerámica cardial de la cueva de la Sarsa, *Actas y Memórias de la Sociedad Española de Antropología, Etnología y Prehistoria*, XVII.
- SAVORY H., 1951, A I. do Bronze atlântico no Sudoeste da Europa, *Revista de Guimarães*, LXI, 3-4.
- SAVORY, H., 1969, *Espanha e Portugal*, Verbo.
- SCHUBART, H., 1971, O Horizonte de Ferradeira, *Revista de Guimarães*, LXXXI.
- SCHUBART, H., 1973, Las alabardas tipo Montejícar, *Estudios dedicados al Prof. Pericot*.
- SCHUBART, H. e O. Arteaga, 1983, Excavaciones en Fuente Alamo (I-III) La cultura de «El Argar», *Revista de Arqueologia*, 24-27, Madrid.
- SOARES, J. e C. T. Silva, 1976-77-79, Cerâmica campaniforme de Vale Vistoso, *Setubal Arqueologica*, II-III.
- SOEIRO, T., 1982, Esconderijo de Sequeade (Barcelos), *Arqueologia*, 5, Porto.
- SOUSA, A., 1981-82, A cerâmica da Gândara, Esposende, *Portugalia*, Nova Série, II-III, Instituto de Arqueologia, Fac. Letras, Porto.
- SOUSA, J. J. R., 1976, Vasos campaniformes no Norte de Portugal, *Actas de las Jornadas de Metodologia Aplicada de las ciencias historicas I*, Santiago de Compostela.
- TAYLOR, J., 1970, Lunulae reconsidered, *P. P. S.*, 36.

DISCUSSÃO

VICTOR GONÇALVES * — Por certo a comunicação de Susana Oliveira Jorge oferece uma actualizada síntese sobre uma questão que, no entanto, parece longe de estar encerrada e gostaria de felicitá-la pela oportunidade do seu trabalho. Alguns pontos, porém, parecem justificar comentário. Tal é o caso de (1) as comparações com a Meseta e os casos de Teso del Moral e Peña del Aguila (2) a referência específica aos chamados «ídeos-de-cornos» (3) a referência a vasos decorados com triângulos preenchidos, comuns em Chibanes e Pedra d'Ouro (4) a datação ^{14}C para a Vinha da Soutilha e as eventuais aproximações com o Centro/Sul de Portugal e o Sudoeste (5) a utilização do conceito «Horizonte de Ferradeira» como um *terminus ante quem*.

Independentemente de uma urgente re-análise, impossível de fazer aqui, da sobrevalorização dos paralelismos exaustivos que parecem aproximar grupos muito distantes, e isto geralmente com base em tipologias curtas ou análises contextuais mutiladas, haverá que observar aos pontos atrás enumerados o seguinte:

1. Não parece impossível, numa primeira análise, admitir semelhanças entre alguns artefactos de Teso del Moral e Peña del Aguila e outros do Noroeste de Portugal. Como semelhanças se poderiam encontrar, aliás, com materiais do Centro/Sul de Portugal ou mesmo do Sudoeste Peninsular em geral. Mas a verdade é que a única publicação disponível sobre esses importantes sítios espanhóis é, por enquanto, assaz insuficiente, não parecendo lícito usar tais dados sem sérias reservas. Haverá, sem dúvida, que esperar pelo prosseguimento dos trabalhos para se poder concluir estarmos perante reais conjuntos específicos ou peças seleccionadas cuja integração haverá que completar.
2. O caso dos *ídeos de cornos* — nome vago com que alguns colegas comprimiram um naipe amplo de figurinhas, por vezes bem diferentes entre si — vem precisamente ilustrar o que se disse: uma das figurações divulgadas por Socorro López é absolutamente idêntica a outra, do Cerro do Castelo de Santa Justa (Alcoutim), esta porventura melhor conservada. Mas o conjunto dos materiais de Santa Justa pouco tem a ver com a Meseta e a questão, no que se refere a presumíveis figurações de divindades, é sempre semelhante: o tempo alarga-se, os fenómenos de longa duração tornam-se a regra e é difícil usá-los para caracterizar patamares diacrónicos muito precisos. Que surjam *ídeos de cornos* — ou algo assim chamado — na Meseta, em Vila Nova de S. Pedro, Cabeço da Bruxa ou Santa Justa não é, em absoluto, excessivamente importante, sendo provável que algumas boas centenas de anos os separem. E que a sua ocorrência tenha lugar — como no caso de muitas outras manifestações do sagrado — em contextos bem diferentes.
3. Presumo que a referência a «triângulos incisos preenchidos com punctionamentos» diga respeito a um e não a dois tipos de cerâmicas decoradas do Centro de Portugal. É um caso interessante esta cerâmica indubitavelmente associada à chamada «folha de acácia», quando não inclui ela própria motivos deste género. Mas nada há a ver entre os exemplos bem escolhidos de Pedra d'Ouro e Chibanes (ou Rotura IIa) e os da Furninha. Guilaine não cometeu esse erro e viu bem a grande distância cronológica que os separa.
4. Quanto à datação ^{14}C da Vinha da Soutilha, tendo eu confiança na forma como foi obtida, gostaria de sublinhar que me parece excessivamente alta. Certo é que se tem verificado recentemente na Pré-História Peninsular uma curiosa tendência para datações particularmente elevadas e a tal modo que, ainda este ano, num Colóquio do CNRS, em Montpellier, se levantavam sérias reservas a essas datações que por pouco não colocavam a domesticação da ovelha no Paleolítico... Haverá, portanto, que encarar com serenidade estas datações, sobretudo quando apenas dispomos de uma amostra datada. Nada permite aproximar a datação da Vinha da Soutilha das séries obtidas para o Sudoeste, e muito menos das de Santa Justa. Quanto a estas últimas, recentemente divulgadas «em antestreia» por J. Arnaud, numa manobra de antecipação que mais se explica pela psicanálise que pela arqueologia, elas foram apresentadas sem qualquer contexto, como se compreende, uma vez que quem as obteve e tem vindo a escavar esse povoado fortificado esperou dados complementares e contra-datações para as poder enfim divulgar com a indispensável seriedade. E obviamente acompanhadas pelos seus contextos arqueológicos.
As datações de Santa Justa, como as do Zambujal e de outros sítios do Centro/Sul de Portugal e que se referem a populações detentoras de metalurgia do cobre, calcolíticas portanto, vêm no entanto, e desde já, tornar altamente improvável que se possa aceitar a data bruta (entenda-se: de ^{14}C) de 2800 para o início do Calcólítico da Meseta, e por extensão, no Noroeste. Mesmo se se tratasse de uma data artificialmente calibrada haveria que discuti-la com outros dados em apoio, tão estranho é que a metalurgia comece em terras sem cobre mais de quinhentos anos antes do que naquelas em que ele é abundante.
5. Finalmente o caso do «Horizonte de Ferradeira». Não vejo, sinceramente, outra classificação para tal «conceito» senão a de um imenso e belo trabalho de *patchwork*. Agrada à vista mas, se formos um pouco, são nítidas as costuras... Por várias razões este pretendido «horizonte» é ainda hoje inoperacional. Em primeiro lugar só poderia funcionar como uma simples hipótese de trabalho para explicar uma transição (que possivelmente se verificou aliás noutros planos). Em segundo, baseia-se sobre uma pequena e mal escavada necrópole e em escassos artefactos isolados, dispersos por Museus, e sem contexto de origem. E, em terceiro, desconhecem-se totalmente avanços posteriores à formulação do conceito que o confirmem. Num sentido, poder-se-á dizer que a génese da questão de Ferradeira — se questão existe — é muito semelhante à de outro conceito, o de *pré-campaniforme*, com que se pretendeu amalgamar a complexidade e a riqueza do Calcólítico *não-campaniforme*. Solução esta muito ao agrado de alguns escolares mas definitivamente de afastar, no estado actual dos nossos conhecimentos. Ora cada vez menos se vão podendo usar esquemas unilineares ou chaves falsas para resolver os problemas da Pré-História de Portugal. E se um possível «Horizonte de Ferradeira» seria útil para explicar os mecanismos de transição do Calcólítico Final ao Bronze Antigo no Sul de Portugal, no Sul *não-campaniforme*, precisaríamos, antes, de conhecer os seus povoados e necrópoles para que tal explicação seja, no mínimo, aceitável e o conceito passível de utilização.

SUSANA O. JORGE — Em resposta à intervenção do Dr. Victor Gonçalves, que agradeço, gostaria de acentuar que:

1. As semelhanças encontradas em recipientes cerâmicos provenientes de estações do N. de Portugal e da Meseta, referidas na minha comunicação, resultam da observação comparativa directa de materiais de ambas as regiões.
Tanto na Meseta, como, e sobretudo, no Norte de Portugal, as investigações no domínio da Pré-História recente encontram-se numa fase embrionária, pelo que as semelhanças formais observadas não podem, por ora, servir para afirmar uma identidade cultural entre as duas áreas, na época considerada. No entanto, as análises preliminares já realizadas fornecem, em termos gerais, indícios sobre pontos de contacto que precisam de ser testados pela investigação, mas que tornam potencialmente mais frutuoso o permanente intercâmbio dos investigadores das duas áreas.
2. Os chamados «ídeos de cornos», presentes em várias estações peninsulares, podem ter tido significados diferentes consoante os contextos em que se inserem. Contudo, parece-me que tais objectos, provavelmente de natureza cultural, se articulam fundamentalmente com comunidades «calcólíticas» (quer se empregue este termo no sentido cronológico, quer, mais amplamente, na sua acepção cultural). Assim, qualquer que seja a função particular que tenham desempenhado nas

- estações da Meseta, a sua presença, se articulada com outros elementos culturais, poderá sugerir, para esses contextos, uma época e/ou um estágio de desenvolvimento semelhante ao de outras comunidades peninsulares em que também ocorrem.
3. É de desejar que futuras revisões estratigráficas e tipológicas contribuam para a construção de um quadro cronológico mais coerente das várias manifestações do Neolítico-Calcolítico do Centro e Sul de Portugal. Por exemplo, tem-se constatado, ao nível da cerâmica, que alguns motivos decorativos neolíticos perduraram até ao III.º milénio a.C., como nos indicam Savory (1969) e Guilaine (1970). Um desses motivos, o dos triângulos preenchidos com punçamentos ou incisões, ocorre na Gruta da Furninha, embora seja muito mais abundante em estações como Pedra do Ouro, Chibanes, Olelas, Eira-Pedrinha, etc. Isto não significa que os recipientes cerâmicos que ostentam esses motivos sejam todos da mesma época. A aproximação sugerida na minha comunicação é de ordem *geral* — reporta-se a cerâmicas designadas «pré-campaniformes» (Leisner e Schubart, 1966) —, numa atitude intencionalmente prudente, dado o estado incipiente dos nossos conhecimentos sobre as cerâmicas do N. de Portugal, tanto no que diz respeito a cronologias, como ao aspecto tipológico.
 4. O interesse da data de C14 da Vinha da Soutilha é, para já, e como foi referido, muito relativo; no entanto, ele não invalida em termos gerais interpretações cronológico-culturais sugeridas pelo contexto arqueológico a que se reporta. A propósito, conviria reflectir sobre o significado da palavra «Calcolítico» no âmbito peninsular, quer em geral, quer sobretudo quando aplicada a cada região específica. Envolve tal termo uma classificação puramente cronológica, exclusivamente cultural, ou ambas simultaneamente? Adoptando um critério cultural, qual o peso relativo que a presença de alguns objectos metálicos, no seio de uma comunidade basicamente «neolítica», deverá ter? Serão tais objectos importados, e portanto, produto de um comércio, ou fabricados localmente, e assim já resultado de uma difusão ou aculturação técnica? Se, pelo contrário, pensarmos em termos cronológicos, não convirá distinguir claramente períodos gerais, atribuíveis ao conjunto da Península, e períodos locais, que podem mostrar desfasamento em relação àqueles? Há que ponderar cautelosamente todos estes critérios, realizando, em cada região, estudos atentos à relação entre vários elementos, como recursos naturais, estratégias de povoamento, dimensão e morfologia dos habitats, variabilidade estilística da «cultura material», etc. Conseguida assim a determinação das características essenciais de cada cultura ou fácies cultural, procurar-se-á posicioná-la num quadro cronológico, local e geral, ressaltando, a este último nível, as assimetrias de desenvolvimento que todas as épocas conheceram. Trata-se, no fundo, de esclarecer o conteúdo do termo «calcolítico» para cada caso, determinar as várias modalidades culturais que essa palavra pode abranger.

Nestes termos, a existência, em contextos pré-históricos do N. da Península, de elementos que habitualmente designamos «calcolíticos» na sua área meridional, terá de ser ponderada à luz dos nossos conhecimentos globais sobre tais contextos, e em particular no que toca ao papel que a tecnologia do cobre terá desempenhado nessa região durante o III.º milénio a.C. O grande interesse do estudo desta região «interior» reside precisamente na sua comparação com o panorama cultural das áreas litorais do Sul da Península, onde tradicionalmente o «Calcolítico» vem sendo investigado.

BRONCE FINAL ATLANTICO EN EL NOROESTE DE LA CUENCA DEL DUERO

*Germán Delibes de Castro **
*Julio Fernández Manzano **

El Noroeste de la Cuenca del Duero — básicamente los límites actuales de la Provincia de León — reúne condiciones idóneas para la colonización humana, lo cual no pasó inadvertido al hombre prehistórico. Es evidente, sin embargo, que a partir del Tercer Milenio, conforme la metalurgia se fué introduciendo en la Península, un hecho específico contribuyó a hacer aún más atractivo el territorio: la relativa riqueza de su suelo en minerales cupríferos, presentados bajos la forma de malaquitas y azuritas, como las célebres de Villamanín, las cuales indudablemente condicionaron el surgimiento en este sector, así como en los territorios aledaños, de una pujante industria metalúrgica durante la Edad del Bronce.

Dicha actividad fundidora, más o menos bien contrastada desde el punto de vista arqueológico, sorprendentemente no ha sido todavía objeto del trabajo profundo y detenido que su importancia exige, y de ahí que hasta el momento todo lo escrito en relación con el tema se reduzca a unos ensayos de escaso alcance — como los, no por ello menos meritorios, de Gomez Moreno (1) y Luengo Martínez (2) — y a determinadas aportaciones parciales en las que se renuncia deliberadamente a planteamientos más generales. Así las cosas, hemos de reconocer que la Protohistoria de este área solo se conoce hoy de manera superficial, y que los estudios sobre dicho campo se encuentran con un retraso de algunas décadas con respecto a los de otros territorios no muy alejados geográficamente.

Es un intento de paliar esta situación de laguna científica, abordamos en el presente trabajo el análisis del Bronce Final, intentando con ello estructurar una síntesis que pueda servir para determinar la situación en que la zona se encontraba, en un momento previo a la arribada de los imprecisamente llamados «pueblos indoeuropeos». Por su parte, no creemos aventurado afirmar que las posibles conclusiones que del mismo podamos obtener, tengan validez igualmente para otros espacios geográficamente próximos teñidos por el denominador común de «atlantismo», aún cuando seamos conscientes que poseen no pocas peculiaridades culturales propias, este sería el caso de Asturias, Galicia, el Norte de Portugal y el resto de la propia Meseta. En todos los casos se documentan tipos metálicos afines, e incluso, puede resultar aún más significativo el hecho de que manifestaciones de Gogotas I, hasta no hace mucho conocidas exclusivamente la Meseta, afecten también a otras latitudes ibéricas, entre ellas la provincia de Orense y las proximidades de Oporto (3), con lo que es factible, que la reconstrucción cultural que ahora establecemos pueda trascender a aquellas zonas.

Sin duda, el acontecimiento más importante que marca el inicio del Bronce Final en toda Europa, lo constituye el nacimiento y difusión de la cultura de los Campos de Urmas. La expansión de estos pueblos provocará en su avance — en Centroeuropa y el Mediterráneo — un virtual aniquilamiento de las culturas del Bronce Medio, siguiendo el resto de los territorios europeos con su desarrollo, más o menos independiente, aunque de alguna manera influenciados por las novedades que aportan aquellas comunidades. Al igual que en el occidente europeo, un proceso similar acontecerá en las costas atlánticas de la Península Ibérica, si bien aquí, las aportaciones — renovación de los sistemas de fundición, así como incorporación de nuevas armas y herramientas — no impactarán directamente desde Centroeuropa, sino a través de otros grupos atlánticos que previamente las habían asimilado a su elenco material.

Contrariamente a lo sucede en los Urnenfelder, donde la metalurgia no deja de constituir un aspecto más, en el Bronce Final Atlántico, la misma constituye prácticamente la única actividad industrial constatada arqueológicamente. Su valoración se tornará, pues, decisiva, en cuanto que a partir de ella se van a estructurar los esquemas de periodización, simplificados, de esta fase — las consabidas Bronce Final, I, II y III —, vigentes para la zona objeto de nuestro estudio, puesto que consideramos que la misma se alinea bastante incondicionalmente con el fenómeno, de discutible alcance cultural, que se

* Universidad Valladolid.

(1) GOMEZ MORENO, M. *Catálogo Monumental de España. Provincia de León*, Madrid, 1925.

(2) LUENGO MARTINEZ, J. M. *El período Eneolítico y la Edad del Bronce en la Provincia de León, Corona de estudios que la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria dedica a sus mártires*, Madrid, 1941.

(3) OLIVEIRA JORGE, S. A estação arqueológica do Tapado da Caldeira, Baião, *Portugalia*, Nova Série, vol. 1, 1980, pp. 29-50.

conoce habitualmente con el título de «Bronce Atlántico». Con ello no defendemos la impersonalidad cultural del Bronce Final en este sector, lo que de por sí justificaría también la búsqueda fuera del mismo de los criterios básicos para vertebrar la secuencia prehistórica local; simplemente denunciamos la imposibilidad de aplicar otro tipo de clasificación ante el ínfimo nivel cualitativo de la documentación arqueológica disponible. Todos los hallazgos conocidos se han producido prácticamente de forma fortuita y no son, por lo tanto, resultado de investigación sistemática. Urge, por consiguiente, llevar a cabo una investigación programada que tenga como objetivo prioritario la búsqueda de un contexto para tantos y tan notables hallazgos casuales. Mientras tanto habremos de contentarnos con las breves y provisionales consideraciones que siguen.

a) *El Bronce Final I* — La renovación de los tipos metálicos que, como eco de lo que ocurre en Centroeuropa, conocen los talleres de las costas atlánticas de Francia se deja sentir prácticamente desde finales del siglo XIII, es decir apenas con un mínimo retraso con respecto a la eclosión de los Campos de Urnas. En el Oeste de Iberia sin embargo, seguramente por su mayor lejanía con respecto a los centros impulsores de tales novedades, la asimilación de éstas se efectuó a través de intermediarios bretones y aquitanos. Ello determinó que su penetración, con anterioridad al siglo XI en que se produce una mayor identificación a nivel de cultura material con los centros de uno y otro lado del Canal de la Mancha, fuese lenta y poco perceptible. Quiere decir ello que el occidente de la Península en el Bronce Final I vivió en cierto modo a espaldas de los Urnenfelder y de las transformaciones que su eclosión llegó a ocasionar en el Atlántico, lo que justifica que apenas si llegasen a ella estoques de Rosnoen o Ballintober; que continuasen en uso, con toda normalidad, los modelos argáricos más evolucionados, o que sólo tímidamente comenzasen a fabricarse hachas de talón, perdurando todavía en muchos casos los tipos planos. En resumen, que las tierras ibéricas, salvo excepciones, vivieron en este período un aislamiento al que cabe responsabilizar de la pervivencia de unas formas de cultura material evidentemente anticuadas.

Son muy pocos por esta razón los conjuntos peninsulares que cabe atribuir con certeza a este Bronce Final I. Carentes de una personalidad específica, se confunden de hecho con los del Bronce Medio, y sólo cuando forma parte de los mismos algún elemento moderno, seguramente importado, existen garantías para situarlos entre 1.250 y 1.100, que son las fechas convencionalmente asignadas a esta etapa. Tenemos la fortuna de contar con un conjunto bastante inequívoco del Bronce Final I de la provincia de León: el del Otero de Valdevimbre, de la región del Páramo, constituido por cuatro piezas arcaicas — dos hachas planas y dos puñales triangulares con orificios en la base — y otras cuatro posteriores, a saber, una lanza de empuje tubular, un regatón de similar diseño, un pequeño yunque y una sierra de cinta o de arco (4).

De los cuatro primeros elementos, dos — un hacha próxima a las de Barcelos y un puñal triangular con cuatro orificios en la base formando un trapecio — se clasifican sin problemas en el Bronce Medio, y los otros dos — el puñal más largo, plano, y el hacha más ancha y de filo tenso — podrían incluso ser de fines del Bronce Antiguo. Sin embargo las otras cuatro piezas reclaman cronologías bastante posteriores y, en general, un origen septentrional atlántico. La lanza, por ejemplo, es muy esbelta y responde a tipos europeos tanto del Bronce Final I como del final del Bronce Medio. Los del grupo bretón de Rosnoen o la Gentry phase escocesa se contarían entre los primeros (5), mientras que una pieza del depósito de L'Arnavé del Midi francés, las de tipo Valsomagle de la zona Nórdica y las ofrendadas en algunas tumbas avanzadas de la cultura de los Túmulos de Centroeuropa constituirían sus mejores réplicas en contextos del Bronce Medio (6). En todo caso parece evidente que esta de Valdevimbre es una de las primeras lanzas tubulares conocidas en la Península Ibérica, y con toda probabilidad una pieza importada. El regatón tubular tendría una cronología análoga si como cabe lícitamente sospechar, se encontraba originalmente engastado en el extremo opuesto del mismo astil en que lo estaba la lanza; de hecho piezas similares se documentan en contextos del Bronce Medio III/Bronce Final I tanto de las Islas Británicas como de las costas del Báltico, lo que confirma la datación de aquella e, incluso, avala su procedencia septentrional (7). El yunque, sin encajar exactamente en los más típicos modelos del Oeste europeo, sí podría considerarse una versión simplificada del tipo I de Moreau en el que cuadra perfectamente el ejemplar del clásico depósito francés de Porcieu Amblagnieu (8). Este, según Bocquet, debe datarse al final del Bronce Medio III por lo que significativamente su cronología coincide con la de los dos

(4) Sobre el conjunto, DELIBES DE CASTRO, D. y FERNANDEZ MANZANO, J. En torno al depósito de la Edad del Bronce de Valdevimbre (León), *Sautuola*, III, 1983, pp. 101-119.

(5) BLANCHET, J. P. et MOHEN, J. P. Le dépôt du Bronze Final de Saint Just en Chaussée (Oise), *B. S. P. F.*, 74, 1977, pp. 474-475; COLES, J. *Scottish Middle Bronze Age Metalwork*, XCVII, 1963-1964, pp. 104-106.

(6) GUILAINE, J. *L'Age du Bronze en Languedoc*, Paris, 1974, pp. 140-142, fig. 44; ZIEGERT, H., *Zur Chronologie und gruppengliederung der Westlichen Hügelgräbenkultur*, (Berliner Beiträge zur vor- und Frühgeschichte, VII), 1963, taf. 5 y 13; JACOB FRIESEN, G. *Bronzezeitliche Lanzenspitzen Norddeutschland und Skandinaviens*, Hildesheim, 1957, pp. 117-136.

(7) ROWLANDS, M. J. *The organisation of Middle Bronze Age Metalwork*, (B.A.R., 31, I), Oxford, 1976, p. 61; BUTLER, J. J. *Bronze Age connexions across the North Sea*, *Paleohistoria*, 9, 1963, p. 133.

(8) MOREAU, J. Un moule déncleme de l'Age du Bronze trouvée en La Lède du Gurd (Gironde), *G.P.*, XIV, 1971, pp. 267-269; BOCQUET, A. *L'Isere Préhistorique*, *G.P.*, XII, 1969, pp. 160.

elementos anteriores. Y, finalmente, otro tanto cabría señalar para el tipo de sierra representada en este conjunto leonés, ya que difiere notablemente de los serruchos calcolíticos y se identifica en sus principales rasgos con los modelos del «Ornament Horizon» de Gran Bretaña (transición hacia el Bronce Final I) y de su contemporánea irlandesa la fase Bishopland⁽⁹⁾.

Segun todo ello podría concluirse que el de Valdevimbre, pese a lo que llegó a insinuar alguna vez Luengo, es un depósito unitario — constituido por *un sólo conjunto de piezas* — que agrupa tipos locales arcaicos del Bronce Medio junto con otros, muy probablemente importados, propios del Bronce Final, y cuya ocultación tuvo lugar en ese interesante momento (el siglo XII con bastante seguridad) en el que el occidente de la Península Ibérica supera aislamiento que padece durante casi todo el Bronce Medio y se incorpora a la órbita de los pujantes grupos metalúrgicos ribereños del océano Atlántico.

b) *El Bronce Final II* — A fines del siglo XII a. de J.C. um determinado tipo de espada de puño tripartito y perfil pistiliforme, con un fuerte ensanchamiento en el tercio inferior de su hoja, se encuentra en voga entre las gentes centroeuropeas de los Campos de Urnas. Son las espadas de tipo Hemigkofen, derivadas de los modelos de Treviblice y características del periodo III de los Urnenfelder (Ha A2), que van a sustituir a los estoques de fases anteriores (Bronce Final I) como los de Rixheim, Monza o sus derivados⁽¹⁰⁾. Se trata de armas bastante más avanzadas que estas últimas, que ofrecen ya la ventaja de tener fundidas en una sólo pieza hoja y puño, y que por ello alcanzaron un vasta y rápida difusión. Dentro de ese contexto se entiende que algunas espadas Hemigkofen fueran importadas desde territorios totalmente jenos a la expansión de los Campos de Urnas, como las costas occidentales de Francia — tanto la región de Paris como Bretaña⁽¹¹⁾ — donde se hace coincidir su llegada con la inauguración del Bronce Final II.

No obstante, el rasgo más destacado de los focos atlánticos en este período no va a ser la importación de esas armas centroeuropeas, sino su imitación por parte de los artesanos locales, ya que efectivamente las primeras espadas Hemigkofen sirvieron de modelo e inspiraron nuevos tipos eminentemente atlánticos, todos ellos con hojas pistiliformes, como las espadas del Loire y girondinas en el occidente de Francia o las de Hammersmith en el Sureste de Inglaterra⁽¹²⁾. Tales tipos, distribuidos virtualmente por todos los territorios del occidente europeo, son realmente los fósiles guía del Bronce Final II atlántico, y lógicamente no faltan — en tanto se trata ya de un foco plenamente incorporado a tal Bronce Atlántico — en el cuadrante Noroeste peninsular, donde se reconocen preferentemente en Galicia, Asturias, el Norte de Portugal y, sobre todo, en la provincia de León⁽¹³⁾.

Las espadas pistiliformes leonesas documentadas hasta el momento son las de los Museos de Barcelona y San Marcos, la de Veguellina de Orbigo, la del Museo de Belen, presuntamente hallada en La Cabrera⁽¹⁴⁾, y una más recuperada en el alto Cea, al Norte de Sahagun, que se conserva en la colección Fontaneda⁽¹⁵⁾. Es difícil distinguir si se trata de productos locales o importados. En la Península se desconocen moldes que sirvieran para fundir estos modelos⁽¹⁶⁾ lo que podría utilizarse como argumento en contra de su indigenismo, pero a favor obra el hecho de que en su gran mayoría responden a un esquema distinto al de las espadas del Loire y sólo en parte afin al de las aquitanas de Saint Denis de Pile. Mas bien, por esa razón, creemos se trata de manufacturas meridionales, seguramente ibéricas, salvo en el caso de la espada de La Cabrera que, como la de Alhama de Aragón, reivindica estrecho y preciso parentesco bretón. De tal manera es posible descartar, bastante definitivamente, aquella hipótesis de Evans que atribuía la presencia de estas armas a la llegada de un pueblo extraño, presumiblemente centroeuropeo, al que bautizó con el gráfico nombre de los «sword-bearers»⁽¹⁷⁾.

Desgraciadamente las espadas pistiliformes ibéricas aparecen muy rara vez asociadas a otros elementos, lo que hace difícil saber cuales son los materiales que caracterizan, junto con ellas, el Bronce Final II de estas tierras. La de Alhama de Aragón conservaba aun la contera metálica de la funda en que se

⁽⁹⁾ SMITH, M. A. Some Somerset hoards and their place in the Bronze Age of Southern Britain, *P.P.S.*, XXV, 1959, p. 150; EOGAN, G. The date Bronze Age in Ireland in the light of recent research, *P.P.S.*, XXX, 1964, p. 276, fig. 5.

⁽¹⁰⁾ GAUCHER, G. et MOHEN, J. P. *Typologie des objets de L'Age du Bronze en France. I. Epées*, Paris, 1972, p. 523.

⁽¹¹⁾ BRIAND, J. *Les dépôts bretons et L'Age du Bronze Atlantique*, Rennes, 1965, pp. 185-187; MOHEN, J. P. *L'Age du Bronze dans la region de Paris*, Paris, 1977, pp. 119-120.

⁽¹²⁾ COFFYN, A. Les civilisations de L'Age du Bronze en Aquitaine, en *La Préhistoire Française*, II, Paris, 1976, pp. 534-542.

⁽¹³⁾ DELIBES DE CASTRO, G. y MAÑANES PEREZ, T. La espada del Bronce Final de Veguellina de Orbigo (León), *B.S.A.A.*, XLV, 1979, pp. 158 y ss.

⁽¹⁴⁾ LEITE DE VASCONCELOS, T. Amostras da secção Hespanhola do Museu Etnológico de Belém (Portugal), *Anuario del Cuerpo de Archiv. Bibliot. y Arq.*, I, 1934, p. 51, fig. 1, 5.

⁽¹⁵⁾ Inédita. Nos proponemos estudiarla próximamente en colaboración con su propietario.

⁽¹⁶⁾ Sólomente conocemos uno para modelos de Hemigkofen hallado en Huesca (BARRIL, M., DELIBES DE CASTRO, G. y RUIZ ZAPATERO, G. Moldes de Fundición del Bronce Final procedentes del Regal de Pidola, Huesca, *T. de P.*, 38, 1982, pp. 369-383.

⁽¹⁷⁾ SAVORY, H. N. The «sword bearears»: a reinterpretation, *P.P.S.* XIV, 1948, p. 155-176.

envainaba originalmente ⁽¹⁸⁾; la alavesa de Solacueva de Lacoymonte podría haber aparecido en conexión con cerámicas excisas y del Boquique del grupo Cogotas I ⁽¹⁹⁾, y la asturiana de Sobrefoz se halló, en asociación no poco aberrante, con un puñal de bronce de antenas de inicios del Ha C, pero también con una lanza británica de alerones perforados en la base, que cabría situar en fechas bastante acordes con el Bronce Final II del Reino Unido ⁽²⁰⁾. En todo caso, como decimos, son pocas estas asociaciones y no demasiado típicas como para considerar definido convincentemente todo el contexto cultural que posibilitó su existencia. Entonces ¿qué otros elementos cabría poner en relación con dicho contexto, pese a faltar la evidencia de su nexa directo con las espadas pistiliformes?

Casi con toda seguridad durante el Bronce Final II los talleres bronzistas del Noroeste fabricaron las típicas hachas de talón hispánicas, con una y dos anillas, aun cuando su producción no cesara, y hasta posiblemente alcanzara su punto álgido, en el Bronce Final III. De hecho algunas de estas hachas exportadas al Suroeste francés aparecen vinculadas preferentemente a horizontes del Bronce Final II ⁽²¹⁾, y otras análogas, sobre todo en las tierras de la Meseta, se encuentran relacionadas con regatones tubulares, como los más clásicos bretones de Saint Brieu des Iffs, de esta misma cronología ⁽²²⁾. En la provincia de León son muchos los hallazgos de «palstaves» con asas conocidos, que, en principio por esta razón creemos susceptibles de asimilarse al Bronce Final II. Entre ellos se podrían relacionar los de Astorga, Cistierna, Cofiñal, Cornombre, Manzaneda, Mondreganes, Ponferrada, Pontedo, Sam Emiliano, Santa María del Río, Torneros de Valdería, Toreno, Villasabariego, Villaverde de Arcayo, Villamiraz, etc. y sobre todo los cuatro ejemplares de dos asas de Camposalinas, que, según refirió el P. Morán, formaban un pequeño depósito junto con un cincel de cubo o regatón también análogo a los de Wilburton o Saint Brieu des Iffs, y dos barras de bronce macizas (¿escoplos?) sin decoración ⁽²³⁾. En todo caso lo que sí parece cierto es que estas hachas de talón leonesas responden a modelos distintos — con hojas más abiertas y bordes menos paralelos — que los gallegos, y que ofrecen mayores afinidades con los tipos de las tierras de la Meseta y especialmente los palentinos, burgaleses, asturianos y santanderinos ⁽²⁴⁾. Con ello descartamos puedan interpretarse como piezas importadas del Noroeste, aunque si haya podido encontrarse allí la inspiración del modelo, y entrevemos la posibilidad de que sean elementos producidos localmente, pese a que los únicos moldes documentados para dichos procedan de Linares de Riofrío, en la provincia de Salamanca ⁽²⁵⁾.

Una asociación bastante frecuente en las tierras del alto y medio Duero es la del hacha de talón con la de apéndices laterales o muñones. Se documenta, por ejemplo, en Covalada ⁽²⁶⁾, Gumiel de Hizán ⁽²⁷⁾ y Coruña del Conde ⁽²⁸⁾, y pone de manifiesto que en un determinado momento ambas herramientas coexistieron. Desde luego hay constancia de que estas hachas de apéndices, originarias ultimamente del Cáucaso ⁽²⁹⁾ y llegadas a través del camino del Mediterráneo, todavía se fundían en el Bronce Final III en el territorio atlántico, al igual que las hachas de talón, mas muy verosimilmente ya se encontraban en uso con anterioridad al 850, según cabe deducir de las fechas que se conceden a los tipos, muy próximos, italianos ⁽³⁰⁾. Por lo tanto presumimos su correspondencia, al menos parcialmente, con el Bronce Final II. Por otra parte, son elementos muy frecuentes en la provincia de León en sus límites — concretamente en León se documentan en Almanza, Cea, Mirantes de Luna, Oblanca, Posada de Valduerna y San Justo de la Vega —, dándose el caso de que existen unas características muy peculiares (con el cuerpo muy esbelto, el filo amplio y convexo, y los muñones oblicuos, ligeramente enhiestos en vez de horizontales) que evidencian sin demasiadas dudas que se trata de productos salidos de un taller regional.

⁽¹⁸⁾ HARRISON, R. J. Nota acerca de algunas espadas del Bronce Final en la Península Ibérica, *Ampurias*, 36, 1974, pp. 226-230.

⁽¹⁹⁾ LLANOS, A. Cerámica excisa en Alava y provincias limítrofes, *E.A.A.*, 5, 1972, p. 87.

⁽²⁰⁾ ALMAGRO GORBEA, M. La espada de Entrambasaguas. Aportación a la secuencia de espadas del Bronce en el Norte de la Península Ibérica, *XL Aniversario del Centro de Estudios Montañeses*, III, Santander, 1976, pp. 465 y 474.

⁽²¹⁾ COFFYN, A. Les haches a talón de type hispanique en France, *XIV CNArq.*, Vitoria, 1975, Zaragoza, 1977, pp. 487-502.

⁽²²⁾ BRIARD, J. *Les dépôts...*, ob. cit., pp. 177-180; BURGESS, C. The Bronze Age, en *British Prehistory*, London, 1974, p. 208. Tales regatones aparecen por ejemplo en Covalada (Soria) (ORTEGO FRIAS, T. Bronce atlántico en territorio soriano, *IV CNArq.*, Burgos, 1955, Zaragoza, 1957, p. 117.

⁽²³⁾ MORAN, C. Excursiones arqueológicas por tierras de León, *Archivos Leoneses*, III, 6, 1949, pp. 40-42.

⁽²⁴⁾ Véanse los modelos referidos en la obra de: MONTEAGUDO, L. *Die beile auf der Iberischen Halbinsel*, (P.B.F., A., 6), München, 1977.

⁽²⁵⁾ MORAN, C. Molde salmantino para hacha de talón, *Corona de estudios que la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria dedica a sus mártires*, Madrid, 1941, p. 158 y ss.

⁽²⁶⁾ APRAIZ BUESA, R. de Museo Celtibérico de Soria. Adquisiciones, *Memorias de los Museos Arqueológicos*, 1954, XV, Madrid, 1958, pp. 198-200.

⁽²⁷⁾ OSABA Y RUIZ DE ERENCHUM, B. Catálogo arqueológico de la provincia de Burgos, *NAHis.*, II, 1-3, 1962, Madrid, 1964, p. 240.

⁽²⁸⁾ MELIDA, J. R. *Adquisiciones del Museo Arqueológico Nacional en 1919*, Madrid, 1921, p. 12.

⁽²⁹⁾ DESHAYES, J. *Les outils de bronze de l'Indus au Danube*, Paris, 1960, p. 114.

⁽³⁰⁾ HARDING, A. Mycenaean Greece and Europe: the evidence of bronze tools and implements, *P.P.S.*, 41, 1975, pp. 184-186.

Bastará por ello comprobar la abundancia de palstaves y hachas de apéndices en este territorio, su principal concentración en las tierras altas de la provincia, es decir en las zonas más próximas a las minas de cobre, y la personalidad de los modelos a que corresponden unos y otras para concluir que durante este Bronce Final II la montaña leonesa conoce un gran desarrollo metalúrgico, el cual coincide con la eclosión de otros talleres locales en distintos puntos de la Meseta Norte como el palentino de la zona de Las Peñas o el soriano-burgalés de la vertiente occidental de la Sierra de la Demanda (31).

Finalmente es posible que haya que vincular a esta etapa otras manufacturas de cronología mucho más ambigua, como el pequeño conjunto de lanzas tubulares de Represa, lamentablemente perdido, una nueva lanza rota por el tubo del castro maragato de Revilla, y sendos brazaletes bronceos, macizos, penulares y con decoraciones incisas, que se conservan en el Museo de los Caminos de Astorga. Aquellas carecen de rasgos distintivos suficientes como para asignarles un lugar concreto dentro del largo desarrollo del Bronce Final, aunque en principio parecen abiertamente posteriores al ejemplar de Valdevimbre. Con respecto a los brazaletes, recuerdan a los bretones de Saint Briec des Iffs y también, aunque allí falten los dibujos circulares documentados en la decoración de los leoneses, a los del depósito burgalés de Padilla de Abajo, que se ha datado hacia 900-850 (32); son en todo caso piezas relativamente comunes en las tierras de la Meseta, para las que resulta urgente la búsqueda de una cronología más precisa (33).

c) *El Bronce Final III* — Si el Bronce Final II es el periodo de las espadas pistiliformes, el Bronce Final III lo será de las denominadas de lengua de carpa, nuevos modelos de puño tripartido, como los anteriores, pero de bordes paralelos y con la guarda en V en vez de en U, cuyo principal distintivo es su extremo bruscamente estrechado, según dicen en «lengua de carpa», «lengua de gato» o «gota de sebo» (34). El hecho es que efectivamente estos tipos sustituyen a los pistiliformes en casi todas las regiones atlánticas a partir aproximadamente del 900/850. Su origen ha sido una de las cuestiones más debatidas en el estudio del Bronce Final III, tendiendo la investigación moderna a aceptar la conocida tesis de Cowen (35) de que derivaban de los tipos pistiliformes y de que su transición se verificaba a través de los modelos bretones de tipo Saint Nazaire — aun pistiliformes pero ya con guardia en V — lo que, en buen grado, suponía aceptar el origen absoluto de las espadas de lengua de carpa en este sector del occidente de Francia y su difusión desde allí al resto de los territorios atlánticos. Hoy, sin embargo, se hace necesario introducir nuevos matices en tal interpretación. Así, nos parece interesante recordar que el sistema de bordes paralelos se va afianzando no sólo en las espadas atlánticas del Bronce Final III, sino también aunque menos acentuadamente, en las centroeuropeas de los Urnenfelder, como las de Auvergnier o incluso Möringen (36). Pero todavía mucho más importante resulta, en nuestra opinión, comprobar que existen ciertas espadas hispanas todavía de guarda en U pero ya con hoja de bordes paralelos aunque no con punta de lengua de carpa, cual es el caso de la gallega de Valga (37) y, muy especialmente, de la leonesa de Villaverde de la Chiquita (38), que responden a formas tan «intermedias» entre las pistiliformes y las del Bronce Final III como lo puedan ser las de Saint Nazaire, o la misma espada del Río Esla, del Museo de Barcelona, muy poco pistiliforme en comparación por ejemplo con la de Veguellina y ya con una zona de empalme en indiscutible V. A lo que nos llevan, por tanto, estas observaciones es a desterrar la idea de que el tránsito de los modelos del Bronce Final II a los de lengua de carpa es unívoco, es decir una exclusiva bretona; también en la Península Ibérica se rastrea la génesis de estos últimos y una prueba más en favor de ello la manifiestan varias espadas de lengua de carpa de la Ría de Huelva, del inicio del Bronce Final III, que denotan aún en sus hojas cierto carácter pistiliforme residual, enfatizado por Fernández Miranda y Ruiz Galvez (39).

Las de Huelva suelen considerarse por ello los más primitivos modelos de lengua de carpa, caracterizados por un tipo de empuñadura de amplios calados, que a veces ha merecido el calificativo de

(31) Ya hemos aludido a estos talleres en otras ocasiones (DELIBES DE CASTRO, G. *Materiales de la Edad del Bronce en la Colección del P. Saturino de Silos*, (en prensa).

(32) MAC WHITE, E. *Estudio sobre las relaciones atlánticas de la Península Hispánica en la Edad del Bronce*, (Disertaciones Matritenses, II), Madrid, 1951, p. 89, lám. XXII; BOSCH GIMPERA, P. *La Edad del Bronce en la Península Ibérica*, A.E.A., 89-90, 1964, p. 67.

(33) Un buen lote de estas piezas se conserva en la Colección Fontaneda. Algunos de ellos proceden de Villaverde de la Chiquita (León).

(34) ALMAGRO, M. El hallazgo de la Ría de Huelva y el final de la Edad del Bronce en el Occidente de Europa, *Ampurias*, II, 1940, p. 86.

(35) COWEN, J. D. *Les origines des épées du bronze de type a langue de carpe*, (C.U.I.S.P.P.), Madrid, 1954 (1956), pp. 639-642.

(36) GAUCHER, J. et MOHEN, J. P. *Typologie...*, ob. cit., p. 432.

(37) RUIZ GALVEZ, M. La espada de Valga: armas arrojadas a las aguas, *El Museo de Pontevedra*, en prensa.

(38) Véase nota 15.

(39) FERNANDEZ MIRANDA, M. y RUIZ GALVEZ, M. El depósito de la Ría de Huelva y su contexto cultural, *Oskitania*, Burdeos, 1980, p. 66.

«esquelética». Tales tipos faltan prácticamente en el cuadrante Noroeste de la Península (40) y ello nos hace pensar que a lo mejor coincidieron cronológicamente con las últimas espadas de empalme en U de este territorio. La realidad es que, prescindiendo de la problemática pieza de Hío (41), todas las espadas de tal zona correspondientes al Bronce Final III parecen de un momento bastante avanzado del mismo, como la pieza de Isorna (42) o la leonesa de Villafranca del Bierzo (43), que deben fecharse sin grandes agobios en la segunda mitad del siglo VIII a. de J.C. El interés de la última, en todo caso, radica en reunir casos atlánticos como los tres calados, el pivote del pomo y su presumible extremo en lengua de carpa, clásicos todos ellos de las espadas francesas de tipo Venat (44), y otros del Este, propios de ciertas armas del Mediterráneo Central (45), como la tendencia del puño a hacerse macizo y su delimitación, mediante un arco en resalte, con respecto a la hoja.

Las espadas de pivote cilíndrico, aunque no muy abundantes, ofrecen una dispersión bastante amplia escalonándose en el Atlántico desde los Países Bajos hasta el Sur de la Península Ibérica, y en el Mediterráneo desde Almería a Cerdeña y el occidente de Italia. Ello ha sugerido a Cowen (46) la posible distribución del tipo por una ruta marítima de cabotaje tendida entre el Bajo Loire y el centro del Mediterráneo sin duda como resultado de la cada vez más intensa presión en Occidente del comercio orientalizante. Entiéndese así la producción en Iberia de las fibulas acodadas de tipo Huelva (47), que asimilan rasgos chipriotas y sículos, y cuya difusión no sólo se limitará a las zonas costeras o al propio Suroeste, sino que afectará de manera importante a las tierras interiores, donde se asocian en varias estaciones a cerámicas del grupo Cogotas I (48). Un ejemplar de este modelo, que nosotros desconocemos, al parecer procede de la localidad leonesa de Villasabariego (49).

Es comunmente aceptado que por estas fechas próximas al 800 los talleres del Noroeste alcanzan el punto culminante en la producción de hachas de talón con anillas, lo que invita a pensar que también sean del Bronce Final III algunas piezas con análogo diseño de las tierras meseteñas. La cronología avanzada de tales herramientas parece avalada por diversos argumentos como el desarrollo de aleaciones ternarias (Cu-Sn-Pb) en la fundición de las mismas, lo que presupone cierto paralelo con el Bronce Final III de otros territorios atlánticos (50); como la presencia de algunas piezas en depósitos indudables de esa misma fase, entre los que cabría mencionar de Hío, Maçao, Arganil (51) o, incluso, el sardo de Sa Idda (52); y, finalmente, la propia reproducción en plomo de este modelo de palstave — por ejemplo en Henayo (53) —, que sugeriría una datación de inicios del Ha C por convergencia con las hachas de cubo plúmbeas de tipo Pleucadeuc (54). Todo ello acredita de manera rotunda la pervivencia de tales herramientas en el Noroeste peninsular — y en buena lógica también en tierras de León — en los siglos IX y VIII.

Puede ser interesante comprobar que en el nutrido depósito girondino de Vénat de estas mismas fechas, comparecen las hachas de apéndices laterales pero no las de talón (55). Su ausencia no puede justificarse — como acaso se fuera posible argumentar en el caso del depósito de Huelva — sobre la base de una particular valoración funcional del conjunto, ya que el mismo incluía hachas de otros muchos tipos; pero tampoco responde, a nuestro entender, a un desfase cronológico de Venat con los palstaves con asas. Simplemente se debe a que por entonces estos últimos modelos carecen de aceptación más allá del Pirineo y reducen su difusión exclusivamente al Noroeste de la Península. En cualquier caso, Vénat en el Atlántico (56) y Sa Idda en el Mediterráneo (57) demuestran la persistencia de las hachas de apéndices laterales en el siglo VIII,

(40) SAVORY, H. N. A Idade do Bronze Atlântico no Sudoeste da Europa, *Rev. de Guimarães*, LXI, 1951, p. 335 y 342; IDEM, *Espanha e Portugal*, Lisboa, 1971, pp. 231 y 240.

(41) ALMAGRO GORBEA, M. La espada de Entrambasaguas..., ob. cit., p. 465.

(42) RUIZ GALVEZ, M. Consideraciones sobre el origen de los puñales de antenas gallego-asturianos, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, I*, Guimarães, 1980, pp. 85-111.

(43) DELIBES DE CASTRO, G. y FERNANDEZ MANZANO, J. Una espada de lengua de carga excepcional procedente de El Bierzo, *T. de P.*, 36, 1979, pp. 439 y ss.

(44) GAUCHER, G. et MOHEN, J. P. *Typologie*..., ob. cit., p. 56.

(45) TARAMELLI, A. Il ripostiglio dei bronzi nuragici di Monte Sa Idda, *Monumenti Antichi*, XXVII, pp. 5-108, fig. 1-93; BIANCO PERONI, V. La spade nell'Italia Continentale, *P.B.F.*, A., IV, 1, München, 1970, pp. 97-98.

(46) COWEN, J. D. A striking maritime distributios-pattern, *P.P.S.*, XXXVII, 1971, pp. 154 y ss.

(47) DELIBES DE CASTRO, G. Una inhumación triple de facies Cogotas I en San Roman de la Hornija (Valladolid), *T. de P.*, 35, 1978, pp. 244 y ss.

(48) *Ibidem*.

(49) COFFYN, A., GOMEZ, J. et MOHEN, J. P., *L'Apogée du Bronze Atlantique: le dépôt de Vénat*, Paris, 1981, carte, 9, n.º 32.

(50) SIERRA, X. C. *Sobre la tecnología del Bronce Final en los talleres del Noroeste Hispano*, (*Studia Archeologica*, 47), 1978.

(51) Véase sobre ellos: MONTEAGUDO, L. *Die beile*..., ob. cit.

(52) TARAMELLI, A. Scoperta di un ripostiglio di bronzi di età Preromana a Monte Sa Idda, *Notizia degli scavi*, XII, 1915, pp. 89-97, fig. 1-7.

(53) LLANOS, A. Sobre algunas hachas de metal localizadas en Alava, *E.A.A.*, 4, 1970, pp. 48-50.

(54) RIVALLAIN, J. *Contribution a l'Etude du Bronze Final en Armorique*, Rennes, 1971.

(55) COFFYN, A., GOMEZ, J. et MOHEN, J. P. *L'Apogée du Bronze*..., ob. cit.

(56) *Ibidem*.

(57) TARAMELLI, A. Scoperta di un ripostiglio..., ob. cit.

posibilitando trasladar aun a este momento parte de las peculiares piezas leonesas de este modelo que, como decíamos más arriba, se fabrican ya en talleres locales durante el Bronce Final II.

La perduración de los útiles mencionados — hachas de apéndices y talón — verosimilmente hasta el siglo VIII denota un cierto inmovilismo tipológico en la metalurgia leonesa del Bronce Final III, que sin embargo no puede identificarse estrictamente con aislamiento ni retraso. Estos dos últimos síntomas resultan algo más acentuados en otros territorios meseteños que en León, donde al menos tenemos ocasión de documentar, aunque sea excepcionalmente, algun hacha de cubo ⁽⁵⁸⁾ y varias hoces — dos de Torre de Babia y un molde para fundirlas de Sacaajos, cerca de La Bañeza — denotando una mayor identificación con el Bronce Atlántico. El hacha responde en efecto a un modelo bastante difundido por Galicia y el Norte de Portugal, al que también cabe adscribir ciertas piezas asturianas ⁽⁵⁹⁾ y que en última instancia evidencia relación con las hachas de cubo bretonas y sus derivados ⁽⁶⁰⁾, quedando muy lejos, por tanto, de las que en Cataluña y Aragón acompañan a los Campos de Urnas ⁽⁶¹⁾. Con respecto a las hoces, ostentan un rasgo peculiar que consiste en tener caras planas, no nervadas. Ello las aleja en cierto modo de la Península, aunque no lo suficiente como para pasar por alto que todas aparecen sujetas a una fórmula de empuñadura común — con una ancha lengüeta para ser insertada — característica y exclusiva de un modelo hispano que limita prácticamente su dispersión a una franja periférica entre el estuario del Tago y Asturias.

Hachas de cubo y hoces denotan un escaso poder de penetración hacia las tierras peninsulares del interior que contrasta con el de otros elementos, específicamente atlánticos y seguramente importados, del final de la Edad del Bronce. Nos referimos a los calderos de chapas bronceas claveteadas, que en la Península se denominan de tipo Cabarceno ⁽⁶²⁾. De probable origen irlandés, aunque no haya que descartar la existencia de talleres para fabricarlos en algun punto de Gran Bretaña, se manifiestan, como prueba del dinamismo de su comercio, en algunos de los grandes depósitos franceses del Bronce Final ⁽⁶³⁾ y en otros de la Península Ibérica, siempre al Norte del Tago, como el de Hío ⁽⁶⁴⁾ o, más problemáticamente, el burgalés de Huerta de Arriba ⁽⁶⁵⁾. Una pieza de este tipo, magníficamente conservada, se halló en el interior de una mina de la localidad leonesa de Lois, siendo la única que con seguridad se conoce en la provincia ya que algunos fragmentos del castro de Villaceid ofrecen ciertos problemas de filiación. Su presencia, en todo caso, es de gran interés y, opinamos, responde al estrecho contacto que en este Bronce Final III debió existir, a través de los pasos de la cordillera, con las tierras de Asturias. En éstas, en efecto, no sólo no faltan los calderos, que se conocen cuando menos en Pico Castiello, Pencia y Tineo ⁽⁶⁶⁾, sino que también se documentan otros tipos excepcionales, pero al fin y al cabo representados, en el Bronce Final III de León, como las hachas de cubo o las hoces, con la peculiaridad de que en varios casos proceden de castros ya ocupados en la Edad del Hierro. Ello nos lleva a otorgar a todos ellos una cronología bastante avanzada dentro del Bronce Final III, acaso ya en límite con el Hierro, lo que por otra parte justificaría que el caldero de Lois fuese hallado en asociación con una curiosa azuela/martillo de empuñadura directa ya forjada en el nuevo metal ⁽⁶⁷⁾.

*

* *

Diversos datos como la abundancia de elementos metálicos, como la particular tipología a la que estos responden, como la existencia de algunos moldes de fundición o como la propia evidencia de la explotación de ciertas minas, testimonian la importancia del territorio leonés como foco metalúrgico del Bronce Final. Sin embargo es apenas nada lo que sabemos en detalle de las características de las

⁽⁵⁸⁾ HARDAKER, R. Las hachas de cubo en la Península Ibérica, *Quadernos de Prehistoria y Arqueología Castellonenses*, 3, 1976, pp. 150-172.

⁽⁵⁹⁾ BLAS CORTINA, M. A. de Un interesante molde para fundir hachas de cubo y anillas, *XIII CNArq.*, Zaragoza, 1975, pp. 507-512.

⁽⁶⁰⁾ BRIARD, J. *Les dépôts...*, ob. cit.

⁽⁶¹⁾ HARDAKER, R. Las hachas..., ob. cit., p. 151 y ss.

⁽⁶²⁾ GARCIA BELLIDO, A. El caldero de Cabarceno y la diadema de Ribadeo. Relaciones con las Islas Británicas, *A.E.A.*, 14, 940-1941, pp. 560 y ss.; HAWKES, C.F.C. Las relaciones del Bronce Final en la Península Ibérica y la Islas Británicas, *Ampurias*, XIV, 1952, pp. 111-112.

⁽⁶³⁾ Por ejemplo en la Prairie des Mauves de Nantes (BRIARD, J. *Les dépôts...*, ob. cit., p. 236).

⁽⁶⁴⁾ RUIZ GALVEZ, M. El depósito de Hío (Pontevedra) y el final de la Edad del Bronce en la fachada atlántica peninsular, *El Museo de Pontevedra*, XXXIII, 1979, pp. 3 y ss.

⁽⁶⁵⁾ MARINEZ SANTA-OLALLA, J. Escondrijo de la Edad del Bronce Atlántico en Huerta de Arriba (Burgos), *Actas y Memorias e la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, 17, 1942, pp. 127 y ss. Son materiales en el mejor de los casos problemáticos. Sobre ello, véase: SCHUBART, H. Atlantic Nietenkessel von der Pyrenäehalbinsel, *Madr. Mitt.*, 2, 1961, pp. 44-45 y sobre todo nota 23

⁽⁶⁶⁾ Ibidem, p. 43; ESCORTELL, M. y MAYA J. L. Materiales de El Pico Castiello, Siero en el Museo Arqueológico Provincial, *Archivum*, XXII, 1972, pp. 37 y ss.

⁽⁶⁷⁾ SCHUBART, H. Atlantische Nietenkessel..., ob. cit., p. 38, fig. 10, A.

fundiciones, por falta de estudios profundos sobre las aleaciones utilizadas así como sobre el origen de los metales mezclados. Únicamente poseemos cierta información relacionada con dos de las espadas pistiliformes, la del Río Esla y la de Veguellina, en las que sendos análisis han desvelado una composición metálica bastante similar, a base de casi un 90 % de cobre, algo menos del 10 % de estaño y una débil pero representativa cantidad de plomo ⁽⁶⁸⁾. Dicha composición es bastante próxima a la de las espadas pistiliformes de otros territorios atlánticos, y denota el inicio de las aleaciones ternarias, con adición de plomo, que tanto éxito alcanzaran en el Bronce Final III en casi toda la fachada atlántica. En la provincia de León, donde probablemente varias de las piezas que hemos clasificado en ese momento tengan la mencionada composición ternaria, solo conocemos con seguridad un conjunto de armas en el que se da ese tipo de aleación, el depósito de lanzas de Bembibre, que significativamente agrupa tipos de matriz tubular muy corta y, consecuentemente, hoja maciza que se pueden situar hacia el 700 e incluso a lo largo del siglo VII, es decir en una época en que se considera inaugurada la Edad del Hierro. Las aleaciones con plomo, que tienen el inconveniente de disminuir la dureza y resistencia de los bronce, alcanzan sorprendentemente una gran aceptación ello sólo puede responder a factores económicos — el plomo sustituiría en parte al cobre, cada vez más apreciado —, funcionales — los aleados de plomo se trabajan mucho más fácilmente en frío —, o tecnológicas — la adición de plomo rebaja el punto de fusión la mezcla y permite economizar combustible —, sin que sepamos precisar cual de ellos justifica en las tierras leonesas su adopción.

Otra cuestión es plantear quienes fueron los artífices de ese espectacular despegue metalúrgico, que solo tiene parangón en la Meseta con el que se advierte en la vertiente occidental del Moncavo. Acertadamente o no, la arqueología tiende a individualizar grupos culturales sobre la base del diferente bagaje cerámico documentado sincronicamente en distintos territorios. De tal manera, por ejemplo, el *grupo cultural* Cogotas I ha sido definido y centrado en un territorio — del que las tierras leonesas, como ya se dijo anteriormente, forman parte — tomando como referencia la distribución de las cerámicas excisas y del Boquique. Y es precisamente sobre esa base, sobre la que encuentra justificación la pregunta de si pudieron ser las gentes Cogotas I las responsables de la metalurgia leonesa del Bronce Final.

El origen de tan particular cultura norteña debe centrarse, como vimos más arriba en el Bronce Medio; sin embargo Cogotas I también desborda por el Bronce Final y buena prueba de ello la encontramos en la mayor parte de las fechas absolutas conseguidas para excisión y boquique, así como en determinadas asociaciones metálicas. En primer lugar, las dataciones del Ecce Homo, San Román de la Hornija, y Monachil se sitúan aproximadamente entre 1.200 y 870 ⁽⁶⁹⁾, lo que supondría que dicho mundo al menos sobrevivió hasta el término del Bronce Final II. Pero es que, además, a igual conclusión parece llevarnos el otro argumento, el de las asociaciones con elementos metálicos bien fechados ya que los más tardíos de estos — prescindiendo de los poco convincentes conjuntos, con hierros, de algunas chozas del Berrueco ⁽⁷⁰⁾ — parecen ser una espada de guarda en V (¿y hoja pistiliforme?) de Solacueva de Lacoymonte ⁽⁷¹⁾ y las fíbulas de codo de tipo Huelva ⁽⁷²⁾, es decir una arma de pleno Bronce Final II y un aderezo de muy el inicio (Horizonte Huelva del Bronce Final III).

Tales argumentos parecen acreditar la persistencia de Cogotas I hasta mediados o finales del siglo IX, momento en que aparentemente periclitó, con lo cual no llegamos a despejar la incógnita de quienes de fueron los propietarios de las armas y útiles bronceos que, como las hoces, la espada de Villafranca o el caldero de Lois, rebasan esa cronología. En otras palabras, falta por definir el sustrato cultural del Bronce Final III.

En relación con ese problema es necesario recordar que en el Duero Medio desde aproximadamente el siglo VIII se advierte la llegada de gentes foráneas, de origen dudoso aunque fuertemente impregnadas por una tradición de Campos de Urnas, que se conocen como grupo Soto de Medinilla debido a su buena representación en el *tell* vallisoletano de este nombre ⁽⁷³⁾. Palol, su excavador, que aludió al sincronismo de las últimas cerámicas excisas y del Boquique con las primeras pintadas del nivel inferior del yacimiento ⁽⁷⁴⁾, hace remontar la aparición de estas últimas hasta el 800 — un Bronce Final III, por tanto —, fecha que conforme vimos antes no queda muy lejos de la que proponíamos para el fin de Cogotas I. De

⁽⁶⁸⁾ DELIBES DE CASTRO, G. y MANANES PEREZ, T. La espada pistiliforme..., ob. cit., pp. 166-168.

⁽⁶⁹⁾ ALMAGRO GORBEA, M. *El Bronce Final y el Periodo Orientalizante en Extremadura*, (B.P.H., XIV), 1977, pp. 114-115.

⁽⁷⁰⁾ MALUQUER DE MOTES, J. *Excavaciones arqueológicas en el Cerro del Berrueco, (Salamanca)*, (Acta Salmanticensia, XIV, 1), 1958, pp. 53-55.

⁽⁷¹⁾ Véase nota 19.

⁽⁷²⁾ Véase nota 47.

⁽⁷³⁾ PALOL, P. de y WATENBERG, F. *Carta arqueológica de España. Valladolid*, Valladolid, 1974, pp. 181-193. Se recoge toda la bibliografía anterior.

⁽⁷⁴⁾ PALOL, P. de *Notas para la sistematización de la Primera Edad del Hierro en Castilla la Vieja: Los silos del Barrio de San Pedro Regalado en Valladolid, Homenaje a P. Bosch Gimpera*, México, 1963, pp. 276 y ss.

ello nos atrevemos a deducir que en este sector, muy probablemente, el ocaso de dicha cultura fué provocado por la irrupción de aquellas gentes.

Puesto que el grupo de El Soto se proyecta de forma bastante decidida hacia el Noroeste, dejando su huella en distintos poblados leoneses de la Tierra de Campos, el Páramo y la Maragatería (75), parece posible identificar con el mismo el sustrato del Bronce Final III local que hizo posible el apogeo de la metalurgia del bronce. Desde luego en las viviendas circulares de adobe del propio Soto hay constancia de fundiciones bronceas de envergadura, y no sólo en los niveles de ocupación más antiguos del poblado, sino incluso en los correspondientes al primer Hierro (76). Crisoles, moldes de arcilla en alto número y tortas de fundición desvelan ostensiblemente esta actividad por otra también documentada en castros leoneses de idéntico signo cultural como Lancia — donde se recuperó un crisol (77) — y sobre todo Sacaojos, cerca de La Bañeza, con crisoles muy próximos a los del Duero Medio, y además con una matriz de arenisca en la que significativamente se moldeaban hoces planas análogas a las de Torre de Babia (78). Por otra parte, en la zona vallisoletana se atribuyen también a las gentes del Soto ciertas puntas de lanzas de bronce, cortas y de matriz tubular poco desarrollada, como las de Medina de Rioseco (79) y Cisneros (80), que parecen responder a modelos regionales, bastante particulares, del tránsito Bronce Final/primer Hierro, y que son exactamente iguales a las que integran el depósito berciano de Bembibre (81), poniendo en evidencia una vez más el nexo cultural de esta zona con el centro de la Meseta.

Cronológicamente también la espada de Villafranca del Bierzo coincide con esta facies Soto de Medinilla, y ello no puede sorprender en exceso si tenemos en cuenta que un puñal de características muy similares procede de la localidad palentina de Paredes de Nava (82), y concretamente del yacimiento conocido con el nombre de «La Ciudad», en el que hay constancia de un horizonte de cerámicas oscuras, espatuladas y preferentemente lisas, análogas a las del propio Soto o Sacaojos (83). No parecen existir, por tanto, grandes dudas de que son estas gentes imprecisamente llamadas hallstáticas, de poblados como Sacaojos o Lancia, las que hacen posible que en el Bronce Final III y el inicio del Hierro las industrias bronceas del foco leonés alcancen su punto álgido. Es un pueblo, pues, con gran arraigo en las tierras del interior, y sin embargo suficientemente dinámico y vigoroso como para no inhibirse de las corrientes culturales atlánticas que hacen posible, por ejemplo, la llegada de piezas de origen lejano como el caldero de Lois. Un grupo a medio camino entre el Noroeste y el Duero Medio, en el que, tal vez, sea posible rastrear las raíces de los históricos *astures* (84).

(75) Este aspecto aparece muy bien recogido en los trabajos de: ESPARZA ARROYO, A. Notas sobre la facies Cogotas I en la Provincia de Burgos, *Masburgo*, I, 1978, pp. 71-92.

(76) PALOL, P. de y WATENBERG, F. *Carta arqueológica...*, ob. cit., p. 192; Sobre metalurgia de bronce de este grupo cultural, véase también: MARTIN VALLS, R. y DELIBES DE CASTRO, G. Die Hallstattzeitliche Siedlung von Zorita bei Valoria la Buena, Provincia de Valladolid, *Madr. Mitt.*, 19, 1978, pp. 219 y ss.

(77) DELIBES DE CASTRO, G. Nuevos materiales prehistóricos del Museo Diocesano de León, *Archivos Leoneses*, 68, 1980, pp. 395-397.

(78) Los crisoles, inéditos, en el Museo de San Marcos, en León. Sobre el molde: LUENGO MARTINEZ, J. M. Castros Leoneses, *IV CNArq., Oviedo*, 1959, Zaragoza, 1961, pp. 105 y ss.

(79) PALOL, P. de Hallazgos en el pago de San Andrés, de Medina de Rioseco, *B.S.A.A.*, 33, 1967, pp. 223 y ss.

(80) DELIBES DE CASTRO, G. Un conjunto de lanzas de bronce de Cisneros, Palencia, *Homenaje al Prof. Almagro*, en prensa.

(81) FERNANDEZ MANZANO, J., MAÑANES PEREZ, T. y RAMOS, F. Un depósito de puntas de bronce hallado en Bembibre, León, *T. de P.*, 39, 1982, pp. 349-368.

(82) COWEN, J. D. A striking maritime..., ob. cit., p. 155, nota 1.

(83) NIETO, G. Excavaciones realizadas por el Seminario de Valladolid. El yacimiento prerromano de Paredes de Nava, *B.S.A.A.*, IX, 1942-1943, p. 189.

(84) El gran atractivo que hallará Roma en territorio astur será, sin duda, su riqueza aurífera. Sin embargo, la misma apenas si debió explorarse durante la Edad del Bronce, si reparamos en la inexistencia de joyas áureas prerromanas en la zona. Sólo existe una noticia referente a un brazalet de puas, tipo Villena-Estremoz, que fué presuntamente hallado en la provincia de León, sin que se tenga la certeza absoluta de que así sea (ALMAGRO, M. De orfebrería céltica: el depósito de Berzocana y un brazalet del Museo Arqueológico Nacional, *T. de P.*, 26, 1969, pp. 284-287.

A CULTURA CASTREJA NO NOROESTE DE PORTUGAL: HABITAT E CRONOLOGIAS

Armando Coelho Ferreira da Silva *

As particularidades que o Noroeste peninsular vem registando cumulativamente ao longo dos períodos anteriores vão evidenciar-se com a emergência a partir do final da Idade do Bronze de uma civilização arqueológica original fundamentalmente caracterizada pelo seu tipo peculiar de habitat em povoados fortificados em posições elevadas vulgarmente conhecidos pelo nome geral de castros, donde deriva a sua designação tradicional de cultura castreja, que, constituindo já um intenso foco de densidade humana, ocupa um lugar bem individualizado na Proto-história peninsular e é sem dúvida uma das manifestações mais significativas da personalidade desta vasta região.

Iniciados os seus estudos nos finais do século XIX pelo trabalho pioneiro de F. Martins Sarmiento, foi esta herança empenhadamente continuada pela Sociedade que ele fundou, ao dedicar-lhe sempre especial atenção nos seus programas de investigação, conservação e divulgação científica, e encontrou eco nos outros homens da «Portugália», que lhe conferiram expressão adequada no conjunto dos «materiais para o estudo do povo português», e conveniente valorização nos estudos de J. Leite de Vasconcelos e seu Museu. Também no Porto foi assinalável o contributo do Instituto de Antropologia Mendes Corrêa e da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, sobretudo com Rui de Serpa Pinto, estabelecendo uma relação frutuosa com arqueólogos galegos, onde avultava a figura de Florentino López Cuevillas e a actividade do Instituto Padre Sarmiento de Santiago de Compostela e do grupo «Nós» da Coruña.

Motivados pelo crescente conhecimento e atracção destes trabalhos, outros arqueólogos se interessaram por este tema multiplicando-se as campanhas de escavações, muitas delas produto voluntarioso de iniciativas pessoais com carácter monográfico e um certo cunho regionalista.

Nesta sequência e em sintonia com o esforço dos arqueólogos galegos, com que se vêm promovendo iniciativas comuns como os recentes Seminários de Arqueologia, uma nova geração, sobretudo ligada aos centros universitários da região, pretende solucionar os múltiplos problemas que as investigações anteriores deixaram em aberto, sendo objectivo primordial dos seus trabalhos de campo, de laboratório e de museu tentar definir, com metodologia actualizada, os limites cronológicos e periodização interna desta civilização arqueológica do Noroeste peninsular bem como redimensionar as componentes étnicas e culturais que uma investigação quase sempre envolta em panceltismo não permitiu esclarecer.

Relativamente ao estudo do habitat, em particular, cuja importância é nuclear para a definição de uma cultura que por ele é sobretudo conhecida (1), apesar da generalidade dos trabalhos realizados durante um século de arqueologia castreja ter sido marcada por uma atenção especial às estruturas descobertas, as análises feitas, impregnadas, às vezes sem discussão, de analogias históricas ou etnográficas, revestem normalmente a forma de estudos predominantemente descritivos, não se tendo conseguido, por falta de espaços horizontais e cortes verticais, uma visão integrada dos vários elementos correlacionados com a ocupação humana.

Com os trabalhos dos últimos anos, em que fomos servidos pelo progresso geral da Arqueologia e pelo avanço conhecido pela arqueologia dos habitats, em especial, nas técnicas de localização, métodos de escavação, análise e interpretação da informação, em conjugação com os dados fornecidos pelas fontes clássicas e epigráficas, substancialmente ampliadas com o decorrer do tempo e de importância específica para os períodos proto-históricos, e com uma perspectiva antropológica que privilegia o sentido da objectividade, já se vai tornando possível caracterizar suficientemente diversos aspectos fundamentais do habitat castrejo nas suas várias dimensões, pretendendo com o presente texto, que inclui alguns resultados do nosso próprio trabalho neste sector, prestar uma contribuição útil para o seu conhecimento no Noroeste português, área que, com alguns prolongamentos na parte meridional galega, aparenta com certa nitidez reconhecidos contornos de uma subunidade cultural que serão com certeza melhor ilustrados pelas comunicações referentes às zonas limitrofes da Galiza e Nordeste transmontano.

* Universidade do Porto.

(1) Sínteses mais recentes com referências bibliográficas: A. R. MASÍÁ, *El habitat castreño*, Santiago, 1976; A. TRANOY, *La Galice romaine. Recherches sur le Nord-Ouest dans la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*, Paris, 1981.

1 — HABITAT, OCUPAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

1.1 — A Implantação dos Povoados

As características geográficas do Noroeste peninsular, num ambiente onde o relevo desempenha papel predominante, tornaram-se condição propícia ao assentamento de povoados, cuja implantação terá obedecido prioritariamente a critérios estratégicos de defesa, a denotar um período de profunda mudança económica e social claramente manifesta na construção de inúmeros povoados fortificados no intervalo restrito de alguns séculos, podendo contabilizar, de momento, segundo os dados cartográficos da inventariação que temos em curso, com controlo no terreno, cerca de meio milhar na área portuguesa entre os rios Minho e Vouga e o Oceano e as bacias do Tâmega e Corgo, revelando quantidades que se distanciam do exagero de alguns cálculos repetidos desde o princípio do século (2) e que vêm sendo, para algumas áreas, criteriosamente corrigidos (3).

Outros factores terão, todavia, intervindo para a optimização da escolha do habitat. Com efeito, o mapa de distribuição das estações castrejas, ao registar uma maior densidade em colinas de altitude média, entre 200 e 500 m, nas proximidades da costa atlântica e ao longo das bacias dos rios, evidenciando um certo ordenamento geral na ocupação do espaço, em meios favoráveis à prática de actividades agro-pecuárias e ao aproveitamento dos recursos marítimos e fluviais, revela que a selecção de locais para o seu estabelecimento estava também inteiramente relacionada com a economia de subsistência de cada comunidade, sendo também notória a relação de alguns povoados com a exploração mineira, designadamente de estanho e ouro, que estavam na base de rotas de comércio tradicionais e foram motivação da sua conquista, segundo os dados conhecidos do Castro de Carvalhelhos (Boticas, Vila Real) (4), sendo também, a propósito e a título de exemplo, a impressão que nos fica da implantação dos castros da Serra de Arga, ao Minho, e do castro da Mogueira (S. Martinho de Mouros, Resende) situado no vale do Douro.

Funcionando os cursos de água como elemento decisivo do sistema estratégico de defesa do território e das vias comerciais que eles próprios constituíam e que as séries de castros ao longo dos principais rios, controlando eficazmente o seu percurso e os acessos ao interior, patenteiam, ou de simples elemento de defesa de alguns povoados traçando-lhes assim um fosso natural, a implantação na sua proximidade manifesta bem a importância estrutural da rede hidrográfica, quer como fonte permanente de abastecimento quer como principal meio de comunicação facilitando os contactos internos e externos, em consideração à sua navegabilidade. E se este aspecto do ordenamento territorial se nos tornou manifesto no Alto e Baixo Império também os nossos trabalhos documentam a sua ascendência pré-romana, a que não terá sido alheia a função em vários casos exercida como limite de território étnico (5).

Outras razões, como sejam, de ordem política ou religiosa, se tornaram no motivo de preferência por determinado lugar, como poderá ter acontecido no caso de alguns castros mais amplos e tardios, com carácter de controle territorial, ou de outros castros cuja função primária poderia estar ligada a serviços de carácter religioso relacionados com a existência de santuários, atendendo à importância que o factor religioso ocupava na vida das sociedades arcaicas e que aqui se revela, entre outras situações, pela sacralização do espaço aos vários níveis a que se manifesta no âmbito dos grupos familiares, dos povoados e dos territórios e dos próprios acidentes naturais.

Toda esta problemática, porém, só poderá ser convenientemente esclarecida quando resolvidos os problemas de periodização relacionada com o processo de desenvolvimento urbano das estações castrejas, cuja variedade de funções, de carácter residencial, defensiva, político-administrativa, económica ou ritual, incoativa e dispersa por cada pequeno castro nos primeiros tempos, terá conhecido na sua fase final, já sob os estímulos e por motivo da romanização, uma concentração de todas as funções possíveis num só povoado a que anda normalmente associado o topónimo de Citânia ou Cividade e que as grandes estações com esse nome com áreas escavadas significativas, como as Citânias de Briteiros (Guimarães) e de Sanfins (Paços de Ferreira) e Monte Mozinho (Penafiel) parecem confirmar.

Uma análise feita a partir da Citânia de Sanfins, em função do meio ambiente e segundo princípios de determinação de hierarquias e zonas de influências dos centros urbanos, ao manifestar uma equidistân-

(2) Bastará lembrar o número de 5 800 de A. CASTILLO, *Los castros gallegos*, La Coruña, 1908.

(3) Cfr., vg.: casos galegos citados in A. R. MASIÁ, *op. cit.*, p. 15 e, em geral, A. BOUHIER, *La Galice. Essai géographique d'analyse et d'interprétation d'un vieux complexe agraire*, III, La Roche-sur-Yon, 1979, p. 12 cit. in A. TRANOY, *Agglomérations indigènes et villes augustéennes dans le Nord-Ouest ibérique, Actes du Colloque Villes et Campagnes dans l'empire romain (Aix-en-Provence, 1980)*, p. 127.

(4) J. R. SANTOS JÚNIOR, *Duas campanhas de escavações no castro de Carvalhelhos, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XX (1-2), 1966, pp. 181-190.

(5) Cfr., vg.: C. PLINIUS, *Naturalis Historia*, IV, 112-113 sobre a distribuição dos povos na região.

cia da ordem dos 25-30 km de Sanfins a Briteiros, a Mozinho e a Alvarelos (Santo Tirso), como também ao Castelo de Guifões (Matosinhos), à Cidade de Bagunte (Vila do Conde), etc., correspondente a uma jornada, sugere-nos a consideração desta medida como um dos princípios de ordenamento regional dos povoados castrejos segundo uma distribuição que parece obedecer a uma certa hierarquização em que cada um desses grandes povoados parece, nesta fase proto-urbana, ter desempenhado o papel de lugares centrais em posição de metrópole de territórios bem definidos (6).

Mesmo assim, em caso algum, se poderão esquecer as conotações defensivas que sempre andam conexas com a cultura castreja e a própria palavra de que deriva imediatamente recorda.

1.2 — A ESTRUTURAÇÃO DOS POVOADOS

1.2.1 — *O sistema defensivo*

A insuficiência das condições naturais de defesa propiciadas pelo relevo e cursos de água vai originar a construção artificial de diversos sistemas defensivos, de acordo com a morfologia do terreno e as necessidades e possibilidades das populações, utilizados isoladamente ou em combinações mais complexas sobretudo aparentes nos grandes povoados, onde uma série de muralhas representa efectivamente o elemento fundamental do sistema defensivo (7). Presentes em todos os castros reconhecidos, em número variável, conforme o grau de acessibilidade do sector e as dimensões do povoado, estão em geral dispostas concêntricamente e são às vezes reforçadas com outras defesas complementares, vg.: fossos (Coto da Pena, Vilarelho, Caminha; Citânia de Santa Luzia, Viana do Castelo; Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira; Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul; e sobretudo Castro de Carvalhelhos, Boticas, também com pedras fincadas), em acumulação bem típica da cultura castreja do Noroeste peninsular.

Pelos cortes estratigráficos que tivemos oportunidade de realizar e pelos dados disponíveis, conhecemos quatro tipos fundamentais deste sistema defensivo ordenados segundo indicações cronológicas:

- 1 — Alinhamentos de pedras de aparelho muito rudimentar (Castro de Baiões, S. Pedro do Sul) (8);
- 2 — Larga construção constituída por dois muros paralelos de faces verticais, geralmente de grandes blocos dispostos em aparelho irregular, com intervalo totalmente preenchido de terra (Cidade de Terroso, Póvoa de Varzim);
- 3 — Sólida construção de pedra com muros de reforço adossados, frequentemente em posição oblíqua e com largos troços de aparelho poligonal e helicoidal (Castro de Sabroso, Guimarães; Castro de Romariz, Vila da Feira; Castro da Cárcoda, S. Pedro do Sul);
- 4 — Muralhas simples com largura média de 1,50 m, normalmente formada por dois paramentos paralelos e com aparelho irregular internamente preenchidos com pedra miúda (Cidade de Ancora, Caminha, Viana do Castelo; Citânia de Briteiros, Guimarães; Citânia de Sanfins, Paços de Ferreira; a generalidade dos castros).

De resto, as variantes observadas nas estruturas defensivas, quanto ao seu número, dimensões, planta, aspectos técnicos e outras particularidades como as entradas, torreões, rampas de acesso às muralhas, fossos, terraplenos e outros elementos, não raras vezes implicam também uma indicação de valor cronológico e cultural, como é o assinalado pela existência de fossos e pedras fincadas em certos castros transmontanos, vinculando-os a influências da arquitectura militar da zona da Meseta.

1.2.2. — *O ordenamento urbano*

É ainda praticamente desconhecida a forma mais antiga do habitat castrejo, que deveria ser de simples cabanas construídas com elementos vegetais que, por percíveis, deles não possuímos mais que indícios, sobretudo de pisos e lareiras, conquanto já se possa documentar desde muito cedo a construção de pedra em alguns castros que era inicialmente lascada e só muito tardiamente afeiçoada com pico de ferro, diferença técnica bem visível nas duas grandes fases da Cidade de Terroso, Póvoa de Varzim, e já documentada em Santo Estevão da Facha, Ponte de Lima (9).

(6) A. C. F. SILVA, Organizações gentílicas entre Leça e Ave, *Portugália*, Nova Série, I, 1980, p. 88.

(7) Além das obras gerais da nota (1), caracterização geral in M. CARDOZO, A organização defensiva dos castros do Norte de Portugal e a sua romanização, *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, XXII, 1952, pp. 121-152.

(8) C. T. SILVA, O castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XXXVIII (3), p. 157.

(9) C. A. F. ALMEIDA — T. SOEIRO — C. A. B. ALMEIDA — A. J. BAPTISTA, Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, Sep. *Arquivo de Ponte de Lima*, 3, 1981, p. 90.

De entre a grande variedade de formas, em que se referenciam fundamentalmente construções circulares, ovaladas e angulares, com ou sem vestíbulo e algumas dependências, a predominância da planta circular, assinalada desde muito cedo, é uma das características mais significativas do habitat castrejo fazendo-o diferenciar abertamente do habitat céltico, com plantas de linhas ortogonais. Estudos de vários casos de sobreposição ⁽¹⁰⁾ atestem posterioridade relativamente às redondas das casas castrejas de planta angular, quadrangulares e rectangulares, construídas já sob influência romana.

De qualquer modo, pelo menos uma das casas do castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha), de paredes muito espessas feitas com pedra miúda ligada com saibro e de planta alongada e perfil curvilíneo adequada aos rochedos em que está implantada, é testemunho da existência de um tipo de construção de pedra nos primeiros tempos, ainda no Bronze final, em anterioridade absoluta às formas circulares também presentes na mesma estação.

É natural que, com o processo de urbanização, se tivesse assistido à substituição de pequenas unidades independentes residentes em pequenos castros por agrupamentos com configurações mais expressivas, em que uma forte concentração demográfica implicou novas formas de organização arqueologicamente manifestas num novo ordenamento espacial. É pelo menos o que se pode deduzir da análise de um grande povoado como Sanfins ou Briteiros onde os alinhamentos quase ortogonais das suas ruas enquadram, como unidades modulares, vários núcleos autónomos de algumas habitações. Uma leitura da organização urbana da Citânia de Sanfins fornece-nos, neste aspecto, um modelo paradigmático, desenhando um sistema ordenado com uma rua central no sentido N-S a que se ligam outros arruamentos transversais mais ou menos equidistantes, formando recintos que enquadram, por toda a área escavada, trinta e cinco grupos de construções convergentes para um pátio e cercadas por um muro com cerca de quatro a cinco habitações circulares e angulares por núcleo, ocupando uma área média entre 200 e 300 m², o mesmo fenómeno se verificando em muitas outras estações castrejas, conforme há muito vem sendo referenciado em notícias, relatórios e bibliografia própria ⁽¹¹⁾.

A análise espacial de alguns destes núcleos, com características familiares bem definidas, na Cidadela de Âncora (Caminha, Viana do Castelo) revelou-nos alguns destes conjuntos, um dos quais fazia compreender, em torno de um pátio lajeado central, com uma fonte ou cisterna, uma casa circular com lareira lateral destinada a habitação, outra rectangular com forno interno e lareira, de função mista, e outra circular com vestíbulo, posteriormente alargada por sobreposição para uma forma basilical, com cerca de cinquenta bancos de pedra ao redor dos muros e lareira central, para as festas familiares segundo Estrabão, III,3,7 podendo ter incluído ainda um recinto funerário como o do núcleo imediato que apresenta também uma casa circular de construção cuidada com pavimento interno orlado de seixos com duas lareiras laterais de pedra, outra casa circular com lareira de barro central e com muitos vestígios de actividade metalúrgica e uma terceira também circular com vestíbulo de construção mais recente, encobrindo um tríscolo *in situ* incluso na parede e com trinta e dois bancos à volta dos muros e lareira central de pedra como a sua congénere do outro núcleo, repetindo globalmente as mesmas situações.

De resto, pela informação conhecida, a forte impressão da igualdade destas unidades não sugere, em termos materiais, a existência da hierarquia que as fontes clássicas e outros dados parecem implicar.

Destacando-se destas unidades de arquitectura doméstica, atendendo sobretudo ao seu dimensionamento e implantação no povoado, alguns edifícios sugerem uma função pública eventualmente de carácter religioso ou político.

A primeira dessas funções poderá ter estado associado o complexo de grandes construções rectangulares, em localização central, na Citânia de Sanfins com espólio de natureza sagrada, designadamente duas aras anepígrafas, tendo sido interpretado com idêntica função um conjunto do Monte Mozinho ⁽¹²⁾, podendo também documentar-se santuários «tipo Panóias» no alto do Castro da Mogueira (S. Martinho de Mouros, Resende) ⁽¹³⁾, no Castelo do Mau Vizinho (Cimo de Vila da Castanheira, Chaves) ⁽¹⁴⁾ e provavelmente também no Castro de Roques (Vila Franca do Lima, Viana do Castelo), e fora, dos povoados, nas proximidades do Castro de Ribas (Argeriz, Carrizado de Montenegro, Valpaços) e outros paralelos conhecidos ⁽¹⁵⁾.

Já um grande edifício de planta circular, com 11 m de diâmetro e bancos de pedra à volta dos muros, da Citânia de Briteiros, em posição excêntrica relativamente às unidades familiares, assim se diferen-

⁽¹⁰⁾ Vg.: J. LORENZO FERNANDEZ, *Metamorfosis de unha casa castrexa*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXII (3), 1973, pp. 225-229.

⁽¹¹⁾ A. C. F. SILVA, *Novos dados sobre a organização social castreja*, *Portugália*, Nova Série, II-III, 1981-1982, p. 83.

⁽¹²⁾ C. A. F. ALMEIDA, *O templo de Mozinho e seu conjunto*, *Portugália*, Nova Série, I, 1980, pp. 51-56.

⁽¹³⁾ Comunicação de V. MANTAS ao Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1982) (em publicação).

⁽¹⁴⁾ J. R. SANTOS JÚNIOR — A. M. FREITAS — A. E. COSTA, *Campo de trabalhos no Castelo do Mau Vizinho (Cimo de Vila da Castanheira, Chaves)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIV (2), 1982, pp. 293-320.

⁽¹⁵⁾ A. M. FREITAS, *As pias dos Mouros (Argeriz, Carrizado de Montenegro)*, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, XXIII (2-3), 1978, pp. 253-266; A. L. FONTES, *Culto ao deus Larouco, Júpiter e Atégina*, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, III, Guimarães, 1980, pp. 5-20.

ciando das construções similares mais reduzidas atrás mencionadas, poderia muito bem ser o local de reuniões de um conselho de anciãos que quadraria com justeza com o funcionamento de um órgão com funções políticas, conforme por nós referido noutra oportunidade (16).

Apenas os edifícios destinados a banhos públicos sobressaem pelo seu aparato e técnica construtiva como monumentos singulares do conjunto arquitectónico castrejo, tomando a forma especial de construções hipogeias com câmaras de grandes monólitos talhados e com ornamentação do tipo «Pedra Formosa» de Briteiros (que era, aliás, elemento de um deles) normalmente situados junto a fontes ou linhas de água nas partes baixas dos povoados, e cuja função tem sido objecto de controvérsia, tendo sido vulgarizados como «fornos crematórios» postos em relação com o rito funerário dos povos castrejos (17).

Esta e outras hipóteses, como a de fornos de cozer pão ou de fundição que lhes foram atribuídas sem o devido fundamento, devem hoje ser abandonadas, pois não se vê para estes monumentos outra função que a de lugares de banhos públicos (18), em utilização associada à de simples fonte e envolvida de uma simbologia religiosa, convenientemente comprovada pela escavação recente do monumento de Santa Maria de Galegos (Barcelos), que nos forneceu a planta mais acabada deste género de construções bem como outros valiosos dados para análise, ultrapassando os dos paralelos referenciados na área meridional castreja, de que são mais conhecidos os da Citânia de Briteiros (19) e da Citânia de Sanfins (20).

Com efeito, esta solução tem a seu favor a particularidade da sua implantação soterrada em função da captação da água e manutenção do calor, a estrutura do monumento, que comporta todos os elementos necessários para a realização de banhos a vapor «tipo sauna» (forno, com chaminé, com inúmeros seixos rolados e outras pedras calcinadas sobre as quais era lançada água para provocar o vapor; câmara tipo estufa; antecâmara aberta com bancos corridos) e banhos de água fria (grande pia no átrio; canalização e esgoto), em rigoroso acordo, aliás, com a passagem da *Geografia* de Esrabão, III,3,6, em termos de informação localizada.

2 — CRONOLOGIA DO HABITAT CASTREJO

Temos hoje consciência perfeita de que, com os trabalhos dos últimos anos nesta região, conforme oportunamente referido na introdução deste texto, se está a ultrapassar a imagem estática que vinha sendo transmitida sobre a cultura castreja, habitualmente considerada como um bloco e só episodicamente com periodizações de carácter evolutivo (21) formuladas o mais das vezes sem um fundamento cronológico convenientemente conseguido e com insuficiências de estudos do espólio e seu contexto, estando a ser referenciados sistematicamente novos elementos de cronologia (22) e contando já com algumas abordagens estratigráficas de interesse (23).

Dos dados da nossa própria investigação, e sobretudo baseados num conjunto representativo de espaços escavados «em área aberta» com séries estratigráficas bem definidas, em diversas estações castrejas situadas entre o rio Minho e o rio Vouga, com maior incidência na zona litoral, entendemos poder enunciar os delineamentos gerais da cronologia do habitat castrejo no Noroeste de Portugal, que sumariamos do seguinte modo:

- 1 — É um dado adquirido com evidência arqueológica que o habitat castrejo nesta região é um fenómeno que radica as suas origens no final da Idade do Bronze, com povoados e estruturas identificadas e com densidade e variedade de materiais de tal modo associados que permitem caracterizar convenientemente o perfil desta fase arqueológica relacionada com um desenvolvimento excepcional da metalurgia do bronze na região.

O contributo invulgar de um depósito de fundidor recentemente descoberto no Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul) (24) encontrado no habitat, integrando um conjunto

(16) A. C. F. SILVA, Novos dados, *op. cit.*, p. 85.

(17) Resumo in MASIÁ, *op. cit.*, p. 85.

(18) F. CONDE VALVIS, Las termas romanas de la «Cibdá» de Arnea en Santa Maria de Aguas Santas, *III Congreso Nacional de Arqueología (Galicia, 1953)*, Zaragoza, 1955, pp. 432-446; C. A. F. ALMEIDA, O monumento com forno de Sanfins e as escavações de 1973, *Actas do III Congreso Nacional de Arqueología*, Porto, 1974, pp. 166-167.

(19) M. CARDOZO, *A última descoberta arqueológica na Citânia de Briteiros e a interpretação da Pedra Formosa*, Guimarães, 1931.

(20) C. A. F. ALMEIDA, O monumento com forno, *op. cit.*, pp. 149-172.

(21) C. F. HAWKES, North-western castros: excavation, archaeology and history, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueología (Coimbra, 1970)*, Coimbra 1971, pp. 283-286; J. M. MOTES, Formacion y desarrollo de la castreña, *Actas de las I Jornadas de Metodología Aplicada de las Ciencias Historicas*, I, Santiago de Compostela, 1975, pp. 269-284.

(22) Em especial, cerâmicas tipo Penha, Boquique e Alpiarça.

(23) Sobretudo C. A. F. ALMEIDA *et alii*, Escavações arqueológicas em Santo Estevão da Facha, *op. cit.*

(24) Estudo em preparação para publicação (colab. Celso Tavares da Silva e António Baptista Lopes), cumprindo-nos significar ao Exmo. Cônego Celso Tavares da Silva o nosso melhor reconhecimento pela colaboração com que nos tem distinguido.

de materiais de bronze constituído por armas (pontas de lança; um punhal com cabo de bronze e lâmina de ferro), objectos de adorno (braceletes maciços de secção circular lisos e com decoração geométrica incisa e braceletes em larga fita canelada; pendentes e aros diversos), objectos rituais (*furcula* tridente; carros votivos), utensílios (machados de talão de duplo e um anel: foices de alvado; taças; outras peças utilitárias) e um instrumento de fundição (molde bivalve de machado de talão de um anel e uma face plana) associado a cerâmica manual típica, que se coloca entre os grandes depósitos europeus ⁽²⁵⁾, possibilitando a recuperação, numa unidade expressiva, de um complexo que vinha sendo conhecido de modo fragmentário ⁽²⁶⁾, que podemos apelidar de «grupo de Baiões», com datação proposta por Ph. Kalb, baseada em argumentos tipológicos e uma data de C14 (Gr N 74 84 Castro de Baiões 2650 ± 130 B.P. (= 700 ± 130 a.C.) ⁽²⁷⁾, em torno do séc. VIII a.C., é, de momento, o elemento de maior utilidade para a definição global desta fase.

Também as nossas escavações no Coto da Pena (Vilarelho, Caminha), em que registámos os primeiros vestígios seguros de construção habitacional em pedra, nos forneceram no seu estrato inferior, no interior de um concheiro, outros elementos, designadamente uma foice de talão e uma fíbula tipo Alcores, de idêntica cronologia.

E materiais diversos de outras estações recentemente escavadas e com resultados publicados ⁽²⁸⁾ e inúmeros dados exclusivamente provenientes de habitats castrejos dos concelhos de Melgaço, Monção, Caminha, Arcos de Valdevez, Viana do Castelo, Ponte de Lima, Montalegre, Chaves, Amares, Vila Verde, Braga, Barcelos, Guimarães, V. N. Famalicão, Póvoa de Varzim, Vila do Conde, Santo Tirso, V. N. Gaia, Baião, Vila da Feira, Sever do Vouga, S. Pedro do Sul e Viseu, do nosso conhecimento, documentam com clareza por toda a região este primeiro período castrejo do Bronze final, com afinidades predominantemente atlânticas, influências meridionais e importantes *nuances* locais (mais notórias nas cerâmicas), características deste horizonte do Bronze Atlântico.

Considerando o questionamento em torno do paralelismo entre fases climáticas e arqueológicas para o período em questão de mudança da fase sub-boreal para a sub-atlântica, a utilização dos factores de ordem climática como explicação mono-causal das origens da cultura castreja no Noroeste Peninsular, a merecer conveniente investigação nos domínios da paleobotânica, osteologia animal ⁽²⁹⁾, pedologia e geologia, deverá ser tratada com reservas, sendo mais plausível que se tenha verificado uma mudança climática gradual do que brusca ⁽³⁰⁾.

A destruição geral de um povoado como o Castro da Senhora da Guia (Baiões, S. Pedro do Sul), onde não são visíveis estratificações nem do qual consta qualquer renovação de pisos, a denunciar uma ocupação sem grande amplitude cronológica ⁽³¹⁾, e a coincidência por toda a região de achados análogos, em planaltos e na planície, de jóias e outros depósitos (Serrazes, S. Pedro do Sul; Figueiredo das Donas, Vouzela; Baralhas e Vila Cova do Perrinho, Vale de Cambra) mais apelam a uma interpretação com base em movimentos de povos (tradicionalmente identificados com as migrações célticas, eventualmente portadoras de influências hallstáticas) que a factores naturais para as mudanças ocorridas, com paralelos em toda a área coberta neste estudo ⁽³²⁾.

- 2 — Ao longo dos sécs. VII-VI a.C. deverá ter-se acentuado um crescente afluxo de influências meridionais, relacionadas com o mundo tartéssico, de acordo com dados estratigrafados do Castro do Coto da Pena (Vilarelho, Caminha) onde recolhemos uma fíbula tipo Acebuchal, «sanguessugas» de xorcas e adornos de bronze tipo arrecada do tesouro do Gaio (Sines), também significativamente documentados no tesouro de Baião e na arrecada de Paços de Ferreira, assinalando a introdução de inovações morfológicas (novas formas de adornos diversificadas), técnicas (destaque para a filigrana e o granulado) e estilísticas (leves e esbeltas e com

⁽²⁵⁾ Cfr. A. COFFYN — J. GOMEZ — J. P. MOHEN, *L'apogée du bronze atlantique. Le dépôt de Vénat*, Paris, 1981, pp. 36-40.

⁽²⁶⁾ Ph. KALB, Senhora da Guia, Baiões, *Madridier Mitteilungen*, 19, 1978, pp. 112-138; C. T. Silva, O castro de Baiões (S. Pedro do Sul), *Beira Alta*, XXXVIII (3), Viseu, pp. 509-525.

⁽²⁷⁾ Ph. KALB, Uma data C14 para o Bronze Atlântico, *O Arqueólogo Português*, Série III, VII-IX, 1974-1977, pp. 141-144. Entregámos, para análise C14, uma nova amostra de madeira no interior de cabo de utensílio de bronze deste depósito.

⁽²⁸⁾ C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, pp. 63-90.

⁽²⁹⁾ Aproveitamos a oportunidade para agradecer ao Eng. A. R. PINTO DA SILVA, da Estação Agronómica Nacional, as análises paleobotânicas e ao Dr. JORGE EIRAS, do Instituto Augusto Nobre da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, as análises de espécies zoológicas que tiveram a amabilidade de nos fazer.

⁽³⁰⁾ Cfr., vg.: observações de H. G. H. HARKE, *Settlement types and settlement patterns in the west Hallstatt Province*, (BAR 57), Oxford, 1979, p. 65.

⁽³¹⁾ Ph. KALB, O «Bronze Atlântico» em Portugal, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, p. 119.

⁽³²⁾ Ph. KALB, Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, 1980, pp. 25-59.

decorações fitomórficas e outras) das peças de ourivesaria, a denotar uma pronunciada mudança no sentido das correntes neste período com reflexos orientalizantes coincidente com a primeira Idade do Ferro, aqui até agora não atestado através dessa especificidade, cujo conhecimento apenas nos é transmitido, que saibamos, pelo punhal referido do depósito de Baiões (que, pelo contexto, parece tratar-se de peça importada) e com mais presenças na Galiza, sobretudo de punhais de antenas⁽³³⁾ inclusivamente procedentes de Santa Tecla, à foz do Minho, com espólio concordante com o do Coto da Pena, situado na outra margem, a sugerir também influências continentais, hallstáticas, a que outros elementos se podem reportar⁽³⁴⁾.

- 3 — Cerca de 500 a.C., com certeza como resultado das perturbações acontecidas no Sul da Península após a batalha de Alalia, o Noroeste peninsular serviu de palco aos episódios da expedição de Túrdulos e Célticos especialmente referida por Estrabão, III,3,5, com contornos mitológicos, e objecto de interessante estudo por parte de A. García y Bellido⁽³⁵⁾, hoje, segundo pensamos, convenientemente por nós corrigido⁽³⁶⁾ em consequência das escavações arqueológicas realizadas na área dos *Turduli Veteres*; nomeadamente no Castro de Romariz (Vila da Feira)⁽³⁷⁾, e a partir da confirmação epigráfica da sua presença na margem esquerda do Douro, de acordo com P. Mela, III,8 e sobretudo C. Plinius, IV,112-113.

É provável que a revisão cronológica desta expedição se venha a tornar num marco importante a assinalar o começo de um novo período castrejo e a ilustrar os itinerários, os factores e as matrizes das transformações operadas, até agora mais entendidas como influências post-hallstáticas, de origem continental, sobre o fundo indígena, devendo o estudo da celtização da região ter na devida conta este novo dado.

Sendo ainda cedo para estimar o alcance deste movimento, não se poderá, de qualquer modo, agora ignorar a amplitude do reordenamento territorial resultante das vicissitudes desta expedição com a colonização, expressa nas fontes clássicas e comprovada arqueológica e epigraficamente, pelos *Turduli Veteres* da franja meridional da cultura castreja, a Sul do Douro, conferindo a esta área particularidades que poderão explicar as diferenças verificadas em relação à zona nuclear entre Douro e Minho, imprimindo-lhe a densidade de materiais de tradição púnica provenientes das suas estações arqueológicas um *facies* paralelo ao de maior influência céltica para a área da Galiza, para onde se terão dirigido os seus antigos companheiros.

Com habitat identificado desde o seu nível mais antigo no castro de Romariz, com lareiras de barro e espessa muralha de pedra tipo Sabroso, as estruturas de habitação deste período tal como nos apareceram na Cidade de Terroso (Póvoa de Varzim) e na Facha (Ponte de Lima)⁽³⁸⁾ são de paredes pouco espessas com dois paramentos unidos com argamassa de saibro e sem utilização de pico de ferro e com pisos finos, não tendo sido ainda escavadas áreas suficientemente representativas para uma leitura antropológica.

A primeira fase deste período, de evidente cariz post-hallstático documentado por materiais de origem continental, como as fíbulas tipo Sabroso e Santa Luzia típicas da região⁽³⁹⁾, prosseguiu os contactos mediterrânicos daí recebendo vários produtos com essa referência como cerâmicas de tradição púnica abundantes a Sul do Douro e algumas cerâmicas gregas (Castelo de Faria, Barcelos; Facha, Ponte de Lima⁽⁴⁰⁾; Romariz, Vila da Feira), com certeza produto de comércio púnico, e mais tarde campanienses (Santa Luzia, Viana do Castelo; Coto da Pena, Caminha), dualidade de influências externas cuja assimilação é aparente nos dois grandes grupos de ourivesaria, um interior transmontano, mais céltico, e outro litoral, mais mediterrânico.

A campanha de D. Iunius Brutus (138-136 a.C.), atestando os primeiros contactos directos entre romanos e populações castrejas da região, pelo seu perfil de expedição litoral, podendo

⁽³³⁾ F. LOPEZ CUEVILLAS, Armería posthallstática del NO. hispano, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, VIII, 1947, pp. 543-589; M. RUIZ-GALVEZ PRIEGO, Consideraciones sobre los puñales de antenas gallego-asturianos, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 85-111.

⁽³⁴⁾ Cfr., vg.: C. A. F. ALMEIDA *et alii*, *op. cit.*, pp. 63-90; A. BLANCO FREJEIRO, Origen y relaciones de la orfbrería castreña, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XII (36), 1957, pp. 5-28.

⁽³⁵⁾ A. GARCIA y BELLIDO, «Pequeñas invasiones» y «transmigraciones» internas, *II Congreso Nacional de Arqueología (Madrid, 1951)*, Zaragoza, 1952, pp. 231-237.

⁽³⁶⁾ A. C. F. SILVA, As tesserae hospitales do Castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado (Pedroso, V. N. Gaia) — Contributo para o estudo das instituições e povoamento da Hispania antiga, *Gaya*, I, pp. 9-26.

⁽³⁷⁾ Escavações realizadas entre 1980 e 1983 em colaboração com Rui M. S. Centeno; Cfr. R. CENTENO — A. C. F. SILVA, I.ª campanha de escavações arqueológicas no Castro de Romariz (Vila da Feira, Aveiro), 1980, *Humanidades*, I, 1982, pp. 63-69.

⁽³⁸⁾ C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, p. 64.

⁽³⁹⁾ M. S. PONTE, A génese das fíbulas do Noroeste Peninsular, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular*, I, Guimarães, 1980, pp. 111-119.

⁽⁴⁰⁾ C. A. F. ALMEIDA, *et alii*, *op. cit.*, p. 66.

ter, na sua caminhada até ao Minho, comprovação arqueológica verosímil na destruição integral da Cividade de Terroso, com espessa camada de cinza de incêndio por toda a parte (de preferência a qualquer outro local de batalha indigitado entre os *Bracari* ⁽⁴¹⁾, e eventualmente na linha de ocultação dos tesouros de jóias de Laundos, Estela, Afife(?) e Carço ⁽⁴²⁾, pelas proporções assumidas, segundo as fontes, e pelos estímulos criados e novas motivações e modelos propostos, deverá considerar-se responsável pelo termo desta fase e o início de uma nova etapa que, pelas estruturas aparentes se manifestou como de apogeu na cultura castreja, como fruto das novas relações estabelecidas doravante no quadro da romanização.

- 4 — É, com efeito, a esta fase castreja que se reporta a generalidade dos conhecimentos sobre ela vulgarizados a partir das escavações das grandes estações arqueológicas, como as Citânias de Briteiros e Sanfins, que se tornariam paradigmáticas desta cultura.

Por força dos contactos cada vez mais sistemáticos com os romanos, por motivo das etapas da conquista peninsular, esta região assistiu a profundas alterações de organização espacial originando o surto de novas aglomerações proto-urbanas, polarizando o conjunto das actividades de ordem defensiva, político-administrativa, económica e religiosa como lugares centrais de territórios bem definidos, conforme atrás referido e a seu tempo descritas.

Devendo ter-se tratado de um processo de agrupamento em lugares altamente estratégicos de unidades castrejas menores, para cujo desaparecimento ou retração aguardamos a resposta de trabalhos arqueológicos, ou então como resultado de migrações internas provocadas pelas movimentações da ocupação peninsular de que destacamos as campanhas sertorianas (com referência nas fontes clássicas relativamente a Cale ⁽⁴³⁾ e com ocultação de tesouros seguramente atribuídos a essa data, vg., em Romariz ⁽⁴⁴⁾), as campanhas de César em que as fontes expressamente mencionam deslocações de populações para o Norte ⁽⁴⁵⁾, e mais tarde os momentos definitivos da conquista por Augusto significativamente documentados, entre outros dados mesmo numismáticos, como as moedas com a representação de armas indígenas como a *caetra* e outras, por uma série de tesouros de denários ⁽⁴⁶⁾.

Continuando a ocupar alguns sítios estrategicamente privilegiados, como pensamos ter ocorrido, vg., nas Citânias de Briteiros e Santa Luzia, e a reocupar outros, como a Cividade de Terroso após a sua destruição generalizada, em termos de alargamento demográfico, esta fase aparece também marcada pela fundação de vastas aglomerações em que a homogeneidade do seu ordenamento e a inexistência de renovações de pisos confirmam o cumprimento, em breve espaço de tempo, de um plano de urbanização, como parece ser o caso da Citânia de Sanfins e da Cividade de Âncora.

Da análise das estruturas materiais enquanto reflexo de unidades da organização social, sempre difíceis de definir, e ultrapassando embora os limites e objectivos deste trabalho a abordagem dessa temática, entendemos oportuno reafirmar a nossa convicção na assimilação entre cada núcleo familiar e a unidade social de base epigraficamente conhecida por *domus*. estudada como tratando-se de família *extensa*, e entre cada simples castro com o vocábulo *castellum*, enquanto unidade social superior à família, a que se reduz o signo \square ⁽⁴⁷⁾, começando a pensar que uma formação tão vasta como a Citânia de Sanfins com evidentes divisões internas presente, em termos orgânicos, a aglomeração de vários *castella*.

Esta fase proto-urbana de grandes povoados, evidentemente dirigidos por um poder central, patente no seu ordenamento geral, nas suas estruturas defensivas e de serviços públicos, conheceu importantes inovações tecnológicas, de que sobressai, a generalização dos moinhos giratórios com certeza coincidentes com a da roda do oleiro, com aceitação integral em alguns casos, de que Sanfins pode ser exemplo, não se encontrando aí, após quarenta anos de escavações, qualquer fragmento de cerâmica manual, a denunciar uma forte organização do sistema de produção, e da metalurgia do ferro tornada sistemática no fabrico de armas, instrumentos de construção, alfaías agrícolas e ferramentas artesanais, tendo com certeza surgido da combinação destes factores organizativos e técnicos as primeiras formas epigraficamente documentadas de

⁽⁴¹⁾ Cfr., vg.: A. TRANOY, *La Galice romaine, op. cit.*, Liv. II, cap. I.

⁽⁴²⁾ Correlação já sugerida por C. A. F. ALMEIDA, A Póvoa de Varzim e o seu aro na antiguidade, *Póvoa de Varzim. Boletim Cultural*, XI, 1972, pp. 14-15, a respeito das jóias de Laundos e Estela.

⁽⁴³⁾ *Sallustii Historiarum Reliquiae*, III, 43 in SERVIUS, Ad. Aen. VII, 728.

⁽⁴⁴⁾ R. M. S. CENTENO, O tesouro monetário do Castro de Romariz (Portugal), *Sautuola*, II, Santander, 1976-1977, pp. 209-219.

⁽⁴⁵⁾ Cfr. J. L. VASCONCELLOS, *Religiões da Lusitania*, III, Lisboa, pp. 142-143.

⁽⁴⁶⁾ R. M. S. CENTENO, O tesouro de denarii do Alto do Corgo (concelho de Valença), *Conimbriga*, XVI, 1977, pp. 93-101; J. TORRES, *Tesouro monetário do Castro de Alvarelhos*, Sep. Santo Tirso, *Boletim Cultural Concelho*, I, (2-3), Santo Tirso, 1979.

⁽⁴⁷⁾ A. C. F. SILVA, Novos dados, *op. cit.*, pp. 83-86.

organização profissional na região constituídas por grupos de *artífices*, como os que se dedicavam à estatuária ⁽⁴⁸⁾ e com certeza a obras públicas, de maior cuidado, como os lugares de banhos públicos com pedras esculpturadas, e a construção de muralhas de que o *lapidarius* de Afife, segundo a nossa interpretação, pode ser testemunho ⁽⁴⁹⁾. Também as marcas de oleiro, como as das oficinas identificadas de Briteiros e Sanfins, além de outros dados que o estudo das cerâmicas que temos em curso virá fornecer, já nos manifestam outros aspectos da organização económica e social castreja, em função da existência de centros de produção e distribuição, nomeadamente de oficinas e mercados próprios e trocas internas e externas também atestadas pela generalização da circulação monetária.

Com elementos de cronologia relativamente abundantes, sobretudo de procedência romana, designadamente, as fontes clássicas, numismáticas e epigráficas e outros produtos como ânforas, sigillatas, fíbulas, vidros e outros, e alguns indígenas, como a cerâmica cinzenta fina polida, apresentamos como horizonte cronológico para termo deste período a segunda metade do séc. I p. C., segundo dados recolhidos especialmente na Citânia de Sanfins, Cividade de Âncora, Castro de Romariz ⁽⁵⁰⁾, castro da Senhora da Saúde ou Monte Murado e Cividade de Terroso, coincidente com dados de outros investigadores ⁽⁵¹⁾, entendendo que, a partir das reformas flavianas na região, a pervidência da cultura castreja deverá ser objecto de ulteriores considerações no quadro da civilização romana provincial, conforme o esquema traçado para este Seminário.

⁽⁴⁸⁾ *Idem*, pp. 87-90.

⁽⁴⁹⁾ M. M. MARTINS — A. C. F. SILVA, A estátua do guerreiro galaico de S. Julião (Vila Verde), comunicação apresentada ao Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães, 1982) (em publicação).

⁽⁵⁰⁾ A. C. F. SILVA — R. M. S. CENTENO, escavações arqueológicas na Citânia de Sanfins (Paços de Ferreira) 1977-1978, *Portugália*, Nova Série, I, Porto, pp. 57-78.

⁽⁵¹⁾ Vg.: M. MARTINS, *O povoado fortificado de santo Ovidio*, (Cadernos de Arqueologia, 1), Braga, 1981.

LOS CASTROS DE ZAMORA OCCIDENTAL Y TRAS-OS-MONTES ORIENTAL: HABITAT Y CRONOLOGÍA

Angel Esparza Arroyo *

Amablemente convidados por los organizadores de este Coloquio para tratar de los castros de esa zona fronteriza, debemos comenzar, como es usual, con una reseña histórica, un repaso a la investigación realizada. En nuestro caso, esta tarea obligada no es difícil, porque los trabajos efectuados no son demasiado abundantes.

Por lo que respecta a Zamora, o más concretamente al sector zamorano a poniente del Esla, el punto de partida indiscutible es la obra de Gómez-Moreno, que realizó la catalogación básica de los castros a principios de siglo (1). Convendría, no obstante, recordar a quienes como Garnacho (2) o Fernández Duro (3) recogieron algunos datos que desbrozaron el camino recorrido por Gómez-Moreno. Después, y durante largo tiempo, únicamente pueden mencionarse una pequeña incursión del P. Morán (4), las exploraciones de Loewinsohn (5), en las que se hallan algunas referencias a castros, y la obra de V. Sevillano (6), si bien su aportación al conocimiento de yacimientos es mucho menor en lo que se refiere a castros que en cuanto a estaciones romanas. Hay que destacar los trabajos de Harbison sobre los castros con piedras hincadas, aunque desafortunadamente sólo visitó uno de los zamoranos (7).

En los años setenta se aborda por auténticos especialistas el inventario de yacimientos y la clasificación rigurosa de los materiales zamoranos. Pero, por razones evidentes, Martín Valls y Delibes dieron comienzo a esta compleja labor — que ha de culminar en la Carta Arqueológica de Zamora — por los yacimientos de las comarcas orientales y meridionales de la provincia; y aunque a veces los *Hallazgos* (8) saltan allende el Esla, el mundo castreño no aparece recogido... por habérsenos encomendado para nuestra tesis doctoral, vistas sus diferencias con los castros de aquellas otras comarcas.

La provincia portuguesa a *espaldas* de Zamora no ha tenido mejor suerte. En los primeros años de este siglo se publicaron las indispensables *Memorias* del Abade de Baçal (9), a las que habría que añadir las aportaciones de quienes — clérigos y militares, fundamentalmente — animaron las páginas de las viejas revistas — hoy felizmente proseguidas — *O Archeólogo Português*, *Portvgalia*, etc.: P. A. de Azevedo, F. Alves Pereira, C. Beça, H. Botelho, F. Braga Barreiro, J. Castro Lopo, J. Fortes, J. Leite de Vasconcelos, A. Mesquita de Figueiredo, A. Pereira Lopo, J. A. Tavares... Lamentablemente, lo mismo que en el caso de Zamora, no se fue más allá de las «noticias» acerca de yacimientos cuyo carácter castreño es muchas veces más que discutible. Después, citaremos algunos trabajos de Santos Júnior (10) o del propio Serpa Pinto (11); las prospecciones del P. Mourinho; otra vez el viaje de Harbison (12) y, muy especialmente, la excavación de São Juzenda por M. Höck. Este autor, que ya había publicado con Coelho algunos materiales del Museo bragançano (13), ha esbozado a partir del material excavado unas primeras consideraciones, entre las que cabría destacar la puesta en cuestión de la propia definición de lo castreño (14), incidiendo en lo erróneo de muchas catalogaciones tradicionales, que consideraban como

(*) Dept.º de Preshistoria y Arqueología. Colegio Universitario de Burgos (Universidad de Valladolid).

(1) GÓMEZ-MORENO, 1904 y 1927.

(2) GARNACHO, 1878.

(3) FERNÁNDEZ DURO, 1882.

(4) MORÁN, 1943, pp. 439-440.

(5) Así, en LOEWINSOHN, 1965; también algunas notas, cartas, etc., que este investigador publicó en 1964-67 en *El Miliario Extravagante*.

(6) SEVILLANO, 1978.

(7) HARBISON, 1969. La visión de conjunto se plantea en HARBISON, 1968^b y 1971.

(8) MARTÍN VALLS, 1973; MARTÍN VALLS y DELIBES, 1975^a, 1976, 1977, 1978^a, 1978^b, 1979, 1981, 1982^a y 1982^b.

(9) ALVES, 1934 y 1938.

(10) SANTOS JÚNIOR, 1929 y 1952 (Por contener solamente referencias marginales a castros no citamos otros trabajos del autor, como el de conjunto sobre los *herrões*).

(11) SERPA PINTO, 1932.

(12) HARBISON, 1968^a, y los trabajos de conjunto citados en la nota 7.

(13) HÖCK y COELHO, 1972.

(14) HÖCK, 1978, 1979 y 1980.

castros estaciones — incluso abiertas — de épocas muy diversas, en muchas ocasiones romanas y medievales.

No contamos, por desgracia, con un inventario riguroso ⁽¹⁵⁾ de los castros trasmontanos, de los que prácticamente no se conocen materiales. Por nuestra parte, únicamente hemos realizado — contando con una pequeña pero inestimable ayuda de la Fundación Calouste Gulbenkian — un viaje de reconocimiento por algunos yacimientos de la región: por sus características externas, estos castros admiten la comparación con los zamoranos. Y dada la escasez de materiales museísticos y la casi total ausencia de éxito en las prospecciones, hemos de basarnos fundamentalmente en impresiones muy generales. Nuestras observaciones, por otra parte, se limitan a una porción de Trás-os-Montes, la más próxima a la frontera española en su sector zamorano.

I. EL HABITAT

Aunque sólo sea como un lejano eco de lo que preconizan las modernas tendencias de la arqueología respecto al análisis del poblamiento ⁽¹⁶⁾, querríamos en nuestro somero acercamiento, distinguir tres niveles: en primer lugar, el de la arquitectura, defensiva y doméstica, tomadas aisladamente; después, el castro como asentamiento; para ascender, por último, a una consideración global de los castros dentro del territorio que nos ocupa.

No podemos dejar de aludir a las graves dificultades con que tropieza un intento semejante. La falta de una elemental apoyatura científica no es la menor de aquellas: carecemos, por ejemplo, de análisis polínicos u otras indicaciones paleoclimáticas, sin las cuales mal podemos intentar explicar la relación de los castros con su entorno natural. La posibilidad de una colonización de amplias zonas de la Península por gentes de tradición Campos de Urnas en conexión con el comienzo del periodo Subatlántico resulta sugerente, pero, a juzgar por lo que ocurre en Europa Central, el paso del Sub-boreal al Subatlántico presenta ciertas contradicciones regionales, e incluso su cronología es discutible ⁽¹⁷⁾.

Por otro lado, la falta de restos visibles, especialmente en lo que se refiere a viviendas, y — sobre todo — la carencia de elementos cronológicos precisos, no sólo dificultan, sino que hacen imposible abordar cuestiones de tanta importancia como son el número de habitantes por castro, la densidad de población, y hasta la relación entre castros cuya contemporaneidad no ha sido probada. Recordemos que, por el momento, la tipología de las defensas es casi el único criterio de clasificación con que contamos en muchos yacimientos.

a) *Arquitectura defensiva y doméstica*

Desde el punto de vista puramente constructivo y tipológico, no hay demasiadas cosas interesantes respecto a las murallas. Cabe señalar que, en nuestra opinión, no hay murallas de tierra, contra lo que pueda parecer a simple vista. Efectivamente, en muchos yacimientos, por ejemplo del Aliste, observamos que el castro se halla cerrado por un lomo de tierra más o menos ancho y alto, sin paramentos. Pero, a juzgar por lo observado en las excavaciones de Fresno de la Carballeda y Sejas de Aliste, no hay tal defensa terrera: la muralla, íntegramente de piedra, se halla oculta por la tierra, creciendo incluso árboles de buen tamaño sobre ella. En otros castros no excavados, pero afectados por agujeros de furtivos, búsquedas de piedra, etc. hemos podido observar igualmente que bajo el lomo de tierra se esconde una muralla pétreo. Así lo hemos visto en Figueruela de Abajo, Vide de Alba, Riomanzanas, Trabazos, etc. Por otra parte, tampoco parece que nuestras murallas tengan, como las de los castros meseteños, una estructura de dos paramentos y relleno informe: en Arrabalde, Calabor, Doney y Lubián, y en los que hemos citado anteriormente, se advierte que el interior de la muralla lo constituyen bloques o lajas de piedras colocadas buscando un buen ajuste. Tampoco deben de tener talud, aunque en algún caso el paramento externo parece tener inclinación: en Sejas, donde hay tramos verticales, otros con aparente talud y hasta alguno extraplomado, creemos poder afirmar que tal inclinación no es sino el resultado del desplazamiento de la muralla debido a la presión de los sedimentos acumulados tras ella.

Otras características de las murallas serían: la utilización de la piedra local, que a su vez condiciona el aparejo; el aprovechamiento de los crestos rocosos; la adaptación al terreno, describiendo ascensos y descensos. Existen además puertas, y engrosamientos en la muralla, y hasta torres (Otero de Centenos, Sejas, Boya, Ferreras de Arriba, Arrabalde, Lubián...), pero aunque tales estructuras son perceptibles en prospección, resulta difícil hacer una descripción precisa, dado su estado de conservación.

⁽¹⁵⁾ Es de lamentar que no contemos, para el distrito de Bragança, con algun trabajo semejante al de MONTALVÃO, 1971, que nos sirvió de guía en nuestra visita de algunos castros de la región de Chaves encaminada a compararlos con los de las zonas más orientales.

⁽¹⁶⁾ Por ejemplo, TRINGHAM, 1972.

⁽¹⁷⁾ HÄRKE, 1979, pp. 61-64.

Aspectos de la arquitectura militar como son los fosos o las piedras hincadas, no ofrecen interés por sus características formales, pero volveremos sobre ellos más adelante.

Debido a la espesura de la vegetación y sobre todo a la potente capa de tierra que recubre los castros colmatándolos casi completamente, no pueden localizarse en prospección los restos de las viviendas castreñas, por lo que en buena parte hemos de apoyarnos en citas bibliográficas. Ciertamente es que su valor es muy limitado: son innumerables las referencias a alicerces o cimientos de casas... sin que ni siquiera se aluda a la planta de las mismas. No hace mucho recogíamos una serie de yacimientos en los que se menciona la existencia de viviendas de planta redonda o con esquinas redondeadas⁽¹⁸⁾. Ahora nos interesa mencionar los castros de Baçal, Castro de Avelães, Cela, Mascarenhas, Mirandela, Paraa, Roios y Vale Benfeito⁽¹⁹⁾. Es necesario, empero, adoptar una actitud cauta ante tales citas: en primer lugar, porque no se plantean la cronología, y en la actualidad está bien comprobada la pervivencia de la planta circular en época romana, como en el castro de São Juzenda⁽²⁰⁾; además, por el subjetivismo que encierran muchas veces las interpretaciones de restos superficiales: en el Castro de Ferreras de Arriba se ha hablado de casas redondas, pero también han sido descritas como rectangulares... y en nuestras prospecciones sólo hemos visto piedras inconexas, que — aunque pueden formar parte de viviendas — no determinan estructuras reconocibles a simple vista.

El único caso del que podemos hablar con seguridad es el de Lubián, con sus viviendas de esquinas redondeadas. En el castro — nada lejano del anterior — de Moimenta, hemos observado también muros al descubierto, y son rectilíneos y de similar aparejo. Hasta creímos observar una esquina redondeada. En Arrabalde y Santa Eulalia de Tábara podría haber viviendas circulares, pero resultan muy poco claras.

Las viviendas — o mejor, las edificaciones — exhumadas hasta el presente en Lubián son dos, de planta rectangular con esquinas redondeadas. Han sido construidas a base de mampostería en seco, con aparejo tabular de piedra pizarrosa, aunque hay algún elemento granítico. Ambos materiales de construcción son autóctonos. Las paredes tienen 60 cms. de grosor, y hasta el momento no conocemos interrupción del muro correspondiente a vano alguno: la vivienda LU-1, excavada por completo, tiene cerrado totalmente su perímetro, como es frecuente en las viviendas de los castros del NW. Las dimensiones de esta construcción, probablemente válidas para LU-2, aún no exhumada completamente, son aproximadamente 5,75 m. de longitud por 4,50 de anchura, o — si descontamos el grosor de los muros — unos 4,50 por 3,20 m., lo que arroja un área de unos 14 metros cuadrados.

El interior de LU-1 presenta un pavimento con ligera inclinación: si bien la construcción se alza en plena ladera, por lo que el muro noroeste está a más altura que su homólogo, se ha procedido a una mínima regularización, completando los huecos que quedan en la roca, del sustrato con algunas piedras y tierra, especialmente xábrego o granito — descompuesto. El muro situado ladera abajo no asienta sobre la roca, sino sobre una curiosa serie de capas superpuestas de diferente textura, que constituyen seguramente un sistema para drenar el agua de lluvia por debajo del pavimento de la casa y especialmente por debajo del muro más comprometido.

Se ha hablado de pavimento. En efecto, lo hay, hecho de *xábrego* bastante compacto, conservado desigualmente, pero que en algunos sectores era lo bastante grueso como para hacer pensar en *lareiras*, aunque faltan por completo carbones, cenizas, huesos, etc. Sobre el pavimento había fragmentos de cerámica y finísimas chispas de carbón. Incrustados en él aparecieron fragmentos con los que hemos reconstruido una vasija y la mitad de otra: el resto de ésta a buen seguro ha sido desalojado de la vivienda por la erosión, saltando por encima de las pocas hiladas conservadas del muro inferior.

La dispersión de los restos hallados, tan poco significativos, no permite hablar de una especial articulación del espacio interno: no hay paredes medianeras, no hay hogar... únicamente podemos señalar la existencia de un agujero en el pavimento, cerca del muro inferior, acaso correspondiente a un palo clavado verticalmente: ¿tuvo alguna relación con la techumbre? De ésta tenemos escasísimos vestigios: algunos fragmentos de laja de pizarra fueron hallados en la excavación, pero no se puede suponer la existencia de una cubierta de pizarras; a lo sumo podría aventurarse una techumbre vegetal con algunas pizarras encima.

Si carecemos de datos acerca del espacio interno de las «viviendas», otro tanto debe decirse por el momento de posibles funciones radicadas en el exterior de las mismas. Cabe consignar, como excepción, la presencia de un molino barquiforme en las proximidades de la citada casa.

Finalmente, una referencia a Sejas: excavaciones clandestinas dejaron al descubierto muros rectos formando esquinas vivas... que han resultado corresponder a habitaciones altoimperiales. Pero en la base de las catas estratigráficas realizadas junto a la muralla hemos podido recoger fragmentos de adobe, que

(18) ESPARZA, 1983.^a

(19) ALVES, 1934, pp. 149, 166, 181, 183, y 471; IDEM, 1983, pp. 48, 275 y 312.

(20) HÖCK, 1980, p. 67. Además se ha observado en los castros de Mozinho, Cameixa, Viladonga o Sanchuis.

hacen suponer el empleo de este material constructivo, no sabemos si para la totalidad de los alzados o sólo para completar los tramos altos de las viviendas. El mismo material aparece en otros castros, como los de Abejera, Muga y, especialmente, San Cristóbal de Aliste, donde hay incluso un fragmento de revestimiento con improntas de palos, al que luego nos referiremos por su valor cultural.

b) *El castro como asentamiento*

Si bien ignoramos cual es estrictamente la propia razón de la existencia de los castros como tales, es decir, como poblados amurallados, podemos apuntar una motivación defensiva, como parece desprenderse del análisis de los *emplazamientos* (21). Destaquemos los tres tipos más puros: el «espigón fluvial», el «meandro encajado» y la «acrópolis», que revelan claramente la intención de dificultar al máximo el acceso al lugar donde se establece el poblado.

A más de esas buenas condiciones defensivas naturales, intervienen otros *factores de localización*: la disponibilidad de recursos económicos concretos — pastos, tierras de cultivo, minerales — y la presencia de agua. Este último factor, con todo, parece no ser decisivo: si en la mayoría de las ocasiones el castro se halla junto a un curso de agua, en los castros de la Sierra de la Culebra, por ejemplo, hay una distancia notable, por lo que cabe pensar en la existencia de fuentes — conocemos algunas — y quizás en aljibes. En ocasiones hemos visto cómo el agua de lluvia quedaba embalsada entre las rocas, o en zonas deprimidas, de ciertos castros. En Arrabalde hay — como corresponde a sus dimensiones excepcionales — obras de notables dimensiones, que parecen destinadas a almacenar gran cantidad de agua y, de paso, evitan una escorrentía peligrosa para un tramo de muralla.

Hemos aludido a los minerales: insistiremos ahora en la relación directa entre algunos castros y yacimientos de minerales. Así, los de Palazuelo de las Cuevas, Pobladura de Aliste, Gallegos del Campo o Vide de Alba, donde aflora la variscita — la calaíta de la bibliografía antigua —, que ha sido beneficiada Cuérragos, Fradellos y, sobre todo, Arrabalde, en cuyo castro hay obras mineras. Un último problema, y no pequeño, es el de la minería del oro. En nuestras prospecciones hemos detectado al menos dos *coronas* aparece con gran abundancia no lejos de los castros: mencionemos sólo los casos de Santa Cruz de Cuérragos, Fradellos y, sobre todo, Arrabalde, en cuyo castro hay obras mineras. Un último problema, y no pequeño, es el de la minería del oro. En nuestras prospecciones hemos detectado al menos dos *coronas* mineras, en Espadañado y Lanseros. En ambos casos, un pequeño recinto se halla circundado por dos fosos paralelos excavados con la ayuda del agua, que, circulando por ellos, sirvió para evacuar la tierra y lavarla al pie de la corona. A buen seguro estamos ante obras hidráulico-mineras romanas, como las ya bien conocidas de la provincia de León, pero resulta llamativo que dos de tales explotaciones leonesas, las de Pedredo y Castrocontrigo se hallen en castros prerromanos (22). El caso de Pedredo es totalmente seguro: se trata de un castro con abundantes materiales tipo Soto de Medinilla, sobre el que se efectuará la explotación romana ¿Habrán labores de extracción del oro anteriores a la conquista? (23).

La descripción de las *características físicas* de los castros sería demasiado prolija, especialmente en cuanto a altitud, altura relativa, orientación, etc. Hay notables variaciones, pero parecen poco significativas, estando subordinadas a la elección de emplazamiento y a las peculiaridades orográficas de cada comarca. De todas formas, respecto a la altura sí debemos mencionar un hecho: frente a los castros situados en las pequeñas elevaciones de las zonas de penillanura, los de la Sierra de la Culebra, o los de Arrabalde, Doney, Calabor, Carbajales de la Encomienda, Espadañado o Vega del Castillo se hallan en lugares tan incómodos que podrían hacer pensar en una acentuación de la inseguridad. Carecemos sin embargo de elementos en que fundar ese pretendido cambio de asentamientos. Mayor interés encierra seguramente el estudio de la extensión de los castros, hoy inconcluso so por falta de cartografía adecuada (24), ya que el tamaño de los yacimientos podría permitir el establecer una jerarquización. Así, debe de haber una diferencia esencial entre castros como el de Riomanzanas, con poco más de media hectárea — unos 335 m. de perímetro — y el de Arrabalde, con sus — aproximadamente siete hectáreas (2500 m. de perímetro). Parece legítimo suponer que las cifras traslucen una complicada realidad demográfica, económica, social y política, pero no podemos ir más lejos, dado el desconocimiento de las viviendas, cuyo número y superficie necesitaríamos saber en una mínima muestra de castros.

(21) Vid. nota 33.

(22) SAENZ y VELEZ, 1974, pp. 82-83 y 108; MAÑANES, 1977, pp. 321-322 y 324-326; SANCHEZ-PALENCIA, 1980, p. 226.

(23) Frente a la posición de DOMERGUE, 1970, Sánchez-Palencia insiste en la cronología romana de las grandes labores: los indígenas únicamente habrían explotado los placeres fluviales y quizá las terrazas (SANCHEZ-PALENCIA, 1983, pp. 77-79).

(24) En la mayoría de los casos tenemos que proceder sobre fotografías aéreas: su propia deformación, la imprecisión del planímetro y, sobre todo, el cambio de escalas, introducen importantes errores. Por todo ello, las cifras obtenidas son meramente orientativas. Hay muchos castros de menos de una Ha, como Riomanzanas o Sagallos; la mayoría debe tener entre 1 y 3 Has. (Moveros/Constantim, Fradelos, Algosinho, Parada de Infanções, Cional, Cubo de Benavente, Doney) pero los hay también de 3-4 Has., como los de Carbajales de la Encomienda, Espadañado, Fresno de la Carballeda, Litos, Palazuelo de las Cuevas o Sejas de Aliste. Arrabalde es excepcional.

En lo tocante a la *organización* de los castros, debemos referirnos en primer lugar, a la de las defensas. En la mayoría de los casos no hay más que una muralla, que probablemente envolvía por completo el recinto habitable; en algunos castros — especialmente en emplazamientos de tipo espigón o meandro — ofrecen una muralla cerrando el lado más fácilmente accesible, pero ésto debe ser sólo en apariencia; en Algosinho, como en Fradellos o Muga de Alba, la muralla se encuentra en mal estado; pero aunque no debía ser de grandes proporciones, como lo es en el tramo más comprometido, hemos podido apreciar su existencia contorneando el castro (25).

Frecuente complemento de la muralla es el foso, que en ocasiones se duplica. Así, hallamos dos fosos paralelos en los castros de Lubián — doble foso ante cada una de las murallas —, Mellanes, Pobladura de Aliste, Riomanzanas, Alfaião, Castro de Avelães, Pinela y otros.

A veces se emplea otro recurso defensivo, las piedras hincadas, cuyo catálogo crece poco a poco (26), observándose repetidamente en yacimientos del Noroeste peninsular una acumulación de defensas: una o varias murallas, con varios fosos, dos campos de piedras hincadas... Bien es verdad que no puede pasarse por alto el gravísimo problema de la cronología de estos yacimientos (27), pero nosotros insistimos en la cronología prerromana de los zamoranos.

Existen en ocasiones más de una muralla o, si se prefiere, más de un recinto. Así lo vemos en Parada de Infanções, Castro, Vale Benfeito, Arrabalde, Doney, Ferreras de Abajo, Ferreras de Arriba y Lubián, y probablemente en Moveros, Rihonor y otros. Además hay que señalar el Cueto de los Moros, de Figueruela de Abajo, en el que hay un recinto acoplado a la parte frontal del castro a la manera de los antecastros de muchos yacimientos gallegos; algo similar debe de haber en Carviçais (28). Los otros que citamos podrían paralelizarse con los más clásicos de Avila, por tener recintos yuxtapuestos. Pero la dualidad recintos concéntricos/recintos adosados, que caracterizarían respectivamente las áreas culturales del NW. y de la Meseta, parece demasiado elemental, como ya hemos observado en otra ocasión (29). En muchos casos, los recintos yuxtapuestos se envuelven parcialmente, adoptando sus murallas una disposición paralela que nos hace pensar en los recintos concéntricos. Esto quizá se deba, más que a sincretismo, a fuertes condicionamientos topográficos. Insistamos en la necesidad de limpieza del terreno, excavaciones y cartografía adecuada, antes de pronunciamos definitivamente sobre la forma de los recintos y el trazado de las murallas.

Una observación final acerca de las defensas: los castros de la S.^a de la Culebra o de otras alturas análogas — Doney, Carbajales, Espadañado, etc. — carecen de foso y/o piedras hincadas, por lo que de nuevo volveríamos a plantear la posibilidad de una cronología diferente, o de una adscripción étnico-cultural diferente. Podría, sin embargo, haber una explicación más sencilla, ya que los castros con defensas acumuladas las necesitan por su ubicación en sitios donde la defensa natural nos es completa, donde hay sectores que permitirían una acometida rápida; mientras que estos castros sin foso ni piedras hincadas se hallan en las cumbres serranas, donde el ataque por sorpresa es harto difícil: en primer lugar por la altura de los castros y la dura pendiente de sus laderas; además, porque su situación les permite dominar una gran extensión de terreno.

Las defensas encierran un espacio, en el que deben localizarse unas funciones, por oposición a otras funciones que estarían ubicadas extramuros: nos referimos — aparte, claro está, de los campos de cultivo, los pastos, los lugares de caza y pesca o las explotaciones mineras — a las necrópolis y, quizás, los hornos metalúrgicos (30). Ambos nos resultan desconocidos, en buena parte porque nuestra prospección ha sido siempre selectiva.

El espacio intramuros — como todo lo demás — nos es muy mal conocido; allí se cobijan las viviendas, y probablemente el ganado, aunque, por el momento no sabemos si hay separación entre hombres y animales. En el caso de los castros con más de un recinto, podríamos pensar que uno de ellos sea encerradero de ganados, como se ha sugerido para los castros meseteños (31). Pero tenemos algunas dudas acerca de tal interpretación, ya que en Parada de Infanções, Arrabalde, Lubián... los diversos

(25) Así, no habría — salvo alguna excepción, como *As Muradellas* de Lubián — castros del tipo que los británicos llaman *promontory fort*, sino que corresponderían al *contour fort*.

(26) ESPARZA, 1980. En 1983.^a añadimos los de Vimioso, Parada (Alfândega da Fé) y Lama de Ouriço. Ahora, los zamoranos de Fradellos y Muga de Alba.

(27) Carvalheiros parece dar únicamente materiales romanos... y se adopta una datación todavía más reciente para Curalha (FERREIRA DE ALMEIDA, 1979, p. 313); los castros lucenses con piedras hincadas, lo mismo que el asturiano de Pesoz, se relacionan con la explotación romana de los recursos mineros (LUZON, SANCHEZ-PALENCIA *et alii*, 1980).

(28) SANTOS JÚNIOR, 1929; ALVES, 1934, p. 147.

(29) ESPARZA, 1983 b, p. 85. *Vid.* MALUQUER, 1954, p. 99 (donde, sin embargo, se sugiere un posible condicionamiento topográfico); IDEM, 1975, p. 271.

(30) Sin embargo, en Portugal parece haber una tradición, del Calcolítico al Bronce Final, en la ubicación del horno dentro del recinto amurallado (KALB, 1979, p. 584). Excavando en Sejas hemos obtenido bastantes muestras de actividad metalúrgica: frags. de crisoles con adherencias de bronce; escoria de forja del hierro y fragmentos seguramente correspondientes a revestimientos de horno.

(31) MALUQUER, 1954, p. 99.

recintos parecen responder más bien a una concepción táctica, de defensa escalonada, aunque esto no sería contradictorio con una utilización como la señalada. Por contra, el pequeño recinto adosado con que cuenta la Lleira de Ferreras de Arriba es, casi seguro, un corral. No lejos de allí, el Castillo de Ferreras de Abajo resulta mucho más problemático: la multitud de pequeños recintos en que halla compartimentado — y de los que no nos hacemos todavía una idea de conjunto, a falta de planimetría adecuada acaso entrañe una complicada asignación de funciones económicas y sociales.

Sin excavaciones, como se ve, es imposible dar respuesta a tanto enigma. Las llevadas a cabo en Lubián nos han permitido conocer algo acerca de la distribución de las viviendas. Éstas, de planta rectangular con esquinas redondeadas se hallan, al parecer, muy apretadas y alineadas a cordel. Probablemente esta ordenación ha sido impuesta por la minúscula superficie del recinto interno, pero aunque sea un hecho lógico, no deja de sorprender en un yacimiento prerromano un rasgo tan avanzado ⁽³²⁾. Todavía no hemos excavado suficientes metros cuadrados del castro, pero podría haber un espacio flanqueado por las viviendas. Cualquier explicación para esta distribución, o para la ingente acumulación de defensas en castro tan pequeño, es todavía pura especulación.

c) *Los castros en su territorio*

En este apartado cabría abordar en primer lugar la *posición* ⁽³³⁾ de los castros. Anteriormente nos hemos referido a algunos que parecen directamente relacionados con yacimientos mineralógicos: podemos ahora insistir en la posible atracción que para los castreños supusieron los abundantísimos afloramientos de mineral de hierro, y los de cobre y estaño, que parece desprenderse de la comparación del mapa de dispersión de los castros con el mapa metalogénico.

En otros casos parece advertirse la importancia de ciertas vías de comunicación: seguramente no es aventurado suponer alguna relación entre las series de castros alineados en valles fluviales. Así, podemos remontar el Aliste recalando en los de Carbajales, Muga, Vide, Domez, Fradellos, Palazuelo, Pobladura y Mahide; o el Tera, saltando de Camarzana a Fresno, Sagallos y Palacios de Sanabria; o ascender por el Eria desde Manganeseos a Arrabalde, para continuar — ya en la provincia de León — por Castrocalbón, Pinilla y Castrocontrigo. De todas formas, estas vías no parecen tan claras e importantes como la que discurre en dirección N-S al oriente del Esla y que será aprovechada por la Calzada de la Plata. Sorprende la ausencia de castros en otro claro camino natural, el que une la Meseta con Galicia e través de las Portillas: únicamente hemos hallado el Castrillón de Lubián, pero parece tratarse de un yacimiento romano. Tal ausencia, sin embargo, posiblemente sea imputable a la escasa intensidad de prospección en relación con las dificultades naturales.

Finalmente, el caso de Villalcampo, cuyo castro, próximo a la confluencia del Esla y el Duero, probablemente desempeñó un papel militar y económico de importancia, ya que se halla en la zona donde coinciden los astures, los vettones y los vacceos. Posición, pues, de encrucijada.

Existe en apariencia una importante *densidad de población*, a juzgar por la cantidad de castros. Llama la atención, por ejemplo, la existencia de cuatro en el término municipal de Ferreras de Arriba, o, si seguimos por las cumbres de la Culebra por el vecino término de Ferreras de Abajo hasta el de Tábara, encontraremos, en un recorrido de veinte kilómetros, siete castros de buen tamaño. Nuevamente, la falta de cronología precisa nos impide aventurar cálculos demográficos... inadmisibles en algunos casos, según hemos observado: en los alrededores de Nuez de Aliste hay cuatro yacimientos considerados comunmente como castros, pero uno es calcolítico y otros dos, romanos; sólo uno nos parece auténtico castro. Algo parecido podríamos referir en Rabanales, en S. Cristóbal de Aliste o en las Figueruelas... Por ello hemos de ser prudentes. Para complicar más las cosas, habría que tener en cuenta la posibilidad, al menos en teoría, de la existencia de yacimientos abiertos de la Edad del Hierro, que nuestras prospecciones, siempre encaminadas en busca de castros, difícilmente podrían detectar.

Por último, las *relaciones entre castros*. Las de tipo económico podrían ser inferidas a partir de los propios materiales arqueológicos, y aunque las excavaciones no sean muy amplias, el avance en este terreno puede ser notable en los próximos años, gracias a la aplicación de modernas técnicas de análisis. Así, es imprescindible establecer la procedencia de los minerales empleados en la metalurgia. Piénsese en la posibilidad de vincular los castros zamoranos o leoneses establecidos en comarcas de gran riqueza mineralógica y los del centro de la Cuenca, donde se practica una activa metalurgia... sin que existan yacimientos de minerales.

⁽³²⁾ Otros rasgos técnicos destacables serían el sistema de evacuación del agua por debajo de la vivienda LU-1 o el aprovechamiento del contacto de formaciones geológicas muy diferentes — granitos y pizarras — para labrar los fosos y alzar las murallas.

⁽³³⁾ P. George señala, refiriéndose a ciudades, que la *posición* es la ubicación en función de hechos económicos, políticos, históricos, mientras que el *emplazamiento* es el marco topográfico concreto, punto exacto elegido entre varios que presentaban los mismos factores de posición. (GEORGE, 1964, pp. 46-48).

En relación con el intercambio — y prescindiendo de aspectos no documentados arqueológicamente como podría ser el tráfico de reses, pieles, granos, etc. — únicamente podemos señalar ahora, como levísimas pinceladas, que desde lugares desconocidos llegan a los castros manufacturas celtibéricas, como las cerámicas que luego citaremos, o las propias joyas de Arrabalde, acaso realizadas en un taller del centro de la Cuenca. La variscita, que según se comentó aflora en algunos castros zamoranos, debe de ser por su singularidad uno de los mejores indicadores de intercambio: aplicada al adorno desde los tiempos calcolíticos hasta la época romana, la variscita de la Península Ibérica, o al menos del Cuadrante Noroeste, debe haber salido de uno de esos afloramientos del Aliste o del Campo de Alba, únicos existentes en la Península, junto a los de Almería y Cataluña (34).

Ya se ha dicho que el tamaño podría servir para establecer una jerarquización entre los distintos yacimientos, algunos de los cuales pudieron haber desempeñado algún papel de dirección — política, social, religiosa, económica, etc. — pero tal posibilidad es de difícil comprobación sin excavaciones muy extensas. ¿Podríamos mientras tanto inspirarnos en estudios realizados en Europa centro-occidental? Diversos autores alemanes y británicos, y especialmente W. Kimmig, se han ocupado de la cuestión, llegando este autor a plantear la existencia, entre los poblados fortificados del Ha D, de unas 'residencias principescas' (*Fürstensitze*). Revisando los criterios que, para Kimmig, concurren en tales yacimientos, H. Härke ha propuesto ciertas modificaciones. Nos interesa mencionar sus *minor Fürstensitze*, yacimientos que, carentes de 'tumbas principescas', presentan una topografía relevante, defensas especiales — incluyendo divisiones internas del circuito amurallado —, y objetos importados (35).

No pretendemos, ni mucho menos, efectuar una transposición del trabajo de Härke a nuestros castros, pero esa metodología inspira un posible camino para la investigación. Aunque sea como simple sugestión, surgida al calor de la lectura de Härke, apuntaríamos el papel relevante de algunos castros zamoranos: Fuentes de Ropel, al oriente del Esla; el Viso, en Bamba, al sur del Duero; y Arrabalde en el área que ahora nos interesa. Ciertamente, sólo en Fuentes de Ropel se ha hallado cerámica griega (36). Pero Arrabalde podría compararse en cierto modo por su tesoro. Tendríamos en este castro una interesante posición, dominando el Eria; una extensión excepcional, como su topografía; notables defensas, con dos recintos; y probablemente actividad minera. El lote de joyas allí atesorado, seguramente de fabricación foránea, debe indicar la concentración de riqueza en alguna persona o familia. Elementos suficientes como para proponer la existencia de un centro sociopolítico y económico, aunque no hay que olvidar que podría tratarse de un *último refugio* en relación con la conquista romana (37).

Tras el vano empeño en que hemos consumido las líneas anteriores, trataremos de realizar una aproximación a los aspectos cronológicos.

II — LA CRONOLOGIA

a) Introducción

Resulta difícil, teniendo en cuenta la escasez — y hasta ausencia — de materiales en la mayoría de los yacimientos, trazar un cuadro cronológico. Podríamos partir, como hipótesis de trabajo, de la contemporaneidad de los castros: habría habido un amurallamiento general, cuya causalidad estamos lejos de conocer, y cuya datación, por otra parte, descansaría sobre un yacimiento, Los Castillejos de Sanchorreja, donde Maluquer señala que la erección de la muralla tuvo lugar en cierto momento del desarrollo de su segunda fase (38), entre 500 y 400 aC (39).

Pero si la generalización de la fecha obtenida para Sanchorreja parece válida para los castros de la zona de Avila-Salamanca, y hasta para el sur de Zamora (40), para el territorio que nos ocupa, a caballo entre la Meseta y el Noroeste, la situación es algo más compleja.

Como es sabido, en los últimos años se han producido reacciones contra la concepción clásica que hace equivaler los castros del Noroeste y la Segunda Edad del Hierro (41): la antigüedad de algunas

(34) VAZQUEZ VARELA, 1975; HUET, 1979. En Trás-os-Montes podría haber — dadas sus características geológicas — algún afloramiento de variscita. prolongación de los de Alba y Aliste.

(35) HARKE, 1979, pp. 111-122.

(36) MARTIN VALLS y DELIBES, 1978 b, p. 329 y fig. 4, n.º 1.

(37) Aunque en este caso la idea no fuera acertada, podríamos considerar su viabilidad en el *Castromao* orensano que se ajustaría a los criterios de Härke incluida la presencia cerámica griega (FERREIRA *et alii*, 1981, p. 66).

(38) MALUQUER, 1958 a, p. 34.

(39) *Ibidem*, p. 96. Acerca de la posible generalización del fenómeno, *vid.* MALUQUER, 1958 b, pp. 37-38; IDEM, 1959, p. 172; MARTIN VALLS, 1973 a, p. 95.

(40) MARTIN VALLS, en prensa.

(41) BOSCH GIMPERA, 1942, p. 50.

dataciones radiométricas — Borneiro, Penarrubia ⁽⁴²⁾ —; la reinterpretación de los viejos hallazgos metálicos del Bronce Final ⁽⁴³⁾; la aparición en el sur de España y en Portugal de poblados fortificados de ese mismo momento ⁽⁴⁴⁾; y las evidencias obtenidas en recientes excavaciones ⁽⁴⁵⁾, han producido un envejecimiento de lo castreño, cuyos inicios son situados a finales de la Edad del Bronce ⁽⁴⁶⁾. De ahí que nos hayamos visto obligados a plantearnos también la relación de los útiles metálicos típicos del Bronce Final con nuestros castros ⁽⁴⁷⁾. Ciertamente, no son muchos los casos que hemos debido examinar.

En el Castelo de Rebordaões, próximo a Bragança, apareció una hacha de apéndices laterales, pero no hemos conseguido localizar aquí vestigios seguros de suficiente antigüedad como para relacionarlos con el útil: sólo muros de piedra unidos con argamasa, y cerámica, probablemente medievales, como lo serían también las puntas de venablo, espuelas, etc., allí aparecidos ⁽⁴⁸⁾. Ni un solo fragmento de cerámica vieja. El emplazamiento y un probable foso hacia el SSW. serían los únicos argumentos en favor de una catalogación del lugar como castro. Con todo, tampoco nos atrevemos a negar la existencia de éste, ya que podría haber sido destruido por las edificaciones medievales.

En segundo lugar, la punta de lanza de Picote, revisada recientemente por Ph. Kalb ⁽⁴⁹⁾. Fue hallada en el Castelo de las Ruecas, una *fraga* a la caída oriental del castro llamado Cigadueña, dotado de piedras hincadas exteriores a la muralla ⁽⁵⁰⁾.

Hace más de veinte años, al ensanchar la carretera del puente de Pino (Zamora) mediante una voladura de rocas, apareció un hacha de bronce que fue a parar al comercio anticuario. Por una fotografía sabemos que se trataba de un ejemplar de talón con una anilla, asignable seguramente al Bronce Final II. Inmediatamente podría ser relacionada con el castro de Cigadueña, sito en dicha localidad de Pino. No sabemos el punto exacto del hallazgo del hacha, pero ha de tenerse en cuenta que la carretera del puente pasa a más de un kilómetro del castro, por lo que no sabemos si tiene fundamento esa pretendida relación.

Por el contrario, el hacha de Fradellos apareció dentro del recinto del Castrico ⁽⁵¹⁾. En este caso se trata de un ejemplar de apéndices laterales, situable a fines del BF II, rozando ya el BF III ⁽⁵²⁾.

En cualquier caso, ¿quienes serían los usuarios — mejor que los autores — de tales instrumentos?. La pregunta ha sido anteriormente formulada por Delibes en su primer análisis del presunto depósito de bronce de San Pedro de la Viña ⁽⁵³⁾. Como respuesta — al menos para las comarcas al este del Esla — cabe pensar en las gentes de Cogotas I o en las del Soto de Medinilla ⁽⁵⁴⁾. Respecto a los primeros, solamente podemos aducir un hallazgo efectuado en el castro de Arrabalde: durante la campaña de 1982 recogimos, en prospección superficial, un minúsculo fragmento cerámico decorado con técnica de *Boquique*. Pero aunque cada vez parece más claro que durante el largo desarrollo de Cogotas I se registra la ocupación de emplazamientos defensivos e incluso su amurallamiento ⁽⁵⁵⁾, nada autoriza a atribuir a esa fase la construcción de las imponentes murallas de Arrabalde, seguramente relacionadas con momentos avanzados de la Edad del Hierro ⁽⁵⁶⁾.

⁽⁴²⁾ EIROA, 1975; ARIAS, 1979.

⁽⁴³⁾ KALB, 1980.

⁽⁴⁴⁾ PARREIRA y MONGE, 1980; KALB, 1979.

⁽⁴⁵⁾ HÖCK, 1978, 1979 y 1980; FERREIRA DE ALMEIDA *et alii*, 1981.

⁽⁴⁶⁾ Conviene recordar que Maluquer propuso considerar la cultura castreña como «... resultado de un largo proceso local (...) el planteamiento no debe ser ¿cuando aparece la cultura castreña de la Edad del Hierro?, sino ¿cuando podemos documentar la metalurgia de hierro en el mundo castreño» (MALUQUER, 1975, p. 273).

⁽⁴⁷⁾ Hemos prescindido de la discusión de otra posibilidad, la de una datación mucho más antigua de los yacimientos amurallados: en el corte 12 practicado por Höck en S. Juzenda apareció, bajo la muralla, un fragmento cerámico de aire calcolítico (HÖCK, 1978, p. 150). Ello supone únicamente un *terminus post quem* para la construcción de dicha muralla; pero no hay que olvidar la existencia de un castro — o, para causar menos problemas, de un *castellum* — calcolítico en San Martín del Pedroso, en la raya fronteriza (ESPARZA, 1977). A estos datos cabría añadir el hallazgo de una punta Palmela en el castro — con materiales de muy diversa datación — de Aldeia Nova (M. N. A. E. de Lisboa). Por último, tras lavar la cerámica recogida prospectando el «castro» de Sacoias — en el que solo conocíamos materiales romanos — hemos podido identificar un fragmento calcolítico.

⁽⁴⁸⁾ ALVES, 1938, p. 8; HÖCK y COELHO, 1972, pp. 247-248. Un croquis del hacha en KALB, 1981, fig. 7, n.º 36.

⁽⁴⁹⁾ KALB, 1980, fig. 7, n.º 39.

⁽⁵⁰⁾ En 1980 señalábamos, equivocadamente, que aquí apareció también una fibula de pie alto trocopiramidal. En realidad, parece haber en Picote tres yacimientos: éste de *Cigadueña*; otro *Castelo* donde apareció la fibula; y el *Castelar* donde fueron hallados los verracos.

⁽⁵¹⁾ ESPARZA, 1978.

⁽⁵²⁾ Aparece en depósitos como los de Covaleda y Saldaña (DELIBES, 1975, p. 153; IDEM, 1980, p. 233; actualización cronológica en MARTIN VALLS y DELIBES, 1982^a, p. 54).

⁽⁵³⁾ DELIBES, 1977, p. 254. Podríamos incluir aquí — y como argumento de peso — este depósito; pero prescindiremos de él, ante las importantes reservas que suscita (DELIBES, 1980, p. 240).

⁽⁵⁴⁾ MARTIN VALLS y DELIBES, 1982^a, p. 54.

⁽⁵⁵⁾ Entre los primeros podríamos citar Sanchorreja o la propia estación de Las Cogotas; entre los segundos, Cogece del Monte (DELIBES Y FDEZ. MANZANO, 1981) o Cancho Enamorado, en El Berrueco (MALUQUER, 1958^b, p. 38).

⁽⁵⁶⁾ Hay en el territorio que nos ocupa, y muy cerca de Arrabalde, otros yacimientos con materiales de Cogotas I, pero no se trata de castros: nos referimos a los dólmenes de Brime de Urz y Granucillo, en el Valle de Vidriales (MORAN, 1935, pp. 25-35), donde se han debido de realizar por estas gentes enterramientos intrusivos (MARTIN VALLS y DELIBES, 1972, p. 17).

En cambio, aunque no hay todavía auténticas pruebas, crecen las sospechas de que los objetos metálicos de finales de la Edad del Bronce se hallan en manos de «... las gentes del Soto, impregnadas de una fuerte tradición de Campos de Urnas» (57).

b) *Poblados tipo Soto y castros: la tradición Campos de Urnas*

Durante varios años, la falta de materiales características nos hizo percibir en los yacimientos zamoranos occidentales una importante dicotomía: unos pocos, aparentemente sin defensas artificiales, y ubicados en terrenos terciarios o cuaternarios — es decir, en las llanuras sedimentarias más típicamente castellanicas — ofrecían vestigios asignables sin duda al grupo del Soto de Medinilla; en cambio, los castros — ahora sí se puede citar la existencia de murallas — situados en terrenos cristalinos o primarios — esto es, en las penillanuras de Aliste-Alba y Sanabria-Carballeda — no presentaban restos esclarecedores de su filiación, debido a la vegetación que los oculta, frente a los anteriores yacimientos, afectados por la agricultura. Así pues, durante algún tiempo creímos que existía un marcado contraste entre ambos tipos de yacimientos, y que los primeros eran las avanzadillas más occidentales de las gentes del Soto, cuyos poblados iban apareciendo con mayor frecuencia en el centro de la Cuenca.

En cierto momento (58) nos preguntábamos por la relación entre unas y otras estaciones, pregunta que se relacionaba a su vez con la sugerencia de Palol acerca de una posible «colonización céltica» del Noroeste (59). Más tarde empezamos a sospechar que el contraste entre esos dos tipos de yacimientos no fuese tan acusado (60). Posteriormente, y a partir de estudios sobre la zona, de nuestras propias excavaciones y — justo es reconocerlo — de una mayor fortuna en las prospecciones, creemos necesario proponer la identificación entre los mencionados yacimientos, ya que también los castros proporcionan material de tipo Soto. Especialmente revelador resultó el castro de Gallegos del Campo, donde la extracción de piedra para una carretera ocasionó una importante destrucción y también la exhumación de una gran cantidad de cerámica, de inequívoca atribución.

En la actualidad tenemos, dentro de la zona estudiada, seis yacimientos tipo Soto que no presentan defensas visibles (Brime de Urz, Camarzana, Carbajales de Alba, Manganeses de la Polvorosa, San Pedro de la Viña y San Pedro de Zamudía (61)). Materiales tipo Soto aparecen además en los castros de Fradellos, Muga de Alba, Vide, Gallegos del Campo y Sejas de Aliste. Son seguramente del mismo género los materiales recogidos en Fresno de la Carballeda, Sagallos, y San Román de Sanabria. Además, en el castro de São Martinho de Angueira, ya en Tras-os-Montes (62), en el que hemos hallado incluso un fragmento que parece tener restos de pintura roja del tipo constatado en el Soto de Medinilla.

Merece la pena destacar el caso de La Almena, en El Cubo de Benavente, que proporciona materiales típicamente del Soto, como cabía intuir a partir del medio físico en el que se halla ubicado. Pero además este yacimiento conserva su foso y restos de muralla, que han sido respetados por las labores agrícolas, esporádicas en este sitio. ¿Podemos suponer que todos los yacimientos tipo Soto tenían igualmente defensas, y que estas han sido desmanteladas debido a un intenso aprovechamiento agrícola o a la alta valoración de la piedra en comarcas donde ésta no abunda? Solamente la excavación podría dar validez a nuestras sospechas, especialmente fuertes en Camarzana y en San Pedro de la Viña.

Podemos señalar, en suma, que el borde NW. de la Cuenca del Duero se asiste al establecimiento de una población de tradición Campos de Urnas, cuya identificación es muy fácil mientras ocupan las llanuras sedimentarias — son todavía poblados de facies Soto — y bastante más complicada cuando se instalan en las Montañas Galaico-Leonesas y en las penillanuras zamoranas (y, al parecer, de Tras-os-Montes oriental), donde constituyen una cultura castreña — análoga a la soriana (63) — que se proyectará sobre el Noroeste.

Las rutas de la penetración parecen ser los valles fluviales: los afluentes del Orbigo abren camino hacia las montañas leonesas, que han debido ser rebasadas, llegando hasta El Bierzo (64); en Zamora, se remontan el Tera y el Aliste.

(57) IDEM, 1982^a, p. 54; IDEM, 1975^a, pp. 199 y 201.

(58) ESPARZA, 1983^a.

(59) PALOL y WATTENBERG, 1974, p. 33.

(60) ESPARZA, 1983^b.

(61) Podemos añadir, ya en la provincia leonesa, los de Castrocalbón y Pobladura de Yuso, y seguramente Castrocontrigo, que sirven para enlazar los zamoranos con los que, en alto número, existen en León.

(62) Lamentablemente no conocemos los materiales de S. Juzenda; pero a la vista de los dibujos publicados y de la relación formal propuesta por su excavador para el «paquete 2» con materiales andaluces del Bronce Final (HÖCK, 1978, fig. 4 y p. 147), sospechamos una posible relación con las cerámicas tipo Soto (*vid.* nota 68).

(63) La cultura castreña soriana, ubicada en las montañas del borde oriental de la Cuenca del Duero, fue definida por TARACENA, 1941, pp. 13-14, e integrada en las concepciones actuales de la prehistoria peninsular por ROMERO, 1984.

(64) MAÑANES, 1981, p. 147.

Tales gentes portan ciertos usos culturales, como la vivienda circular construida en adobe y decorada con estuco pintado, que todavía vemos en Sacaajos. Pero ya en Pedredo la vivienda circular es de piedra ⁽⁶⁵⁾, transformación que reviste gran interés. En los castros zamoranos, el barro y el adobe intervienen también en la arquitectura, siendo destacable el fragmento con improntas de palos recogido en Gallegos del Campo, comparable con otros de castros de Campos de Urnas del Alto Ebro ⁽⁶⁶⁾.

A juzgar por los huesos obtenidos, los ovicápridos y bóvidos integran el ganado que constituye un importante capítulo de su economía, en la que deben tener un peso notable la minería y la metalurgia: el abastecimiento de los poblados del centro de la Cuenca acaso se ha producido desde nuestros castros.

La cronología de estos castros es poco precisa, ya que el punto de referencia es el propio Soto de Medinilla, yacimiento no publicado de forma exhaustiva ⁽⁶⁷⁾. Se han constatado aquí dos fases anteriores a la celtiberización, denominadas Soto I y Soto II.

La primera, acaso correspondiente al Bronce Final III ⁽⁶⁸⁾, ha sido detectada en muy pocas estaciones, algunas de ellas próximas a nuestra zona, como Pinilla de Toro ⁽⁶⁹⁾ o Sacaajos ⁽⁷⁰⁾. Además, y como anteriormente se señaló ⁽⁷¹⁾ se intuye la presencia de estas gentes del Soto y su relación con los instrumentos del Bronce Final, de forma que el hacha de Fradellos podría denotar la ocupación del castro ya en esta fase Soto I, en que cabría situar también el inicio del castro de San Pedro de la Viña ⁽⁷²⁾. Especial relieve cobra, en este sentido, el fragmento antes citado de São Martinho de Angueira, que habría que paralelizar con la cerámica pintada de Soto I, fase cuyos inicios se sitúan al menos en el s. VIII aC ⁽⁷³⁾.

Habríamos vuelto así al punto de partida: al menos en algunos castros se podría hablar de su origen en el Bronce Final. Conviene matizar esto, sin embargo: en el propio Soto I, en el que los moldes de fundición corresponden a piezas del B.F. ⁽⁶⁴⁾, Palol menciona el hallazgo de algún fragmento de hierro ⁽⁷⁵⁾, lo que justifica la etiqueta de 'Primera Edad del Hierro' que se ha venido aplicando a esta fase. De igual modo, y a la vista de objetos como la lanza de Picote o el hacha de Fradellos, no está de más recordar la coexistencia de piezas de tipología comparable y objetos de hierro en las chozas Sanchorraja/9 (punta de empuñadura tubular junto a cuchillos de hierro) ⁽⁷⁶⁾ y Berrueco/2 (brazalete tipo Bignan con escoplos, cuchillo y navaja de afeitar realizados en hierro) ⁽⁷⁷⁾.

Pero, puesto que no hay, o apenas, materiales inequívocos de Soto I llevaremos la ocupación de la mayoría de los yacimientos zamoranos que nos ocupan a la fase Soto II, cuyo comienzo debe de tener lugar entre 650 y 550, en virtud de la analogía Soto II/Cortes de Navarra P IIB ⁽⁷⁸⁾. No sabemos si es totalmente lícita la traslación de la cronología propuesta para el yacimiento vallisoletano a éstos del borde occidental de la Cuenca, pero a la vista de los datos obtenidos en Sejas y de la estabilidad tipológica observada en la cerámica, esta deducción cronológica es probablemente válida. Una datación radiocarbónica vendría en su apoyo: se trata de la muestra SJA/06, correspondiente a un momento algo más avanzado que la fundación del castro, que ha sido fechada en 2360 BP (edad equivalente: 410aC) ⁽⁷⁹⁾.

La fijación del momento final de Soto II es compleja, incluso en el propio yacimiento epónimo: si inicialmente Palol propugnó los inicios del s.V aC ⁽⁸⁰⁾, después planteó la perduración de Soto II durante la centuria siguiente ⁽⁸¹⁾. Recientemente, Romero ⁽⁸²⁾ y Martín Valls y Delibes ⁽⁸³⁾ han insistido en esta cronología baja. Es más, para las tierras occidentales de la Cuenca del Duero, estos últimos investigadores

⁽⁶⁵⁾ IDEM, 1977, pp. 324-326.

⁽⁶⁶⁾ Así, en los de Peñas de Oro (UGARTECHEA *et alii*, 1971, fot. 23, n.º 3) y Henayo (LLANOS *et alii*, 1975, pp. 128 y 129, y fot. 8, n.º 1).

⁽⁶⁷⁾ PALOL y WATTENBERG, 1974, pp. 32-37 y 181-195, con toda la bibliografía.

⁽⁶⁸⁾ MARTÍN VALLS y DELIBES, 1981, p. 175; ROMERO, 1980, pone de manifiesto las relaciones de la cerámica de Soto I con otras culturas del B. F., insistiendo en la línea de MARTÍN VALLS y DELIBES, 1978^a. Respecto a posibles ecos meridionales del Soto I (y II), *vid.* MOLINA, 1978, pp. 217-222 y cuadro tipológico: el B. F. II (850-750 a.C.) ofrece cerámica pintada, platos carenados, vasos umbilicados, soportes moldurados, bordes engrosados «en T», labios incisos e impresos, frisos de impresiones digitales, etc.

⁽⁶⁹⁾ MARTÍN VALLS y DELIBES, 1975^b, pp. 460-461.

⁽⁷⁰⁾ IDEM, 1975^a, pp. 199 y 201.

⁽⁷¹⁾ *Vid.* nota 57.

⁽⁷²⁾ DELIBES, 1977^b; *idem.*, 1980; ROMERO, 1980, p. 143.

⁽⁷³⁾ PALOL y WATTENBERG, 1974, pp. 34 y 192.

⁽⁷⁴⁾ RAURET, 1976, p. 141.

⁽⁷⁵⁾ PALOL y WATTENBERG; 1974, p. 192.

⁽⁷⁶⁾ MALUQUER, 1958^a, p. 56.

⁽⁷⁷⁾ IDEM, 1958^b, p. 48 y fig. 8.

⁽⁷⁸⁾ PALOL, 1963, pp. 144 y 149; PALOL y WATTENBERG, 1974, p. 34.

⁽⁷⁹⁾ Agradecemos al Dr. Mook, de la Universidad de Groninga, la datación GrN. 10.339: 2360 ± 80 BP.

⁽⁸⁰⁾ PALOL, 1972, p. 102.

⁽⁸¹⁾ IDEM, 1974, p. 99; PALOL y WATTENBERG, 1974, p. 106.

⁽⁸²⁾ ROMERO, 1980, p. 152.

⁽⁸³⁾ MARTÍN VALLS y DELIBES, 1981, p. 175.

han llegado a sugerir la perduración de Soto II hasta la celtiberización⁽⁸⁴⁾. Esta posición surge tras repetidas observaciones en yacimientos zamoranos y leoneses, en los que «faltan» los materiales de Cogotas IIa (cerámicas con decoración a peine, estampada...) que cabría esperar si la secuencia cultural fuese aquí similar a la observada en zonas del centro y sur de la Cuenca⁽⁸⁵⁾. Por nuestra parte, y teniendo en cuenta el escaso impacto de la celtiberización, al que luego nos referiremos, creemos que la *persistencia del Soto* es todavía mayor, llegando quizá hasta el final de la Edad del Hierro. Si, según su excavador, Soto II supone una evolución local de la fase anterior⁽⁸⁶⁾, algo similar debe haberse producido en los castros más occidentales. Adaptados a un medio ecológico muy diferente al de los llanos centrales y practicando una economía también muy distinta de la agricultura de gramíneas, las gentes de estos poblados han modificado lentamente su vajilla, en primer lugar en cuanto a las formas, introduciendo además novedades decorativas.

En nuestra zona, en concreto, deben de haberse incorporado a la decoración de la cerámica los temas estampados que caracterizan la fase Cogotas IIa⁽⁸⁷⁾. En otro trabajo⁽⁸⁸⁾ nos hemos referido a la entrada de temas estampados — círculos concéntricos y patos — y su modificación en esta zona. Proponíamos allí una secuencia tipológica que arrancaría de un vaso de Simancas, evolucionando hacia el fragmento de Fuentes de Ropel, después al de Regueras de Arriba y concluiría en el de Adrados, ya típicamente del Noroeste⁽⁸⁹⁾. Como vestigios de este momento podemos aportar nuevos fragmentos obtenidos en nuestras excavaciones y prospecciones: así, los dotados de círculos concéntricos de San Pedro de la Viña y Lubián, o el de Gallegos del Campo, que presenta frisos de punzones muy simples.

Para fechar los estampados debemos tomar como referencia yacimientos meseteños. Efectivamente, aparecen en Simancas o en los castros de Las Cogotas y Chamartín de la Sierra, faltando en cambio en el nivel superior (500-400aC) del castro de Sanchorreja. Por ello, siguiendo a Martín Valls⁽⁹⁰⁾, habría que llevar el comienzo de los estampados al siglo IV aC. No son, sin embargo, exclusivos de este momento avanzado de Cogotas IIa; y así, en Cogotas IIb, donde el procedimiento decorativo más sobresaliente es la pintura, los temas estampados continuarán en boga, ahora ya sobre piezas torneadas.

La clasificación de los fragmentos antedichos no es tarea fácil: si el de Gallegos del Campo parece denotar que el castro sigue ocupado en un momento sincrónico de Cogotas IIa avanzado, esto es, hacia el s. IV, los obtenidos en S. Pedro de la Viña y Lubián son más problemáticos, sobre todo porque, dado su tamaño, no podemos hacernos una idea de lo fundamental, la composición en la que se integraban los estampados. Incluso el procedimiento de fabricación plantea alguna duda, aunque parecen modelados a mano. Por ello, y a la espera de nuevos fragmentos de los vasos obtenidos en Lubián, consideraremos los ya conocidos únicamente como elementos de tipo relativo: probablemente la ocupación del castro no es anterior al s. IV aC^(90 bis).

Es posible que correspondan también a ese momento sincrónico de Cogotas IIa las cerámicas con decoración bruñida externa. En el castro de São Juzenda fue hallado un fragmento en el paquete 3 del corte I, pero su cronología es muy poco precisa: el estrato infrayacente, con materiales quizá del Bronce Final; y el que lo recubre, con material tardorromano, constituyen sus límites⁽⁹¹⁾. Del mismo modo, el fragmento de Sejas de Aliste resulta de difícil fechación: por debajo de la capa VIII donde apareció, tenemos un fragmento decorado con *incisión bruñida* asignable al s. V aC; en la capa inmediatamente superior, la VII, topamos un fragmento celtibérico que podría llevarse hacia el 200 aC.

Dejamos para mejor ocasión la espinosa cuestión de la génesis de estas cerámicas castreñas con decoración bruñida. Ahora mencionaremos únicamente que su auge debe de tener lugar en los momentos finales de la Edad del Hierro, a los que correspondrían los fragmentos de Arrabalde de los que luego nos ocuparemos.

(84) IDEM, 1977, p. 293; IDEM, 1978^b, p. 324; IDEM, 1981, p. 175.

(85) Por ejemplo en Las Cogotas, La Mesa de Miranda, etc.

(86) PALOL, 1960, p. 164; IDEM, 1963, p. 144; PALOL y WATTENBERG, 1974, p. 192.

(87) La vieja denominación de Cogotas II y III, empleada ocasionalmente por Bosch-Gimpera, apenas ha tenido eco. En cambio parece extenderse la de Cogotas II a y b, según la sistematización de MARTÍN VALLS, *en prensa*.

(88) ESPARZA, 1983^b, pp. 92-93.

(89) Nuevo fragmento portugués, seguramente tardío, en Fafe (MARTINS, 1981, lam. VII, n.º 7).

(90) MARTÍN VALLS, 1973^a, p. 93, sugiere que las decoraciones estampadas, de soles, incrustadas, etc. comenzarían más tarde que la realizada a peine, coexistiendo luego con ella.

(90 bis) Redactado este trabajo, hemos recibido la datación radiométrica de una muestra de carbón vegetal recogida sobre el pavimento de la casa LU-2 del castro de Lubián, que ha proporcionado una cronología de 2210 ± 80 B P (edad equivalente: 260 aC.). Nuestro agradecimiento al Dr. Buckley, de Teledyne Isotopes, por esta datación (I-13.259).

(91) Del mismo modo, el fragmento de Sejas de Aliste resulta de difícil fechación: en la capa VIII, donde apareció, hay también un fragmento claramente relacionable con el Soto; más arriba, en la VI, topamos un fragmento celtibérico que podría llevarse hacia el 200 aC.

c) *El reducido impacto celtibérico*

El proceso de unificación cultural conocido con el nombre de celtiberización parece haber tenido en esta zona marginal de la cuenca del Duero un impacto reducido. En otro lugar nos hemos referido ya a esta cuestión, revisando algunos argumentos tradicionalmente empleados en favor de la penetración cultural celtibérica en el área del Noroeste (92). Por ello, excluimos ahora la consideración de la planta de las viviendas o la presencia de verracos.

La utilización de la defensa complementaria de las *pedras hincadas* sigue siendo, en cambio, problemática, por no estar datada con precisión. Recientemente han sido detectadas en «castros» de Lugo, considerados como verdaderas fortalezas de época romana (93). Por contra, en el área soriana parece confirmarse una cronología mucho más alta, de los siglos VI y V aC. (94) ¿Habrá que volver a repetir la conclusión de Harbison (95) acerca de un desplazamiento hacia el oeste y una cronología mucho más atrasada en el grupo de yacimientos de la zona fronteriza? Quizá tenemos hoy nuevos argumentos: a los castros con esta defensa que hemos catalogado anteriormente debemos añadir ahora los de Fradellos y Muga de Alba, yacimientos en los que — como en Fresno de la Carballeda — han aparecido cerámicas tipo Soto. Desde luego, las piedras hincadas podrían haber sido añadidas a los castros en un momento avanzado de su existencia, y — a la luz del fragmento celtibérico obtenido en Fresno — como respuesta a una amenaza celtibérica (96). Hoy por hoy, sin embargo, parece más lógico suponer, al menos en estos castros que citamos, que la muralla, el foso y las piedras hincadas responden, como el propio emplazamiento, a una concepción global, y nos remiten por ello al momento fundacional de los poblados, esto es, a la fase anteriormente reseñada. Así pues, esta defensa parece vinculada — por lo menos inicialmente — al ámbito cultural de Campos de Urnas Tardíos en los bordes oriental y occidental de la Meseta.

Adornos y joyas son, en cambio, materiales de signo celtibérico, aunque de discutible impacto. Dejando a un lado las fibulas de Arrabalde y Vinhas, a las que conviene mejor su inclusión como joyas, tenemos entre las piezas halladas en castros de esta zona, seis que podrían ser consideradas como evidencias celtibéricas, más que nada por su aparición en yacimientos meseteños de esta índole, aunque la cronología de estos ejemplares es imprecisa. La de Picote (97) presenta bastante similitud con una obtenida en Saldaña (98). A una 'derivación local del esquema clásico de La Tène Antigua', según la tipología de Cabré y Morán (99), corresponde la fibula de São Juzenda (100). Los ejemplares de Angueira, Castro y Aldeia Nova (101) responden también a un tipo muy común en estaciones celtibéricas; sin embargo, la fusión del pie al puente es, a buen seguro, un aviso de su carácter tardío, propio de La Tène Final (102), llegada perdurar en época romana (103). Otra original fibula de Angueira, probablemente zoomorfa (104) y dotada de varios discos, debe ser tardía. Estas reticencias acerca de la datación de las piezas no implican una negativa a considerarlas como de época celtibérica; incluso podemos aceptar que son manufacturas celtibéricas (105). Pero debe señalarse su carácter excepcional: ni entre los abundantes materiales que proporciona el castro de Angueira ni entre los obtenidos en las excavaciones de São Juzenda ha aparecido ningún otro indicio celtibérico.

Las joyas de oro y plata atesoradas en Arrabalde (106) — entre las que se incluyen una fibula de doble pie simétrico, una con esquema de La Tène Medio, una de charnela y dos anulares hispánicas — son, sin duda, claros exponentes de la orfebrería celtibérica (107), como lo serían igualmente los brazale-

(92) ESPARZA, 1983 a.

(93) LUZON, SANCHEZ-PALENCIA *et alii*, 1980.

(94) ROMERO, 1984, pp. 64-65 y 84-85.

(95) HARBISON; 1968 b, pp. 139-147, espec. 141; IDEM, 1971, p. 218.

(96) Recordemos que la penetración cultural celtibérica podría tener como trasfondo una expansión de los vacceos (MALUQUER, 1958, pp. 97 y 99-100).

(97) HÖCK y COELHO, 1972, p. 226.

(98) SCHÜLE, 1969, lám. 164, n.º 18.

(99) Concretamente parece corresponder al grupo III b, que presenta el apéndice caudal rematado en adorno de medio bulto (CABRE y MORAN, 1979, pp. 16-77 y fig. 8).

(100) HÖCK y COELHO, 1972, pp. 221-222; HÖCK, 1978, p. 144.

(101) HÖCK y COELHO, 1972, pp. 225-226; FORTES, 1905, p. 21.

(102) CABRE y MORAN, 1979, p. 18.

(103) SCHÜLE, 1969, p. 150 y cuadro cronológico.

(104) FORTES, 1905, figs. 23 y 24. Cf. SCHÜLE, 1969, lám. 172, n.º 34.

(105) Aunque estas fibulas de la «Cultura del Duero» de Schüle presentan una cronología muy amplia, su difusión se halla probablemente ligada al proceso celtiberizador.

(106) MARTIN VALLS y DELIBES, 1981, pp. 153-155; IDEM, 1982 b.

(107) La honda raigambre ibérica de estas joyas es clara; pero el original tratamiento de algunas piezas — torques funiculares pero dotados de remates piriformes, brazaletes de cinta espiraliforme — o la dispersión de otros — torques funiculares con nudo, brazaletes serpentiformes, fibulas simétricas y anulares — permiten, junto con otros detalles, hablar de una auténtica orfebrería celtibérica (MARTIN VALLS y DELIBES, 1982 b, pp. 20-21).

tes del tesoro de Rabanales ⁽¹⁰⁸⁾ y la fíbula áurea de Vinhas ⁽¹⁰⁹⁾. En todo caso, estamos ante piezas de lujo, esto es, productos de fácil introducción en áreas culturales extrañas, de modo que la presencia de tales joyas, y la de los otros adornos, debe ser un fenómeno puramente epidérmico ⁽¹¹⁰⁾.

Finalmente, la cerámica. La adopción masiva de la cerámica celtibérica sería un indicador seguro de la modificación cultural. Sin embargo, sólo aparece esta cerámica en Carbajales de Alba, Manganeses de la Polvorosa, y — muy escasamente representada — en San Pedro de la Viña, Fresno de la Carballeda y Sejas de Aliste. Dadas las características técnicas de esta producción, su ausencia debe ser considerada como significativa, y no meramente ligada a la suerte en las prospecciones: entre los centenares de fragmentos, con muchos kilogramos de peso, recogidos en Camarzana, El Cubo de Benavente, Brime de Urz y Gallegos del Campo, no hay ni el más insignificante tiesto celtibérico. La impresión es, pues, negativa: no parece que se haya dado — sino todo lo contrario — el abandono de las especies tradicionales y su sustitución por las cerámicas torneadas y pintadas celtibéricas.

d) Los comienzos de la presencia romana

Pocos años después del 220 a.C. en que la expedición de Aníbal contra los vacceos alcanza Helmántica y Arbucala, la cuenca del Duero se verá periódicamente amenazada por el expansionismo romano. La campaña de L. Postumio, y las dirigidas a lo largo del mismo siglo II a.C. por Lúculo, Lépido y C. Escipión contra el territorio vacceo debieron tener algún impacto en nuestros castros, asignables a los astures. Podemos suponer una cierta inquietud, incrementada en 137 a.C., cuando D. J. Bruto, que operaba contra los lusitanos, cruzó el Duero y penetró en el territorio galaico hasta el Miño ⁽¹¹¹⁾. Posibles repercusiones de esta inquietud serían las modificaciones operadas en las defensas: así, la reparación de la muralla de Sejas, o la erección de una muralla de nuevo tipo en Villalcampo. La construcción de una central eléctrica sobre este castro complica las cosas, pero, a juzgar por lo que aún puede verse y por la descripción que nos legó Gómez-Moreno ⁽¹¹²⁾, este yacimiento contaba con una muralla comparable a la del tercer recinto del castro abulense de la Mesa de Miranda, por su aparejo de grandes bloques y por la existencia de torres de planta angulosa. Estas novedades arquitectónicas, de discutible raíz, permitirían datar Villalcampo a partir del primer tercio del s. II a.C. ⁽¹¹³⁾.

Como reflejo de la progresiva presión romana cabe intuir, así mismo, el cambio de emplazamiento de algunos poblados, que podrían haber buscado lugares mejor defendidos y capaces de albergar más habitantes. Pero recordemos que no hay evidencias materiales en que basar esta suposición. Únicamente en Arrabalde nos atreveríamos a proponer, a la vista de sus extraordinarias dimensiones, la concentración de poblaciones procedentes de otros lugares.

De la presencia romana en la cuenca duriense nos hablan también los hallazgos monetarios: en esta zona que nos ocupa, donde la moneda ibérica es muy escasa, ⁽¹¹⁴⁾ hay algunas piezas republicanas, como las del tesoro de Rabanales ⁽¹¹⁵⁾ o un denario de César hallado en el campamento de la *Legio X* en Rosinos de Vidriales ⁽¹¹⁶⁾. Esta última pieza estaría ya en manos de los legionarios de la citada guarnición en los tiempos de las Guerras Cántabras, esto es, al final de la Edad del Hierro.

Acerca de este momento terminal tenemos algunas indicaciones en los castros de Arrabalde y Rabanales.

En el primero, excavando en el punto donde apareció el tesoro, hallamos un nivel negro — bajo el cual se hallaban, al parecer, las joyas — con gran cantidad de carbón vegetal. El único fragmento cerámico digno de mención presenta decoración bruñida externa, con un tema reticulado que parece antecedente de los hallados en las *coronas* o explotaciones auríferas romanas de León, en los cuales Domergue ve un indicio de la persistencia de la cultura material indígena ⁽¹¹⁷⁾.

⁽¹⁰⁸⁾ ESPARZA, 1983 c.

⁽¹⁰⁹⁾ HÖCK y COELHO, 1972, p. 221 (Insistimos en lo dicho en la nota 105).

⁽¹¹⁰⁾ Téngase en cuenta, en este sentido, la aparición de joyas similares a éstas en Bagunte, Guiães, Parabela de Guiães, São Mamede de Riba Tua y Mondoñedo (RADDATZ, 1969, pp. 231, 273, 277, 278 y 281) y en el castro, también lucense, de Palas do Rei (LOPEZ CUEVILLAS, 1951, p. 63 y fig. 43). Los mejores paralelos para Guiães (RADDATZ, 1969, lám. 93 n.º 2) y Mondoñedo (*Ibidem*, lám. 33, n.º 2) se hallan en el Raso de Candeleda (FDEZ. GOMEZ, 1979, lám. IV, n.º 3) y Palencia (RADDATZ, 1969, lám. 41, n.º 2; lám. 43, n.ºs 2 y 3; lám. 44, n.º «). En el propio Castromao fue obtenido, al parecer, un brazaete serpentiforme (GARCIA ROLLAN, 1971, p. 177).

⁽¹¹¹⁾ Acerca de estas campañas, *vid.* WATTENBERG, 1959, pp. 31-47.

⁽¹¹²⁾ GOMEZ-MORENO, 1972, pp. 37-38.

⁽¹¹³⁾ La problemática se recoge en ESPARZA, 1982, pp. 397-399.

⁽¹¹⁴⁾ Se conocen algunas piezas de los castros de San Pedro de la Viña (MARTIN VALLS y DELIBES, 1981, p. 179), Arrabalde (inéditos), Peredo de Bemposta y Sendim (ALVES, 1934, pp. 475 y 477). Hallazgos en zonas zamoranas limítrofes en MARTIN VALLS y DELIBES, 1977, pp. 301-303).

⁽¹¹⁵⁾ MATTINGLY, 1935; ESPARZA, 1983 c.

⁽¹¹⁶⁾ MARTIN VALLS y DELIBES, 1981 pp. 177-180 lám. VIII, n.º 2.

⁽¹¹⁷⁾ DOMERGUE y MARTIN, 1977, p. 144.

Para este nivel, que acaso corresponda a un incendio general del castro, hemos obtenido una datación radiocarbónica de 2010 BP (edad equivalente: 60 aC) ⁽¹¹⁸⁾. Precisamente el C¹⁴ ha fechado tres muestras del castro prerromano de Corporales en 2010, 2020 y 2000 BP (edades equivalentes: 60, 70 y 50 aC, respectivamente) ⁽¹¹⁹⁾. No queremos ahora discutir la interpretación de las fechas radiocarbónicas, que parecen apuntar hacia una destrucción de estos yacimientos en algún acontecimiento de los inicios de la conquista del Noroeste, pero sí señalar que para el atesoramiento citado se propuso una cronología ligeramente más tardía: sería mejor relacionarlo con las Guerras Cántabras que con las Sertorianas ⁽¹²⁰⁾, aunque lamentablemente el tesoro carece de monedas que habrían podido zanjar la cuestión.

Recientemente hemos creído obtener una confirmación de esta última propuesta cronológica en un trabajo sobre el tesoro — similar, aunque mucho más modesto — de Rabanales, en el que la moneda más reciente es un denario de las acuñaciones bélicas del legado P. Carisio ⁽¹²¹⁾.

Los hechos que provocaron la ocultación de los tesoros de Arrabalde y Rabanales — ¿se podrá incluir aquí la destrucción de Corporales? — son, a buen seguro, los últimos episodios de la independencia de los castros, episodios en los que el campamento legionario de Rosinos de Vidriales, fundado a comienzos del último cuarto del s. I aC ⁽¹²²⁾ jugaría un destacado papel.

La conquista romana truncó la vida independiente de los poblados castreños, pero no significó su desaparición física: las dificultades de prospección tantas veces aludidas no permiten abordar el problema, pero al menos podemos afirmar con seguridad la persistencia del Cerco de Sejas de Aliste en el s. I dC.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, F. M. (1934): *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança. Arqueologia, etnografia e arte*, vol. IX, Porto.
(1938): *Memórias...*, vol. X, Porto.
- ARIAS VILAS, F. (1979): El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad su datación por C 14, *XV CNArq (Lugo 1977)*, Zaragoza, pp. 613-619.
- BOSCH GIMPERA, P. (1942): Two Celtic Waves in Spain, *PBA*, XXVI.
- CABRE DE MORAN, M.^a E. y MORAN CABRE, J. (1979): Ensayo tipológico de las fibulas con esquema de La Tène en la Meseta hispánica, *BAEAA*, 11-12, pp. 10-26.
- DELIBES DE CASTRO, G. (1975): Piezas del Bronce Final, procedentes de Saldaña, en el Museo Arqueológico Provincial de Palencia, *Sautuola*, I, Santander, pp. 149-159.
(1977): Un lote de objetos metálicos del Bronce Final en el Museo Diocesano de León, *AL*, 62, pp. 239-256.
(1980): Un presunto depósito del bronce final del Valle de Vidriales (Zamora), *TP*, 37, pp. 221-246.
- DELIBES DE CASTRO G. y FERNANDEZ MANZANO, J. (1981): El castro protohistórico de «La Plaza» en Cogeces del Monte (Valladolid).
Reflexiones sobre el origen de la fase Cogotas I, *BSAA*, XLVII, 1981, pp. 51-68.
- DOMERGUE, C. (1970): Introduction à l'étude des mines d'or du Nord-ouest de l'Espagne dans l'Antiquité, *Legio VII Gemina*, León, pp. 25-286.
- DOMERGUE y MARTIN, t. (1977): *Minas de oro romanas de la provincia de León, II*, (EAE, 94).
- EIROA, J. J. (1975): Segunda campaña de excavaciones arqueológicas en el castro de Borneiro (La Coruña), *NAH*, Prehistoria 3, pp. 309-332.
- ESPARZA ARROYO, A. (1977): El castro zamorano del Pedroso y sus insculturas, *BSAA*, XLIII, pp. 27-39.
(1978): Hacha de apéndices laterales del castro de Fradellos (Zamora), *BSAA*, XLIV, pp. 346-348.
(1980): Nuevos castros con piedras hincadas en el borde occidental de la Meseta, *Actas do I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães 1979)*, II, Guimarães, pp. 71-86.
(1982): Reflexiones sobre el castro de Monte Bernorio (Palencia), *BITTM*, 47, Palencia, pp. 395-408.
(1983^a): Sobre el límite oriental de la Cultura Castreña, *Actas del II Seminario de Arqueologia del Noroeste (Santiago 1980)*, Madrid, pp. 103-119.
(1983^b): Problemas arqueológicos de la Edad del Hierro en el territorio astur, *Lancia*, 1, León, pp. 83-101.
(1983^c): Joyas celtibéricas de Zamora en el Museo Británico, *BSAA*, XLIX, pp. 39-45.
- FERNANDEZ DURO, C. (1982): *Memorias históricas de la ciudad de Zamora, su provincia y obispado, I*, Madrid.
- FERNANDEZ GOMEZ, F. (1979): Un tesoro de plata en el Castro de «El Raso de Candeleda» (Avila), *TP*, 36, pp. 379-404.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A. (1979): A propósito de «Galicia sueva» de Casimiro Torres, *Gallaecia*, 5, Santiago de Compostela, pp. 305-313.
- FERREIRA DE ALMEIDA, C. A.; SOEIRO, T.; BROCHADO DE ALMEIDA, C. A. y BAPTISTA, A. J. (1981): *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*, Ponte de Lima.
- FORTES, J. (1905): As fibulas do noroeste, *Portvgalia*, II, Porto, pp.
- GARCIA ROLLAN, M. (1971): Memoria de la excavación arqueológica de Castromao (Caeliobriga), *AEArq*, XLIV, 123-124, pp. 175-211.
- GARNACHO, T. M. (1978): *Breve noticia de algunas antigüedades de la ciudad y provincia de Zamora*, Zamora.
- GEORGE, P. (1964): *Geografía urbana (Précis de géographie urbaine)*, Paris 1961), Barcelona.
- GOMEZ MORENO, M. (1904): Sobre arqueología primitiva de la región del buero, *BRAH*, XLV, pp. 147-160.
1927): *Catálogo Monumental de España. Provincia de Zamora*. Madrid.

⁽¹¹⁸⁾ Agradecemos al Dr. Buckley, de Teledyne Isotopes, la datación p. I-12.855: 2010 ± 90 BP.

⁽¹¹⁹⁾ SANCHEZ-PALENCIA, 1983, p. 81.

⁽¹²⁰⁾ MARTIN VALLS y DELIBES, 1981, p. 155; IDEM, 1982^b, pp. 38-40.

⁽¹²¹⁾ MATTINGLY, 1935; ESPARZA, 1983^c.

⁽¹²²⁾ MARTIN VALLS y DELIBES, 1981, p. 179.

- HARBISON, P. (1968^a): Castros with «pedras fincadas» in Trás-os-Montes, *TAE*, XX, 1967-68, pp. 385-389.
 (1968^b): Castros with «Chevaux-de-Frise» in Spain and Portugal, *MM*, 9, pp. 116-147.
 (1969): El Castro de Vivinera (Zamora) y sus «pedras hincadas», *Zephyrus*, XIX-XX, Salamanca pp. 57-60.
 (1971): Wooden and Stone Chevaux de Frise in Central and Western Europe, *PPS*, XXXVII, pp. 195-225.
- HÄRKE, H. (1979): *Settlement types and Patterns in the West Hallstatt Province*, (BAR, International Series, 57), Oxford.
- HÖCK, M. (1978): Grabung auf dem Cabeço de São Juzenda (Mirandela), *MM*, 19, pp. 139-151.
 (1979): Excavaciones en el castro de São Juzenda, concelho de Mirandela (Portugal), *XV CNArq (Lugo 1977)*, Zaragoza pp. 393-398.
 (1980): Corte estratigráfico no Castro de S. Juzenda (concelho de Mirandela), *Actas do I Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular (Guimarães 1979)*, II, Guimarães, pp. 55-70.
- COELHO, L. (1972): Materiais metálicos da coleção arqueológica do Museu do Abade de Baçal em Bragança, *OAP*, VI, pp. 219-250.
- HUET DE B. GONÇALVES, A. (1979): Elementos de adorno de cor verde provenientes de estações arqueológicas portuguesas, *Actas da 1.ª Mesa-redonda sobre 'O Neolítico e o Calcolítico em Portugal'*, (TGEAP, 3), pp. 209-225.
- KALB, P. (1978): Senhora da Guia, Baiões, *MM*, 19, pp. 112-138.
 (1979): Contribución para el estudio del Bronce Atlántico: excavaciones en el castro «Senhora da Guia» de Baiões (concelho de S. Pedro do Sul), *XV CNArq. (Lugo 1977)*, Zaragoza, pp. 581-590.
 (1980): Zur Atlantischen Bronzezeit in Portugal, *Germania*, 58, Francfort, pp. 25-59.
- LOEWINSOHN, E. (1965): Una calzada y dos campamentos romanos del Conventus Asturum, *AEArq*, XXXVIII, 111-112, pp. 26-49.
- LOPEZ CUEVILLAS, F. (1951): *Las joyas castreñas*, Madrid.
- LUZON, J. M.; SANCHEZ-PALENCIA, F. J., et alli (1980): *El Caurel*, (EAE, 110).
- LLANOS, A., APELLANIZ, J. M.; AGORRETA, J. A. y FARIÑA, J.: El castro del Castillo de Henayo (Alegria-Alava). Memoria de Excavaciones. Campañas de 1969-1970, *EAA*, 8, pp. 87-212.
- MALUQUER DE MOTES, J. (1954): Pueblos celtas, en MENENDEZ PIDAL, R. (dir.): *Historia de España*, I, 3, Madrid, pp. 5-194.
 (1958^a): *El Castro de Los Castillejos en Sanchorreja, Avila*, Avila-Salamanca.
 (1958^b): *Excavaciones Arqueológicas en el Cerro del Berrueco (Salamanca)*, (Acta Salmanticensia, Serie F.^a y Letras, XIV, 1), Salamanca.
 (1959): La fecha final de la cerámica excisa en la meseta española, *TAE*, XVII, pp. 166-173.
 (1975): La cultura castreña de la Edad del Hierro, *Actas de las I Jornadas de Metodología aplicada de las Ciencias Históricas. I. Prehistoria e Historia Antigua*, Santiago de Compostela, pp. 269-284.
- MAÑANES, T. (1977): Contribución a la carta arqueológica de la provincia de León, *León y su Historia*, IV (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 18), León, pp. 319-364.
 (1981): *El Bierzo prerromano y romano*, (Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, 27), León.
- MARTIN VALLS, R. (1971): El castro del Picón de la Mora (Salamanca), *BSAA*, XXXVII, pp. 125-139.
 (1973^a): Insculturas del castro salmantino de Yecla de Yeltes: nuevos hallazgos y problemas cronológicos, *BSAA*, XXXIX, pp. 81-99.
 (1973^b): Hallazgos arqueológicos en la provincia de Zamora, *BSAA*, XXXIX, pp. 403-414.
en prensa Protohistoria y romanización de los Vettones.
- MARTIN VALLS, R. y DELIBES DE CASTRO, G. (1972): Nuevos yacimientos de la Primera Edad del Hierro en la Meseta Norte, *BSAA*, XXXVIII, pp. 5-54.
 (1975^a): El poblado protohistórico del Cerro de San Andrés en Medina de Rioseco, *AL*, 57-58, pp. 219-230.
 (1975^b): Hallazgos arqueológicos en la provincia de Zamora (II) *BSAA*, XL-XLI, pp. 445-476.
 (1976): Hallazgos... de Zamora (III), *BSAA*, XLII, pp. 411-440.
 (1977): Hallazgos... de Zamora (IV), *BSAA*, XLIII, pp. 291-319.
 (1978^a): Die Hallstatt-zeitliche siedlung von Zorita bei Valoria la Buena (Prov. Valladolid), *MM*, 19, pp. 219-230.
 (1978^b): Hallazgos... de Zamora (V), *BSAA*, XLIV, pp. 321-346.
 (1979): Hallazgos... de Zamora (VI), *BSAA*, XLV, pp. 125-147.
 (1980): Hallazgos... de Zamora (VII), *BSAA*, XLVI, pp. 122-128.
 (1981): Hallazgos... de Zamora (VIII), *BSAA*, XLVII, pp. 153-186.
 (1982^a): Hallazgos... de Zamora (IX), *BSAA*, XLVIII, pp. 45-70.
 (1982^b): *EL tesoro de Arrabalde y su entorno histórico* (Guía de la Exposición, Mayo 1982), Zamora.
- MARTINS, M. (1981): *O povoado fortificado de Sto. Ovidio (Fafe)*, (Cadernos de Arqueologia, 1), Braga.
- MATTINGLY, H. (1935): A hoard of Roman denarii from Spain (Ramallas), *Numism. Chron.*, XV, pp. 289-291.
- MOLINA GONZALEZ, F. (1978): Definición y sistematización del Bronce Tardío y Final en el Sudeste de la Península Ibérica, *CPUG* 3, pp. 159-232.
- MONTALVÃO, A. (1971): *Visitas a castros nos arredores de Chaves*, Chaves (ed. policopiada).
- MORAN BARDON, C. (1935): *Excavaciones en dólmenes de Salamanca y de Zamora*, (MemJSEA, 135), 1935.
 (1943): Noticias de algunos castros y sepulturas rupestres, *AEArq.*, XVI, 53, pp. 436-441.
- PALOL, P. de (1960): Comentario a VELASCO, E.: El poblado de La Mota del Marqués, *BSAA*, XXVI, pp. 163-165.
 (1963): Notas para la sistematización de la Primera Edad del Hierro en Castilla la Vieja. Los silos del barrio de San Pedro Regalado de Valladolid, *A Pedro Bosch Gimpera en el septuagésimo aniversario de su nacimiento*, México, pp. 135-150.
 (1972): Algunas reflexiones sobre Numancia y Clunia, *Numancia. Crónica del Coloquio Conmemorativo del XXI Centenario de la Epopeya Numantina*, (Monografías Arqueológicas, 10), Zaragoza, pp. 101-106.
 (1974): Alava y la Meseta superior durante el Bronce Final y el Primer Hierro, *EAA*, VI, pp. 91-100.
- PALOL, P. de y WATTENBERG, F. (1974): *Carta Arqueológica de España*. Valladolid, Valladolid.
- PEREZ OUTEIRIÑO, B. (1980): Os ornitorfos no conjunto dos motivos decorativos da orfebrería castrexa, *BAur*, X, pp. 9-24.
- PARREIRA, R. y MONGE SOARES, A. (1980): Zu einigen Bronzezeitlichen Höhensiedlungen in Südpotugal, *MM*, pp. 109-130.
- RADDATZ, K. (1969): *Die Schatzfunde der Iberischen Halbinsel*, (MF, 5).
- RAURET DALMAU, A. M.^a (1976): *La metalurgia del bronce en la Península Ibérica durante la Edad del Hierro*, Barcelona.
- ROMERO CARNICERO, F. (1980): Notas sobre la cerámica de la Primera Edad del Hierro en la cuenca media del Duero, *BSAA*, XLVI, pp. 137-153.
 (1984): La Edad del Hierro en la provincia de Soria. Estado de la cuestión, *Actas del I^{er} Symposium de Arqueología Soriana. Soria 1982* (Temas Sorianos, 9). Soria, pp. 51-121.

- SAENZ RIDRUEJO, C. y VELEZ GONZALEZ, J. (1974): *Contribución al estudio de la minería primitiva del oro en el NO. de España*, Madrid.
- SANCHEZ-PALENCIA RAMOS, F. J. (1980): Prospecciones en las explotaciones auríferas del NO. de España, *NAH*, 8, pp. 211-249.
- (1983): Explotaciones auríferas en el «Conventus asturum», en AA.VV.: *Indigenismo y romanización en el Conventus Asturum*, Madrid, pp. 67-87.
- SANTOS JUNIOR, J. R. dos (1922): *As ruínas castrejas da Cigadonha (Carviçais)*, Porto.
- (1952): O castro de Sampaio (Vilarica), *RG*, LXII, pp. 299-306.
- SCHÜT, E. W. (1969): *Die Meseta-Kulturen der Iberischen Halbinsel*, (MF, 3).
- SERPA PINTO, R. de (1932): As fíbulas do museu regional de Bragança, *TAE*, V, 1931-32, pp. 90-95.
- SEVILLANO CARBAJAL, V. (1978): *Testimonio arqueológico de la provincia de Zamora*, Zamora.
- TARACENA, B. (1941): *Carta Arqueológica de España. Soria*, Madrid, 1941.
- TRINGHAM, R. (1972): Introduction: Settlement patterns and urbanization, en UCKO, J; TRINGHAM, R. y DIMBLEBY, G. W. (eds.): *Man, settlement and urbanism*, Londres, pp. XIX-XXVII.
- UGARTECHEA, J. M.; LLANOS, A.; FARIÑA, J. y AGORRETA, J. A. (1971): El castro de Las Peñas de Oro (Valle de Zuya-Alava), *Investigaciones Arqueológicas en Alava 1957-1968*, Vitoria, pp. 218-261.
- VAZQUEZ VARELA, J. M. (1975): Cuentas de «calaíta» en la Península Ibérica: datos para la revisión del problema, *Gallaecia*, 1, Santiago de Compostela, pp. 25-30.
- WATTENBERG, F. (1959): *La región vaccea. Celtiberismo y romanización en la cuenca media del Duero*, (BPH, II).

ABREVIATURAS BIBLIOGRÁFICAS

AEArq	<i>Archivo Español de Arqueología</i> . Madrid.
AL	<i>Archivos Leoneses</i> . León.
BAEAA	<i>Boletín de la Sociedad Española de Amigos de la Arqueología</i> . Madrid.
BAR	British Archaeological Reports. Oxford.
BAur	<i>Boletín Auriense</i> . Orense.
BITTM	<i>Boletín de la Institución Tello Téllez de Meneses</i> . Palencia.
BPH	<i>Bibliotheca Praehistorica Hispana</i> . Madrid.
BRAH	<i>Boletín de la Real Academia de la Historia</i> . Madrid.
BSAA	<i>Boletín del Seminario de Arte y Arqueología</i> . Valladolid.
CNArq	<i>Congreso Nacional de Arqueología</i> . Zaragoza.
CPUG	<i>Cuadernos de Prehistoria de la Universidad de Granada</i> . Granada.
EAA	<i>Estudios de Arqueología Alavesa</i> . Vitoria.
EAE	Excavaciones Arqueológicas en España. Madrid.
MemJSEA	Memorias de la Junta Superior de Excavaciones Arqueológicas. Madrid.
MF	<i>Madrider Forschungen</i> . Berlin.
MM	<i>Madrider Mitteilungen</i> . Heidelberg.
NAH	<i>Noticario Arqueológico Hispánico</i> . Madrid.
OAP	<i>O Arqueólogo Português</i> . Lisboa.
PBA	<i>Proceedings of the British Academy</i> . Londres.
PPS	<i>Proceedings of the Prehistoric Society</i> . Reading.
RG	<i>Revista de Guimarães</i> . Guimarães.
TAE	<i>Trabalhos de Antropologia e Etnologia</i> . Porto.
TGEAP	Trabalhos do Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto. Porto.
TP	<i>Trabajos de Prehistoria</i> . Madrid.

PROTOHISTORIA DE SALAMANCA: HABITATS E CRONOLOGIA

*F. Javier González-Tablas Sastre **

La problemática que suscita el habitat durante la Edad del Hierro en La Meseta es algo que por desgracia resulta poco conocido. En efecto, el estudio pormenorizado de las estructuras de habitación así como del ámbito territorial en el que los distintos pobladores podían ejercer su función económica se configura como un tema de gran interés.

Por desgracia, los datos con que contamos provienen, en su mayor parte, de excavaciones muy antiguas, excavaciones muy metódicas en efecto, pero cuyos objetivos se enfocaban más hacia el conocimiento amplio de la cultura que a aspectos particulares de la misma. Sin embargo, de las memorias de estas excavaciones es posible extraer importantes datos, que quizás fuera preciso contrastar con resultados más actuales.

Dentro de la evolución propia de la Edad del Hierro de La Meseta, el habitat cuenta con dos momentos distintos, momentos que vienen a coincidir con lo se denomina Edad del Hierro Antigua o Hierro I y Edad del Hierro Plena o Hierro II.

En la Edad del Hierro Antigua, el habitat se desarrolla siguiendo los mismos esquemas que la etapa inmediata anterior, es decir, del Bronce Final. Un ejemplo claro de ello lo encontramos en Los Castillejos de Sanchorreja, donde a un habitat del Bronce Final se superpone sin solución de continuidad otro del Hierro I. En esta superposición de habitats no se detecta en modo alguno una ampliación del espacio habitacional, siendo reutilizadas en muchos casos las viviendas de la etapa anterior.

Dentro del Hierro I de Los Castillejos sí se observa una evolución que va desde el habitat más o menos disperso de sus comienzos, a una progresiva agrupación de viviendas que dará como resultado la aparición de barrios diferenciados.

Del mismo modo se observa una evolución en el sistema constructivo, y así, frente a la utilización de los grandes bloques de granito para apoyo de las viviendas, sistema muy característico del Bronce Final y del inicio del Hierro, las viviendas se van haciendo progresivamente exentas, es decir, que se construyen los cuatro muros sin la utilización de los bloques antes mencionados.

En el aspecto defensivo, es en este periodo del Hierro Antigo de los Castillejos, cuando se levanta la fortificación que en la actualidad aparece reflejada al exterior. Sin embargo, ya desde sus inicios el yacimiento cuenta con una superficie limitada por una cerca o muralla, por lo que Sanchorreja tiene dos construcciones de tipo defensivo, levantadas en tiempos distintos.

Centrándonos en la última de estas construcciones, es significativo que la misma cuente, cuando menos, con dos recintos. Este hecho podría ser atribuido a aportaciones de gentes llegadas a La Meseta procedentes del mundo centroeuropeo, pero lo cierto es que frente a esta interpretación existe la posibilidad de dar otra distinta basada fundamentalmente en la tesis del carácter indígena de los poblados de los niveles superiores de Los Castillejos. Pero así y todo, las características propias de los recintos de Los Castillejos se apartan en gran medida de la concepción clásica, pues como es notorio no se trata de recintos concéntricos como puedan ser los de los «forts Hills», sino que se trata de recintos adosados unos a otros, y fundamentalmente con una concepción de adaptación al terreno, adaptación patente en las gentes de Sanchorreja desde el mismo momento de su primera ocupación del cerro.

Pero el habitat no se limita única y exclusivamente a la zona de habitación, es decir, el habitat lo podemos hacer extensivo al territorio, entendiendo como tal la parcela de terreno en la que el hombre desarrolla sus actividades de tipo económico. Así vemos que durante el Bronce Final y el Hierro I este habitat puede ser dividido en los dos grandes bloques. Por un lado, el habitat de llanura o de zonas bajas en el que la actividad pastoril se fundamentaría en la cría de la oveja, complementándose con una la actividad agrícola más o menos intensa; y por otro lado, el habitat de sierra o de zonas altas en el que la actividad ganadera se centraría más en la cría de cabra, y la agricultura cerealista tendría menos importancia.

(*) Universidade de Salamanca.

Esta diferencia de territorio implica lógicamente una distinta concepción del espacio. Mientras que las gentes de la sierra necesitan recorrer zonas escabrosas en pos de los rebaños, en la llanura los límites de esta actividad pueden ser fijados con antelación, limitando los movimientos de los ganados según las propias conveniencias.

Del mismo modo, en la zona de la sierra se observa la necesidad de complementar la dieta alimenticia con actividades de tipo depredador, tales como la caza o la recolección de frutos como la bellota, que sustituirán la deficiencia en la recogida de gramíneas cultivadas.

Este mundo del Hierro Antiguo que se acaba de describir tendría su desarrollo cronológico desde mediados del siglo VII a.C., hasta finales del siglo VI a.C. o comienzos del V a.C. Esta cronología se fundamenta en dos pilares distintos; por un lado, el momento final de Cogotas I y por tanto del Bronce Final, y por otro, en la imposibilidad de remontar el inicio del Hierro Pleno de La Meseta por encima de finales del siglo VI a.C.

El final del mundo de Cogotas I viene determinado en Los Castillejos de Sanchorreja por la aparición de cerámicas pintadas de tipo Carambolo, monocromas en rojo, así como la aparición de cerámicas con incrustaciones de bronce, cerámicas que se alejan claramente de las que con posterioridad aparecerán en el mundo de Cogotas II o Hierro Pleno. Las cerámicas pintadas monocromas en rojo se sitúan cronológicamente entre finales del siglo VIII a.C. y comienzos del VII a.C. Por su parte, las cerámicas con incrustaciones de bronce son poco conocidas por el momento, pero existen algunos ejemplares bastante bien fechados, como son los aparecidos en los niveles II a y II b del Cerro de la Encina, cuya cronología oscila entre el 850 y el 700 a.C. De este modo, si situamos el final de Cogotas I mediado el siglo VII a.C. damos un margen de medio siglo a las fechas que nos apuntan los restos arqueológicos. Este margen estaría en función de la problemática que plantean las fíbulas de doble resorte y los contactos con el mundo de los Campos de Urnas. Como se ve, digo contactos y no penetraciones entre el mundo de La Meseta y los Campos de Urnas, pero sin que ello llegue a significar en modo alguno un trasvase de gentes y por ende un trasvase cultural del tipo al que veremos a continuación.

En efecto, a finales del siglo VI a.C. comienzan a hacer su aparición en La Meseta los primeros grupos incineradores, con un carácter más definitivo de lo que había sido hasta estos momentos. Es cierto que se constata la presencia de gentes exógenas con anterioridad, tal es el caso del nivel II del Soto de Medinilla, con viviendas de tipo circular y decoración pintada en las paredes, del mismo tipo que las de Cortes de Navarra, pero en definitiva estas gentes no provocarán cambios profundos en las estructuras de las gentes indígenas. Con la llegada de los grupos incineradores de finales del siglo VI a.C. será cuando se produzca el gran cambio que dará como resultado el paso a lo que se ha denominado Hierro II o Hierro Pleno.

En efecto en cuanto al hábitat se observa la desaparición de los emplazamientos de altura para ser sustituidos por otros que se sitúan al pie del monte. Este cambio en la orientación de los emplazamientos se produce fundamentalmente en función de un tipo de explotación ganadera diferente. Frente a la ganadería de cápridos que había caracterizado a los poblados serranos del Hierro I, aparece una explotación intensiva del ganado mayor, vacuno y cerda fundamentalmente. Esta transformación de las explotaciones ganaderas implica la necesidad de buscar pastos más accesibles que los de la sierra y de ahí la traslación de los pobladores hacia zonas más bajas. Esto a su vez posibilitó un aumento significativo en las actividades agrícolas que adquieren una gran relevancia.

Del mismo modo, en el aspecto constructivo se observa una progresión; poco a poco la adaptación primaria al suelo va dejando lugar a los espacios adaptados. Esta tendencia es patente en yacimientos como Las Cogotas en el que se realiza una labor de aterrazamiento previa a la construcción de las viviendas; igualmente en la construcción de la muralla se observa un aprovechamiento de los recursos mas que una adaptación de los mismos, así tenemos que se aprovechan los grandes bloques de granito como relleno de la muralla, pero sin que ello signifique nunca una interrupción del lienzo. Este sistema difiere significativamente del empleado con anterioridad ya que en aquel los grandes canchales se ofrecían como solución coyuntural, pero no como aprovechamiento del espacio, ya que la configuración del terreno es la que marca la línea que ha de seguir la construcción, mientras que en los poblados del Hierro II se observa nítidamente una intencionalidad en el trazado de las líneas de muralla independientemente de la orografía del terreno.

Ya dentro del análisis del sistema constructivo, en el Hierro II de La Meseta se observa una evolución paulatina tendente sobre todo a una mayor geometrización del espacio; progresivamente, aparecen las líneas rectas que irán sustituyendo a las sinuosas así como los ángulos rectos que desplazan a los curvos. Del mismo modo, la verticalidad es sustituida por un ataluzamiento de los paramentos. Un ejemplo de esta evolución lo encontramos en el poblado abulense de La Mesa de Miranda, poblado que cuenta con tres recintos adosados unos a otros y en el que el primero de ellos nos muestra un sistema de construcción primario con paramentos más o menos sinuosos y bastiones potentes. El segundo recinto nos ofrece una línea menos sinuosa en la que los bastiones son sustituidos en cierto modo por grandes

torreones colocados en sitios estratégicos, así como la utilización de los bloques de mayor tamaño en la construcción de los paramentos. Por último, el tercer recinto nos ofrece una muralla de paramentos rectos y paralelos con la construcción de torres cuadradas o rectangulares, y la utilización de bloques de tipo ciclópeo en la elevación de los muros. La última fase constructiva no la encontramos reflejada en La Mesa de Miranda, pero sí en otros poblados como el salmantino de Las Merchamas, en el que a las características expuestas para el tercer recinto de La Mesa hay que añadir una construcción de los paramentos con un taluz pronunciado, técnica que probablemente tuvo su máximo desarrollo en época romana. Cronológicamente, se puede situar el inicio del Hierro II en los primeros años del siglo V a.C. Pero al analizar esta etapa cultural en su aspecto cronológico, hemos de hacer forzosamente una división que viene marcada por los dos grandes pueblos que se desarrollan en La Meseta; Vettones y Vacceos.

Culturalmente, ambos pueblos se encuentran muy próximos entre sí, pero creo que a lo largo de su propia evolución interna no coinciden en modo alguno. En afecto, desde los comienzos del siglo V a.C. es el pueblo Vetton el que toma las riendas del desarrollo ocupando de un modo progresivo buena parte de La Meseta y extendiéndose paulatinamente hacia el Oeste, siguiendo fundamentalmente las áreas próximas a la sierra. Esto no es óbice para que en un momento determinado ocupen zonas próximas al Duero, como es el caso de el poblado del Soto de Medinilla (Valladolid).

Este desarrollo de Cogotas o del pueblo Vetton, tendrá su máximo auge a lo largo del siglo IV a.C., para, a partir de finales de este siglo, ir perdiendo vigencia ante el empuje progresivo del pueblo Vacceo, que poco a poco irá sustituyendo a los Vettones en los enclaves situados en la llanura y relegándolos hacia los poblados situados en las proximidades de la sierra.

Así a lo largo del siglo III a.C. nos encontramos con un panorama en el que, a un progresivo desarrollo del pueblo Vacceo, se contraponen una recesión de la cultura Vettona, y es este panorama el que encontrará Anibal en sus penetraciones hacia La Meseta en el último tercio de este siglo.

A finales del siglo III a.C. la cultura Vaccea domina ya de un modo pleno en toda La Meseta, habiendo quedado los Vettones reducidos a pequeños núcleos marginales que operan más en función de lo que dicte el pueblo Vacceo que por iniciativas propias.

Esta sustitución de Vettones por Vacceos queda reflejada no solo por los hallazgos arqueológicos sino también por aquello que nos relatan las fuentes referente a estos pueblos. En afecto, Polibio en su relato sobre las actividades de Anibal en el año 221 a.C., no menciona en modo alguno al pueblo Vetton, afirmando por el contrario que ciudades como Salamanca y Arbocala (¿Toro?) pertenecían al pueblo Vacceo (Polibio 3, 13, 5; Schülten 1935).

Livio, en textos que se refieren al año 193 a.C., cita a los Vettones como poblados de la zona media del Tajo, Sierra de Gata y Gredos, siendo los vecinos meridionales de los Vacceos, y occidentales de los Celtíberos (Livio 35, 7, 6; Schülten, 1935).

En referencias posteriores y concretamente en el año 179 a.C., cuando se comentan las campañas de Postumio y Graco contra la celtiberia ulterior, se menciona únicamente al pueblo Vacceo y en modo alguno al pueblo Vetton (Livio 40, 17-48-49-50; Schülten, 1935).

Ante este conjunto de datos aportados tanto por los restos materiales como por las mismas fuentes, pienso que ha de admitirse forzosamente que en el momento de la romanización o conquista de La Meseta por Roma, en la misma sólo existían dos pueblos con una entidad suficiente como para enfrentarse al poderío militar de los romanos, por un lado el pueblo Vacceo que ocuparía la zona central y occidental de La Meseta, y por otro, el círculo numantino o pueblo Celtíbero que se ubicaría en la zona oriental. A estos dos grandes pueblos se sumarían los pequeños reductos Vettones limitados a la zona media del Sistema Central.

A la vista de todo lo anterior, parece evidente la necesidad de profundizar en el conocimiento de las estructuras de habitación así como en los marcos territoriales, no sólo de las distintas culturas sino de cada uno de los poblados que conocemos, lo que nos permitirá una mejor comprensión de los mismos.

HABITAT Y CRONOLOGIA DE LA CULTURA CASTREÑA EN ASTURIAS

José Luis Maya González

La cultura castreña asturiana reúne unas características específicas dentro del marco general del Noroeste, que pueden ser debidas a factores de tipo histórico y estructural o ser un simple espejismo, derivado de una investigación escasamente metódica, que ha condicionado una visión rara vez contrastada con la realidad, fruto de la aplicación automática de los esquemas vigentes en las regiones próximas.

El condicionamiento geográfico cierto de la situación marginal del marco asturiano, dentro del ámbito general de la Cultural Castreña del Noroeste, pudo ser un condicionante real a la hora de justificar un cierto retraso cultural y cronológico de esta región, que explicase el porqué de la aparente modernidad de su proceso urbanístico y de la cristalización tardía de unos castros que, paradójicamente, semejan alcanzar su cenit cuando pasan a la órbita del mundo romano.

Podría añadirse como complemento a este argumento el del carácter transicional o fronterizo de Asturias, puesto que si hoy difícilmente alguien puede defender el límite del Navia como línea tradicional de demarcación entre los castros del Noroeste y las culturas vecinas, es indudable que, al menos la porción oriental asturiana cuenta con claras vinculaciones a nivel de cultura material con los castros de la Meseta.

Estas razones pueden ser utilizadas para justificar un carácter tardío y mixtificado de la cultura castreña asturiana, tal y como veremos que parece parcialmente cierto en muchos de los poblados analizados. No obstante, perduran las dudas de hasta qué punto dichas argumentaciones responden a la realidad o la enmascaran en buena parte, justificando una situación deficitaria en cuanto a las fuentes de información y al tratamiento de los materiales y datos obtenidos en el registro arqueológico.

Es por ello por lo que nos vemos obligados a presentar un análisis de las dificultades que encuentra el investigador al pretender realizar síntesis en el marco aludido, puesto que su ignorancia contribuiría aun más a confirmar una situación que muy probablemente es errónea y no responde a la realidad del proceso histórico. Los puntos más problemáticos podrían resumirse en los siguientes:

1. Escasez de excavaciones metódicas, que en todo caso se concentran en el extremo occidental de la región, puesto que los únicos ejemplos en el centro-oriente de Asturias con un trabajo continuado y con datos que permitan pasar del mero objeto concebido individualmente son el Picu'l Castro de Caravia y La Campa Torres (1).

Al oeste de Asturias, la zona más excavada de la cultura castreña del Principado, se hallan los castros más investigados y por tanto mejor conocidos, como Coaña, Pendia, Arancedo, San Chuis de Allande y Larón. A pesar de ello, buena parte de las excavaciones son muy antiguas y sin posibilidades de verificación estratigráfica y otros se encuentran parcialmente inéditos. Podrían incluirse aquí los trabajos de campo de Flórez González (1877) en Coaña, los de García y Bellido y J. Uría en el mismo castro (1940-1941) y en Pendia, poblado éste que antes había proporcionado interesantes datos fruto de la rebusca clandestina.

2. Deficiente publicación o estado inédito de los castros más conocidos. En realidad, salvo Coaña, Pendia, Caravia y Larón únicamente contamos en el resto con la aparición de objetos concretos descontextualizados, e incluso en algunos de los antes citados hay que precisar que buena parte de los hallazgos materiales no fueron reseñados en su localización espacial en el momento de la publicación, por lo que no ha de extrañar la imposibilidad de determinar cronologías concretas de sectores de los poblados y datos sobre ampliaciones sucesivas del área habitada.

Debemos aclarar que en esta ponencia disponemos de datos inéditos de los castros de Arancedo, San Chuis de Allande, Coaña, Mohías y La Campa Torres, provenientes de las excavaciones del profesor Jordá y de las nuestras propias.

(1) Sobre Caravia: LLANO Y ROZA DE AMPUDIA, A. de: *El libro de Caravia*, Oviedo, 1919, pp. 21-69. La Campa Torres está inédita, dándose en esta ponencia las primeras noticias científicas.

Con posterioridad a esta ponencia, nuestras primeras investigaciones sobre la Campa Torres han sido publicadas en: MAYA, J. L.: *La Campa Torres. Un yacimiento inmerso en la historia y la geografía de Gijón*, pp. 29-38; *Lápida del Cabo Torres*, hoy en el *Tabularium Artis Asturiensis*, pp. 41-42; *Tres campañas de excavaciones en la Campa Torres*, pp. 47-82.

Todos estos artículos forman parte del libro *Gijón romano*, editado por el Ministerio de Cultura y el Ayuntamiento de Gijón en 1984.

3. Conocimiento fragmentario de localizaciones puntuales, fruto de hallazgos fortuitos y de excavaciones clandestinas o difícilmente controlables, que impiden fijar situaciones estratigráficas y relacionarlos con otras piezas supuestamente de distinta cronología. Así ocurre con las excavaciones de Pendia en 1934, que podrían ser decisivas para fijar un horizonte castreño antiguo o con el Pico Castiello de La Collada, investigado en el siglo XIX.

4. Carencia de datos sobre cómo se efectuó el depósito de materiales en los museos, bien por no poseerlos en detalle en el momento de su ingreso o por haber desaparecido posteriormente de los archivos, a causa de los avatares que han sufrido estas instituciones. Tal es el caso entre otros de algunos objetos especialmente interesantes del Museo Arqueológico Provincial de Oviedo, en el que a pesar de las facilidades de su Directora es imposible reconstruir el inventario de la mayor parte de los ingresos antiguos.

Como se ve el panorama es suficientemente desalentador y a la vez didáctico del porqué de la reiteración en las síntesis, las cuales escasamente pueden aportar nuevos datos que hagan luz mínimamente sobre una cultura, en la que las últimas excavaciones solo han aportado pequeñas contribuciones muy parciales y limitadas.

Tras estas consideraciones trataremos de resumir los datos más generales sobre los principales castros que aportan materiales inéditos o poco conocidos, y en especial sobre aquellos en los que los objetos o construcciones son mínimamente abundantes para eliminar el margen de error de la pieza individual. Tras ello procuraremos resumir una visión panorámica sobre las fases diferenciables en la cultura castreña.

1. EL PICO SAN CHUIS DE BEDULEDO (ALLANDE):

Es un castro de cotas oscilantes entre los 783 y 760 m de altura sobre el nivel del mar, situado en un cordal que integra las sierras de Valledor y El Palo, separando los cursos de los ríos Prada y Abaniella, dentro de un sector rodeado de explotaciones mineras auríferas (Cárcoa de Cereceda, La Sierra, Figueras, Iboyo) y algo más alejado de algunos castros conocidos como el de Berducedo o el de Santo Emiliano.

Su recinto es triangular, con una base al Norte que no llega a los 100 m de longitud y dos lados algo mayores. Está defendido por la parte más accesible, el Sudoeste, con un complejo sistema que incluye un gran foso, muy alejado y delimitando una explanada de inclinación progresiva, tras la cual se alinean cinco fosos con sus correspondientes parapetos o contrafosos intermedios. En contrapartida, el marcado desnivel del terreno en el Norte hizo superfluas tales defensas, que se limitan a una sencilla muralla, tras la que se encuentran inmediatamente diversas viviendas, aunque ninguna de ellas adosada a los muros.

El ángulo Nordeste realiza su enlace con esa muralla Norte, de modo que la fortificación doble prácticamente su grosor por el Este, siguiendo un original sistema de construcción de módulos subrectangulares, formados por paramentos envolventes con un relleno interno de mampostería y tierra, superficies regularizadas y colocación a hueso. Al menos siete de estos módulos se alzaban hasta el lugar de la apertura de la puerta, con un grosor que rebasa los cuatro metros, consiguiéndose así que el derrumbe de uno de ellos no afecte a los demás y facilitándose el taponamiento de una brecha.

La proximidad a la puerta ve multiplicarse los trabajos. Aunque sea esta una zona confusa en cuanto a su interpretación, se diferencia al menos una rampa, varios basamentos, un largo contrafuerte externo y un entalle en el que iba encajada la puerta en el suelo (Fig. 1).

Respecto a las viviendas, que como las murallas se realizan preferentemente en pizarra tabular, fueron excavadas en número de diez hasta 1963, incluyendo además ciertas construcciones anejas. Se agrupan en el ángulo Nordeste, siendo todas circulares excepto una, la N.º 6, cuadrada y con ángulos formados en parte por piedras de extremo exterior redondeado, siguiendo una técnica muy característica de la cultura castreña romanizada. Sus piedras son relativamente grandes en comparación con las restantes del poblado, calzándose los huecos intermedios con piedrecitas más menudas (2).

En San Chuis, el Dr. Jordá intentó realizar un análisis estratigráfico, que resultó incompleto por la escasez de hallazgos y no haberse podido profundizar hasta el suelo natural, pero como en los años ochenta han vuelto a emprenderse las investigaciones, confiamos que pronto este aspecto quede más clarificado (3).

En lo que podemos deducir, a pesar de los problemas inherentes a un sondeo limitado y escasamente fechado, la muralla Norte se asienta sobre una capa negra de cenizas y tierras calcinadas, que a su vez

(2) En nuestras últimas visitas al castro hemos comprobado que los mejores esquinales de esta construcción han sido extraídos, previsiblemente para reaprovecharlos, por lo que únicamente queda como prueba material fotográfico, inédito, en nuestro poder.

(3) Los datos estratigráficos que citamos a continuación provienen de la parte conservada del Diario de Excavaciones del profesor Jordá en las excavaciones de 1962-1963. La atribución de materiales a estratos o viviendas, sin embargo, es fruto de nuestra investigación entre los materiales depositados en el Museo de Oviedo en base a la rotulación de las cajas en que se encuentran, ya que faltan al respecto los datos del profesor Jordá.

reposa sobre un estrato estéril (estrato IV) que precede a la roca. Ese estrato ceniciento (estrato III) se resigue en la cara interna de la muralla y en el interior de la vivienda N.º 1, donde constituye la capa de habitación más antigua individualizada hasta el momento. A su vez está subdividida en diversos niveles, posee una superposición de dos hogares algo excéntricos, testimonia la gran fase de habitación del castro y es responsable igualmente de las construcciones fragmentarias y marginales a las habitaciones N.º 4 y 7.

El estrato II parece marcar un relleno que sirvió de cimentación a nuevos edificios (estructuras principales de los N.º 4 y 7) o de aprovechamiento de otros más antiguos (habitación N.º 1), pero que no parece tener un carácter universal, ya que no se encuentra en otras viviendas.

Finalmente, el estrato I corresponde a procesos de sedimentación posteriores al abandono del castro e incluye materiales arqueológicos variados.

El análisis de materiales que dé contenido histórico a estos estratos es sumamente difícil, pues la desaparición de parte del Diario de Excavaciones nos priva de una información básica, que únicamente puede ser rastreada a través del etiquetado de las cajas de materiales, depositadas en el Museo de Oviedo. Además el número de piezas con fijación cronológica localizadas en la zona con cortes estratigráficos es muy escaso. En esencia, podrían esquematizarse dos tipos de materiales cerámicos: un conjunto indígena o de tradición indígena y otro romano o de imitación de formas romanas.

Respecto al primero, son frecuentes los hallazgos de ollas de cocina con orejeta perforada para suspensión sobre el fuego, que se localizan en todos los estratos. También existen pocas pero significativas piezas estampilladas con círculos concéntricos o SSSS (4), más frecuentes temas decorativos con líneas bruñidas y un único fragmento con pequeñas líneas pintadas. El resto de las vasijas corresponde a cerámicas básicamente sin decoración, con perfiles de tradición castreña, siendo en buena parte tinajitas de almacenamiento con borde vuelto que perduran hasta fechas muy avanzadas de la romanización. No sabemos hasta qué punto la aparición en las proximidades de la casa N.º 10 de estos tipos indígenas sobre el suelo, es decir en el estrato IV, podría sugerir un momento muy antiguo del poblado (5).

En lo concerniente a la cerámica romana destacan diversos aspectos. En primer lugar, las sigillatas gálicas son muy poco abundantes y con dos excepciones casi irreconocibles, en concreto una base y un fragmento de Drag. 24/25 con decoración de ruedecilla.

Las sigillatas hispánicas incluyen diversas Drag. 29 con decoraciones de conejos, rosetas y otros temas del estilo de metopas, lo que nos centra entre el 50-75 p.C. aunque pueda concederse un margen amplio hasta fines de la centuria. Por esas fechas debió estar en uso una Drag. 15/17 con estampilla ilegible y tipo antiguo, que enlazaría con otros materiales más modernos. Tal sería el caso de un fragmento que combina los estilos de metopas y círculos o incluso de parte del cuerpo inferior, próximo a la base, de una Drag. 37 del estilo de círculos, muy rodada, que podría corresponder al siglo II.

Salvo la Drag. 15/17 el resto de las piezas provienen de los estratos I-II, por lo que podríamos suponer las últimas construcciones como situables entre mediados del siglo I p. y parte del II p.C.

También es significativa la cerámica de paredes finas, de la que ya hemos dado cuenta en otra parte (6) por lo que no creemos necesario entrar en detalles. Únicamente recordar que los cubiletes lisos o con ruedecilla se fechan en Huerña en la cronología a partir del tercer cuarto del siglo I, mientras los temas de hojas de agua en barbotina alcanzan allí los finales del siglo II (7). Es lamentable que las ya publicadas de San Chuis no posean datos de aparición por estar expuestas en vitrina del Museo, ya que constituirían un elemento decisivo para la fijación estratigráfica del poblado. Únicamente un fragmento de la parte inferior de un cubilete con un doble acanalado, probablemente perteneciente a una de las piezas anteriores, decorada con hojas de agua, posee adjudicación a una zona revuelta de los estratos I-III, cerca de la casa N.º 10. No sabemos si este dato puede hacerse extensible al resto de las vasijas, pero en todo caso confirma la cronología avanzada del principal núcleo habitacional del poblado.

Por último, son abundantes también las producciones de engobe o barniz rojo pompeyano, esencialmente con tres tipos: el plato hondo de paredes rectas y altas terminadas en labio, frecuentemente reentrante, las piezas de paredes elevadas y borde sobreelevado para aplicarle una tapadera y otras similares cuyo borde es horizontal y moldurado.

Parte de estas producciones de platos hondos parece estar en relación con el cambio de hábitos alimenticios en torno a época de Nerón (54-68) y Vespasiano (68-79), que implica el depósito directo de la cerámica en la hoguera, tal y como manifiestan algunos de nuestros recipientes, que conservan grumos

(4) Estas cerámicas, así como la mayor parte de las que utilizamos en este estudio forman parte de un artículo: «La cerámica castreña asturiana», que tenemos en prensa en estos momentos.

(5) Si la abundancia de formas indígenas es aquí especialmente notable, también hay que decir que en otros puntos del estrato IV ha aparecido alguna sigillata e incluso un fragmento de vidrio lo que, con las incertidumbres del método de análisis empleado no aboga, a pesar de las apariencias, por una fase prerromana.

(6) MAYA, J. L.: La cultura castreña asturiana. Su etapa romano-provincial, *Lancia*, 1, 1983, pp. 221-262.

(7) DOMERGUE, C. y MARTIN, T.: *Minas de oro romanas de la provincia de León, II*, (Excavaciones Arqueológicas en España, 94), 1977, pp. 112-113, lám. 20, N.º 542.

y marcas de la acción del humo. Coincidiría esta costumbre con la aparición de similares recipientes a partir de la capa IV de Huerña ⁽⁸⁾.

De entre los materiales metálicos que proporcionan cronología utilizable, únicamente podemos referirnos a una fíbula de charnela del grupo AUCISSA, para el que Lerat ofrece una datación dentro del siglo I p.C. aunque otros autores la restrinjan a su primera mitad ⁽⁹⁾.

2. EL CASTRO DE PENDIA (BOAL):

Este monte de la parroquia de Serandinas ocupa una banda alargada y de orografía irregular, protegida por el Norte y Oeste por el riachuelo de Villanueva, cuyo curso acentúa el desnivel del poblado, defendiéndole de modo natural, mientras la muralla de pizarra, que recorre todo su perímetro, y que en algunas zonas aún conserva más de cuatro metros de altura, le sirve de protección complementaria ⁽¹⁰⁾.

La zona más peligrosa era la meridional, puesto que por ella el castro constituye una prolongación de los montes de Villanueva, con lo que su desventaja desde el punto de vista estratégico era manifiesta. Este hecho intentó ser subsanado por los habitantes mediante la excavación de un anchísimo foso de paredes escarpadas, cuya materia extraída debió servir para erigir encima un sólido bastión elíptico. Solo así pudieron paliarse parcialmente las deficiencias de un habitat que no resultaba particularmente adecuado, debido a su encajonamiento entre montañas, su humedad y su escasa insolación.

El recinto estaba parcialmente dividido en dos sectores por un muro transversal, provisto de una puerta flanqueada por sendos torreones entre los cuales, según García y Bellido, en una etapa posterior se realizó una edificación rectangular, cuyas uniones se fabricaron con piedras en las que dos de sus ángulos están escuadrados, sirviendo de esquinales. El recinto septentrional es el más pequeño, pero a la vez el que ofrecía unas mejores condiciones defensivas, no investigándose en su interior más que una casa oblonga en cuyas proximidades una excavación clandestina, realizada en 1934, proporcionó algunos materiales de cronología muy antigua.

De allí proviene una tira fragmentada de un caldero con remaches, cinco hachas de piedra pulimentada y un hacha de talón y anilla lateral, que hoy debe encontrarse entre los fondos sin procedencia del museo ovetense. Además se descubrieron algunas cerámicas de aspecto tosco, mala cocción y colores negruzcos y aladrillados ⁽¹¹⁾.

En el sector Sur se localizaron once casas circulares y oblongas y los dos famosos hornos, cuya supuesta utilización funeraria no nos parece en absoluto adecuada.

Los materiales de Pendia son muy escasos y descontando los ya aludidos, tendríamos que hacer referencia a algunos modelos indígenas de cerámicas decoradas con líneas bruñidas y con orejetas perforadas para suspensión. En cuanto a las cerámicas romanas, la sigillata de IU.LUS posiblemente debe fijarse en el periodo flavio, así como otra gálica Drag. 31, de borde redondeado y pared curva, correspondería ya al siglo II p.C.. Contamos con poco más de esta época, a no ser con algún resto de plato de barniz rojo pompeyano, cuya fechación puede ser pareja a las sigillatas aludidas.

Para concluir, existen ciertos testimonios de una ocupación tardía de Pendia, como tres fragmentos de sigillata gris paleocristiana de pasta amarillenta-blanquecina, correspondientes a una pieza de pared curva en la que el engobe está completamente perdido. Dos de ellos conservan el tema de palmetas impresas ya conocido en Coaña, debiendo estar su fechación en torno al siglo V p.C. También podría pertenecer a ese periodo final un borde de pasta roja aladrillada y, superficies grises, sonido metálico y temas incisos a peine en oblicuo ⁽¹²⁾, de claro aspecto altomedieval y nuevamente con paralelos en Coaña.

La pobreza documental de Pendia hace difícil una interpretación del segmento cronológico y evolutivo del poblado. Los materiales antiguos pueden corresponder a un escondrijo anterior a la fase clásica castreña y situable entre los siglos VIII-IV a.C. como límites imposibles de precisar sin conocer algún otro dato. Pero hipotéticamente nos inclinaremos por la posibilidad de que pudiese corresponder, quizás con alguna de las cerámicas lisas, a un nivel inicial asentado en la elevación más septentrional del castro. De ser así, ese núcleo antiguo habría servido de base al desarrollo posterior del poblado hacia el Norte, a causa del incremento demográfico, forzando a realizar tareas defensivas más complejas, como el gran foso, para resolver la ocupación de un espacio topográfico mayor y más adverso. Podría apoyar este

⁽⁸⁾ DOMERGUE y MARTIN: *Minas...*, citado, pp. 54-55, fig. 13, N.º 189 y 190.

⁽⁹⁾ MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado. Sobre el tipo Aucissa véase: LERAT, L.: *Catalogue des collections archéologiques de Besançon. II. Les fibules gallo-romaines*, (Annales Littéraires de l'Université de Besançon, III, 1. Archéologie, 3), pp. 19-23.

⁽¹⁰⁾ Sobre el castro de Pendia: GARCIA Y BELLIDO, A.: El Castro de Pendia, *Archivo Español de Arqueología*, 49, 1942, pp. 288-306.

⁽¹¹⁾ Se conservan en el almacén del Museo Arqueológico Provincial de Oviedo. (M.A.P.O.).

⁽¹²⁾ MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, fig. 9.

hecho la multiplicidad y heterogeneidad del hallazgo, con calderos, hachas de bronce, hachas pulimentadas y posiblemente cerámicas poco representativas.

Con la ampliación, no dejaría de ocuparse el recinto inicial, del que proviene una cerámica de barniz rojo pompeyano, pero los nuevos planteamientos estratégicos debieron hacer variar el valor del muro inter-recintos, y el hecho de que en su acceso se edificase una casa con técnicas constructivas propias ya de momentos romanizados, puede aludir a una cierta pérdida de funcionalismo de esa muralla. No sabemos hasta que punto esta hipótesis explicativa es real, pero podría intentar comprobarse con cierta facilidad recurriendo a algunos cortes estratigráficos poco costosos e incluso a un análisis de técnicas constructivas en la muralla y edificaciones.

Existen dos fases de difícil comprobación en el poblado, por una parte el periodo inmediatamente prerromano al que quizás se atribuyesen algunas cerámicas indígenas (orejeta perforada, líneas bruñidas, bordes incisos, etc.) y luego, tras la romanización de los siglos I-II el vacío hasta los materiales de finales de la Edad Antigua, con fechas en torno al siglo V y posteriores incluso.

3. EL CASTRO DE LA ESCRITA (BOAL):

Se denomina de esta manera a un montículo vecino al pequeño núcleo de población de La Escrita, perteneciente a la parroquia de Doiras, de una elevación próxima a los trescientos metros sobre la orilla derecha del río Navia.

Es un castro circular, de pequeñas dimensiones, protegido por el Nordeste por el Riu el Mulión, que hace innecesaria la existencia de fosos, siendo su única fortificación en ese punto un escarpe previo al recinto. En cambio, en el resto de su contorno defienden el recinto dos fosos sucesivos, el primero de los cuales es de gran profundidad y anchura, observándose incluso al Sudoeste los restos de una muralla inmediata a dicho gran foso. El sector Este fue destruido en parte (en la proximidad del tramo del km 31 de la carretera de Navia a Grandas de Salime) por la explotación de un arenero, que dejó colgando los muros de tres casas. Es de lamentar esta degradación del yacimiento, que coincide con la zona de habitat y posiblemente con la de mayor complejidad de las defensas, ya que al Sudeste parece apreciarse un parcial tercer foso.

La Escrita es conocido desde época muy antigua, pues ya en 1898 Bernardo Acevedo dejó una corta descripción en la que se alude a restos de murallas con un foso y su correspondiente contrafoso, y al hallazgo de una punta de lanza ⁽¹³⁾. El mismo autor, más tarde, da cuenta de edificaciones circulares castreñas en las zonas Este y Sur ⁽¹⁴⁾.

En el verano de 1929, Pedro Alejandro García Martínez, un maestro de Boal, incluyó dentro de un manuscrito que se conserva en el Museo Arqueológico Provincial algunas referencias al castro, así como un plano de situación, que nos parece uno de los mejor realizados a pesar de su antigüedad ⁽¹⁵⁾.

A partir de 1939, las investigaciones emprendidas en el occidente asturiano por J. Uría y A. García y Bellido, llevaron a que, en el artículo del último sobre Pendia un interesante apartado estuviese dedicado a La Escrita, incluyendo un plano y sección algo incompletos y varios hallazgos de objetos líticos, metálicos y cerámicos. Extrañamente no se hace mención a las construcciones ya citadas por los autores previos ⁽¹⁶⁾.

Por último, en 1949, J. M. Fernández Buelta escribió un breve artículo, dando a conocer los resultados de una prospección de varios miembros del Instituto de Estudios Asturianos, gracias a la cual se fotografiaron y dibujaron algunas cerámicas, una moneda romana y algunos muros correspondientes a las referidas casas. Se alude entonces a unos lavaderos de mineral, situados en las proximidades, donde parece haberse encontrado casiterita ⁽¹⁷⁾, noticia que posiblemente hay que poner en relación con las que menciona Acevedo de una presa ⁽¹⁸⁾.

A pesar de una relativamente amplia bibliografía, si nos guiamos por la escasez general en lo que atañe a los castros asturianos, el inventario de objetos se reduce a una punta de lanza de la que sólo ha sobrevivido el dibujo, varios fragmentos de cerámica castreña y sigillata, una moneda, una piedra de molino circular y algunas fibulas etiquetadas con tal procedencia en el Museo de Oviedo, pero de las que no existen referencias de localización.

⁽¹³⁾ ACEVEDO, B.: *Boal y su concejo*, Oviedo, 1898, p. 42.

⁽¹⁴⁾ ACEVEDO, B.: *Los vaqueiros de alzada en Asturias*, Oviedo, 1915, pp. 274-275.

⁽¹⁵⁾ GARCIA MARTINEZ, P. A.: *Prehistoria del Occidente de Asturias*, Boal, 1929, p. 47. (Manuscrito inédito en el M.A.P.O.).

⁽¹⁶⁾ GARCIA Y BELLIDO: A, Castro de Pendia, citado, pp. 305-307.

⁽¹⁷⁾ FERNANDEZ BUELTA, J. M.: Castro de La Escrita o de Riu de Castro-Boal, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 8, 1949, pp. 121-127.

⁽¹⁸⁾ ACEVEDO: *Los vaqueiros...*, citado, p. 275, con una lámina.

De todos ellos los más interesantes son las fibulas de bucle de las que ya hemos publicado una sumaria descripción y que creemos pueden corresponder a una cronología próxima al siglo V a.C. (19).

Otros elementos metálicos son más tardíos, como ocurre con un remate de freno de caballo con paralelos en Caravia, una fibula del tipo VI de Fortes, que él denominó de «longo travessão sem espira» (20), es decir, con un gran eje o travesaño que alberga un alma interior a la que se sujeta el puente, haciéndole pasar por una perforación del extremo de éste. Se forma así una especie de charnela, que hace innecesario el uso de muelle y que resulta característico del Noroeste peninsular (21).

Este tipo, que fue fechado por el erudito portugués en los siglos I-II p.C. como fruto de una influencia romana (22) hoy tiende a retrotraerse a los siglos III-I a.C., con pervivencias (23). Personalmente creemos que una datación sobre los dos siglos que delimitan el cambio de Era quizás sea apropiada para estos ejemplos.

En cuanto a las cerámicas, la más conocida es un cubilete que ha perdido la base, compuesto por un labio exvasado y vuelto sobre si mismo y un cuerpo curvado en el que unos acanalados delimitan dos franjas con técnica de líneas bruñidas, la primera con retícula romboidal y la segunda con líneas verticales. Fue localizado en las prospecciones de García y Bellido en 1940 (24).

Respecto a las sigillatas gálicas existen ejemplos de formas Drag. 27 y Drag. 15/17, además de un borde Drag. 29 con lóbulo liso y estrías internas, con barniz que parece propio de estas producciones.

También se conoce un fragmento de sigillata hispánica, con los cuartos traseros de un animal saltando, dentro de un círculo. La cronología de todas estas piezas incluye, con plena seguridad, al menos el siglo I p.C. sin que podamos asegurar una persistencia en la siguiente centuria.

Por último, la moneda de la Colonia Nemausum es de un tipo que tuvo amplia difusión en el occidente del Imperio y su acuñación en el 15 a.C. permite fijar su circulación en nuestra zona en correspondencia con las sigillatas mencionadas.

4. EL CASTRO DE LARON (CANGAS DE NARCEA):

La reciente publicación de este poblado nos exime de detalles minuciosos (25). Se trata de un asentamiento próximo a los 1.000 m. de altura, situado en un lugar estratégico, que domina una curva del río Ibias, en cuyo valle y a escasos kilómetros se observan las impresionantes explotaciones auríferas de Corralín y La Muracal.

Su recinto es elipsoidal e inclinado hacia el Sur, defendiéndose en su mitad oriental por un fuerte desnivel, que muere en el llamado Arroyo de Campetinos o Reguero de los Molinos. Por la mitad occidental se aprecian cuatro amplios fosos generales y uno de menor envergadura. Los restos de muralla, localizados al Norte y Oeste complementaban las defensas de este castro de unos 2000 metros cuadrados.

Respecto a su cronología y características históricas ya hemos señalado que el hallazgo de dos hachas de talón y anillas tiene una relación muy limitada con el asentamiento, por descubrirse fuera de su recinto, en la zona de fortificaciones.

El resto de los materiales metálicos sugiere una cronología mucho más moderna, puesto que la fíbula simétrica tiene un margen amplio, aunque por sus características podría aproximarse al siglo II a.C. siendo las hebillas y pendiente poco significativos para precisar cronología.

Una base de sigillata hispánica, dentro de la escasez generalizada de restos cerámicos, garantiza la actividad del castro durante la romanización, y aunque sea un dato excesivamente vago como para determinar cronologías, suponemos que su auge debió ser parejo al de las próximas labores mineras, por lo que la cronología amplia podría alcanzar los finales del siglo I e incluso el siglo II p.C.

5. EL PICO DEL CASTRO DE CARAVIA:

Es un monte calizo situado en las proximidades de la carretera de Colunga a Ribadesella, que alcanza una altura máxima de 380 m. sobre el nivel del mar, del cual está separado exclusivamente por unos 2 km. de distancia (26).

(19) MAYA, J. L.: La cultura castreña asturiana: De los orígenes a la romanización, *Indigenismo y romanización en el Conventus Asturum*, p. 19, fig. 2.

(20) FORTES, J.: As fibulas do Noroeste da Península, *Portugalia*, II, 1904-1908, p. 22.

(21) FARINA BUSTO, F.: As fibulas de «longo travessão sem espira» nos castros do N.W. peninsular, *Boletín Auriense*, IX, 1979, pp. 27-49 y fig. de la pág. 32.

(22) FORTES: As fibulas..., citado, p. 31.

(23) FARINA: As fibulas..., citado, p. 48.

(24) GARCIA Y BELLIDO: El Castro de Pendia, citado, p. 31.

(25) MAYA, J. L. y DE BLAS, M. A.: El Castro de Larón, *Noticiario Arqueológico Hispánico*, 15, 1983, pp. 152-192.

(26) El excavador utiliza indistintamente la denominación bable de El Picu'l Castro o la castellanizada de Pico del Castro. Véase: LLANO: *El libro...*, citado, p. 31.

Su recinto es ovoide, de unos 225 m. de perímetro y circundado por un talud artificial de mampostería obtenida del propio castro, tras el cual se consiguió un aterrazamiento o zona amesetada, que se denomina popularmente como «el corredor de los moros». Es precisamente en esa zona, de unos seis metros de anchura donde se aprovechó el aterrazamiento para la construcción de cabañas de planta rectangular y pavimento de arcilla, posiblemente en materia perecedera, a juzgar por la escasez de hallazgos que demuestran una fábrica más sólida (27).

Fue excavado en 1917 por A. del Llano, quien publicó sus hallazgos con una minuciosidad des acostumbrada en la bibliografía local de la época. Sus materiales pasaron años después a formar parte de los fondos del Museo de Oviedo, donde hoy se conservan.

Difiere notablemente tanto por sus características constructivas, (casas angulares, materia perecedera, carencia de fosos, taludes artificiales en mampostería) como por sus materiales, que tienen escasa relación con los que estamos acostumbrados a encontrar en la Cultura Castreña del Noroeste, por lo que hay que suponer que existe en él una considerable influencia de los castros meseteños y en concreto, de los de la cultura de Miraveche-Monte Bernorio, con la que existen instrumentos comunes.

Prescindiendo de la supuesta cerámica neolítica de A. de Llano, la realidad es que nos encontramos ante un momento posterior al auge de las cerámicas excisas y de boquique en la meseta, no existiendo tampoco otros elementos distintivos como las unguilaciones o los cordones con decoración plástica, por todo lo cual le suponemos una fechación no anterior al siglo V a.C. en consonancia con el mundo de Miraveche ya aludido.

Esto es, al menos, lo que demuestran las piezas más representativas, como un puñal en hierro tipo Monte-Bernorio, con enpuñadura naviforme, de los que tienen su más densa concentración en las provincias de Burgos y Palencia entre los siglos IV-III a.C. Igual sucedería con los denominados enganches de tahalí, que suelen complementar a esos puñales, actuando como una variante de las placas de cinturón y de los que existen cuatro ejemplares en Caravia, que conectarían con los de la Meseta a través del poblado cántabro de Celada Marlantes (28). La conocida fibula de caballito cuenta con un abundantísimo conjunto de paralelos (29), centrados igualmente en Valladolid, Soria, Palencia y Burgos, por lo que ofrece escaso margen de error sobre su atribución cultural.

La fecha final del poblado viene dada tanto por aspectos negativos como por la existencia de algunos puntos de referencia, indicadores claramente de momentos más modernos. En cuanto al primer grupo, la carencia absoluta de restos romanos, que fue expresamente puesta de manifiesto por Aurelio de Llano (30) se convierte en un límite cronológico máximo, que quizás pueda delimitarse aun más si se tiene en cuenta la falta de las características cerámicas, que marcan el horizonte inmediatamente prerromano en castros como Celada Marlantes (31) y Monte Cildá, en torno al siglo I a.C., (32) en un momento en el que se diluyen los matices heredados de la cultura de Miraveche-Monte Bernorio.

En cuanto a los materiales tardíos, puede citarse una azuela de hierro con empuñadura de chapa en U, con paralelos en Langa de Duero (33) y el castro leonés de Villaceid (34), que nos sitúan entre finales del siglo II a.C. y mediados del I p.C.

Lo mismo puede decirse de los molinos giratorios, que ya el propio excavador no consideraba de tipo romano (35) y que no creemos que en la región puedan ser anteriores al siglo II a.C. (36) y otro tanto puede decirse de las hebillas anulares en omega, cuya raigambre prerromana parece atestiguada precisamente también en yacimientos de la Meseta y con cronología equivalente a la de los molinos circulares.

En conclusión, probablemente si datamos en un sentido muy amplio, los límites de Caravia se fijarían entre el siglo IV a.C. y finales del I a.C., pero teniendo en cuenta los factores ya revisados, es muy posible que pueda precisarse algo más, fechando entre los siglos III-II a.C. y a lo sumo prolongando su vida durante la primera mitad de la siguiente centuria, con lo cual el castro posiblemente fue abandonado antes de la invasión romana, no siendo necesario atribuirle a ella su fin durante las Guerras Cántabras,

(27) LLANO: *El libro...*, citado, p. 44.

(28) GARCIA GUINEA, M. A. y RINCON, R.: *El asentamiento cántabro de Celada Marlantes*, Santander, 1970, p. 24, fig. 32-1.

(29) LLANO: *El libro...*, citado, p. 49.

(30) LLANO: *El libro...*, citado, p. 48.

(31) GARCIA GUINEA y RINCON: *El asentamiento...*, citado, p. 34.

(32) GARCIA GUINEA, M. A.; GONZALEZ ECHEGARAY, J. y SAN MIGUEL RUIZ, J. A.: *Excavaciones en Monte Cildá; Olleros de Pisuerga (Palencia)*, (Excavaciones Arqueológicas en España, 61), 1960, pp. 20-21.

(33) TARACENA, B.: *Excavaciones en las provincias de Soria y logroño*, (Informes y Memorias de la Junta Superior de Excavaciones y Antigüedades, 103), 1929, p. 49, fig. 26.

(34) MORAN, C.: *Excavaciones en los castros de la provincia de León*, *Noticiario Arqueológico Hispánico*, V, 1956-1961, p. 118, fig. 8.

(35) LLANO: *El libro...*, citado, p. 72.

(36) MAYA, J. L. y DE BLAS, M. A.: *El molino del castro de La Picon y notas sobre la introducción de los tipos giratorios en Asturias*, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 80, 1973.

como pensaba Aurelio de Llano, puesto que parece faltar desde el punto de vista arqueológico la etapa considerada como inmediatamente anterior.

6. EL CASTRILLON O CASTELON DE COAÑA:

Es un poblado que cuenta con una bibliografía relativamente amplia desde 1818 ⁽³⁸⁾, aunque a nosotros solamente nos interesen las referencias a partir de 1877, fecha en que se realizaron las primeras excavaciones arqueológicas con un cierto método y en la que se levantó un plano, bastante deficiente, con algunas de las casas excavadas ⁽³⁸⁾.

Efectivamente, en ese año, J. M. Flórez González comenzó una campaña que en un primer momento dejó al descubierto diez habitaciones, apuntando la existencia de muchas más en torno a las exploradas, de las que en la última etapa de su investigación se localizaron otras treinta y dos que ya no se incluyeron en publicación ⁽³⁹⁾.

Posteriormente, entre 1940-1941 García y Bellido y J. Uría excavaron setenta y tres edificios, incluyendo con toda seguridad los diez que ya había explorado Flórez y muy posiblemente la mayoría de los restantes ⁽⁴⁰⁾. Únicamente quedó por investigar o por publicar un sector al Nordeste del Torreón, que comprendía las habitaciones 4, 5 y 6 (Fig. 2), una habitación rectangular de la zona central, la N.º 24 y dos habitaciones circulares pegadas al muro exterior Norte, las N.º 75 y 76.

Entre 1959-1961 Jordá insistió en lo que el denominaba el sector Oeste del Barrio Norte, en concreto la vivienda N.º 37 (en cuyo subsuelo descubrió desagües) y en sus alrededores hacia las N.º 36 y 39. También al Noroeste del Torreón, en un desagüe que separaba las habitaciones N.º 42, 43 y 58. ⁽⁴¹⁾ (Fig. 2).

Al mismo tiempo se excavaba la zona próxima al Torreón y el área de hornos, donde uno nuevo, semioval y con un encaje para una puerta, albergaba en su interior una base de cantos rodados con marcas de rubefacción y una capa de carbones vegetales. Este horno estaba yuxtapuesto a una pequeña piscina elipsoidal, bien preparada para la contención del agua. Mas al Sudeste, una segunda piscina cuadrangular precede a un horno rectangular en falsa bóveda, que por el extremo opuesto se abre al lugar donde se encontraba primitivamente la piscina de granito.

Sería conveniente complementar el plano del sector, levantado en su momento por Jordá, puesto que sólo quitando el mantillo vegetal se puede apreciar que la red de canalillos es bastante compleja. La línea principal parte de un semicírculo próximo a la roca que sustenta la casa N.º 81 y que se une a un largo canal tallado en dirección N.O/S.E, el cual muere bajo el muro del segundo horno. De allí parte una segunda línea paralela (siguiendo el muro mayor interno de dicha construcción), que desemboca en el lugar en que estaba dispuesta la bañera con un entalle para recibir el líquido, seguramente a partir de una pizarra perforada con nueve agujeros, que cubría el canalillo en esa zona, tal y como se conservaba en el siglo XIX ⁽⁴²⁾. Complementaba esta red principal de distribución, una serie de canalillos menores y perpendiculares que proveían las piscinas, siendo muy visibles los situados al S.E del horno semioval.

El agua debía provenir de la captación de un manantial hoy escasamente identificable, pero posiblemente el mismo que abastecía un pozo situado en la vertiente meridional del castro, que estaba vigente hasta el siglo pasado fecha en la que fue cegado para evitar accidentes del ganado, tras lo cual aún en invierno rezumaba agua en superficie, según describe Flórez ⁽⁴³⁾.

El área de hornos constituye en todo caso un sector muy particular del castro, aislado de las viviendas corrientes, encima mismo de la entrada al primer recinto castreño y al pie de la muralla interior,

⁽³⁷⁾ La principal bibliografía puede verse en: FLOREZ Y GONZALEZ, J. M.: *Memoria relativa a las excavaciones en el Castellón de Coaña*, Oviedo, 1898; SCHULZ, G.: *Viages por Asturias*, (Monumenta Historica Asturiensia, XII), (Reedición de 1982), p. 12 y fig. 33; GARCIA Y BELLIDO, A.: El poblado céltico del Castellón de Coaña (Occidente de Asturias), *Investigación y Progreso*, XI, 1940, pp. 97-100; GARCIA Y BELLIDO, A. y URIA RIU, J.: Avance a las excavaciones de, Castellón de Coaña, *Revista de la Universidad de Oviedo*, 2, 1940, pp. 105-131; GARCIA Y BELLIDO, A.: El castro de Coaña (Asturias) y algunas notas sobre el posible origen de esta cultura, *Archivo Español de Arqueología*, XIV, 42, 1941; GARCIA Y BELLIDO, A.: El castro de Coaña (Asturias). Nuevas aportaciones, *Archivo Español de Arqueología*, XV, 48, 1942, pp. 216-244; URIA Y RIU, J.: Excavaciones en el Castellón de Coaña. Nuevos datos y consideraciones, *Revista de la Universidad de Oviedo*, 4, 1942, pp. 85-113; GARCIA Y BELLIDO, A.: El castro de Coaña: Reconstrucción gráfica de una aldea prehistórica del Noroeste de España, *Investigación y Progreso*, XIV, 1943, pp. 65-74; URIA Y RIU, J.: Fragmentos de cerámica excisa en el Castellón de Coaña (Asturias), *Archivo Español de Arqueología*, 43, 1941, pp. 345-347; URIA Y RIU, J.: Ritos funerarios en las cámaras de Briteiros y Coaña, *Revista de la Universidad de Oviedo*, 5, 1945, pp. 95-112; RIESGO ORDÓÑEZ, A.: El caserío celta «Xarrius» de Coaña, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, IX, 1950, pp. 81-86; JORDÁ CERDÁ, F.: *Guía del Castrillón de Coaña*, (Opera Minora), Salamanca, 1969.

⁽³⁸⁾ FLOREZ: *Memoria*..., citado, plano de las excavaciones y fig. 1.

⁽³⁹⁾ FLOREZ: *Memoria*..., citado, p. 22. (Nota importante).

⁽⁴⁰⁾ Véase la bibliografía de ambos autores citada en la nota N.º 38.

⁽⁴¹⁾ JORDÁ: *Guía*..., citado, plano general del castro.

⁽⁴²⁾ FLOREZ: *Memoria*..., citado, p. 17.

⁽⁴³⁾ FLOREZ: *Memoria*..., citado, p. 17.

justo bajo una de las mayores casas del poblado y con un tipo de construcción distinto en técnica y función al resto.

Su utilización parece corresponder a época romana, y la asociación del agua con la producción de calor e incluso los guijarros quemados (que podrían actuar como estufa o elemento de conservación de altas temperaturas) se avendría bien con la hipótesis de Ferreira de Almeida de una versión rústica de termas. No obstante, de ser cierta esa utilización, problema que rebasa el mero ámbito de Coaña y que ha de ser resuelto con una visión global, parece que su uso debía ser restringido o con un cierto carácter peculiar, lo que justificaría estas características especiales, que han causado el que algunos autores hablen de «Recinto Sacro» (44).

También excavó el Dr. Jordá en la denominada «Acrópolis», a cuya muralla se accede desde su cara interna mediante escalones de pizarra encajados en el paramento, lo que sugiere que la zona conservada debía servir de basamento para un parapeto formado con estacas o algún sistema similar de empalizada.

Esta defensa se salvaba mediante la puerta Este, con encajes angulares para ajustar unas planchas de madera, la cual de no ser con batientes abiertos hacia afuera debería ser levadiza, puesto que la calzada de acceso asciende y hace difícilmente utilizable la apertura interior. Este procedimiento de elevación no sería excepcional, puesto que ya es conocido en Monte Mozinho (45) y quizás pudo usarse en San Chuis, donde el umbral de la puerta tiene un hondo entalle que resultaría muy incómodo para el sistema de batientes.

Intramuros excavó Jordá una casa y el sector circundante (casa N.º 80). La casa es circular y su paramento interno es muy irregular y desmoronado, lo que sugirió a su excavador la posibilidad de que estuviese complementado con barro. Parece prolongarse en un muro recto, que sin embargo subyace a ella, siendo más antiguo.

Durante el Curso Práctico de Arqueología Protohistórica de 1982, dirigido por el profesor Jordá y del cual éramos subdirector, realizamos la excavación de un área de 93 metros cuadrados, subdivididos en cuadrículas de 1 metro, al sur de la calzada de acceso, es decir, en el interior de la Acrópolis y frente a la vivienda circular mencionada (Fig. 3).

El resultado fue comprobar cómo el terreno había sido adaptado a las necesidades urbanísticas, realizándose muretes de contención que creasen plataformas horizontales en el suelo pizarroso. Además se descubrió una construcción rectangular de más de doce metros de longitud por seis de anchura, con los restos de un hogar en el ángulo Oeste, un molino circular fuera de su posición original y un canal tallado en la roca, que servía para recoger el agua que se filtraba bajo el ángulo Sudoeste, a través de las fisuras de la pizarra. Precisamente la humedad debía ser allí muy abundante, pues en torno al único sector en el que encontramos el muro interrumpido se procuró levantar un paramento adicional por su cara externa, formado por losas de pizarra clavadas y a veces imbricadas, que detuviesen el flujo de agua.

Si bien el suelo de la vivienda se apoyaba en la roca, pudo comprobarse que con anterioridad a ésta existió otra de aspecto circular, de la que se conservó parte de los fundamentos del muro tras la demolición previa a la nueva edificación. Otro muro, esta vez exterior, se adosó más tarde a la construcción rectangular.

Desgraciadamente ésta había sido excavada en época incierta, quizás antes de la actuación de Flórez, y vaciado su interior al lado del muro sudeste, por lo que el material encontrado fue muy escaso, pero a juzgar tanto por las técnicas constructivas como por el hallazgo de una sigillata nos encontramos ante un edificio de época romana y muy posiblemente del siglo I p.C. (Fig. 3). (45-B).

(44) JORDÁ: *Guía...*, citado, pág. sin numerar.

(45) FERREIRA DE ALMEIDA, C. A.: *Escavações no Monte Mozinho, II*, 1975-1976, Penafiel, 1977, figs. 1 e 2.

(45-B) Ya en prensa este artículo y casi con las pruebas de imprenta, el 29 de Junio de 1984, tuvimos acceso a la documentación que dejó el profesor García y Bellido sobre sus excavaciones en Coaña. Como este hecho condiciona algunos de los aspectos relatados en el texto, nos tenemos otro remedio que añadir la siguiente aclaración.

Al parecer, las campañas de García y Bellido en Coaña no se limitaron a 1940-1942, esto es las conocidas por las publicaciones, sino que probablemente prosiguieron durante 1943 y con toda seguridad en Septiembre de 1944, aunque nunca llegaron a publicarse.

Tales excavaciones debieron afectar a las viviendas del Barrio Norte que hoy vemos al descubierto, pero no consta en la descripción de los primeros años, aunque, sobre todo, alcanzaron a la Acrópolis.

Por los croquis de García y Bellido sabemos de los trabajos en la casa N.º 4, al N. E. del Torreón, de los que no teníamos ninguna información y también de las exploraciones en la parte alta, en concreto en las que hemos denominado habitaciones N.º 80 y 81.

Significa esto, que la investigación de Jordá entre 1959-1961 y las dificultades para establecer una estratigrafía estaban justificadas por su remoción quince años antes, y que nuestra excavación de la casa N.º 81, en la que apuntábamos su vaciado en fechas desconocidas, estuvo condicionada por una prospección de García y Bellido sobre el 13 de Septiembre de 1944, que quedó totalmente enmascarada por el arroyamiento y vegetación de treinta y ocho años.

Sobre esta casa N.º 81 nos extenderemos algo más, dada nuestra participación personal en su estudio. Su identificación no ofrece dudas, puesto que se la denomina casa grande de la Acrópolis y se dan indicaciones claras como el canalillo de recogida de aguas del ángulo Sur. Sin embargo, García y Bellido no llegó a observar el muro de la habitación subyacente. La puerta, hoy imposible de determinar estaría situada en el lado N. O, a unos 2,80 m. del ángulo y, por tanto, no lejos del hogar.

Tras estas consideraciones trataremos de resumir los datos más generales sobre la cronología de Coaña.

Desconocemos si el hacha de cobre citada por Flórez ⁽⁴⁶⁾ pertenece como es frecuente en nuestros castros a piezas de talón y anillas, pero en todo caso la cronología inicial no puede ir condicionada por un dato tan impreciso.

En cuanto a la supuesta cerámica excisa, no parece muy seguro avalar la aparición de tal tipo en Asturias, por encontrarse el N.O bastante apartado de su corriente creadora, lo que ha hecho que se piense en una tradición cultural muy distinta al mundo de Cogotas en el que floreció esta técnica. Teniendo en cuenta que únicamente se conserva un dibujo bastante impreciso y no del todo coincidente en las dos versiones publicadas ⁽⁴⁷⁾, que la adjudicación a esta técnica planteó dudas al mismo J. Uría ⁽⁴⁸⁾, que los fragmentos han desaparecido y, por último, la optimista oleada de reconocimiento de cerámicas excisas que suscitó por esas fechas el artículo de M. Almagro ⁽⁴⁹⁾, llevando incluso a definir como tales ciertos tipos de estampaciones en castros portugueses, es difícil admitir su integración en el mundo de la excisión. Es cierto que podría pensarse en una filtración excepcional, similar a la que se dió en la misma cueva de Santillana ⁽⁵⁰⁾, pero sin que la cuestión quede definitivamente zanjada dudamos de esa posibilidad.

Aunque como hemos dicho el problema no se resolverá fácilmente, deja de ser crucial desde el momento en que otro testimonio aboga por la antigüedad inicial de Coaña. Nos referimos a un fragmento de borde de una posible ánfora, pintada en lo conservado en dos bandas horizontales roja y anaranjada, hecha a torno y con pasta fina y depurada, que corresponde a la tradición púnica. Solo sabemos que procede de las excavaciones de Bellido y Uría, sin localización concreta, aunque la fecha de hallazgo ya sugiere una atribución al denominado «Barrio Extramuros», que fue el excavado por ellos.

Se convierte esta pieza, por tanto, en garante de una antigüedad notable de Coaña y en testimonio de una integración en los circuitos comerciales prerromanos al ser el elemento clásico de datación más antiguo de todo el Norte peninsular.

Precisando algo más sobre ella, parece difícil concederle una cronología posterior al siglo V a.C. siendo probable una datación en el VI e incluso antes. Queda claro, no obstante, que la inseguridad de un solo fragmento desprovisto de contexto es amplia y que no sabemos hasta qué punto pueden haber existido talleres en la costa meridional atlántica que difundían cerámicas en la tradición púnica en fechas posteriores al 500 a.C., pero ante esta incertidumbre y la dificultad de recurrir a una línea terrestre de comercio hasta la costa asturiana que difundía estos productos, no nos queda más remedio que enlazar la pieza de Coaña con los productos púnicos conocidos de Conímbriga, Santa Olaia y Castro de Tavarede ⁽⁵¹⁾, donde algunos de los perfiles hallados en la primera ciudad, dentro de las denominadas «ánforas orientales» guardan ciertas analogías ⁽⁵²⁾ con Coaña. Esto llevaría a recapacitar sobre las motivaciones de fundación del castro asturiano, que si no reúne unas condiciones excepcionales desde el punto de vista defensivo, en contrapartida, debía tener control sobre la importante vía de penetración del río Navia y en concreto sobre el meandro de Porto, localidad que como su nombre indica vió un tráfico fluvial mucho más complejo por su situación estratégica en una costa menos alejada que en la actualidad, costa que ha ido retrocediendo progresivamente, de modo que incluso en el siglo pasado estaba varios kms. más cerca que hoy en día ⁽⁵³⁾.

Respecto a los hallazgos, puede citarse un «catillus» de molino aproximadamente hacia el centro de la casa, una hebilla anular en omega y un puñal con empuñadura de remaches de las proximidades del canalillo, una moneda de bronce de emperador no identificado y diversas placas de pizarra, agujereadas y con hierro; esto es, las tejas de pizarra con clavos para cubrición de la vivienda, que también encontramos nosotros.

Resulta obvio, por tanto, que prácticamente todos los excavadores de Coaña hemos estado investigando en zonas ya excavadas de antiguo, por lo que no es de extrañar la escasez de materiales y la falta de estratigrafías, más explicable aun si se citan violaciones, como la que García y Bellido recoge de un tal Isidro Méndez, que había actuado años antes y cuyos familiares conservaban distintos objetos. Esperemos, por tanto, que nuevas investigaciones alcancen las indudables zonas vírgenes, que aun existen en la Acrópolis.

⁽⁴⁶⁾ FLOREZ: *Memoria...*, citado, p. 22.

⁽⁴⁷⁾ URÍA: *Excavaciones...*, citado, fig. 17; GARCIA Y BELLIDO y URÍA: *Avance...*, citado, fig. 6-D.

⁽⁴⁸⁾ URÍA Y RIU, J.: *Cuestiones relativas a la etnología de los astures*, Oviedo, 1941, pp. 91-92. También se citan como decorados «con incisiones bastante profundas» en: GARCIA BELLIDO y URÍA: *Avance...*, citado, p. 24 de la separata.

⁽⁴⁹⁾ ALMAGRO BASCH, M.: *La cerámica excisa de la Primera Edad del Hierro en la Península Ibérica*, *Ampurias*, I, 1939.

⁽⁵⁰⁾ COFFYN, A.: *La céramique excisée dans l'Ouest de la France. Sa diffusion en Espagne*, *XV Congreso Nacional de Arqueología*, Lugo, 1977, Zaragoza, 1979, p. 641.

⁽⁵¹⁾ SANTOS ROCHA, A.: *Estações Pre-romanas da Idade do Ferro nas visinhanças da Figueira*, *Portugalia*, II, 1904-1908, pp. 301-359, lám. XXX; VICTOR GUERRA, A. y VEIGA FERREIRA, O.: *Inventário das estações da Idade do Ferro nos arredores da Figueira da Foz*, *Actas do II Congresso Nacional de Arqueologia*, I, Coimbra, 1971, p. 300.

⁽⁵²⁾ MOUTINHO ALARCÃO, A.: *Cerâmiques préromaines*, *Fouilles de Conímbriga*, VI, 1976, lám. I, N.º 13-17.

⁽⁵⁴⁾ FLOREZ: *Memoria...*, citado, p. 18.

Además, a escasos kilómetros de distancia, río arriba, existían las explotaciones auríferas de El Cabrucal⁽⁵⁴⁾, bastante distintas por su configuración y escasa rentabilidad de la mayor parte de las romanas en el país, por lo que se ha supuesto que fueron explotadas por los indígenas, lo que sería un aliciente más para la existencia del castro.

Hemos aludido en otras ocasiones⁽⁵⁵⁾ a como el aspecto actual de Coaña define un estadio tardío de la cultura castreña asturiana, propio de una fase a caballo entre los siglos I-II p.C. Diversos factores de orden arquitectónico corroboran esta primera impresión, como la inclusión de molinos giratorios a manera de mampostería en los muros de alguna vivienda (por ejemplo la N.º 5, al Norte del Torreón), como la reestructuración de dos casas reunidas en una sola, siguiendo un tipo mixto y aberrante con dos puertas (casa N.º 38) o incluso como el testimonio de una vivienda circular arrasada para la construcción de la N.º 81 en la Acrópolis.

Si a ello añadimos la existencia de edificios con ángulos rectos, que albergaban barniz rojo pompeyano, caso del denominado Torreón, e incluso el hallazgo de desagües y canalizaciones, todo nos lleva a concluir el carácter tardío de lo que aparece excavado y a la vista en Coaña. El aspecto de las canalizaciones, que indudablemente es un rasgo de modernidad, es muy indicativo, por encontrarse tanto en las aceras que delimitan la calzada de acceso de carros (por cierto de una distancia entre ruedas de 1,40 m) como en el espacio común entre diferentes viviendas (las N.º 42, 43 y 58) o incluso en su interior (la N.º 38). Finalmente, también resulta aleccionador el sistema de cubrición del techo, que descarta el tradicionalmente atribuido, a partir de la famosa anaparástasis de García y Bellido⁽⁵⁶⁾, a base de materia perecedera. Las excavaciones de 1982 aportaron diversas losetas de pizarra con una perforación, que en algunos casos aun albergaban el clavo de hierro, que servía para fijarlas a la armazón de madera subyacente. Este hecho fue también comprobado a lo largo del mismo Curso en el Monte del Castro de Mohías, así como sabemos que igual ocurría en el Pico San Chuis y posiblemente en la Corona del Castro de Arancedo, por lo que podemos generalizar en el área occidental asturiana compuesta por pizarras de Luarca, que los tejados de lajas son los que están vigentes, al menos durante la fase romanizada de los castros.

Precisar más sobre las implicaciones cronológicas de la arquitectura de Coaña sería difícil hoy por hoy y no muy propio de los objetivos de este trabajo, pero intentaremos utilizar ciertos hallazgos romanos (que deben constituir los objetos representativos de la última fase de habitación) como término «ante quem» para definir la cronología de las construcciones previamente derruidas y reestructuradas, a la vez que como una clave para la interpretación del conjunto urbano.

Respecto a la numismática, en el denominado Barrio extramuros o Barrio Norte, en el interior de alguna de las viviendas N.º 42, 43 ó 48 sin mayores precisiones, se localizó la moneda atribuida al taller de Carisio y cuya cronología oscilaría entre el 27/23 a.C. De este mismo barrio, aunque de la vivienda oblonga N.º 3, procede un as de bronce de Tiberio que se encontró en 1940-1941 entre los muros derrumbados, junto con una cadenita de bronce y una hebilla anular en omega⁽⁵⁷⁾. También de una vivienda cercana a las fortificaciones y con materiales revueltos, a juzgar por la localización de parte de un cuenco de costillas con técnica de «millefiori», provenía una moneda de Quintilo⁽⁵⁸⁾, cuya circulación en la zona puede situarse sobre el 274 p.C.

Por último y al margen de las tres monedas más de Augusto que menciona el mismo Flórez y que debieron localizarse igualmente en el Barrio Norte, sólo quedan como de procedencia indeterminada un denario forrado de C. y L. Cesar⁽⁵⁹⁾ y un sestercio de Claudio hoy desaparecido. En contrapartida, la moneda más antigua de Coaña, un denario de M. Acilio Glabrio del 54 a.C. se descubrió en las proximidades del horno rectangular⁽⁶⁰⁾ entre los escombros caídos al parecer de la plataforma superior, esto es de las proximidades de la casa N.º 81.

En cuanto a las sigillatas, en la casa circular N.º 7 se descubrió una Drag. 29 gálica del taller de IUCUNDUS, con el tema del «nautilus» que está en auge entre Tiberio y Claudio, con perduraciones durante Nerón. Teniendo en cuenta que IUCUNDUS actúa bajo Nerón y los flavios, pensamos que la coincidencia de fabricante y tema nos lleva a los años 54-68 p.C.⁽⁶¹⁾.

⁽⁵⁴⁾ SAEZ RIDRUEJO, C. y VELEZ GONZALEZ, J.: *La minería primitiva del oro en el Noroeste de España*, Madrid, 1974, pp. 125-127.

⁽⁵⁵⁾ Sobre aspectos concretos de la arquitectura de Coaña hemos expuesto algunos datos en: MAYA: *La cultura castreña asturiana*: De..., citado, pp. 26-29.

⁽⁵⁶⁾ GARCIA Y BELLIDO: *El castro de Coaña (Asturias) Nuevas...*, citado, fig. 2.

⁽⁵⁷⁾ URÍA: *Excavaciones...*, citado, p. 27 de la separata.

⁽⁵⁸⁾ GARCIA Y BELLIDO: *El castro de Coaña (Asturias) Nuevas...*, citado, p. 222; GARCIA Y BELLIDO: *El castro de Coaña (Asturias) y...*, citado, p. 221.

⁽⁵⁹⁾ Esta procedencia constaba en una caja del M.A.P.O. que albergaba además un anillo en espiral de bronce y la sigillata estampada con la marca IULLUS.

⁽⁶⁰⁾ GARCIA Y BELLIDO: *El castro de Coaña (Asturias) Nuevas...*, citado, p. 225.

⁽⁶¹⁾ OSWALD, F. y PRYCE, T. D.: *An Introduction to the Study of Terra Sigillata Treated from a Chronological Standpoint*, Londres, 1920, p. 72 para el tema del Nautilus y su cronología y p. 81 para el alfarero.

De la casa oblonga N.º 28 proviene una sigillata hispánica, forma Drag. 29, con metopas incluyendo pájaros y que remite esencialmente al 50-70 p.C. Cronología también temprana poseen otras piezas sin localización concreta dentro del Barrio Norte, como una gálica Ritt. 9 de elaboración pre-flavia o una base con estampilla IULLUS, perteneciente a un alfarero de Montans con fabricaciones entre Nerón y Trajano (62).

La cerámica de paredes finas está escasamente representada, destacando parte de una taza de paredes arenosas, con engobe lechoso, que propugna una cronología temprana, Tiberio-Claudio. Procede del sector de la habitación N.º 37, de donde proviene también una boca de ánfora Dressel 2-3. A otro fragmento de paredes finas aludiremos al tratar las cerámicas de la Acrópolis.

Para concluir con esta revisión de materiales antiguos del Barrio aludiremos a parte de un cuenco de costillas con vidrio-mosaico, que debe fijarse en el siglo I y quizás antes de época flavia (63).

El resto de las producciones de este sector son fechables ya en un momento más avanzado que, con ciertas excepciones que comentaremos después, nos remiten a época flavio-trajana, como algunas producciones gálicas ya aludidas (estampilla de IULLUS, por ejemplo). En general corresponden a producciones hispánicas, en algunos casos más antiguas, como Drag. 29 y 30, y en otros más evolucionadas, como las Drag. 37 de borde almendrado, algunas Ritt. 8 y Drag. 37 de borde normal.

En el área «Sacra», según la denominación de Jordá, es decir el sector de hornos, la cronología romana queda asegurada por las excavaciones de 1959-1961, las cuales, aunque pobres dieron algunos restos de sigillatas inclasificables y un pivote de ánfora.

Por último, intramuros de la Acrópolis solo se cuenta con los materiales de las dos habitaciones. De la N.º 80, situada a unos 0,70 m de la muralla y con una estratigrafía que incluía dos niveles de carbones y cenizas, posiblemente de dos hogares, provenía parte de una base de cerámica de paredes finas, correspondiente a un cubilete equivalente a los de San Chuis y cuya cronología se inicia a mediados del siglo I. p.C. También estaban presentes en esa zona platos de barniz rojo pompeyano, como los frecuentes en el Barrio Norte, fragmentos de sigillata gálica e hispánica y un asa de ánfora.

Respecto a la gran habitación rectangular, pudimos constatar que había sido objeto de una excavación antigua, pues no consta en los planos de Flórez ni de Uría y García y Bellido ni fue por supuesto excavada por Jordá.

La excavación demostró que la habían vaciado hasta casi la roca, depositando el sedimento interior al lado de los muros, en especial el Sudeste, con lo que se formó una estratigrafía inversa, compuesta por un suelo antiguo, el relleno habitacional y un suelo más moderno. Como consecuencia los hallazgos fueron escasos, incluyendo un plato a torno de paredes altas y decoración interior en retícula bruñida y un fragmento de una gálica, forma Drag. 15/17, que podría situarse en el siglo I p.C.

Posiblemente de esta casa o de sus alrededores procedería la moneda de Glabrio, tal y como sugirieron los excavadores anteriores.

Para terminar con los aspectos cronológicos, debemos aludir a ciertas piezas que se apartan del ámbito de fechación general. Ya mencionamos la moneda de Quintilo y habría que añadir un cuenco de sigillata gris paleocristiana, que suponemos no puede ser anterior al final del siglo IV, por lo que una fecha del V p.C. o después parece más conveniente. Un fragmento de una tinaja de superficie gris, sonido metálico e incisiones oblicuas en el cuello, debe ser incluso más tardío por su aspecto altomedieval (64).

Como conclusiones históricas generales puede trazarse el siguiente panorama. La existencia del borde de cerámica púnica, a la espera de que otros hallazgos perfilen su cronología con precisión, podría retrotraerse a los siglos VI-V a.C. a juzgar por la fecha de su uso en el mundo andaluz y en los

(62) OSWALD, H. B.: *Index of Potters' Stamps on Terra Sigillata*, East Brinhford, 1931, p. 153; OSWALD y PRYCE: *An Introduction...*, citado, p. 82.

(63) GARCIA Y BELLIDO: El castro de Coaña (Asturias) y..., citado, p. 211; GARCIA Y BELLIDO y URÍA: *Avance...*, citado, p. 27 de la separata.

(64) MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, fig. 7 para la sigillata gris y fig. 9 para una pieza similar a la de Coaña en Penda.

Nuestra revisión de los materiales del Dr. García y Bellido nos llevó hasta un artículo inacabado e inédito, en el que se ofrecía un nuevo testimonio de la fase tardorromana de Coaña. Nos referimos a: GARCIA Y BELLIDO, A: *Puñal romano de Lancia de la Hispanic Society of America*.

Desgraciadamente el estudio se centra en la pieza leonesa, de una gran calidad, y se interrumpe al llegar al ejemplar de Coaña, del que llegó a hacer un dibujo a lápiz a tamaño natural.

Se trata de una pieza de hierro, bastante deteriorada en el tercio próximo a la punta, con espiga para la empuñadura de unos cuatro centímetros de longitud y con una incurvación característica en la base, como en los puñales tipo Simancas.

Esta sorprendente arma, de unos diez y nueve centímetros de longitud total y con abundantes paralelos en la Meseta en torno a los siglos IV-V p.C. fue hallada en la escombrera de la vertiente oriental (que sabemos se hizo extramuros), y hoy su paradero es desconocido.

Su importancia reside en su cronología, paralelizable con el cuenco de sigillata gris paleocristiana ya aludido, que podría confirmar un uso subsidiario del castro sobre el siglo V, quizás mediante algún enterramiento.

Aprovechamos la ocasión para agradecer a la viuda del Dr. García y Bellido, Dña. Carmen García de Diego y a su hija M.ª Paz, la gentileza de permitirnos disponer de estos datos.

asentamientos portugueses. Desgraciadamente al no haber sido valorado en su momento, como ocurrió con otras muchas piezas de Coaña, no puede discernirse qué sentido tiene su aparición en el recinto castreño y a que materiales indígenas se vincularía ⁽⁶⁵⁾.

La fase inmediatamente anterior al poblado excavado, cuya cronología se centra en el siglo I p.C. y quizás en el II debe ser exponente del mundo indígena próximo a la romanización, al cual se vincularían algunas de las cerámicas castreñas, diversas fibulas y las construcciones antiguas que fueron modificadas más tarde, como ocurre con los fundamentos de la casa redonda de la Acrópolis. No hay datos estratigráficos que nos permitan fijar el carácter estrictamente prerromano o de contacto con lo romano de este periodo y, en concreto, nos referimos a las construcciones de algunas viviendas concretas ya citadas que pueden reflejar una escasa diferencia temporal.

La etapa mejor representada en Coaña es sin lugar a dudas la romana del siglo I, al que hay que atribuir la mayor parte de los hallazgos y del urbanismo visible. Por esas fechas el castro cuenta con la Acrópolis y el Barrio Norte, como posiblemente debía ocurrir en la etapa anterior y ambos barrios no parecen haber seguido la evolución propuesta por García y Bellido y Uría, puesto que las cronologías del Barrio Norte son más antiguas en lo que conocemos, lo que impide adjudicar su construcción a la presión demográfica tardía. Si algún proceso de crecimiento se dió, modificando la estructura primitiva, ese debió ser a la inversa, con expansiones hacia la Acrópolis y ni siquiera creemos esa posibilidad, porque ya hemos visto como allí también se dieron replanteamientos urbanísticos, que sugieren una tradición de habitabilidad.

A juzgar por los materiales, la romanización penetró rápidamente y el poder adquisitivo de los habitantes ha de ser elevado, ya que en la etapa pre-flavia hay productos de importación de calidad. También dentro del periodo flavio prosigue la utilización intensiva del asentamiento, que es difícilmente detectable más allá de las dos primeras décadas del siglo II p.C.

Más tarde, no hay elementos materiales que justifiquen la perduración durante el siglo II avanzado y los III y IV, puesto que salvo una Drag. 37 de borde normal y algunas Ritt. 8 no hay formas de sigillata que apoyen una cronología avanzada, como serían las Drag. 37 tardías o diversas variantes de sigillata clara. Únicamente la moneda de Quintilo alude en teoría a los finales del siglo III y quizás a más tardiamente, por la posibilidad de que ante un monetario escaso persistiesen las acuñaciones antiguas. Por su situación fuera de estratigrafía en una construcción arruinada la pieza representa un enigma que se repite en algunos otros casos de castros de la región.

La sigillata gris y la cerámica con incisiones oblicuas sugieren algún tipo de uso subsidiario y tardío del castro, lo que parece verificarse también en Pencia a fines de la Edad Antigua y época altomedieval, sin que se puede saber si hubo algún aprovechamiento de las ruinas para habitación, enterramiento, ocultaciones, etc.

7. EL MONTE DEL CASTRO DE MOHIAS:

El Monte del Castro fue reconocido por García y Bellido y Uría Rúa en 1939, pero su excavación es mucho más reciente, puesto que las primeras campañas fueron realizadas entre 1968 y 1970 por J. Martínez y J. Junceda y entre 1971-1972 por E. Olábarri. Recientemente, en 1982, durante el Curso Práctico de Arqueología Protohistórica, organizado por la Extensión Universitaria de Oviedo los profesores F. Jordá y F. J. González-Tablas efectuaron una estratigrafía ⁽⁶⁶⁾.

El yacimiento se asienta sobre una leve colina con estructura pizarrosa, protegida por el Norte y Oeste por el arroyo de Jarrio y defendida de Nordeste a Sudoeste por la excavación en la roca viva de tres fosos consecutivos y concéntricos, de los que el más interior, limpio parcialmente tras las investigaciones, permite ver al Sudeste un perfil en V, colmatado parcialmente por los sedimentos. Entre ellos y el recinto es posible la erección de una muralla, que a simple vista no queda bien definida.

Las construcciones excavadas, que en estos momentos son unas diez y siete aproximadamente, son preferentemente oblongas o cuadrangulares, y se agrupan formando una calle en dirección SO/N.E.

⁽⁶⁵⁾ Sería muy orientativo el que se aclarasen las supuestas apariciones de cerámica púnica de Santa Tecla, con lo que tendríamos un paso más para la justificación de Coaña. Sobre esa posibilidad: BALIL, A.: Galicia y el comercio atlántico en época romana, *Actas do II Congreso Nacional de Arqueología*, Coimbra, 1971, II, p. 343.

⁽⁶⁶⁾ MARTINEZ FERNANDEZ, J. y JUNCEDA AVELLO, M. J.: Descubrimiento del Castro de Mohías. Primeras excavaciones y primeros hallazgos, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 63, 1968, pp. 185-200; MARTINEZ FERNANDEZ, J. y JUNCEDA AVELLO, J. M.: El Castro de Mohías (Coaña), *Zephyrus*, XIX-XX, 1968, pp. 178-181; MARTINEZ, J. y AVELLO, J. M.: *Ensayo biológico sobre los hombres y los pueblos de la Asturias primitiva*, Oviedo, 1969; MARTINEZ FERNANDEZ, J.: Castro de Mohías. Nuevos hallazgos y descubrimientos, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 69, 1970, pp. 125-140; MARTINEZ FERNANDEZ, J.: Resultado de una investigación geocronológica, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 73, 1971, pp. 355-356.

Es el único castro cuyos materiales no hemos estudiado directamente (a excepción de los localizados en 1982), por no haber ingresado todavía en el Museo de Oviedo en la fecha de nuestro inicial estudio de síntesis.

De las primeras publicaciones se reconoce una sigillata sudgálica, forma Drag. 29 y una pieza identificable por la fotografía que Fernández-Ochoa define como una Drag. 40⁽⁶⁷⁾. Además, una fíbula de charnela de tipo Aucissa, con el pie dividido para recibir un esmalte o un coral.

La publicación posterior de los materiales más representativos, incluyendo sigillatas gálicas Drag. 29 y 35, así como hispánicas 15/17 de tipo antiguo, Drag. 29, 35 y diversas 37, remiten esencialmente a época flavio-trajana, al igual que una Drag. 37 de borde almadrado localizada en 1982. Constituye una excepción la forma Drag. 40, cuyo inicio en el siglo II culmina en la segunda mitad de esa centuria⁽⁶⁸⁾, por lo que en principio resulta algo disonante o representa un último momento de habitación.

A estos datos arqueológicos deben sumarse tres fechaciones radiocarbónicas, de las que la más moderna ya fue dada a conocer hace años⁽⁶⁹⁾. Se trata del 1380 ± 100 B.P o lo que es lo mismo 570 p.C. siendo obtenida en la vivienda C-1, a partir de carbón vegetal en 1971.

Las otras dos fueron remitidas por el Dr. Jesús Martínez Fernández al Instituto Rocasolano y corresponden a 1973, consistiendo respectivamente en 2050 B.P, esto es el 100 a.C. y en 1870 B.P, por tanto 80 p.C. Pertenecen respectivamente a carbón vegetal y al maxilar superior de un rumiante de pequeña talla.^(69-B)

La datación más antigua, del 100 a.C. sugiere un hipotético habitat castreño prerromano, sobre el que no podemos teorizar, puesto que desconocemos el lugar de la toma de la muestra, que en todo caso no encaja excesivamente con las habitaciones ya excavadas, cuya edificación romana nos parece difícilmente discutible. Mucho más interesante es la fecha del 80 p.C. que nos sitúa en época flavia, de igual modo que gran parte de las sigillatas conocidas.

Por último, la datación del 570 es desconcertante o incluso disparatada si no existen unas condiciones de depósito secundario que la expliquen, ya que no hay material arqueológico que pueda atribuirse a esa centuria y por tanto nada justifica la persistencia del castro en los inicios de la Edad Media.

Perfilando ya las conclusiones, una datación cruzada, a partir de la organización arquitectónicas, técnicas constructivas, materiales arqueológicos y cronologías absolutas, centra la habitabilidad de Mohías entre el 50-115 aproximadamente, aunque algunas Drag. 37 pudieron corresponder al siglo II, con lo que la Drag. 40 no sería ya disonante y el periodo final de habitabilidad alcanzaría al menos a mediados de esa centuria.

La existencia de un asentamiento prerromano y la persistencia durante el final del siglo VI p.C. son dudosas y improbables respectivamente.

8. LA CORONA DEL CASTRO DE ARANCEDO:

La Corona del Castro de Arancedo es un yacimiento bien conocido por diversos hallazgos, pero que no ha sido objeto de ningún estudio monográfico, a pesar de ser de los pocos ejemplos asturianos con excavaciones de cierta extensión y de conocerse desde el siglo XVIII⁽⁷⁰⁾.

Su mención en la bibliografía se debe al descubrimiento de ciertos conjuntos de monedas romanas pertenecientes a Augusto y Tiberio, que motivaron después su excavación en 1947⁽⁷¹⁾ y más tarde una campaña sistemática por parte del profesor Jordá en 1954.

El castro es elíptico, de superficie superior amesetada y al parecer con algún vestigio constructivo, pero las viviendas descubiertas se encuentran en su periferia, conociéndose dos conjuntos: el meridional y el septentrional.

En el Sur sólo tenemos referencias de tres construcciones, una de ellas circular y las otras dos, afrontadas, rectangular y oblonga respectivamente, con subdivisiones internas y materiales que indican su pertenencia a la fase romanizada.

Es precisamente en esta zona, en el pequeño espacio entre la habitación oblonga (S.H.1) y la circular (S.H.3) donde se descubrió el tesoro de denarios de plata, del que catorce piezas fueron localizadas por

(67) MARTINEZ: Castro..., citado, fig. 35.

(68) FERNANDEZ OCHOA, C.: *Asturias en la época romana*, Madrid, 1982, p. 130, fig. 21, N.º 1.

(69) MARTINEZ: Resultado..., citado, pp. 355-356; ALMAGRO GORBEA, M.: C. 14, 1972. Nuevas fechas para la Prehistoria y Arqueología peninsular, *Trabajos de Prehistoria*, 29, 1972, p. 234. En él se hace una corrección a la publicación de Martínez.

(69-B) *Catálogo de yacimientos arqueológicos con datación mediante carbono-14 de la Península Ibérica e Islas Baleares y Canarias*, Instituto Español de Prehistoria y Departamento de Prehistoria de la Universidad Complutense, Madrid, 1978.

(70) MADDOZ, P.: *Diccionario Geográfico-Estadístico-Histórico de España y sus posesiones de Ultramar*, Madrid, 1847, p. 418.

(71) SANCHEZ DEL VALLE, J.: *Información sobre la citania celta descubierta en Arancedo (La Caridad)*. Informe enviado al Dr. Jordá en fecha no indicada, pero próxima a 1950, que se conserva inédito.

los hermanos Sánchez del Valle, completándose con un numeroso conjunto del que únicamente veintinueve pudieron salvarse para el Museo de Oviedo (72).

De las primeras catorce, en la actualidad se conservan diez, siendo necesario advertir que uno de los tipos no fue revisado en la publicación de Fernández Buelta (73), precisamente el único que conserva datos precisos de fechación intrínseca. Se trata de un denario de Tiberio de 18 mm. de módulo, con anverso de cabeza laureada de emperador a la derecha y leyenda TI. CAESAR DIVI AUG. F. AUGUSTUS. El reverso posee una cuadriga y la leyenda TR. POT. XVII, así como IMP. VII en el exergo, lo que nos lleva al año 14 p.C.

En el sector Norte fueron excavadas cinco viviendas y algunos muros de contención de tierras. Una de ellas es completamente rectangular (H.2) y por tanto de cronología avanzada, como demuestran sus materiales. Igual ocurre con la H.5, donde una hebilla anular en omega y un asa de ánfora vuelven a aludir al carácter evolucionado del conjunto.

Pasaremos revista ahora brevemente a los materiales más significativos de la excavación de Jordá.

En primer lugar señalaremos la aparición en las habitaciones S.H.1 y S.H.2 de sendos fragmentos de cuencos de costillas en vidrio verdoso (74), cuyo predominio se da entre Claudio y Nerón, lo que nos sitúa a mediados de la centuria (75), proporcionándonos además un testimonio del comercio en el Noroeste peninsular donde son abundantísimos. Los conocemos en Iuliobriga (Santander) (76), en el castro de Vigo (Pontevedra) (77), en la Corona de Quintanilla de León (78) y en frecuentes yacimientos del Norte de Portugal, donde su aparición en Briteiros, Retorta, Almeirim, Joubreia, Bagunte, Fiães, Conimbriga y Aljustrel (79), contrasta con su escasez al Sur del país.

Los hallazgos de sigillata gálica incluyen Drag. 24/25, una de ellas con decoración a ruedecilla, frecuente en época pre-flavia; Drag. 29 moldurada y con tema de roleos y Drag. 15/17.

La hispánica se compone esencialmente de una Drag. 27 de lóbulo superior corto y «sigillum» de COSI, posiblemente de la segunda mitad del I p.C.; una Drag. 37 del estilo de imitación y una Drag. 15/17 de carácter evolucionado, que puede corresponder ya al siglo II.

Respecto a la cerámica de paredes finas solo hemos identificado parte de un labio de un cubilete de hombro abombado, pasta anaranjado-rojiza y escasos restos de engobe un poco más oscuro que la pasta. Sus paralelos están en Huernña a partir de la segunda mitad del siglo I p.C. hasta finales del II p.C.

También han aparecido algunas ánforas, de las que únicamente han podido identificarse dos formas. Por una parte un tipo I de Beltrán correspondiente al siglo I y destinada a salazones de la Bética y un tipo V de Beltrán (Dressel 20) en circulación a lo largo de las dos primeras centurias de la Era (80).

Como complemento existen los inevitables platos de barniz rojo pompeyano, cuya cronología no aporta nada nuevo a lo anterior y diversas cerámicas indígenas con temas estampados de sogueado, decoraciones de líneas bruñidas y tinajitas de borde exvasado para almacenamiento.

En resumen, todo parece indicar que el castro es una erección de época romana y al menos sabemos que las edificaciones excavadas corresponden a esa fase del siglo I, sin que el hallazgo de cerámica indígena, asociada a la clásica, pueda inducirnos a pensar en una fase anterior. La fecha inicial se sigue al menos desde época de Tiberio hasta época flavia y posiblemente algo después, ya que no existen materiales que justifiquen una persistencia mucho más allá de las primeras décadas del siglo II.

Con toda probabilidad la existencia de la Corona del Castro de Aracedo estuvo íntimamente vinculada a las explotaciones auríferas próximas de la Andina (81), que distan escasos dos kilómetros y con las que conecta a través del Regueiro da Vega del Torno, que pasa al pie del poblado.

(72) BOUZA BREY, F.: Noticias históricas de la villa de La Caridad y otras cédulas del occidente astur, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 48, 1963, p. 46.

(73) FERNANDEZ BUELTA, J. M.: El castro de Aracedo, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 10, 1950, p. 187.

(74) MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, fig. 8.

(75) ISINGS, C.: *Roman Glass from Dated Finds*, Groningen, 1957, pp. 17-21.

(76) GARCIA Y BELLIDO, A.; FERNANDEZ DE AVILES, A.; MONTEAGUDO, L y VIGIL, P.: Excavaciones en Iuliobriga y exploraciones en Cantabria (Campanas de 1953 a 1956), *Archivo Español de Arqueología*, 93-94, 1957, pp. 163-164 y fig. 50-2.

(77) HIDALGO CUÑARRO, J. M.: *Excavaciones arqueológicas en el Castro de Vigo*, (Publicaciones del Museo Municipal «Quiñones de León» Castrelos, n.º 6), Vigo, 1983, p. 40.

(78) DOMERGUE, C. y SILLIERES, P.: *Minas de oro romanas de la provincia de León*, I, (Excavaciones Arqueológicas en España, 93), 1977, p. 111.

(79) ALARCAO, J.: *Verres, Fouilles de Conimbriga*, VI, 1976, p. 159; ALARCAO, J.: Vidros romanos do Museu de «Martins Sarmento», *Guimarães*, LXXIII, 1963, pp. 188-189 y 197-200.

(80) MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, fig. 11.

(81) SAUNIER, L.: Investigación acerca de las antiguas explotaciones de oro en España, *Boletín de la Comisión de Monumentos de Orense*, IV, 76, 1910, pp. 101-102; FERNANDEZ Y FERNANDEZ, M.: El Franco y su concejo, (Biblioteca Popular Asturiana, I), Lueca, 1898, p. 33; ARAMBURU Y ZULOAGA, F.: *Monografía de Asturias*, Oviedo, 1899, p. 28.

9. LA CAMPA TORRES (GIJÓN):

La Campa Torres es el nombre de una península al Noroeste de Gijón, sobre la que se apoya el puerto de El Musel. Constituye una superficie subrectangular con un eje longitudinal desde la muralla de unos 550 m. y una prolongación al Nordeste en forma de dos apéndices principales.

Se separa del resto de tierra firme por una base elevada, estribación del Monte Areo, que culmina en los 122,5 m. complementando esa defensa natural con una muralla a la que preceden dos fosos, hoy muy deformados, que cortaban todo el istmo. Tras esa zona elevada sigue una amplia llanada o «campa» horizontal, con una altitud media de 100 m. sobre el nivel del mar. El resto del yacimiento se defiende naturalmente, a causa de los acantilados a pico, que le hacen prácticamente inexpugnable, y a su pie, por Occidente, se encuentra la ría de Aboño hoy completamente modificada por las construcciones de ENSIDESA, pero con penetración hasta San Andrés de los Tacones hasta fechas relativamente recientes. Al poseer un mayor calado se convertía en la vía natural de enlace del comercio marítimo, vinculándose con la tradicional calzada romana que llevaba a Lucus Asturum.

La Campa Torres es conocida desde el siglo XVI como lugar de procedencia de una poco común lápida dedicada a Augusto, con «damnatio memoriae» y fecha sobre los años 9-10 p.C. ⁽⁸²⁾, que tradicionalmente ha sido considerada como una de las denominadas Aras Sestianas por los autores clásicos.

Además, siguiendo las instrucciones de Jovellanos se excavó en la Campa en 1783 a fin de localizar el asentamiento inicial de las lápidas, poniéndose al descubierto dos construcciones de época romana ⁽⁸³⁾.

Más tarde, en el siglo pasado, se alude al descubrimiento de áureos y denarios de Agrippa, Augusto y Tiberio, con lo que se corroboraría la fecha entre el 20 a.C. y el 37 p.C. que venía a sumarse a la datación epigráfica ⁽⁸⁴⁾.

Con posterioridad, el poblado pasó por una etapa de olvido, hasta que en 1972, el profesor J. M. González reconoció su superficie y tras la localización de «tegula» romana lo incluyó en su catalogación de castros ⁽⁸⁵⁾.

Años más tarde, en 1978 emprendimos con J. Bellón la excavación de cuatro sectores, dos de ellos en la zona alta, que resultaron infructuosos (sectores 2 y 3) y otros dos en la llanada (sectores 1 y 4), que proporcionaron material arqueológico de época romana. Durante los veranos de 1982 y 1983 proseguimos individualmente el trabajo de campo, ampliando el sector que había resultado más fructífero (sector 1), por ofrecer restos de viviendas y abriendo a su lado un nuevo sector de 72 metros cuadrados.

El sector 1 proporcionó una habitación cuadrangular de muros bien realizados con cuarcita y algunas margas del terreno y con un suelo artificial, de cantos rodados compactados con arcilla. A su lado una segunda habitación, de dimensiones parecidas, presentaba un doble muro en una de sus fachadas. El edificio debió ser abandonado tras la retirada sistemática del material aprovechable y así, la techumbre a base de «tegulae» y los muros se derrumbaron, sellando un nivel de escaso material arqueológico, a diferencia de lo que ocurrió en el exterior de las casas, donde cerámicas y otros objetos fueron más abundantes, descubriéndose incluso los restos de un horno de fundición de bronce excavado en el terreno virgen.

No pudo individualizarse por el momento ningún nivel prerromano, remitiendo las sigillatas hispánicas a una cronología de avanzado el siglo I, muy posiblemente época flavia. Sin embargo, curiosamente, en dos lugares distintos de ese nivel y a ambos exteriores de la vivienda, se descubrieron sendos fragmentos de barniz negro a todas luces fuera de contexto.

Los hallazgos más significativos son alguna sigillata gálica, incluyendo una Drag. 15/17 y diversas hispánicas tipos Drag. 29, 27 con baquetón, Ritt. 8 y Drag. 37 del estilo de círculos. También dos pedacitos correspondientes a una vasija vidriada de tono verde externo y melado interno, y diversos platos de barniz rojo pompeyano. Todo ello nos sitúa entre mediados del siglo I y el periodo flavio-trajano.

Finalmente, el sector 5 está compuesto en su mayor parte por una zona exterior a casas, aunque incluya una especie de construcción circular de escasa consistencia y con un hogar central y un pozo de abastecimiento de aguas (Fig. 4). Los restos de casas derrumbadas del sector 1 cubren parcialmente el estrato más moderno de la zona, garantizando su antigüedad. Bajo éste, existe otro nivel más antiguo y abundante en piezas, en el que nuevamente podemos aproximar una fecha basada en las sigillatas gálicas, como una Ritt. 12 de alerón recto, fabricada entre el 41-79 y una forma Drag. 27 con estampilla de IULUS, pasta amarillenta y labio moldurado, que debe corresponder a un taller de Montans, cuya actividad se centra en época flavia.

⁽⁸²⁾ DIEGO SANTOS, F.: *Epigrafía romana de Asturias*, Oviedo, 1959, pp. 47-52.

⁽⁸³⁾ El arquitecto Manuel Reguera González emitió un escrito o «Representación» a Jovellanos, cuya copia se ha conservado hasta nuestros días y en el que se dibujaron las plantas de los dos edificios excavados.

⁽⁸⁴⁾ SOMOZA, J.: *Gijón en la Historia General de Asturias*, Oviedo, 1908, p. 348.

⁽⁸⁵⁾ GONZALEZ Y FERNANDEZ VALLES, J. M.: Castros asturianos del sector lucense y otros no catalogados, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, XXVIII, 85, 1973, p. 147.

Respecto a la sigillata hispánica, abundan las Drag. 29 y están presentes las Drag. 36 con hojas de agua, muy corrientes en el tercer cuarto del siglo I p.C., así como alguna Drag. 24/25 con ruedecilla. Las piezas más modernas corresponden a una Ritt. 8 de borde reentrante y por tanto antiguo, quizás flavio y fragmentos de Drag. 37 con borde almadrado flavio-trajanos.

El dato urbanístico más interesante de esta zona fue el hallazgo de un pozo, con un acceso por un corredor con muros de piedra, al que se descende mediante catorce escalones hasta alcanzar la perforación subcircular, igualmente forrada con buena mampostería. Esta llega hasta un anillo lítico preparado expresamente, que sobresale abrazando un suelo semicircular, formado por cantos rodados cimentados naturalmente con arena, probablemente de formación cuaternaria ⁽⁸⁶⁾, que filtran las aguas de un manantial.

El pozo había sido cegado completamente por sedimentos, incluyendo restos de animales, piedras de molino y abundante sigillata, entre la que lo más significativo era un borde Drag. 37, almadrado y del estilo de metopas, procedente de la zona más alta. Al ser limpiado comenzó a manar nuevamente hasta cubrir los primeros escalones y, tras ser dragado, al día siguiente había conseguido recuperar nuevamente el nivel inicial.

El problema del abastecimiento de agua fue resuelto de modos diversos en la cultura castreña, conociéndose la captación de un manantial y su protección con murallas en el Castiechu la Carisa (Lena) o la existencia de un pozo y redes de canalización en Coaña, pero el ejemplo más similar al de la Campa desde el punto de vista técnico, aunque no del todo desde el morfológico es el del castro de Elviña (La Coruña), con un pozo cuadrado y doble escalinata de acceso, en una fecha no más tardía que época de Tiberio ⁽⁸⁷⁾.

En la Campa Torres la existencia de estos pozos debió ser vital, puesto que, al parecer, toda la llanura en unos 200 por 300 m. de lado debió estar cubierta por viviendas, por lo que no sería de extrañar que existiesen otros. Respecto a su cronología, al haber sido cegado con materiales flavio-trajanos, habría que pensar que ya debía estar en uso a principios del siglo I o como mínimo a mediados.

Como panorama general desde el punto de vista histórico, la Campa Torres es un lugar excepcional por su importancia en el ámbito castreño asturiano. Sus elementos más antiguos son tres fragmentos de cerámica de barniz negro, puesto que a los ya citados del sector 1.º hay que añadir un trocito de plato, proveniente de las proximidades del pozo, en el estrato de la segunda mitad del siglo I.

Estas piezas constituyen un interesante enigma de la protohistoria asturiana y por ello, consideramos inevitable dedicarles unas líneas para explicar el estado de la cuestión que plantean. Las tres han aparecido en zonas externas a construcciones, con abundante sigillata y otras cerámicas romanas que corresponden a una cronología propia de la segunda mitad del siglo I p.C. lo que obliga necesariamente a considerarlas como piezas desplazadas de sus depósitos originales, más cuando incluso una de ellas fue descubierta en uno de los escasos sectores investigados hasta la roca madre.

Por otra parte, pertenecen a tres vasijas distintas, a juzgar por las pastas y el grosor de las paredes, lo que impide considerarlas como un hallazgo puramente fortuito y sin importancia a la hora de la interpretación.

Además, sus características contribuyen a dificultar el análisis de estos materiales, puesto que uno de los fragmentos es menor de un centímetro, mientras que de los otros dos solo uno permite observar parte de un perfil muy bajo y moldurado, sin paralelos conocidos (el del sector 1.º) y el otro (sector 5.º) corresponde a un trozo de cuerpo sin mayores indicaciones.

Ante nuestras dificultades para resolver el problema, hemos recurrido a la consulta de conocidos especialistas en las cerámicas de barniz negro ⁽⁸⁸⁾, que han coincidido independientemente en el carácter único de los fragmentos, que impide fijar su fechación. Así, solamente podemos afirmar la no pertenencia de las piezas a los grupos campaniense A y B «sensu stricto» y en el aspecto de mayor antigüedad de la pieza moldurada del sector 1.º, cuya pasta rosada recuerda producciones de tipo ático o inmediatamente anteriores a la campaniense A.

Es difícil teorizar en estas circunstancias, pero la aparición de parte de esas tres vasijas no puede deberse a meras cuestiones de azar y en espera de que la ampliación del terreno excavado nos ofrezca más datos, hemos de suponer la posibilidad de que en alguna parte de su perímetro exista un nivel prerromano, al cual atribuir estas cerámicas, que hoy por hoy son los únicos casos de su género en Asturias.

Para justificar su aparición creemos que no queda más remedio que volver a valorar la ruta marítima, con una difusión de cabotaje, que debió ser frecuentada desde fechas bastante antiguas y probablemente

⁽⁸⁶⁾ VIRGILI, C.; MARY, G.; SUAREZ VEGA, L. C. y BRELL, J. M.: Depósitos marinos del Cuaternario antiguo(?) sobre la cuarcita americana del Cabo Torres (Gijón), *Breviora Geológica Asturica*, XII, 2, 1968, pp. 4-7.

⁽⁸⁷⁾ LUENGO, J. M.: Noticia sobre las excavaciones del castro de Elviña (La Coruña), *Noticario Arqueológico Hispánico*, III-IV, 954-1955, pp. 92-94, lám. XC.

⁽⁸⁸⁾ Agradecemos desde aquí a los investigadores de las cerámicas de barniz negro J. P. Morel, G. Trías y J. Barberá su amabilidad al revisar las piezas de la Campa Torres y orientarnos con sus opiniones.

de la mano del comercio púnico. En este sentido los últimos años han proporcionado interesantes ejemplos de cerámica de tradición púnica, ya comentados, y a ellos viene a sumarse toda una serie de hallazgos puntuales de barniz negro, que cubren un comercio extendido por toda la fachada atlántica entre los cuatro siglos anteriores a la Era, como mínimo.

Así explicaríamos la mayor parte de los hallazgos de cerámica ática, desde Conimbriga ⁽⁸⁹⁾, Romariz (Vila da Feira) ⁽⁹⁰⁾, Castelo de Faria (Barcelos) ⁽⁹¹⁾ y Facha (Ponte de Lima) ⁽⁹²⁾ hasta Castromao (Orense) ⁽⁹³⁾, Fozara (Pontevedra) ⁽⁹⁴⁾ y Elviña (La Coruña) ⁽⁹⁵⁾.

La continuidad de este tráfico iniciado con las producciones anteriores, la proporcionarían los descubrimientos de cerámica campaniense que nuevamente insisten en localizaciones preferentemente marítimas: Conimbriga ⁽⁹⁶⁾, Coto da Pena en Caminha ⁽⁹⁷⁾, Santa Luzía en Viana do Castelo ⁽⁹⁸⁾, Santa Tecla en Pontevedra ⁽⁹⁹⁾, La Lanzada en la misma provincia ⁽¹⁰⁰⁾ y Catoira y Faro de La Coruña ⁽¹⁰¹⁾.

Vista la Campa Torres dentro de ese contexto su valor es el de testimonio de la continuidad de esa ruta marítima ya en el Cantábrico centro-occidental en un momento aun impreciso, pero posiblemente a caballo de la cronología de ambos productos y con toda seguridad al menos en los siglos II-I a.C.

El segundo grupo de indicadores cronológicos nos remite ya a inicios de la romanización y en concreto, a partir de los primeros años de la Era, si consideramos la erección de la lápida a Augusto. A este momento corresponderían igualmente los hallazgos monetarios, de los que no se conoce el punto preciso de extracción, que comprenden las acuñaciones de Agrippa, Augusto y Tiberio.

Enlazando con esos niveles aun no localizados, vendrían los que hemos investigado en los sectores 1.º, 4.º y 5.º, cuya cronología inicial no puede retrotraerse más de los gobiernos de Claudio y Nerón, mientras la más moderna debe ser pareja al final del siglo I y con dudas a los inicios del II. por esas fechas debió abandonarse el asentamiento, iniciándose el derrumbe de las viviendas, la colmatación del pozo y la dispersión de los restos epigráficos o artísticos, como un fragmento de lápida decorada con arquillos, que yacía rota sobre un fragmento de sigillata hispánica del estilo de metopas.

Quizás la decadencia de la Campa fue pareja con la erección de un nuevo habitat en la península de Cimadevilla (Gijón), núcleo de la actual ciudad donde recientemente se ha encontrado parte de una muralla con bastiones defensivos y sigillatas hispánicas tardías ⁽¹⁰²⁾. No obstante, queda por determinar el hiatus cronológico existente hasta fines del siglo III p.C. fecha en la que parece que se alzaron las murallas gijonesas, pero habida cuenta de la aparición de sigillata hispánica del estilo de metopas en las termas de Campo Valdés ⁽¹⁰³⁾ y que las investigaciones de ambos núcleos referidos correspondientes al «Proyecto Gijón» no han hecho más que empezar, es probable que las siguientes campañas resuelvan este problema.

10. EL CASTIELLU DE TARANES (PONGA):

Monte perteneciente a la parroquia de Taranés, que se yergue a más de doscientos metros sobre el nivel del río Ponga. Su lado Norte se corta a pico en un impresionante murallón natural, que hace innecesario cualquier tipo de defensa. Los lados Este y Oeste son también de difícil acceso y por ello el grueso de las fortificaciones se encuentra en la zona Sudoeste, en la cual el castro está unido a otro montículo, por lo que fue preciso aislarlo mediante la excavación de un foso de unos 12 metros de

⁽⁸⁹⁾ DELGADO, M: céramiques campaniennes et de type campanien, *Fouilles de Conimbriga*, VI, 1976, pág. 12, lám. XXXII, N.º 11.

⁽⁹⁰⁾ Véase en este mismo coloquio: COELHO FERREIRA DA SILVA, A: A cultura castreja no Noroeste de Portugal: Habitat e cronologías.

⁽⁹¹⁾ ROUILLARD, P: Les coupes atiques à figures rouges du IV siècle en Andalousie, *Mélanges de la Casa Velazquez*, XI, 1975, p. 42.

⁽⁹²⁾ FERREIRA DE ALMEIDA, C.A.; SOEIRO, T; BROCHADO DE ALMEIDA, C.A. y BAPTISTA, A.J.: *Escavações arqueológicas em Santo Estêvão da Facha*, Ponte de Lima, 1981, lám. VI.

⁽⁹³⁾ FERREIRA et alii: *Escavações...*, citado, p. 66.

⁽⁹⁴⁾ HIDALGO, J.M. y COSTAS, F.J.: Importantes hallazgos en el castro «A Cidade» de Caneiro (Fozara, Ponteareas), *EL Museo de Pontevedra*, XXIX, 1975, Láms. II y III.

⁽⁹⁵⁾ FERREIRA et alii: *Escavações...*, citado, p. 66.

⁽⁹⁶⁾ DELGADO: Céramiques..., citado, p. 21-26.

⁽⁹⁷⁾ COELHO: A Cultura..., citado.

⁽⁹⁸⁾ COELHO: A Cultura..., citado.

⁽⁹⁹⁾ BALIL, A: De nuevo sobre Galicia y sus relaciones marítimas durante la época imperial romana, *Actas do III Congresso Nacional de Arqueología*, Porto, 1973 (1974), p. 217.

⁽¹⁰⁰⁾ FARINA, F.: Excavación de A Lanzada (Sanxenxo). Informe preliminar de la campaña de 1974, *El Museo de Pontevedra*, XXIX, 1975, p. 7 de la separata.

⁽¹⁰¹⁾ BALIL: De nuevo..., citado, p. 217.

⁽¹⁰²⁾ FERNANDEZ OCHOA, C.: Excavaciones arqueológicas en el área urbana de Gijón (Asturias), *Primeras Jornadas de Arqueología en las Ciudades Actuales*, Zaragoza, 1983, p. 143-149.

anchura y el levantamiento de un talud con su correspondiente muralla. Más hacia el interior del castro y en la misma zona se encuentra piedra que posiblemente correspondería a un segundo nivel de defensa.

El recinto, que está dedicado a praderío en la actualidad, presenta huellas de rebuscas clandestinas, posiblemente alentadas por noticias como las de F. Canella (104) que recoge rumores sobre el descubrimiento de objetos de oro en el siglo pasado. Su extremo Norte, se protege del abismo con un crestón calizo que sirve a manera de parapeto.

Al margen de esas hipotéticas joyas, se localizó al pie del monte, en la proximidad de la carretera que lleva a San Juan de Beleño e indudablemente procedente del poblado del cual debió caer, una fibula anular hispánica, de timbal con variante de cúpula (tipo G 2-G de Cuadrado) (105), cuya cronología corresponde a los siglos II-I a.C. (106).

No existen datos sobre la romanización del Castiello, uno de los castros más orientales de Asturias, pero con la escasez de objetos no es posible afirmarla ni negarla.

11. EL CASTRO DE DOÑA PALLA (PRAVIA):

También se le denomina popularmente como el Palacio de Doña Urraca (107) y constituye la última prolongación de una sierra que desciende desde la altura de Fontebona, de la que está separado por un enorme foso de unos treinta metros de ancho por veinte de profundidad, que enlaza con dos arroyos denominados respectivamente Tinoso y Riosico. El recinto así delimitado era un espacio oblongo de cuarenta metros de eje mayor (el Norte-Sur) y veinte de menor.

En su interior existe una gran acumulación de piedra, en buena parte procedente del río próximo, de tal manera que el castro llega a alcanzar mayor altura incluso que la zona que le precede.

Según datos proporcionados por J. M. González, que reconoció el poblado en 1965 en esas fechas podían observarse abundantes agujeros, que dejaban entrever distintos restos de edificaciones, piedras con cal adherida e incluso una estratigrafía en la que estaba incluida un nivel de tierras calcinadas.

Estas referencias concuerdan con las observaciones que ya a fines del XVIII y principios del XIX hiciese Bances y Valdés (108), acerca de dos departamentos, uno cuadrado y otro redondo, además de un pozo del que se conservaban aun cuatro metros de profundidad.

En la actualidad, la gran cantidad de piedra extraída para la construcción, tarea a la que ya aludía Bances en su tiempo, y las excavaciones de los buscadores de tesoros, han deformado estos restos.

Respecto a los hallazgos atribuidos al castro son pocos, pero no dejan lugar a dudas sobre su perduración en época romana, a pesar de la falta de tejas y ladrillos romanos en prospecciones superficiales.

En cuanto al instrumental lítico, Bances y Valdés cita diversos fragmentos de molinos giratorios hoy perdidos. Además conocemos otro de tipo sencillo, plano y sin reborde, que ingresó hace unos años en el Museo de Oviedo (109).

Respecto a cerámicas, solamente tenemos vagas referencias del hallazgo superficial de algunos trocitos, que no hemos podido ver y que no parecen ser significativos.

La numismática es denotadora de influencia romana muy temprana, a juzgar por las monedas fechadas en el 164 a.C. y que corresponden a Lucius Cupienennius (110); pero precisamente la nula homogeneidad de las acuñaciones halladas, que incluyen, además de los anteriores, sendos denarios de Nerón, Trajano y Póstumo, hacen difícil pensar en un atesoramiento de finales del siglo III p.C., como ya hemos expresado en otro lugar (111). De ser así estaríamos frente a diversos testimonios de la continuidad habitacional del castro, quizás desde época prerromana y como mínimo a lo largo de las tres primeras centurias del Imperio.

Finalmente, existen referencias de hallazgos de orfebrería, esta vez algo más concretos. Al menos sabemos que sobre 1803-1804 se localizó un torques en el extremo Sur del gran foso defensivo, en la proximidad del reguero de Riosico y durante la construcción de un molino (112). Se trataba de una pieza de oro, de zona central más ancha que los extremos, los cuales se torcían sobre sí mismos, quizás para

(104) BELLMUNT, O. y CANELLA, F.: *Asturias*, III, Gijón, 1900, p. 443.

(105) CUADRADO, E.: Fíbulas anulares típicas del Norte de la Meseta castellana, *Archivo Español de Arqueología*, 101-103, 1960, p. 65.

(106) CUADRADO: Fíbulas..., citado, p. 96 y fig. 12.

(107) GONZALEZ, J.M.: Catalogación de los castros asturianos, *Miscelánea Histórica Asturiana*, Oviedo, 1976, p. 115.

(108) BANCES Y VALDES, A.J.: Noticias históricas del concejo de Pravia, II, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, LIX, Julio-Agosto, 1911, II-III. 82.

(109) BANCES: Noticias..., citado, I-II, p. 83.

(110) MALLO VIESCA, M: Tesorillo de denarios de Doña Palla (Pravia), *Archivum*, XIX, 1969, p. 94.

(111) MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, nota 200.

(112) BANCES: Noticias..., citado, p. 84.

permitir su sujeción. Su peso consta como de nueve onzas, lo que aproximadamente serían unos 260 gramos, coincidiendo con la media de otros muchos conocidos ⁽¹¹³⁾.

12. EL CASTRO DE ALABA (SALAS):

Es un poblado estratégicamente situado dominando la confluencia de los valles de los ríos Narcea y Pigüña, a 250 m. de altura sobre el nivel del mar.

El conjunto resulta alargado por descender más suavemente al Noroeste, siguiendo un eje de algo menos de unos doscientos metros, frente a unos 60 m. del Sudoeste/Nordeste. Sin embargo la cumbre es más redondeada y parece ofrecer escasa potencia estratigráfica, ya que enseguida aflora la caliza de base. El contorno es escarpado en su conjunto, pero especialmente en la zona que da al río Narcea.

Sabemos que hacia 1972 se descubrió un depósito de hachas de talón y anillas en una oquedad abierta en la roca de la zona defensiva. Al parecer eran siete, pero únicamente una de ellas pudo salvarse, debiendo constituir un depósito, cuya vinculación con el castro es indirecta en principio ⁽¹¹⁴⁾.

Además, en una visita realizada hace ya unos años pudimos ver dos molinos giratorios que se conservaban respectivamente en la iglesia y en propiedad de un vecino del cercano pueblo homónimo. Esta última pieza es muy interesante, por corresponder a la mitad de un «catillus» con un hueco lateral para enmangue roto y decorado en lo conservado, con un cuadrado que lo enmarcaba y de cuyas esquinas salía una línea rematada en un círculo ⁽¹¹⁵⁾.

Estos molinos se convierten así en los únicos testimonios, por el momento, de una cronología moderna del castro, romana o inmediatamente anterior, puesto que no creemos que los tipos giratorios puedan haberse introducido en Asturias mucho antes del siglo II a.C.

13. EL PICO CASTIELLO DE LA COLLADA (SIERO):

Consideramos superfluo centrarnos excesivamente en este castro, al que ya dedicamos una monografía en su momento ⁽¹¹⁶⁾, por lo que nos referiremos brevemente a aspectos muy generales.

Las excavaciones realizadas en el siglo XIX, debieron centrarse en la pequeña elevación de la cumbre de unos 250 m. cuadrados, que por el lado más accesible, el Este, se protege con un talud y posiblemente con dos fosos de 3,30 y 2,20 m. respectivamente, con parapeto intermedio. Precisamente por este sector Sudeste es por donde atravesando las defensas se desciende más suavemente un plano inclinado de unos 75 m. de longitud en el que hay cerámica constructiva de aspecto medieval y restos de construcción trabados con cal.

También en la meseta superior existen hoy vestigios de un asentamiento de esas fechas, pues en una visita de hace pocos años observamos que se había practicado un pozo de saqueo, en el que se apreciaban restos de cerámicas bien cocidas y de aspecto altomedieval, así como fauna. Al parecer deben corresponder al castillo, que según la documentación existió allí entre los siglos XI-XIII p.C. ⁽¹¹⁷⁾.

En cuanto a los datos cronológicos sobre el periodo prerromano no existen variaciones, pues aunque se pudo localizar el pequeño fragmento cerámico que acompañaba a los otros materiales, es tan diminuto y poco expresivo que no constituye ninguna ayuda.

Según nuestro punto de vista, el Pico Castiello es uno de los castros de cronología más antigua. Sus materiales metálicos propugnan una datación elevada pues los fragmentos de caldero con remaches tienen una fecha inicial en los siglos VIII-VII, aunque las perduraciones como las de Santa Olaia (Portugal) remitan a fechas más modernas de los siglos VI-V, y es posible incluso que aun se puedan bajar algo más en la cultura Miraveche-Monte Bernorio. Coincidiría por tanto esa cronología con la que Schüle atribuye a los adornos en espiral también presentes en nuestro castro y no irían tampoco en contra de una fechación ecléctica ni los pasadores en T ni los resortes bilaterales de fibulas. Por ello, seguimos pensando que su habitabilidad podría situarse entre los siglos VII-V a.C. con la posibilidad de un pequeño lapso posterior.

14. EL CASTELO DE CALAMBRE O DEL ESTEIRO (TAPIA DE CASARIEGO):

Se trata de un poblado situado al occidente de Tapia de Casariego, emplazado en un saliente acantilado delimitado de Norte a Oeste por el mar y por el Arroyo del Esteiro al Este, desde donde inicia hacia el Sur un sistema de defensas artificiales a base de fosos y terraplenes que aislan primero la península y después una zona algo más amplia ⁽¹¹⁸⁾.

⁽¹¹³⁾ BANCES: Noticias..., citado, p. 353.

⁽¹¹⁴⁾ MAYA: La cultura castreña asturiana: de..., citado, p. 17, lám. I-1.

⁽¹¹⁵⁾ Recientemente hemos visto que esta pieza ha pasado a formar parte de la colección ovetense «Tabularium Artis Asturiensis».

⁽¹¹⁶⁾ ESCORTELL, M. y MAYA, J.L.: Materiales de «El Pico Castiello», Siero, en el Museo Arqueológico Provincial, *Archivum*, XXII, 1972, p. 37-48.

⁽¹¹⁷⁾ Dato proporcionado por el profesor J.L. Avello del Departamento de Arqueología de la Universidad de León.

⁽¹¹⁸⁾ GONZALEZ, J. M.: *Antiguos pobladores de Asturias*, (Colección Popular Asturiana, 3), 1976, pág. 87.

En 1969 se pusieron al descubierto varias plantas de casa muy próximas entre sí, destacando una choza circular edificada en pizarra trabada con barro ⁽¹¹⁹⁾.

La excavación no ha sido realizada con rigor científico, lo que ha determinado que sus datos no sean convenientemente aprovechados, más aun cuando ni siquiera ingresaron en el Museo de Oviedo.

Puede discernirse de la descripción, dibujos y fotografías, la existencia de varios molinos de tipo barquiforme y giratorios, con reborde plano en el extremo superior del «catillus» de alguno de ellos. También algunas cerámicas castreñas entre las que se debe incluir una retícula bruñida, un borde exvasado de una tinajita de provisiones y diversas cerámicas romanas entre las que se aprecia al menos una sigillata. Otro testimonio de la romanización lo proporciona un bronce medio, no estudiado tampoco ⁽¹²⁰⁾.

15. EL MONTE CASTIELLO DE MIRAVALLS (VILLAVICIOSA):

También conocido por el nombre de Pico Castiello de La Miyar ⁽¹²¹⁾, es un castro de zona superior amesetada y llana, situado al Norte del Pico Fario y con amplio control visual sobre la costa.

Se conocen en él construcciones ya desde el siglo pasado e incluso se cita una serie de escalones que descendían a captar las aguas de la cercana fuente de La Llameda ⁽¹²²⁾.

Al ser arada su superficie se descubrieron diversos materiales, denotadores de un habitat castreño. En piedra lo más corriente fueron molinos circulares de un diámetro en torno al medio metro y de los que algunas de las piezas observadas deben corresponder a «metæ», ya que se alude a su hueco central, que no atravesaba la pieza de parte a parte ⁽¹²³⁾.

Los objetos metálicos también debieron ser abundantes, mencionándose frenos de caballos, de los que existen testimonios en el cercano castro de Caravia, cuchillos y fibulas de bronce, sin mayores especificaciones.

Es de notar también diversas referencias a piezas de orfebrería, como dos apliques de oro de unos siete centímetros de longitud, rematados en un bolita ⁽¹²⁵⁾.

Estos objetos pueden atribuirse en principio a un castro prerromano, característico de la etapa clásica, entre los siglos III-I a.C. no pareciéndonos argumento suficiente para considerarlo como romanizado el hecho de la existencia de molinos circulares, puesto que en Caravia están presentes en contextos anteriores ⁽¹²⁶⁾.

Tampoco está claro si tiene relación con el poblado la aparición de una tumba de inhumación al pie de un muro, al Sur del mismo, que en todo caso se adjudicaría a una etapa posterior.

16. EL CASTIELLO DE LA RIERA (COLUNGA):

Es un montículo a unos 2 kms. al Sudoeste de Colunga, bien defendido por el Sur por un barranco que le hace inaccesible y con diversos aterrazamientos que escalonan la ladera Norte y que enlazan con un foso algo más hacia el Oeste. Es precisamente en esa zona donde los vecinos hicieron excavaciones clandestinas en el siglo pasado, encontrando diversos objetos, incluyendo hachas y monedas que se han perdido ⁽¹²⁷⁾.

Posiblemente poseía una muralla en los sectores menos escarpados, pero las construcciones principales se han situado en la cumbre donde los restos estaban cubiertos con «tegulae» y construidos a base de sillares de arenisca. Precisamente en el extremo meridional de esa zona alta es donde fue descubierta una moneda de Augusto.

Después de estos hallazgos, en 1921, tenemos constancia de que Aurelio de Llano efectuó excavaciones, habiendo presentado un informe sobre el poblado a la Real Academia de la Historia ⁽¹²⁸⁾, pero los materiales de este castro romanizado en el siglo I p.C. nunca fueron publicados y hoy se dan por desaparecidos.

SINTESIS SOBRE LA CULTURA CASTREÑA ASTURIANA:

Procuraremos condensar al máximo cuáles son los principales hitos de la cultura castreña asturiana, a partir de la revisión efectuada de cada uno de los diez y seis yacimientos a los que se alude en este

⁽¹¹⁹⁾ LABANDERA CAMPOAMOR, J. A.: Identificación del Castelo del Esteiro, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, 68, 1969, pp. 477-496.

⁽¹²⁰⁾ LABANDERA: Identificación..., citado, p. 493.

⁽¹²¹⁾ GONZALEZ: Catalogación..., citado, p. 119.

⁽¹²²⁾ CABAL, C.: *La Asturias que venció Roma*, Oviedo, 1953, p. 186.

⁽¹²³⁾ CABAL: *La Asturias...*, citado, p. 187.

⁽¹²⁴⁾ CABAL: *La Asturias...*, citado, p. 187.

⁽¹²⁵⁾ BELLMUNT y CANELLA: *Asturias*, II, citado, p. 126.

⁽¹²⁶⁾ Véase al respecto lo que se afirma en esta misma ponencia más adelante.

⁽¹²⁷⁾ VIGON, B.: Antigüedades romanas de Colunga, en *Biblioteca de La Opinión de Villaviciosa*, 1894, p. 8.

⁽¹²⁸⁾ LLANO Y ROZA DE AMPUDIA, A. de: *Bellezas de Asturias de Oriente a Occidente*, Oviedo, 1928, p. 133.

trabajo, así como de otros que por su escasez de noticias no hemos creído necesario incluir en él, evitando de este modo redundancias innecesarias ⁽¹²⁹⁾.

El problema inicial que se plantea, es el del origen y primeras manifestaciones castreñas o lo que es lo mismo la primera verificación de la existencia de un urbanismo en la zona. En respuesta a él, debe aducirse un grupo de hallazgos vinculados directa o indirectamente a poblados pertenecientes al Bronce Final, tales como hachas de talón y anillas, calderos con remaches o incluso hachas de piedra de cronología terriblemente imprecisa. No pretendemos ahora reincidir sobre aspectos de publicación reciente, por lo que únicamente aludiremos a aquellas variaciones verificables en este sector.

Ha quedado claro que los hallazgos de hachas de talón y anillas de Larón y Alaba no guardan más que una relación tangencial con los recintos castreños correspondientes, como consecuencia de su ocultación en la zona en la que aparentemente después se van a efectuar los complejos defensivos. No sabemos hasta que punto esta situación se repite en los otros ejemplos asturianos como Riocastello y Logrezana.

De Riocastello, la novedad es conocer que lo que solamente era una vaga noticia ⁽¹³⁰⁾, ocultaba tras de sí dos piezas hoy conservadas en el *Tabularium Artis Asturiensis* y publicadas por Monteagudo, que este autor fija sobre el siglo VIII a.C. ⁽¹³¹⁾. No hemos mejorado en cambio en cuanto a la ampliación de los datos de aparición en un castro posiblemente romanizado.

En contrapartida, podemos dar a conocer aquí la existencia de una nueva pieza de dos anillas, talón recto y hoja nervada y ensanchada en su extremo, que hoy se da por desaparecida y que fue localizada dentro del Castro de Logrezana (Carreño), en el centro de Asturias. Como por el momento no es posible aportar muchos más datos esperamos poder dedicar un trabajo más específico a esta pieza en una futura publicación.

Queda por tanto aludir a la posibilidad de que algunos de estos útiles formen parte de conjuntos más complejos, que sean exponentes similares a lo que ocurre en el Castro da Senhora da Guia (Baiões, Portugal), donde una datación del 700±130 a.C. para un depósito que incluye un hacha de talón y una anilla ⁽¹³²⁾ equivaldría a alguna de las hachas halladas en castros asturianos, por su fechación en el siglo VIII, mediante argumentos tipológicos. A este respecto, el principal candidato sería el conjunto del castro de Pendia, por combinar elementos diversos y arcaizantes, que incitan a sospechar en la posibilidad de utilización inicial del recinto Norte, con anterioridad al desarrollo del castro en su versión actual.

Hacia los siglos VI-V a.C. la certidumbre sobre el enraizamiento más sólido de los primeros castros se afianza, aunque nuevamente repose en la fragilidad de hallazgos aislados y escasamente paralelizables en el Cantábrico por su originalidad.

A esa fecha corresponderían las fíbulas de codo de La Escrita y el conjunto del Pico Castiello de La Collada (Siero), siendo necesario aclarar que en este último castro probablemente las vinculaciones tienden a realizarse más con los castros castellano-leoneses que con los propiamente del Noroeste, aunque sería definitivo conocer las cerámicas que acompañaban a esos materiales metálicos y la planta de sus viviendas.

Es probable que por estas fechas se acuse ya el comercio marítimo meridional, responsable de la aparición de una serie de objetos de importación e imitación, que son un buen testimonio de un horizonte castreño antiguo, al que vendrían unidas las cerámicas de barniz rojo o con decoración a bandas pintadas, que aparecen en Santa Olaia, Castro de Tavadre y Conimbriga; el aryballo de O Neixón (La Coruña), las placas de cinturón tipo Acebuchal de Crastro de Tavadre y la fíbula tipo Alcores de Coto da Pena (Caminha).

En Asturias sólo podemos aportar, con toda la inseguridad que ofrece un solo borde, encontrado en una excavación ajena y en condiciones no explicitadas, el caso aludido de Coaña que parece vinculado a esa tradición púnica, hoy por hoy imposible de fechar adecuadamente. Apoyaría ese tráfico la realidad de la existencia de poblados próximos en esas fechas, como ocurre con el de Penarrubia, en Lugo ⁽¹³³⁾ y la estratégica posición de Coaña, controlando el enlace entre el Navia y el Cantábrico.

Creemos que el valor de esa vía marítima debió incrementarse progresivamente, por lo que no es de extrañar que cerámicas áticas y campanienses jalonen la ruta costera, continuando las producciones anteriores. Ese proceso de difusión, que en buena parte tuvo que estar catalizado por las posibilidades metalúrgicas del Noroeste, parece hoy el canal más adecuado, teniendo en cuenta la escasez de hallazgos

⁽¹²⁹⁾ En líneas generales, los no incluidos aquí han sido revisados en nuestros trabajos ya citados sobre la cultura castreña asturiana.

⁽¹³⁰⁾ GARCIA DOMINGUEZ, E: Explotaciones mineras en la Asturias primitiva, *Boletín del Instituto de Estudios Asturianos*, XLIX, 1963, p. 303.

⁽¹³¹⁾ MONTEAGUDO, L: *Die Beile auf der Iberischen Halbinsel*, (Praistorische Bronzefunde, IX), Munich, 1977, p. 172 con lám. 69, 1051 y pp. 174-175 con lám. 71, 1071.

⁽¹³²⁾ KALB, F: Contribución para el estudio del Bronce Atlántico: excavaciones en el castro «Senhora da Guia» de Baiões (Concelho Sm. Pedro do Sul), *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología, Lugo, 1977, Zaragoza, 1979*, pp. 581-590 y en concreto 582.

⁽¹³³⁾ ARIAS VILAS, F: El castro de Penarrubia (Lugo) y la novedad de su datación por C. 14, *Actas del XV Congreso Nacional de Arqueología, Lugo, 1977, Zaragoza, 1979*, pp. págs. 613-614.

de barniz negro en las zonas del interior de la Meseta y la incomodidad y dureza de los pasos cantábricos.

Ahí es precisamente donde insertaríamos los hallazgos de la Campa Torres, en espera de constataciones estratigráficas de nuevas piezas. La privilegiada situación de su península y la facilidad de penetración hacia el interior por la ría de Aboño, debieron de hacer de ella un puesto adecuado para el tráfico marítimo, e incluso el posterior levantamiento en ella de un monumento a Augusto, inmediatamente después de las Guerras Cántabras, posiblemente no es ajeno al papel que pudieran desempeñar ciertos puertos privilegiados en el abastecimiento durante la guerra, como citan las fuentes clásicas.

Durante ese período, otros castros del oriente asturiano, como Caravia, debían estar en plena utilización, pudiendo incluirse en este grupo el Monte Castiello de Miravalles, el Castru de Taranes y otros yacimientos que han proporcionado piezas aisladas, como la fíbula anular de Siero. Las cuevas han de tener una utilización escasa y difícilmente explicable hoy, puesto que siempre que en ellas han aparecido materiales castreños ha sido en condiciones precarias. Sin lugar a dudas la cerámica descubierta en la Cueva del Cierro ⁽¹³⁴⁾ y los materiales de Pueblo Bajo de Lledías ⁽¹³⁵⁾ han de ser un exponente de esa cultura castreña prerromana, vinculada a la meseta castellana.

Es irónico que en el ámbito de la Cultura Castreña del Noroeste asturiano no se haya podido individualizar ni un solo estrato que pueda fecharse con plena seguridad en el momento prerromano de auge, esto es en los siglos III-I a.C. pero el problema metodológico de las excavaciones quizás no es el principal justificante de esta situación real, ya que los investigadores del territorio asturiano hemos tenido una tendencia a centrarnos en castros específicos de una zona de gran habitabilidad en época romana, la de la minería del oro, y en castros que por su tamaño y defensas han resultado tradicionalmente llamativos. Posiblemente una adecuada prospección en poblados más pequeños y no muy próximos a los complejos auríferos resultase más rentable. Aun así, es difícil reducir todo el material de tipo indígena a pervivencias durante la romanización, como ocurre por ejemplo en el castro de Coaña, donde las construcciones reestructuradas sugieren una tradición constructiva más antigua.

Igual podría deducirse de los hallazgos numismáticos, como las tres piezas republicanas del castro de Doña Palla, del 164 a.C. que no resulta fácil justificar como simples pervivencias de circulación monetaria ⁽¹³⁶⁾ o las monedas del jinete ibérico de Somiedo y proximidades de Oviedo.

Por desgracia, las fibulas y determinadas cerámicas siguieron en uso plenamente dentro de la fase romana, lo que a falta de estigrafías impide diferenciar conjuntos significativos, que, por otra parte, han de coincidir cronológicamente con buen número de los escondrijos de orfebrería, que tan abundantes son en Asturias en estos momentos. Entre estas supervivencias debemos citar las fibulas de pie alto rematado en torrecilla o botón, las simétricas e incluso algunas de «longo travessão sem espira» de La Escrita y Coaña.

En cuanto a las cerámicas, sigue siendo un interrogante la fecha de aparición de la técnica de líneas bruñidas, que en los casos asturianos se da en castros romanizados del centro-occidente de la región. Los temas estampillados también los conocemos en contextos romanizados, pero indudablemente como última manifestación de un proceso largo, como ocurre con los temas con aplicaciones de barro, imitando clavos metálicos.

Con la invasión romana, se observa el paradójico fenómeno de que, a pesar de lo afirmado por las fuentes, la cultura castreña entra en una fase de expansión, caracterizada por la subsistencia de castros anteriores y por la creación de nueva planta de otros muchos, que posiblemente no tengan precedentes indígenas. Es en este sentido en el que hay que interpretar nuestras afirmaciones de una cultura castreña tardía y de época romana, ya que nos referimos a la realidad arqueológica que demuestra que la absoluta mayoría de los castros asturianos que tradicionalmente han servido de ejemplo o son romanos o su aspecto presente es de época romana.

En realidad, podemos afirmar que los romanos se adaptan a los patrones de asentamiento locales, al menos en toda el área occidental desde el Nalón al Eo, y que el principal recurso de la zona, la explotación del oro, se lleva a cabo en base a castros romanizados con los mismos sistemas defensivos que se preconizaban para las etapas anteriores.

Las pruebas de romanización son claras en algunos de estos poblados desde fecha muy antigua, como ocurre con el castro de Arancedo, Coaña, la Campa Torres, El Castiello de Colunga y posiblemente La Escrita, pues a juzgar por monedas, sigillatas y epigrafía, parecen pre-flavios en buena parte. Precisamente la riqueza en objetos de importación como sigillatas sudgálicas de importantes alfareros de La Graufesenque y Montans, de vidrios de lujo y otros productos, sugiere una capacidad adquisitiva relativamente elevada y la posible continuidad del comercio marítimo como sistema de difusión de algunas de

⁽¹³⁴⁾ ESCORTELL, M: *Catálogo de las Edades de los Metales del Museo Arqueológico*, Oviedo, 1982, pp. 84-85.

⁽¹³⁵⁾ ESCORTELL: *Catálogo...*, citado, figs. 417 y 418.

⁽¹³⁶⁾ No obstante ya hemos manifestado la posibilidad de que en este caso se trate simplemente de supervivencias en la circulación monetaria. Véase:

MAYA: *La cultura castreña asturiana*. Su..., citado, nota. 5.

esas importaciones. Sitios estratégicos debieron desempeñar un papel importante como puertos de destino de tales mercancías.

Con los flavios se observa un crecimiento de la cultura castreña romanizada, que debió ser parejo al auge máximo de las explotaciones mineras. Prácticamente todos los castros con un mínimo de objetos denotadores de romanización fueron ocupados en este periodo y su estimonio lo proporcionan tanto los objetos mencionados como la datación de radiocarbono del 80 p.C. de Mohías.

Significativamente, aquellos poblados vinculados a explotaciones mineras, como Larón, Arancedo y Coaña ven su última fase de expansión ahora y en el caso de San Chuis precisamente las cerámicas reafirman estas fechas como único periodo claro y de esplendor.

Otros establecimientos no directamente vinculados a la minería, pero en lugares de gran importancia estratégica y de comunicación también poseen testimonios de habitabilidad flavia, como ocurre con la Campa Torres, controlando la costa frente a la ciudad de Lucus Asturum y su enlace terrestre, y con Doña Palla, al pie del tradicional camino de unión de esa zona central y la de Pravia, cuya romanización es tan clara, que hasta los posteriores reyes asturianos, como Silo, que tradicionalmente se establecieron en lugares con construcciones romanas, organizaron siglos después su corte en este término.

Por estas fechas las comunicaciones terrestres debieron competir seriamente con la ruta marítima, tanto a causa de la mayor seguridad fruto de la pacificación interna, como de los lazos establecidos entre las principales zonas productivas a uno y otro lado de la Cordillera Cantábrica. El enlace del Navia con el Ibias y el paso por el Puerto del Trayeito hacia las regiones mineras augustanas del Duerna, Las Médulas y Omaña, dejó como contrapartida la introducción desde allí, avanzado el siglo I, de la cerámica de paredes finas tipo Melgar de Tera (Zamora) con buenos exponentes en Huerña y cuya pista hemos seguido hasta San Chuis de Allande, Coaña y Arancedo.

Valoraríamos igualmente como zona de unión con las comarcas centrales la vía de Pajares, jalonada igualmente de testimonios romanos y la del Puerto de La Mesa, bien conocida en su estructura pero mal investigada en relación con los asentamientos próximos.

Tras la fase flavio-trajana se plantea un periodo oscuro, aparentemente ligado a la decadencia de castros y minas, siendo escasos los ejemplos de habitabilidad en poblados fortificados y concentrándose la población en el triángulo central, delimitado por Pajares, el Nalón y el Sella. Al Este de esa zona únicamente hay restos epigráficos y no hay testimonios de la cristalización de asentamientos estables, como prueba el curioso caso de los vadinienses.

En los castros occidentales sólo Pendia y quizás Mohías parecen rebasar las primeras décadas del siglo II, para aparentemente sumirse después en la desaparición. En otros lugares como Coaña y San Chuis no sabemos hasta que punto hay que valorar hallazgos individuales, como la moneda de Quintilo en el primer caso y alguna de las construcciones reaprovechadas en el segundo lugar. El resto de los asentamientos parece definitivamente arruinado por esas fechas.

En la Asturias central, se abandona la Campa Torres y poco a poco vemos aparecer un núcleo urbano en la península de Cimadevilla, mientras reencontramos nuevos testimonios monetarios del año 262 en Doña Palla e incluso alguna ocultación como la de Santa María de Castiecho⁽¹³⁷⁾, que debió realizarse poco antes del 350 p.C.. De otros yacimientos citados con anterioridad, no sabemos nada.

Este periodo confuso, plantea un problema de investigación que, a su vez, condiciona la interpretación histórica. En esencia, nos referiremos a ese vacío que se produce a partir de época trajana y que sólo se ve truncado esporádicamente por la aparición de algún objeto aislado clasificable en los siglos III, IV y V: taza y fragmentos de sigillata paleocristiana de Coaña y Pendia, así como sendos bordes de aspecto altomedieval; moneda de Coaña, etc.

Mientras en las «villae» y ciudades como Cimadevilla, Campo Valdés, Murias de Paraxuga y Memorana, las sigillatas hispánicas tardías o las claras son una realidad palpable, que culmina a fines del IV o durante el V en las sigillatas grises de Paraxuga⁽¹³⁸⁾, en estos recintos castreños no hay testimonios fehacientes de la persistencia de habitación en los siglos III-IV y las escasas sigillatas grises no dan la impresión de corresponder a fases de vivienda, más cuando faltan otras cerámicas vulgares, propias del equipamiento doméstico corriente, tal y como se localizan en las «villae».

Consideramos estas ausencias suficientemente significativas como para que, sin ignorar el problema latente, nos decantemos por considerar estos testimonios aislados como fruto de aprovechamientos secundarios de partes de los ámbitos castreños, sin un alcance verdaderamente importante, por lo que creemos que la vida en los principales castros occidentales del Principado quedó definitivamente agostada antes de mediados del siglo II.

⁽¹³⁷⁾ MAYA: La cultura castreña asturiana. Su..., citado, nota 201.

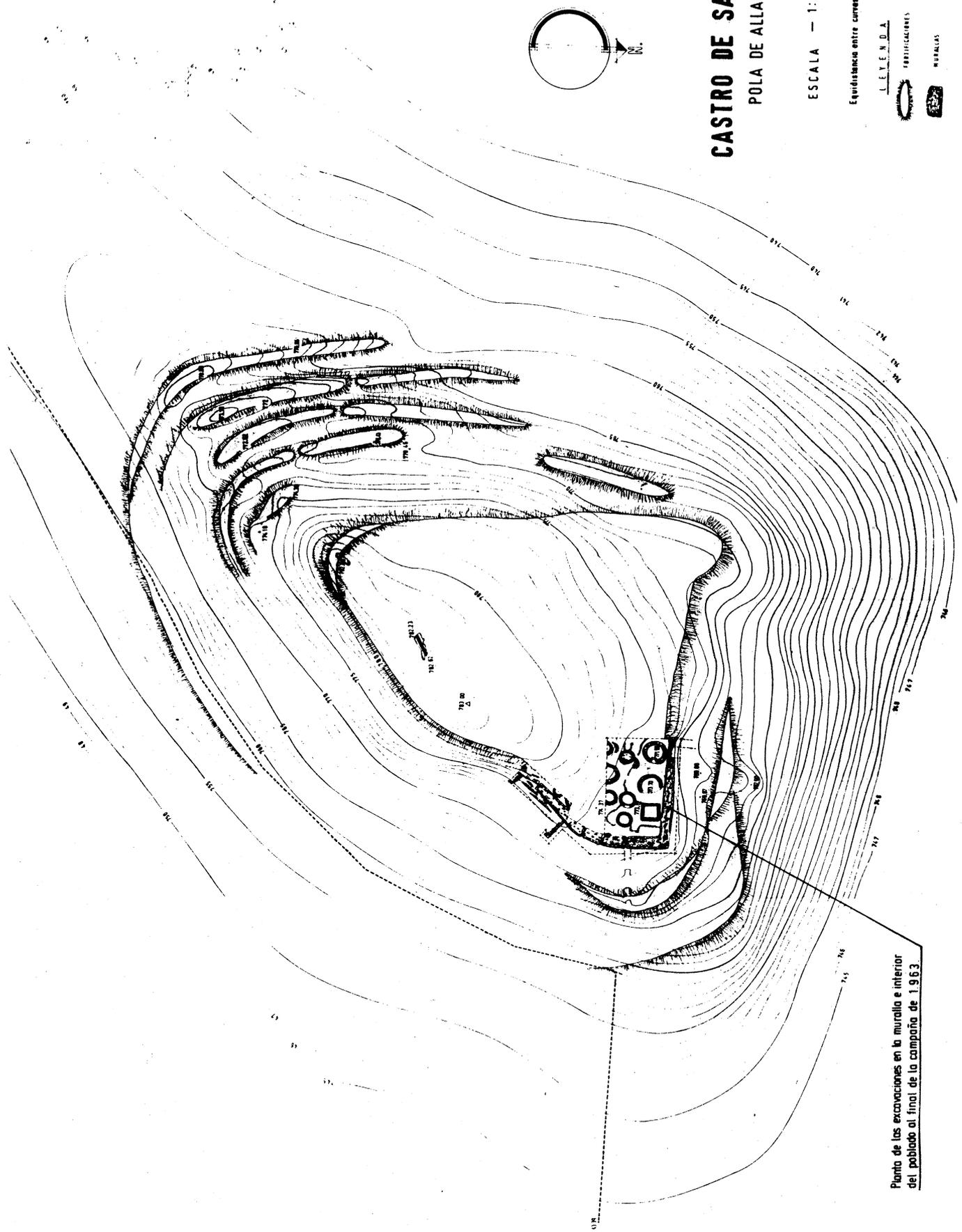
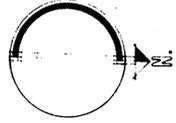
⁽¹³⁸⁾ A pesar de la publicación parcial de los materiales de Paraxuga, existen en el Museo de Oviedo numerosas piezas de sigillata gris paleocristiana, inéditas, algunas de las cuales poseen los mismos cuños que la taza de Coaña. ESCORTELL, M: Materiales romanos de «Paraxuga», Oviedo, *Miscelánea Arqueológica*, I, XXV Aniversario de los Cursos de Ampurias, Barcelona-Ampurias, 1974, pp. 311-314.

CASTRO DE SANCHUIS

POLA DE ALLANDE

ESCALA — 1:500

Equidistancia entre curvas nivel 1m



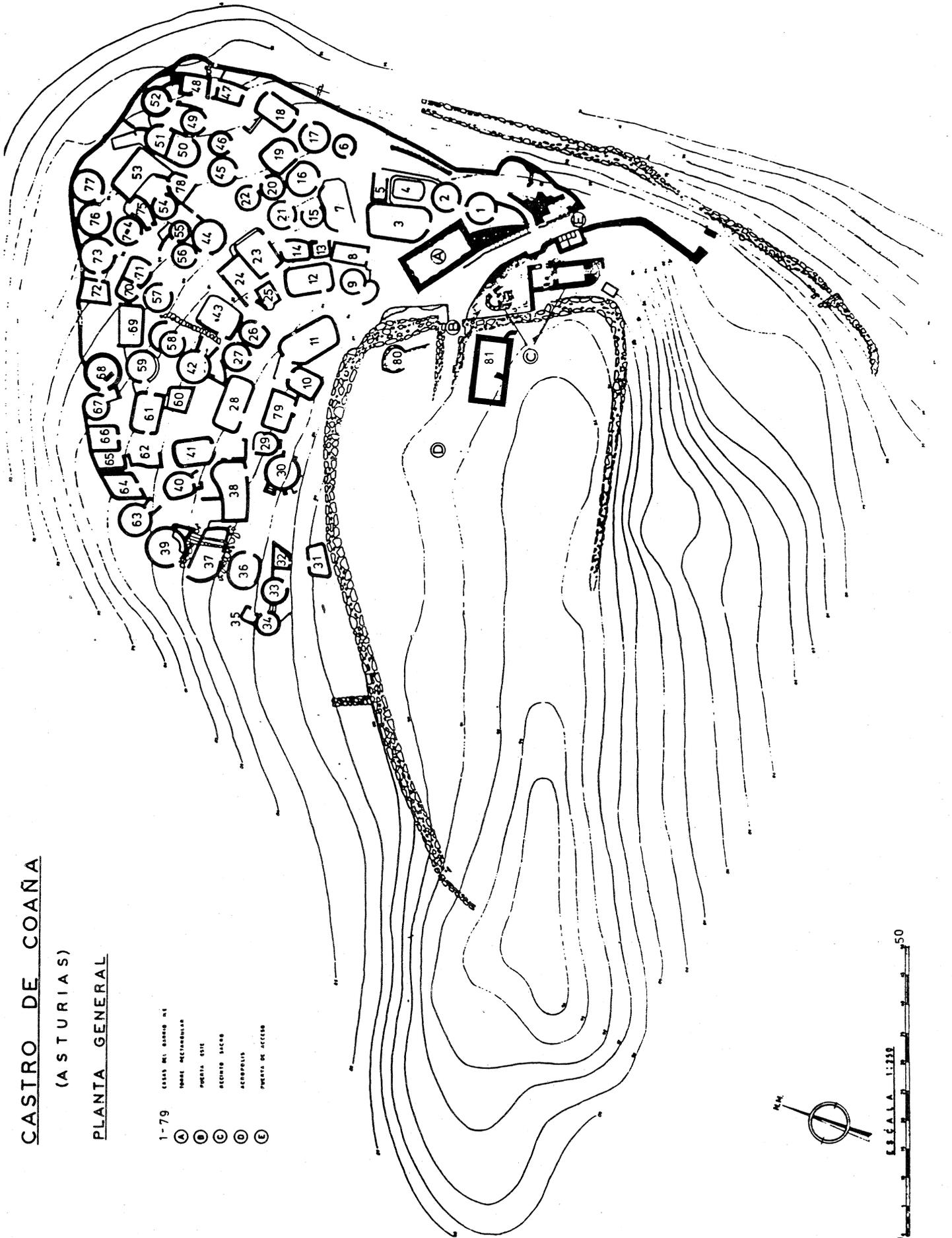
Planta de las excavaciones en la muralla e interior del poblado al final de la campaña de 1963

CASTRO DE COAÑA

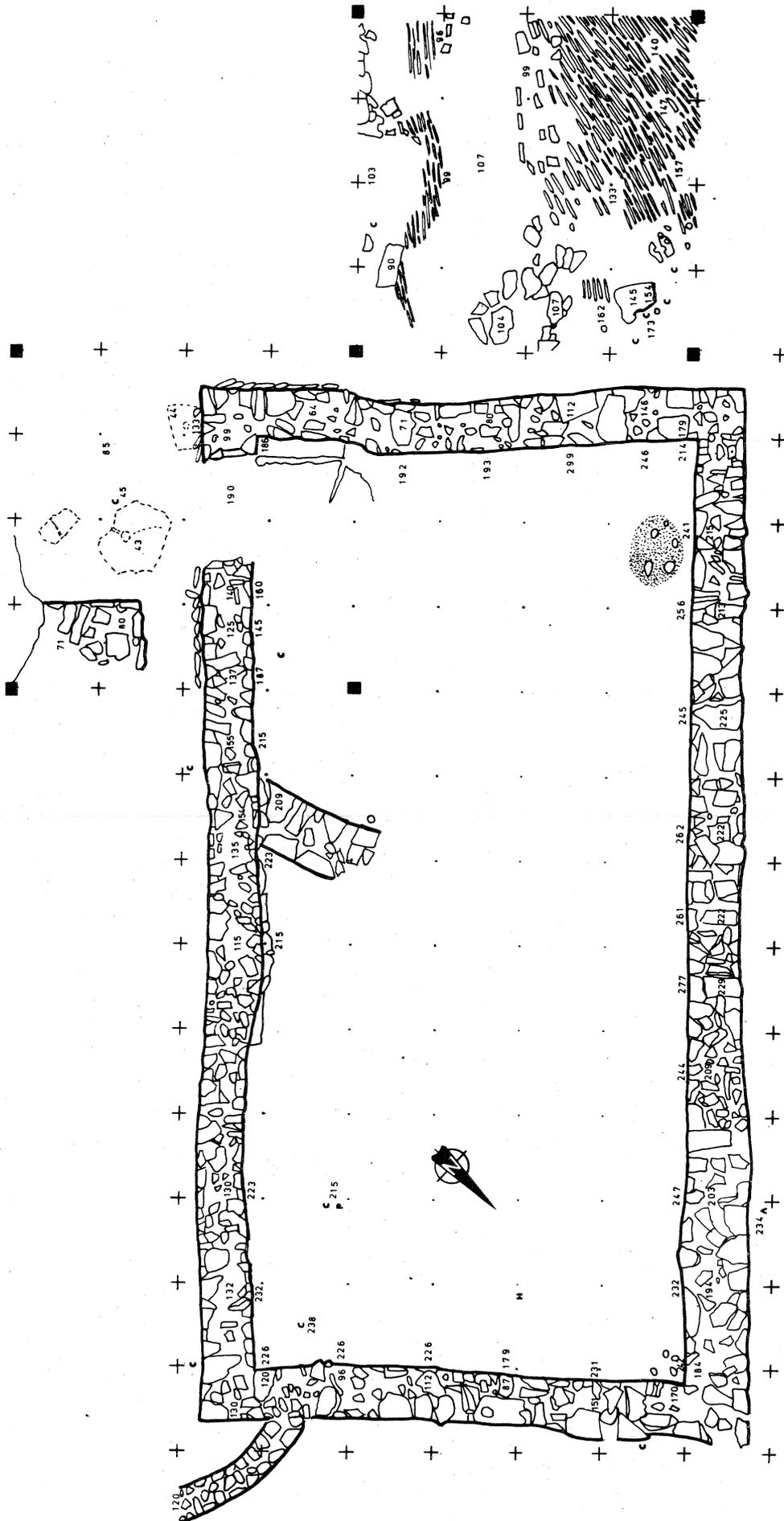
(ASTURIAS)

PLANTA GENERAL

- 1-79 CASAS DEL BARRIO N.E.
- (A) TORRE RECTANGULAR
- (B) PUERTA ESTE
- (C) SEÑERO SACRO
- (D) ACERQUELLAS
- (E) PUERTA DE ACCESO

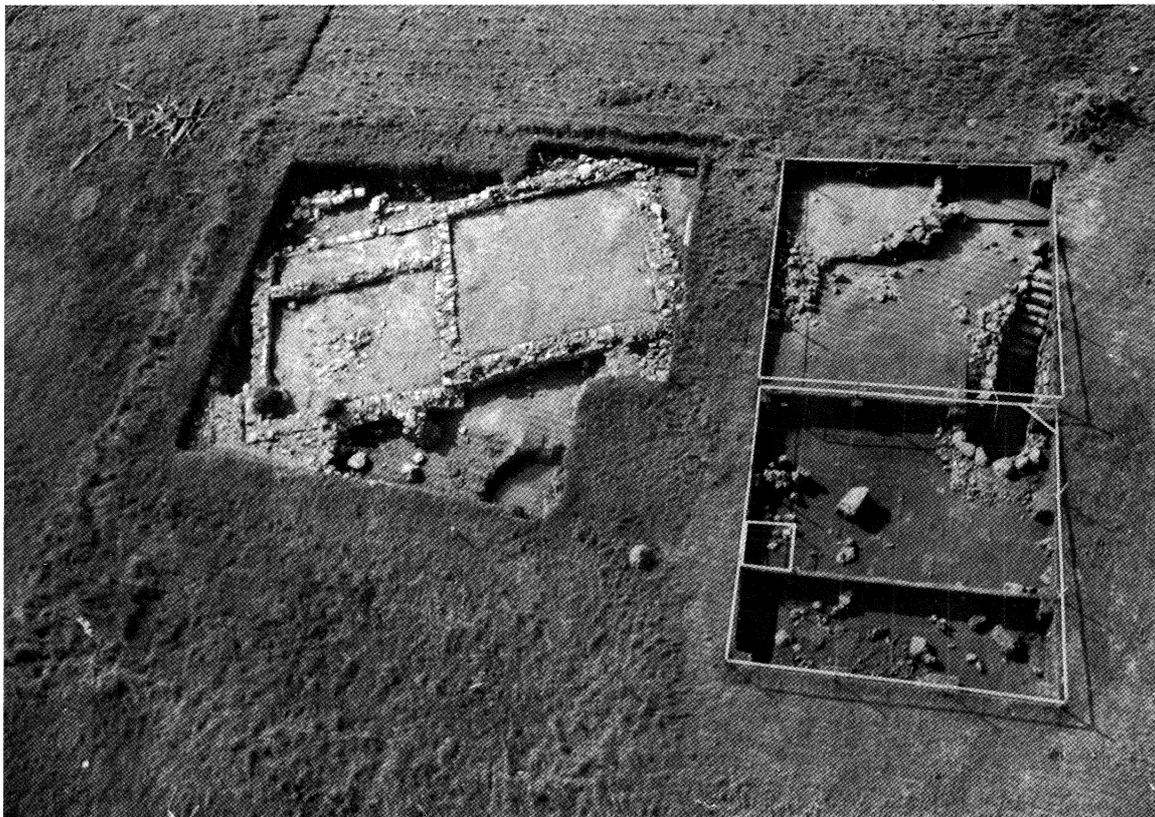


Lám. II — Plano del Castellón de Coaña, incluyendo todas las construcciones excavadas hasta la actualidad. La numeración respeta la de la «Guía del Castellón de Coaña», habiéndose añadido número nuevo a los edificios que no lo tenían.



Lám. III — Plano de la habitación N.º 81 de la Acrópolis, que excavamos en el verano de 1982. El muro interior con cota 209 corresponde a una habitación más antigua arrasada. El exterior de cota 120 se añadió posteriormente a la casa rectangular. El punteado indica un hogar y la zona exterior ofrece el suelo de lajas de pizarra y algunas piedras que forman un aterrazamiento.

COAÑA - 82
ACRÓPOLIS



Lám. IV — Excavaciones del autor en la Campa Torres. A la izquierda sector N.º 1 con dos habitaciones y a la derecha sector N.º 5 con el pozo.



Lám. V — Excavaciones en el Castro de Larón. Escalones de acceso a la construcción más meridional.

VILLES ET FONCTIONS URBAINES DANS LE NORD-OUEST HISPANIQUE SOUS DOMINATION ROMAINE

P. Le Roux * — A. Tranoy **

Le vocable de «romanisation» fait partie désormais de la langue commune des historiens des provinces de l'Empire. Mais depuis la vingtaine d'années où il s'est imposé à tous, on a été à même de mieux cerner ses limites et ses insuffisances. On a pris progressivement conscience, au fur et à mesure des recherches, de l'inexistence d'un modèle romain bien construit et prêt à être appliqué quelles que soient les circonstances et le lieu. On aperçoit mieux ainsi la part de l'héritage pré-romain dans l'évolution et la place de la chronologie dans les processus de transformation. La notion d'«identité provinciale» ou «régionale» retient davantage l'attention; les formes culturelles de la résistance ne sont plus analysées comme le refus en bloc de Rome et de l'organisation impériale, mais comme la réaction modulée des classes populaires à une forme de pouvoir assurant la continuité de sociétés hiérarchisées et aristocratiques, dans lesquelles les niveaux de culture étaient très disparates.

La ville, définie comme l'instrument de la romanisation par excellence, n'a pas échappé à cette révision qui n'a rien de déchirant. Les problèmes qu'elle pose sont vastes et nombreux. Le plus compliqué est assurément celui de la nature même de la ville en relation avec l'impression de coupure que reflète la documentation, surtout épigraphique, à partir du règne d'Auguste. La question du rôle économique, longtemps privilégiée, n'est pas moins difficile, mais elle s'est affinée et a permis de rompre avec une définition exclusivement «moderne» du fait urbain. Il va sans dire qu'une ville, quelle qu'elle fût, devait, indépendamment de ses fonctions et de la nature de son environnement, trouver les ressources nécessaires à son maintien et à la subsistance de ses habitants, ce qui entraînait obligatoirement dans les préoccupations de ceux qui avaient en charge la gestion. On peut fondre toutes ces données dans la formule «villes et territoires» pour bien marquer le point de vue qui sera ici le nôtre. (1)

Il s'agit davantage de mieux lire ou de relire une documentation déjà en partie connue plutôt que de produire des textes nouveaux. L'épigraphie constitue la base essentielle, mais elle doit, chaque fois qu'il le faut, être confrontée à d'autres types d'information. Nous partirons donc d'une réflexion globale sur l'urbanisation romaine à travers l'étude de la relation entre ville et administration; nous examinerons ensuite la place de la ville dans l'organisation du nord-ouest hispanique; nous essaierons enfin d'éclairer le cas, exceptionnel dans la documentation, du *municipium* de Chaves, seule cité dont le statut privilégié est clairement attesté à l'intérieur des trois conventus du Nord-Ouest.

I. URBANISATION ROMAINE ET ADMINISTRATION DU TERRITOIRE

Dans la très riche bibliographie récente, quelques travaux manifestent bien l'évolution de la problématique et permettent une approche renouvelée de la question, au moins en ce qui concerne la partie occidentale de l'Empire. Nous pensons tout d'abord à la synthèse stimulante du volume sur la ville antique dans *l'Histoire de la France urbaine* dont le propos dépasse le seul cadre gallo-romain (1 bis). Nous pensons également aux Actes du Colloque d'Aix-en-Provence parus sous le titre *Villes et campagnes dans l'Empire romain* (2) dont le point de départ a été une réflexion sur la ville augustéenne. Révélateur est encore le riche exposé de H. Galsterer sur «Cité et territoire» qui envisage successivement le contenu juridique, économique et social de la ville impériale (3). On n'oubliera pas non plus la monographie

(*) Université de Toulouse.

(**) Université de Poitiers.

(1) C'est dans le même sens que vont les recherches de Ph. LEVEAU, La ville antique et l'organisation de l'espace rural: Villa, ville, village, *A.E.S.C.*, XXXVIII 4, 1983, pp. 920-942 (= LEVEAU, *Ville antique*)

(1 bis) G. DUBY (sous la direction de), *Histoire de la France urbaine*, 1, *La ville antique*, Paris, 1980 (= *Ville antique*).

(2) *Villes et Campagnes dans l'Empire Romain*, Actes du Colloque organisé à Aix-en-Provence par l'U.E.R. d'Histoire, les 16 et 17 mai 1980 par P.A. FEVRIER et Ph. LEVEAU, Publications Université de Provence, Aix, 1982 (= *Villes et Campagnes*).

(3) H. GALSTERER, Stadt und Territorium, *Historische Zeitschrift*, Beiheft 7, 1982, pp. 75-106 (= GALSTERER, *Stadt*).

donnée par Ph. Leveau dans un gros article sur Cherchel ainsi que son bilan des travaux en cours sur ce thème (4) ou l'étude collective sur les villes romaines de la péninsule ibérique (5).

Deux thèmes sont, nous semble-t-il, fondamentaux pour clarifier la réflexion: d'une part celui du contenu qu'il convient de donner à la ville, d'autre part celui des rapports entre urbanisation et romanisation (6).

Pour les Romains, il n'y a pas de définition simple de la ville qui soit strictement d'ordre quantitatif (7). Sans doute le mot «*urbs*» est-il celui qui répond le mieux à une représentation physique de la ville (8), mais il est indépendant du statut de la *civitas* dont l'*urbs* n'est que le noyau organisateur plus ou moins densément peuplé (9). La ville n'est donc pas le mode ordinaire d'habitat ni un lieu défini par des formes d'activité professionnelle spécifiques. Elle est, au départ, un organe de gestion dont la fonction est par excellence politique (10). Elle symbolise et reflète le pouvoir romain, elle propose une image plus ou moins déformée des mécanismes qui assurent la paix et la stabilité de l'Empire; elle est, dans un système où l'appareil administratif n'était pas très développé, un moyen de compléter le contrôle du pouvoir et de l'administration sur un territoire donné.

L'*Urbs* par excellence était bien Rome, *caput imperii*, et les autres villes pouvaient s'en approcher mais non l'égaliser. Cette capacité à abriter le plus grand nombre possible de fonctions politiques et à les faire fonctionner de manière autonome fondait la hiérarchie des villes-cités. Il n'est pas étonnant que les capitales provinciales aient toutes été les colonies et les municipes des provinces (11). En honorant des communautés de ces statuts privilégiés, Rome sélectionnait des centres appelés à servir de référence et visait à marquer une rupture avec le passé. Désormais le romano-centrisme l'emportait, consacrant un changement d'échelle considérable puisque la ville n'était plus le centre d'un espace unique et de dimensions restreintes, mais occupait des positions multiples à l'intérieur d'espaces circulaires nombreux, tels que l'Empire, la *provincia*, le *conventus*, la *civitas* ou le *populus* (12). La rupture n'était que partielle, car le rôle nouveau était attribué — par le fait du pouvoir romain, il est vrai — le plus souvent à des centres déjà existants et déjà reconnus, à une échelle donnée, comme prééminents (13).

Il est aussi, dans ces conditions, tout à fait légitime de parler de ville pour des cités de statu pérégrin, qu'elles aient été nouvellement créées ou qu'elles aient pris la suite d'agglomérations existantes. Une ville pérégrine était dans certaines conditions un lieu de pouvoir, un *caput civitatis*, et le vocabulaire latin attribue peu à peu ce type d'agglomération le nom de *civitas* ou de *respublica* (14), qu'elle partage avec les municipes. En revanche, la limite inférieure est nettement marquée par les rangs de *vicus* ou *castellum* (*Κωμὴν* chez Strabon) qui sont des villages dépendants. Le cas des *oppida* est plus complexe, mais, même, s'il s'agit d'*oppida civium Romanorum*, il nous semble difficile de les placer dans les villes proprement dites (15).

Cette hiérarchie urbaine, établie sur la base de critères juridico-politiques, ne préjuge en rien, sauf dans le cas des grandes capitales administratives, de l'importance démographique et économique de la ville. Comme on l'a souligné depuis longtemps (16), il pouvait exister des villes vides d'habitants et une colonie ou un municipes n'étaient pas nécessairement très peuplés en leur centre politique ou n'étaient pas obligatoirement plus peuplés qu'une cité pérégrine. Ce que l'on constate cependant, c'est qu'en théorie et en pratique le noyau urbain était appelé à grandir et que, indépendamment

(4) Ph. LEVEAU, *Caesarea de Maurétanie*, ANRW, II, 10², pp. 683-738 (= LEVEAU, *Caesarea*), en attendant la publication en cours de sa thèse sur le même thème: *Caesarea de Maurétanie et son territoire. Contribution à l'étude des rapports ville-campagne dans l'Empire Romain*, Université de Provence, 1979; *id.*, *Ville antique*.

(5) J. N. BONNEVILLE, R. ETIENNE, P. ROUILLARD, P. SILLIERES et A. TRANOY, Les villes romaines de la Péninsule Ibérique, dans *Les Villes dans le monde ibérique. Colloque de Talence, 1980, 1982* (= *Villes romaines*).

(6) Thème que nous avons abordé en des termes un peu différents il y a plus de dix ans: P. LE ROUX et A. TRANOY, Rome et les indigènes dans le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique. Problèmes d'épigraphie et d'Histoire, MCV, IX, 1973, pp. 177-231.

(7) GALSTERER, *Stadt*, p. 81.

(8) Il suffit de rappeler ici l'*«Urbs magnifica»* utilisé par PLINE, NH, III, 28 pour définir *Asturica Augusta*.

(9) C'est particulièrement net à travers l'exemple des villes gallo-romaines qui prirent au III^e siècle le nom de peuple dont elles avaient la gestion.

(10) GALSTERER, *Stadt*, pp. 76-77. En ce sens, la conception romaine ne se sépare pas de la conception grecque.

(11) Le fait est évident à la lecture du livre III de Strabon.

(12) Cf. aussi *Villes et Campagnes*, pp. 13-14.

(13) Ce qui n'est pas incompatible avec le fait que les grandes capitales provinciales et régionales furent souvent créées de toutes pièces par Rome; elles se situaient comme *Caesarea de Maurétanie*, *Corduba de Bétique* ou *Narbonne* à proximité de centres indigènes dont on ignore souvent le rôle exact.

(14) Pour l'emploi de *civitas*, CIL, II, 158 relatif à *Ammaia* ou encore A. TRANOY, *La Galice Romaine. Recherches sur le nord-ouest de la péninsule ibérique dans l'Antiquité* (Publications du Centre Pierre Paris, 7), Paris, 1981, pp. 200 (= TRANOY, *Galice*). Le terme de *Res publica* figure pour *Asturica* sur l'inscription CIL, II, 2636; on citera aussi l'utilisation de la formule *omnibus honoribus in r.p. sua functus* à Tarragone pour un flamme originaire de *Lancia*: CIL, II, 4223 = RIT, 287.

(15) Sur les *oppida c.R.*, dont l'existence est attestée par PLINE, NH, V, par exemple: cf. Ch. SAUMAGNE, *Le droit latin et les cités romaines sous l'Empire, Essais critiques*, Paris, 1965; aussi J. GASCOU, *La politique municipale de l'Empire romain en Afrique Proconsulaire de Trajan à Septime Sévère*, Rome, 1972, p. 17-28. Pour les *oppida* dans le Nord-Ouest, TRANOY, *Galice*, p. 205.

(16) GALSTERER, *Stadt*, p. 81.

ment de leur statut, les agglomérations se paraient d'institutions et de monuments voisins quant à leur forme, même si l'empreinte des coutumes locales contribuait à maintenir, au fond, une grande diversité encore accrue par les décalages chronologiques de la conquête romaine (17). L'explication en est donnée, nous semble-t-il, par Ch. Goudineau quand il écrit : «*La ville est une scène ou s'expose et se concrétisent prééminences et dépendances (de cité à cité, de ville à campagne, de notable à non-notable, entre les notables eux-mêmes), c'est aussi un lieu d'action où ces hiérarchies, dans une faible mesure, peuvent se modifier*» (18). La ville, lieu de pouvoir, cristallisait, en la rétrécissant, la réalité des rapports sociaux et reflétait avant tout un mode de vie fondé sur l'*otium* et la *dignitas* rejetant en partie dans l'ombre le *negotium* et la *rusticitas*. Elle favorisait les relations et les échanges et contribuait donc à la longue à modifier progressivement le paysage social et politique d'une région.

A suivre la logique de notre raisonnement, on admettra que Rome avait besoin des villes et cherchait à en créer systématiquement. Le nombre et la dimension, l'amplitude de l'urbanisation, étaient dictés par le contexte politique et par les ressources humaines et agricoles locales (19). Il convient donc de ne pas parler de romanisation et d'urbanisation, qui en est le corollaire, mais de mettre en valeur des formes de la Romanisation et des urbanisations définies par des réseaux de pouvoir et des hiérarchies administratives et politiques. Le statut fixait un degré d'autonomie territoriale, mais chaque centre urbain était inséré dans un réseau de territoires multiples qui ne se superposaient le mieux et le plus complètement que dans le cas des municipes et des colonies (20). Il n'est pas possible de faire totalement abstraction du discours romain sur la ville et de le traiter comme une simple illusion idéologique destinée à masquer les réalités matérielles. Force est de constater que les formes privilégiées de la romanisation étaient politiques et culturelles avant tout. L'utilité politique et donc sociale de la ville jouait un rôle fondamental dans sa création et son développement. Par le biais du gouvernement provincial, de l'évergétisme, des patronages et des relations de clientèle, une ville pouvait trouver des ressources qui excédaient celles de son territoire.

Ce cadre ne néglige pas le problème des fonctions économiques de la ville. Il invite à les apprécier de façon nouvelle et à leur rendre une efficacité à l'intérieur d'un système moins tributaire des conceptions modernes. Il invite aussi à reposer la question de la municipalisation dans le Nord-Ouest et à mieux comprendre le rôle du *municipium Aquae Flaviae*, aujourd'hui Chaves.

II. EPIGRAPHIE ET FONCTIONS URBAINES DANS LE NORD-OUEST

Le Nord-Ouest fut intégré lentement à l'ensemble impérial à partir du moment où D. Iunius Brutus franchit le Miño en 138 avant J.C. (21). La phase décisive correspondit cependant à celle de la pacification définitive à la suite des campagnes Asturo-cantabres d'Auguste et d'Agrippa. Cette histoire explique partiellement l'originalité de l'urbanisation de ces régions à partir d'Auguste. Le surnom *Augustus* présent dans la dénomination des trois grands centres administratifs ne doit pas masquer cependant la richesse du phénomène urbain et ne doit pas faire oublier le poids de l'évolution antérieure à l'arrivée des Romains et le rôle de la période séparant la première expédition romaine de l'organisation augustéenne.

Une proto-urbanisation

Pour le nord-ouest ibérique, il est nécessaire, avant d'aborder la période romaine, d'évoquer les conditions du peuplement et de l'organisation politique des populations indigènes avant la conquête en se posant la question de l'existence possible d'une structure de type urbain. Dans la période qui précède l'arrivée et l'installation du pouvoir romain, la confirmation du pouvoir politique était liée à l'émiettement des peuples répartis sur l'ensemble du territoire dans les très nombreux sites fortifiés, désignés sous le vocable moderne de *castros* ou de *citánias* (22). La multiplicité des groupes de population et leur dispersion territoriale en petites unités n'étaient pas favorables à l'existence d'un centre important pouvant correspondre à une ville comparable à la cité classique. Dans la plupart des cas, c'était un habitat de camp fortifié qui servait de cadre de vie aux populations indigènes du nord-ouest ibérique. C'est dans ce sens qu'il faut comprendre le passage de Florus qui évoque les rassemblements des populations auprès des zones d'implantation des Romains, «*in plano*» (23). Mais, de son côté, Strabon précise que les Romains

(17) *Villes et Campagnes*, p. 14.

(18) *Ville antique*, p. 386.

(19) Ph. LEVEAU, Une ville et ses campagnes: l'exemple de Caesarea de Maurétanie, dans *Villes et Campagnes*, pp. 83 sv.

(20) Comme le souligne LEVEAU, *Villes et Campagnes*, p. 86, l'exemple de Caesarea montre cependant qu'il n'y avait pas de correspondance stricte entre zone d'influence administrative et politique et zone d'influence économique. C'est une confirmation d'une idée de mieux en mieux admise aujourd'hui, à savoir que les villes dominaient la campagne mais devaient pour se maintenir compter sur d'autres ressources que les ressources locales.

(21) Par exemple, TRANOY, *Galice*, pp. 126-127.

(22) Par exemple, TRANOY, *Galice*, pp. 126-127.

(23) Présentation générale par F. ACUNA CASTROVIEJO, Panorama de la cultura castrexa en el N.O. de la Peninsula Ibérica, dans *Bracara Augusta*, XXXI, pp. 235-253; cf. aussi TRANOY, *Galice*, pp. 75-122.

réduisirent « la plupart des villes à l'état de simples bourgades » (24), ce qui est la reconnaissance implicite de l'existence de cités dont l'ampleur dépassait celle d'un simple retranchement fortifié.

Certains sites indigènes durent avoir une importance plus grande que d'autres, avec un champ d'action plus vaste. C'est ainsi que l'on pourrait justifier les qualificatifs utilisés par les sources pour désigner *Lancia*: « τὸ μείζον τῶν Ἀστόρων πόλις » ou encore: « *validissima civitas Lancia* » (25). La ville asture de *Lancia*, actuel petit village de Villasabariego, n'était donc pas un simple camp fortifié, mais présentait des signes d'organisation et de structures proches d'une ville. Aussi Carisius ne voulut-il pas laisser ses soldats la brûler, car il désirait conserver intact la cité comme témoignage de sa victoire. Une bourgade d'importance mineure n'aurait pas justifié un tel traitement (26) et *Lancia* devait représenter un centre politique important des Astures.

Quelques grands *castros* du nord du Portugal méritent aussi une attention particulière; ce sont, entre autres, le *castro* de Monte Mozinho et les *citánias* de Sanfins et de Briteiros. Leur superficie et les témoignages archéologiques recueillis sur les sites attestent l'importance de l'occupation humaine. Le fait est remarquable pour Briteiros où l'archéologie concorde avec le texte de Strabon évoquant des réunions à l'occasion de grands banquets où les invités s'asseyaient sur des bancs le long des murs en fonction de leur âge et de leur rang (27). Or, il existe à Briteiros une grande maison circulaire avec un banc de pierre aménagé tout autour du mur intérieur: c'est une illustration de ces lieux de sociabilité que décrit Strabon et qui sont le reflet d'une organisation communautaire assez évoluée avec une hiérarchie sociale marquée.

Avant l'introduction des villes augustéennes, il y avait donc déjà des sites fortifiés qui pouvaient être des centres d'un pouvoir politique s'étendant sur une assez vaste région dont dépendaient les ressources essentielles des habitants du *castro*. Il y avait des liens étroits et évidents entre les *castros* et les campagnes environnantes, impliquant un réseau de relations fondées à la fois sur le pouvoir politique des notables du *castro* et sur les nécessités économiques des habitants. Il est aussi probable, comme l'attestent de nombreux documents archéologiques, que le *castro* avait un rôle de centre religieux (28). Ainsi voit-on s'ébaucher, dans un cadre restreint, une série de fonctions qui ne sont pas sans rapport avec les fonctions traditionnellement attribuées à la ville. Il manquait à ces sites un cadre politique plus vaste, mais on peut cependant à leur propos parler de phénomène de proto-urbanisation, au même titre que pour les grands *oppida* de la Gaule pré-césarienne (29).

Dans le Nord-Ouest comme dans les autres régions du monde méditerranéen, la ville constitue l'un des éléments fondamentaux de la mise en place des structures romaines. Sans reprendre ici les circonstances détaillées des fondations urbaines dans le Nord-Ouest (30), nous voudrions examiner, à partir des documents épigraphiques, ce que l'on peut saisir comme fonction spécifique de ces villes.

La ville et les réalités du pouvoir

Au lendemain de la conquête, la création de centres urbains est essentiellement l'expression d'un pouvoir politique, contenu, comme nous l'avons dit, dans le nom même des villes, quelles soient Augustéennes (*Lucus Augusti*, *Bracara Augusta*, *Asturica Augusta*) ou Flaviennes (*Aquae Flaviae*, *Flavium Brigantium*, etc. ...). Il n'est pas difficile d'imaginer l'impact que put provoquer la construction d'une ville comme Braga sur les populations indigènes réfugiées dans les *castros* qui entourent le site de la nouvelle ville. Il y avait bien là, sur le terrain même, le signe à la fois d'un phénomène de rupture et d'une volonté de captation des forces politiques, que l'archéologie a bien mise en évidence pour d'autres sites, en particulier à *Conimbriga* (31). Il s'agissait de mettre en place de nouvelles structures destinées à remplacer les structures politiques indigènes, tout en récupérant au profit de Rome les énergies locales disponibles. C'était un élément important du processus de fusion des peuples conquis destiné à permettre leur intégration lente au monde politique romain. A ce stade, la ville n'était pas l'instrument d'une coupure brutale, mais au contraire devenait un relais entre le pouvoir central et les peuples de la province.

La ville, centre de gestion

Lorsque l'on examine l'histoire urbaine du Nord-Ouest, ce sont surtout les fonctions de relais et de fusion qui paraissent les plus évidentes. Très tôt, les villes se présentent comme des centres indigènes

(24) STRABON, III, 3, 5; on ne saurait négliger cependant le fait que l'état de guerre avait pu contribuer à donner une importance nouvelle à *Lancia*.

(25) DION CASSIUS, LIII, 25, 8; FLORUS, II, 33, 57.

(26) FLORUS, II, 35, 58; OROSE, *Adv. pag.*, VI, 21, 10.

(27) STRABON, III, 3, 7.

(28) Statues et objets de culte découverts sur les sites ou, plus tard à l'époque romaine, dédicaces à des divinités indigènes provenant de *castros*.

(29) GOUDINEAU, *Ville antique*, p. 231

(30) A. TRANOY, Agglomérations indigènes et villes augustéennes dans le nord-ouest ibérique, *Villes et Campagnes*, pp. 125-137; *id.*, *Galice*, pp. 190 sv.

(31) J. ALARCÃO et R. ETIENNE, *L'architecture* (Fouilles de Conimbriga, I), Paris, 1979; *id.*, *Ville romaine et agglomération indigène: L'exemple de Conimbriga (Portugal)*, *Villes et Campagnes*, pp. 57-59.

sous contrôle romain, sans vocation militaire particulière, contrairement à ce que l'on avait pensé jusqu'alors. Cette remarque est particulièrement valable pour Lugo et Braga ⁽³²⁾, mais peut être aussi faite pour Astorga ⁽³³⁾. Dans ces trois villes, le rôle de capitale régionale est confirmé et renforcé par la création des conventus et leur promotion à la tête de chacun des trois conventus d'Asturie et de Galice.

La documentation épigraphique ne rend que très partiellement et très imparfaitement compte du rôle administratif des villes du Nord-Ouest. A Braga, nous avons seulement pour le Haut-Empire le témoignage de deux inscriptions concernant des légats, C. Caetronius Miccio entre 25 et 33p.C. ⁽³⁴⁾ et Triarius Maternus, légat juridique sous Marc-Aurèle ⁽³⁵⁾. L'Antiquité tardive est représentée par l'inscription du *praeses* Aemilius Maximus, gouverneur de la Galice entre 312 et 324 ⁽³⁶⁾.

La situation est un peu différente pour *Lucus Augusti* où les découvertes épigraphiques ont permis de mettre en valeur le rôle particulier de cette ville. La présence d'affranchis impériaux et d'un membre du *tabularium* pour la période de la fin du II^e siècle et du début du III^e siècle ⁽³⁷⁾ est une indication précieuse sur le développement de l'administration impériale dans cette ville à l'époque sévérienne, qui est autant le reflet du développement même de la *Gallaecia* que l'indice de l'emprise croissante de l'Etat dans ces régions où les richesses minières étaient loin d'être négligeables ⁽³⁸⁾. La présence des *Lares Gallaeciarum* dans la dédicace offerte par l'affranchi impérial Saturninus pourrait alors être l'illustration d'une prépondérance administrative de Lugo sur l'ensemble de la Galice, couvrant à la fois les *Bracari* et les *Lucenses*, ce qui expliquerait alors la position plus secondaire de Braga pendant cette période ⁽³⁹⁾. Cette emprise croissante de l'Etat au II^e siècle est aussi confirmée par les inscriptions d'esclaves impériaux sur le site de La Corogne, en lien probablement avec l'administration des douanes ⁽⁴⁰⁾.

Bien qu'elle soit capitale de conventus au même titre que Braga et Lugo, Astorga occupe une place privilégiée dans l'administration impériale du Haut-Empire. La documentation épigraphique, en dehors de la forte proportion de noms romains qu'elle contient, a fourni en plus d'un légat juridique et d'un *praeses* ⁽⁴¹⁾ une série importante de procurateurs ⁽⁴²⁾ dont le séjour à Astorga est en rapport direct avec l'exploitation des mines de la région du Teleno et avec l'administration financière de l'Asturie-Galice, constituant pour ce cas précis un seul district original ⁽⁴³⁾. Contrairement à Lugo et à Braga où les inscriptions en zone rurale apportent peu de compléments sur la vie administrative, à Astorga on ne peut pas dissocier les inscriptions concernant l'administration impériale, des documents trouvés en dehors de la ville, en particulier dans le secteur de Villalis, en zone d'exploitation minière. On discerne là la place qu'occupait la ville d'Astorga pour la mise en valeur des districts miniers et pour l'ensemble des territoires du Nord-Ouest dont les routes principales convergeaient vers cette ville. D'autre part, l'existence du camp légionnaire de León à proximité d'Astorga permettait à l'administration impériale de disposer d'un personnel détaché de l'armée auprès des services du procurateur ⁽⁴⁴⁾: il venait ainsi renforcer le personnel des affranchis et des esclaves bien attestés à Astorga parmi la population ⁽⁴⁵⁾. Cette place importante du milieu servile dans la société d'Astorga accentue le contraste entre la ville asture et les deux autres capitales galiciennes où les esclaves et les affranchis sont nettement moins représentés dans les inscriptions.

Ainsi, à travers l'étude de l'administration dans les trois capitales de conventus, est-il possible de saisir les degrés de contrôle exercé par le pouvoir impérial à partir de la grande capitale provinciale de Tarragone. Le principal point d'appui semble bien être Astorga dont une grande partie de l'activité urbaine est tournée vers l'administration du Nord-Ouest. Lugo joue un rôle de second plan, servant de relais pour les parties proprement galiciennes du Nord-Ouest. Il y a là une répartition des rôles qui confirme ce que Rome attendait des villes outre un rééquilibrage par rapport à la forte urbanisation de la

⁽³²⁾ IRPL, p. 8-10; TRANOY, *Galice*, p. 191.

⁽³³⁾ P. LE ROUX, *L'armée romaine et l'organisation des provinces ibériques d'Auguste à l'invasion de 409* (Publications du Centre Pierre Paris, 8) Paris, 1982, pp. 75-76 (= LE ROUX, *Armée*).

⁽³⁴⁾ CIL, II, 2423; G. ALFÖLDY, *Fasti Hispanienses*, Wiesbaden, 1969, pp. 67-70.

⁽³⁵⁾ CIL, II, 2415 = ALFÖLDY, *Fasti*, pp. 87-88.

⁽³⁶⁾ EE, VIII, 117; A. CHASTAGNOL, *Les Empereurs dans l'aristocratie gouvernementale à l'époque de Théodose*, *Colloque sur les Empereurs Romains d'Espagne*, Madrid, 1964, Paris, 1965, p. 272.

⁽³⁷⁾ IRPL, 23, 27, 28.

⁽³⁸⁾ LE ROUX, *Armée*, p. 383.

⁽³⁹⁾ P. LE ROUX, *Lucus Augusti, capitale administrative au Haut Empire*, *Actas del Colóquio Internacional sobre el bimilenario de Lugo*, Lugo, 1977, pp. 83-101.

⁽⁴⁰⁾ EE, VIII, 307-309; TRANOY, *Galice*, pp. 187-188.

⁽⁴¹⁾ CIL, II, 2634-2635.

⁽⁴²⁾ Pour cette question, TRANOY, *Galice*, pp. 181-185.

⁽⁴³⁾ TRANOY, *Galice*, pp. 178-185.

⁽⁴⁴⁾ LE ROUX, *Armée*, p. 269.

⁽⁴⁵⁾ CIL, II, 2644-2646, 2650, 2655-2656 etc. ...; sur cette question, G. PEREIRA MENAUT, *La esclavitud y el mundo libre en las principales ciudades de Hispania romana. Analisis estadístico según las inscripciones*, *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, X, 1970, pp. 159-188.

côte orientale ⁽⁴⁶⁾. Enfin, Braga semble tenir pendant le Haut-Empire une place plus effacée dans le domaine administratif, si l'on s'en tient au bilan épigraphique que nous possédons, mais qui peut être remis en question à tout instant par de nouvelles découvertes. Quoiqu'il en soit, l'une des principales fonctions de ces villes est bien une fonction de gestion et d'administration, destinée à permettre au pouvoir central, grâce à des recensements réguliers et grâce aux prélèvements fiscaux, d'avoir une appréciation la plus juste possible des revenus et des richesses de ces provinces éloignées. Mais cette fonction, reflet d'un pouvoir centralisateur, ne pouvait suffire à la vie même de la ville. Elle correspond à son rôle de relais, mais elle facilitait aussi la création d'une société transformée, particulièrement dans le Nord-Ouest où les sociétés indigènes avaient conservé des traits particuliers et où il apparaissait nécessaire de faciliter l'intégration des élites issues directement ou non du milieu rural.

La ville, centre religieux

C'est ici qu'intervient l'élément religieux qui se situe aux racines mêmes des créations urbaines du Nord-Ouest, au même titre que les nécessités administratives. Nous avons, dans d'autres travaux ⁽⁴⁷⁾, étudié le fonctionnement et l'impact des cultes romains dans les principales villes du Nord-Ouest. Il ne nous paraît pas utile de reprendre cette question en détail, mais nous désirons seulement en souligner quelques aspects. Chaque communauté de population du Nord-Ouest possédait ses propres dieux et l'épigraphie est riche de tous ces témoignages des cultes locaux, reflet d'un particularisme très vivace pendant la durée de l'Empire, surtout dans les zones rurales, mais aussi dans les villes. Une des fonctions essentielles de la ville était de dépasser ces particularismes religieux pour tenter de créer de nouveaux liens de solidarité autour des cultes qui représentaient de diverses façons l'expression religieuse du pouvoir, que ce soit par le culte impérial officiel ou par des divinités classiques aussi importantes que Jupiter ou les Lares. Dans la mesure où ces cultes pouvaient aussi être un élément de promotion sociale ou de reconnaissance de notabilité locale, ils constituaient une évidente source d'attraction pour les familles qui, avant la conquête, contrôlaient le pouvoir politique et religieux des peuples indigènes. Il est en tout cas certain que la mission de Paullus Fabius Maximus à Lugo et à Braga reflète la volonté impériale de faire de ces cultes un point d'appui pour l'intégration des populations locales ou tout du moins de leurs élites dans les villes. On a au moins un témoignage à Braga avec le premier prêtre de conventus, Camalus, fils de Melgaecus ⁽⁴⁸⁾. La présence à Braga d'autres inscriptions où l'on retrouve la même onomastique peut être l'indice de l'installation de notables indigènes avec leur famille ⁽⁴⁹⁾. Tarragone offre une autre illustration de ces promotions indigènes avec le flamme M. Ulpius Reburus, originaire du *conventus Bracarum* ⁽⁵⁰⁾. C'est aussi à partir des dédicaces religieuses liées au culte impérial que l'on connaît l'existence d'institutions municipales dans de petits centres du Nord-Ouest comme la *civitas Limicorum*, *Brigaecium* et *Lancia* ⁽⁵¹⁾. De même constate-t-on la formation de nouveaux types de solidarité à partir de pratiques religieuses romaines; à Braga, l'épigraphie nous fait connaître un «*sodalitium urbanorum*» ⁽⁵²⁾; un autre texte fait allusion à des «*sodales Flavi*» ⁽⁵³⁾. Un collège existait à Lugo ⁽⁵⁴⁾. Cette impression de cohésion urbaine se retrouve lorsque les personnes quittent leur cité et rencontrent ailleurs des compatriotes: à Beja, est attesté un «*sodalitium Bracarorum*» ⁽⁵⁵⁾.

La fonction économique est-elle essentielle?

Il reste enfin un troisième secteur où la ville antique exerce traditionnellement son pouvoir, la vie économique. La ville est envisagée comme un centre de consommation, vivant en situation de parasite sur la campagne qui l'entoure et qui lui fournit l'essentiel de ses revenus et de ses besoins. L'artisanat est censé s'y développer, donnant ainsi à la ville une activité de transformation des produits. Dans quelle mesure les sources épigraphiques viennent-elles confirmer ou infirmer ce tableau économique de la ville? Bien sûr, il n'est pas question de nier le rôle de l'économie dans le développement urbain. S'il est nécessaire de réagir contre une conception «économiste» de la création des villes, il ne faut pas pour autant tomber dans l'erreur inverse. Cette image d'une ville parasite risque de minimiser la place de la ville dans son territoire alors qu'elle est le point de départ de tout une réorganisation des régions et que les

⁽⁴⁶⁾ *Villes romaines*, p. 17.

⁽⁴⁷⁾ A. TRANOY, Religion et société à Bracara Augusta (Braga) au Haut-Empire, *Actas do Seminário de Arqueologia do Noroeste peninsular*, Guimarães, III, 1980, pp. 67-83; *id.*, Remarques sur la permanence et les mutations dans la Galice antique: le rôle des villes, *II Seminario de Arqueologia del Noroeste, Santiago*, 1980, Madrid, 1983, pp. 195-201.

⁽⁴⁸⁾ *CIL*, II, 2426.

⁽⁴⁹⁾ Par exemple, *Camalus*: *CIL*, II, 2445, 2447; *EE*, VIII, 118-119; *Arquius*: *CIL*, II, 2433, 2435; *Melgaecus*: *CIL*, II, 2435.

⁽⁵⁰⁾ *CIL*, II, 4257.

⁽⁵¹⁾ *CIL*, II, 4215, 6094 et 4223 = *RIT*, 276, 275 et 287.

⁽⁵²⁾ *CIL*, II, 2428.

⁽⁵³⁾ *AE*, 1973, 299.

⁽⁵⁴⁾ *IRPL*, 6.

⁽⁵⁵⁾ *AE*, 1956, 254.

activités économiques quotidiennes s'y retrouvent logiquement ^(55bis). Mais le problème véritable est dans l'établissement d'une hiérarchie des fonctions où l'économie trouve sa véritable place.

Il est certain que la création de centres urbains suscita de nouveaux circuits économiques avec des pôles d'intérêt différents, des besoins nouveaux. La ville put alors devenir un centre d'échanges concurrentielles les anciens sites des *castros*. Ainsi, Braga possédait un *macellum* connu seulement par une dédicace religieuse ⁽⁵⁶⁾. Au début de l'Empire, des *negotiatores* romains fréquentaient cette région ⁽⁵⁷⁾ qui avait déjà attiré l'intérêt des milieux économiques de Rome avant la conquête ⁽⁵⁸⁾. Mais, en réalité, ces exemples font figure d'exception et ne doivent pas faire illusion. Le bilan épigraphique concernant l'économie des villes du Nord-Ouest est très maigre. Même l'artisanat y est peu attesté en dehors de Braga où l'on a découvert d'importantes traces de l'activité des potiers dans le quartier de Maximinos ⁽⁵⁹⁾ et où un décor de stèle fait peut-être allusion à un menuisier ou à un charpentier ⁽⁶⁰⁾.

En revanche, le fait marquant est la diffusion des activités artisanales en zone rurale dans la région de Braga: des foulons installés à Montariol, au nord de Braga, et à Caldas de Vizela, des tailleurs de pierre dans la région de Porto, de Viana do Castelo ou de Ponte de Lima ⁽⁶¹⁾. Isolées, ces inscriptions n'auraient que peu de signification, mais elles recourent d'autres témoignages attestant le dynamisme et la vitalité des zones rurales dans le secteur occidental du *conventus Bracarum*. Dans ce cas précis, on constate donc que, malgré son rôle de ville-marché, Braga n'a pas entièrement modifié les courants économiques qui devaient exister avant l'arrivée des Romains et qui expliquent en partie la parenté du matériel trouvé sur les sites des *castros*. Que dire alors des villes de Lugo et d'Astorga où, pour la première, le seul métier attesté est celui d'*ornatrix* et, pour la seconde, celui de *grammaticus!* ⁽⁶²⁾.

De cet examen des inscriptions et des spécificités urbaines des trois principales villes du Nord-Ouest, il ressort donc que leur création et leur développement sont essentiellement liés à des nécessités politiques, en rapport étroit avec l'administration et le culte officiel. Le peuplement progressif des cités a entraîné logiquement une activité économique, mais elle n'a jamais été la cause essentielle. A long terme, cette fonction a pu valoriser la ville, surtout si les régions voisines facilitaient la vie économique par leur dynamisme: ce fut sans doute le cas pour Braga qui finit par devenir la capitale de la *Gallaecia* de Dioclétien avant d'être qualifiée de *dives* par Ausone ⁽⁶³⁾. Les fonctions administratives et religieuses pouvaient suffire pour attirer et fixer sur le territoire urbain des groupes indigènes qui s'intégraient progressivement aux structures romaines. Ce dut être le cas à Astorga de la famille de Domitius Senaicio ⁽⁶⁴⁾, composée de 8 personnes, de la descendance de Tritheus à Braga ⁽⁶⁵⁾ ou encore de la famille de Celicus Fronto qui fit réaliser le monument de la Fonte do Ídolo ⁽⁶⁶⁾.

Cet ensemble de constatations nous amène à reconsidérer le rôle des petits centres intermédiaires, en dehors des trois capitales de *conventus*.

III. L'ORIGINALITÉ DE CHAVES, MUNICIPIUM FLAVIENSE.

En effet, les sources littéraires et épigraphiques font mention d'autres sites qui, à des degrés divers, purent jouer un rôle dans le développement urbain du Nord-Ouest. Sans reprendre l'ensemble de la question pour les trois *conventus*, nous avons choisi d'axer notre réflexion autour d'*Aquae Flaviae* (Chaves) et de la zone géographique qui est liée à cette cité, c'est-à-dire la partie centrale et méridionale de l'actuelle province espagnole d'Orense et la région portugaise du bassin de Chaves drainé par le Tâmega; ce bassin devait correspondre au *territorium* d'*Aquae Flaviae*, mais il est difficile d'en préciser les contours exacts. Les limites devaient être tributaires des massifs montagneux: à l'ouest, les serras de Barroso et de Larouco; à l'est, les prolongements septentrionaux de la serra de Padrela: le massif de Brunheiro. Vers le sud, le bassin de Chaves se resserre après la confluence du Tâmega et du Vidago; la limite nord est encore plus délicate, le territoire de Chaves étant voisin de celui des *Tamagani* de la région de Verín.

La documentation épigraphique et littéraire concernant ce secteur présente la particularité de nous offrir un échantillon des termes utilisés pour désigner un groupe de population ou un lieu géographique. Le tableau suivant rassemble cette documentation:

^(55bis) LEVEAU, *Ville antique*, p. 920-921.

⁽⁵⁶⁾ *CIL*, II, 2413; le *macellum* était surtout l'indice que la ville ne produisait pas ce dont elle avait besoin pour se nourrir.

⁽⁵⁷⁾ *CIL*, II, 2433.

⁽⁵⁸⁾ TRANOY, *Galice*, pp. 126 sv.

⁽⁵⁹⁾ J. J. RIGAUD DE SOUSA et E. A. PIRES DE OLIVEIRA, Subsídios para o estudo das olarias de Bracara Augusta, *Trabalhos de Anthropologia e Etnologia*, 1982, pp. 359-369.

⁽⁶⁰⁾ *CIL*, II 2431; pour la description du décor, se reporter à TRANOY, *Galice*, p. 242.

⁽⁶¹⁾ TRANOY, *Galice*, pp. 241-242.

⁽⁶²⁾ *IRPL*, 32; *CIL*, II, 5079.

⁽⁶³⁾ AUSONE, *Ordo*, XI-XIV.

⁽⁶⁴⁾ *CIL*, II, 2657.

⁽⁶⁵⁾ *CIL*, II, 2445.

⁽⁶⁶⁾ *CIL*, 2419-2420.

TITRE	LIEU	REFERENCE
Municipium	Chaves	AE, 1973, 304-305
Civitas	Chaves Nocelo da Pena	CIL, II, 2477 pour les 10 peuples CIL, II, 2516-2517
Forum	Bibali Limici	Ptolémée, II, 6, 42 Ptolémée, II, 6, 43
O	Castrelo Pestiqueira Pastoria	IRG, IV, 66 CIL, II, 2487 CIL, II, 2484
Castellum	Celanova Cabanas (Huelva, pour un Limicius)	CIL, II, 2520 CIL, II, 3535
Vicus	Fiães	Arqueologia, 1982, p. 69-70

On peut prendre comme point de départ la dédicace des peuples sur le pont de Chaves à laquelle participèrent les 10 *civitates* de cette région. Le terme de *civitas* utilisé pour ces 10 peuples à l'époque des Flaviens fait référence à un groupe installé sur un territoire délimité, selon le même principe que les *civitates* de la Gaule. Dans cette liste, une première remarque s'impose: la présence des *Aquiflavienses*, seul groupe dont le nom n'est pas d'origine indigène mais romaine. On a ici une indication sur le changement de nom de l'un de ces peuples, lié à une modification dans son organisation, décidée par le pouvoir romain. Nous avons, dans un autre travail, proposé d'identifier les *Turodi* comme étant le nom indigène primitif des *Aquiflavienses* ⁽⁶⁷⁾. Sous les Flaviens, ce peuple fut réorganisé autour d'une nouvelle cité à nom romain et dynastique, *Aquae Flaviae*, tandis que les autres peuples conservaient leur statut originel. Cette transformation du nom de la *civitas* accompagnait une promotion municipale clairement attestée par deux inscriptions de Chaves, alors que le rang n'est pas donné pour les trois capitales de conventus! Comment peut-on expliquer une telle décision qui paraît exceptionnelle dans le Nord-Ouest? ⁽⁶⁸⁾ Il y a, à la base, la volonté du pouvoir romain de donner à ce site une place privilégiée et une certaine suprématie sur les régions voisines; l'une des premières raisons tient certainement à la fonction de «ville-pont» d'*Aquae Flaviae*, qui contrôlait un passage essentiel sur le Tâmega pour les liaisons entre Astorga et Braga (*via XVII*), mais aussi pour les routes en provenance du district minier de Trêsmas et de Jales. En fait, la *via XVII* avait dû être tracée dès le début de l'Empire; mais il est important de constater que la dédicace qui consacre le rôle du pont date du gouverneur flavien C. Calpetanus Rantius; or ce fut ce même gouverneur qui aménagea l'autre grand axe du Nord-Ouest, la *via XVIII* Braga-Astorga par la province d'Orense: c'est le seul cas d'une référence à ce gouverneur en dehors de cette *via XVIII*. Sa présence dans l'inscription de Chaves est probablement en rapport avec un ensemble d'événements particuliers. Cette position de Chaves peut déjà justifier l'installation d'un poste important à cet emplacement, mais elle n'explique pas à elle-seule le rang de municipes qu'obtint *Aquae Flaviae* ⁽⁶⁹⁾.

Il est nécessaire pour bien comprendre le rôle et les fonctions d'*Aquae Flaviae* d'examiner le contexte régional. Le réseau routier dont on a évoqué les grands axes se prolonge par d'autres routes qui relient, à partir d'*Aquae Flaviae*, la *via XVII* à la *via XVIII*, par les bassins situés au nord de Chaves, en particulier les bassins de Verín et de Ginzo de Limia. Il y a là tout un espace géographique cohérent, habité par des peuples dont nous retrouvons les noms sur l'inscription du pont de Chaves et dont la vitalité est attestée par de nombreuses inscriptions, en particulier pour les *Limici*. D'autre part, l'organisation de ces peuples révèle la présence, au moins pour deux d'entre eux, de petits centres économiques jouant le rôle de marchés locaux: ce sont les *Fora* des *Bibali* et des *Limici* ⁽⁷⁰⁾. Dans le cas des *Limici*, nous savons en outre que l'un des membres de cette *civitas* en fut le *duumvir* avant d'être *sacerdos* du conventus de Braga et flamme à Tarragone ⁽⁷¹⁾. Il y avait donc au II^e siècle au sein du peuple des *Limici* une organisation du type municipale avec un *duumvir* à la tête de la *civitas*. Il faut donc admettre que la notion de *forum* n'a pas seulement un contenu économique, mais qu'elle implique une structure politique, laissant supposer l'existence d'un petit noyau urbain au cœur de la *civitas Limicorum*, que l'on a pu identifier avec le site de Nocelo da Pena d'où proviennent les deux inscriptions dédiées à Hadrien et à Antonin qui font mention de la *civitas* ⁽⁷²⁾.

Cependant, ces petits centres n'avaient qu'un rayonnement limité et ne concernaient qu'un peuple. C'est alors qu'apparaît plus nettement la place d'*Aquae Flaviae*, destinée à jouer le rôle de petite capitale

⁽⁶⁷⁾ A. TRANOY, A propos des Callaeci de Plin. Epigraphie et peuplement, *Bracara Augusta*, XXXI, 1977, pp. 225-233.

⁽⁶⁸⁾ Mais non dans l'Empire: cf. le *Municipium Arae Flaviae* de Germanie Supérieure (AE, 1981, 691), province où existaient cependant des colonies.

⁽⁶⁹⁾ Le pont n'était pas en soi un élément honorifique. Son importance, manifestée par les inscriptions de l'époque de Vespasien et de l'époque de Trajan, était en revanche un gage décisif de l'essor souhaité de la ville.

⁽⁷⁰⁾ PTOLEMÉE, II, 6, 42-43.

⁽⁷¹⁾ CIL, II, 4215 = RIT, 276.

⁽⁷²⁾ CIL, II, 2516-2517.

régionale, relais administratif secondaire entre la capitale du conventus et les autres *civitates* de la région. La concession par les Flaviens du statut de *municipe* pour *Aquae Flaviae* (73) serait venue confirmer cette position en augmentant le prestige de la cité par rapport aux autres peuples. Ce serait donc pour faire face aux nécessités d'une gestion locale renforcée que la ville de Chaves aurait bénéficié d'un statut privilégié dès l'époque flavienne. Cette ville put alors servir de point d'appui pour une intégration plus rapide des autres peuples dans une région largement ouverte aux échanges avec la présence des deux plus grandes routes du Nord-Ouest, la *via XVII* et la *via XVIII*. Ce serait à partir de Chaves que se serait faite la mise en valeur de cette région et la promotion progressive des habitants, illustré par l'exemple des *Limici* qui purent se flatter d'avoir un *duumvir*, flamine à Tarragone. Enfin, il ne faut pas oublier un dernier élément qui peut aussi expliquer le développement particulier de Chaves, le thermalisme, évoqué dans le nom même de la cité, les «Eaux» Flaviennes» (74). L'installation d'un évêché à Chaves au Vème siècle était dans la logique de cette évolution.

Il faut maintenant reprendre le tableau pour tenter d'esquisser l'organisation de la région de Chaves, en reconnaissant le caractère hypothétique de cette restitution.

A un premier niveau, put se maintenir pendant quelque temps une organisation fondée sur une structure de type gentiltaire désignée par le signe *O* avec, dans certains cas, la référence à un lieu géographique plus précis, un futur *castellum*. Malgré la faiblesse de notre documentation, il est possible que ce type d'organisation aboutit à un modèle plus romain où le *vicus* et le *castellum* dont le Nord-Ouest offre de trop rares témoignages épigraphiques furent les cellules fondamentales (75). Au dessus, existaient les peuples groupés en *civitates* à la tête desquelles on peut trouver des centres locaux, des *fora*. Coiffant le tout, la ville d'*Aquae Flaviae* représentait le pouvoir romain et le relais entre les peuples et la capitale du conventus. Sa promotion municipale put être due à la conjonction de tous ces éléments ou domine l'une de ses fonctions principales, celle de ville-pont. On peut alors envisager que le gouverneur C. Calpetanus Rantius, lors du vaste réaménagement du réseau routier, procéda à la dédicace officielle du pont de Chaves et honora la cité qui en assurait le contrôle par l'octroi de la municipalisation. L'événement marqua la nouvelle communauté des *Aquiflavienses* qui commémorèrent les faits avec les autres peuples par l'inscription honorifique du pont et immortalisèrent leur promotion juridique par les deux autels à *Iupiter Municipalis* et à la *Concordia Municipum*. Trajan confirma cette place particulière de Chaves lorsque le pont fut reconstruit en pierre (76).

CONCLUSION

Nous mesurons mieux aujourd'hui qu'il y a une dizaine d'années l'originalité du Nord-Ouest dans l'histoire de l'urbanisation romaine de la péninsule ibérique. S'il n'est pas nécessaire de revenir sur le fait que les trois conventus occidentaux furent inclus dans le mouvement de promotion municipale consécutif à l'octroi du *ius latii* par Vespasien, il convient en revanche d'apprécier plus justement la signification de l'absence ou de la présence de *municipes*.

Le particularisme d'*Aquae Flaviae* n'est peut-être pas dû seulement à la faiblesse de la documentation. Il montre que le statut municipal fonctionnait à plusieurs niveaux (77), mais aussi que des cités promues au rang de capitales administratives comme Braga, Astorga ou Lugo et organisées pour leur gestion locale selon les traditions municipales offraient des avantages équivalents à leurs citoyens sans avoir besoin du statut lui-même. En effet, le titre municipal avait une valeur honorifique autant qu'une efficacité administrative; il n'était pas la condition nécessaire d'une urbanisation selon les formes romaines et n'était donc pas le baromètre unique et indispensable de la romanisation. Il ressort, au fond, en l'état actuel du dossier, que, sur la base d'une hiérarchie urbaine mise patiemment au point, Rome privilégiait les moyens les mieux adaptés à la situation politique, sociale et culturelle d'une zone conquise. En ce sens, le Nord-Ouest se rapproche davantage des Trois Gaules que de la Bétique ou de la Narbonnaise. On ne négligera pas enfin le fait que l'épanouissement du réseau urbain dans l'Asturie-Galice se produisit à un moment où les statuts juridiques perdaient en importance et où le titre de colonie conservait seul un prestige enviable.

(73) *AE*, 1973, 304-305.

(74) Ce centre de cure devait attirer des fonctionnaires romains.

(75) En plus de l'inscription trouvée récemment dans le région de Chaves, on peut citer les *Vicani Atucausenses*, d'Amarante (*CIL*, II, 6287) et la *mansio Vicus Spacorum*; l'ensemble de cette question a été repris par G. PEREIRA MENAUT, *Los castella y las comunidades de Gallaecia, Zephyrus*, XXXIV-XXXV, 1982, p. 249-267, où l'auteur remet en cause l'organisation gentiltaire du Nord-Ouest galicien.

(76) *AE*, 1973, 304-305 pour les deux autels; *CIL*, II, 2478 pour Trajan.

(77) Il faut peut-être, sans aller jusqu'à la thèse de H. BRAUNERT réfutée par plusieurs auteurs avec des arguments sérieux, admettre que l'octroi du droit latin n'entraînait pas automatiquement l'organisation en *municipes* mais ménageait des formules intermédiaires mal connues, faute de documents plus explicites.

A CIDADE DE LUCUS AUGUSTI

Felipe Arias Vilas *

Por parte doutros autores e neste mesmo Coloquio trátanse temas que teñen unha relación directa con *Lucus Augusti*: o seu convento xurídico (o mundo que hoxe consideramos rural), e a epigrafía das cidades de N. O. Ambolos dous aspectos están loxicamente vencellados e interaccionados con moitos dos problemas que plantexa a investigación da cidade lucense e que imos citar aquí. Procuramos, por iso, facer unha revisión daqueles problemas e do estado dos coñecementos cinguíndonos, se iso é posible, unicamente á cidade, ben que no seu contexto determinado e tendo en conta que unha das fontes primordiais de coñecemento daquela é precisamente a epigrafía, tan abundante e importante en Lugo como en toda a demarcación conventual e á que, xa que logo, hai que facer inexcusable referencia.

As palabras latinas *Lucus Augusti*, xuntas pero ámbalas dúas co seu significado propio, designan á cidade galega de época romana mais coñecida, xunto coa Braga portuguesa. A súa tradución e fácil identificación coa actual Lugo conxúganse ademais cos restos arqueolóxicos e coa denominación de *Lucus*, *Luco* e por fin Lugo ao longo de case toda a Edad Meia.

Como capital que foi do convento xurídico lucense, creado formalmente e delimitado este en época flavia, a mención de *Lucus* nas fontes textuais clásicas é moi escasa, o cal non deixa de ser xa un problema ao introducirmos no seu estudo. Aquelas, apenas se reducen a uns poucos datos sobre os *populi* e os *capita libera* do Convento fornecidos por Plinio ou a inclusión de Lugo en relatorios de cidades ou como mansión en itinerarios viarios: Ptolomeo inclúeo dentro dos Caporos nos 7º 25' e 44º 25' das súas coordenadas, mentras o Itinerario de Antonino cita a *Luco Augusti* nas vías XIX e XX, e na Cosmografía do Anónimo de Rávena *Luco Augusti* aparece unido por unha posible vía a *Lucus Asturum* (ca. Oviedo, en Asturias). Precisamente este último camiño ten un grande interese ao enlazar as dúas zonas, a galega e a asturiana, ao través de terras de vella riqueza mineira. O estudo desta e doutras vías «secundarias», se chamamos así ás non citadas no devandito Itinerario de Antonino, é un dos primeiros retos, urxente por demais, que se plantexan na investigación do mundo galaico-romano, e o papel de *Lucus* neste entramado viario foi notable e, ao mesmo tempo, causa e efecto de moitos elementos históricos e arqueolóxicos que hoxe coñecemos: as mesmas explotacións mineiras, a situación dos castros mais «romanizados», a distribución das vilas, a expansión de certo tipo de arte, etc..

Tendo en conta que as opinións non son sempre coincidentes, a pertencia de Lugo ao *populus* dos Caporos ou Coporos non é segura e, en todo caso ficaría nos seus límites. A presunta existencia dos *Poemani*, pobo xermánico de época prerromana, baseándose nunha inscrición de discutida e difícil lectura e interpretación, xa foi desbotada case por completo hai algúns anos. O certo é que como capital dos galaicos lucenses é como *Lucus Augusti* pasou á historia e a toda a bibliografía.

A cuestión da etimoloxía e a orixe do nome de Lugo foi, de sempre, unha das cuestións mais debatidas e tamén mais atraintes para os historiadores. Desde o padre Risco, que na súa España Sagrada intentou explicar o nome *Lucus* e do propio río Miño (como río «lucente»), sucedéronse as hipóteses e opinións, participando nelas autores do século XIX como Villaamil y Castro ou Teijeiro y Sanfiz, e xa no s. XX Amor Meilán, Vázquez Seijas, Ares Vázquez, etc., pasando polas mencións á raíz lingüística *Luc-*, *Lug-*, ou *Llug-* de Loth, D'Ors, Pokorny, Albertos e outros.

A identificación dunha divinidad chamada *Lug* ou *Lugh* ou outras variantes nunha grande parte da área céltica europea, relacionada coa luz, coa claridade e con todo o que brilla, ten servido para crer que onde logo se fundou Lugo, rendíase culto ou, polo menos, existía unha relación co devandito deus. Para outros, un claro na propia boscosidade do lugar podería coaduxuar a aquela explicación.

Por outra banda, en varios epígrafes da área celtibera da Meseta (como en *Uxama*), e nos dous lugares lucenses de Sinoga (Rábade) e Liñarán (Sober) aparecen deuses (ou deusas, *Matres*) de nome ou apelativo *Lugobes*, *Lucoubus* ou semellantes (en ablativo plural), e na *tessera hospitalis* do Monte Cido do Courel meniónanse os *Lougeis*, sen recurrirmos aos *Luggones* ou ao *Lucus Astur* xa citado, nin a cidades como *Lugdunum* (Lyon) que teñen a mesma raíz.

(*) Museo Provincial de Lugo

Esta orixe indíxena, de tinte relixioso, do nome e seguramente da propia entidade do Lugo prerromano, consagrouse e aproveitouse, co natural «bon ollo» dos romanos, coa fundación da cidade romana en época de Augusto, quizais en torno ao 25 a.C. e en plenas guerras cántabras, coa denominación de *Lucus*, que nun principio significaba «claro no bosque» e que logo se xeralizou en latín como «bosque sagrado» (de Augusto neste caso).

O certo é que entre o 4 ao 1 a.C., en Lugo (como en Braga), o legado Paulo Fabio Máximo deixa constancia pública do culto ao emperador, como herdeiro, directo ou non, dun culto anterior ou dun lugar vencellado ás crencias e usos relixiosos prerromanos.

Desde o punto de vista arqueolóxico, a fundación de Lugo sobre un castro indíxena considerouse por moito tempo indubidable e relacionándoo precisamente cunha función militar nas campañas das guerras cántabras.

O alemán Schulten e a partires del, autores como García Bellido, Vázquez Seijas e moitos outros deron (dímos) por suposto que o núcleo orixinario tiña sido un campamento lexionario con capacidade para cinco cohortes. Non obstante, no actual estado da investigación, que ten progresado non pouco nestes últimos 8 ou 10 anos, e á luz de datos arqueolóxicos, topográficos, epigráficos e documentais, é mais asinado supoñermos unha orixe mais ben de carácter relixioso ou mesmo simbólico, cara aos propios indíxenas, e a tono coa explicación etimolóxica do nome prerromano: o lugar onde logo estaría Lugo sería un centro de confluencia comarcal, unha especie de «conciliabulum» en expresión de Le Roux, dos abundantes castros do entorno lucense, e a súa elección para fundar alí unha cidade adicada a Augusto, nun momento en que case tanto como os éxitos militares importaba a propaganda do culto imperial, estaría perfectamente explicada e sería, como a propia evolución da cidade demostraría, afortunada.

Hai que considerar, en primeiro lugar, o feito de que en Lugo non ten aparecido material arqueolóxico ningún nin, desde logo, sinais de asentamento que certifiquen un xacemento castrexo, ou sexa un hábitat indíxena permanente propriamente dito. Os poucos anacos cerámicos castrexos aparecidos na praza de Santo Domingo e publicados por Cuevillas non significan nada nunha cidade de contexto galaico-romano rodeada de castros, como Lugo, onde en plena época tardía a cerámica común ten aínda tradición indíxena en pastas, formas e decoración. Ademais, a cidade, o vello burgo orixinal, única zona realmente fértil arqueoloxicamente, non está nunha situación topográfica axeitada para o que é un castro, pois as súas alturas, ao oeste e Sul sobre o Miño e ao Norte sobre o Rato son extraordinariamente extensas e dispersas como para albergar un xacemento desta caste.

Doutro lado, a explicación de Schulten, a partires de datos fornecidos polo arquitecto Leonhardt, dun presunto campamento militar orixinario, nin siquera el a deu por segura segundo se deduce dunha atenta lectura da súa obra (en especial sobre a guerra de Roma con cántabros e astures), o cal non impediu xeralizacións e simplificacións posteriores sobre o tema. Aqueles datos foron tomadas sobre planos da época (comenzos do século XX), e as liñas dos muros campamentais, e do *cardo* e *decumanus* despois apuntadas por García Bellido, resultan tan supostas como aleatorias.

Para unha millor delimitación e posterior resolución deste problema da primeira topografía urbana de Lugo, cómpre ter en conta dúas cousas fundamentalmente: por unha banda, unha análise mais detida sobre planos antigos e documentación medieval de Lugo, en todo caso antes do decisivo desenvolvemento urbanístico dos dous últimos séculos, e por outra, a distribución de achados arqueolóxicos principais, mormente os que corresponden a infraestrutura (rúas, esgotos, etc.) ou a restos de hábitat (muros de construción e outros servicios). Estes dous bloques informativos deixan ben sentado que a orientación norte-sul do presunto campamento debe cambiarse por un agrupamento urbano en dirección este-oeste, cun núcleo quizais non exactamente rectagunlar nin cuadrulado que alberga ao chamado Lugo vello, ao redor da catedral, praza do Campo e praza Maior principalmente.

Este primeiro cogollo urbano foi o *Lucus Augusti* de época galaico-romana e a súa probable orixe non militar non afectaría de ningún modo á importancia que xa desde o cambio de Era foi adquerindo a cidade desde o punto de vista administrativo e tamén incluso militar, como demostra, entre outras cousas, a muralla erixida no Baixo Imperio e toda a súa riqueza arqueolóxica, epigráfica e numismática. Con todo, persisten as dúbidas plantexadas recentemente sobre se a presenza da *Cohors Tertia Lucensis* pode certificarse en Lugo no Alto Imperio cunha soia inscrición de discutida lectura e hoxe magoadamente perdida; en troques, parece claro, e tamén é unha pista, o asentamento daquela unidade en época tardía, segundo a *Notitia Dignitatum Occidentalis*, sen facermos aquí problema da interpretación e cronoloxía desta fonte.

Despois da actividade desplegada polo legado Fabio Máximo deixando testemuñas epigráficas do primeiro culto imperial no N. O., a creación e delimitación do convento xurídico lucense, antes posta en época de Claudio e hoxe en tempos de Vespasiano, está a tono co fomento de creación e potenciación das cidades e coa expansión do culto a deidades latinas.

No caso de *Lucus*, a teor das fontes textuais e dos documentos arqueolóxicos e epigráficos, hai que desbota desde logo o carácter de colonia romana (no senso xurídico do termo), e nin siquiera está probado nin documentado o seu carácter de *municipium*, polo menos de dereito, e aínda que na práctica quizais Lugo xa funcionou no Alto Imperio como tal en canto á súa organización administrativa interna e aos cárgos políticos e relixiosos da cidade. Eis un dos problemas que a investigación sobre *Lucus Augusti* ten hoxe irresolutos. A exigüidade de datos textuais e epigráficos, estes tan «faladores» para outros aspectos, impídenos facer aquí maiores precisións sobre deste tema.

A partires do núcleo orixinal, a cidade medrou en extensión e importancia de funcións, como se ten comprobado para os aspectos administrativos a finais do s. II e comenzos do s. III d.C., ao cal non é alleo por suposto a proximidade a grande parte das explotacións mineiras auríferas romanas do N. O.

A fins do s. III, ou millor quizas a comenzos do s. IV, a raíz da crise xeral do Imperio e da rotura do *limes* do Rhin, cuías novas logo deberon chegar aos postos militares e deixando aparte outros *limites* internos, decidiuse a erección da muralla. Un dos problemas que plantexa o trazado desta fortificación, (que xe deu pé a unha copiosa e variada bibliografía), é que, dentro das aproximadamente 28 Ha. que colle, incluíu extensas áreas sen habitación, isto é en cultivo ou en baldío. A explicación deste feito é problemática, por canto parece que en case tódolos recintos da época o que se dá é a redución da área urbana amurallada para unha millor e mais axustada defensa. En *Lucus*, aquela ampliación do cogollo urbano fariase quizais pensando en poder acobillar un maior número de poboación procedente de todo o seu amplo entorno comarcal, con varios castros con sinais de pervivencia en época romana e cun hábitat disperso xa característico que non había noutras zonas do Imperio, todo elo en prevención de casos de perigo e inseguridade, cada vez mais frecuentes e decisivos como a propia historia moi logo demostraría.

Debe terse en conta que xa na documentación medieval e incluso no momento presente, compróbase esta existencia de zonas baldías e non habitadas, que ademais semellan ser estériles arqueolóxicamente a teor das catas realizadas, das observacións practicadas e da cartografía dos achados. Desta maneira, e ademais de descartarse, cos datos que hoxe temos, o trazado militar campamental denantes citado, non deben buscarse na área amurallada no Baixo Imperio, *cardo* nin *decumanus*, nin posiblemente trazado excesivamente regular alguno, pois o recinto amoldouse á topografía da penichaira luguesa, e as súas portas abrironse alí onde existían vías de entrada e saída da cidade, como é o caso da Porta da Ruanova en dirección a *Brigantum* ou do postigo da Porta Falsa cara á costa do Norte.

Unha revisión non exhaustiva dos restos arqueolóxicos de *Lucus Augusti*, con cadansúas características servirános para tirar unha idea do carácter e significación da cidade no mundo romano do N.O. peninsular, facendo apontamento dos aspectos que hoxe resultan mais problemáticos e precisan de maiores e de novas investigacións. De primeiras cómpre salientar que aqueles restos son de tipo moi diverso e que hai que incluír neles desde achados soltos de moedas a monumentos como a muralla. En xeral non é doada unha seriación cronolóxica dos devanditos restos dun xeito pormenorizado, xa que non poucas veces carecen de datación segura e fiable, ben polo seu propio carácter ben por non existiren apenas datos estratigráficos para eles. Somentes no ángulo N.O. do recinto amurallado practicáronse unhas catas sistemáticas que, en poucos metros cuadrados, permitiron observar unha continuidade de hábitat naquela zona desde o s.I d.C. deica o s.IV polo menos.

De carácter monumental e de interés para a comprensión global do papel xogado por *Lucus Augusti*, aínda que estean fora do casco urbano, hai que citar, ademais da ponte, romana en orixe pero que coñeceu polo menos seis reformas, as termas: son os únicos baños públicos romanos que se conservan, mais mal que ben, en Galicia, con tres salas (2 do *apodyterium* e unha quizais de *caldarium*, convertido en capeliña do s.XVI) e outros restos dispersos en torno aos manantiais salutíferos do Miño. Na actualidade estase en trance de revitalizar o conxunto termal como monumento e están en preparación adiantada un estudo sobre os aspectos histórico-arqueolóxicos e outro sobre os aspectos médicos das augas, estudos moi demandados posto que sobre tan importante conxunto apenas hai unhas poucas liñas de bibliografía fiable, cando tanta importancia ten, directa e indirectamente, a existencia destes baños públicos.

A muralla, duns 2.140 m de lonxitude e unha meia de 5 m de anchura e 12 de altura no seu estado actual, é o mais coñecido e millor estudado do Lugo romano, e abonda lembrarmos aquí o seu carácter «lexionario» (segundo denominación de Richmond) e arcaizante, relacionable cos recintos de Astorga, León, Zaragoza e outros, tamén da mesma cronoloxía tardía. Das suas 85 ou 86 torres semicirculares de dous pisos cada unha non quedan senón unhas 60 (das que 14 foron reconstruídas nas últimas obras de restauración e limpeza de 1972-74), así como dous ventanais de medio ponto nunha delas (tamén algo restaurados hai anos).

Foi no s.XIX, especialmente cando as guerras carlistas, que a muralla de Lugo sufriu mais derrames e modificacións, pero de tódolos xeitos, o seu trazado, a disposición das torres, o tipo de portas, o aparello de cantería lénemente almofadada nalgúns tramos e outras características, ademais do propio contexto histórico e paralelos existentes, confirman aínda hoxe a súa romanidade.

Unha importancia similar para vermos que tipo de cidade foi o Lugo galaico-romano teñen outros restos de carácter moi diverso, menos monumentais pero de igual interés arqueolóxico.

Os sinais de hábitat ou de asentamento urbano son localizables todos en torno ao que temos chamado Lugo vello, (vid. os planos) e entre eles pódense citar: dun lado, os restos de canalizacións, cloacas e esgotos e un posible acueducto (no senso literal de conducción de agua, restaurado a mediados do s.XVIII e derribado nos seus últimos tramos en 1947). Esta rede de canles e alcantarillado entraba en dirección norte-sur e xiraba logo para saír polo S.O. descendendo cara ao río Miño, facéndose mais denso, segundo a documentación que temos, precisamente no miolo en torno á catedral e á praza Maior.

Doutro lado, estan documentados sinais diversos de hábitat e ocupación en zonas como o cuadrilátero que forman as actuais rúas de Montevideo, Ruanova, Miño e a muralla, e no comprendido entre a mesma muralla, a praza de Sto. Domingo, a rúa do Progreso e a praza Maior. Nestas zonas temos, ou millor tiñamos, restos dun *hypocaustum* e outras dependencias anexas, muros e piezas de construción, ás veces «nobles», o gran conxunto da rúa e praza de Armaná, por moito tempo considerado, con razón e xunto coa veciña praza do Campo, o posible *forum* da cidade, e moi perto, os restos da antiga rúa de Batitales, que proporcionou un gran mosaico con decoración xeométrica e figurada (deus Oceanos e motivos mariños, do s.III), cuos fragmentos superviventes se gardan, como case todos estes restos, no Museo Provincial.

Asimesmo, o inxenheiro Andrade Yáñez documentou no s.XIX significativos restos de construcións, segundo el de certa entidade, baixo a praza Maior, por diante do Pazo do Concello. Noutros puntos, como a praza de Sto. Domingo, o Campo do Castelo, a praza da Soledade, a rúa da Raiña, etc., teñen aparecido con certa frecuencia, (cando delo temos noticia), restos de muros, cerámica, pezas diversas como muíños, pías, moedas e outros.

En todo o lado Sur colindante, por fóra, coa muralla, estivo a necrópolde do Lugo romano, descrita na súa maioría e nos sucesivos achados por Vázquez Seijas: enterramentos comúns de tégula e/ou ladrillo e, en menor proporción, de lousas de pizarra, documentáanse desde o antigo Campo da Feira deica á Porta de Santiago pasando polo bairro de Recatelo, ademais de posibles restos dun alfar e outros sinais dispersos dalgún tipo de ocupación nas partes frontais do parque Rosalía de Castro. Plantéxase aquí a cuestión, e non semella ser casualidade, de que é nesta parte do recinto amurallado (lado Sul e Suroeste) onde mais inscrición funerarias paganas foron reutilizadas como material de construción resistente ao erixiren aquela, con independencia de se iso se fixo antes ou despois do triunfo oficial do Cristianismo con Constantino, xa que ese reaproveitamento de pedra é común a outras partes do Imperio nas mesmas circunstancias.

A todo o anterior, que non é mais que unha breve exposición da riqueza arqueolóxica de *Lucus Augusti*, hai que engadir toda unha mancha de achados soltos como tesouríños de moedas: áureos do s.I baixo o actual Banco de España, antoninianos do III na zona de San Fernando, *folles* do IV ao lado da Porta do Bispo Odoario, e non digamos xa de moedas ailladas. Asimesmo, contabilízanse varias inscricións ademais das aparecidas na muralla e que xa sobrepasan a cuarentena.

De época tardorromana e xa mais ligados ao *Lucus* paleocristián, deben citarse aquí os importantes achados da praza de Santa María, por tras da catedral, entre eles unha piscina con mosaico, quizais do s.IV e relacionable co primeiro cristianismo de tradición norteafricana, polo seu estilo e filiación como ten demostrado F. Acuña Castroviejo, e pola súa mesma ubicación, pois a catedral debeu ocupar o sitio da primeira basílica lucense da que descoñecemos, en troques, practicamente todo, aínda que para algúns autores xa estaba levantada no século III, cousa non comprobada nin documental nin arqueolóxicamente.

O papel de Lugo na época paleocristiá, como na subseguinte sueva e visigoda, foi tamén importante a elo presuponse non tanto polos restos arqueolóxicos, mais ben escasos e pouco elocuentes, como pola transcendencia que a cidade acada na documentación como sé episcopal. Os problemas da cristianización lucense, na cidade e no seu convento, (que pervive durante algún tempo), son de características singulares e están en innegable relación coas disputas priscilianistas, das que, por suposto, non imos tratar aquí. O caso é que *Lucus*, ou agora *Luco* xa loxicamente sen o apelativo agústeo, pode ser un lugar clave para entender tanto a cristianización como a «suevización» de Galicia como noutras ocasións temos apuntado con M. Cavada e P. Acuña Fernández, pero ás informacións que fornece Hidacio é mester engadir novas investigacións textuais e arqueolóxicas para saber da cidade naquela época, tradicionalmente calificada de escura e de tránsito á Idade Meia.

O que queda por dicir é, polo seu propio carácter e polas limitacións das fontes de que dispoñemos, menos comprobable e mais «evanescente» que o exposto deica agora: os rasgos de tipo social, económico e relixioso-cultural da vella *Lucus Augusti*, que só recentemente empezan a ser coñecidos ou, polo menos, tratados con maior interés e rigor e millor método científico. Varios estudos sobre a epigrafía (co privilexio de tela publicada xa en *corpus* por dúas veces en 30 anos), avances sobre a súa demografía (non excesivamente fiables dada a relatividade e escasez de fontes), discusións sobre o seu panteón relixioso, descripción e estudos das súas manifestacións artísticas e outras aportacións permítennos hoxe esbozarmos

algúns caracteres daquela cidade, con toda a provisionalidade que, de seu, xa nos sinala os camiños por onde han de ir os próximos estudos e investigacións, tratando de distinguir ademais segundo os distintos momentos e etapas da romanización. Téñase en conta, de entrada, que se trata dunha cidade romana «provincial», onde o sentido do galaico-romano é manifesto e patente, e onde a convivencia e «aculturación» entre o elemento foráneo romano e o forte sustrato indíxena é evidente.

Na sociedade, admítase a importancia do persoal militar e administrativo, documentándose para o Alto Imperio con dúbidas e en época tardía con seguridade, o asentamento en Lugo da Cohorte III Lucense, e onde os burócratas teñen un significado papel, xogado en xeral polos libertos, (como o discutido *Saturninus* da última inscrición aparecida na muralla), adscritos a algún *tabularium* ou a calquera outro servizo da administración imperial, sobre todo a partires d s. II d. C. e sen dúbida en relación coa explotación económica da *Gallaecia* por parte de Roma, en compañía e estreita relación con *Asturica Augusta*. Ao lado deste grupo social romano ou plenamente romanizado, e polo tanto dominante, atopamos, fundamentalmente na epigrafía, unha aristocracia indíxena posiblemente tamén con peso na cidade e mais ou menos romanizada en canto mais ou menos imitadora dos modos e estilos, dos usos funerarios, dos gostos artísticos e da propia onomástica romana. A carón deles existe unha poboación indíxena pouco permeable á romanización ou menos mimética, así como un grupo de escravos de procedencia moi diversa.

Economicamente, *Lucus Augusti* cumpriu unha función importante no control da explotación e da distribución das riquezas auríferas do país galego e en especial, loxicamente, do seu convento xurídico, xa que o papel administrativo-militar non é casual. Por certo que non hai que esquecer outras explotacións mineiras (ferro, mármore) que tamén poideron ter unha certa importancia senón desde o punto de vista económico, en termos absolutos, si en canto creadoras dunha infraestrutura e duns asentamentos en zonas e con rasgos determinados.

Pero ademais, Lugo debeu ser un centro comarcal de base agrícola e gandeira, (en realidade, a súa función primordial en case toda a súa historia), e asimesmo nó de comunicacións entre a Galicia costeira e a montañosa, e punto de paso á Asturia. Xa dixemos que as vías XIX e XX (esta *per loca marítima*) de Braga a Astorga recalaban en Lugo e de aquí saían outras cara a propia costa lucense, cara a *Lucus Asturum* e cara à *Dactonium* dos Lemavos pola parte meridional.

Os aspectos relixiosos son coñecidos polos numerosos epígrafes votivos nos que, ao lado de divinidades clásicas como Iupiter ou Mercurio, atopamos ben representadas, na mesma cidade, o panteón indíxena con deidades como *Reo*, *Laho Paraliomego* ou *Verore*, aínda que neste último caso se plantexa a posibilidade de que non tódolos epígrafes procedan do núcleo urbano. Compróbase pois unha convivencia, unha certa asimilación e un certo sincretismo, xa sabido no caso dos *Lares*, entre a relixión prerromana e a indíxena prerromana. Con todo, sobresaen en Lugo o culto a Iupiter, abundante e de trascendencia senlleira de tipo político-administrativo en todo o NO. ibérico e mais nas cidades clave, como teñen apuntado Le Roux e Tranoy.

En canto ao presunto templo de Diana, segundo antigas interpretacións sen moita base, da rúa Batitales, a súa existencia haberá que descartala á luz dos datos arqueolóxicos que hoxe temos e que só permiten falar dunha ampla construción con mosaico de Oceanos no centro mesmo da vila.

Os usos funerario traslucen tamén os dous elementos da poboación, o romanizado e o indíxena, tal como se deduce non só do texto dos epitafios senón tamén dos gostos decorativos, documentándose algún taller que traballa para xentes dun grupo social determinado.

Noutras partes tense analizado a arte proporcionada por *Lucus Augusti*, como dentro do esquema arte oficial/arte provincial/arte plebeia/arte indíxena, e como parte integrante da Galicia romana. Lémbrese tan só, por unha banda a cabeza de Venus do s. II d.C. (clásica aínda que mal conservada), o citado mosaico de Oceanos ou o relevo do *vexillarium* recentemente aparecido, e pola outra o moi esvaído relevo da Porta Nova de discutida filiación e significado e, en fin, a decoración dalgunhas estelas funerarias de resabios indíxenas. Non obstante, é lóxico que os elementos de tradición castrexa sexan mais abundantes e marcados na parte rural do convento xurídico que propia cidade de *Lucus* onde todo o romano chega antes e con mais forza, aínda que para iso tamén haxa excepcións como o relevo funerario de Adai, ben que explicable pola súa cercanía a Lugo.

En conclusión, a cidade de *Lucus* é a que millor nos pode informar sobre os aspectos da romanización a *Gallaecia*, en canto que esta se produciu de modo mais directo pero tamén mais matizado que noutras zonas. Precisamente as informacións que fornecen neste sentido cidades como *Asturica*, mais decantadamente militar, e *Bracara*, mais propriamente económica e de funcións mais variadas, pódense ver completamentadas con *Lucus*, que ten elementos relixiosos, administrativos, militares e económicos, cadanseu na súa medida e no seu papel limitado.

Pero como xa se veu decindo, os problemas aínda existen e as investigacións teñen moito terreo que rozar e moita cuestión que resolver.

Mais estudos sobre a epigrafía e toda a súa información, a realización de excavacións urbanas cada vez mais difíciles e con menos espazo para facelas, a continua observación de restos e achados, a revisión do material arqueolóxico, *latu sensu*, xa coñecido e publicado ou non, e, en fin, o pertinente acopio bibliográfico comparativo, permitiránnos, nun prazo prudencial, poder completar o panorama aquí exposto.

Lugo, Setembro 1983.

OBRAS DE REFERENCIA INDISPENSABLE E QUE CONTENEN A BIBLIOGRAFIA ANTERIOR

- M. VAZQUEZ SEIJAS, *Lugo bajo el Imperio romano*, Lugo 1939, passim.
 F. ARIAS VILAS, *Las murallas romanas de Lugo*, (Studia Archaeologica 14), Santiago de Compostela 1972.
 N. ARES VAZQUEZ, Exvotos a Lucoubus y Lugubo en Lugo, *Boletín de la Real Academia de la Historia*, CLXIX, 1972, p. 185 ss.
 F. ACUÑA CASTROVIEJO, *Mosaicos romanos de Hispania Citerior. II. Conventus Lucensis*, (St. Archaeologica 24), Santiago de Compostela 1973, p. 19 ss e p. 36 ss.
 A. ABEL VILELA e F. ARIAS VILAS, *Guía arqueológica romana de Lugo y su provincia*, Lugo 1975, passim.
 F. ARIAS VILAS, Lucus Augusti, en *La Romanización de Galicia* (Cuadernos do Seminario de Sargadelos 16), A Coruña 1976, p. 67 ss.
 P. LE ROUX, Lucus Augusti, capitale administrative au Haut Empire, *Actas del Coloquio sobre el Bimilenario de Lugo*, Lugo 1977, p. 83 ss.
 A. BLANCO FREIJEIRO, El Panteón romano de Lucus Augusti, *Ibidem*, p. 107 ss.
 P. DE PALOL, Problema Ciudad-Campo en el Bajo Imperio en relación a la ciudad de Lugo, *Ibidem*, p. 157 ss.
 M. C. Y DIAZ, Orígenes cristianos en Lugo, *Ibidem*, p. 237 ss.
 F. ARIAS VILAS, Acerca de la topografía romana de Lucus Augusti, *Symposium de ciudades augústeas*, II, Zaragoza 1977, p. 63 ss.
 F. ARIAS VILAS, P. LE ROUX et A. TRANOY, *Inscriptions romaines de la province de Lugo*, Paris 1980, passim.
 A. TRANOY, *La Galice romaine*, Paris 1981, p. 196 ss., 411 s. e passim.
 F. ARIAS VILAS, Lucus Augusti, *Gran Enciclopedia Gallega*, t. 19, s.v.
 Véxanse tamén os índices do *Boletín da Comisión Provincial de Monumentos de Lugo*, para noticias de achados, descripcións e estudos de materiais arqueolóxicos e epigráficos, etc.

ASTURICA AUGUSTA, LA CIUDAD Y SU ENTORNO

Tomás Mananes *

1. — Situación, origen y desarrollo de la ciudad de Astorga

La ciudad de Astorga está *situada* sobre un pequeño altozano de 890 m. de altura en el contacto de dos zonas de caracteres geológicos diferentes y, como consecuencia de distinta economía. Estas zonas las podríamos considerar como delimitadas por el río Tuerto.

La *zona oeste y sur* es un macizo paleozoico que se desarrolla en formas suaves. Por ello tenemos un terreno más pobre donde los depósitos terciarios han sido progresivamente erosionados y aparecen las pizarras silúricas y las cuarcitas en algunos lomos que se prolongan en dirección armoricana, en tiras alargadas y en crestones resistentes a la erosión hasta las inmediaciones del Orbigo y Esla. Esta es la zona de los Montes de León, la Maragatería y la Sequeda (1).

Sin embargo, y esto va a ser un hecho geográfico importante, estas zonas indicadas están a su vez rodeadas y más aún a veces parcialmente ocupadas, por grandes y potentes depósitos de tierras auríferas, depósitos de rañas villafranquienses, que se encuentran en amplias zonas siguiendo el cauce de los ríos Omaña, Tuerto, Argañoso, Jerga, Turienzo, Duerna, Jamuz y Eria (2).

La *zona este* es una planicie formada por terrenos sedimentarios de las eras terciaria que constituyen el páramo leonés, en el interfluvio entre los ríos Tuerto y Orbigo y de la era cuaternaria, las cuales penetran en el interior de las depresiones llegando hasta el pie de las montañas primarias Galaico-leonesas.

La *economía* de la zona, al *oeste* de Astorga, se basa en una débil agricultura en la que el centeno, el lino, son los principales elementos, unidos a una pobre ganadería. A los que en la antigüedad tendríamos que añadir la explotación minera aurífera y férrica.

La *zona este* tiene un medio geográfico y agrícola distinto debido a los depósitos aluviales dejados por el río Tuerto, lo que da lugar a una fértil vega que se continúa hasta el contacto con el río Orbigo. La economía se asentaba en los cereales, el lino y los productos hortícolas en huertas cercadas, próximas a los pueblos. En las tierras más altas, en el Páramo, se extendían los cultivos de secano como el trigo y el centeno con algunos manchones de viñedo en las cuestas.

El *origen* de la ciudad de Astorga ha venido resultando un problema debido sobre todo a la publicación de los artículos de J. M. Luengo sobre la exploración de las cloacas romanas y las excavaciones realizadas en Astorga, en los que alude a restos prerromanos aparecidos en su subsuelo, concretamente en la calle García Prieto (calle céntrica que va a dar a Puerta de Rey) y otros restos cerámicos indígenas con decoraciones unguiculares, además de torques de oro, y denarios ibéricos encontrados en diversos puntos de la ciudad (3). Restos prerromanos que pueden hacer pensar que la ciudad, citada por Ptolomeo como capital de la «gens» de los ámacos (4), pueda ser de fundación prerromana.

Sobre este problema podemos afirmar, mediante las excavaciones realizadas por nosotros en el año 1975 en la parte Este de la ciudad, próxima al parque de la Rosaleda, zona en la supusimos pudo asentarse el primitivo castro, dado que es la parte terminal y la que desentona en la estructura rectangular de un posible campamento, que no hemos encontrado nada prerromano ni que indicara ocupación prerromana y sí elementos cerámicos del siglo I d.C., aunque bien es verdad que juntamente con un elemento que parece de tipo indígena: un pequeño yugo o pelta (5). Por otro lado en los cimientos de las casas construidas últimamente, en ninguna de ellas se ha encontrado nada prerromano.

(*) Universidad de Valladolid

(1) V. CABERO DIEGUEZ, *Evolución y estructura urbana de Astorga*, León 1973, p. 13-21.

(2) C. SAEZ RIDRUEJO y J. VELEZ GONZALEZ, *Contribución al estudio de la minería primitiva del oro en el noroeste de España*, Madrid 1974, p. 9 ss. — C. DOMERGUE, — P. SILLIERES, *Minas de Oro romanas en la provincia de León, I* (E A España, 93), 1977. C. DOMERGUE — P. HERAIL, *Mines d'or romaines Spagne. Le District de la Valduerna (León). Etude Geomorphologique et Archéologique*, Toulouse-Le Mirail, 1978, p. 303.

(3) J. M. LUENGO, Astorga (León). Exploración de las cloacas romanas, *NAH*, II, 1955, p. 151 ss.; IDEM., Astorga romana. Excavaciones del Plan Nacional 1954-55, *NAH*, V, 1962, p. 152.

(4) PTOLOMEO, II, 6, 35.

(5) T. MAÑANES, Bronces romanos en la provincia de León, *Homenaje a M. Almagro Basch*, III, Madrid 1983, pp. 399 ss. lám. III, (N.º 37, N.º Mus. Arq. León, 618).

(6) A. BALIL, Sobre la investigación de las ciudades antiguas en la Península Ibérica. Aspectos generales y algunos «modelos», *Atti V, C Dir.*, 1973, p. 88.

De ahí que la opinión mantenida por algunos autores de que Astúrica había surgido como consecuencia de un campamento romano, nos parezca de una gran validez (7). Este sería el campamento que posiblemente hacia el año 25 a.C. se había establecido en el avance hacia el NO. durante las Guerras Astur-Cántabras. No sabemos de qué legión pudo ser el campamento, aunque la atribución a la Legio X la consideramos posible pues las inscripciones más abundantes que se refieren a la misma aparecen en ella (cinco) y sólo tres en la zona de Rosinos de Vidriales donde existe un campamento que sería lógicamente el primitivo núcleo donde asentó esta Legión (8). En Astorga han aparecido además varios epígrafes que hacen referencia a la Legio I, VI, y cinco a la X, de las que dos de ellos aluden posiblemente a veteranos asentados allí después de las guerras cántabras (9).

La fecha en que pudo pasar de campamento a lugar de habitación estable (10) varía según los autores entre el año 25 y el 14 a. de C. (11).

El desarrollo de la ciudad se debe tanto a un factor político: la orden de Augusto de que sus campamentos fueran habitados (12) así como a su privilegiada situación geográfica (13), ya que se halla asentada por un lado en el centro de una rica zona aurífera (que va a ser luego englobada dentro de un convento jurídico) y por otro en un lugar abierto, es decir en los bordes de la Meseta, condición ésta favorable por el fácil traslado del oro hacia Tarraco (14) para ser luego enviado a Roma. Todo ello hace que la ciudad desborde el primitivo rectángulo de su campamento para ir extendiéndose por todo el espigón sobre el que se asentó el primitivo campamento, y más tarde lo hará por la llanura del río Tuerto.

Esta expansión y esta acomodación al terreno se aprecian en el trazado de las cloacas de la parte oriental que están inclinadas respecto a la zona central (vid. plano). Quizás fuera aquella parte la primera ocupada ya que Luengo afirma que las cloacas de la parte oriental son más antiguas que el resto (15), con lo cual tendríamos que la zona occidental sería una cuadrícula algo posterior.

Un nuevo impulso recibiría al crearse los conventos jurídicos con Claudio-Vespasiano (16), ya que pasa a ser la capital del Convento Jurídico Astur, es decir, centro de la recepción del oro (17) y de la Administración. Como capital sería seguramente la residencia del «legatus Iuridicus» que tenemos atestiguado por primera vez en la primera mitad del siglo II d. de C. y del «procurator» (18) que conocemos a partir del año 79 d. de C. (19), es decir de la época Flavia, sin duda por el interés de esta dinastía por las minas de oro del N. W. (20).

La multiplicidad de funciones de la ciudad de Astorga, que reflejan sus cargos, junto con la situación geográfica de la ciudad, la van a dar unas peculiaridades jurídicas, sociales y religiosas y van a influir para que Astorga se convierta en el centro de una gran red viaria como lo tenemos constatado en el Itinerario Antonino (21), llegándose a construir una vía eminentemente comercial y minera: la Vía Nova que la unía con Bracara.

Es a esta ciudad a la que sin duda Plinio (NH, 3, 28) llama «urbe magnífica».

El desarrollo urbano de Asturica continuaría durante el S. II y S. III, d.C., pero debido a las destrucciones sistemáticas, producto de la continua construcción urbana, es difícil precisar la fecha de los diversos restos arquitectónicos que progresivamente han ido apareciendo (22), así como su evolución urbana.

(7) IDEM, Urbanismo romano en la España Céltica, *Celticum*, XII, 1964, p. 282; J. M. ROLDAN, *Iter ab Emerita Asturicam. El camino de la Plata*, Salamanca, 1971, p. 107.

(8) J. M. ROLDAN, *Hispania y el Ejército romano. Contribución a la Historia social de la España antigua*, Salamanca, 1974, p. 451.

(9) CIL, II, 2637; M. MACIAS, *Epigrafía romana de la ciudad de Astorga*, Orense, 1903, p. 47.

(10) FLORO, 2, 33, 59: «castra sua quia in plano erant habitare et incolere iussit».

(11) A. SCHULTEN, *Los cántabros y astures y su guerra con Roma*, Madrid, 1960, p. 11. — J. M. ROLDAN, *Iter.*, p. 107.

(12) FLORO, 2, 33, 51-59.

(13) A. CABO, Condicionamientos geográficos; *Historia de España*, Ed. Alfaguara, Madrid, 1973, n. 168.

(14) J. M. BLAZQUEZ, Explotaciones mineras en Hispani durante la República y el Alto Imperio, *Anuario de Historia Económica y Social*, 2, p. 196.

(15) J. M. LUENGO, Exploración de las cloacas, p. 151 ss.

(16) F. J. LOMAS SALMONTE, *Asturia prerromana*, p. 148.

(17) C. DOMERGUE, Introduction à l'étude des mines d'or, *Legio VII G*, León, 1970.

(18) F. J. SALMONTE, *Asturia*, p. 215.

(19) *IBIDEM*, p. 190.

(20) C. DOMERGUE, Introduction à l'étude des mines d'or du Nord Ouest de la Peninsule Iberique, *Legio VII G*, León, 1970.

(21) It. Ant. — Itinerarios n.º 17, 18, 19, 20, 26, 27, 32, 34 según E. Saavedra, *Discurso*, p. 71 a 80.

(22) J. M. LUENGO, Exploración de las cloacas, p. 151 ss. — IDEM, *Astorga romana*, p. 152 ss. — T. MAÑANES, *Asturica Augusta, Symposium de ciudades augusteas*, II, Zaragoza, 1976, p. 77-84.

2. — La estructura urbana de Astorga en la antigüedad

a. — El núcleo romano fue rodeado de murallas en un momento del Bajo Imperio como consecuencia de la crisis del S. III d.C. provocada por la invasión de los franco-alemanos ⁽²³⁾, ocupando una superficie de 27 hectáreas con un perímetro de 2100 metros. Restos de estas murallas Bajo-Imperiales se podían apreciar, como dice Gómez Moreno, antes de 1907 en el lienzo oriental, a mano izquierda saliendo por el postigo de San Francisco (Puerta del Sol). La construcción era de grava de pizarra gruesa y mortero, con enlucido durísimo, en el que aún quedaban señales de las tablas que sirvieron para moldearlas. Otro vestigio existe en la «brecha», en línea más retraída que la muralla actual a la que se adhiere por su interior ⁽²⁴⁾.

Al hacer una reconstrucción en la Muralla medieval actual y buscar cada 14 metros uno de los cubos semicirculares, en la zona próxima al Palacio Gaudí y al ábside de la Catedral, aparecieron unos bloques de granito, que desentonaban con los materiales constructivos normalmente empleados.

La excavación realizada en el lugar conocido como Puerta de Hierro, donde en el año 1809 los franceses hicieron una brecha en la muralla medieval para penetrar en la ciudad, dió como resultado el descubrimiento de los cimientos, hechos en granito, de los dos cubos que formaban parte de la única puerta romana de Astorga, hasta hoy desconocida. Los dos cubos son algo peraltados y tienen un diámetro aproximado de 8 metros, algo inferiores a los 10 metros de Lugo, mientras que en los cubos de la muralla medieval el diámetro es de 6 m.

Apareció además un muro de un grosor de unos 3,7 m., que calificamos de seguramente romano, aunque es más probable que sea altomedieval, el cual queda dentro de la muralla medieval, que tiene una anchura de 6 metros. El muro de 3,70 m. está formado por un «opus caementicium» muy compacto de color ocre claro y con un paramento exterior de «opus incertum», y se encuentra situado sobre los bloques graníticos que forman el cubo derecho (Este) de la puerta ⁽²⁵⁾.

Por esto al estudiar la evolución arquitectónica del urbanismo de la ciudad lo primero que destaca en ella es la Muralla, muy reparada en época medieval ⁽²⁶⁾ que encierra dentro de sí una estructura urbana y que va a hacer posteriormente que esta estructura se acomode aún más a su cerco ⁽²⁷⁾.

Por lo anteriormente dicho vemos que la muralla tiene restos de varias etapas históricas ⁽²⁸⁾: bajo imperial romana, alto medieval, bajo medieval, que progresivamente vamos diferenciando por su diversa estructura constructiva interna y externa, como arriba indicamos. Así:

- grava de pizarra gruesa y mortero (Romano) ⁽²⁹⁾,
- piedras y arena con cal color ocre. (Alto Medieval): cal y canto como es típico en las construcciones del S. XII-XIII ⁽³⁰⁾, por lo que es posible que sea de la época del Obispo Nuño ⁽³¹⁾.
- piedra con arena y cal color blanco (Bajo Medieval).

En este recinto murado se conocen hoy los nombres de varias puertas: la Puerta de Rey, Puerta Obispo, El Postigo S. Julián y Puerta de Sol que reflejan una situación medieval.

Sin embargo si tenemos en cuenta que en una donación de D. Urraca se hace mención de la Puerta de San Miguel ⁽³²⁾ y nos fijamos en la estructura reticular urbana, vemos como hay una calle que va recta desde Puerta de Rey al otro lado de la ciudad, sin duda, a la Puerta de San Miguel.

⁽²³⁾ A. BALIL, Las invasiones germánicas en Hispania durante la segunda mitad del siglo III d.C., *Anales de Historia Antigua y Medieval*, 1957-58, Buenos Aires, 1959, pp. 49-91. — IDEM, Las fortificaciones del Bajo Imperio en las provincias romanas de España, *Celticum*, VI, núm. 86, 1963, p. 293 ss.; IDEM, La defensa de España en el Bajo Imperio, *Legio VII Gemina*, León, 1970, p. 610.

⁽²⁴⁾ M. GÓMEZ MORENO, *Catálogo León*, p. 9.

⁽²⁵⁾ T. MAÑANES, *Asturica Augusta, Symposium de ciudades Avgustaeas*, II, Zaragoza, 1976, p. 81.

⁽²⁶⁾ Hay reconstrucción de la misma en los años 1438, 1439 y 1440 según consta en los Libros de Acuerdos del Concejo de Astorga: «Como consecuencia de los «bollicios e escándalos» que tienen lugar en el reino tras el «solatamiento quel Adelantado Pedro Manrique se soltó de Fuentidueña» (*Acuerdos de 19-9-1438*), manda el concejo que «cojan obreros e maestros e fagan tapiar en la cerca desde el alcázar fasta Puerta de Sol en algunos lugares de la dicha cerca que está cayda» (*Ibid.*).

Como los disturbios del reino continuaron, se siguieron tomando en los años inmediatos medidas encaminadas al reforzamiento del cordón amurallado. Así, en julio de 1439, los jueces y regidores convienen con Pedro Alvarez Osorio, señor de Villalabos, «que se faga e repare la barbacana» y que «se cierre lo de cima de Puerta de Fierro» (*Acuerdos*, 15-7-1439). En el año 1440 la obra se dirige a «cerrar vn postigo que sale de casa del Obispo por el muro de la cerca», que había quedado abierto en reparaciones anteriores. Y el mandamiento señala expresamente que se cierre «de cal e piedra» (*Acuerdos*, 24-2-1440).

⁽²⁷⁾ V. CABERO, *Evolución urbana de Astorga*, p.27 ss.

⁽²⁸⁾ T. MAÑANES, *Astorga romana y su entorno*, Valladolid, 1983, p. 24 ss.

⁽²⁹⁾ M. GÓMEZ MORENO, *Catálogo León*, 9.

⁽³⁰⁾ T. MAÑANES. — F. VALBUENA. — J. L. ALONSO PONGA, La arquitectura militar en la frontera del reino de León con Castilla en los siglos XII y XIII, *Rev. Tierras de León*, n.º 40 y 41, Diputación Provincial de León, 1980, Conclusiones.

⁽³¹⁾ M. GÓMEZ MORENO, *Catálogo León*, p. 320.

⁽³²⁾ J. M. QUADRADO, *Asturias y León*, p. 609, nota 1:

En esta donación, en que restituye la reina a la Iglesia de Astorga los monasterios y heredades injustamente perdidas, recibiendo de ella en cambio diversos vasos de plata y oro estimados en dos mil ochenta y tres sueldos, fija así la posición y traza los

Por otro lado si tomamos desde Puerta Obispo una calle recta, vamos a dar a la antigua calle del Arco y de aquí, en desviación, al Postigo mayor o de S. Julián.

Con ello tendríamos una puerta en cada uno de los lados situadas una frente a otra.

A estas cuatro puertas tendríamos que añadir además la puerta romana descubierta por nosotros, descrita anteriormente.

b. — La estructura urbana interna.

La estructura urbana interna, su plano interior, es lógicamente consecuencia de la continua habitación que la ciudad ha tenido desde su fundación, y en ella hemos de tener siempre en cuenta su posible origen de un campamento, que tuvo un continuo y amplio desarrollo desde época julio-claudia hasta que en el Bajo Imperio se cerca con una muralla. Sin embargo a partir de este momento hay que tener en cuenta las destrucciones ocasionadas por las invasiones germanas ⁽³³⁾, suevos y visigodos, que pudieron afectar al urbanismo de la ciudad; lo mismo que el despoblamiento de la ciudad, probablemente desde la mitad del siglo VIII, pudo influir para que su repoblación, a mitad del siglo IX, trajera un posible cambio en el trazado de algunas calles dado que cambian las fuerzas políticas y religiosas así como los intereses económicos y de defensa.

Esta estructura es opinión que se puede apreciar hoy a través de dos elementos: las calles y la red de cloacas.

1.º — A través del trazado de las calles actuales se ve una estructura tendente a lo reticular sobre todo en el centro, donde además se aprecia una posible base compamental ⁽³⁴⁾, sobre todo en el cruce de la calle de La Redecilla (N-S, hoy García Prieto) con la calle de la Rúa Antigua (E-N, hoy Manuel Gullón).

Sin embargo si nos salimos de esta zona central observamos que solamente en la zona S W, las calles son rectas y que en la parte O.NW. las calles son perpendiculares al eje longitudinal (decumanus: E-W). En el resto del trazado urbano se observa la evolución a lo largo de la continua ocupación de la ciudad.

El plano reticular central reflejado en el trazado de las calles lo encontramos reflejado casi exactamente en planos de diversas épocas, desde inicios del S. XIX. Mas aún si consideramos este trazado y lo relacionamos con las puertas de las que se tiene noticias, vemos como la Puerta de Obispo se continúa de forma más o menos recta por la calle Manuel Gullón hacia la calle de El Arco y luego se incurva para llegar al Postigo; y como la Puerta del Rey se continúa a través de la calle García Prieto para cortarse de forma perpendicular con la de Manuel Gullón, y continuar luego por la Plaza de S. Miguel hasta la muralla de la zona meridional, donde posiblemente habría otra puerta que se le correspondía. Esta puerta podría ser la de San Miguel ⁽³⁵⁾, la cual debido a la descripción dada en el documento, creemos que se pueda buscar en el centro de la parte Sur, que es donde falta todo rastro de puerta, entre la desembocadura de las calles de Santa Lucía y la de Torrecilla.

2.º). — Debido a que no es posible excavar toda la ciudad para obtener el plano de la misma, creemos, con G. Moreno, que este plano romano podría establecerse siguiendo su red de cloacas ⁽³⁶⁾. De las mismas sabemos que se cruzan donde hemos indicado se produce la intersección de las calles centrales de forma perpendicular.

La red de cloacas, lo mismo que el trazado de las calles, muestra una inclinación hacia el Sudeste, que es una inclinación también con respecto a la zona central.

En ambas (calles-cloacas) lo que se aprecia es una acomodación al espigón del terreno donde se desarrolló la ciudad.

linderos del templo mencionado: Igitur dono atque concedo vobis... in Astorica solo quem mihi petistis, quod ab antiquis fuit locus paganorum orationis quidecim titulum jure notali, quos modo nuncupant Carcer anticus, et ut putamus fuit templum paganorum; damus vobis ipso solo et ad Sancte Marie semper virginis et ad ipse reliquie quae in hac basilica sunt recondite, hereditario jure, et dislimitamus eum et separamus ab alio nostro solo, et disponimus terminos inter nos et vos quinque cupos civitatis, et vadit per ipsa platea que est juxta ipso solo, quae est de Sancti Vincentii directa via, quae discurrit ad portam Sancti Michaelis, et exinde regreditur ad varrio Sancti Aciscli, et exinde directo tramite per plateam quae superius resonat, discurrere ad piso postico majore subtus casas de Petro Garcia de Posatella, et in medio ex utraque parte stat illum palatium antiquum quem cives civitatis ipsius vocitantur Carzer, ex utraque parte via quae discurrit ad portam Regis. Haec divisio infrascripta in honorem Sancte Crucis atque omnium sanctorum ego condono post partem Sancte Marie, ut si ibi fuit simulacra demoniorum, vos ad laudem Christi Domini nostri eum edificetis.

⁽³³⁾ E. FLOREZ, *Es IV*, Cronicon de Hidacio, ps.

⁽³⁴⁾ FLORO, II, 33, 59: «Castrum sua quia in plano erant, habitare et incolere iussit.» — A. BALIL, Urbanismo romano en la España Céltica; *Celticum*, XII, 1964, p. 282. — J. M. ROLDAN, *Iter ab Emerita Astvricam. el Camino de la Plata*, Salamanca, 1971, p. 106-107. — T. TAÑANES, *Asturica Augusta, Symposium de ciudades augusteas*, II, Zaragoza 1976, p. 78-79 y 83. — A. BALIL, Las Ideas urbanísticas en época augustea, *Symposium*, I, Zaragoza, 1976, 61 n. 98.

⁽³⁵⁾ J. M. QUADRADO, *Asturias y León*, p. 609, nota I

⁽³⁶⁾ M. GOMEZ MORENO, *Catálogo León*, 10. — M. ALMAGRO, *Guía de Mérida*, Madrid, 1972, 21-22 utiliza este sistema.

No obstante se plantea un grave problema que afecta sobre todo a lo que hemos dicho sobre la primitiva estructura campamental que refleja el trazado de las calles centrales, y es que J. M. Luengo afirma que las cloacas de la parte oriental son más antiguas que el resto ⁽³⁷⁾ con lo cual tendríamos que esta zona y el centro no son quizás de cuadrícula simultánea, por lo que siempre se pensaría que la zona Este no fuera más tardía, a pesar de lo dicho por J. M. Luengo.

Por otro lado el mismo autor indica que la galería de la cloaca no va normal a la dirección que lleva la calle, lo que supone un complicado trazado que no se ajustaba al plano urbano de la ciudad ⁽³⁸⁾.

c. — Conocemos también la existencia de paredes de construcciones correspondientes a edificios posiblemente de época romana, los cuales están relacionados en las publicaciones de J. M. Luengo ⁽³⁹⁾, o sabemos de su existencia por medio de informaciones orales e mediante fotos que se obtuvieron en el momento de la construcción de los edificios actuales. De las construcciones antiguas unos se conservan aún englobados dentro de las construcciones actuales, y otros, que van apareciendo progresivamente en las sucesivas construcciones de nuevos edificios dentro del casco urbano amurallado, tienen peor suerte ya que a medida que van apareciendo son destruidas y sus restos van a parar a las escombreras de la ciudad.

Dentro de estos edificios queremos destacar:

1.º. — Las posibles *Termas*. Según J. M. Luengo en el solar de los Sres. de Fernández Matinot a dos metros de profundidad, sobre un piso de mortero, había una serie de columnas de ladrillo redondas, sosteniendo arcos semicirculares ⁽⁴⁰⁾, por lo que puede tratarse de un Hipocaustum.

Más tarde sin tener en cuenta esta indicación se autoriza a construir en dicho solar y al realizar los cimientos de la nueva construcción se hallaron unos restos de grandes paredes que fueron destruidos. Sus restos los hemos visto y fotografiados en las escombreras, aunque nos han facilitado fotos del lugar de hallazgo (Lam....).

El muro, a través de los restos de las escombreras, tenían una longitud superior a los 20 metros por una anchura uniforme de 2,70 m. y un grosor superior a 1,50 m. y estaba formado por una argamasa durísima formada por cal, piedra y ladrillos fragmentado, constituyendo un «opus» caementicium» sin apenas fisuras u hoquedades.

2.º. — Queremos destacar los ambientes de la casa decorada con pinturas decorativas del tercer estilo pompeyano descubierta por J. M. Luengo ⁽⁴¹⁾.

3.º. — En la calle S. Julián (hoy General Moral) apareció una exedra de dos metros de radio y piso de mortero, y dos paredes, una de ellas perpendicular a la iglesia de S. Julián ⁽⁴²⁾.

4.º. — *La Ergástula*. Está situada a NE. de la Plaza Mayor y va de la calle Ovalle a la plaza de S. Bartolomé. La primera cita que puede aludir a dicha construcción es la donación que hace D.^a Urraca en 1120 a la Iglesia de Astorga ⁽⁴³⁾: En ella parece que se la denomina «palatium» antiquum quem cives... vocitantur carcer».

Lo que hoy día se conserva, metido dentro del solar de tres casas, es una gran construcción abovedada, un túnel, que tiene una longitud superior a los 90 m., por 5,60 m. de alto y 4,93 m. de ancho y cuyas paredes tienen 1,43 m. de espesor y la bóveda 0,90 m.. Está hecha mediante una argamasa de gran resistencia formada por cal y piedra machacada ⁽⁴⁴⁾.

Por lo que se refiere al nombre de esta construcción queremos decir que en ningún documento aparece con él y que únicamente se la aplica, el nombre de «carcer»; de ahí la invención de la palabra «ergástula». Sin embargo esta construcción es considerada ya desde inicios del S. XX como Sinagoga ⁽⁴⁵⁾.

Nosotros creemos que esto es posible ya que su tipología, su forma es similar a la existente en Ponferrada (Bodegas Rodríguez, lamentablemente destruida en 1983) y a la existente en Columbianos. Más aún si se observa la construcción de Astorga por el exterior, se pueden ver unos arcos apuntados de época gótica.

Es lógico pensar que los restos constructivos encontrados se refieran tanto a los edificios privados como públicos. Por lo que se refiere a estos últimos, ninguno está constatado en la ciudad. Sólo la construcción de las gruesas paredes que aparecieron al hacer las oficinas de Correos y Telecomunicaciones y que para algunos pueden estar relacionadas, con la Ergástula ⁽⁴⁶⁾, a las cuales se les aplica el

⁽³⁷⁾ J. M. LUENGO, Exploración de las cloacas, p. 151 ss.

⁽³⁸⁾ J. M. LUENGO, Astorga Romana, p. 157.

⁽³⁹⁾ J. M. LUENGO, Astorga (León). Exploración de las cloacas romanas, *NAH*, II, 1955, p. 151 ss.. — *IDEM*, Astorga romana, *NAH*, V, 1962, p. 153 ss.

⁽⁴⁰⁾ *IDEM*, Astorga romana, p. 157.

⁽⁴¹⁾ *IBIDEM*, p. 167 ss.

⁽⁴²⁾ *IBIDEM*, p. 155.

⁽⁴³⁾ J. M. QUADRADO, *Asturias y León*, p. 609.

⁽⁴⁴⁾ M. GOMEZ MORENO, *Catálogo León*, p. 9-10. — A. QUINTANA, *Astorga. Guía Turística*, p. 10-11.

⁽⁴⁵⁾ M. RODRIGUEZ, *Historia de la ciudad de Astorga*, Astorga, 1906, p. 792-7.

⁽⁴⁶⁾ Vide nota 43.

nombre de «palatium anticum», pueden ser los restos de alguna construcción pública importante de época romana.

Con respecto a un posible *teatro* es más que probable que haya que buscarlo extramuros quizás en la zona entre Puerta de Rey y Puerta Sol, sin embargo ninguna noticia ni resto arqueológico tenemos.

De la existencia de *templos* nada sabemos aunque conozcamos alguno de los cargos sacerdotales como: Sacerdos, Aruxpex, Augur⁽⁴⁷⁾.

Estos edificios cuya funcionalidad se nos escapa, estaban separados por calles. Conocemos una de ellas.

Al hacer en 1896 unas obras entre las calles de García Prieto y Manuel Gullón, tuvo lugar un descubrimiento de importancia: se trataba de una calle, perfectamente pavimentada, con losas de un metro de anchas por dos de largas, y los restos de una casa que lindaba con la calle, que tenía solados de mosaico, de teselas blancas y negras. Estas obras se superponían directamente sobre el tramo de cloaca que por allí cruza, cuyo pavimento de mosaico es de la misma hechura que el de la casa, denotando su contemporaneidad. Es digno de observar que la galería de la cloaca no va normal a la dirección que lleva la calle, lo que supone un complicado trazado que no se ajustaba al plano urbano de la ciudad. (48).

3. — El area suburbana

Los hallazgos del área suburbana en torno a la ciudad, dentro de los límites impuestos por el río Jerga y el río Tuerto, los tenemos recogidos también por J. M. Luengo⁽⁴⁹⁾ el cual nos habla sobre todo de la zona que está situada inmediatamente al Este de la ciudad por donde pasa la vía férrea y a ambos lados de la acequia conocida por la Moltería Real y a lo largo del camino antiguo, sin duda vía romana, que iba de Astorga a León, hasta la fábrica de Hilados Altesa (Km. 49 de la carretera León-Astorga).

Es probable que en esta zona, debido a los hallazgos que se han realizado, hubiera alguna «villa» que podríamos calificar de suburbana. Sobre todo en las fincas situadas entre la Moltería Real, la antigua vía romana y la carretera de León, en la finca de don Francisco Díez, ya que aquí aparecen cepas de muros, ladrillos cuadrados y redondos para columnas⁽⁵⁰⁾.

También en esta zona aparecieron *tumbas* en diferentes lugares:

— En la zona situada en la confluencia de las carreteras de León y la del Cementerio. Con inscripción tardía del S. IV d.C. (51).

— En las fincas situadas entre la Moltería Real, el antiguo camino o vía romana y la carretera de León aparecieron 2 sepulturas: una de ellas con vasija de vidrio verde. Una caja cilíndrica de plomo. Una urna de vidrio verdoso y un as de Vitelio por lo que Luengo lo califica del S. I d.C. (52).

— En los trabajos del ferrocarril de Astorga a Plasencia, en el sitio llamado Prao Otoño se exhumó una sepultura de mamostería, forrada de bipedales que contenía un estuche oval de plomo en cuyo interior había una urna cineraria globular, de vidrio azulado (53).

— Otro de los lugares en que debió existir una necrópolis de época romana es en las proximidades de la calle de S. Marcos debido a los inscripciones funerarias romanas encontradas en esa zona.

No nos extrañaría que los dos lugares citados en últimolugar (Prao Otoño y c/ S. Marcos) estén relacionados y en el último se halla utilizado lo hallado en Prao Otoño.

En el área de influencia de Astorga, en Sta. Colomba de Somoza en el pago llamado Las tierras detrás de Los Corrales, es donde se ha encontrado una serie de tumbas hechas mediante lajas de piedra que quizás podamos considerar como «columbarios», y en donde han aparecido una serie de muñecos o «Hermata» característicos (54).

4. — Status juridico

El Status Jurídico de la ciudad de Astorga es difícil precisar ya que no tenemos datos seguros para poder afirmar si fue a parte de capital del Convento Jurídico Astur, fue colonia o municipio.

Sí queremos indicar que se la denomina Res publica (CIL, II, 2636) como Brigeo que sabemos que tuvo «duo viri», (CIL, II, 6094) y por tanto fué colonia, y como a Bergidum Flavium, ciudad en la que sabemos que C. Valerio Arabino desempeñó todos los «hombres» en su república (55). Sin embargo es difícil precisar más ya que el término «res publica» tiene un significado amplio (56).

(47) CIL, II, 5124, 5078, 2647.

(48) J. M. LUENGO, Astorga romana, p. 155-7.

(49) J. M. LUENGO, Astorga romana, p. 159-164 ps.

(50) IBIDEM, 161-3.

(51) IBIDEM, — 160.

(52) IBIDEM, 161-3.

(53) IBIDEM, 163.

(54) T. MAÑANES, Astorga romana y su entorno, Valladolid, 1983.

(55) CIL, II, 4248. — T. MAÑANES, El Bierzo prerromano y romano, León, 1981.

(56) A. GASCON, L'emploi du terme republica dans l'épigraphie latine d'Afrique, MEFRA, 91, 1, 1979, p. 383.

Quizás pueda ayudar en el caso de Astorga, no ya el Duumvir de las Tablas de Barro de cuya autenticidad se duda ⁽⁵⁷⁾, sino el fragmento de inscripción conservado en el miliario que hoy está en Montealegre y en el cual es muy posible que se aluda a los (DE) CURION (IBUS) ⁽⁵⁸⁾. Si admitimos la existencia de la palabra decuriones y tenemos en cuenta que los miliarios pueden indicar, según la variación del texto, a que convento jurídico pertenecen ⁽⁵⁹⁾, y además en ellos se puede aludir a los constructores o reparadores de la vía ⁽⁶⁰⁾, es muy posible que, por la situación del miliario próximo a Astorga, se aluda a los decuriones de la capital del Convento Jurídico Astur. De ello se podría deducir que Astorga tendría curia y por tanto sería municipio.

Pero hay además otras ciudades que tienen la denominación de Augusta, como Asturica, así Emerita, Caesaraugusta, Lucus Augusti y Bracara Augusta ¿Qué significado tiene este apelativo?

No parece que tenga otro significado que el de indicar que son creaciones augusteas, aunque no indiquen nada sobre su posible "status" jurídico-municipal.

Planteados los problemas de su «status» jurídico y admitiendo la posibilidad de que fuera municipio, ¿cuál es su territorium?

5. — *Territorium*

Se define según Pomponio (Dig. 50, 16, 239, 8) «universitas agrorum intra fines cuiusque civitatis... quos ab eo dictum quidam aiunt, quod magistratus eius loci intra eos fines terrendi», es decir el área territorial dentro de la que los magistrados municipales tienen competencia administrativa y jurídica; y dentro de la cual podía haber otros centros habitados como «vici, et castella, et pagi» (Isidoro, *Orig.* XV, 2, 11) ⁽⁶¹⁾.

La delimitación del territorio de este municipio es difícil precisarla, ya que no hay otros municipios próximos; únicamente «poleis», ciudades cuyo «status» jurídico es desconocido. Por eso hemos de acudir a criterios geográficos ⁽⁶²⁾ y epigráficos ⁽⁶³⁾ que en el caso de Astorga vamos a considerarlos de forma cronológica.

En primer lugar están los términos augustales encontrados en Sta. Colomba de la Vega y Castrocalbón que hablan de las ciudades de Bedunia y de los Lugones ⁽⁶⁴⁾, y que se fechan en el reinado de Claudio (41-54). Es curioso constatar como en ellos no se cita para nada a Astorga que está a menos de 20 kms. del lugar en que aparecieron los Hitos Augustales. Es posible por tanto, que en la fecha que se hicieron estos hitos, Astorga aún no fuera capital del C. Jurídico Astur.

A continuación podríamos considerar a los Decuriones citados en el Miliario que está en Montealegre ⁽⁶⁵⁾, pero como los miliarios marcan la distancia desde la ciudad, en este caso a la que se llega, no sirve de indicativo de delimitación del territorio municipal.

La dedicación al dios Vacodonnaego hecha por los magistrados de la «republica» de Astúrica ⁽⁶⁶⁾ que podemos fechar a fines del S. I o inicios del S. II d.C.. En ella se ve una variante con relación a los Hitos Augustales y una ampliación de la influencia de la «republica» de Astorga hasta el lugar de Milla del Río, a unos 22 kms. en línea recta. Este lugar está sobre el río Orbigo, igual que los Hitos augustales, encontrados muy próximos a él con lo cual es muy posible que este accidente geográfico sea el límite oriental de su influencia.

6. — *La economía* de una ciudad como Astorga está en función no solo de ella misma, sino del entorno, de su territorium».

Es una economía donde se encuentra el elemento primario: agricultura y ganadería.

el secundario: industrial: talleres, minas

el terciario: servicios.

⁽⁵⁷⁾ J. M. SOLANA, *Los cántabros y la ciudad de Iuliobriga*, Santander, 1981, p. 183-184, y nota 120.

⁽⁵⁸⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo*, p. 183 y 292. El texto que aparecía en dicho miliario es: A(..)CVRION(..)V(..)M RE()/AB ASTURICA MPXXI.

⁽⁵⁹⁾ A. TRANOY, *La Galice Romaine*, París, 1981, p. 154 y nota 67.

⁽⁶⁰⁾ J. LORENZO FERNANDEZ — A. D'ORS — F. BOUZ BREY, *Inscripciones romanas de Galicia, IV, Provincia de Orense*, Santiago de Compostela, 1968, p. 34 (n.º 4) y p. 48 (n.º 24). — I. CALABI LIMENTANI, *Epigrafía latina*, Milano, 1968, p. 284-285.

⁽⁶¹⁾ F. BELTRAN LLORIS, *Epigrafía latina de Saguntum y su territorium*, Valencia, 1980, p. 347-350 ss.

⁽⁶²⁾ SICULO FLACO, *De cond. agr.* p. 163, 20-25: «Territoria inter civitates, id est inter municipia et colonias et praefecturas, alia fluminibus finiuntur, alia summis montium iugis ac divergiis aquarum, alia etiam lapidibus positus presignibus, qui a privatorum terminorum forma differunt».

⁽⁶³⁾ F. BELTRAN, *Epigrafía de Saguntum*, p. 348.

⁽⁶⁴⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática*, p. 138-142. — Un nuevo hito Augustal se ha encontrado en Quintana y Congosto, aunque en él no se cita ninguna ciudad: M. DESCOSIDO, *Termino Augustal de la Legio X*, *Rev. Tierras de León*, n.º 48, Diputación Provincial de León, 1982, p. 92-96.

⁽⁶⁵⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, León, 1981, p. 183 y 292.

⁽⁶⁶⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática*, p. 113.

La agricultura y ganadería

La economía agrícola tiene un amplio desarrollo fundamentalmente en las riberas, que va a aquedar reflejado en el surgimiento de VI CI, habitats romanos en general, y mas tarde de VILLAS: en Riego, Quintana del Marco y La Milla del Río ⁽⁶⁾.

En cuanto a los productos hemos de pensar en el trigo y centeno.

La ganadería está ampliamente representada por los abundantes restos óseos que aparecen en los yacimientos como es el caso de Regueras de Arriba y del desarrollo de la ganadería de tipo caballar nos da testimonio los términos augustales de los «prata» de la Cohors IV Gallorum y la civitas Beduniensum ⁽⁶⁸⁾. Estos prata están localizados en la zona baja y confluencia de diversos ríos como Orbigo, Tuerto y Eria lo que crea una zona de abundante agua, zona donde curiosamente está La Bañeza, topónimo similar a La Baña con el significado de «lugar que retiene aguas ⁽⁶⁹⁾. El ganado ovino está atestiguado a través de El Edicto de Diocleciano ⁽⁶⁰⁾, la cañada ganadero de La Vizana.

A ellos habría que añadir los animales salvajes como cabras, ciervos, jabalíes y caballos (CIL, II, 2660).

La industria

Dentro de ella tenemos que considerar los *talleres alfareros* que tuvieron que existir para la fabricación de la cerámica de uso diario, la que denominamos como cerámica común o vulgar por sus características externas: color oscuro, a veces ocre, de pasta bastante arenosa, y rugosa al tacto.

Pero además tuvieron que existir hornos alfareros donde se fabricasen los materiales de construcción: ladrillos, tegulas, imbrices... en alguno de los cuales encontramos la marca del alfarero ⁽⁷¹⁾ como

— EX OF PROTI VACCAIAE
— L. VAL. INSEQUENTIS

El lugar en el que se fabrican estos elementos creemos que son una serie de pequeños hornos que están apareciendo recientemente. Así en la zona próxima a Astorga lo constatamos en Sopena. Aquí el horno estaba situado en la ladera de un arroyo y próximo a ladera del Páramo, lugar éste que pudo servir para el aprovisionamiento de madera ya que el páramo en la antigüedad era una zona bastante boscosa ⁽⁷²⁾.

Este tipo de horno, en situación similar, lo hemos constatado recientemente en el pueblo de el Valle de Tedejo, situado en zona próxima a montaña y entre dos habitats, uno prerromano y el otro romano.

El el Bierzo se constatan estos hornos en las proximidades de corrientes fluviales: así el de Almazcara, el del Puente Molina ⁽⁷³⁾ y los del Campo de la Ría Jericol, en Ponferrada ⁽⁷⁴⁾.

A estos talleres alfareros habría que añadir los posibles talleres *textiles* dado que existían las materias-primas como la lana y el lino (en telar)... a lo que podría añadirse otros talleres de trabajo artesano en los que se trabajase la madera y el cuero.

Así mismo podemos suponer la existencia de un taller donde se trabajase la piedra, y donde se grabasen y esculpiesen los letreros de las inscripciones... ⁽⁷⁵⁾ así como la existencia de herrerías... ⁽⁷⁶⁾

Industria extractiva minera

Es algo ya suficientemente conocido, desde los estudios de principios de siglo y puesto de nuevo de manifiesto desde el año 1970 por C. Domergue ⁽⁷⁷⁾, que una de las principales características del C. I. Astur, son sus minas auríferas.

Los diversos yacimientos y explotaciones han sido progressivamente estudiados tanto en conjunto como por sectores o cuencas de ríos ⁽⁷⁸⁾ de manera que nosotros en la zona que estamos estudiando, el

⁽⁶⁷⁾ T. MAÑANES, *Astorga romana y su entorno. Estudio Arqueológico*, Valladolid, 1983, ps.

⁽⁶⁸⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática de Astorga romana y su entorno*, Salamanca, 1982, p. 138 ss.

⁽⁶⁹⁾ J. COROMINAS, *Diccionario crítico etimológico*, Madrid, 1954, p. 389.

⁽⁷⁰⁾ J. M. ROLDAN, *Fuentes Antiguas sobre los Astures*, *Zeph*, XXI-II, 1971, p. 193.

⁽⁷¹⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática*, p. 99.

⁽⁷²⁾ CIL, II, 2660.

⁽⁷³⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, León, 1981.

⁽⁷⁴⁾ F. GONZALEZ, Un hipogeo romano en las inmediaciones del club de tenis de Ponferrada, *Rev. Semanal AQUIANA*, n.º 484, 5 sept. 1981, p. 15.

⁽⁷⁵⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática de Astorga*, p. 169-172.

⁽⁷⁶⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, León, 1981, p. 390-398. — Idem, *Astorga Romana y su entorno*.

Estudio Arqueológico, Valladolid, 1983, ps.

⁽⁷⁷⁾ C. DOMERGUE, Introduction a l'étude des mines d'or du Norte-Oueste de La Peninsule Iberique dans l'antiquité, *Legio VII Gemina*, León, 1970, p. 255-286.

⁽⁷⁸⁾ R. F. J. JONES, Roman Gold-Mining in North-West Spain, II: working on the rio Duerna, *Journal of Roman Studies*, 62, 1972, p. 59-74.

ENTORNO astorgano, sencillamente queremos aludir a ellas, dar una especie de catálogo de las mismas. Las minas de toda esta amplia zona son de dos tipos: el más numeroso es el tipo *arrugiae*, es decir, a cielo abierto sobre terrenos pedregosos y rojizos, ya que únicamente hay escasos ejemplos de explotación en mina, galería.

Si queremos, sin embargo, destacar algo que hasta ahora para la zona no se había hecho, aunque sí para la Comarca del Bierzo ⁽⁷⁹⁾, es la importancia que junto a las minas de oro tuvieron las explotaciones de hierro.

Por la que se refiere al *ORO*: La explotación mediante galerías, en roca de cuarzo o pizarrosa aurífera se hizo en el río Turienzo en Andínuela, en Val de S. Román ⁽⁸⁰⁾; y en el Suspirón, en el río Omañas.

En explotación a cielo abierto: es el tipo «*arrugiae*» o de aluvión: sobre terrenos de color rojizo en los que se mezcla la arcilla con abundantes cantos rodados, está constatado en las cuencas de diversos ríos: en el Luna, en el Omañas y sus afluentes como el Vallegordo, el Negro y el Valdesamario; en el río Tuerto y su afluente el Argañoso; en el río Jerga; en el río Jerga; en el río Tuerto; en el río Duerna; en el río Jamuz-Valtabuyo; en el río Eria.

Por lo que a la explotación del *HIERRO* se refiere, encontramos, por ahora, más los resultados de esas explotaciones, es decir, una serie de escorias características que denotan que allí se fundió el mineral para extraer el hierro, que el lugar donde se extrajo el mineral natural.

Los puntos en los que tenemos constatados la existencia de escorias son:

— En la cuenca del río Luna, en el término de Villafeliz (S. Emiliano) hay una mina de hierro ⁽⁸¹⁾.

— En la cuenta del río Tuerto, lo encontramos en el Cueto S. Bartolo, además en el término de Ucedo hay algunas minas de hierro sin explotar ⁽⁸²⁾.

— En un afluente, en el valle del río Argañoso, se aprecian vestigios de herrería, de cuyo mineral se advierten explotaciones de minas ⁽⁸³⁾. En este río ya hemos indicado que cerca de la ermita de S. Esteban de Brazuelo, existen escorias de extraer el hierro.

— En la zona del río Duerna tenemos una gran explotación en el pueblo mismo de Pobladura.

En Molinaferrera hay minas de hierro ⁽⁸⁴⁾.

Luego más abajo en término de Priaranza de la Valduerna, hay otros lugares en que aparecen escorias como son los pagos de Vilarillo y Las Moraceras, además de en el mismo pueblo al lado de la fuente.

— En la cuenca del río Eria hay unos restos en la zona de Las Rubias, en el Teleno, pero donde la explotación del hierro se ha hecho en gran escala, debido a los amontonamientos de escorias que allí se ven, es en la margen izquierda del río Eria en término de Castrocontrigo y Nogarejas, en el paraje llamado Las Herrerías.

En cuanto a la toponimia tenemos el nombre de Ferreras, aunque entre el río Tuerto y el Orbigo.

En el caso de la explotación de las minas de hierro, hay dos lugares donde se puede sino constatar con plena certeza el lugar exacto de explotación, sí asegurar que en la zona inmediatamente próxima se extrajo el mineral: este es el caso de Castrocontrigo (Los Ferradales y Herrerías), y Pobladura de la Sierra en cuya fuente se ve, que al lado de la escoria, lo que existe es la pizarra con abundante mineral de hierro.

EL COBRE ⁽⁸⁵⁾

En Oblanca hay mineral de cobre, seguramente explotado en la antigüedad ⁽⁸⁶⁾.

En término de Inicio, hay una mina de *cobre*, descubierta en el año 1830 ⁽⁸⁷⁾.

C. SAENZ RIDRUEJO; J. VELEZ, *Contribución al estudio de la minería primitiva del oro en el Noroeste de España*, Madrid, 1974.

C. DOMERGUE; G. HERAIL, *Mines d'or romaines d'Espagne. Le district de la Valduerna (León). Etude géomorphologique*, Université de Toulouse — Le Mirail, 1978.

F. S. SANCHEZ PALENCIA, *Prospecciones en las explotaciones auríferas del NO. de España (Cuencas de los ríos Eria, Cabrera y Sierra del Teleno)*, *NAH*, 8, 1980, p. 215-249.

T. MAÑANES, *El Bierzo Prerromano y Romano*, (colección Fuentes y Estudios de Historia Leonesa, n.º 27), León, 1981, p. 361-390.

⁽⁷⁹⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, p. 390-398.

⁽⁸⁰⁾ T. MAÑANES, *Astorga romana y su entorno. Estudio Arqueológico*, Valladolid 1983, ps.

⁽⁸¹⁾ MADOZ, *Diccionario*, XVI, 126.

⁽⁸²⁾ MADOZ, *Diccionario*, XV, 1850, 200.

⁽⁸³⁾ MADOZ, *Diccionario*, II, 1845, 544.

⁽⁸⁴⁾ MADOZ, *Diccionario*, XI, 1846, 466.

⁽⁸⁵⁾ *Mapa previsor de mineralizaciones de COBRE*, Mapa Metalogénico de España, E: 1.500.000, IGME, Madrid, 1972. En el mapa metalogénico de España se marca como zona de Cobre, la de Villamanín, (en Asturias Aramo) así como diversos puntos amarillos en la provincia.

⁽⁸⁶⁾ MORAN, *Por tierras de León*, 180.

⁽⁸⁷⁾ MADOZ, *Diccionario*, IX, 434.

Además La Galena se explota en una mina próxima a Corporales (Truchas) ⁽⁸⁸⁾.

En Hurgas de Arriba (S. Emiliano) por debajo de una de las casas del pueblo pasa una mina de *plomo argentífero* ⁽⁸⁹⁾.

En Oblanca, (Láncara de Luna), en el sitio denominado La Astosa, hay una mina de *plomo argentífero* ⁽⁹⁰⁾.

Comercio

El desarrollo de la actividad comercial se debe a diversos sectores socio-económicos:

Las gentes que formaban la alta administración, que venían de otras partes del Imperio y traían consigo elementos desconocidos en la ciudad y que provocaban a su vez, por su mayor poder económico, la petición de productos «exóticos» que lógicamente habría que importar.

Además hemos de considerar la existencia de una mayor cantidad de dinero debido al desarrollo de las minas, que daban trabajo pagado a gentes venidas de otras partes de Hispania.

La Moneda encontrada en Astorga procedente no sólo de Hispania sino de cualquier ceca del Imperio, nos da una idea de los intercambios con Astorga ⁽⁹¹⁾.

La cerámica como la aretina y sudgálica, procedentes la primera de Italia, y la segunda del Sur de Francia, nos hablan de unas importaciones de vajilla de mesa hacia la capital del Convento Jurídico Astur; lo mismo sucede con la Terra Sigillata Hispánica que casi toda ella procede la zona de Tricio ⁽⁹²⁾. Así mismo la cerámica de paredes finas procede tanto del Sur de la Galia ⁽⁹³⁾ como del Alfar de Melgar de Tera ⁽⁹⁴⁾.

El comercio se ve desarrollado y potenciado por las vías romanas que afluyen a la ciudad de Astorga, y que nos reflejan la importancia de la misma. Estas son varias, tanto principales como secundarias ⁽⁹⁵⁾.

Entre las *vías principales* tenemos:

— Item a Bracara Asturicam (It. ant. 422,2 a 423,5) = Itinerario 17 de Saavedra. Venía desde Bracara (Braga) por la zona Sur el Convento Jurídico Astur y de las explotaciones mineras. Iba a Petavonium (Rosinos de Vidriales) y desde quí hacia el Norte a Astorga. En la actualid, en la provincia de León, es conocida como el Camino del Obispo o Calzada de Nuestra Señora ⁽⁹⁶⁾.

— Item alio itinieri a Bracara Asturicam (It. ant. 427,4-431,3) = Itinerario 18 de Saavedra. Es también conocida como la VIA NOVA.

Esta vía venía de Bracara a Bergido Flavio (Cacabelos) y desde aquí por Manzanal a Astorga ⁽⁹⁷⁾.

— Item per loca maritima a Bracara Asturicam (IT. Ant. 423,6-425,5) = vía 19 según Saavedra.

Esta vía iba desde Bracara hacia el Norte, Iria Flavia, de allí a Lucus Augusti, desde aquí a Bergido Flavio y luego (quizás por Foncebadón) a Astorga ⁽⁹⁸⁾.

— Item ab Asturica Caesaraugustam (It. Ant. 439,5 a 439,14) = vía 26 según Saavedra.

Esta vía salía de Astorga en dirección SE., hacia Bedunia (S. Martín de Torres) ⁽⁹⁹⁾ y desde aquí a Brigeo y luego hacia el Sur.

— Item ab Asturica per Cantabria Caesaraugusta (It. Ant. 439,15 a 443,2) = vía 27 según Saavedra.

La vía salía de Astorga en la misma dirección que la anterior, hacia Brigeo y desde aquí seguía hacia el Este ⁽¹⁰⁰⁾. Estas dos últimas hasta Brigeo es seguro que eran la misma.

La vía 17 y las vías 26 y 27 en su salida de Astorga es muy probable que fueran la misma hasta pasar el puente que hay algo después de Celada y sirve para pasar el río Turienzo. Otros dicen que van juntas hasta Riego de la Vega ⁽¹⁰¹⁾.

— Item ab Asturica Terracone (It. Ant. 448,2 a 452,5) = vía 32 de Saavedra.

— De Hispania in Aequitania (It. Ant. 453,4 a 456,5) = vía 34 de Saavedra.

Estas dos últimas vías salían de Astorga en dirección Este hacia Vallata y eran la misma hasta

⁽⁸⁸⁾ MADOZ, *Diccionario*, III, 1847, 51.

⁽⁸⁹⁾ MADOZ, *Diccionario*, IX, 1847, 64.

⁽⁹⁰⁾ MADOZ, *Diccionario*, XII, 1849, 205.

⁽⁹¹⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática de Astorga romana*, p. 284-292.

⁽⁹²⁾ T. MAÑANES, *Terra sigillata de Astorga*, BSAA, XXXVIII, 1972, p. 189-209.

⁽⁹³⁾ F. MAYET, *Les ceramiques á parois fines dans la Peninsule Iberique*, Paris, 1975.

⁽⁹⁴⁾ T. MAÑANES, *Los materiales cerámicos de EL Soldan, Sautuola*, II, 1977, p. 258-260.

⁽⁹⁵⁾ Sobre las vías en torno a Astorga: J. RODRIGUEZ, *Vías militares romanas, Legio VII Gemina*, León, 1970, p. 421 ss.

V. CABERO, *Evolución*, p. 26-27. T. MAÑANES; J. M. SOLANA, *Ciudades y vías romanas en la cuenca del Duero, Hispania Antigua*, VII, Valladolid, 1978, ps.

⁽⁹⁶⁾ E. LOEWINSHON, *Una calzada y dos campamentos*, AEAq., 38, n.º 111-112, 1965, p. 26-49. J. RODRIGUEZ, *Vías militares*, p. 423.

⁽⁹⁷⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, León, 1981.

⁽⁹⁸⁾ *IBIDEM*.

⁽⁹⁹⁾ T. MAÑANES; J. M. SOLANA, *Ciudades y vías romanas*, ps.

⁽¹⁰⁰⁾ *IBIDEM*.

⁽¹⁰¹⁾ J. RODRIGUEZ, *Las vías militares romanas*, p. 422.

⁽¹⁰²⁾ T. MAÑANES; J. M. SOLANA, *Ciudades y vías romanas*, ps.

Virovesca donde se dividía. El tramo hasta Vallata es muy probable que también fuera después el Camino de Santiago (102).

Por lo que a las *Vías Secundarias* se refiere, es decir aquellas no citadas en el Itinerario de Antonino, no tenemos más que las noticias que sobre los caminos antiguos nos dan los textos medievales, o los escasos restos arqueológicos (103), de los que no siempre estamos seguros de su antigüedad romana.

— Por el Norte estaría el camino que hoy se conoce con la denominación de La Rodera Asturiana que desde Astorga por el Tuerto iría a las Omañas y luego continuaría a Murias de Paredes y Puerto de La Magdalena para pasar a Asturias a través de los Puertos de Somiedo y Leitariegos (104).

— Otra de las vías secundarias de la que siempre se habla es de la del Puerto de la Mesa que bajaría a lo largo del río Luna-Orbigio hasta la «mansio» (ciudad) de Vallata. En definitiva es la que después se llamará La Cañada de la Vizana (105). A partir de aquí, por la vía principal n.º 32-34, iría a Astorga.

— Por el Oeste podemos considerar quizás vía secundaria, posiblemente de época prerromana, la vía que según Luengo venía desde Rabanal del Camino a Pedredo y luego a Astorga (106), que tenía la finalidad de comunicar esta con las minas del río Turienzo.

— Por el Sur-Sudoeste hemos de considerar sin duda, la existencia de una vía romana que fuera por Fuente Encalada a las explotaciones auríferas del río Duerna tanto hacia Luyego como hacia Destriana.

7. — Sociedad (107)

Las peculiares características políticas y jurídicas unidas a la economía de territorio circundante traen consigo una sociedad que podemos diferenciar en urbana y rústica.

La sociedad URBANA de Astorga que se refleja en su epigrafía, aparece perfectamente estratificada y diferenciada de acuerdo con su «status» jurídico y aparece como una sociedad dedicada al sector Terciario, de los servicios, en la cual incluso podríamos ver tres clases sociales: alta, media y baja. Dentro de ella tenemos:

— La Administración:

- . los Praeses: Provincia Nova Citerior Antoniniana
- . los Legatus (Augusti) Iuridicus: funciones Jurídicas y Militares
- . los Procurator Augusti
- . el Dispensator
- . el Beneficiarius
- . el Tabularius
- . Los cargos sacerdotales: Avium Inspex, Sacerdos Romae et Augusti, Flamen
- . Los decuriones

— El elemento militar:

- . el soldado, tanto el instalado en la ciudad de Astorga, como el acampado en Poetavonium, Luyego, Villalis...
- . el veterano que se establece en la zona

— Las profesiones liberales: el grammaticus.

— Los hombres libres (peregrino), que entre Claudio y Vespasiano alcanzan la cifra de 240.000 en el Convento Jurídico Astur, (Plinio, *NH*, 3,28).

El número aumentaría con la concesión del *Ius Latti Minus* por Vespasiano en el año 74 d.C., ya que se conocen varios nombres con el apelativo FLAVIO. Esta concesión también afecta a varias poblaciones del Convento Jurídico Astur que llevan ese mismo apelativo de FLAVIO como Interamnium, Flavium, Bergidum Flavium, Flavionavia.

Así mismo el número aumentaría por el número de licenciados de las Cuerpos auxiliares: Astures, y por la concesión de Adriano como se refleja en el nomen AELIO.

(103) C. MORAN, Excursiones, *AL*, 6, 1949, p. 32. — IDEM, *Por tierras de León*, Salamanca, 1925, p. 24-27.

(104) *ID.*, *Ibidem*.

(105) Sobre los pasos de la cordillera Cantábrica. C. SANCHEZ ALBORNOZ, Vías de comunicación en el solar del reino de Asturias durante la época romana, *Orígenes de la Nación Española. El reino de Asturias*, Oviedo, I, 1972, p. 110. — *Idem*, Una vía romana en Asturias, *Orígenes... El reino de Asturias*, Oviedo I, 1972, p. 119-127, (publicado en *Anuario CFAB y A.*, III, p. 151 ss). — J. RODRIGUEZ, Vías militares romanas, p. 437-8.

(106) J. M. LUENGO, Explotaciones auríferas romanas en Rabanal del Camino (León), *AEAA*, XXXV, Madrid, 1935.

(107) Sobre los diversos elementos sociales que constituyen las clases sociales de Astorga en época romana G. PEREIRA MENAUT, La esclavitud y el mundo libre en las principales ciudades de Hispania Romana, *Papeles del Laboratorio de Arqueología de Valencia*, 10, 1970, p. 159 ss. — J. MANGAS, *Esclavos y Libertos en Hispania Romana*, Salamanca, 1971. — M. PASTOR MUNOZ, *Estudio Socio-económico del «Conventus Asturum»*, Salamanca, 1975, p. 15. — F. J. LOMAS SALMONTE, *Asturia prerromana y altoimperial*, Sevilla, 1975. — M. PASTOR MUNOZ, *Los Astures durante el Imperio Romano (Contribución a su historia social y económica)*, Oviedo, 1977.

— Los colonos o trabajadores del campo, autóctonos.

— Otro de los componentes de esta sociedad son los inmigrantes que desde otros puntos de Hispania vienen a estas tierras, atraídos sobre todo por las explotaciones auríferas, ya que se constatan en Astorga o en su entorno. Estos emigrantes proceden:

— de la Meseta: del Convento Jurídico Cluniense: Uxana.

— de Galicia: Interamicos, Supertamaricos, Coporos.

— Los libertos.

— Los esclavos, es otro de los componentes de esta sociedad, los cuales existían no solo por las minas, «damnati ad metallas», sino como elemento al servicio de la alta clase social. Entre ellos destacan los que tienen nombre griego que en Astorga, llegan a veinte.

Pero además de esta sociedad urbana, existe una sociedad *RURAL* formada por el elemento indígena, incrementado sin duda por la aportación exterior, sobre todo en las zonas mineras, que tiene sus propios usos y costumbres y que se desarrollan en los diversos VICI, CASTELLA, PAGI... en los que podemos distinguir:

— ganadero — agrícola: los castella = antiguos castros romanizados.

— agrícolas: vici de llanura = pagi.
villae.

— mineros: habitats próximos a minas
ocelos: coronas o habitats de explotación minera aurífera.

Si la sociedad urbana que encontramos en Astorga la comparamos con la que nos refleja la epigrafía de otras ciudades de la Meseta Norte, se puede ver perfectamente la diferencia que hay entre ellas y como esta diferencia está en relación con las funciones político administrativas y con la riqueza natural del entorno de cada una de las ciudades.

Comparación de esta sociedad con otras ciudades:

Militar	Administrat. ^o	Profesiones	Libres	Emigrantes	Esclavos
— LEGIO VII GEMINA (León) ⁽¹⁰⁸⁾					
Armorum	Actarivs				
Custos					
Equites					
(2)					
Milites					
(2)					
Legatus					
Legionis		—	Aelios		
			(1)		
Legatus			Flavios		—
Augusti			(7)		
Procurator				Uxamensis	
Augusti					
— LANCIA			Fla(vio)		
			Sabino		
— CLUNIA ⁽¹⁰⁹⁾	III VIRI				
	Aediles	Lapidarius	Flavio		Liberto
				Uxama	Esclavo
		Flamen		Intercatia	(Contubernal,
					seviros)
— VELLICA ⁽¹¹⁰⁾					
Miles				Orgenomesco	
				Vadiniense	(Servae)
			Aelio (1)		

⁽¹⁰⁸⁾ Los datos están tomados teniendo como base a M. GOMEZ MORENO, *Catálogo... León*, p. 27-36 — M. FERNANDEZ ALLER, *Epigrafía y Numismática romanas en el Museo Arqueológico de León*, León, 1978.

⁽¹⁰⁹⁾ Los datos están tomados de *CIL*, II, p. 383-386, N.º 2772-2813. — P. PALOL, *Clunia*, Burgos, 1959, p. 81-89.

⁽¹¹⁰⁾ M. A. GARCIA GUINEA; J. GONZALEZ ECHEGARAY; J. A. SAN MIGUEL RUIZ, *Excavaciones en Monte Cidla. Olleros de Pisuerga (Palencia)*, (EAE, 61), Madrid, 1966, p. 31 ss.

La demografía de Astorga

Los datos que tenemos para el estudio de la Demografía de Astorga son los aportados por las inscripciones funerarias cuya fecha, para su gran mayoría, está entre los siglos II-III d.C. ⁽¹¹¹⁾ con lo que son los datos referentes a una etapa de romanización y pacificación, es decir a una sociedad estable y con una evolución en su demografía que no es afectada por el elemento catastrófico como la guerra. Sin embargo hemos de tener en cuenta que a partir del año 172, Marco Aurelio, se extiende la peste por el occidente del Imperio ⁽¹¹²⁾, y no sabemos como pudo afectar a la población de Astorga y su convento.

Con respecto a la estructura de la población de la ciudad de Astorga en época romana queremos llamar la atención sobre una serie de detalles como es el caso de la abundancia de epígrafes funerarios referentes a soldados tanto en servicio de armas como de veteranos.

Creemos que debemos excluir a los soldados muertos en servicio activo (siete) ya que son elementos procedentes de fuera y cuya muerte en Astorga es algo casual. Por ello los epígrafes de hombres que consideramos son veinticinco, número superior al de mujeres que son diecisiete.

Viendo estas inscripciones observamos que es una sociedad joven ya que el número de fallecidos antes de los veinte años (diez ejemplos) es elevado, lo que también nos permite pensar en la existencia de un elevado índice de natalidad.

Los Movimientos naturales

Si consideramos los fallecidos entre 20-40 años, exceptuando los soldados, no hay más que dos. Sin embargo en León es todo lo contrario ya que entre los 20-35 es la máxima con once ejemplos. Esto nos da pie para considerar que la mortalidad, una vez pasada la barrera de los 20 años, entonces se puede llegar fácilmente a una edad de 55 años, pues a partir de esta edad se observa un mayor incremento. Es decir que hay dos máximos antes de los 20 años y a partir de los 55 años. Sin embargo en León, ciudad, es entre los 20 y 35 años (once ejemplos).

Sin embargo para las mujeres hay un máximo que va desde los 17 a los 25-30 años (doce), época también de la mayor fertilidad en la mujer. En la ciudad de León este máximo va de los 17 a los 31 años (ocho).

Lo que finalmente nos llama la atención es la mayor longevidad de los hombres sobre las mujeres tanto en Astorga como en León, donde ninguna de ellas llega a 60 años.

La Emigración ⁽¹¹³⁾

Los movimientos migratorios dentro del convento hacia Astorga, solo tenemos constatado una en Astorga procedente de Brigeico (N.º 33).

La inmigración de lugares de Hispania o del Imperio a Astorga y entorno es más abundante:

— de la zona Oriental de la Meseta: de los Tritálicos, de Uxama (N.º 34)
de Uxama Ibarcense (N.º 35)

— de Occidente: Seurro Transminiense (N.º 36)
Céltica Supertamárica, Castello Blaniobrensi (N.º 37)
Céltico Supertamárico, (N.º 38-39)
Coporos (N.º 44)
Lemavos (N.º 99)
Zoela (N.º 78)
Cilenos (N.º 127)
Lusitano (N.º 128)

— Administracion: Altos Cargos
Sacerdotes

— Los soldados, N.º 21-25, y los veteranos son de fuera: N.º 26-29.

— Profesiones liberales: un cives grammaticus

La emigración fuera del Convento J. Astur de gentes de Astorga se produce hacia Orense (C. J. Bracaragustano) (N.º 91); Lugo (N.º 92), Caldas de Vizela (N.º 93), Roma (N.º 94), Tarragona (N.º 95).

⁽¹¹¹⁾ T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática de Astorga romana*, Salamanca, 1982, p. 186.

⁽¹¹²⁾ C. GARCIA MERINO, *Análisis sobre el estudio de la Demografía de la Antigüedad y un nuevo método para la época romana*, (St. Arch. 26), Universidad de Valladolid, 1974, p. 55.

⁽¹¹³⁾ G. FABRE, *Le tissu urbain dans le nord-ouest de la Péninsule Iberique*, *Latomus*, 21, 1, 1970, p. 314 ss. — C. GARCIA MERINO, *Las tierras del NO. de la Península Ibérica foco de atracción para los emigrantes de la Meseta en época romana*, *H. Antigua*, III, Valladolid, 1973, p. 9 ss. — Los números que citamos a continuación se refieren a nuestro libro T. MAÑANES, *Epigrafía y Numismática*, ps.

Además hay otras gentes que emigran del Convento Jurídico Astur a Tarragona (N.º 96-98)... a los que habríamos que añadir la serie de alas y cohortes de Astures que según cálculos serían en torno a 7750 personas ⁽¹¹⁴⁾.

Las creencias

Esta sociedad tan variada y de procedencia dispar, refleja una serie de creencias así mismo muy diferentes.

1. — *LOS DIOSES INDIGENAS:*

A través de inscripciones latinas, de difícil fecha, sabemos que rendían culto a sus dioses como:

- VACOCABURIO, en Astorga, cuyo segundo nombre CABVRIO tiene un radical Ide capro = macho cabrío.
- y en el entorno: VAGODONNAEGO, cuya segunda parte — Donnaego — es frecuente en la toponimia Gala,
- CARAEDUCI (en Cuevas, próximo a Celada), con el radical celta CAR = piedra,
— y MARTI TILENO.

2. — *LOS DIOSES DEL PANTEON GRECO-ROMANO*, están citados prácticamente todos ellos, así como el culto al Emperador:

- Emperador: Sacerdotes de Roma y Augusto
Numen y maiestas
- Dioses romanos: Genio, Júpiter, Minerva, ...
- Dioses orientales: Esculapio, Isis, Nemesis, Serapis...
- . EL CULTO: Sacerdotes de los custos: de Roma y Augusto; Flamen y Augur.
- . FIESTAS: LEMURIAS, Fiestas nocturnas que se celebraban los días 9, 11 y 13 de mayo para aplacar a los espíritus maléficos... de los difuntos.

3. — *EL CRISTIANISMO* ⁽¹¹⁶⁾:

- Carta de San Cipriano dirigida al presbítero Félix y a las comunidades de León y Astorga en el año 254-5.
- Luego conocemos la existencia de Obispos: Basíides apostata y elegido Sabino.
- Priscilianismo: 378 y el 385 muere en Treveris.
- El Arrianismo: Visigodos.
- Supersticiones: Hidacio y los fenómenos naturales.
«De Correctione Rusticorum»: perduran los elementos paganos.

4. — *ENTERRAMIENTOS:*

- *Incineración:* . Las cenizas entre tegulas: Cacabelos (Ciudad Valverde) ⁽¹¹⁷⁾.
. O las cenizas en urnas de vidrio o plomo y encima una estela decorada: Astorga ⁽¹¹⁸⁾.
- Inhumación con el Cristianismo y un reflejo, lo tenemos en el sarcófago de S. Justo de la Vega.

⁽¹¹⁴⁾ C. FERNANDEZ OCHOA, *Asturias en la época romana*, (Monografías Arqueológicas, 1.), Madrid 1982, p. 231.

⁽¹¹⁵⁾ M. PASTOR, Reflexiones sobre la religión de los Astures en época romana, en *La Religión romana en Hispania*, Madrid 1982, p. 263 s.

⁽¹¹⁶⁾ R. GARCIA-VILLOSLADA, *Historia de la Iglesia en España, I, La España romana y Visigoda*, en Col. BAC. 16, Madrid 1979, p. 42-49.

⁽¹¹⁷⁾ T. MAÑANES, *El Bierzo prerromano y romano*, p. 343-345.

⁽¹¹⁸⁾ T. MAÑANES, *Astorga romana y su entorno*, p. 47.

TEONIMIA DE EPOCA ROMANA EN LA PROVINCIA DE LEON

OESTE MONTES LEON (BIERZO)	ASTORGA Y ENTORNO	LEON CIUDAD	MONTAÑA
DIVINIDADES INDIGENAS			
Bodo Cosioviascano Cossuenidoleidio Cossuesegidiaeco Craro Deganta Mandica Tutela Bolgensis Vduniaego	Caraedudis		Broccus?
			Fontis Amevi
	Vacocaburio Vacodonnaego		
DIVINIDADES ROMANAS			
Camienias	Apollo Granno	Apollo	
	Ceteri Dei		
	Fortuna Genio C. Asturum	Diana	Fortuna
	Genio Praetorii	Genio Leg. VII G	
Júpiter (3)	Júpiter (3) Zeus (1) Iuno Regina	Iovi Candamio	
Manes	Manes Marti Sagato	Manes	Manes
Mercurio	Minerva	Mercurio	
Ninfas (Camienias)	Saturni Salus	Ninfas	Ninfas
DIVINIDADES ORIENTALES			
Isis (lucerna)	Aesculapius Core Iao Isis Liber Pater Nemesis Serapis Sol Invictus Tüxe (agazé)	Liber Pater	

POBLAMIENTO RURAL EN ASTURIAS DURANTE LA EPOCA ROMANA

*Carmen Fernández Ochoa **

El título de esta ponencia se refiere al proceso histórico de las áreas rurales asturianas durante el periodo colonizador de Roma (siglos I-IV d.C.). En principio debo decir que la propuesta es tan ambiciosa y difícil de abarcar como sugerente, por razones de sobra conocidas por la mayoría de los presentes en este coloquio.

Mi exposición, por ello, ha de partir de unos supuestos previos dentro de los cuales han de encajarse mis afirmaciones o mis propuestas y que son los siguientes:

1. El estudio del periodo romano en Asturias es siempre problemático porque las fuentes literarias son bastante escuetas y las fuentes arqueológicas — a pesar de los esfuerzos más recientes en las tareas de campo — aún no han sido explotadas debidamente. Ello provoca una falta de datos verificables y obliga a los investigadores a moverse en el terreno de las hipótesis.

2. Hablar del «mundo rural» en la época romana en Asturias equivale prácticamente a abordar el tema de la romanización de esta zona en términos generales. Todo el proceso romanizador de Asturias se desenvuelve principalmente en el ámbito de lo rural al menos durante el Alto Imperio, pues solo conocemos por las fuentes literarias algunos núcleos semiurbanizados. La arqueología no testimonia la existencia de centros urbanos de carácter y fundación romana hasta el periodo Bajo Imperial.

3. El estado actual de la investigación sobre este tema se halla condicionado también por la atención preferente que los estudiosos locales han dedicado a unas áreas en detrimento de otras. Así podemos afirmar que las regiones central y occidental en Asturias hasta el río Sella han sido las más estudiadas mientras que el sector oriental, desde el Sella hasta el límite con Santander carece de trabajos prospectivos y de excavaciones sistemáticas salvo casos aislados.

4. Estos datos desiguales sobre unas zonas y otras también se justifican por motivos de carácter geográfico. Los establecimientos humanos en la antigüedad se vieron condicionados por una topografía compleja y por unas difíciles comunicaciones. Los grupos humanos se asentaron preferentemente en la costa, en los valles y en las vías de acceso a la meseta por lo cual también la Asturias romana presenta una densidad y distribución del poblamiento estrechamente ligada a las condiciones físicas del terreno.

5. Por último quiero señalar que mi intervención versará sobre la estructura del hábitat. Por razones de espacio y de tiempo he tenido que prescindir de una visión más completa que abarcaría las bases económicas y el marco cultural en el que se desarrolló la vida de los habitantes del futuro solar del Reino de Asturias en época romana. De todas maneras, he tratado estos aspectos en un trabajo de conjunto de reciente publicación al que remito a los interesados (1).

A partir de estos presupuestos, voy a intentar que el tema del poblamiento se centre en una serie estructurada de datos que las fuentes literarias y la arqueología permiten señalar como más relevantes en el estado actual de la cuestión.

El conocimiento que hoy se tiene del poblamiento de época romana de Asturias es todavía parcial y lleno de dificultades. Se han localizado una serie de yacimientos pero muy pocos han sido excavados. Otros se han excavado sólo parcialmente y después se han olvidado, sin estudiar los materiales que, incluso en algunos casos, ni siquiera llegaron a ser depositados en el Museo Provincial.

La definición de poblamiento de un área geográfica concreta se halla condicionada por factores de tipo geográfico, histórico y económico. Los grupos humanos se establecen en un lugar o emigran hacia otro, en función principalmente de unas bases económicas que les proporcionen un mejoramiento de su nivel de vida económico, cultural y social.

Conviene puntualizar, sin embargo, que en el momento de la llegada de los romanos la población astur vivía momentos de inseguridad que le habían forzado a ocupar lugares de difícil acceso y fácil defensa ante cualquier peligro, alejándose de aquellas zonas que ofrecían mayores ventajas para la supervivencia.

(*) Universidad Autónoma de Madrid

(1) FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias en la época romana*, Madrid 1982, Cap. II-III-IV-VII y VIII.

Después de la conquista y durante el período altoimperial, el panorama no debió de cambiar demasiado, de modo que parte de la población asturiana de la región occidental y central siguió viviendo en los recintos castreños, algunos de los cuales atestiguan una continuidad de vida hasta el Bajo Imperio. Hay que pensar que esta continuidad estuvo en función de factores de tipo económico y estratégico (castros cercanos a las minas y a las vías de comunicación) y que paulatinamente se irán abandonando los recintos, bien porque dejaron de reunir las condiciones adecuadas para las funciones económicas que tenían que cumplir, bien porque en un ambiente de paz resultaba más ventajoso, en algunos casos, el establecimiento en zonas más bajas, y llanas, en las cuales se crearían poco a poco las *villae*. En la región oriental creemos que los cambios fueron mucho menores, pues, en el estado actual de nuestra información, la zona cántabra de Asturias, con su poblamiento seminómada, se muestra muy conservadora por lo que al *habitat* se refiere.

Analizaremos a continuación los datos disponibles sobre núcleos de poblamiento en Asturias durante la época romana.

I. EL POBLAMIENTO DURANTE EL ALTO IMPERIO

El poblamiento de este periodo presenta los rasgos siguientes:

- La existencia de un *habitat semiurbano* con núcleos de población creados por los romanos (*civitates*) que debieron cumplir ciertas funciones de tipo político-administrativo y económico.
- La continuidad del *habitat castreño* que se testimonia hasta bien entrado el siglo I d.C. en todo el territorio con pervivencias hasta el fin de la baja romanidad.
- El establecimiento de *puestos de carácter militar*, cuya función era facilitar el acceso a la región y controlar el proceso de incorporación de la misma al dominio romano.
- La existencia de unos primeros asentamientos de *tipo agro pecuario* situados en zonas apropiadas para el cultivo cercanas a la costa o a las rutas principales.

- a) En relación con las *civitates* o núcleos de población creados en época romana y citados por las fuentes vamos a sintetizar los datos más sobresalientes de algunos de ellos:

Flavionavia

Las fuentes antiguas citan esta ciudad como un núcleo romano o romanizado de época flavia, como parece indicarlo el propio nombre, creado por el empuje de la política expansionista y romanizadora de dicha dinastía.

Ptolomeo (II, 6.4) menciona esta ciudad en el litoral de los péscicos dándole unas magnitudes geográficas que conducen a situarla, según J. M. González, a unos cinco minutos de la desembocadura del Nalón, al fondo de la ria, próxima a la actual Pravia.

El nombre de esta civitas se compone de dos elementos, yuxtapuestos, uno indígena *Avia* y otro latino *Flaviu(m)* sin concordancia aparente, lo que ha inducido a pensar que se podría tratar de un (*Municipium*) *Flaviu(m) Avia*.

Desconocemos el origen de esta ciudad silenciada por Estrabón, Mela y Plinio. Nada sabemos tampoco de las razones por las que los textos posteriores a Ptolomeo también la silencian. J. M. González cree que el Ravennate la cita bajo el nombre de la mansión de *Passicin* y Diego Santos opina que más bien se podría identificar con la siguiente mansión citada como *Amneni*. Nosotros creemos que de momento ninguna de las dos identificaciones es conveniente. No obstante, parece que Flavionavia debió surgir en época de Vespesiano, adquiriendo el nombre de la dinastía flavia a fines del siglo I d.C. Su función pudo ser la de un centro romanizador en medio de un territorio rural y poco romanizado. Probablemente cumpliría algunas funciones político-administrativas, dependiendo de los núcleos urbanos del territorio augustano, especialmente de Astúrica Augusta. Tal vez por ser un enclave artificial, superpuesto a un *habitat* conservador en sus modos y costumbres al poco tiempo pudo desaparecer su nombre, imponiéndose una denominación más popular que borró las huellas de la *civitas* flavia.

En cuanto a la posible confirmación arqueológica de Flavionavia existe unanimidad entre los investigadores para situarla en Santianes de Pravia o Pravia mismo. Parece que el territorio pravianos estuvo bastante poblado en época romana pero en Pravia capital no se han encontrado hasta el momento vestigios de tal época ⁽²⁾.

(2) Idem p. 255.

Lucus Asturum

Conocemos la existencia de esta *civitas* citada por Ptolomeo (II, 6,28) y por el Ravennate (IV. 42) quien la denominó *Luco Astorum*.

Su emplazamiento suele situarse junto a la desaparecida Iglesia de Santa Maria de Lugo de Llanera donde han aparecido importantes vestigios de época romana desde hace más de dos siglos.

Según el estudio J. M. González, existe una pequeña colina próxima a la iglesia citada anteriormente que fué un castro prerromano. Al pie de este castro surgiría en tiempos de paz el *Lucus Asturum* romano.

La documentación medieval de las cancellerías ovetenses contiene referencias de la *antiquísima civitatis*, de la puesta ciudad, y de unos muros antiguos, que han sido interpretadas como alusiones al Lugo de época romana.

Al iniciarse la Reconquista, Lugo de Llanera era considerada una ciudad amurallada aunque quizá en estado ruinoso. Los muros de esta ciudad romana, que en principio pudo ser una ciudad abierta al amparo de la paz imperial, se construirían en el siglo III d.C. para defensa como sucedió en muchos ciudades de Hispania.

Según Diego Santos, la ciudad de *Lucus Asturum* quizá fue respetada por los bárbaros pues algunos documentos del siglo XII (*Corpus pelagiano*) afirman que la ciudad habría sido construida por los vándalos. Siendo esto así, la ciudad sería destruida después en la lucha contra los visigodos de Sisebuto (612-621) aunque estos datos no pueden darse por seguros.

La referencia sobre hallazgos arqueológicos en Lugo de Llanera son bastante abundantes. En la obra de Bellmunt y Canella se habla del hallazgo de algunas monedas de plata y cobre, trozos de columna, pedazos de bóvedas, ladrillos circulares, fragmentos de mosaicos.

Según González Solís, en este lugar se encontró una inscripción a Numeriano de la que había una copia en la Comisión Provincial de Monumentos. Se tienen noticias también del hallazgo de bronce romanos, ladrillos de construcción y sepulturas.

Se practicaron algunas excavaciones en 1930 y 1944 y como fruto de ellas se conservan en el Museo Provincial un caldero de bronce, un pavimento de ladrillos romboidales y un fuste de columna de ladrillos circulares pertenecientes a un *hipocaustum*.

Lucus Asturum debió ser el más importante nudo de comunicaciones en el territorio transmontano en época romana. Era mansión itineraria en la vía que se dirigía desde *Asturica Augusta* a *Lucus Augusti*, y de esta ciudad partía una vía hacia Gijón y posiblemente dos rutas transversales hacia Tineo y Cangas de Onís respectivamente.

En el yacimiento romano de Lugo de Llanera donde, con toda probabilidad estuvo asentada la ciudad de *Lucus* citada por las fuentes, se ha realizado una 1.^a campaña de excavaciones junto al cementerio medieval. Aún no se han localizado unas estructuras definidas. El material proporcionado ha sido: sigillata de Tricio fechable en el 70 d.C., monedas del siglo XII al XVIII, cerámica de tradición indígena fechable en la Alta Edad Media y un relieve plano con tema animalístico, también medieval (3). La realización de próximas campañas aportará, sin duda, datos de gran valor histórico.

Otros núcleos de población

Nos referimos a continuación a otros núcleos citados por las fuentes cuya ubicación pudiera hallarse en el territorio transmontano.

Ptolomeo (II, 6, 31) cita *Intercatia* como capital de los *orniaci* en el territorio de los augustanos pero en la inscripción de *Pintaius* (*CIL*, XIII, 8098), *soldado de la Cohors V Asturum*, se cita a éste como «astur transmontano castello Intercatia». Parece, por lo tanto que esta ciudad debería estar enclavada en territorio transmontano y no entre los augustanos como dice Ptolomeo.

Las hipótesis sobre la ubicación de esta *civitas* han sido muchas y muy variadas. Nosotros consideramos el problema insoluble de momento si bien una posible expansión de la tribu de los *orniaci* hacia el norte bajo la influencia romana, como piensa Pastor Muñoz, podría admitirse. Este mismo autor la sitúa hacia La Robla cerca de León. También cabe la posibilidad de que se trata de dos ciudades distintas con el mismo nombre pues existió una *Intercatia* en la región vaccea (4).

Por Ptolomeo (II, 6, 32) conocemos también la ciudad de *Paelontium* citada como capital de la tribu de los *luggoni*, que se ha identificado con Beloncio (Infiesto). Se ha situado esta *civitas* en diversos lugares dentro y fuera de Asturias a causa del desacuerdo existente entre las fuentes literarias y las epigráficas.

(3) Idem p. 256. Referencias proporcionadas por el Dr. Julio Mangas. Cfr. FERNANDEZ, A. Terra Sigillata en Lugo de Llanera. BIDEA n.º 108, 1983 pp. 45 y ss..

(4) PASTOR MUÑOZ, M. *Los astures durante el Imperio romano*, Oviedo 1977, pp. 57-58.

Hoy se piensa que los *Luggones*, uno de los pueblos de origen céltico más importantes de los astures, se debieron excindir en dos grupos. Un grupo se instalaría en la zona occidental de Asturias y el otro en la región sur del Duerna en León ⁽⁵⁾.

Según los datos de las fuentes literarias y epigráficas *Vadinia* y *Argenomescos* fueron *populi/civitates* cuya localización pudo estar en el actual territorio asturiano. Ambas parece que pertenecieron a los cántabros y serían las capitales de los vadinienses y de los orgenomescos respectivamente. Su ubicación en el sector cántabro de Asturias ha sido ampliamente tratada en algunos estudios recientes por lo que me escuso de insistir aquí en el tema ⁽⁶⁾. También en la región cántabra de la actual Asturias se sitúa la ciudad de *Noega Ucesia* que Ptolomeo cita como perteneciente a los cántabros. La mayoría de los autores están de acuerdo en que se trata de una Noega distinta de la situada en la costa astur, J.M. González la ubica en la desembocadura del Sella hacia S. Miguel de Ucio.

b) El segundo rasgo del poblamiento altoimperial fue la continuidad del *habitat castreño*. Una parte de los castros asturianos se romanizaron en función de las minas de oro. Otros seguramente continuaron ocupados durante el periodo romano debido a su situación favorable al comercio y a las comunicaciones como es el caso de los recintos situados en la costa o en lugares próximo y los ubicados en las vías de comunicación Norte-Sur. Veamos una síntesis del estado de la cuestión.

1) Noega, un posible castro citado por las fuentes

Según las fuentes antiguas, el poblado indígena más importante de la costa Astur era el *oppidum* *Noega* citado por Estrabón (III, 4, 20), Mela (III, 12-13) y Plinio (IV, III). Para Estrabón, este *oppidum* se hallaba situado entre el río Melsos (Nalón) y una ría de nombre desconocido y que se ha identificado con la desembocadura del Sella. Mela sitúa Noega en el litoral de los astures, en una península donde se hallan tres altares llamados Aras Sestianas. Plinio también sitúa Noega en una península si se admite una puntuación diferente del texto.

Por el contrario Ptolomeo y las obras que dependen del mapa de Agripa hablan de una *Noega Ucesia* y un *Noecantrum* en la costa cantábrica.

La ubicación de Noega fue ampliamente tratada por J.M. González que recogió las opiniones anteriores y formuló una hipótesis sobre la existencia de dos lugares con el nombre de Noega, uno en la desembocadura del Sella hacia Ucio de Ribadesella, como se indicó anteriormente, y otro más al occidente entre Villaviciosa y Colunga.

Con posterioridad Lomas Salmonte ha tratado también la ubicación de Noega calificando de insoluble su reducción geográfica.

De nuevo en sus últimas publicaciones J.M. González sevisó sus teorías anteriores y sin modificar la existencia de una Noega Ucesia catábra se inclinó por ubicar la Noega astur en el castro de la Campa de Torres de Gijón donde según parece se encontró la lápida conmemorativa dedicada a Augusto (CIL, II, 2703). A esta hipótesis se ha adherido recientemente Diego Santos y Junquera aunque este último modifica la ubicación llevándola hacia una zona más interior de la ría de Aboño.

Para J. M. González, la Campa de Torres reúne todas las condiciones exigidas por los textos clásicos para Noega: el nombre que indica «*oppidum de la ría*» se justifica al estar situado este castro junto a la ría de Aboño que al parecer era mucho más extensa en la antigüedad. Así mismo es una península extensa entre Nalón y el Sella como dice Estrabón, y desde el punto de vista arqueológico el extenso Castro de la Campa de Torres es quizá el más importante de la costa astur lo que justificaría las alusiones de las fuentes y la colocación de las Aras Sestianas ⁽⁸⁾.

Desde que J. L. Maya inició en 1978 las excavaciones en la Campa de Torres y a la vista de los resultados provisionales de las mismas, la identidad exacta de este asentamiento se encuentra en revisión.

Después de tres campañas de excavación, la Campa de Torres se define en su estructura y en sus materiales como un *habitat* romano con un plan urbanístico definido y una cronología que abarca desde el siglo I a.C. al siglo II d.C. Apenas hay datos para afirmar la existencia de un asentamiento prerromano, aunque sería lo normal. Tampoco se saben las causas de abandono del poblado que debió producirse

⁽⁵⁾ Sobre los *luggones* véase *Dizionario Egigrafico di Antichità Romana*. (E. de Ruggiero fund.) IV, fase 68, 1980, pp. 215 y ss. Una síntesis en TRANOY, A. *La Galice Romaine*, Paris, 1981 p. 49.

⁽⁶⁾ GARCIA MERINO C. Nuevo epigrafe procedente de Carande (León) y el problema de los vadinienses como grupo de población hispanorromano, *B.S.A.A.*, XXXVIII, 1972, pp. 508 y ss; SANTOS YANGUAS, J. *Historia de Asturias*, Fasc. 106, pp. 157-158; TRANOY, A. *La Galice...* pp. 155-156 (al tratar de los límites entre *Conventus*).

⁽⁷⁾ GONZALEZ, J.M. *El litoral asturiano en época romana*, Oviedo, 1954, pp. 57-59; SANTOS YANGUAS, J. *Op. cit.*, p. 157.

⁽⁸⁾ Las referencias bibliográficas en FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias...* p. 254. No es sostenible, como demostró R. SYME, la identificación de las Aras Sestianas con la lápida del Cabo Torres.

pacíficamente pues los restos de materiales, muy fragmentados y escasos, invitan a pensar en un abandono voluntario del recinto. Lo que no sabemos es si la creación de una ciudad defensiva, como la que se atestigua en el Cerro de Sta. Catalina, a la que me referiré más adelante, en Gijón, fué la continuadora en época de paz de este primer habitat, o si fueron asentamientos que se desarrollaron paralelamente. Las excavaciones de los próximos años darán cuenta de ello.

2) Castros romanizados en función de las minas

Una publicación conjunta reciente sobre El Caurel ⁽⁹⁾ ha puesto de relieve una vez más la relación intrínseca que existe entre las explotaciones mineras de época romana y el habitat de tipo castreño.

A priori he de decir que estoy persuadida de que un número elevado de castros asturianos continuaron su habitación durante el periodo romano en función de las minas y que, a la vez, otro número grande de habitats de estas características se crearon en época romana para albergar a la población trabajadora de las explotaciones.

Desgraciadamente no disponemos para Asturias de estudios exploratorios amplios como el de la Valduerna leonesa de manera que en orden al conocimiento del habitat minero aún se precisa una investigación mucho más profunda. De momento, sin embargo, podemos ofrecer algunos resultados estableciendo ciertas correlaciones entre habitat castreño y explotación minera.

Por razones de espacio sintetizaré algunos datos relevantes sobre castros mineros con hallazgos romanos en los cuadros siguientes:

CASTROS MINEROS

Distrito minero	Explotación	Yacimiento	Restos romanos	Cronología	Excavaciones
RIOS EO y PORCIA	Lagos de Silva	El Figo Castelo Castrelos	- Sigillata Hispánica - Monedas (S. I-II d.C.) - Molinos	S. I-II d.C. (época adrianea)	—
	Covas de Andina	Corona de Castro	- Sigillata Sudgálica e Hispánica - Denarios Augusto y Tiberio	S. I d.C. (Júlio-claudia)	Parcial (sin publicar)
	Ouria-Brañalibel	Castillón	- Molinos - Restos muralla	—	—
RIO NAVIA	Cuenca del Navia	Castro de la Escrita	- Sigillata Sudgálica e Hispánica - Monedas (S. I d.C.)	S. I d.C. (Júlio-Claudia)	—
		Castro de Pencia	- Sigillata Sudgálica e Hispánica	S. I d.C. (Júlio-Claudia a Flavia)	Parcial en 1941-42
	Arruñada	Chao S. Martin	- Monedas	S. II al IV d.C.	—
		Monte S. Isidro	- Piedras hincadas	—	—
		Sta. Cruz de Pesoz	- Tégulas	—	—
Navelgas y Naraval		Castucho de Manxelón	- Sigillata Hispánica - Ara de Barciaeco - Monedas (S. I-II d.C.)	S. I-II d.C. (hasta la época adrianea)	—
		Santiago de Cerredo	- Sigillata Hispánica	S. I-II d.C.	—
		La Mortera Lavadoira	Castiello de Bustiecho Castro de Fresno El Pico Los Moros La Pena y la Mouta	—	—

(9) LUZON, J. M. y otros *El Caurel* (E.A.E. n.º 110), Madrid, 1980.

Distrito minero	Explotación	Yacimiento	Restos romanos	Cronología	Excavaciones
RIO NARCEA	S. Chuis Arganza Figueras Bachicón de Fresnedo		- Sigillata Sudgálica e Hispánica - Lucernas - Cabeza masculina (Hermes) - Objetos de bronce y hierro	S. I-II d.C. (época claudio-flaviana)	Intermitentes desde 1962
		Castiello de Pradiello Castiecho de Gomes	—	—	—
RIOS ORO Y IBIAS	Puerto del Palo	Cuturullón Pico el Castro	—	—	—
		Castello de Berducedo	—	—	—
	Cuenca del río Oro	S. Martín La Collada Tremado	—	—	—
	Corralín Muriacales de Larón	Castro de Larón	- Sigillata Hispánica - hebillas - inscripción L. Valerio Postumo (en alrededores)	Siglo I-II d.C.	Excavado en 1978

3) Castros romanizados próximos a las vías de comunicación terrestre o marítima CASTROS COSTEROS

Yacimiento	Restos romanos	Cronología	Excavación
Peña Rubia (Barres)	- Inscripción con numerales	—	—
Castro del Esteiro (Tapia)	- Sigillata Hispánica - Molinos	—	Parcial (Sin publicar)
Monte El Castro de Mohías (Coaña)	- Sigillata Sudgálica - Sigillata Hispánica - Inscripción de Dovitero - Arpones - Hierros y escorias	S. I al IV d.C.	Intermitentes desde 1968
Castelón de Coaña	- Sigillata Sudgálica hispánica y paleocristiana - Monedas - Inscripciones - Hierros	S. I al IV d.C.	Intermitentes desde 1940
Castro de Doña Palla	- Monedas (S. I-III d.C.) - Molinos	S. I a.C. al III d.C.	—
Campa de Torres (?)	- Campaniense - Sigillata Aretina Sudgálica e Hispánica - Monedas	S. I-II d.C.	En curso de excavación desde 1978
Peña Castiello de Raices	- Sigillata Hispánica - Monedas (S. IV d.C.)	S. I-IV d.C.	—
Pico Castiello de Molleda	- Estela antropomorfa	—	—
Monte de Rodiles	- Téglas	—	—
Castiellu de la Riera (Colunga)	- Moneda	S. I d.C.	—

CASTROS DEL INTERIOR

Yacimiento	Restops romanos	Cronología	Excavación
Teso la Cohada de Bimeda	- Monedas (S. IV d.C.)	S. IV d.C.	—
Castiello de Dóriga	- Estela de Talavo	S. I-II d.C.	—
Castiello de Bustiello	- Moneda (S. I d.C.)	S. I d.C.	—
Coroña del Picu Llanza	- Molinos - Téguas - Moneda (S. II)	S. I-II d.C.	—
La Cogolla de Fitoria	- Téguas - Monedas (S. I d.C.)	S. I d.C.	—
Castiello de Taloca	- Lápida de Grases	S. II-III d.C.	—
Pico Collao (Riosa)	- Lápida de Reo Parameco	S. II-III d.C.	—

4) Los posibles establecimientos de *tipo militar* apenas estan testimoniados para el Alto Imperio. No tenemos noticias de la presencia de tropas ⁽¹¹⁾ ni de sus asentamientos salvo en algunos casos aislados. El fenómeno no es extraño si tenemos en cuenta que los romanos no solian establecer sus campamentos en las regiones interiores de los territorios que conservaban aún conatos de rebeldía. Preferían situar las tropas en zonas marginales y bien comunicadas dominando los accesos a la región semipacificada. Hemos de pensar, por lo tanto, que en el primer momento de la ocupación de Asturias por las legiones no se produjeron asentamientos estables. El ejercito debió dedicar su esfuerzo a construir vias que aseguraran la comunicación del territorio transmontano con el resto del *Conventus Asturum*. De este primer momento deben datar las vias de la Mesa, la Carisa, Vegarada que conducian por el centro de la región hasta el mar Cantábrico. Un poco después debieron de abrirse al tránsito las vias de Leitariegos y el Trayecto en razón de las explotaciones mineras de la cuenca del rio Narcea ⁽¹²⁾.

Algunos testimonios arqueológicos apoyan una penetración temprana hasta el mar. Hitos primeros de esta ruta son las cerámicas de Memoriana fechables en el primer cuarto del siglo I d.C., los restos de construcciones y lápidas de Ujo fechables en los siglos I y II d.C., y las monedas del siglo I d.C. de Bustiello en Mieres. Cierta entidad tienen también los restos de *Lucus Asturum* con cerámicas de mediados del siglo I. d.C., y el Torreón de Murias de Beloño que para Jordá pudo ser una torre de caracter militar fechable en época de Claudio ⁽¹³⁾. Pero sobre todo las recientes campañas de excavación de la Campa de Torres de Gijón vienen a confirmar una presencia romana temprana mediante el hallazgo por primera vez en Asturias de cerámica campaniense y sobre todo de una serie de piezas de sigillata fechables a lo largo de los siglos I-II d.C. Parece incuestionable que el primer asentamiento costero de envergadura se produjo en la estratégica Campa de Torres de Gijón. Como indiqué anteriormente no sabemos todavía si existió un habitat prerromano cuya confirmación arqueológica es bastante factible con independencia de que se trate o no del *oppidun Noega*. Si aceptamos además, que el ara del Cabo Torres (CIL, II, 2703) procede de allí, es fácil pensar que la Campa simbolizó el punto final de la empresa conquistadora y uno de los primeros asentamientos estables en la costa de los astures transmontanos. Su caracter estratégico y militar parece fuera de dudas.

5) En cuanto a los asentamientos de *caracter agropecuario* disponemos de pocos testimonios en la actualidad.

⁽¹⁰⁾ Los datos de estos cuadros estan tomados del libro: FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias...*, pp. 243 y ss. y del trabajo de MAYA, J. L. y DE BLAS, M. A. El Castro de Laron (Cangas del Narcea, Asturias), *N.A.H.*, n.º 15, 1983, pp. 153 y ss. Para ubicar cada poblado consúltese la obra de GONZALEZ, J. M. *Miscelanea Histórica Asturiana*, Oviedo, 1976, donde se reunen las catalogaciones sucesivas realizadas por el autor.

⁽¹¹⁾ Parece bastante claro que la IV Macedónica no estuvo en Asturias (Cfr. GONZALEZ ECHEGARAY, J. y SOLANA, J. M. La Legio IV Macedónica en España, *Hispania Antigua*, V, 1975, pp. 151 y ss.) ni la lapida «ASTVR ET LVGGONV» del Museo Provincial se puede considerar como una designación de los *auxilia*. Creo que es aceptable la interpretación como un *terminus* de separación entre astures y lugones (Cfr. MANGAS, J. La difución de la religión romana en Asturias, *Indigenismo y Romanización en el Conventus Asturum*, Madrid, 1983, p. 169).

⁽¹²⁾ Véase un estudio completo en FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias...*, pp. 28 y ss.

⁽¹³⁾ JORDA, F. La cultura de los Castros y la tardia romanización de Asturias, *Actas del Bimilenario de Lugo*, Lugo, 1976, p. 32.

Sin embargo en las *villae* de *Vega del Ciego* y de *Puelles* se han encontrado cerámicas cuya cronología se sitúa en época augustea según demostré en un estudio relativamente reciente ⁽¹⁴⁾. Desgraciadamente carecemos de materiales con cronología segura para otros establecimientos como Andallón o Valduno que posiblemente se habitaron también en los primeros momentos de la colonización. El fenómeno de una fase de poblamiento temprano de las *villae* se advierte también en el concejo de Gijón y por supuesto en Galicia y en la Meseta Norte.

De acuerdo con la información disponible ¿Qué podemos concluir sobre el poblamiento de Asturias durante el Alto Imperio?

—Se trata de un territorio que mantuvo una densidad de población elevada a pesar de la emigración provocada por el reclutamiento militar o por motivos de carácter laboral. La explotación de las minas actuó también como foco de atracción de todo el *Conventus Asttutum* ⁽¹⁵⁾.

— Durante este periodo se presenta Asturias como una área de poblamiento con una *fisionomía esencialmente rural* en la cual se distinguen:

Habitat castreño

Supone la continuidad de los mismos modos y estructuras de poblamiento de la época anterior. Posiblemente algunos castros prerromanos fueron abandonados mientras que otros se ampliaron, adoptando formas semiurbanas, en razón de su situación próximas a las minas, o a las vías de comunicación terrestres o marítimas. La población sería fundamentalmente indígena bajo una dirección romana o de elementos romanizados que aceptarían ciertas formas de lujo romano como las testimoniadas a través de los materiales de esta época hallados en los castros.

A nivel de hipótesis hemos de admitir el desarrollo en época romana de habitats castreños con un potente sistema defensivo (Monte S. Isidro de Pesoz) que adquirirían la modalidad de *castella* en el sentido territorial propuesto por Albertos. Serían, por lo tanto, creaciones romanas en función de las explotaciones mineras del mismo tipo que las coronas leonesas, bastante bien conocidas después de las excavaciones de Domergue, y que los castros de las zonas altas del Caurel.

La confirmación de esta hipótesis precisa de un estudio prospectivo seguido de las correspondientes excavaciones que únicamente se han llevado a cabo en el castro de S. Chuís cuyos resultados pueden ser de gran importancia para la Arqueología asturiana.

El habitat de tipo castreño se ubica fundamentalmente en la región centro-occidental en las zonas mineras y en menor intensidad en las áreas costeras o interiores del país.

Centros semiurbanos

Eran las *civitates* citadas por las fuentes y parcialmente confirmadas por los hallazgos arqueológicos que desarrollaban las funciones de tipo administrativo o económico de acuerdo con la organización de carácter romano. Estos núcleos como *Flavionavia* o *Lucus Asturum* estaban vinculadas a otros centros del sur del *Conventus*, en particular a la capital del mismo.

Establecimientos militares

Aunque el grueso del ejército ocupaba el sur de la Cordillera Cantábrica, la zona transmontana contó con un cierto control militar vinculado quizá a asentamientos prerromanos como Campa de Torres que después se convertirían en puestos de vigilancia como los erigidos a lo largo de las vías según atestigua el Torreón de Beloño. Aunque los testimonios aún son escasos, la penetración obligada del ejército cumplió un claro papel romanizador que para Roldán supliría en parte la función romanizadora que los centros urbanos de corte romano realizaban en otras áreas de Hispania ⁽¹⁶⁾.

Primeros asentamientos de carácter agropecuario

A modo de hipótesis confirmada en parte hay que concluir sobre la existencia, dentro del ámbito rural de la Asturias romana del Alto Imperio, de establecimientos de tipo *villae* estratégicamente situadas en valles ricos y cerca de las vías de comunicación terrestres y marítimas. En estas *villae* se atestigua la continuidad del poblamiento hasta el periodo tardoimperial.

— Por último en el estado actual de la investigación parece claro que no se puede hablar de la existencia de habitat urbano durante los primeros siglos de la romanización. El proceso urbanizador de la región se producirá bastante más tarde. Los indígenas, con su régimen social de carácter tribal, continua-

⁽¹⁴⁾ FERNANDEZ OCHOA, C. Notas sobre lucernas romanas de Asturias, *BIEA* n.º 99, 1980, p. 325.

⁽¹⁵⁾ Sobre el poblamiento de la región en esta época véase FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias...*, pp. 228 y ss.

⁽¹⁶⁾ ROLDAN HERVAS, J. M. El ejército como factor de romanización de Asturias, *Indigenismo y Romanización en Conventus Asturum*, Madrid, 1983 p. 118.

ron habitando los castros en gran parte del territorio. Los romanos, por su parte, no demostraron gran interés en la municipalización de la zona. La política urbanística de los Flavios afectó poco a la región asturiana desde un punto de vista jurídico-político. Parece que no debieron existir núcleos de población con estilo de vida romano y con suficiente importancia como para aplicarles el *Ius Latii*. En todo caso, este fenómeno es propio de todo el NW, *latu sensu*. Los intereses de Roma se hallaban centrados principalmente en la explotación de la riqueza minera del occidente. Para ello no precisaban el establecimiento de ciudades en una región inhóspita y no muy bien comunicada. Era suficiente disponer de lugares donde instalar a la población minera y esta función la cubrían sobradamente los castros.

II EL POBLAMIENTO DURANTE EL BAJO IMPERIO

En la época tardoimperial la población transmontana se organizó en torno a tres tipos de asentamientos: las ciudades, las *villae* y los castros. A lo largo de los siglos III y IV d.C. se va a producir una cierta modificación en el paisaje semiurbano y rural de Asturias que adoptará una fisonomía distinta de la que ofrecía a finales del S. I d.C. En efecto, durante el S. II d.C. se crean núcleos de población con categoría de ciudades (Gijón), y se refuerza el papel de otros núcleos antiguos (*Lucus Asturum*).

De acuerdo con un fenómeno generalizado en todo el Imperio, a partir de las crisis del S. III d.C., los transmontanos vivían preferentemente en los ámbitos rurales donde se había ido implantando el sistema de ocupación del suelo que se conoce con el nombre de *villae*. Paralelamente también se produjo otro hecho en el mundo rural, vinculado a las tradiciones locales, que fue la continuidad del hábitat en los castros o la reocupación de los mismos. Por primera vez se puede hablar de una cierta dualidad campo-ciudad en la historia de Asturias.

a) Las ciudades

Gracias al reciente descubrimiento de la muralla romana de Gijón podemos hablar en la actualidad de la existencia de alguna ciudad con categoría de verdadero núcleo romanizador en el territorio de la Asturias Transmontana.

Por razones de espacio omitiré los detalles del descubrimiento de la muralla cuya noticia di a conocer en un reciente congreso (17). Pero sí deseo resumir aquí los datos más relevantes obtenidos en las dos campañas de excavación realizadas en 1982 y 1983 que a mi juicio renuevan nuestra visión del poblamiento de Asturias en época tardorromana.

Se conocía la posible existencia de una muralla romana en Gijón a través de escritores de la modernidad o de eruditos de finales del siglo pasado (Renduelles, Somoza, etc.) pero no poseíamos ningún testimonio arqueológico que confirmase las teorías de estos autores e incluso se sospechaba que sus alusiones se referían al famoso «cerco» de Gijón de la Edad Media.

El derribo de unas viviendas del siglo XVI en el barrio de Cimadevilla, junto a la plazuela de Jovellanos, sacó a la luz los restos de un muro antiguo de trazas medievales. Con el fin de averiguar el valor real de tales vestigios inicié en mayo de 1982 una campaña de excavaciones que provocó el hallazgo de otro muro más antiguo unido al medieval y que resultó ser la muralla romana de Gijón. Tras dos campañas de excavaciones se puede afirmar que el Gijón romano (18) se ubicaba en el actual barrio de Cimadevilla rodeado por una muralla que bordea el Cerro de Sta. Catalina desde el lado de la Playa de S. Lorenzo hasta la parte del muelle de pescadores al occidente. El perímetro de la misma es de 1 km aproximadamente, del cual hemos sacado a la luz unos 100 m del lienzo en los sondeos realizados en tres sectores: Sector A (calle Pasaje y Plaza de Jovellanos), Sector B (Base de la Torre del Reloj), Sector C (Huerta del Palacio de Revillagigedo). (Fig. 1).

En los sectores A y C hemos localizado, además del lienzo del muro dos torres semicirculares peraltadas de 5 m de ancho la primera y de 4'60 m de ancho la de Revillagigedo (Lam. I y II). Las características constructivas de la muralla son las siguientes:

— La cimentación, de 1'40 m de profundidad se compone de un aglomerado de piedras y cantos rodados mezclados con núcleos de arcilla y marga muy consistentes.

— El paramento del muro está formado, en su cara externa, por 3 o 4 hiladas paralelas de sillares de arenisca calcárea de color marrón de diversos tamaños y procedentes quizá de las canteras del propio concejo gijonés. La cara intramuros presenta una serie de hiladas de mampuesto con calizas de diversos tamaños.

(17) FERNANDEZ OCHOA, C. Excavaciones arqueológicas en el área urbana de Gijón (Asturias): Descubrimiento de la muralla romana, *Primeras Jornadas de Arqueología en las ciudades actuales*, Zaragoza 1983, pp. 143 y ss.

(18) Se ha querido identificar el topónimo *Gigia* (Ptolomeo II, 6, 28) con la actual Gijón pero según las coordenadas ptolemaicas *Gigia* era una localidad del sur de *conventus*, de la zona augustana. También se ha pensado que Gijón pudo ser la Noega de los astures citada por Estrabón, Mela y Plinio (Cfr. DIEGO SANTOS, F. Asturias romana y visigoda, en *Historia de Asturias*, T. III, Salinas, 1978, pp. 118-121).

— La altura máxima conservada son 1'70 m en el sector A. El espesor del muro es de 4'60 m en los sectores A y C, con un relleno interior formado por un núcleo central de argamasa con piedras calizas y areniscas de tamaño mediano y con cantos rodados.

— Incorporada a la estructura de la muralla en el Sector A se descubrió una alcantarilla, perfectamente conservada, construida con grandes bloques de piedra labrados y acondicionada en su canalización a base de un *opus signinum* de buena calidad. Al lado de esta construcción se recogió un fragmento de sigillata hispánica del S. IV d.C. (Lam. III).

En cuanto a los *materiales arqueológicos* el número de piezas hallado no es muy elevado. Además todos los ejemplares proceden de la zona extramuros que no presenta niveles estratigráficos. Aunque las piezas se encuentran en estudio se puede ofrecer el avance siguiente:

1) Materiales de época romana:

Cerámica sigillata hispánica tardía de la forma Drag. 37 lisa o decorada a base de semicírculos secantes rellenos con puntas de flecha, sigillata clara C/D e D. *Cerámica común* de borde horizontal con incisiones semejante a otras piezas de Murias de Beloño y Paraxuga. *Tégulas, imbrices y ladrillos* con la marca digital, como es característica de todos los hallazgos de estas piezas en los yacimientos asturianos (Campa de Torres, Bañugues, Veranes, etc.). *Un torso femenino en terracota* fechable en época tardorromana (Lam. IV).

2) Materiales de época medieval y moderna:

Una *moneda* ilegible en una de sus caras que se puede fechar en el siglo XIII. Cinco *bolaños* o proyectiles e cuarcita. *Ollas y cuencos* de cerámica medieval del mismo tipo que las recogidas en las excavaciones del Oviedo antiguo. Fragmentos *cerámicos* de los siglos XVI-XVII.

Hasta aquí una síntesis de los datos arqueológicos sobre la muralla de la ciudad Gijón que revelan su enorme importancia durante los siglos III y IV d.C. Sobre ello insistiré en las conclusiones de este apartado.

De los núcleos semiurbanos del Alto Imperio, hay que suponer su continuidad pero señalando un hecho: solamente las fuentes medievales hablan con claridad de *Lucus Asturum* como ciudad antigua y amurallada. Extraña el silencio sobre otras *polis* ptolomaicas en especial sobre *Flavionavia* que parece perderse en el anonimato del Bajo Imperio, a pesar de la proliferación de *villae* en su entorno.

b) *Las Villae*

Con la presencia romana en el NW, la propiedad comunitaria de la tierra, característica de las agrupaciones gentílicas del área celtizada de España, se va a desintegrar para dar paso a la propiedad privada agropecuaria como forma de propiedad típicamente romana.

La crisis del siglo III d.C. trajo como consecuencia la transformación del tipo de explotación altoimperial, de forma que se produjo una concentración de la propiedad en manos de unos pocos extendiéndose el régimen latifundista por Hispania y por todo el Imperio a lo largo de los siglos III, IV y V d.C. Proliferan durante todo este tiempo una serie de establecimientos agrícolas denominados *villae*, que van a definir el sistema de ocupación del suelo hispánico en esta época.

La modalidad de las *villae* se halla bien documentada en Asturias desde el punto de vista arqueológico y toponímico pero quizá se puede indicar, desde el primer momento, que no consideramos que en el territorio asturiano se produjeran grandes transformaciones, como en Levante o la Bética, con la aparición del régimen latifundista en el Bajo Imperio. Más bien nos inclinamos a pensar, según se desprende del análisis de la documentación disponible, que se trataría de un sistema de explotación familiar autárquica, prácticamente igual desde fines del siglo I d.C. con la diferencia de que en el Bajo Imperio se extiende abarcando áreas nuevas del territorio. Tal vez la única variante pudo ser una huida de la clase social indígena más potente y romanizada, que habitaba en los núcleos semiurbanizados, hacia zonas más rurales pero sin producirse una gran concentración de fundos en una sola familia. Creemos que la distribución de *villae* en el hinterland de Gijón viene en apoyo de nuestro aserto pues, se trata de *villae* relativamente lujosas situadas a unas distancias bastante cortas entre sí, conectadas, sin duda, con la ciudad de Gijón.

De acuerdo con los datos arqueológicos, las *villae* romanas de Asturias se pueden agrupar de la manera siguiente ⁽¹⁹⁾:

— *Villae* total o parcialmente excavadas de las que existen testimonios claros de su existencia. Tal sería el caso de los yacimientos de Andallón, Murias de Beloño, Murias de Paraxuga, Puelles, Vega del Ciego y Veranes.

(19) FERNANDEZ OCHOA, C. *Asturias...*, pp. 258-292 donde se describe cada yacimiento y su problemática por lo cual en este texto únicamente se citan los lugares. Las recientes excavaciones en la villa de Veranes posiblemente proporcionen datos de gran interés sobre todo para explicar la transición de la época romana a la medieval.

— *Villae* localizadas mediante una prospección más o menos sistemática. Por los restos conservados es muy posible que hayan sido tales establecimientos pero se precisa una confirmación arqueológica más segura. Se adscriben a este grupo los yacimientos de Jove, La Isla, Les Folgueres, La Magdalena de Llera, y las Murias de Ponte, la villa de Linio del Naranco, Serin, Tremañes y Valduno.

— *Villae* testimoniadas por la toponimia. Desde que Bobes publicó su tesis en 1960 sobre la toponimia romana de Asturias siempre se ha afirmado la gran densidad de *villae* bajoromanas en esta zona en razón de la abundancia de toponimos basados en los antropónimos de los *possesores* de tales establecimientos agrícolas. Los toponimos más antiguos son los terminados en -ana -anas formados en consonancia con el sustantivo *villa*. Son muchos los toponimos asturianos que proceden del nombre del *possesor* más el sufijo -ana (20). En el mapa adjunto se puede observar su distribución a lo largo de la costa y en los valles de los ríos Nalón y Narcea, es decir, en la zona donde también la arqueología confirma el poblamiento de tipo *villae*. (Fig. 2).

Se localizan además restos arqueológicos de época romana en otros establecimientos que no podemos considerar como *villae* propiamente dichas, debido, por una parte a la falta real de prospecciones y excavaciones, y por otra a que en algunos casos se ha podido definir su función a pesar de haber sido excavadas parcialmente. Se trata de los yacimientos de Bañugues, Las Murias de Llazana, Rodiles (en la parte baja), Tamayanes de Abajo, Valdedios, Vega de Poja y Villarmosén.

Con relación a los elementos arqueológicos de las *villae* asturianas se observa la utilización de materiales propios de la zona en las construcciones como la piedra caliza y en algunos casos la pizarra, empleando generalmente la técnica del *opus incertum*.

Se conservan restos de columnas romanas de mármol reutilizadas en algunos lugares como Valdedios, la Cámara Santa de Oviedo, o Santullano de los Prados. Dos columnas de mármol con sus correspondientes capiteles, encontradas en Oviedo, se depositaron hace años en el museo Provincial y parecen corresponder a algún edificio de época romana de donde las tomaron para la construcción del palacio de Alfonso III hoy desaparecido.

En cuanto al sistema de cubriciones de los edificios, la gran abundancia de téglulas en todos los yacimientos del tipo villa, no ofrece dudas sobre la utilización de las mismas en las techumbres siguiendo el modelo común al uso. En algunos casos pudieran emplearse pizarras lo que seguramente sucedió también en los habitats castreños de este período. Hay que hacer notar que prácticamente todas las tejas encontradas en los yacimientos de Asturias llevan marcas digitales lo que es muy común en estos tipos cerámicos dentro y fuera de la Península Ibérica, como se indicó al hablar de Gijón.

Los pavimentos, salvo los recubiertos de mosaico, o el pavimento de ladrillos trapezoidales de Lugo de Llanera, suelen ser de *opus caementicium* y en pocos casos encontramos el *opus signinum*. Las paredes de las habitaciones se hallan en la mayoría de los casos recubiertas de estucos pintados, generalmente imitaciones de *crustae* de colores ocre, rojos y morados.

Desde el punto de vista tipológico únicamente la villa de Murias de Beloño, excavada en casi su totalidad, puede ser encuadrada dentro de una tipología de carácter general «villas linéaires à galeries et Tours d'angle» como indica Georges (21) basadas en modelos del *limes* renano difundidos por los veteranos en países fríos y lluviosos. Hay que suponer construcciones con modelos arquitectónicos similares para el resto de los establecimientos. De hecho el yacimiento de Veranes se presenta de momento estrechamente vinculado a Murias de Beloño en los aspectos constructivos visibles en la actualidad.

En cuanto a la distribución de estos establecimientos, aunando los datos arqueológicos y toponímicos, se pueden señalar algunas áreas de mayor densidad. Una es la de Gozón, Gijón, Colunga y Villaviciosa en la costa centro-oriental; otra concentración importante hay que situarla en las riberas del río Nalón en los Concejos de Oviedo, Las Regueras, Grado y Salas. En general la ruta del río Nalón, desde su nacimiento hasta la unión con el Narcea, se halla surcada de testimonios, principalmente toponímicos, de estos establecimientos. Una tercera zona corresponde a la vía de penetración de *Legio* hasta *Lucus Asturum* a través de los Concejos de Pola de Lena y Mieres. Hay que anotar la ausencia de *villae* testimoniadas por la arqueología al Oeste de Villaviciosa y del río Nalón en su curso alto. Algo semejante ocurre al Este del río Narcea en el sector pélico y lucense donde, al menos por ahora, el tipo de habitat atestiguado es el de la cultura castreña. (Fig. 34).

c) La ocupación de los castros.

Indudablemente algunos poblados castreños fueron evacuados por imperativos de la política de pacificación de Augusto. Las fuentes se hacen eco del fenómeno (22) que debemos encuadrarlo dentro del impulso transformador de Roma con pueblos rebeldes como los que habitaban el NW hispánico.

(20) BOBES, C. Toponimia romana de Asturias, *Emérita*, n.º XXVII, 1960, pp. 241 y ss, y XXVIII, 1961, pp. 1 y ss.

(21) GORGES, J. G. *Les villas hispano-romaines*, Paris, 1979, p. 123. Véanse también las referencias de FERNANDEZ CASTRO, M. C. *Villas romanas en España*, Madrid, 1983, *passim*.

(22) Floro (II, 59-60).

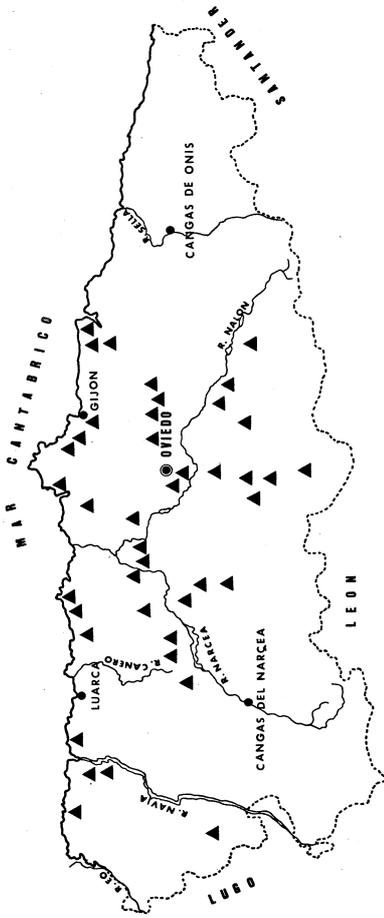


Figura 2 DISTRIBUCION DE TOPONIMOS EN — I ANA

POBLAMIENTO ROMANO DE ASTURIAS

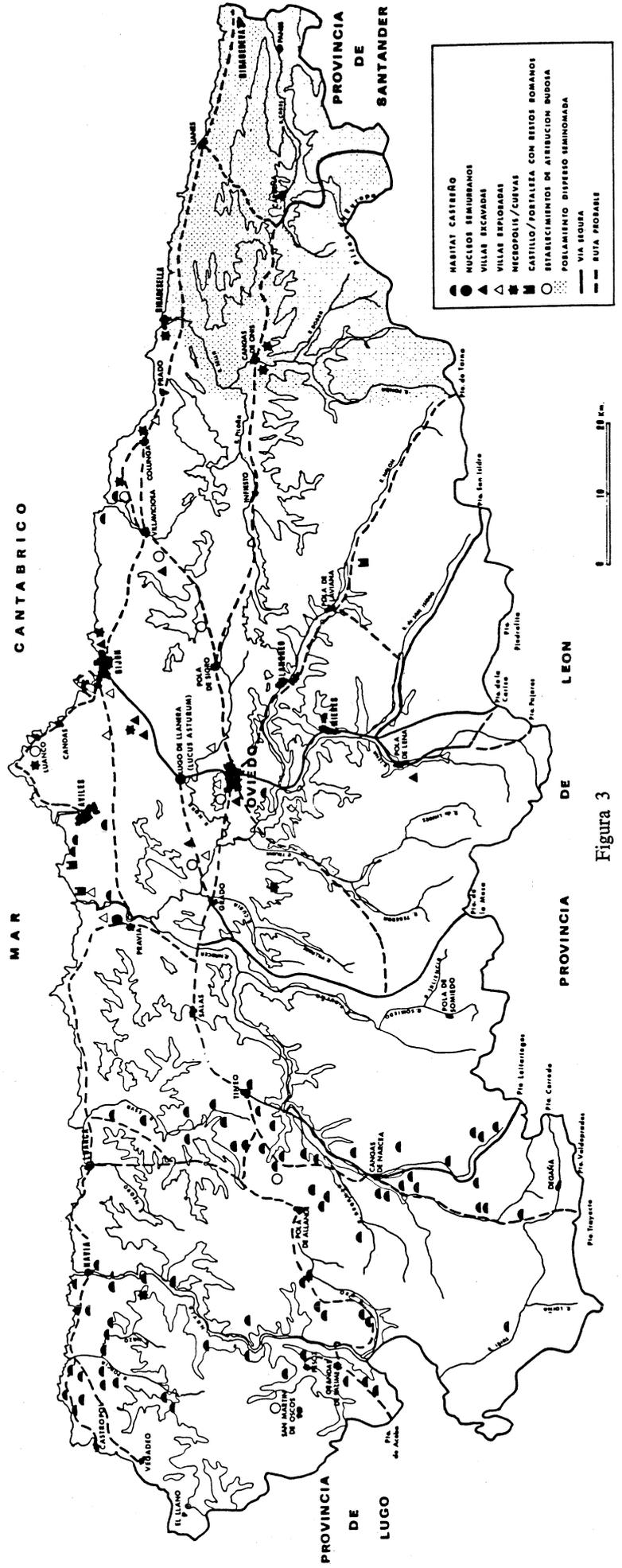
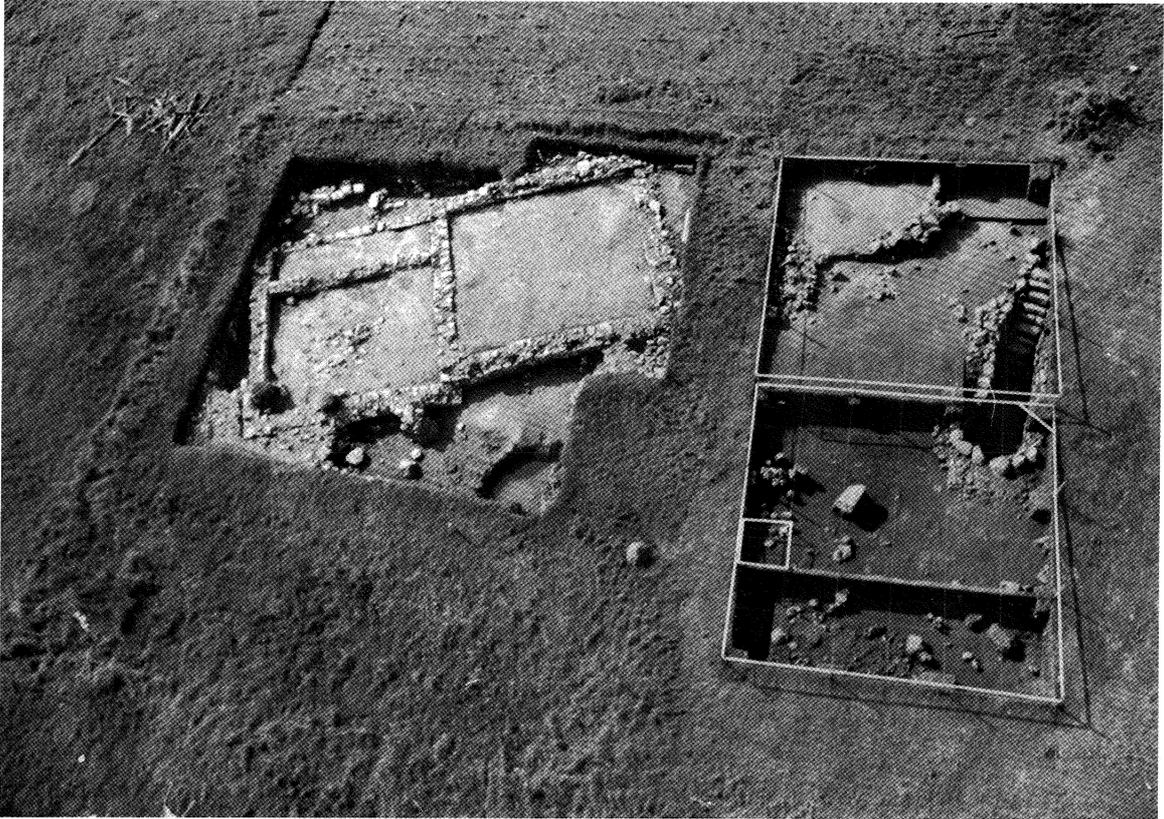


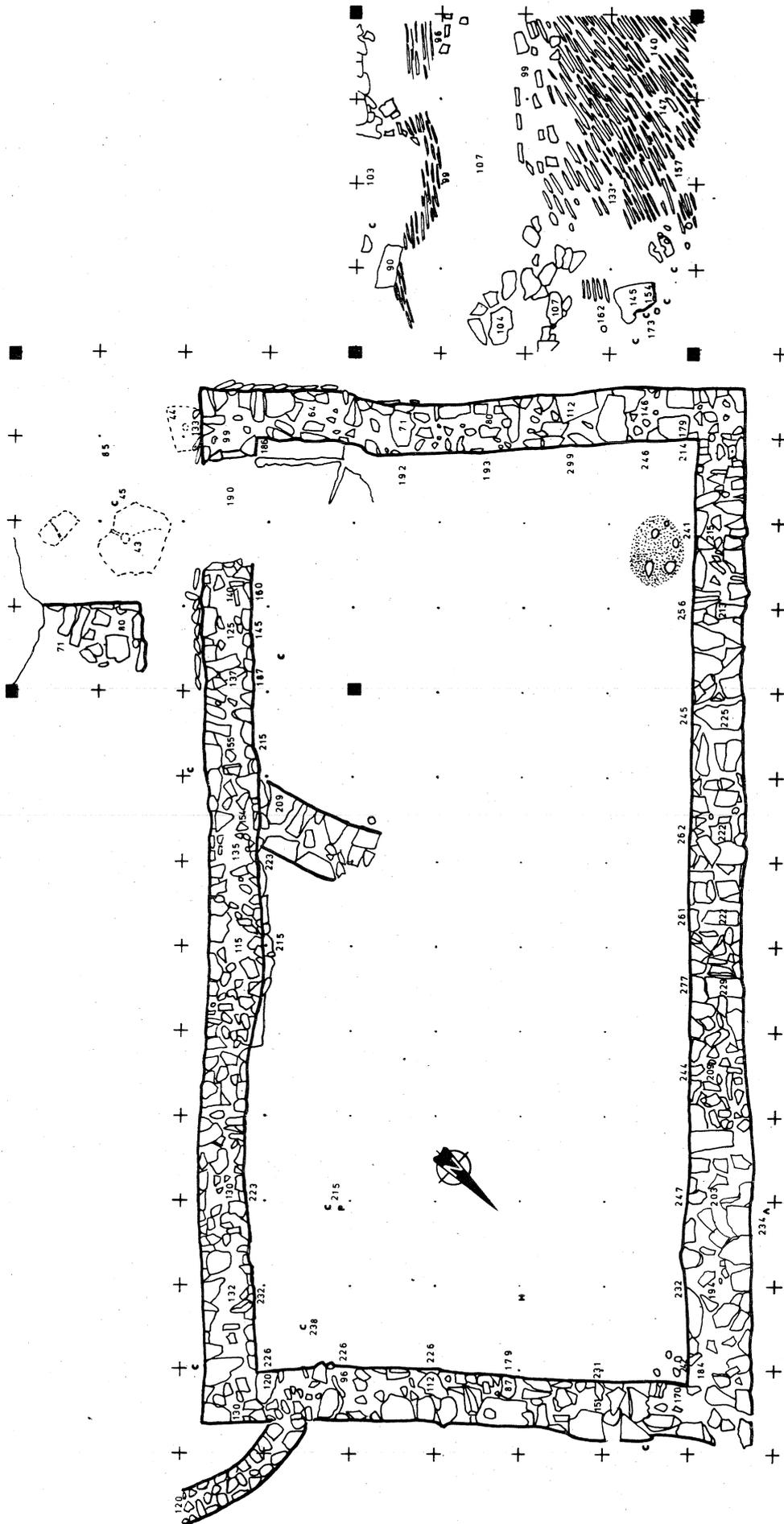
Figura 3



Lám. IV — Excavaciones del autor en la Campa Torres. A la izquierda sector N.º 1 con dos habitaciones y a la derecha sector N.º 5 con el pozo.



Lám. V — Excavaciones en el Castro de Larón. Escalones de acceso a la construcción más meridional.



COAÑA - 82
ACRÓPOLIS

Lám. III — Plano de la habitación N.º 81 de la Acrópolis, que excavamos en el verano de 1982. El muro interior con cota 209 corresponde a una habitación más antigua arrasada. El exterior de cota 120 se añadió posteriormente a la casa rectangular. El punteado indica un hogar y la zona exterior ofrece el suelo de lajas de pizarra y algunas piedras que forman un aterrazamiento.



Sector A: Aspecto general. Se puede apreciar la anchura de la muralha y el bastión.



Sector C: Aspecto de nuevo bastión descubierto en la campaña de 1983.



Detalle de la alcantarilla a la derecha del bastión (Sector A).



Torso de terracota hallado en el Sector A

rio o cerca de una vía de comunicación. Como norma general se sitúan en un espacio natural apto para el desarrollo de una producción agropecuaria rentable.

Por lo que se refiere a la extensión de la propiedad, creemos que los *possesores* de las *villae* del territorio transmontano no reunieron bajo sus dominios gran cantidad de hectáreas como sucedió en otras zonas de la Tarraconense, sino que más bien se trataba de un sistema minifundista de pequeñas propiedades familiares autárquicas en cuya constitución pudieron influir aún ciertas supervivencias de las antiguas formas de distribución de la propiedad de carácter céltico. Es posible que la crisis económica del siglo III d.C. y en general la situación de inquietud interna de Hispania en estos momentos provocara la huida de cierta clase rica dirigente de los núcleos semiurbanizados hacia el campo, pero creemos que este fenómeno, difícil de justificar por otra parte, no transformaría el panorama de los habitats rurales del centro de Asturias.

Una de las razones en las que apoyamos nuestra convicción de que se trata de pequeñas propiedades, viene dada por la misma distribución de las *villae* muy cercanas unas de otras. Un ejemplo caricador es el hinterland de Gijón donde se localizan unos seis establecimientos de este tipo en un área de 10 Km. desde la costa hacia el interior. Algo semejante sucede en la zona del Nalón entre Oviedo y Grado. Es muy posible que estos establecimientos próximos a Gijón o a *Lucus Asturum* estuvieran conectados con dichas ciudades formando un sistema socio-económico con el propio centro del cual dependían para ciertos aspectos de tipo administrativo y comercial. Este esquema, como se puede observar responde a un sistema de poblamiento típicamente romano.

El panorama descrito hasta aquí es correcto para unas zonas muy determinadas de Asturias, es decir, para la costa y los sectores centrales entre el río Narcea y el Sella. Pero al occidente del Narcea y al oriente de Sella el poblamiento presenta rasgos distintos. El área occidental, con unos castros que perviven ocupados y otros que se reocupan a partir del siglo III d.C., se presenta como una zona de habitat muy conservadora, en la cual el peso de la romanización se dejó sentir de forma más tibia que en las regiones centrales. Algo semejante, pero con distinto signo, pudo suceder al este del Sella. Los testimonios arqueológicos, estremadamente escasos, nos hablan de un *poblamiento disperso seminómada*. Se podría denominar de esta manera, siguiendo los estudios de García Merino⁽²⁹⁾, al tipo de habitat de la zona cántabra de Asturias. J. M. González supone que la escasez de poblados de tipo castreño en esta región está en relación con la existencia de establecimientos temporales al aire libre de los que no ha quedado huella⁽³⁰⁾. No creemos aventurado pensar que algo semejante pudo suceder también durante el periodo romano. Las características de los grupos seminómadas vadinienses, bastante definidas en la actualidad por algunos investigadores, hacen sospechar que la situación continuó sin sufrir apenas cambios hasta el periodo bajo romano avanzado, de forma que el habitat de esta región puede quedar definido también por unas estructuras de habitación altamente conservadoras a lo largo de los siglos.

En conclusión, aunque todavía no podemos marcar unos límites geográficos y cronológicos muy precisos, el poblamiento de Asturias durante el Alto Imperio presenta una faz semiurbana y sobre todo rural que se modificará progresivamente en las regiones centrales del territorio donde surgen ciudades como Gijón o *Lucus Asturum* que debieron ser los centros más romanizados de la zona. Un número elevado de *villae*, donde se vive al estilo romano, se convirtieron no sólo en un lugar de explotación agropecuaria sino también en focos romanizadores a lo largo del periodo Bajo Imperial. El frágil equilibrio creado entre los diversos núcleos de población de la Asturias tardoromana se verá truncado definitivamente con la presencia de las invasiones en el siglo V. d.C.

⁽²⁹⁾ GARCIA MERINO, C. *Población y poblamiento en Hispania Romana. El Conventus Cluniensis*, Valladolid, 1975, pp. 357.

⁽³⁰⁾ GONZALEZ, J. M. Asturias Protohistórica, en *Historia de Asturias* T. II, Salinas, 1978, pp. 186-187.

RELATÓRIO DA SECÇÃO I (PRÉ-HISTÓRIA)

Como previsto, esta secção debruçou-se sobre quatro grandes temas: Paleolítico, Megalitismo, Arte Rupestre e Calcolítico/Idade do Bronze.

Paleolítico — No domínio do Paleolítico inferior do curso médio do Douro, foram apresentados os resultados mais relevantes obtidos em prospekções sistemáticas realizadas nos terraços fluviais da região, tendo-se proposto uma tentativa de correlação entre as principais jazidas da «Sub-Meseta Norte» e da «Sub-Meseta Sul». Em relação à Galiza, expôs-se as diversas questões que o estudo das indústrias líticas aí encontradas levanta, e procurou-se esboçar algumas perspectivas de trabalho futuras. Sobre o Quaternário do Minho, fez-se o balanço dos problemas que actualmente surgem nos trabalhos em curso nos terraços marinhos e fluviais da região, com o intuito de se vir a estabelecer um quadro cronoestratigráfico das formações quaternárias locais e das indústrias que se encontram associadas. Foi também referida a presença de indícios que apontam para a existência hipotética de fenómenos de tipo periglaciário no final do último período glaciário.

Megalitismo — Neste campo, e a partir dos balanços regionais apresentados, ressaltou mais uma vez à evidência o polimorfismo arquitectónico existente no conjunto dos monumentos tumulares pré-históricos habitualmente designados «megalíticos». Por outro lado, foi de novo posto em destaque o facto dos montículos tumulares serem importantes para uma compreensão global das arquitecturas e para a futura tipologia sistemática destes monumentos. Notou-se também a importância dos túmulos megalíticos como indicadores dos padrões de implantação no espaço dos seus construtores, bem como dos tipos de utilização do mesmo espaço que eles permitem pressupor, tanto ao nível económico, como ao nível simbólico. Finalmente, constatou-se a impossibilidade actual de estabelecer um quadro cronológico global do fenómeno megalítico no Noroeste peninsular, ou mesmo à escala de cada uma das suas sub-regiões, embora os trabalhos apresentados tenham dado contributos significativos nesse sentido.

Arte rupestre — Como conclusão mais importante das três comunicações feitas neste âmbito, e do debate por elas suscitado, constatou-se que, entre o Norte de Portugal e a Galiza existe efectivamente uma identidade cultural que não invalida uma certa heterogeneidade nas manifestações artísticas das duas grandes regiões. Não é assim possível continuar a falar-se de um «grupo galaico-português», com uma unidade que a distribuição geográfica, as técnicas e as tipologias já não avalizam.

Calcolítico/Idade do Bronze — Neste domínio, verificou-se uma coincidência na abordagem metodológica dos problemas pelos diferentes investigadores, embora tal abordagem dependa da documentação arqueológica disponível em cada área: nas Astúrias, Galiza e NW da Meseta essencialmente artefactos metálicos, no N. de Portugal, além deles, também habitats e diferentes arquitecturas funerárias. Embora seja importante a identificação de centros de produção e difusão de objectos metálicos, verificou-se ser imprescindível a sua articulação com outros elementos culturais, de modo a compreender os padrões de povoamento e as formas de vida económica a eles ligadas. Ainda com base nos artefactos metálicos, tornou-se mais uma vez evidente o contraste entre duas fases bem definidas do processo de evolução cultural do II.º e parte do I.º mil. a.C., no NW peninsular: um Bronze Antigo, bem personalizado, embora na continuidade da época anterior, e um Bronze Pleno/Final, correspondente a uma fase de grande produção metalúrgica, e marcando a transição para a I. do Ferro.

No decurso dos trabalhos desta secção, os respectivos participantes decidiram fazer as seguintes recomendações:

- No que toca ao *Paleolítico*, torna-se necessário alargar a visão dos problemas a áreas até ao momento não investigadas, desenvolvendo ao mesmo tempo os estudos em curso, por forma a dispor-se de uma maior gama de dados estratigráficos e culturais. Por outro lado, deve procurar-se, na medida do possível, estabelecer uma colaboração estreita entre os vários investigadores, que possibilite comparações frutuosas dos vários resultados atingidos.
- Relativamente ao *Megalitismo*, torna-se importante desenvolver classificações tipológicas que tomem em conta a totalidade dos monumentos (estruturas internas e externas), procurando ao mesmo tempo identificar e estudar os habitats coevos, bem como determinar o meio-ambiente geral em que tais comunidades se inseriram. É fundamental poder dispor-se de conjuntos de dados que articulem arquitecturas e espólios, sem os quais não se conseguirá progredir significativamente no estabelecimento de um quadro cronológico-cultural do megalitismo do NW peninsular.
- Quanto à *Arte rupestre*, constatou-se uma grande escassez de investigação, que deve ultrapassar o carácter individualista das pesquisas, conseguindo uma melhor coordenação dos esforços a fazer de ambos os lados da fronteira. É necessário incentivar a exploração metódica, região por região, com vista à publicação futura de *corpus* ou monografias regionais, que enquadrem as manifestações artísticas no seu contexto arqueológico e ambiental. Por outro lado, há que promover reuniões com certa periodicidade, tentando uma coordenação de resultados, propondo-se a organização, o mais breve possível, de duas reuniões, uma sobre metodologia dos levantamentos no NW, e outra alargada à área atlântica peninsular, com vista à procura de uma uniformização de tipologias e nomenclaturas, e bem assim dos sistemas de reprodução gráfica em uso.
- No campo do *calcolítico e da Idade do Bronze*, a principal recomendação consistiu no reiterar de uma afirmação feita acima, a de que se torna urgente o estudo integrado de artefactos, habitats e sepulturas, de modo a conseguir uma periodização daquelas fases e uma definição, em cada uma delas, de fácies culturais diferenciadas, tanto na sua originalidade, como nas relações eventuais que estabeleceram entre si, e com outras regiões da Península.

JEAN ROCHE

RELATÓRIO DA SECÇÃO II (PROTO-HISTÓRIA E ROMANIZAÇÃO)

As escavações realizadas nos últimos anos em alguns castros, bem como a revisão dos materiais recolhidos em museus e procedentes de escavações antigas, demonstraram a existência de uma ocupação do Bronze Final em numerosos castros. Pode suspeitar-se que, nalguns casos, as primeiras fortificações dos castros correspondem a essa ocupação do Bronze Final, embora se não possa generalizar essa contemporaneidade; noutros casos, as primeiras fortificações serão já da Idade do Ferro, correspondendo fundamentalmente a razões estratégicas e eventualmente a soluções de organização do espaço.

Não obstante as escavações realizadas, não se dispõe ainda de dados que nos permitam esclarecer o trânsito da Idade do Bronze para a Idade do Ferro.

Pode também considerar-se como adquirido que os castros não foram, de modo geral, abandonados com o advento dos Romanos. Parece mesmo que, nalguns casos, particularmente nas Astúrias, a ocupação de posições castrejas se realizou já após a chegada dos Romanos. Esta continuidade da ocupação põe problemas de seriação e interpretação dos materiais, que, obviamente, correspondem a vários séculos de ocupação. Impõe-se, assim, a realização de escavações rigorosamente estratigráficas.

A multiplicidade dos castros obriga a uma selecção das estações a escavar. Terão de escolher-se os castros que, à partida, pareçam proporcionar melhores possibilidades de séries estratigráficas. Assim, é lógico começar por realizar inventários de castros, inventários que se acham em curso no Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Galiza, Astúrias, bem como nas províncias de León, Salamanca e Zamora.

Os trabalhos de campo para realização dos inventários não poderão, nunca, esclarecer a cronologia e dificilmente conduzirão, sem levantamentos topográficos correctos e sem sondagens, ao estabelecimento de tipologias de muralhas.

Considerando a importância dos movimentos de povos no NW peninsular, parece recomendável seleccionar também os castros em áreas geográficas particularmente importantes e sensíveis, que possam apresentar diversos horizontes correspondentes a ocupações de diferentes estratos étnicos. Referimo-nos, concretamente, a estações que possam documentar a migração de *Turduli* e *Celtici*, literariamente atestadas e, a partir de agora, arqueologicamente confirmadas. É igualmente necessário escolher os castros em zonas de contacto de culturas regionais, ao longo de vias naturais de penetração, e em áreas particularmente ricas em minérios.

Considerando também que as estruturas sociais proto-históricas condicionam o ordenamento e aproveitamento do espaço, é indiscutivelmente útil realizar escavações em área, descobrindo por completo núcleos habitacionais que possam corresponder ao espaço ocupado por uma ou várias famílias. Cortes estratigráficos em áreas de sondagem podem conduzir ao estabelecimento de séries tipológicas e cronológicas, mas não esclarecerão nunca os problemas de ocupação do espaço, que parecem particularmente importantes, até pelas transformações que a romanização pode ter introduzido, neste aspecto.

A romanização não conduziu, como se disse, ao abandono dos castros. De qualquer forma, e sem excluir uma proto-urbanização de certos povoados pré-romanos, a «cidade» foi um elemento novo introduzido pelos Romanos. Aquela «proto-urbanização» pode entender-se em dois sentidos: no aparecimento de formas incipientes de ordenamento do espaço intra-muros e no facto de alguns castros poderem ter assumido funções de principalidade ou capitalidade e, conseqüentemente, de ordenamento regional do ponto de vista político, estratégico, religioso e comercial.

A cidade parece ter tido, fundamentalmente, uma importância administrativa: a cidade foi um centro de gestão, foi sede de uma administração local e regional. A cidade foi ainda um centro religioso. A religião tem de interpretar-se na sua dimensão social, como factor de coesão dos homens, de integração no universo cultural romano e até de promoção social de famílias de origem indígena que, pelo exercício dos sacerdócios, ascendiam a posições de domínio socio-político.

Não obstante se dever considerar a cidade fundamentalmente como sede de administração, não poderá todavia esquecer-se a função económica da cidade romana. É certo que não podemos considerar o mundo rural como um mundo exclusivamente agrário; os *castella* ou *vici* foram, sem dúvida, também centros industriais, mas não se pode minimizar a importância da cidade como sede de indústrias e como centro comercial.

Considera-se como ponto negativo deste Colóquio a desatenção aos problemas do mundo rural romano, não obstante ter estado no pensamento dos organizadores do Colóquio o exame destes problemas. Os pequenos aglomerados do mundo rural tiveram indiscutivelmente importância económica e até estratégica, que neste Colóquio passaram despercebidos. Pela ignorância quase total do problema não foi, como é óbvio, possível detectar os ritmos, nem sequer longos, da evolução do mundo rural. É sintomático salientar que apenas numa das comunicações se falou de *villae* romanas.

Recomendações:

- Torna-se necessário dar atenção aos *vici*, ou pequenos aglomerados rurais, que são inteiramente desconhecidos.
- Dada a dificuldade de realização de escavações nas cidades modernas, torna-se necessário obter das autarquias condições que permitam aproveitar todas as obras de loteamento ou de lançamento de infra-estruturas para ir a pouco e pouco compondo o «puzzle» da Arqueologia urbana.

JORGE DE ALARCÃO

RECOMENDAÇÕES GERAIS DO COLÓQUIO

1. Na sequência deste Colóquio reconhece-se ser do maior interesse que se realizem periodicamente mesas-redondas de trabalho, com carácter inter-universitário, de forma a assegurar a permanente actualização e difusão de dados e ideias entre os investigadores do Noroeste peninsular.
2. Torna-se necessário sistematizar os trabalhos de inventariação ou de cartas arqueológicas, superando a situação actual das iniciativas simultâneas feitas por várias equipas nem sempre devidamente habilitadas e sobretudo trabalhando sem troca recíproca de informação.
3. O Colóquio entende ainda dever significar às autarquias o reconhecimento pelo apoio financeiro e técnico que têm concedido à Arqueologia, apoio que em muitos casos tem ultrapassado largamente o do próprio governo central.

(Aprovadas na sessão de encerramento do Colóquio)

INDICE

<i>Palavras de abertura</i>	7
ANTÓNIO A. HUET DE B. GONÇALVES	
— <i>Rui de Serpa Pinto — O homem e a obra</i>	9
G. SOARES DE CARVALHO, J. MEIRELES e F. SANDE LEMOS	
— <i>O quaternário do Minho — Estado actual dos nossos conhecimentos</i>	13
J. M. VÁZQUEZ VARELA	
— <i>Paleolítico y Mesolítico en Galicia: Estado actual de la cuestión. Problemas y perspectivas</i>	21
MANUEL SANTONJA	
— <i>Situación actual de la investigación del Paleolítico inferior en la cuenca media del Duero</i>	27
VÍTOR OLIVEIRA JORGE	
— <i>Megalitismo do norte de Portugal: um novo balanço</i>	37
ANTÓN A. RODRIGUEZ CASAL	
— <i>O Megalitismo galego: A problemática suscitada a partir das investigações máis recentes</i>	47
MANUEL SANTONJA	
— <i>El fenómeno megalítico en el S. O. de la región del Duero</i>	53
MIGUEL A. DE BLAS CORTINA	
— <i>El megalitismo en Asturias: Consideraciones sobre el estado actual de la investigación</i>	63
ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA	
— <i>Arte rupestre do norte de Portugal: uma perspectiva</i>	71
ANTONIO DE LA PEÑA SANTOS	
— <i>La investigación del arte rupestre en Galicia: estado actual y perspectivas de futuro</i>	83

FRANCISCO JORDA CERDA	
— <i>Algunas consideraciones sobre los problemas del arte rupestre del area centroccidental Lusoespañola</i>	89
SUSANA OLIVEIRA JORGE	
— <i>Aspectos da evolução pré-histórica do norte de Portugal durante o III.º e o II.º milénios A.C.</i>	97
GERMÁN DELIBES DE CASTRO e JULIO FERNÁNDEZ MANZANO	
— <i>Bronce final atlántico en el noroeste de la cuenca del Duero</i>	111
ARMANDO COELHO FERREIRA DA SILVA	
— <i>A cultura castreja no noroeste de Portugal: habitat e cronologias</i>	121
ANGEL ESPARZA ARROYO	
— <i>Los castros de Zamora occidental y Tras-os-Montes oriental: habitat y cronologia</i>	131
F. JAVIER GONZÁLEZ-TABLAS SASTRE	
— <i>Protohistoria de Salamanca: habitats e cronologia</i>	147
TOMÁS MAÑANES	
— <i>Protohistoria y romanización en la provincia de León: habitat y cronologias</i>	151
JOSÉ LUIS MAYA GONZÁLEZ	
— <i>Habitat y cronologia de la cultura castreña en Asturias</i>	175
P. LE ROUX e A. TRANOY	
— <i>Villes et fonctions urbaines dans le nord-ouest hispanique sous domination romaine</i>	199
FELIPE ARIAS VILAS	
— <i>A cidade de Lucus Augusti</i>	209
TOMÁS MANANES	
— <i>Asturica Augusta, la ciudad y su entorno</i>	215
CARMEN FERNÁNDEZ OCHOA	
— <i>Poblamiento rural en Asturias durante la época romana</i>	231